

RELATÓRIO & CONTAS 2023

**Jerónimo
Martins**

Versão não conforme com ESEF

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2023 de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF está disponível no nosso website em www.jeronimomartins.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último

Mensagem do Presidente	4
Indicadores 2023	8
O Grupo Jerónimo Martins	11
1. Perfil e Estrutura	12
2. Posicionamento Estratégico	19
Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	22
1. Enquadramento de 2023	23
2. Desempenho do Grupo	32
3. Desempenho das Áreas de Negócio	46
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	65
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	67
6. Política de Distribuição de Dividendos	68
7. Proposta de Aplicação de Resultados	69
8. Notas Reconciliatórias	70
Demonstrações Financeiras	74
Demonstrações Financeiras Consolidadas	75
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	75
2. Declaração do Conselho de Administração	134
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	136
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	143
Demonstrações Financeiras Individuais	146
1. Demonstrações Financeiras Individuais	146
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	174
Governo da Sociedade	180
Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	181
Secção A - Estrutura Acionista	181
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	185
Secção C - Organização Interna	219
Secção D - Remunerações	231
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	246
Parte II – Avaliação do Governo Societário	249
Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	262
1. Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano	263
2. Promover a Saúde pela Alimentação	267
3. Respeitar o Ambiente	282
4. Comprar com Responsabilidade	313
5. Apoiar as Comunidades Envolventes	332
6. Ser um Empregador de Referência	343
7. Compromissos para 2021-2023	373
8. Compromissos 2024-2026	381
9. Taxonomia da União Europeia	387
10. Tabelas de Indicadores	406
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	466

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Pedro Soares dos Santos
Presidente e CEO do Grupo Jerónimo Martins

O ano de 2023 ficou marcado por um contexto internacional de ainda maior instabilidade e incerteza do que em 2022. Após dois anos, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia continua longe de estar resolvida, e a contraofensiva ucraniana não produziu resultados decisivos no terreno; depois, o conflito no Médio Oriente, originado pelo ataque do Hamas a Israel no início do último trimestre do ano, alargou-se entretanto a outros países – já em 2024, e por força da tensão no golfo de Adém entre Houthis e forças militares dos EUA e do Reino Unido, o acesso ao mar Vermelho ficou condicionado, o que trouxe dificuldades acrescidas ao comércio e às cadeias de abastecimento mundiais.

Em termos económicos, e apesar da descida abrupta da inflação alimentar especialmente na segunda metade do ano, a taxa de inflação manteve-se em níveis muito elevados, os mais altos em 30 anos. Por causa disto, os bancos centrais continuaram a ser muito cautelosos, ou seja, mantiveram altas as taxas de juro. Esta situação levou a um arrefecimento das economias, e a Europa, onde estão os nossos principais mercados, foi duramente penalizada. Foi aliás o continente com o pior crescimento económico e a Alemanha, motor económico da Europa, entrou em recessão.

Neste ambiente internacional muito exigente, é ainda mais gratificante o facto de termos ultrapassado os 30 mil milhões de euros em vendas, somando mais 5,2 mil milhões de euros ao desempenho de 2022. No espaço de dois anos, as nossas vendas consolidadas aumentaram 10 mil milhões de euros, o que confirma a assertividade e relevância das propostas de valor das nossas Companhias e a força da sua liderança. Sendo certo que em 2023 a inflação e as taxas de câmbio funcionaram como adjuvantes do desempenho, orgulho-me de constatar que Jerónimo Martins se posicionou entre os poucos retalhistas no mundo que conseguiram crescer em termos reais.

Os resultados que alcançámos, a melhoria contínua dos sortidos que disponibilizamos e da experiência de compra que as nossas lojas oferecem a quem nos visita, num ambiente concorrencial crescentemente intenso, só são possíveis com uma entrega extraordinária das equipas e porque não desacelerámos os investimentos nos nossos negócios e no reforço da sua presença nos respetivos mercados.

Esta nossa dinâmica de crescimento, aliada à força das posições competitivas das nossas insígnias, é e continuará a ser muito importante para atravessar os perigosos tempos que se avizinham. Num contexto em que a rápida descida da taxa de inflação convive com uma trajetória inflacionista dos custos, há o desafio adicional de ver aumentar a competição pelo crescimento dos volumes, o que leva inevitavelmente a uma ainda maior pressão sobre as margens. Além disso, sabendo que as taxas de juro se mantêm altas e que os consumidores estão com o seu poder de compra condicionado, teremos de ter a criatividade e o engenho de encontrar soluções para continuar a crescer, e também agilidade e determinação para converter todas as oportunidades que se perfilam no nosso horizonte.

A Biedronka teve, em 2023, mais um ano excecional, aumentando as suas vendas totais para os 21,5 mil milhões de euros – o que corresponde a um crescimento em moeda local de 18,2% (com um like-for-like de 14,2%) e a cerca de 70% do volume de negócios do Grupo – e reforçando, mês após mês, a sua quota de mercado. Para isto contribuiu o espírito de inovação e melhoria contínua do sortido que se traduziram em 222 novos lançamentos na Marca Própria (593, se incluídos os in&outs). E contribuiu também, decisivamente, o sistemático investimento em preço e no reforço da liderança da atividade promocional no mercado polaco (202 folhetos e 579 anúncios de TV), que se refletiu numa inflação no cabaz sempre inferior à inflação alimentar registada no país. Esta assertividade, conjugada com o aumento dos custos, levou a uma redução em 21 pontos-base da margem EBITDA da Biedronka para os 8,5%.

Num ano em que, tendo aberto 203 lojas (174 adições em termos líquidos), fechou com 3.569 localizações e remodelou 375, a Companhia manteve-se como o principal destino do nosso investimento, que tem sabido utilizar também para reforçar a diferenciação da sua proposta de valor, por exemplo com a abertura de balcões de talho, que, no final do ano passado, já estavam em mais de mil lojas – quase um terço da rede. Quanto à operação de entregas rápidas Biek, o crescimento tem sido assinalável e muito promissor, confirmando a forte adesão dos consumidores polacos à conveniência.

Quero deixar ainda uma nota de especial reconhecimento às equipas da Biedronka pelo seu empenho na preparação da expansão para a Eslováquia. Para além de uma gestão extraordinária daquele que é o mais valioso negócio do Grupo, mostram o seu compromisso com o futuro ao criarem as condições para uma entrada bem-sucedida no país vizinho. É um avanço que já tínhamos anunciado e que se irá concretizar nas primeiras aberturas de lojas e de um centro de distribuição no final de 2024, somando mais um país ao nosso portefólio de operações.

A Hebe, que tem desde 2022 presença online na Eslováquia e na Chéquia, abriu, no final de 2023, duas flagship stores em Praga como forma de reforçar a confiança na marca e aumentar o seu envolvimento com os consumidores, numa lógica complementar à estratégia assumida de digital first.

O e-commerce tem sido – e deverá continuar a ser – o principal motor de crescimento da Companhia. Em 2023, a Hebe aumentou em 47,6% as vendas online, que passaram a representar cerca de 17% dos 469 milhões de euros de vendas totais. Face a 2022, o volume de negócios aumentou em 30,9% e o EBITDA em 31,5%, com a margem a evoluir para os 9,1%. Em termos de expansão na Polónia, a estratégia continua a passar por uma abordagem muito seletiva, que se traduziu em 32 aberturas no ano e no encerramento de quatro lojas.

Entre os países onde temos operações, Portugal foi a economia que mais cresceu, mas tal não se refletiu em qualquer alívio no orçamento das famílias portuguesas. O consumo privado manteve-se frágil ao longo de todo o ano, já que o crescimento da economia assentou sobretudo na evolução do turismo e nos fundos europeus do PRR, aplicados essencialmente no sector público. A taxa de inflação abrandou em Portugal, é certo, cifrando-se em 10% no ano, mas os níveis de preços que as famílias (e as empresas) enfrentaram continuaram a ser muito elevados e as taxas de juro do crédito não pararam de subir.

Neste contexto, o Pingo Doce manteve uma forte atividade promocional durante todo o ano, materializada em 150 folhetos e 79 campanhas, criando oportunidades significativas de poupança para os consumidores, que se traduziram num crescimento de 7,9% das vendas para 4,9 mil milhões de euros e numa margem EBITDA de 5,8%.

E porque um posicionamento baseado apenas na competitividade do preço não é suficiente para assegurar o futuro do negócio, a Companhia mostrou um espírito de equipa e um empenhamento notáveis na preparação e execução das profundas remodelações de loja previstas para o ano (60). Ao apostar na

centralidade das soluções alimentares, dos frescos e do serviço, o novo conceito de loja está já a permitir ao Pingo Doce beneficiar daquilo que são as suas características mais diferenciadoras. Além disso, com quase 200 restaurantes Comida Fresca de portas abertas, o Pingo Doce disputa já hoje, em número de localizações, a liderança da restauração em Portugal. Para além do orgulho de ser o primeiro retalhista em Portugal, e um dos poucos no mundo, a ter conseguido eliminar a totalidade dos corantes artificiais e dos intensificadores de sabor de todos os seus produtos de Marca Própria.

Do ano que passou, quero também destacar, com entusiasmo, a forma inesquecível como o Pingo Doce respondeu à chamada da Jornada Mundial da Juventude, afirmando-se como o seu parceiro oficial para a alimentação. Foi um evento que juntou um milhão e meio de peregrinos e que exigiu uma operação logística sem precedentes.

O Recheio foi muito incisivo na forma como conseguiu capturar as oportunidades que se apresentaram em 2023. As vendas cresceram 15,1% para os 1,3 mil milhões de euros e o EBITDA teve uma evolução muito positiva, com a margem entregue pela Companhia a fixar-se nos 5,4%, uma franca recuperação face aos 5,1% entregues em 2022. O turismo teve mais um ano forte em Portugal, o que contribuiu para a evolução positiva do cash & carry e também para rentabilizar a aposta que o Recheio tem vindo a fazer na oferta dirigida ao canal HoReCa, nomeadamente o alargamento da plataforma Masterchef de Lisboa. A ligação do Recheio ao Retalho Tradicional está também cada vez mais forte e a rede de parceiros Amanhecer já conta mais de 600 lojas.

Na Colômbia, a situação económica deteriorou-se muito e o ano ficou marcado pela queda acentuada de volumes. Apesar da redução da inflação alimentar ao longo do ano, com uma taxa de 14,8%, os preços dos alimentos mantiveram-se muito elevados e as famílias continuaram a debater-se com sérias dificuldades. Neste contexto, a Ara foi muito assertiva na forma como respondeu à crise: criar oportunidades de poupança em permanência através de promoções e preços consistentemente baixos no cabaz de produtos básicos. Impulsionadas por 45 campanhas nacionais e 81 folhetos promocionais ao longo do ano, as vendas cresceram 42,7% em moeda local, com um like-for-like de 10,9%. Os fortes investimentos em preço e a decisão de manter um ritmo de expansão assertivo contribuíram para uma redução do EBITDA da Companhia, cuja margem foi de 1,9%. No ano em que celebrou a sua primeira década de operações, a Ara inaugurou 200 lojas, terminando com um parque de 1.290 localizações.

O nosso negócio agroalimentar, que completa dez anos em 2024, continuou o seu caminho de crescimento e diferenciação. Do crescimento da aquacultura e o aumento das produções de laticínios e de carne, até à chegada ao mercado de uvas biológicas sem grainha de uma marca nossa, muitos desenvolvimentos marcaram o ano. Este é, para nós, um caminho sem retorno, que está a ser trilhado de acordo com as melhores práticas ambientais e sociais.

Os nossos compromissos em matéria de sustentabilidade são aliás transversais ao Grupo, o que se traduz na nossa inclusão em mais de 130 índices de sustentabilidade. É com enorme satisfação que, pelo quarto ano consecutivo, somos o retalhista alimentar em todo o mundo com a melhor classificação pelo CDP. São muitas as iniciativas e ações por detrás do nosso desempenho e da redução consistente da nossa pegada ambiental. Do investimento em energias renováveis – com a colocação de painéis fotovoltaicos em cerca de 780 lojas e centros de distribuição –, à aposta nos gases de refrigeração naturais, do combate contra o desperdício alimentar e a poluição à luta contra a desflorestação, da promoção da agricultura sustentável ao investimento na eficiência logística, são muitos e multidimensionais os esforços postos em prática pelas nossas Companhias para fazerem a sua parte no que diz respeito aos desafios que se colocam à humanidade e ao planeta.

Um tema que me é particularmente caro é o da inclusão, algo que nos compromete enquanto empregador. Em Portugal, o Pingo Doce, o Recheio e a holding ostentam o selo de marca empregadora inclusiva, um reconhecimento pelo trabalho que temos vindo a desenvolver na geração de oportunidades de formação e emprego para pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social. A diversidade da nossa força de trabalho, que vai muito para além das questões relacionadas com a inclusão, é cada vez mais um recurso precioso; temos colaboradores de mais de 70 nacionalidades, o que nos transforma num Grupo verdadeiramente multinacional, no qual existe a garantia da igualdade de oportunidades e de igualdade de género.

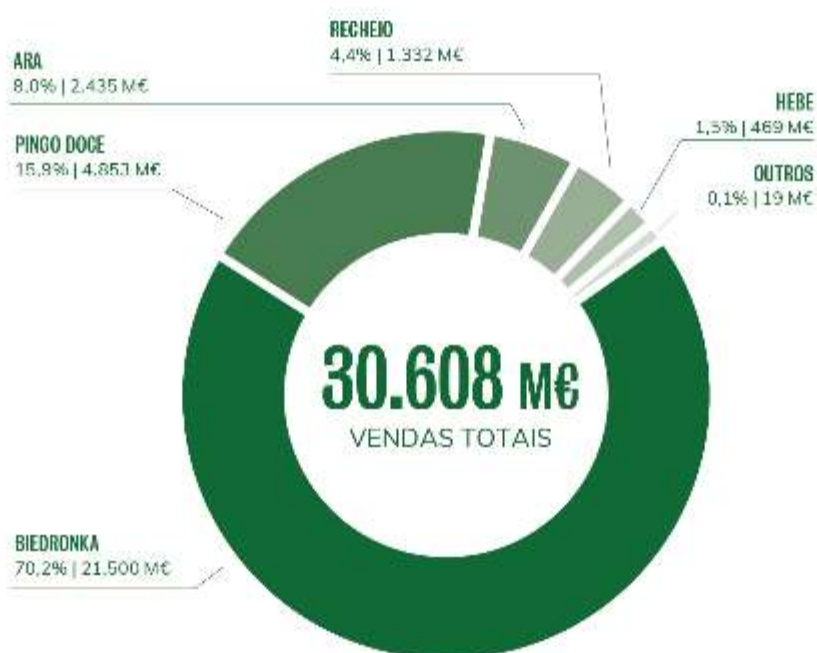
Felicito calorosamente todas as nossas equipas, em especial as que trabalham nas áreas operacionais, pelo tanto que conseguimos alcançar. O trabalho árduo, o compromisso e a dedicação demonstrados em 2023 são parte essencial e a grande força por detrás dos resultados de que neste relatório damos conta. São, por isso, muito merecidos e justos os 312 milhões de euros que atribuímos em reconhecimentos e prémios aos nossos colaboradores em Portugal, Polónia e Colômbia.

Aos acionistas de Jerónimo Martins, incluindo à família que represento, deixo também uma nota de apreço pela confiança firme que têm demonstrado nas equipas de gestão sob a minha liderança. Por último, o meu agradecimento a quem me acompanha mais de perto, na Direção Executiva do Grupo e no Conselho de Administração, pelo seu contributo para o desempenho de que as próximas páginas constituem o relato.

Pedro Soares dos Santos
Presidente e Administrador-Delegado do Grupo Jerónimo Martins

2023

VENDAS POR INSÍGNIA



EVOLUÇÃO DAS VENDAS

(em milhões de euros)



INDICADORES

2.168 M€

EBITDA

756 M€

RESULTADO LÍQUIDO

5.771

LOJAS

134.379

COLABORADORES

DESTAQUES

Investimento (Capex): 1.209 M€

**Prémios e reconhecimentos pagos
a colaboradores: 312 M€**

Apoios sociais atribuídos: 87,1 M€

Redução da pegada de carbono: 24,2%
(face a 2017)

**Presença em mais de 130 índices
de sustentabilidade**

**Retailista alimentar no mundo
com a melhor classificação no GDP**

**Jerónimo
Martins**



**O GRUPO
JERÓNIMO MARTINS**

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	12
2. Posicionamento Estratégico.....	19

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e inclui as áreas de Distribuição e Agroalimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, apresentando os resultados das entidades detidas direta e indiretamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Durante o ano, o Grupo desenvolveu ainda atividade noutros países, nomeadamente na área Agroalimentar (aquacultura), em Marrocos, e no Retalho Especializado, com a Hebe a expandir as suas operações a partir da Polónia para a Chéquia e para a Eslováquia. Uma vez que são operações em início de atividade, sem dimensão e sem expressão relevante no desempenho do Grupo, as mesmas encontram-se integradas nas respetivas unidades de negócio.

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e competências

Carteira de ativos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém ativos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Em 2023, alcançou vendas de 30,6 mil milhões de euros, 70% das quais na Biedronka, e um EBITDA de 2,2 mil milhões de euros, com uma contribuição de 85% da Biedronka. O Grupo empregava 134.379 colaboradores no final de 2023 e terminou o ano com uma capitalização bolsista de 14,5 mil milhões de euros na Euronext Lisbon.



Na Polónia, a cadeia de lojas alimentares **Biedronka** alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade aos preços mais competitivos do mercado. É líder incontestável de vendas no retalho alimentar e, em 2023, continuou a reforçar a sua quota de mercado.



Ainda na Polónia, a **Hebe** opera no retalho especializado de produtos de saúde e beleza, gerindo um vasto sortido a preços competitivos e com serviço de aconselhamento nas lojas. Em 2023 a Hebe continuou a apostar na sua abordagem omnicanal, crescendo consistentemente no canal digital e reforçando a sua integração com a rede de lojas físicas. Tendo iniciado a sua expansão online internacional em 2022, a Companhia abriu, no final de 2023, duas lojas físicas na Chéquia, que visam dar rosto à presença da marca neste país onde o crescimento se fará através da operação de e-commerce.

Em Portugal, o Grupo ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar. Opera as insígnias **Pingo Doce** e **Recheio** que lideram, respetivamente, os formatos de supermercado e cash & carry.



O Pingo Doce opera uma cadeia de supermercados e incorpora uma área de restauração em grande parte das suas lojas. Tem duas cozinhas centrais que, além dos restaurantes, abastecem também a operação de takeaway das lojas. O Pingo Doce opera ainda as parafarmácias **Bem-Estar**, postos de abastecimento de combustível e lojas de vestuário da marca **Code** (em parceria com um operador português especializado).



O Recheio opera uma cadeia de lojas de cash & carry e tem vindo a reforçar o seu modelo de negócio com uma operação especializada em food service, através de plataformas dedicadas que servem essencialmente os clientes HoReCa com serviço de entrega. O Recheio continua também a expandir uma rede de parceiros do Retalho Tradicional sob a insígnia **Amanhecer**.



Na Colômbia, a **Ara** opera uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. Ainda na Colômbia, a **Bodega del Canasto** opera como um mini cash & carry dirigido ao mercado tradicional (B2B), apresentando uma solução customizada de Marcas Próprias e marcas de indústria.

**Jerónimo Martins
Agro-Alimentar**

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principais objetivos salvaguardar a capacidade de as Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos e criar diferenciação de qualidade. Opera atualmente em quatro áreas: laticínios, agropecuária, aquacultura, e frutas e vegetais.

**JERONYMO
HUSSEL**

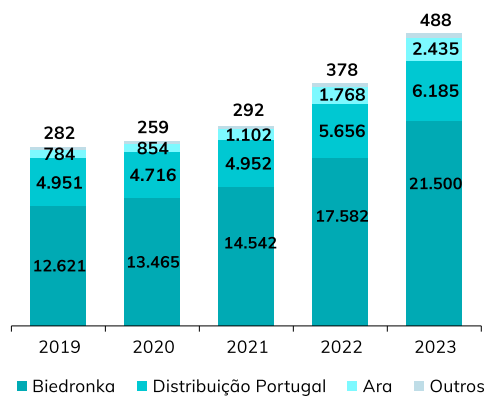
O Grupo opera duas cadeias especializadas em Portugal: as cafetarias e quiosques **Jeronymo**; e as lojas de chocolates e confeitaria **Hussel**.

Mais informações acerca das Companhias do Grupo podem ser consultadas no capítulo 2 deste Relatório e Contas em “Desempenho das Áreas de Negócio”.

1.2. Indicadores financeiros e operacionais

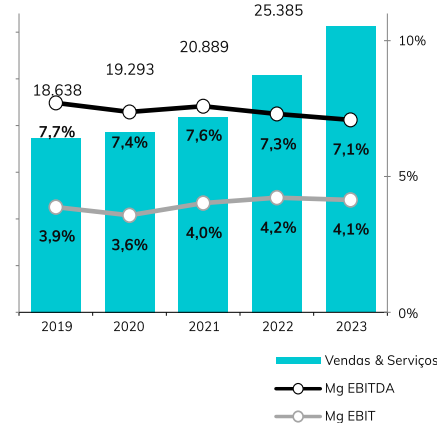
Vendas & Serviços

€ Milhões



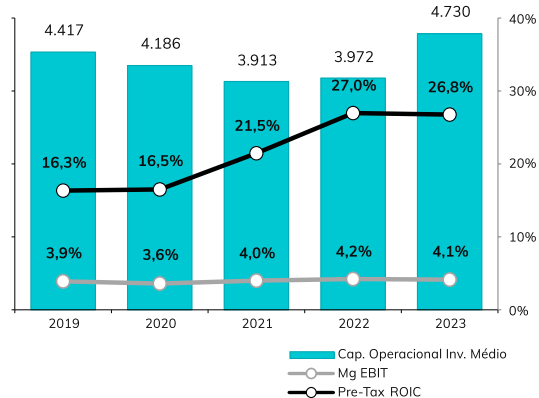
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT

€ Milhões



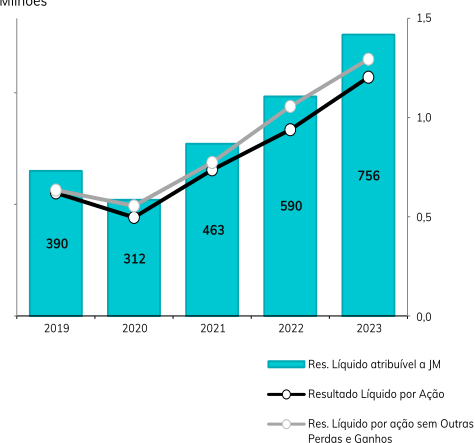
Pre-Tax ROIC

€ Milhões



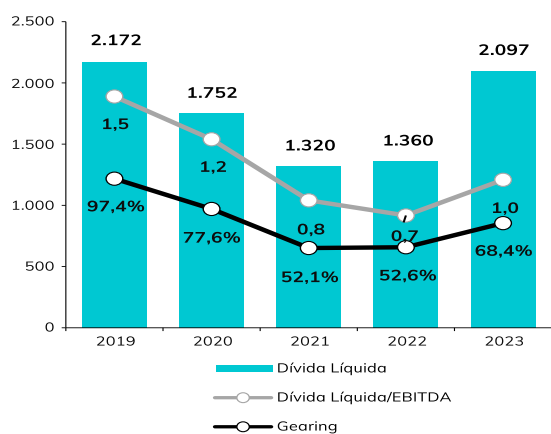
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação

€ Milhões

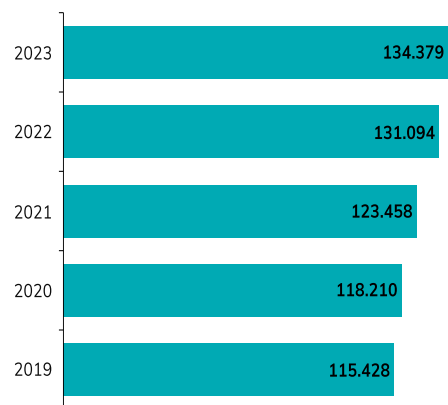


Dívida Líquida

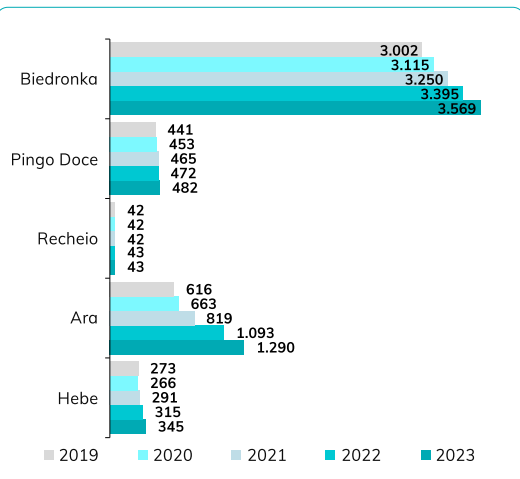
€ Milhões



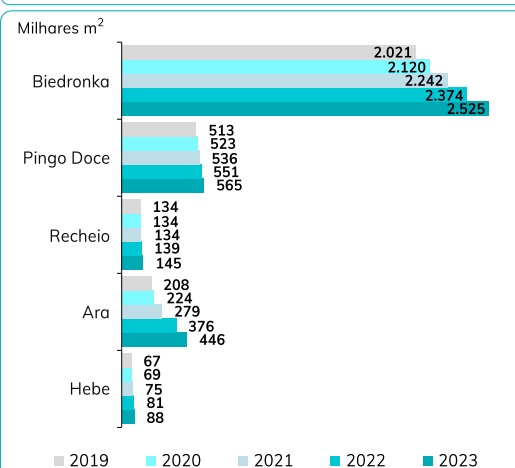
Colaboradores



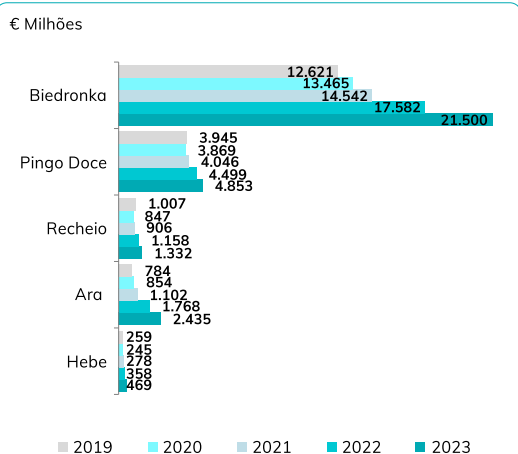
Número de Lojas



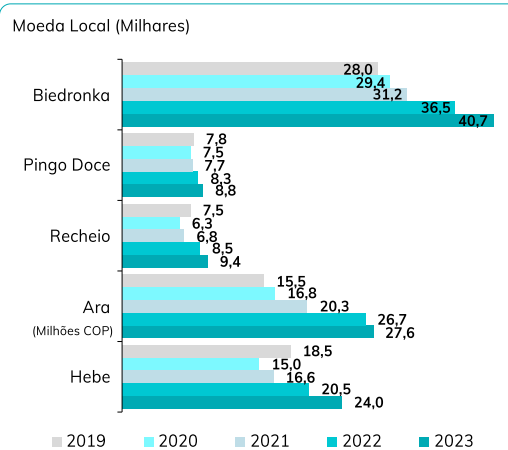
Área de Venda



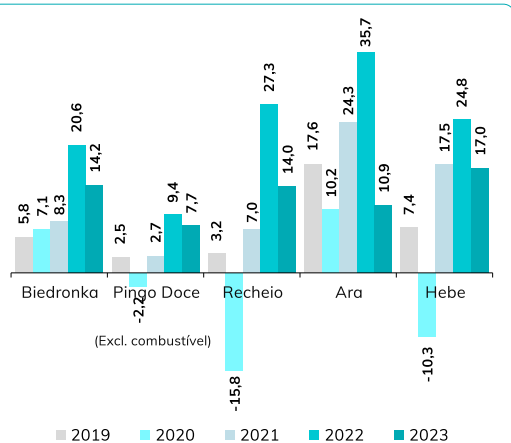
Vendas



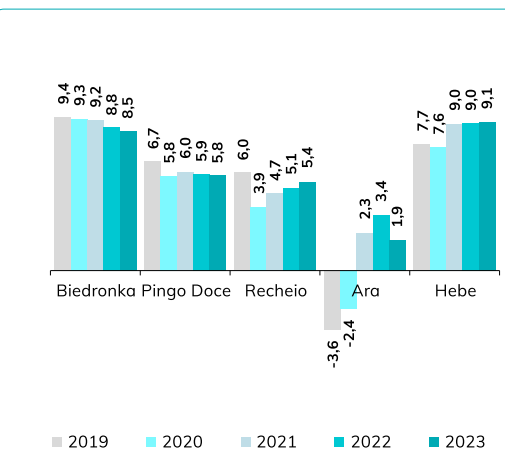
Vendas / m²



Crescimento LFL (%)



Margem EBITDA (%)



1.3. Órgãos sociais e estrutura

1.3.1. Órgãos sociais

Data de eleição: 21 de abril de 2022

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2022-2024



Pedro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
 Nascido em 7 de março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde dezembro de 2013
Administrador-Delegado desde abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde março de 1995



Andrzej Szlęzak
 Nascido em 7 de julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



António Viana-Baptista
 Nascido em 19 de dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010



A. Stefan Kirsten
 Nascido em 22 de fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração de abril de 2010 a fevereiro de 2011
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015



Clara Christina Streit
 Nascida em 18 de dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2016, é Presidente deste órgão desde abril de 2022



Elizabeth Ann Bastoni
 Nascida em 24 de julho de 1965
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2019



Francisco Seixas da Costa
 Nascido em 28 de janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais
 Nascido em 6 de abril de 1962
Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



María Ángela Holguín
 Nascida em 13 de novembro de 1963
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



Natalia Anna Oly nec

Nascida em 25 de julho de 1971

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2022



Sérgio Tavares Rebelo

Nascido em 29 de outubro de 1959

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013

Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2013, foi Presidente deste órgão entre abril de 2016 e abril de 2022

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Av. República 90, 6.º, 1600-206 Lisboa, Portugal

Representado por:

Pedro Miguel Borges Marques (ROC n.º 1.801)

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1.119)

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Martins Ferreira

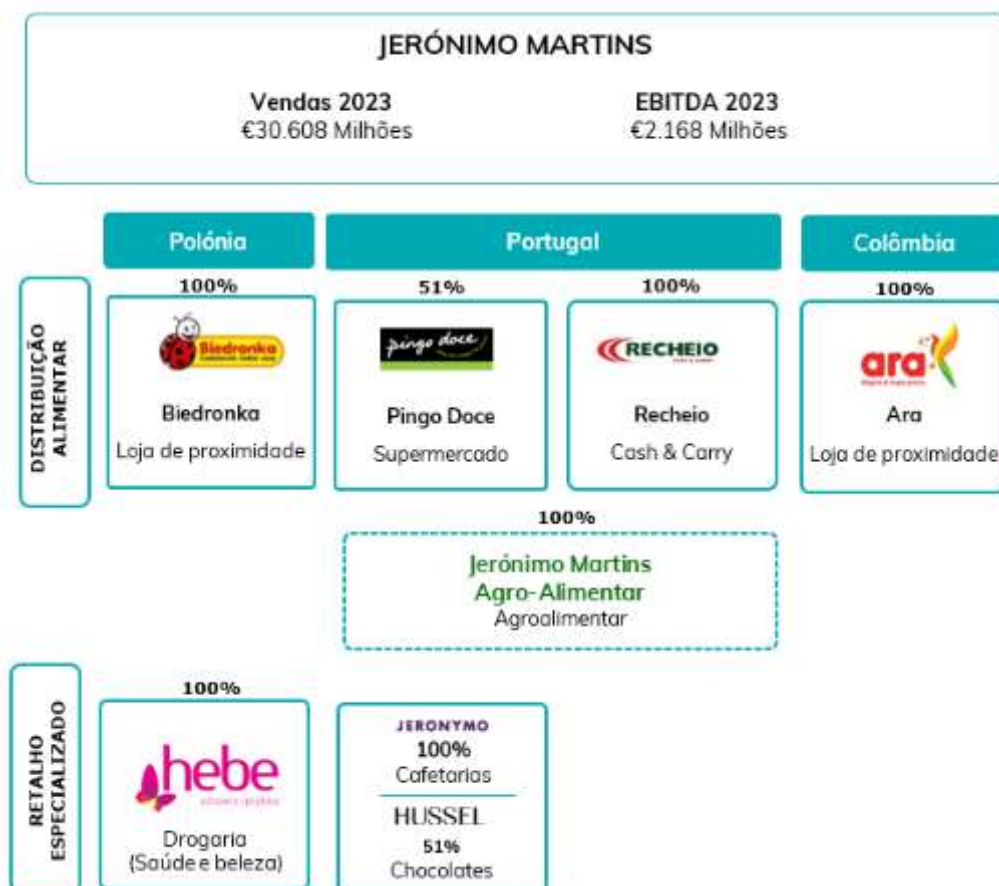
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Luis Miguel Reis Sobral

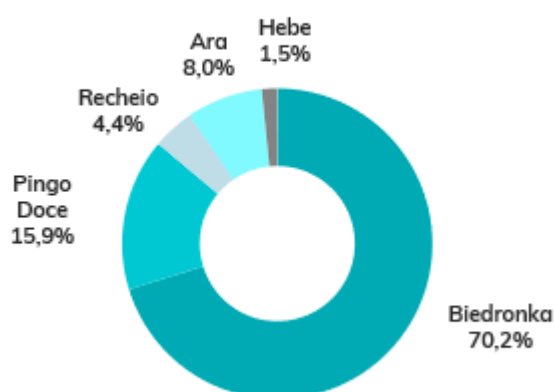
Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de negócios



Vendas por Área de Negócio 2023



EBITDA por Área de Negócio 2023

€ Milhões	EBITDA	% Total
Biedronka	1.838	84,8%
Pingo Doce	282	13,0%
Recheio	73	3,3%
Ara	45	2,1%
Hebe	43	2,0%
Outros	-112	-5,2%
Grupo JM	2.168	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins atua essencialmente no ramo alimentar, promovendo, através das suas Companhias e das suas marcas próprias, a disponibilização de soluções e produtos seguros, saudáveis e a preços acessíveis ao maior número de pessoas. O respeito por todos os stakeholders e o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor, no curto, médio e longo prazos, com vista a contribuir para a prosperidade, a coesão e o bem-estar das comunidades que os seus negócios servem.

Como parte integrante do nosso sentido de cidadania corporativa, assumimos, de forma clara e comprometida, a incorporação de preocupações ambientais e sociais na condução dos nossos negócios. Isto passa pela adoção de políticas e práticas que combatam as alterações climáticas, a desflorestação e a poluição, que promovam a preservação do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais, a redução da utilização de materiais poluentes, o aumento da reciclagem e da valorização dos resíduos gerados pelas nossas atividades, assim como o respeito e a defesa dos direitos humanos e dos princípios da diversidade e inclusão.

Assumimos a nossa responsabilidade para com o planeta e para com as comunidades onde estamos inseridos. Como especialistas alimentares, estamos empenhados na promoção de bons hábitos de alimentação e em contribuir para sociedades mais saudáveis. Como empregadores de referência, estamos comprometidos a impactar positivamente a vida dos nossos colaboradores que, todos os dias, contribuem para a construção e valorização dos nossos negócios.

Como resultado do trabalho competente que procuramos levar a cabo, da eficiência das nossas operações, da força das nossas marcas e das nossas posições de mercado, remuneramos de forma consistente os nossos investidores.

2.2. Valores

A forma como cumprimos a nossa Missão é moldada por Valores e Comportamentos que são comuns às nossas Companhias nos diferentes países onde operamos e que se traduzem da seguinte forma:

Elevamos a fasquia

Somos incansáveis e não nos acomodamos perante os desafios mais difíceis. O que fazemos vai para além das expectativas e encorajamos os outros a fazerem o mesmo. Vamos mais além e nunca aceitamos o status quo. Acreditamos que há sempre uma forma de fazer melhor e de superar os obstáculos mais exigentes. É por isto que nunca desistimos. Estamos sempre dispostos a tentar e por isso corremos riscos calculados sem comprometer o que tem de ser feito.

Contamos uns com os outros

Juntos somos muito mais fortes. Colaboramos e partilhamos. Acreditamos que o desenvolvimento de cada pessoa deve ser encorajado para que juntos consigamos alcançar metas mais ambiciosas. Trabalhamos arduamente para garantir que todas as vozes são ouvidas e que aprendemos através de diferentes pessoas e perspetivas. Valorizamos e celebramos as nossas conquistas.

Acreditamos em fazer o que é correto

O que fazemos é tão importante como a forma como o fazemos. Responsabilizamo-nos pelas nossas decisões, não mentimos. Regemo-nos pela ética e pela honestidade e tomamos decisões de longo prazo que servem os interesses das nossas pessoas, dos nossos clientes, das nossas comunidades e também dos nossos acionistas. Tratamos com dignidade e respeito quem connosco se cruza para fazer o negócio acontecer.

2.3. Visão estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios-chave:

- **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde operam;
- **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade, e contribuição ativa e relevante para a melhoria de qualidade de vida dos colaboradores, das suas famílias e das comunidades, e para a sustentabilidade como um todo;
- **Independência:** gestão cuidada e responsável do balanço e também das fontes de abastecimento para assegurar a continuidade das operações e a autonomia na tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, as Companhias do Grupo desenvolvem as suas atividades assumindo três áreas de foco transversais aos países onde operamos e que refletem o forte sentido de propósito que guia Jerónimo Martins:

- **Consumidor:** democratizar o acesso a produtos e soluções alimentares de qualidade, garantindo a máxima segurança e poupança a quem escolhe as nossas lojas de proximidade, nas quais os produtos frescos e a marca própria assumem lugar de destaque e um papel estratégico na promoção da saúde pela alimentação;
- **Colaborador:** proporcionar um ambiente de trabalho saudável, uma remuneração justa e adequada, respostas às necessidades e vulnerabilidades, e oportunidades de desenvolvimento na organização, de forma a promover o bem-estar e o sentimento de realização pessoal e profissional;
- **Parceiros de negócio:** estabelecer relações de longo prazo que permitam a criação de valor partilhado e o crescimento e desenvolvimento dos parceiros estratégicos do Grupo, e que assegurem a sustentabilidade da cadeia de abastecimento e a inovação que reforça a atratividade e relevância das nossas propostas de valor.

2.4. Perfil operacional

O posicionamento operacional das Companhias do Grupo reflete uma abordagem focada em valor e qualidade, com uma orientação estratégica de *mass-market*, desenvolvida especificamente para os mercados e comunidades em que estão inseridas.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo leves. Todas as propostas de valor são marcadas por uma clara orientação ao cliente e uma forte diferenciação em três vetores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, marcas próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, o que permite atingir uma dimensão que é fundamental para criar economias de escala, que, por sua vez, permitem aumentar a eficiência logística e operacional. Tal dimensão permite oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança, essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que escolhem as nossas lojas.

**Jerónimo
Martins**



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento

1. Enquadramento de 2023.....	23
2. Desempenho do Grupo.....	32
3. Desempenho das Áreas de Negócio.....	46
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	65
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	67
6. Política de Distribuição de Dividendos.....	68
7. Proposta de Aplicação de Resultados	69
8. Notas Reconciliatórias	70

1. Enquadramento de 2023

O ano de 2023 ficou marcado por desafios decorrentes da inflação, que se manteve a níveis historicamente elevados em todo o mundo. Os principais bancos centrais a nível global continuaram a aumentar as taxas de juro de referência, tornando a política monetária mais restritiva.

O crescimento económico foi moderado em virtude da diminuição generalizada do consumo privado. As famílias e as empresas, confrontadas com a inflação e com os elevados juros do crédito bancário, viram o seu poder de compra e de investimento diminuir. No entanto, a generalidade dos agregados familiares beneficiou da resiliência do emprego a nível global.

Apesar de se ter cifrado em taxas elevadas, a inflação diminuiu ao longo do ano na maioria das economias, principalmente devido ao alto nível de preços verificado em 2022 e à redução dos preços da energia. A tendência dos juros de referência nas principais economias mundiais foi de subida, com um total de quatro aumentos por parte da Reserva Federal dos EUA, para o valor mais elevado desde 2001, e seis aumentos do Banco Central Europeu (BCE), para o valor mais elevado alguma vez registado na zona euro.

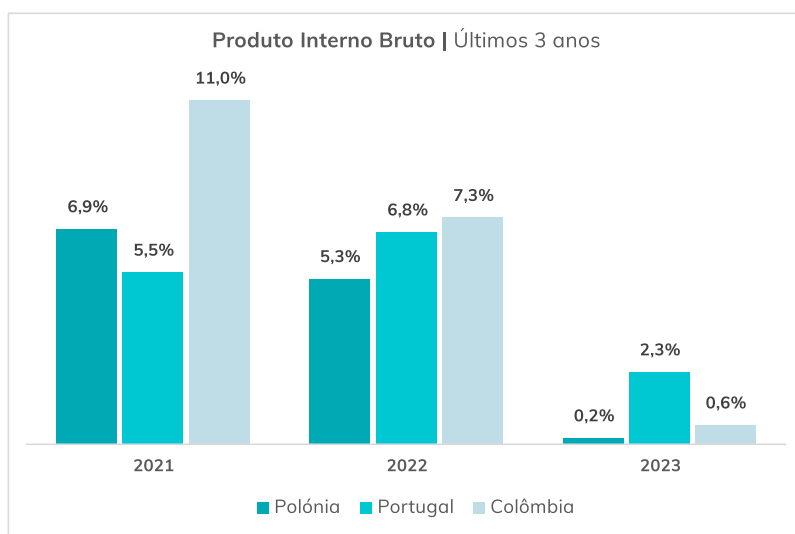
O ano de 2023 foi também marcado por tensões geopolíticas, com as guerras na Ucrânia e no Sudão a perdurar e a eclosão de um novo conflito no Médio Oriente.

Ainda que estas tensões se tenham refletido na maior volatilidade dos mercados perante a falta de confiança global e nos necessários ajustamentos macroeconómicos, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 3,1% em 2023, devendo manter-se estável em 2024, o que é revelador da resiliência das economias.

Na Polónia, o ano ficou marcado pelas eleições legislativas de outubro, que levaram a uma mudança de governo.

Em Portugal, o contexto político também registou alterações. A demissão do primeiro-ministro levou o Presidente da República a dissolver o parlamento e a marcar eleições legislativas antecipadas para março de 2024.

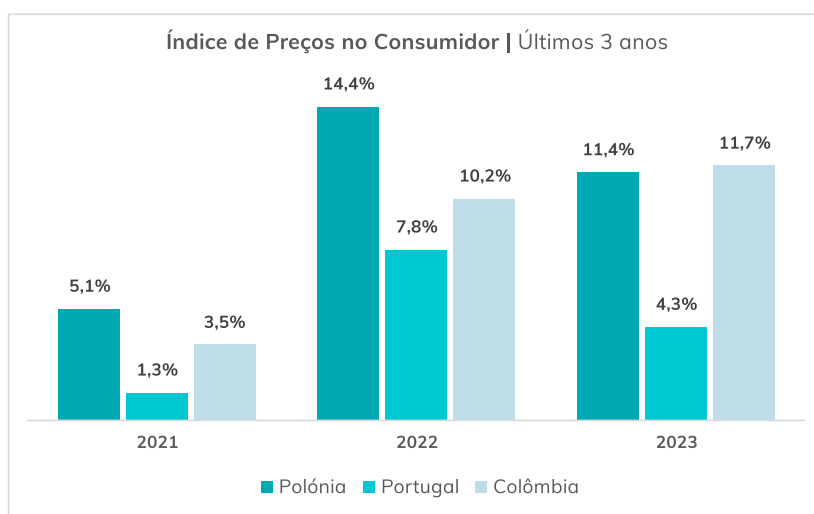
Na Colômbia, o Presidente enfrentou uma pesada derrota nas eleições regionais o que tem vindo a dificultar a implementação das políticas do governo, que dependem do apoio do congresso.



A Polónia registou um crescimento económico muito ténue em 2023, de 0,2%. O consumo privado estagnou devido à inflação e aos elevados custos financeiros. O investimento manteve-se robusto, apesar da diminuição registada no sector da construção.

A economia portuguesa também abrandou. O PIB cresceu 2,3% em 2023 em resultado das condições financeiras mais restritivas e do crescimento económico pouco significativo dos principais parceiros comerciais. A produção industrial abrandou e as exportações de bens desaceleraram significativamente. No sentido inverso, a forte recuperação do sector do turismo e o aumento da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) contribuíram para o crescimento económico do país.

Na Colômbia, o crescimento do PIB abrandou substancialmente desde finais de 2022, tendo crescido apenas 0,6% em 2023. O investimento caiu para cerca de 15% do PIB em 2023, em comparação com uma média de 23% no período 2014-2019. As taxas de juro elevadas e a incerteza política foram os principais fatores que contribuíram para essa queda. O consumo privado, que foi um dos principais motores da recuperação pós-pandemia, também desacelerou. A inflação de 2023 fixou-se nos 11,7% (10,2% em 2022), com a inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares e energéticos, a fixar-se em 10,0% (6,5% em 2022).

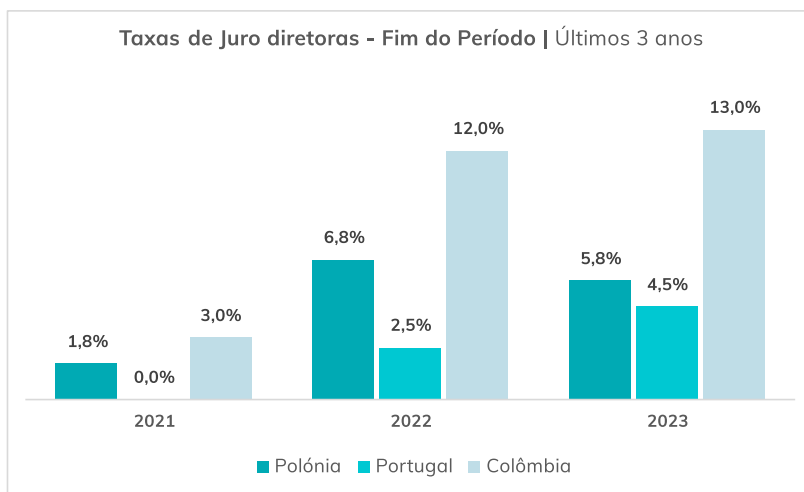


A inflação em 2023 diminuiu na maioria das economias, mas permaneceu em níveis historicamente altos. A redução dos preços da energia foi o principal fator que contribuiu para essa diminuição. A inflação subjacente, que exclui os preços mais voláteis da energia e dos alimentos, manteve-se relativamente elevada.

A inflação na Polónia recuou ao longo de 2023, mas manteve-se em níveis médios elevados. A redução das perturbações nas cadeias de abastecimento foi o principal fator que contribuiu para o abrandamento das subidas de preços. A inflação subjacente reduziu de forma menos acentuada, devido à robustez do mercado de trabalho, que levou a aumentos salariais significativos e, conseqüentemente, suportando a procura. Para mitigar a elevada inflação, o governo polaco decidiu manter o corte no IVA dos produtos alimentares essenciais durante todo o ano de 2023, mantendo-o em vigor, pelo menos, até ao final do primeiro trimestre de 2024.

A inflação em Portugal foi de 4,3% em 2023. A descida da inflação foi mais rápida e mais ampla do que se previa no início do ano, devido a efeitos base e ao comportamento favorável nas componentes de energia. Em abril, o governo avançou com uma redução temporária do IVA de um cabaz de produtos essenciais, que se manteve em vigor até ao final do ano.

Apesar da redução da inflação alimentar, a inflação na Colômbia voltou a aumentar, em resultado do aumento de preço dos transportes e dos custos com habitação e energia.

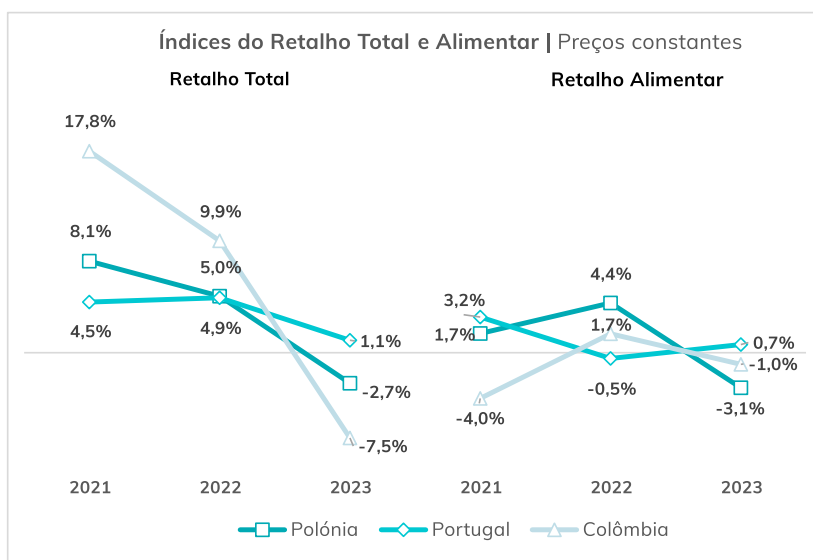


Em 2023, os principais bancos centrais reforçaram o carácter restritivo da política monetária.

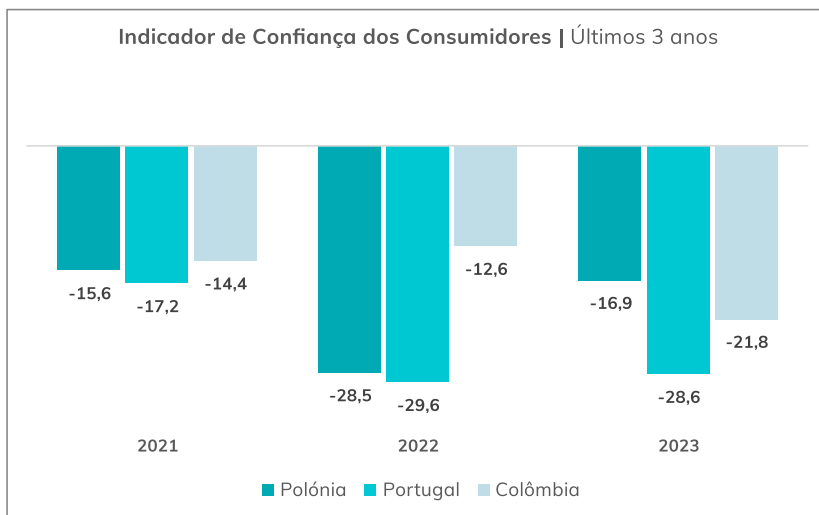
Na Colômbia, as taxas de juro aumentaram três vezes, atingindo 13,25%, o valor mais elevado dos últimos 25 anos. Já em dezembro, houve um corte de 0,25 p.p. para os 13,0%.

Na Polónia, as taxas mantiveram-se inalteradas em máximos de 20 anos até setembro, quando se verificou um corte de 0,75 p.p., que surpreendeu o mercado. Em outubro, foi implementado um corte adicional de 0,25 p.p., que colocou a taxa de referência nos 5,8% até ao final do ano.

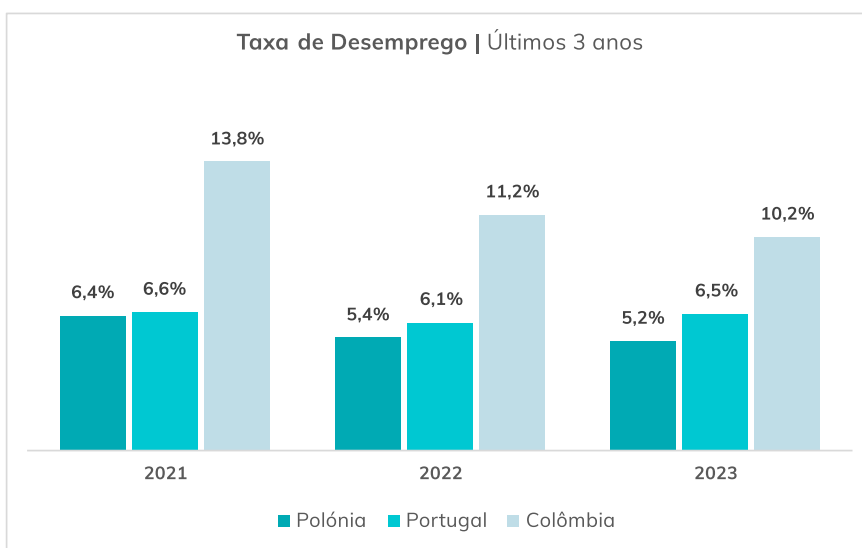
Em Portugal, as taxas diretoras aumentaram seis vezes por via do BCE, o que equivale a um aumento total de 2,0 p.p., para um máximo histórico de 4,5%.



As vendas totais no sector do retalho a preços constantes registaram, em 2023, um desempenho pior do que em 2022, com taxas de crescimento real negativas na Polónia e na Colômbia. O mesmo aconteceu com as vendas de Retalho Alimentar. Esta evolução deve-se à diminuição do rendimento disponível das famílias, agravada pela elevada inflação alimentar, os custos de financiamento elevados e a baixa confiança. A manutenção dos níveis de emprego terá ajudado a conter esta pressão.



O Indicador de Confiança dos Consumidores melhorou na Polónia e em Portugal em 2023, apesar de permanecer em território claramente negativo. Na Polónia, o indicador foi melhorando de forma contínua ao longo do ano. Em Portugal, a confiança tornou-se menos negativa entre janeiro e julho, mas voltou a recuar nos meses seguintes. Ainda assim, a confiança esteve quase sempre em níveis menos negativos do que os registados em 2022. Na Colômbia, o índice de confiança médio anual de 2023 diminuiu face ao valor médio de 2022, ainda que o indicador tenha melhorado no segundo semestre, fechando o ano com valores próximos dos registados em 2022.



O mercado laboral global manteve-se bastante resiliente, com a taxa de desemprego na Polónia a baixar no primeiro semestre do ano e a estabilizar desde então. A forte pressão do mercado laboral voltou a ser um fator que contribuiu para um forte crescimento dos salários em 2023, ligeiramente atenuado pelos cidadãos ucranianos que integraram o mercado de trabalho polaco.

Na Colômbia, a taxa de desemprego também baixou de forma contínua ao longo do ano. Em Portugal, a taxa média de desemprego aumentou 0,4 p.p. face à verificada em 2022.

No que se refere às taxas cambiais, em 2023, o zloty registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4,5336 em relação ao euro, correspondente a uma apreciação de 3,4% face ao câmbio médio de 4,6883 registado em 2022.

¹ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operarem nessa moeda

O peso colombiano fechou o ano com uma forte valorização¹ de 20,2% no mercado cambial (4.223 a 31 de dezembro de 2023 face a 5.075 a 31 de dezembro de 2022). Ainda assim, registou uma taxa de conversão anual média de 4.640 face ao euro que se traduz numa depreciação de 3,4% face aos 4.480 de 2022.

Para 2024, a expectativa geral é de que o crescimento económico na Polónia recupere, com o consumo privado a contribuir positivamente, acompanhado por uma robustez no investimento e apoiado pelos fundos do PRR da União Europeia. A política monetária deverá ser menos restritiva, podendo levar a uma redução moderada das taxas de juro, dado o risco de persistência da inflação e a incerteza das perspetivas económicas e políticas.

A economia portuguesa deverá crescer de forma muito ligeira em 2024, assente no consumo privado que poderá ser apoiado pela redução da inflação sobre o rendimento das famílias e pela dissipação de alguns efeitos da política monetária restritiva do BCE, se estes tiverem lugar na primeira metade do ano. O investimento privado também deverá crescer, suportado pelos fundos do PRR. O baixo contributo das exportações líquidas deverá ser desfavorável para o aumento do PIB em 2024.

Na Colômbia, a inflação, as taxas de juro elevadas e a incerteza política deverão pressionar a procura interna, levando a um crescimento muito moderado da economia em 2024. A inflação alimentar deverá sofrer novas pressões devido às condições climáticas, mas a tendência de diminuição deve continuar. A gravidade dos fenómenos climáticos poderá resultar em pressões sobre os preços dos alimentos e da eletricidade, devido à menor produção agrícola e de energia hidroelétrica. Se isso acontecer, o banco central poderá adiar o ciclo de corte de taxas de juros, restringindo ainda mais o crédito e levando a um maior abrandamento económico.

A nível mundial, a trajetória da inflação em 2024 é incerta. Por um lado, a subida dos salários reais deverá proporcionar às famílias um maior poder de compra, mas, por outro, persistem incertezas acerca da evolução dos preços da energia e dos impactos logísticos dos conflitos militares. A inflação deverá continuar a desacelerar, indo tendencialmente ao encontro das metas de inflação dos bancos centrais.

1.1. Polónia

Retalho Alimentar Moderno

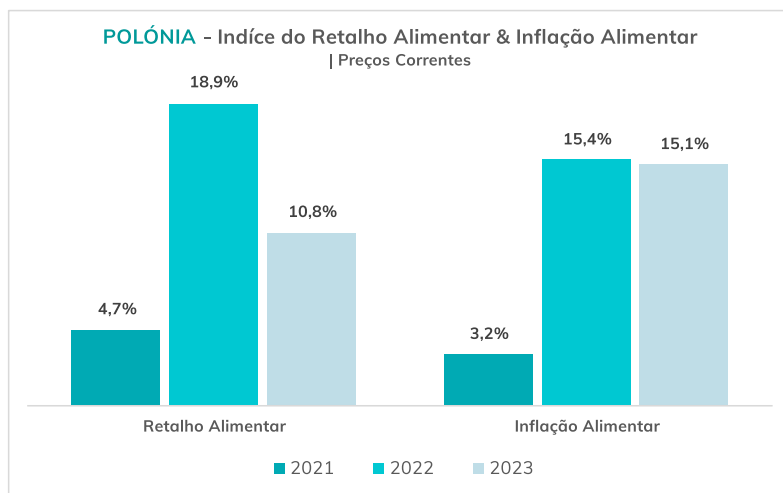
A inflação e os juros elevados continuaram a influenciar o sector do retalho na Polónia, com a resiliência do mercado laboral e a subida dos salários a atenuar esse efeito negativo.

O comportamento das vendas a retalho não foi uniforme ao longo do ano, registando-se, a preços constantes, uma contração maior no primeiro semestre do que aquela que se verificou no segundo semestre. Esta evolução explica-se com a queda da inflação, mas também com os efeitos decorrentes do aumento do salário mínimo e da melhoria da confiança dos consumidores.

Em janeiro de 2023, o salário mínimo na Polónia aumentou 15,9% para 3.490 zloty, tendo tido nova atualização de 3,2% em julho para 3.600 zloty. Este facto produziu aumento de custos nas empresas, mas aumentou o poder de compra e a confiança das famílias.

Embora a subida dos preços tenha sido um desafio, tanto para as empresas como para as famílias, alguns especialistas² admitem que foi graças à inflação que foi possível manter vendas, apesar de quedas significativas nos volumes. Ao mesmo tempo, a elevada sensibilidade dos consumidores aos preços levou os retalhistas a intensificar atividades promocionais e de fidelização.

² Retail Barometer da Future Minds



Não obstante o crescimento, a preços correntes, do mercado de Retalho Alimentar em 2023, a preços constantes verificou-se uma retração de 3,1% em resultado da diminuição de volumes.

Em 2024, os operadores do sector do retalho³ devem continuar a operar num contexto de forte concorrência de preços. Os retalhistas continuarão a atividade promocional para se manterem competitivos, ao mesmo tempo que colocam maior ênfase na fidelização dos clientes.

O consumo⁴ em 2024 deve ser suportado pela combinação de um crescimento económico mais forte, um mercado de trabalho sólido e uma inflação mais baixa, traduzindo-se numa melhoria do poder de compra das famílias ao longo do ano. Todos os indicadores de confiança dos consumidores apontam para uma melhoria do consumo ao longo de 2024.

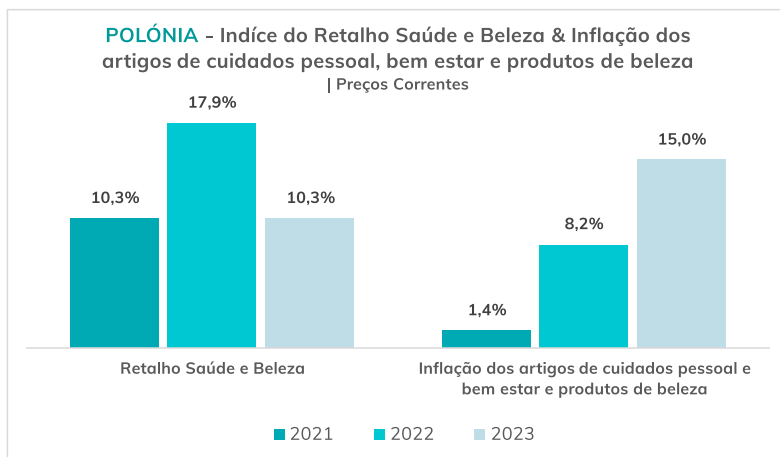
O salário mínimo registou um aumento de 17,8% para 4.242 zloty em janeiro de 2024 e voltará a aumentar 1,4% em julho de 2024 para 4.300 zloty. Tendo em conta as previsões, é estimado que os salários reais aumentem acima dos 5%. A subida do salário mínimo afetará grande parte da população e poderá ter um impacto significativo no crescimento do consumo, se as famílias não adotarem um comportamento cauteloso, perante a incerteza.

Retalho de Saúde e Beleza

Em 2023, na Polónia, o mercado de Saúde e Beleza mostrou-se mais resiliente do que a globalidade do sector do retalho. Os preços dos produtos de higiene pessoal e cosméticos aumentaram menos do que o esperado, tendo as empresas do sector absorvido parte do efeito do aumento de preços nas suas margens, que são estruturalmente mais elevadas do que as praticadas no retalho alimentar.

³ Future Minds

⁴ Fitch



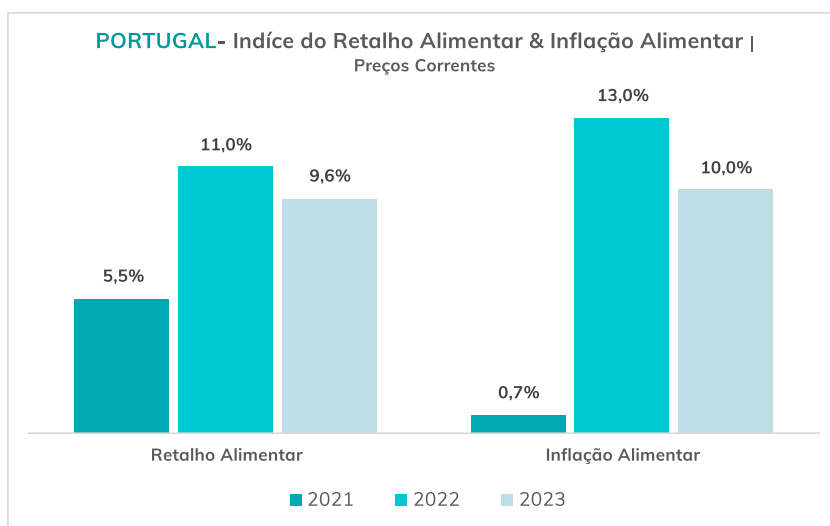
1.2. Portugal

Retalho Alimentar Moderno

Em 2023, o Retalho Alimentar foi fortemente impactado pela elevada inflação, que atingiu 20% no primeiro trimestre. Esta situação levou a insatisfação social e a medidas de resposta por parte do governo, com a eliminação temporária do IVA num cabaz de produtos essenciais até ao final do ano.

O salário mínimo aumentou 7,8% para 760 euros em janeiro de 2023, o que mitigou os efeitos da inflação alimentar de 10%, após ter registado um aumento de 13% em 2022. Em janeiro de 2024 o salário mínimo nacional foi atualizado para 820 euros.

O Retalho Alimentar cresceu em 2023, mas a uma taxa inferior à inflação alimentar, que continuou nos dois dígitos, embora tenha vindo a baixar substancialmente ao longo do ano, encerrando a 1,7%.



O mercado de Retalho Alimentar manteve-se fortemente concorrencial, tendo terminado o ano de 2023 com mais de 80 novas lojas dos principais operadores e com uma aquisição relevante por parte de um operador internacional.

Em 2024, o contexto deverá ser ligeiramente melhor para as famílias, tendo em conta as subidas salariais previstas, a descida significativa da inflação e a redução das taxas de juro que se espera sobretudo para o segundo semestre (com os efeitos no crédito à habitação a fazerem-se sentir apenas em 2025), bem como a expectativa de manutenção dos níveis de emprego. Os salários superiores à retribuição mínima e as pensões devem voltar a ter uma atualização percentualmente menor, mas que, ainda assim, poderá permitir recuperar parte do poder de compra perdido nos últimos anos.

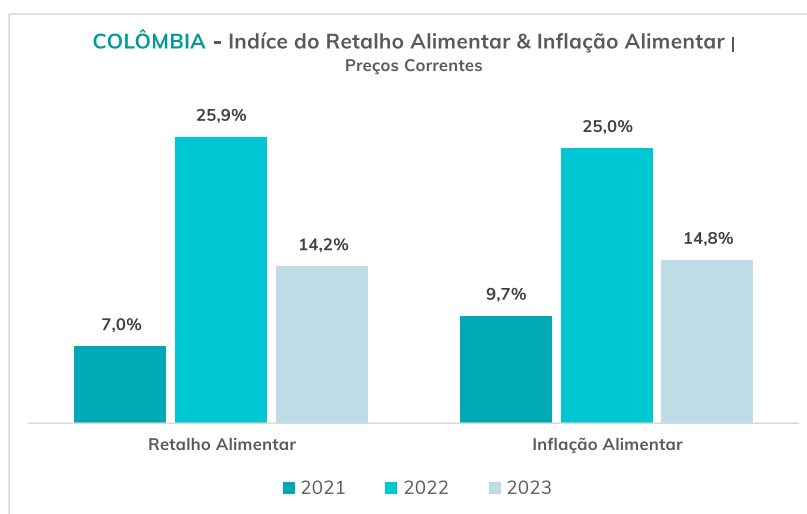
Mercado Grossista

De acordo com dados da Nielsen⁵, o segmento cash & carry registou um crescimento de 15,9%, face ao ano anterior, alcançando um volume de vendas de cerca de 2,2 mil milhões de euros.

O canal HoReCa recuperou de forma significativa no primeiro semestre, desacelerando no segundo, refletindo o menor poder de compra dos consumidores. Foi, no entanto, um ano muito positivo para o turismo em Portugal, que impactou positivamente a atividade de cash & carry e, em menor grau, a do Retalho Alimentar tradicional.

1.3. Colômbia

Retalho Alimentar Moderno



O Retalho Alimentar desacelerou face a 2022, num contexto de inflação alimentar mais alta do que o crescimento das vendas a retalho. Deste modo, o crescimento real da despesa das famílias com a alimentação foi negativo, depois de ter sido quase nulo em 2022.

Apesar da redução da inflação, a entrada em vigor do novo imposto “Impuestos saludables” em novembro de 2023 gerou uma subida relevante de preços em vários produtos alimentares. Este imposto aplica-se a produtos que podem ser prejudiciais à saúde, seja por conterem níveis de açúcar, sal ou gordura excessivos, seja por serem processados ou ultra-processados, integrando a reforma fiscal colombiana. Espera-se que tenha impacto na inflação também nos próximos anos.

Ao longo do ano, os inquéritos aos consumidores mostravam que cerca de metade citava a subida dos preços da alimentação como a maior preocupação para os meses seguintes.

O salário mínimo na Colômbia no final de 2023 era de 1.160.000 pesos colombianos, o equivalente a cerca de 270 euros. Para 2024, o salário mínimo mensal foi atualizado em 12,1% para 1.300.000 pesos colombianos. De salientar que, segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), 55% da força de trabalho está na informalidade, pelo que, poderá auferir rendimentos abaixo do salário mínimo.

As perspetivas económicas continuam a apontar para um crescimento moderado em 2024. Há receios relacionados com a inflação, pois o preço dos produtos alimentares poderá sofrer novas pressões devido ao fenómeno climático El Niño e, não menos importante, pelo efeito dos ajustamentos automáticos de preços no início de cada ano.

⁵ Nielsen – setembro de 2023

Fontes Consultadas:

Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Fedesarrollo; Nielsen; Future Minds, Fitch BMI, Mordor Intelligence, iAlimentar, America Retail, Valora Analytik.

Nota: Todos os dados macroeconómicos apresentados neste subcapítulo têm como base a última informação disponível à data do encerramento deste relatório.

2. Desempenho do Grupo

2.1. Visão geral sobre o desempenho

+20,6% VENDAS Para €30.608 Milhões (+18,1% excl. FX)	+17,0% EBITDA Para €2.168 Milhões (+13,7% excl. FX)	+28,2% R. LÍQUIDO Para €756 Milhões (EPS de €1,20)
PROGRAMA DE INVESTIMENTO €1.209 Milhões	CASH FLOW €345 Milhões	DÍVIDA LÍQUIDA €2.097 Milhões (posição de caixa líquida: €1.184 Milhões, excl. ajustes IFRS16)

O ano de 2023 caracterizou-se por uma conjuntura exigente de abrandamento económico, com os consumidores a revelarem ainda maior sensibilidade ao fator preço.

Nos três mercados em que temos operações de distribuição alimentar – Polónia, Portugal e Colômbia –, registou-se uma progressiva redução da inflação alimentar e observou-se uma persistente contenção do consumo por parte das famílias.

O Grupo manteve o crescimento das vendas como prioridade estratégica, com todas as insígnias a demonstrarem uma enorme determinação em manter os preços baixos, sem descuidar a melhoria constante da oferta e da experiência de compra que proporcionam aos seus clientes, nem a execução do ambicioso programa de investimento definido para o ano.

Em resultado desta determinação e deste foco estratégico, 2023 ficará marcado na já longa história do Grupo como o ano em que superámos o marco dos 30 mil milhões de euros de vendas. Esta conquista traduz o reconhecimento pelos consumidores da consistência do foco das nossas insígnias na liderança de preço e qualidade das propostas de valor.

A assertividade das propostas de valor, conjugada com o compromisso de preços baixos num contexto difícil para os consumidores, impulsionaram o aumento das vendas e permitiram um sólido crescimento do EBITDA do Grupo, que atingiu 2,2 mil milhões de euros. A respetiva margem caiu 22 p.b. face a 2022, refletindo o investimento em preço e a inflação registada ao nível dos custos.

No final do ano, o Grupo apresentava uma posição líquida de caixa (excluindo responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de 1,2 mil milhões de euros, mantendo a solidez do seu balanço.

O Pre-Tax ROIC consolidado foi de 26,8% (27,0% em 2022), refletindo o foco de todas as companhias em proteger a rentabilidade através do crescimento de vendas num contexto de desaceleração de inflação alimentar e de elevada inflação de custos.

O Grupo manteve-se determinado na execução da sua estratégia de sustentabilidade, com progressos importantes em diversas áreas de responsabilidade corporativa.

Destaques de Responsabilidade Corporativa

Pelo quarto ano consecutivo, somos o retalhista alimentar a nível mundial com melhor classificação pelo CDP (Disclosure Insight Action), na sequência da classificação máxima (A) que obtivemos no combate às alterações climáticas (programa Climate Change) e do nível de liderança (A-) que alcançámos em 2023, tanto na gestão da água enquanto recurso crítico (programa Water Security) como na gestão das matérias-primas mais associadas ao risco de desflorestação (programa Forests), e que são óleo de palma, papel/madeira, gado bovino e soja.

Em 2023, reduzimos em 24% as nossas emissões de carbono, face a 2017. No mesmo período, a faturação global do Grupo aumentou 88%. Fechámos 2023 com painéis fotovoltaicos instalados em cerca de 780 lojas e centros de distribuição. As nossas maiores companhias estiveram em destaque na iniciativa Lean & Green, com a Biedronka a manter a sua estrela e o Pingo Doce a alcançar as quatro estrelas, sendo a primeira empresa portuguesa e a quarta europeia a consegui-lo.

A nossa estratégia comercial permitiu, em 2023, assegurar que mais de 90% das compras de produtos alimentares do Grupo fossem feitas a fornecedores locais. O peso dos produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade aumentou e já representa 13,4% dessas categorias (era 8,4% em 2022). Em Portugal, o Pingo Doce foi o primeiro retalhista a vender frango nacional certificado em produção livre de antibióticos e em bem-estar animal.

Procuramos promover a adoção de hábitos alimentares baseados em dietas equilibradas e mais saudáveis nos países onde operamos. Depois de, em 2022, termos retirado os corantes artificiais de todos os produtos de Marca Própria em Portugal, em 2023, retirámos também os intensificadores de sabor, tornando-se o Pingo Doce o primeiro e único retalhista do país a fazê-lo.

As nossas insígnias também reforçaram o trabalho realizado junto das comunidades envolventes às respetivas lojas e, em 2023, o valor dos apoios diretos concedidos em dinheiro e em géneros ascendeu a mais de 87 milhões de euros, um aumento de cerca de 6% face a 2022.

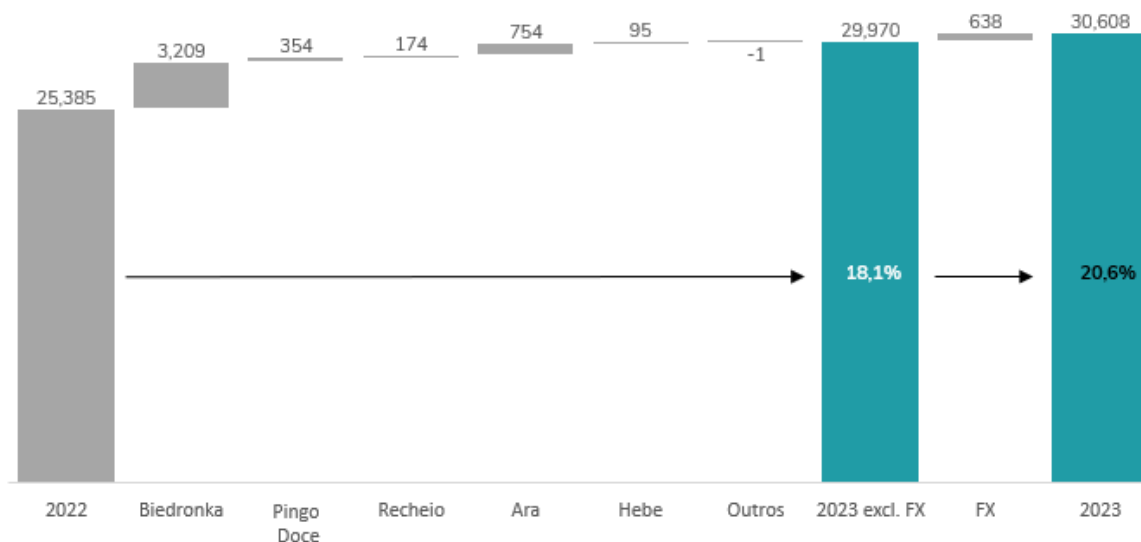
Internamente, investimos 312 milhões de euros em medidas de reconhecimento atribuídas aos nossos colaboradores, que foram também os destinatários de 36,3 milhões de euros em programas de responsabilidade social interna e 7,9 milhões de euros em medidas de bem-estar. Em Portugal, fomos distinguidos como Marca Entidade Empregadora Inclusiva, o que acontece pelo terceiro ano consecutivo para a holding do Grupo (tendo obtido este ano pela primeira vez o selo de excelência) e para o Recheio, e pela primeira vez para o Pingo Doce.

Mais informações sobre estas e outras ações de sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” deste Relatório e Contas.

2.2. Foco no crescimento rentável

As **Vendas do Grupo** cresceram 20,6% para 30,6 mil milhões de euros, +18,1% a taxas de câmbio constantes. Os investimentos realizados pelas diferentes insígnias no reforço da sua competitividade estiveram na base do LFL do Grupo que, no ano, aumentou 12,8%.

Contribuição para o Crescimento de Vendas (€ Milhões)



Vendas Consolidadas

(€ Milhões)	2023		Δ%		LFL
		% total	excl. F/X	Euro	
Biedronka	21.500	70,2%	18,2%	22,3%	14,2%
Pingo Doce*	4.853	15,9%		7,9%	7,2%
Recheio	1.332	4,4%		15,1%	14,0%
Ara	2.435	8,0%	42,7%	37,7%	10,9%
Hebe	469	1,5%	26,6%	30,9%	17,0%
Outros & Ajustes de Consolidação	19	0,1%		(5,3)%	
Total JM	30.608	100%	18,1%	20,6%	12,8%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

Na **Polónia**, a inflação alimentar embora reduzindo-se consistentemente ao longo de 2023, manteve-se elevada, levando os consumidores a revelar um comportamento progressivamente mais sensível ao fator preço e com elevada orientação para as promoções.

A **Biedronka** manteve uma forte dinâmica comercial ao longo de todo o ano e, num mercado em que os volumes se mantiveram permanentemente pressionados, entregou consistentemente crescimentos significativos em valor e em volume, tendo aumentado a sua quota de mercado.

A **Hebe**, com um sortido competitivo e bem desenhado, e uma operação de e-commerce em franca expansão, registou um forte desempenho de vendas, com o canal online a manter um notável dinamismo na Polónia e a suportar a estratégia de crescimento na Chéquia e na Eslováquia.

Em **Portugal**, a inflação alimentar também registou uma desaceleração substancial ao longo de 2023, enquanto o contexto de consumo permaneceu débil, com o rendimento real das famílias exposto a pressões decorrentes da persistência de preços elevados e do aumento das taxas de juro.

A boa dinâmica do turismo em Portugal, principalmente ao longo do primeiro semestre do ano, foi o principal motor de crescimento no segmento de cash & carry.

O **Pingo Doce** registou um sólido crescimento das vendas, muito em resultado da sua agressiva política de preços e promoções, do contributo da área de meal solutions, e do diferenciador layout de loja resultante do programa de remodelações.

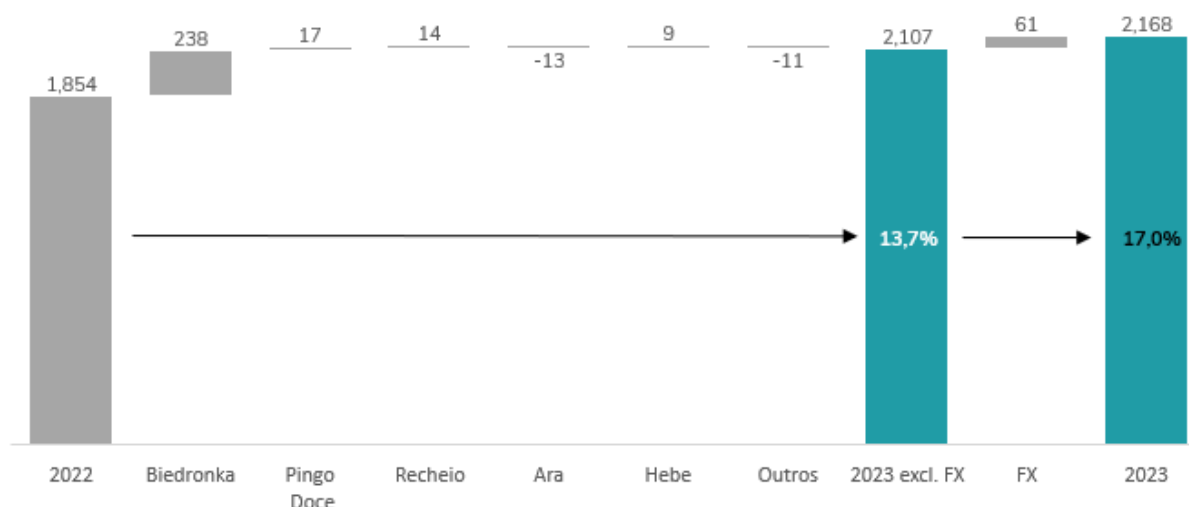
No **Recheio**, o bom desempenho reflete a forte proposta de valor, cuidadosamente desenhada para cada um dos segmentos de clientes, e a dinâmica que se verificou no canal HoReCa em Portugal.

Na **Colômbia**, a persistência de níveis muito elevados de inflação pressionou o rendimento das famílias. A deterioração do consumo ao longo do ano foi notória, com as famílias a revelarem uma diminuta capacidade para reagir a oportunidades de preço e a cingirem-se a um cabaz alimentar totalmente focado nas necessidades básicas. Este contexto traduziu-se numa queda de volumes no mercado e a movimentos adicionais de trading down.

A **Ara** reforçou o seu posicionamento de preço e afirmou a força da sua marca, investindo para aumentar o acesso das famílias colombianas a bens alimentares essenciais.

O **EBITDA do Grupo** foi de 2,2 mil milhões de euros, 17% acima de 2022 (+13,7% a taxas de câmbio constantes). A respetiva margem foi de 7,1%, versus 7,3% em 2022.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (€ Milhões)



Na **Biedronka**, o significativo crescimento de vendas levou o EBITDA a aumentar expressivamente. O investimento em preço, conjugado com a inflação de custos, pressionou a margem EBITDA em 21 p.b..

Na **Hebe**, o bom desempenho de vendas, que na primeira metade do ano ainda refletiu a recuperação em relação a um contexto de 2022 impactado pela pandemia de Covid-19, levou a um aumento substancial do EBITDA, com a respetiva margem a registar uma ligeira subida em relação a 2022.

No **Pingo Doce**, o sólido desempenho das vendas e as iniciativas para aumentar a eficiência das operações permitiram diluir o aumento dos custos e proteger a margem EBITDA, levando a um saudável crescimento de EBITDA em relação ao ano anterior.

No **Recheio**, a primeira metade do ano refletiu uma recuperação em relação aos impactos da pandemia que ainda se manifestaram em 2022. Impulsionado pelas vendas, o EBITDA registou um sólido desempenho no ano, com a respetiva margem a subir 38 p.b., mantendo a sua trajetória de recuperação face ao período pré-pandemia.

A **Ara** manteve-se focada na sua competitividade num mercado em que o consumo esteve francamente pressionado. A margem da Companhia refletiu os efeitos do significativo investimento em preço, da deterioração do mix de margem devido ao *trading down*, e da pouca maturidade de uma percentagem elevada do parque de lojas.

Detalhe do EBITDA

(€ Milhões)	2023		2022	
		Mg		Mg
Biedronka	1.838	8,5%	1.540	8,8%
Pingo Doce	282	5,8%	265	5,9%
Recheio	73	5,4%	59	5,1%
Ara	45	1,9%	60	3,4%
Hebe	43	9,1%	32	9,0%
Outros & Ajustes de Consolidação	(112)	n.a.	(102)	n.a.
EBITDA Consolidado	2.168	7,1%	1.854	7,3%

O **programa de investimento**, que se mantém como a principal prioridade na alocação de capital, foi rigorosamente executado por cada uma das insígnias.

A insígnia passou de 15 para 18 Micro Fulfillment Centres (MFC) que suportam a sua operação Biek (operação de q-commerce, de entregas ultrarrápidas).

A **Hebe** inaugurou 34 novas localizações, das quais duas em Praga que visam dar rosto à presença da marca na Chéquia. A operação de e-commerce manteve-se como vetor central do crescimento do negócio.

O **Pingo Doce** acelerou o roll-out do novo conceito de loja, no qual *perceives* e *meal solutions* merecem um maior destaque, assumindo, em conjunto com a Marca Própria, um papel central na diferenciação da marca.

O **Recheio** investiu na remodelação de duas lojas e no alargamento da plataforma Recheio Masterchef de Lisboa.

A **Ara** manteve um bom nível de execução do plano de expansão e inaugurou 200 localizações, terminando o ano a operar 1.290 lojas. A qualidade e dimensão da operação logística permanecem fundamentais para a execução da visão de longo prazo. Neste contexto, a insígnia investiu na construção e preparação dos centros de distribuição planeados para abrirem em 2024 e 2025.

Importa também referir o investimento realizado no negócio agroalimentar em Portugal, onde se destaca a compra de mais c.15% da Andfjord Salmon, empresa norueguesa pioneira em inovação na criação de salmão de elevada qualidade e com elevados padrões de sustentabilidade, passando a participação para c.25%.

Consistente com a postura responsável do Grupo em todas as áreas de intervenção, o cumprimento das **obrigações fiscais** merece uma nota de relevo já que nos vários países onde opera, o Grupo encontra-se sujeito a diferentes tipos de impostos, contribuições e taxas, resultantes das atividades exercidas pelas suas subsidiárias.

No ano de 2023, o Grupo suportou 1.016 milhões de euros relativamente a impostos sobre lucros do exercício, contribuições a cargo das empresas para sistemas de proteção social, impostos e taxas sobre vendas e propriedade, e IVA não dedutível em determinados países. Para além destes impostos e contribuições, o Grupo está ainda sujeito a um conjunto significativo de outras taxas e impostos decorrentes do tipo de atividades que exerce em cada país, os quais encontram-se muitas vezes incorporados no custo dos produtos ou serviços obtidos.

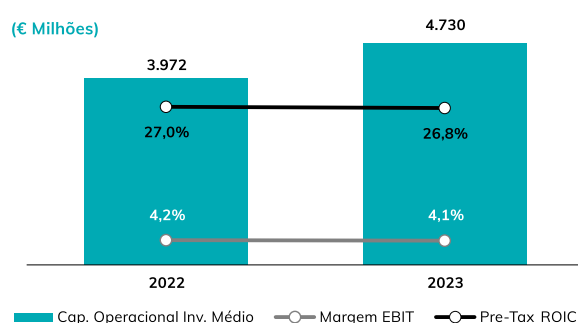
Detalhe por tipologia de imposto

(€ Milhões)	2023	2022
Imposto sobre o rendimento	255	206
Contribuições Seg. Social e similares	399	342
Impostos/Taxas sobre vendas e consumo	363	298
Total de impostos suportados	1.016	846

Detalhe por país

(€ Milhões)	2023	2022
Portugal	141	148
Polónia	849	680
Colômbia	25	18
Outros Países	-	-
Total de impostos suportados	1.016	846

A taxa efetiva de imposto⁶ de 2023 ascendeu a 25,2% (25,3% em 2022).



A rentabilidade do capital investido, calculada sob a forma de **Pre-Tax ROIC**, foi de 26,8% (27,0% em 2022). O bom desempenho de vendas, em resultado do foco em competitividade de preço, mitigou o impacto da redução da margem EBIT decorrente do investimento em preço e da inflação de custos, permitindo proteger o sólido nível de retorno registado ao nível do Grupo.

2.3. Solidez financeira

Resultado Operacional Consolidado

(€ Milhões)	2023		2022		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	30.608		25.385		20,6%
Margem Total	6.251	20,4%	5.332	21,0%	17,2%
Custos Operacionais	(4.083)	(13,3)%	(3.479)	(13,7)%	17,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	2.168	7,1%	1.854	7,3%	17,0%
Depreciação	(902)	(2,9)%	(782)	(3,1)%	15,3%
Resultado Operacional (EBIT)	1.266	4,1%	1.071	4,2%	18,2%

⁶ Taxa efetiva de imposto determinada com base no imposto estimado do exercício, sem considerar correções de estimativas de anos anteriores e impostos diferidos.

Resultado Líquido Consolidado

(€ Milhões)	2023		2022		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	1.266	4,1%	1.071	4,2%	18,2%
Resultados Financeiros	(174)	(0,6)%	(162)	(0,6)%	7,2%
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	(1)	(0,0)%	-	0,0%	n.a.
Outras Perdas e Ganhos	(79)	(0,3)%	(95)	(0,4)%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	1.012	3,3%	814	3,2%	24,3%
Impostos	(239)	(0,8)%	(207)	(0,8)%	15,5%
Resultado Líquido	773	2,5%	607	2,4%	27,4%
Interesses que não Controlam	(16)	(0,1)%	(17)	(0,1)%	(2,2)%
Res. Líquido atrib. a JM	756	2,5%	590	2,3%	28,2%
Res. Líquido / ação (€)	1,20		0,94		28,2%
Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€)	1,29		1,06		22,5%

As **Outras Perdas e Ganhos** foram de -79 milhões de euros, incluindo indemnizações, write-offs e reforço de provisões para contingências. Também aqui está incluído o pagamento de 24 milhões de euros relativos a prémios atribuídos, a título excecional, às equipas operacionais em reconhecimento do seu elevado nível de compromisso num contexto de aumentos significativos do custo de vida para as famílias.

O **Cash Flow** gerado no ano atingiu 345 milhões de euros, com o aumento dos fundos gerados pelas operações a compensar o aumento do Capex. Importa referir que, embora os fundos gerados pelo capital circulante em 2022 tenham beneficiado de um efeito positivo de calendário na tesouraria, o menor valor gerado em 2023 também reflete a medida governamental de redução do IVA em Portugal que afetou o valor das contas correntes de fornecedores no final do período e o ajuste de alguns prazos de pagamento perante um contexto de altas taxas de juro e dificuldade de acesso a financiamento.

Cash Flow

(€ Milhões)	2023	2022
EBITDA	2.168	1.854
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	(337)	(294)
Pagamento de Juros	(192)	(157)
Outros Itens Financeiros	1	-
Imposto sobre o Resultado	(254)	(208)
Fundos gerados pelas Operações	1.386	1.195
Pagamento de Capex	(1.153)	(938)
Δ Capital Circulante	176	535
Outros	(65)	(86)
Cash Flow	345	706

O **Balanço Consolidado** manteve-se forte, tendo registado no final do ano uma posição de caixa (excluindo as responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de 1,2 mil milhões de euros, incorporando o pagamento de dividendos da Sociedade que, em 2023, foi de 346 milhões de euros, de acordo com a política de payout em vigor.

Balanço Consolidado

(€ Milhões)	2023	2022
Goodwill Líquido	635	613
Ativo Fixo Líquido	5.533	4.589
Direitos de Uso Líquido	3.074	2.420
Capital Circulante Total	(4.314)	(3.837)
Outros	235	161
Capital Investido	5.163	3.946
Total de Empréstimos	765	470
Loações Financeiras	102	82
Loações Operacionais Capitalizadas	3.280	2.597
Acréscimos e Diferimentos de Juros	22	14
Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.074)	(1.802)
Dívida Líquida	2.097	1.360
Interesses que não Controlam	252	254
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	2.184	1.702
Fundos de Acionistas	3.066	2.585

O Grupo manteve a sua estratégia de financiamento recorrendo, sempre que possível, a empréstimos em moeda local como forma de cobertura natural do risco cambial dos investimentos.

Em 2023, a aceleração do plano de expansão da Ara conduziu a um aumento expressivo das necessidades de financiamento e natural acréscimo de dívida, bem como a renegociação de alguns financiamentos em carteira que ocorreram num contexto difícil, em que as taxas de referência se mantiveram elevadas.

Na gestão da maturidade da sua dívida, a Jerónimo Martins Colombia, SAS converteu um empréstimo de curto prazo num empréstimo a três anos, no montante de 300 mil milhões de pesos colombianos (cerca de 70 milhões de euros).

Na Polónia, foi contratada uma nova linha de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, de médio e longo prazo, com o limite de 1.500 milhões de zloty (cerca de 346 milhões de euros), para suporte parcial dos investimentos em eficiência energética das lojas Biedronka, cuja utilização irá ocorrer ao longo de 2024.

As unidades de negócio denominadas em euro e zloty, tendo apresentado excedentes líquidos de caixa significativos, puderam, ao longo do ano, obter remunerações sobre esses montantes, através da contratação de depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

Detalhe dos Empréstimos e Locações Financeiras

(€ Milhões)	2023	2022
Empréstimos / Locações financeiras de Médio Longo Prazo	371	309
% do Total	42,8%	56,0%
Maturidade Média (anos)	3,6	3,7
Total de Empréstimos / Locações financeiras	867	552
Maturidade Média (anos)	1,7	2,2
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em euros	8,4%	9,0%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em zloty	19,0%	33,8%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em pesos colombianos	72,6%	57,2%

2.4. Jerónimo Martins no mercado de capitais

Depois de um ano de 2022 marcado por tensões internacionais, aumento continuado da inflação e abrandamento da procura por parte dos consumidores, em 2023 assistiu-se a um aprofundamento das tendências registadas.

A este contexto acresceram os riscos geopolíticos, com especial agravamento após o ataque do Hamas a Israel, a 7 de outubro. Embora a inflação tenha diminuído ao longo do ano, o conflito no Médio Oriente aumentou a incerteza sobre os preços do petróleo e obrigou os bancos centrais a permanecerem cautelosos.

No entanto, após um período de maior volatilidade e tendo sempre presentes os temas centrais como as expectativas de inflação e o aumento das taxas de juro, o mercado tem vindo a ajustar-se.

O desempenho melhor do que o esperado das economias e os resultados resilientes apresentados por algumas empresas, nomeadamente as tecnológicas, foram os catalisadores que impulsionaram as ações globais.

O mercado mundial de ações, representado pelo índice MSCI World, registou uma forte volatilidade no preço desde o início de 2023. Tendo recuperado de uma descida no primeiro trimestre, o índice teve um período de valorização no segundo e no terceiro trimestres. Mais perto do final do ano, em especial com os acontecimentos de 7 de outubro, o índice apresentou uma redução, caindo em relação ao seu pico. O índice só voltou a recuperar em dezembro, fechando o ano em alta, tal como os restantes índices, revertendo as fortes quedas verificadas em 2022, que foi o pior ano para os investidores desde a crise financeira de 2008.

Os mercados globais foram impulsionados sobretudo pela evolução positiva do mercado dos Estados Unidos da América (EUA), com os dados publicados a reforçar a convicção de que a Reserva Federal (Fed) pode começar a reduzir as taxas de juro já a partir de março de 2024. No mesmo sentido, em dezembro e pela primeira vez em mais de três anos, o indicador preferido do banco central para medir a inflação nos EUA desceu em termos mensais.

Na Europa, no início do ano, a forte volatilidade continuou a afastar os investidores dos ativos de risco, penalizando as ações. Ainda assim, o desempenho positivo registado por vários sectores da economia tornou possível a recuperação do valor perdido em 2022. À medida que o ano foi avançando, os dados económicos foram sendo favoráveis e, com a inflação a abrandar, saíram reforçadas as expectativas de cortes de juros dos bancos centrais em 2024.

O euro atingiu em julho a cotação máxima do ano face ao dólar, tendo fechado 2023 a valorizar mais de 3% depois de registar mínimos no início de outubro.

Na Polónia, realizaram-se eleições gerais e referendos no dia 15 de outubro. O partido que estava no poder (PiS) não reuniu os votos necessários para assegurar uma maioria parlamentar, o que viabilizou a formação de um governo de coligação entre os partidos da oposição: Coligação Cívica, Terceira Via e Nova Esquerda. O índice polaco, WIG20, valorizou após as eleições, tendo fechado o ano com uma valorização significativa de 30,7%, uma tendência positiva que se verificou nos principais índices mundiais.

Caracterização do título

Bolsa em que está cotada	Euronext Lisbon	
Data de Entrada em Bolsa	novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Ações Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

A ação de Jerónimo Martins está presente em mais de 130 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem os compromissos assumidos pelo Grupo nas dimensões ambiental, social e de governo da sociedade (ESG, na sigla inglesa), dos quais se destacam, entre outros o Eurozone 120 e Europe 120, ambos da Euronext Vigeo-Eiris, e os índices FTSE4Good Developed e FTSE4Good Europe.

Pelo quarto ano consecutivo, somos o retalhista alimentar a nível mundial com melhor classificação pelo CDP (Disclosure Insight Action), na sequência da classificação máxima (A) que obtivemos no combate às alterações climáticas (programa Climate Change) e do nível de liderança (A-) que alcançámos em 2023, tanto na gestão da água enquanto recurso crítico (programa Water Security) como na gestão das matérias-primas mais associadas ao risco de desflorestação (programa Forests), e que são óleo de palma, papel/madeira, gado bovino e soja.

Um outro indicador de relevo é o Global Child Forum, no qual tivemos uma pontuação global de 8.9 (num máximo de 10), tendo melhorado 1.3 pontos face a 2022. Entre as 1.108 empresas avaliadas, ocupamos o oitavo lugar.

A presença de Jerónimo Martins nestes e noutros índices relevantes pode ser consultada no nosso website na área de “Responsabilidade” (página “Reconhecimento” em www.jeronimomartins.com).

Estrutura de capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar a Secção A – Estrutura Acionista no capítulo 4 deste Relatório e Contas.

Desempenho do PSI

Na Euronext Lisbon, o PSI teve um desempenho muito positivo, fechando o ano com uma valorização de 11,7% face ao ano anterior.

Em março, no âmbito da revisão anual do principal índice, a Ibersol entrou para o PSI, tendo o índice português passado a contar com 16 constituintes.

Devido à instabilidade política em Portugal na sequência da demissão do primeiro-ministro, o índice caiu 2,54% no dia 7 de novembro, com os analistas a apontarem como principal razão para a queda a preocupação inicial entre os investidores em ações. Esta pressão foi sentida por todas as 16 empresas cotadas.

Em novembro, a Comissão Europeia reduziu a projeção de crescimento de Portugal para os anos de 2023 e 2024, enquanto a Moody's surpreendeu com uma melhoria substancial no rating da dívida de Portugal em dois níveis. A agência prevê que o PIB de Portugal cresça a uma taxa de 2% ao ano.

Apesar da volatilidade criada pelos receios associados à política monetária, à semelhança dos seus congéneres, o índice mostrou resiliência ao longo de 2023. Depois de um início de ano promissor, o PSI chegou mesmo a alcançar em novembro e dezembro os valores mais altos desde 2014.

Apesar de ter sido uma exceção negativa à tendência global durante o mês de dezembro, o PSI fechou o ano a registar ganhos acumulados. Este desempenho, durante três anos consecutivos, coloca o índice português entre os mercados bolsistas globais com melhor desempenho.

Desempenho da ação Jerónimo Martins

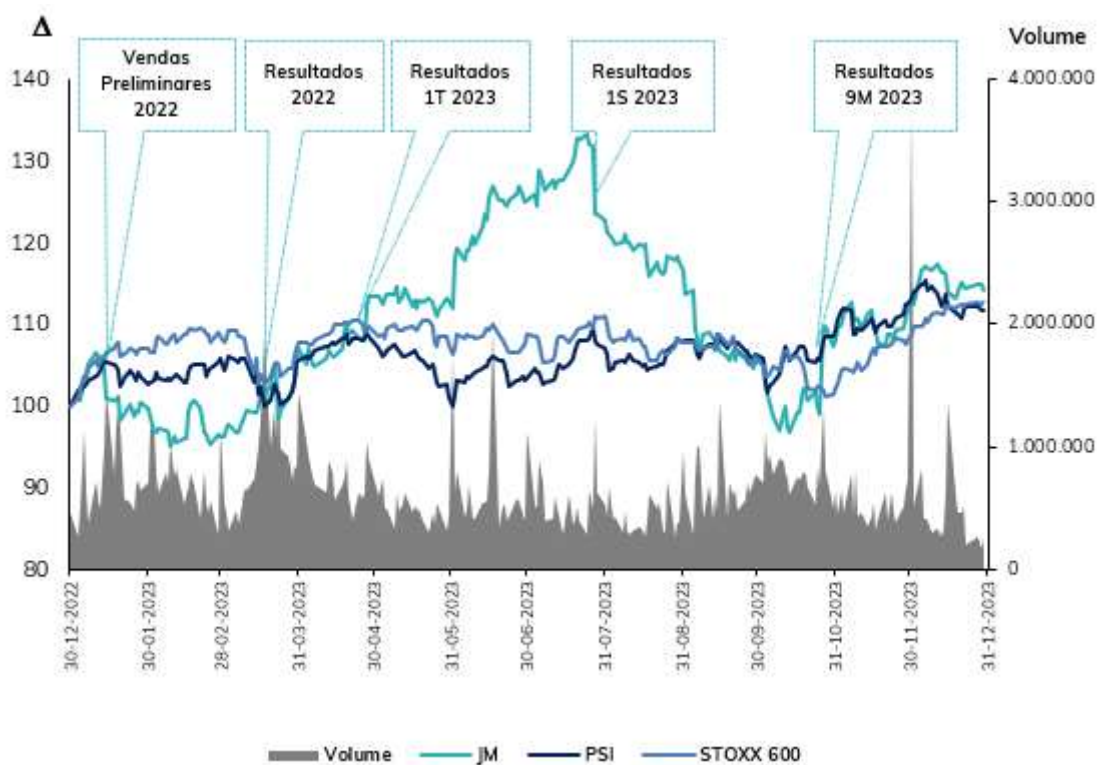
Tendo mantido a tendência de crescimento de forma consistente durante a primeira metade do ano, o preço da ação de Jerónimo Martins atingiu o máximo histórico a poucos dias da publicação dos resultados do primeiro semestre, tendo encerrado a 26,86 euros em 24 de julho, 33% acima do início do ano.

No entanto, as ações desde então reduziram uma parte dos ganhos anteriores, terminando com uma cotação de 23,04 euros, que traduz um aumento de 14,2% no acumulado do ano.

Jerónimo Martins registou, em 2023, um volume de transações, na Euronext Lisbon, na ordem das 167 milhões de ações. Este volume corresponde a uma média diária de cerca de 655 mil ações (15,1% abaixo do volume médio do ano anterior). O preço médio foi de 22,27 euros (8,2% superior ao registado em 2022).

Estas ações representaram o equivalente a 11,8% (cerca de 3,7 mil milhões de euros) do volume global de negócios transacionado no PSI em 2023.

Jerónimo Martins encerrou o ano com a terceira maior representatividade no PSI, com um peso relativo de 12,5% no índice (versus 12,1% em 2022) e uma capitalização bolsista de 14,5 mil milhões de euros (12,7 mil milhões de euros em 2022). A Companhia continua a ser uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, no qual subiu ligeiramente o seu peso para os 0,37% (face aos 0,35% registados no ano anterior).

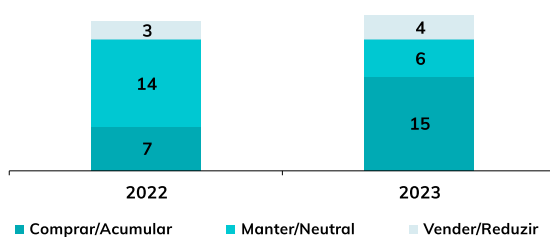


Analistas

A 31 de dezembro de 2023, existiam 25 analistas com cobertura ativa da ação Jerónimo Martins.

O preço-alvo médio atribuído pelo conjunto de analistas que seguem a ação, no final do ano, era de 25,69 euros, cerca de 12% acima da cotação de fecho (23,04 euros), e 16% acima do preço-alvo médio de 2022.

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser consultada no nosso website (www.jeronimomartins.com/pt/investidor/accao-jeronimo-martins/analistas).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2019-2023

(€ Milhões)	2023	2022	2021	2020	2019
Balço					
Goodwill Líquido	635	613	618	620	641
Ativo Fixo Líquido	5.533	4.589	4.159	3.967	4.140
Direitos de Uso Líquido	3.074	2.420	2.221	2.154	2.318
Capital Circulante Total	(4.314)	(3.837)	(3.290)	(2.864)	(2.793)
Outros	235	161	145	133	94
Capital Investido	5.163	3.946	3.852	4.010	4.400
Total de Empréstimos	765	470	460	524	732
Loações Financeiras	102	82	22	11	17
Loações Operacionais Capitalizadas	3.280	2.597	2.365	2.262	2.368
Acréscimos e Diferimentos de Juros	22	14	-	(3)	3
Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.074)	(1.802)	(1.527)	(1.041)	(949)
Dívida Líquida	2.097	1.360	1.320	1.752	2.172
Interesses que não Controlam	252	254	254	249	254
Capital Próprio	2.814	2.331	2.278	2.008	1.975

(€ Milhões)	2023	2022	2021	2020	2019
Demonstração de Resultados					
Vendas Líquidas e Serviços	30.608	25.385	20.889	19.293	18.638
Cash flow Operacional (EBITDA)	2.168	1.854	1.585	1.423	1.437
em % vendas	7,1%	7,3%	7,6%	7,4%	7,7%
Depreciação	(902)	(782)	(745)	(734)	(715)
Resultado Operacional (EBIT)	1.266	1.071	840	689	722
em % vendas	4,1%	4,2%	4,0%	3,6%	3,9%
Resultados Financeiros	(174)	(162)	(154)	(180)	(159)
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	(1)	-	-	-	-
Outras Perdas e Ganhos ¹	(79)	(95)	(34)	(50)	(14)
Resultado antes de Imposto (EBT)	1.012	814	652	459	549
Impostos	(239)	(207)	(168)	(136)	(128)
Resultado Líquido	773	607	484	323	421
Interesses que Não Controlam	(16)	(17)	(21)	(11)	(31)
Resultado Líquido atribuído a IM	756	590	463	312	390

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

Indicadores Bolsistas	2023	2022	2021	2020	2019
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Ações	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Ações Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	43,9%	43,9%	37,7%	32,4%	29,7%
EPS (€)	1,20	0,94	0,74	0,50	0,62
Dividendo por Ação (€) *	0,55	0,79	0,29	0,35	0,33
Desempenho em Bolsa					
Máxima (fecho) (€)	26,86	23,22	21,61	17,22	16,12
Mínima (fecho) (€)	19,18	18,20	12,65	13,61	10,30
Média (€)	22,27	20,57	16,49	14,89	14,09
Final Ano (Fecho) (€)	23,04	20,18	20,10	13,82	14,67
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	14.499	12.699	12.649	8.697	9.229
Transações (em volume) (1.000 ações)	167.121	198.279	186.528	251.103	215.938
Variação Anual	14,2%	0,4%	45,4%	(5,8)%	41,8%
Variação Anual - PSI	11,7%	2,8%	13,7%	(6,1)%	10,2%

* Na fase inicial da pandemia de Covid-19, quando a incerteza se encontrava em níveis extremos, o Conselho de Administração decidiu, por um critério de prudência, reduzir excecionalmente, de 50% para 30%, o payout a aplicar aos resultados de 2019, reservando a possibilidade de vir a propor, se as condições assim o permitissem, a distribuição do valor remanescente. Assim, e no contexto do desempenho registado até ao final dos nove meses do ano de 2020, o Conselho de Administração decidiu propor a distribuição de reservas livres para perfazer o payout de 50%. O valor apresentado inclui, assim, o pagamento do dividendo bruto de 0,207 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral de 25 de junho de 2020 e realizado no dia 15 de julho de 2020, relativo à distribuição de resultados de 2019, bem como a distribuição de reservas no valor bruto de 0,138 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro de 2020 e com pagamento a 16 de dezembro de 2020.

3. Desempenho das Áreas de Negócio

3.1. Distribuição Alimentar

3.1.1. Biedronka

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Na Biedronka, entrámos em 2023 mais fortes e com as mesmas prioridades que trazíamos dos anos anteriores: continuar a liderar também nas oportunidades de preço proporcionadas aos nossos consumidores e a oferecer-lhes qualidade ao melhor preço do mercado.

Ao longo do ano mantivemo-nos inabaláveis nesta determinação e aumentámos o investimento em ações promocionais e na redução de preços, continuando a merecer a confiança e preferência dos consumidores polacos, num contexto em que as famílias foram pressionadas pela acentuada inflação que se voltou a registar no país, sobretudo nos primeiros nove meses do ano.

Nos últimos anos, embora o preço tenha tido um papel ainda mais central na nossa estratégia, é inegável a evolução da inovação no sortido, da qualidade e eficiência do formato de loja, da flexibilidade da estratégia de expansão e da abordagem a novos canais de distribuição.

Em 2023 lançámos no sortido de Marca Própria 222 produtos e procedemos à reformulação de 123. A variedade e qualidade desta oferta tem evoluído de forma significativa, assumindo com propriedade o seu papel de diferenciação no sortido da insígnia, sendo a oferta de perecíveis o segundo pilar de diferenciação reconhecido pelos consumidores.

Abrimos, no ano, 203 novas lojas, tendo hoje a flexibilidade de formato que nos permite chegar a mercados mais pequenos de forma muito competitiva, numa clara extensão do potencial da Biedronka neste país.

O programa de remodelações, em conjunto com as aberturas, implementa um formato de loja superior, com várias soluções que visam melhorias na operação e na experiência de compra para os consumidores, ao mesmo tempo que incorpora preocupações ambientais, nomeadamente em termos de maior eficiência energética.

No e-commerce, assistimos, desde o seu lançamento em 2020, a uma notável melhoria da presença da Biedronka, quer através do alcance da operação, quer através do sortido disponibilizado. A operação de entregas ultrarrápidas Biek merece uma palavra especial, tendo, em 2023 (o seu segundo ano de operação), registado um notável desenvolvimento, reforçando definitivamente a nossa pegada neste canal.

Agradeço a todas as equipas que, aos vários níveis, elevaram a Biedronka a um novo patamar de competitividade e qualidade e que nos fazem entrar em 2024 com confiança.

Num mercado que se adivinha ainda mais concorrencial face às perspetivas de deflação alimentar, num contexto simultâneo de inflação nos custos, temos mais ferramentas para responder, com inovação e intensidade, trabalhando todos os dias para continuarmos a ser a primeira escolha dos consumidores, de modo a crescer vendas e proteger a rentabilidade.



Vendas
21.500 M€
(+22,3%)

N.º lojas
3.569

LFL
+14,2%

EBITDA
1.838 M€
(+19,4%)

CAPEX
559 M€

Destaques do ano

- Abertura de 203 lojas e remodelação de 375 localizações
- Mais de 1.000 lojas com balcões de serviço com produtos de carne e charcutaria
- Mais de 700 lojas com painéis fotovoltaicos
- 85% das lojas com self-checkouts
- Principal patrocinador da 31.ª Final WOŚP*, pelo segundo ano consecutivo
- Renovação do acordo de patrocínio com a Federação de Futebol da Polónia até 2026
- Organização de uma Conferência de Sustentabilidade sob o tema "Energy for Life"

*Uma das maiores ações sociais na Polónia (há mais de 30 anos) com o objetivo de recolher donativos do público para melhorar a qualidade dos serviços médicos em hospitais polacos.

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Food & Retail Award 2023 por ser um líder de mercado na Polónia, ao identificar as necessidades dos consumidores e oferecer soluções e serviços em várias áreas.

Business Insider Polska Award por combater a inflação e criar oportunidades de poupança para os consumidores, como a plataforma Biedronkowe Oszczędności (Poupanças da Biedronka) e a campanha promocional "Liczą się fakty. Codziennie niskie ceny tylko w Biedronce" (Os factos contam. Preços baixos todos os dias só na Biedronka).

Retail Champion na categoria "Best Loyalty Programme 2023", uma distinção atribuída pelos consumidores e recebida pela terceira vez no Retail Champion – Chosen by Consumers, levada a cabo pela GfK Polónia.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

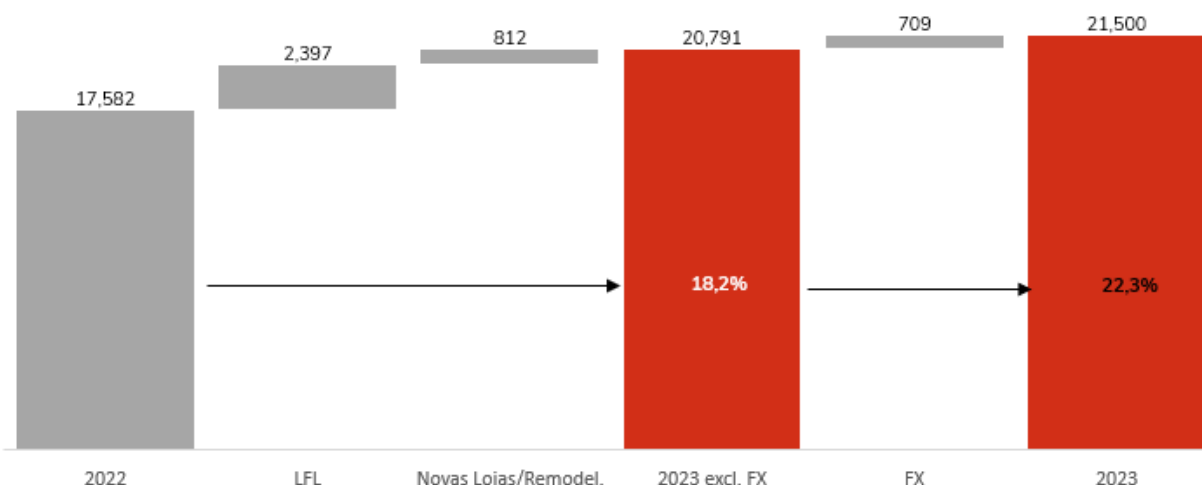
Desempenho

Na Polónia, 2023 começou com a inflação alimentar em níveis recorde, que foi diminuindo progressivamente até dezembro, e com os consumidores naturalmente cautelosos, prestando ainda mais atenção aos preços e às promoções. Uma vez mais, a Biedronka manteve uma intensa dinâmica promocional, absorvendo parte dos aumentos dos preços exigidos pelos seus fornecedores e mantendo a inflação alimentar do seu cabaz abaixo da média registada no país.

No mercado, as vendas de Retalho Alimentar a preços constantes caíram (-3,1%), enquanto a Biedronka cresceu em volumes ao longo do ano, continuando a superar o mercado e aumentando a sua quota de mercado.

Em moeda local, as vendas cresceram 18,2%, incluindo um LFL de 14,2%. Em euros, as vendas atingiram 21,5 mil milhões de euros, 22,3% acima do ano anterior. Este desempenho também contemplou a inflação elevada no cabaz.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Devido ao abrandamento da inflação alimentar, principalmente na segunda metade do ano, e para reforçar a sua forte posição como líder de preços na Polónia, a Biedronka lançou várias campanhas promocionais relacionadas com a descida dos preços regulares dos produtos de consumo diário. A Companhia combinou dois canais de comunicação – Do Biedronki Ide (Eu vou à Biedronka) e Biedronkowe Oszczędności (Poupança com a Biedronka) – para expressar a ideia de que os baixos preços regulares da Biedronka são uma boa razão para visitar e comprar nas suas lojas.

O ano começou com uma forte campanha sob a promessa Biedronkowe Oszczędności, com a Biedronka a fortalecer o seu posicionamento de preço. O objetivo era uma plataforma de poupança unificada, mais concentrada e mais clara. Esteve em vigor durante todo o ano e serviu como uma assinatura do compromisso de preços da Biedronka.

Prosseguindo a sua estratégia de comunicação, a Biedronka lançou então a campanha Do Biedronki Ide, apresentando as razões pelas quais os consumidores devem ir diariamente às suas lojas, adotando uma abordagem mais centrada no consumidor, permitindo que este indique as razões pelas quais faz compras na Biedronka. O principal objetivo da campanha foi angariar novos clientes e manter os atuais.

Para reforçar a fidelização dos clientes, a Biedronka lançou uma nova iniciativa de marketing, a BiedronkoLoteria, uma lotaria para membros Moja Biedronka (A Minha Biedronka) para aumentar o cabaz e apoiar as vendas em categorias importantes.

Em 2023, a campanha de fidelização "Gang Mocniaków" (Descubra os superpoderes de uma boa alimentação) deu vida a um conceito único de regresso às raízes da Biedronka, uma vez que a insígnia se centrava na nutrição infantil e na alimentação saudável. Esta campanha tinha como objetivo apoiar as

boas escolhas alimentares, fornecendo informações sobre os aspetos a ter em conta na preparação das refeições e os benefícios de bons produtos. A campanha deste ano contou com 11 heróis (produtos alimentares) divididos em cinco categorias alimentares e, tal como no ano anterior, foram apresentados cinco livros, um para cada categoria. A insígnia lançou igualmente um livro de atividades escolares com jogos e autocolantes para crianças com conteúdos educativos sobre a sua alimentação. Por último, adicionou uma gamificação na app – um questionário sobre alimentação saudável –, que ajudou crianças e adultos a verificar os seus conhecimentos sobre boas dietas diárias, e desenvolveu um website com artigos para os pais, escritos em colaboração com um nutricionista, e dicas sobre como preparar a alimentação de uma criança em função da idade.

Ao longo do ano, a Biedronka continuou a desenvolver a sua app móvel, que conta já com mais de 10 milhões de utilizadores, reforçando e melhorando várias ações, nomeadamente o Shakeomat e a secção “Só para si”, na qual os utilizadores podem consultar ofertas especiais.

Centrando-se na sua relação com os clientes, a insígnia começou a enviar comunicações de marketing e informativas para aumentar o envolvimento com a marca.

No final do ano, a Biedronka contava com 18 *micro-fulfilment centres* exclusivamente dedicados ao serviço de entregas ultrarrápidas – Biek – uma parceria iniciada em 2021.

Para reforçar a inovação na sua Marca Própria, a Companhia continuou a investir no desenvolvimento de novos produtos e na expansão das gamas existentes, como é o caso dos produtos Go Vege e Go Active, promovendo, em ambos os casos, vários concursos para envolver os clientes com os produtos.

Para aumentar a atratividade e o sortido dos produtos de carne e charcutaria, a Biedronka continuou a investir na instalação de balcões com serviço assistido para estas categorias, tendo terminado o ano com 1.076 lojas com este serviço, mais 315 face ao ano anterior.

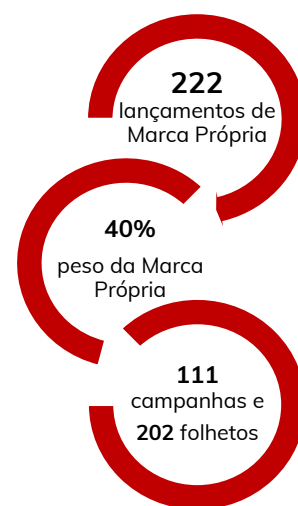
Mantendo o seu foco na eficiência operacional e na experiência de compra, ao longo do ano a Biedronka instalou self-checkouts em 313 lojas. No final de 2023, 3,021 lojas tinham este equipamento instalado.

No âmbito do percurso contínuo rumo à sustentabilidade, a Companhia desenvolveu várias ações. Sendo o consumo de energia uma importante variável para melhorar a eficiência da sua rede, no final do ano a Biedronka já tinha 728 lojas com painéis fotovoltaicos a produzir energia.

A Biedronka e a Federação de Futebol da Polónia (PZPN) renovaram até 31 de julho de 2026 o acordo de patrocínio existente desde 2010. Enquanto patrocinador oficial, a Biedronka apoiará as principais seleções nacionais feminina e masculina, bem como as equipas de jovens entre os 15 e os 21 anos. Irá continuar igualmente a ser a fornecedora oficial de legumes frescos e fruta da seleção nacional polaca. A colaboração entre a marca Go Active e a PZPN começou em janeiro de 2023 e tem como objetivo criar soluções únicas de produtos para promover um estilo de vida ativo. Para além do Departamento de Marca Própria e do Departamento de Qualidade da Biedronka, a equipa inclui nutricionistas e chefs da seleção nacional da PZPN. Em 2023, foram lançados oito produtos (três isotónicos, três águas vitaminadas e dois géis) no âmbito da parceria, com um design de embalagem específico.

O sólido desempenho das vendas levou a um aumento do EBITDA de 19,4% (+15,4% em moeda local). O investimento em preço, em combinação com a inflação de custos, pressionou a margem EBITDA, que caiu para 8,5% (8,8% em 2022).

Mantendo o foco no seu programa de investimento, a Biedronka inaugurou 203 lojas (174 adições líquidas) e remodelou 375 localizações no ano, investindo 559 milhões de euros.



3.1.2. Pingo Doce

MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL

Num contexto de inflação alimentar e taxas de juro elevadas, 2023 adivinhava-se um ano desafiante, no qual a única certeza era a pressão que se instalava sobre o poder de compra dos consumidores, fazendo com que as oportunidades de poupança criadas pelo Pingo Doce fossem ainda mais fundamentais para as famílias portuguesas. Por isso, começámos 2023 com uma dinâmica promocional muito forte e assim nos mantivemos ao longo de todo o ano. Em junho, reforçámos o compromisso de estarmos sempre ao lado dos nossos clientes e fomos mais além, baixando mais de 1.500 preços de prateleira. O Pingo Doce era ontem e é hoje sinónimo de Poupança. E assim vai continuar a ser.

Prosseguindo uma comunicação clara, rigorosa e transparente sobre preços, implementámos com distinção a medida do Governo de isenção de IVA em produtos alimentares essenciais.

2023 fica também marcado pelo arranque do plano intensivo de renovação do parque de lojas, com especial aposta na Comida Fresca.

O Pingo Doce viu o seu trabalho na área da inclusão social ser reconhecido com o selo de Marca Empregadora Inclusiva, algo que nos enche de orgulho. E foi também com distinção que Portugal acolheu a Jornada Mundial da Juventude à qual o Pingo Doce se juntou como Parceiro Fundador para a alimentação de todos os peregrinos e voluntários. Uma prova de fogo para as equipas das lojas, cozinhas e logística, que foi superada com sucesso.

Esperamos um 2024 igualmente desafiante para o setor e para as famílias, com a certeza de que, no Pingo Doce, continuaremos focados em garantir a confiança e a preferência dos nossos clientes. Um caminho que só é possível com as nossas Pessoas, que trabalham diariamente para disponibilizar os melhores produtos, a preços acessíveis.



Vendas
4.853 M€
(+7,9%)

N.º lojas
482

LFL
+7,7%
(excl. combustível)

EBITDA
282 M€
(+6,6%)

CAPEX
249 M€

Destques do ano

- Primeiro e único retalhista do país a completar o processo de eliminação de todos os intensificadores de sabor e corantes artificiais dos seus produtos alimentares de Marca Própria
- Parceiro Fundador para a Alimentação da Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023 que, com Jerónimo Martins, concedeu um apoio à organização superior a 5 milhões de euros
- Redução do preço de mais de 1.500 artigos, de uma grande variedade de categorias e marcas, no âmbito da campanha "Baixámos os Preços"
- Lançamento do livro "Receitas e Conselhos para Doentes Oncológicos", em parceria com a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde), com o objetivo de apoiar os doentes, as suas famílias e os seus cuidadores, através da alimentação, dos sintomas e efeitos dos tratamentos

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

As duas cozinhas centrais do Pingo Doce foram distinguidas com a certificação ambiental ISO 14001:2015, uma das mais conceituadas a nível internacional e uma referência em termos de gestão ambiental, atribuída pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

Atribuição ao Pingo Doce do selo de Marca Entidade Empregadora Inclusiva pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

As iniciativas de Combate ao Desperdício Alimentar foram distinguidas com o Prémio CORE "Produção e Consumo Sustentável", promovido pela Católica Lisbon School of Business and Economics.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

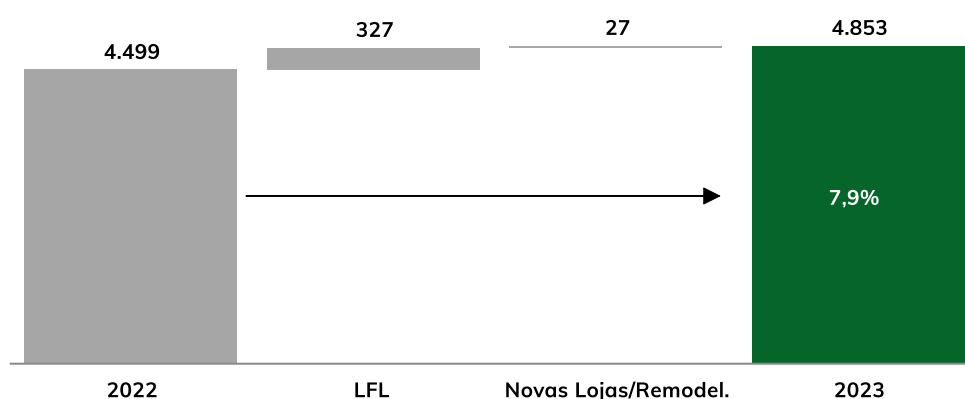
Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

O início do ano foi marcado pelo contexto de inflação elevada, em que o nosso maior desafio foi garantir aos consumidores produtos essenciais ao preço mais baixo possível. Neste cenário, o consumo desacelerou, traduzindo-se na redução de volumes e no ganho de peso dos produtos de Marca Própria nas vendas.

Mantendo uma forte dinâmica promocional ao longo de todo o ano, o Pingo Doce registou um sólido crescimento de vendas, reforçou a sua competitividade e o desempenho ao nível dos volumes. Em 2023, as vendas cresceram 7,9% para 4,9 mil milhões de euros, com um LFL de 7,7% (excluindo combustível).

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A Companhia investiu em diversas ações que permitiram uma poupança ainda maior aos seus clientes, como a campanha "Zero Inflação", com o compromisso de disponibilizar semanalmente um conjunto de produtos essenciais a preços de 2021. Em junho, com a iniciativa "Baixámos os Preços", o Pingo Doce foi ainda mais longe e reduziu o preço de mais de 1.500 artigos.

No âmbito da medida governamental de isenção do IVA sobre 46 categorias de produtos alimentares a partir de 18 de abril de 2023, que, na prática, incidiu sobre milhares de artigos, o Pingo Doce garantiu uma comunicação clara relativamente a todos os produtos abrangidos com a sua devida identificação nas lojas, a partir daquele mesmo dia. A etiqueta de preço, desenvolvida para o efeito, além de ter em destaque o preço final isento de IVA, apresentava o cálculo feito, tornando explícito o que o cliente pagava a menos em resultado desta medida governamental.

A app "O Meu Pingo Doce", lançada no final de 2022, passou a constituir também um importante instrumento de poupança com o lançamento de uma nova funcionalidade – o Poupa Shaker –, que dá a oportunidade aos clientes de ganharem um cupão de desconto por dia, bastando agitar o telemóvel. No final do ano, foi lançado o "Jogo da Glória" que permitiu aos clientes ganhar 40 mil euros por semana e mais de 2.000 prémios, aumentando a interação com o consumidor final através da aplicação.

O Pingo Doce desenvolveu, no âmbito do programa "A Saúde Alimenta-se", em parceria com a CUF, o livro "Receitas e Conselhos para Doentes Oncológicos", que reúne uma compilação de 100 receitas que seguem os princípios da Dieta Mediterrânica, organizadas pelos principais sintomas associados às diferentes etapas do cancro e aos respetivos tratamentos. O livro, que vai já na 3.ª edição, está disponível nas lojas Pingo Doce e, com acesso gratuito, em formato digital.

No início de agosto, realizou-se, em Lisboa, a Jornada Mundial da Juventude, que reuniu milhares de jovens de todo o mundo ao longo de uma semana. O Pingo Doce foi Parceiro Fundador da Alimentação do evento, tendo garantido, com Jerónimo Martins, um apoio à organização, num valor superior a 5 milhões

de euros. Sob o lema “Pingo Doce alimenta a Jornada Mundial da Juventude”, foi implementada uma operação em larga escala para assegurar a alimentação dos peregrinos e voluntários, com instalação de stands Comida Fresca nos principais recintos do evento, com a mobilização de colaboradores de todas as equipas do Grupo Jerónimo Martins em Portugal, e com a doação de 400 mil kits alimentares aos peregrinos. Durante este período, as lojas da zona de influência do evento estiveram abertas num horário mais alargado e o stock foi reforçado, de forma a responder às necessidades dos peregrinos e continuar a satisfazer as dos consumidores regulares.

Mantendo o foco na sua política de responsabilidade social e na ligação que tem com as comunidades nas quais se insere, o Pingo Doce promoveu a terceira edição nacional do programa Bairro Feliz, através do qual cada loja apoia uma causa local, inscrita por vizinhos ou instituições, que promova um impacto positivo no bairro. Com a ajuda dos moradores, que elegeram as ideias vencedoras, a Companhia apoiou 454 projetos.

O Prémio de Literatura Infantil celebrou a sua 10.ª edição com a obra vencedora “O livro que não sabia o que queria ser”, da autoria de Márcio Martins e ilustrações de Cláudia Abrantes. O Pingo Doce reforçou o seu compromisso com a promoção da literatura infantojuvenil também com a participação nas Feiras do Livro de Lisboa, Porto, Loures, Tavira e Braga.

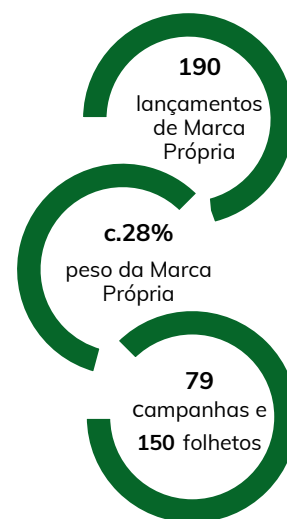
A Companhia reforçou o serviço ECO, a solução de água filtrada em garrafas reutilizáveis, disponível em exclusivo no Pingo Doce, que no final do ano estava em mais de 280 lojas.

O Pingo Doce atingiu um importante marco ao completar o processo de eliminação de todos os intensificadores de sabor e corantes artificiais da totalidade dos seus produtos alimentares de Marca Própria, tornando-se o primeiro e único retalhista no país a apresentar um sortido isento destes aditivos, sem que isso influencie o sabor e o preço de venda. A Companhia passa, assim, a contar com mais de 1.300 produtos alimentares sem intensificadores de sabor e sem corantes artificiais. Este marco é o resultado de um forte empenho do Pingo Doce na promoção da saúde através da alimentação, com o objetivo de disponibilizar aos clientes produtos que sejam nutricionalmente mais equilibrados e o mais naturais e saudáveis possível.

O Pingo Doce investiu 249 milhões de euros na abertura de 11 lojas (10 adições líquidas) e na renovação integral de 60 localizações. Nos Açores foram inauguradas mais quatro lojas no âmbito da parceria com o Grupo Finanças. A Companhia continuou a apostar na inovação e abriu um restaurante Comida Fresca no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, com um conceito inovador, que alia uma experiência de compra mais digital a refeições de qualidade a um preço acessível.

Paralelamente ao investimento na intensificação da dinâmica promocional e na política de preços baixos, o Pingo Doce acelerou o seu programa de remodelações, implementando um novo conceito de loja que materializa a visão de longo prazo que tem para o negócio, assente nas vantagens competitivas da insígnia e nos fatores críticos de diferenciação: Frescos, Marca Própria e Meal Solutions. No final do ano, a Companhia contava com cerca de um terço do seu parque de lojas já sob este novo conceito e com 190 restaurantes nas suas lojas.

O EBITDA aumentou 6,6%, atingindo 282 milhões de euros, com a respetiva margem a fixar-se nos 5,8% (5,9% em 2022). O bom desempenho de vendas permitiu diluir o aumento dos custos, mitigando os efeitos nos resultados do forte investimento em preço para proteger a capacidade de compra dos consumidores.



3.1.3. Recheio

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2023 foi um ano marcado pelo contraste que se revelou entre dois momentos distintos. No primeiro semestre, testemunhámos uma notável recuperação na indústria hoteleira, impulsionada sobretudo pela forte atividade turística. A segunda metade do ano trouxe desafios associados à pressão da subida das taxas de juro sobre o poder de compra e ao aumento dos custos, num enquadramento que refletiu os efeitos do abrandamento económico em Portugal.

Através de uma proposta de valor adequada a cada segmento-alvo, o Recheio teve a capacidade de aproveitar as oportunidades de mercado e ajustar a sua estratégia, alcançando desta forma um crescimento significativo das vendas no ano.

A agilidade e preparação das nossas equipas permitiram, no primeiro semestre, responder eficazmente ao crescimento do canal HoReCa, explorando oportunidades no Cash & Carry e também ao nível da distribuição, com a operação Recheio Masterchef. No segundo semestre, fomos desafiados novamente a demonstrar as qualidades pelas quais o Recheio é reconhecido: resiliência, criatividade e capacidade de superação. Robustecemos o canal de Retalho com o desenvolvimento da cadeia Amanhecer e intensificámos os nossos esforços para alcançar metas ambiciosas, mantendo o nosso compromisso inabalável com a sustentabilidade.

Tivemos vários motivos para celebrar, com destaque especial para a superação do marco dos 100 milhões de euros de vendas na loja de Braga, o sucesso da viagem anual com clientes e a abertura da loja 600 da cadeia Amanhecer. Fizemos questão de comemorar com nossos clientes em dois eventos festivos: o arraial do Recheio e o arraial do Amanhecer.

Esta celebração só é possível em resultado do empenho e do compromisso das nossas equipas, que trabalham diariamente para conquistar a confiança dos nossos Clientes. A todos, expresso o meu sincero agradecimento! Em 2024, continuaremos a superar obstáculos e trilhar o caminho da excelência.

	Vendas 1.332 M€ (+15,1%)	N.º lojas 39 e 4 plataformas	LFL 14,0%	EBITDA 73 M€ (+23,6%)	CAPEX 35 M€
---	---	---	----------------------------	--	------------------------------

Destaques do ano

- Amanhecer ultrapassa as 600 lojas
- Remodelação das lojas de Viseu e de Portimão para o novo conceito de loja
- Alargamento da plataforma Recheio MasterChef de Lisboa, triplicando a área disponível para operação
- Primeiro talho Best Farmer, na loja de Cascais
- Primeiro arraial Amanhecer e organização do primeiro encontro de parceiros

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Recheio volta a ser distinguido, pela Consumer Choice, com o prémio da Escolha dos Profissionais, o que acontece de forma consecutiva desde 2015.

Renovação da distinção Marca Entidade Empregadora Inclusiva atribuída pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em 2021.

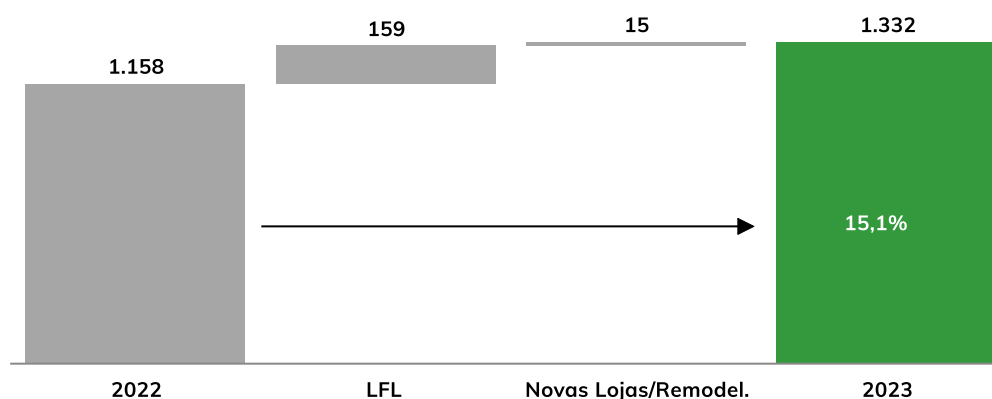
Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

O ano ficou marcado pelo contraste verificado entre o primeiro e o segundo semestre. No início do ano verificou-se uma forte recuperação do canal HoReCa e do canal Retalho, tendo o Recheio beneficiado da conjuntura, crescendo sempre acima da inflação. Em contraste, no segundo semestre, observou-se uma tendência desinflacionista e um abrandamento do crescimento do canal HoReCa. Esta inversão de tendência colocou desafios que obrigaram a Companhia a reforçar a determinação para alcançar os seus objetivos, o que permitiu que fosse registado um novo máximo histórico de vendas anuais: 1,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 15,1% face ao ano anterior, com um LFL de 14%.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Com o objetivo de impulsionar as vendas para o canal HoReCa foram realizadas “viagens de sabores”, em que se visitaram clientes das várias regiões de Portugal, apresentando depois, no catálogo HoReCa, o que de melhor é feito em termos de gastronomia pela mão dos nossos clientes, destacando os melhores produtos típicos de cada região. O resultado foi um crescimento das vendas para este canal de 18%, para o qual contribuiu ainda a revisão de sortido, baseada na oferta da nova loja de Cascais, que foi replicada em outras lojas.

O Food Service foi também uma área com desempenho bastante positivo em 2023, beneficiando da recuperação gradual da atividade turística.

De igual forma, também o canal Retalho apresentou aumentos relevantes, que atingiram 13%, para o que contribuíram a forte competitividade e a dinâmica promocional que o Recheio desenvolveu ao longo do ano, assim como a oferta de mais e melhores produtos da marca Amanhecer, que são hoje reconhecidos quer pelos clientes do Recheio quer pelos consumidores finais como produtos de elevada qualidade a preços muito atrativos.

Ao nível da Exportação verificou-se um crescimento das vendas de 17%, potenciado pelo alargamento do leque de países para os quais o Recheio vende os seus produtos e pelo aumento do número de clientes nos mercados já existentes.

Durante o ano, o Recheio manteve igualmente o seu compromisso de estar ao lado dos seus parceiros de retalho, desenvolvendo o comércio tradicional e contribuindo para a sustentabilidade dos seus negócios, tendo a Companhia mantido o foco no desenvolvimento de parcerias com a rede de lojas Amanhecer, que terminou o ano com 610 localizações, mais 73 do que no ano anterior. De forma a reforçar o seu posicionamento de preço, foram desenvolvidas diversas campanhas e ações de comunicação.

Procurando chegar a um público mais jovem, a Companhia reforçou a presença da marca Amanhecer no canal online com o lançamento da página de Instagram @lojas.amanhecer. No Facebook, a insígnia iniciou a publicação de receitas e outros conteúdos relativos ao mundo alimentar, e destacou a Marca Própria Amanhecer.

O Recheio começou o ano com uma nova linha de comunicação, centrada em “Portugalidade”, que reforçou os valores e posicionamento da marca em qualidade, proximidade e competitividade.

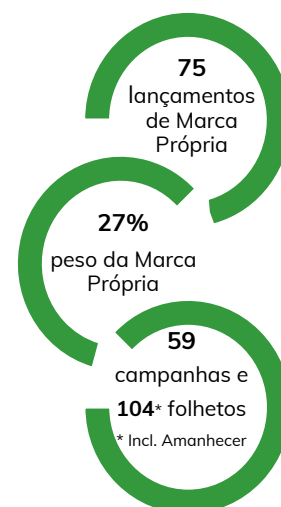
Para aumentar a perceção de variedade, foram lançados vários catálogos temáticos digitais de Marca Própria, tais como o de alimentação equilibrada ou o de produtos de beleza. Estes catálogos permitem aos clientes conhecer melhor todo o sortido disponibilizado pelo Recheio e podem ser visualizados também em loja através de um QR Code.

No que respeita ao sortido, a insígnia manteve o foco na qualidade, sustentabilidade e variedade da Marca Própria, tendo lançado um total de 75 referências: 27 Masterchef e 48 Amanhecer.

Fiel ao seu compromisso com a sustentabilidade, o Recheio inovou e lançou um projeto pioneiro em Portugal sob o lema “Negócios com Mais Valor”, um projeto piloto realizado na loja de Loures que tem como objetivo incentivar o canal HoReCa e o comércio tradicional a gerirem a separação de resíduos (plástico e metal) de uma forma mais eficiente, integrando a preservação ambiental na sua jornada de compra.

Em 2023, o EBITDA do Recheio cifrou-se em 73 milhões de euros, 23,6% acima de 2022. A respetiva margem foi de 5,4% (versus 5,1% em 2022), com o forte crescimento de vendas a continuar a permitir a recuperação da alavancagem operacional.

Durante o ano, a Companhia investiu 35 milhões de euros, que foram canalizados para as remodelações das lojas de Viseu e Portimão, reforçando as suas infraestruturas de distribuição, e para o alargamento significativo da área da plataforma Recheio Masterchef de Lisboa.



3.1.4. Ara

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

No ano de 2023 celebrámos o 10.º Aniversário na Colômbia, um país que nos recebeu de braços abertos e onde a nossa estratégia de disponibilizar alimentos de qualidade aos preços mais competitivos do mercado nos permitiu ultrapassar 1 milhão de clientes diários, no nosso parque de lojas.

Nestes últimos dois anos, as famílias colombianas assistiram a uma contínua degradação do seu poder de compra como consequência da forte escalada dos preços dos bens alimentares, que levou a uma redução dos volumes comprados no mercado e a um *trading down* no comportamento de compra. Apesar de no segundo semestre de 2023 se ter assistido a uma desaceleração do aumento dos preços, em termos médios, no ano, a inflação alimentar rondou os 15%.

As prioridades da Companhia mantiveram-se centradas em garantir a disponibilidade da nossa oferta ao preço mais baixo do mercado num contexto difícil para as famílias colombianas. Da mesma forma, no âmbito das parcerias que temos construído com os nossos fornecedores, estivemos particularmente atentos às suas necessidades financeiras num período de elevadas taxas de juro.

A nossa proposta de valor tem vindo a ser reforçada com inovação nos produtos Frescos e na oferta de Marca Própria, garantindo sempre a liderança no preço. Em 2024 continuaremos a desenvolver parcerias com os produtores colombianos, privilegiando o *sourcing* regional sempre que os standards de qualidade o permitam.

Abrimos 200 lojas em 2023, alcançando as 1.290 localizações, iniciámos a construção de um centro de distribuição em Bogotá e prosseguimos o de Cali, cuja abertura ocorreu no início de 2024.

Para o ano de 2024, que se espera que permaneça desafiante, mantemos o compromisso absoluto com as famílias colombianas – de assegurar qualidade e segurança alimentar do nosso sortido aos preços mais competitivos do mercado – para que continuemos a merecer a confiança dos lares que hoje servimos e dos novos que se tornarão fiéis à marca Ara.



Vendas
2.435 M€
(+37,7%)

N.º lojas
1.290

LFL
+10,9%

EBITDA
45 M€
(-24,6%)

CAPEX
258 M€

Destaques do ano

- 10.º aniversário da Ara
- Abertura de 200 lojas, alargando a presença para mais de 372 municípios (de cerca de 1.100)
- 60 Bodegas del Canasto (B2B)
- Abertura das primeiras lojas operadas por parceiros, num modelo similar ao franchising
- Lançamento da forte campanha promocional “Nada se compara com a Ara”, com reduções significativas de preços

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Ara considerada como uma das empresas com melhor desempenho na Colômbia na dimensão Gestão, de acordo com o Índice de Investimento Social Privado.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5. deste Relatório.

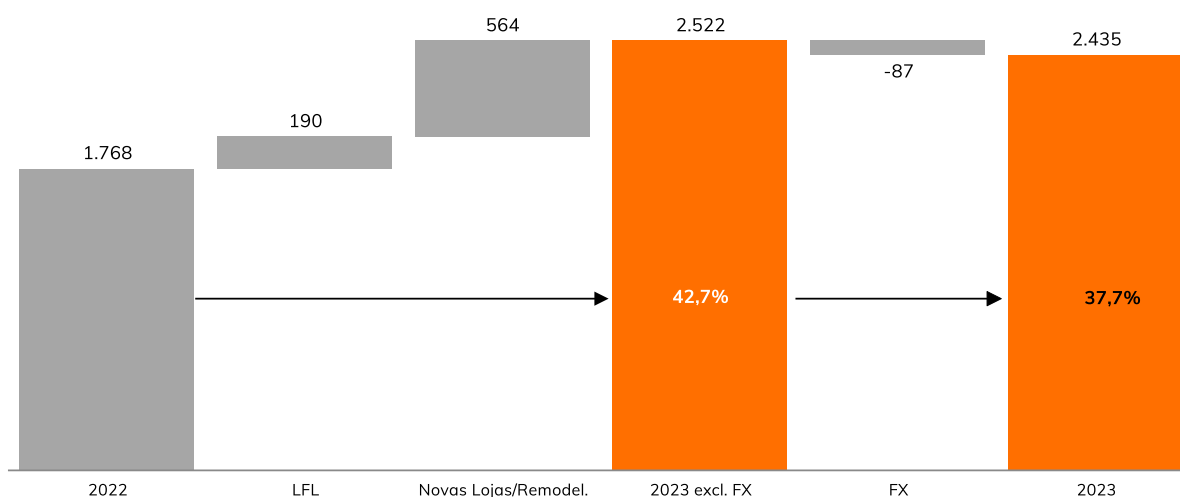
Desempenho

O Retalho Alimentar na Colômbia evidenciou a forte pressão existente sobre o rendimento das famílias, com a consequente contração do consumo, devido à persistência de níveis de inflação muito elevados. Este contexto levou à forte queda dos volumes e a um crescente efeito de *trading down*.

Neste enquadramento, muito difícil para os consumidores, a Ara manteve-se firme no seu posicionamento de preços baixos – investindo fortemente em preço –, ao mesmo tempo que muito focada no reforço da capilaridade e empenhada em ser o aliado por excelência das famílias colombianas, de forma a continuar a merecer a sua preferência num momento em que muitas têm sérias dificuldades no acesso a produtos alimentares essenciais.

As vendas, em moeda local, cresceram 42,7%, incluindo um LFL de 10,9%. Em euros, as vendas atingiram 2,4 mil milhões, 37,7% acima de 2022.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Ao longo do ano, para proteger os volumes e gerar valor para os clientes, a Ara concentrou-se em criar oportunidades de poupança, oferecendo promoções e preços mais baixos em categorias relevantes para as famílias, tais como frutas e legumes, carnes e produtos essenciais.

Mais uma vez, o modelo de descentralização foi uma parte importante da estratégia quer para assegurar a competitividade local, quer para levar a cabo iniciativas com vista a aumentar o impacto local das aberturas de lojas, como sejam o desenvolvimento de campanhas de marketing regionais e a participação e envolvimento nas festividades das regiões. Estas ações comerciais e de marketing – ativações de loja e brochuras regionais – tiveram como principal objetivo o crescimento das vendas em categorias estratégicas, bem como o aumento do cabaz e a angariação de novos clientes.

A Ara manteve ainda a ação "Merca todo en Ara", uma campanha de marketing nacional com vários produtos em promoção que procura reforçar a perceção das lojas Ara como one-stop shops.

De forma a fortalecer o seu posicionamento de preço, a Companhia aproveitou as comemorações do seu 10.º aniversário para implementar uma forte e ousada campanha promocional, com reduções significativas de preços durante os meses de maio e junho. Sob o lema "Nada se compara com a Ara", a campanha não passou despercebida e a pronta resposta dos consumidores levou a um crescimento significativo do número de clientes e dos volumes transacionados.

No resto do ano, a Companhia continuou a investir e lançou campanhas promocionais especialmente criadas para televisão para destacar a oferta de produtos específicos a preços imbatíveis. 2023 fica também marcado pela parceria da Ara com a seleção nacional de futebol feminino.

Num ano extremamente difícil, todas as ações descritas tiveram impacto no mercado, com a Ara a conquistar o reconhecimento dos consumidores e a aumentar a sua quota de mercado.

A Marca Própria reforçou a sua relevância, num ambiente pautado por *trading down*, no qual as opções de qualidade associadas a preços baixos foram cruciais. A Companhia continuou a apostar na diferenciação e na inovação do seu sortido, tendo lançado 109 novos produtos e procedido a 113 relançamentos.

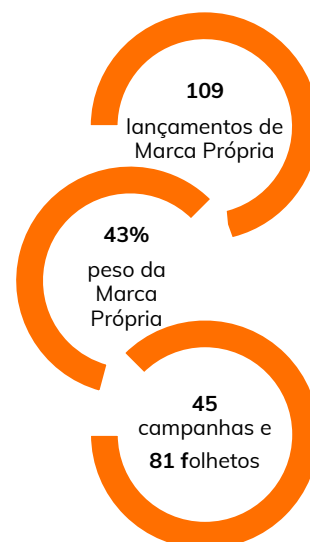
Ao longo do ano, a Ara desenvolveu um importante trabalho ao nível do redesenho das embalagens dos produtos de Marca Própria, de forma a reforçar a percepção de qualidade do produto, a diferenciação e a incluir as alterações necessárias resultantes da nova legislação nutricional, ao mesmo tempo que as torna também ambientalmente mais sustentáveis.

O EBITDA cifrou-se em 45 milhões de euros (60 milhões de euros em 2022), com a respetiva margem a situar-se nos 1,9% (3,4% em 2022). A pressão na margem refletiu os efeitos de: i) investimento em preços; ii) deterioração do mix de margem devido à substituição das compras por produtos de menor valor acrescentado (*trading down*); e iii) baixa maturidade de uma parte relevante do parque de lojas.

A Ara manteve como prioridade a sua estratégia de crescimento, investindo 258 milhões de euros na abertura de 200 novas lojas, das quais 17 Bodegas del Canasto, e na remodelação de três localizações. O investimento logístico, nomeadamente em armazéns de apoio aos centros de distribuição, foi igualmente importante, de forma a permitir o abastecimento eficiente do seu parque de lojas e a tornar os custos de transporte mais eficientes.

Em 2023, e capitalizando no forte empreendedorismo dos colombianos, a Companhia iniciou a abertura de lojas num modelo similar ao *franchising*, tendo encerrado o ano com 15 destas lojas, alargando, assim, a presença e notoriedade da marca em municípios mais pequenos, ao mesmo tempo que proporciona aos parceiros a oportunidade de terem um negócio próprio.

A insígnia mantém a confiança na adequação da sua proposta de valor ao consumidor colombiano, reforçada num contexto de incerteza socioeconómica.



3.2. Agroalimentar

3.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Apesar da inflação persistente que se registou ao longo do ano, ainda que se tenha verificado uma desaceleração no aumento dos preços dos fatores de produção, 2023 caracterizou-se pela deflação no preço de venda de alguns produtos das sociedades participadas pela JMA, em especial do leite.

Verificou-se ainda, pelo segundo ano consecutivo, um estado de seca severa que afetou a disponibilidade de pastagens e forragens para os animais, com o conseqüente agravamento do custo da sua alimentação.

Foi neste contexto desafiante que os vários negócios da JMA continuaram os seus planos de expansão na área das frutas, dos laticínios, da aquacultura e da agropecuária.

Destacam-se as primeiras vendas da uva biológica sem grainha com a marca *Hey, Vita!* e do peixe produzido em Marrocos, e o teste de comercialização de salmão da empresa norueguesa Andfjord, na qual a JMA reforçou a sua participação acionista.

Em 2024 será desenvolvida a estratégia comercial e de marketing para todas as áreas de negócio, com uma aposta na presença digital para suportar a afirmação das diferentes marcas no mercado.

Destaques do ano

- A Terra Alegre obteve a certificação IFS (International Featured Standard)
- A Best Farmer, em conjunto com o Recheio, inaugurou o primeiro talho Best Farmer na loja daquela insígnia em Cascais
- Na aquacultura, aumentou-se a participação no capital da Andfjord Salmon, de 10,5% para 25,1%
- Na área de frutas e vegetais, foi estabelecida uma Joint Venture com o grupo Luís Vicente, consubstanciada na sociedade Supreme Fruits, Lda, para a produção de mandarina tango e frutos de caroço (pêssegos, nectarinas e ameixas)

Mais informações acerca de ações da JMA, e especificamente no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

FOCO NO ABASTECIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar da pressão existente sobre os negócios, a JMA manteve-se fiel às suas prioridades, protegendo a sustentabilidade, em todas as dimensões, das suas diversas atividades.

Na área de laticínios, a Terra Alegre continuou a aposta na inovação e, em conjunto com as companhias da distribuição do Grupo Jerónimo Martins em Portugal, lançou os produtos: leite meio-gordo biológico e leite enriquecido sem lactose com sabor a mel e cidreira (com foco no bem estar).

A Terra Alegre obteve um resultado High Level no âmbito da Auditoria IFS, um referencial reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI) que atesta a segurança e a qualidade de produtos e processos alimentares.

Na agropecuária, a Best Farmer reforçou a visibilidade da marca como especialista na produção de carne para o canal HoReCa através da inauguração do talho Best Farmer na loja do Recheio em Cascais.

Na produção de vinhos e leite, 2023 foi um ano importante que ficou marcado pela finalização do projeto de ampliação e requalificação da unidade localizada no Fundão, e pela conclusão da obra de construção da ordenha robotizada na vacaria localizada em Monte do Trigo.

Os resultados preliminares do projeto “Green Beef”, que visa reduzir as emissões de metano associados à produção de carne bovina através da introdução de óleo de algas na alimentação animal, traduziram-se em bons indicadores. Para 2024, serão realizados ensaios em maior escala, para comprovar a consistência dos mesmos.

O ano de 2023 foi particularmente desafiante para a aquacultura, com especial destaque para a operação da Aquafarm, em Marrocos que arrancou com as primeiras vendas e o desenvolvimento do projeto da Seaculture no Algarve (Vila Real de Santo António). Este projeto está a decorrer a bom ritmo, tendo-se iniciado as obras da estrutura logística em terra (edifício e cais de apoio).

Na Madeira, o desempenho do ano acabou por ser fortemente afetado por uma tempestade sem precedentes que danificou as infraestruturas da Marismar. A Companhia mantém a confiança no potencial do produto dourada da Madeira e iniciou de imediato os trabalhos de reconstrução.

Dando seguimento à sua ambição de ser internacional em produção e vendas, a JMA reforçou a participação na Andfjord Salmon, tendo adquirido um montante adicional de 10 milhões de ações desta sociedade, passando a deter 25,1% do capital.

Na área produtiva de frutas e vegetais, a Outro Chão colocou no mercado cerca de 300 toneladas de uvas biológicas sem grainha, tendo lançado a sua própria marca: Hey, Vita!

A juntar a outros empreendimentos conjuntos já existentes para a produção de uvas biológicas sem grainha e de laranjas biológicas, a JMA estabeleceu uma nova parceria, desta vez com o Grupo Luís Vicente, através da Supreme Fruits, uma sociedade criada com o propósito de produzir e processar mandarina tango e frutos de caroço (pêssegos, nectarinas e ameixas).



3.3. Retalho Especializado

3.3.1. Hebe

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2023 foi um ano bastante sólido para a Hebe, apesar da persistente situação de incerteza e do abrandamento económico. A Companhia conseguiu um forte crescimento das vendas, ampliou o seu negócio online e aumentou a quota de mercado. Nos últimos três anos, com uma taxa de crescimento anual composta acima dos 25%, duplicámos o negócio.

Na Polónia, a Hebe continuou a superar o mercado, alcançando um forte crescimento das vendas, como resultado de uma clara estratégia de diferenciação. Aproveitando uma melhor escolha do sortido, uma atividade promocional assertiva e um investimento reforçado em marketing, continuámos a desenvolver a nossa proposta única de valor, omnicanal, adaptando simultaneamente o nosso modelo operacional às expectativas dos clientes. Em 2023, o nosso negócio de e-commerce cresceu substancialmente, reforçando a posição da Hebe como um forte candidato à liderança online na Polónia. O Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe) evoluiu de forma significativa ao longo do ano, o que nos permitiu desenvolver o nosso sortido especializado. Após um ano inteiro em vigor, este Programa adicionou mais de 1.000 marcas à nossa oferta.

2023 foi igualmente o início da nossa presença omnicanal internacional, com o lançamento de duas lojas de referência em Praga, como complemento a um ano inteiro de funcionamento das nossas lojas online na Chéquia e na Eslováquia. A evolução em ambos os países reforça a nossa ambição de investir em crescimento no futuro.

Após mais um ano de um sólido crescimento e de um aumento da rentabilidade, acredito firmemente que nós, na Hebe, temos uma equipa capaz de continuar a produzir excelentes resultados com vista a tornarmo-nos líderes do mercado online de beleza na Europa Central e de Leste, com base nos nossos três pilares estratégicos: Beleza, Digital e Internacional.



Vendas
469 M€
(+30,9%)

N.º lojas
345

LFL
+17,0%

EBITDA
43 M€
(+31,5%)

CAPEX
16M€

Destaques do ano

- Abertura das duas primeiras lojas em Praga
- Marco de 1.000 marcas no Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe) alcançado
- Lançamento da app móvel internacional
- Lançamento da insígnia no TikTok
- Mais de 200 mil seguidores no Instagram e mais de 600 mil no Facebook

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS A DESTACAR

DROGERIA ROKU Grand Prix – Gala anual
Wiadomosci Kosmetyczne – juntamente com outros cinco prémios.

Prémio Best on Mobile nos prémios eCOMMERCE POLSKA.

Galardoada nos Blix Awards: Consumers' Choice Retail na categoria "Own brands – offer of the year".

Champion of the Year nas categorias Experiência do Cliente e Excelência em Tecnologia de "Retail Champion – Chosen by Consumers" organizada pela European Conferences United, European Circular Retail Foundation (ECRF) e GfK Polónia.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

Desempenho

Em 2023, num contexto económico difícil, a Hebe continuou a concentrar-se na sua proposta de valor diferenciada no sector de Saúde e Beleza, oferecendo todas as últimas tendências e servindo milhares de clientes todos os dias nas suas lojas físicas e canais online.

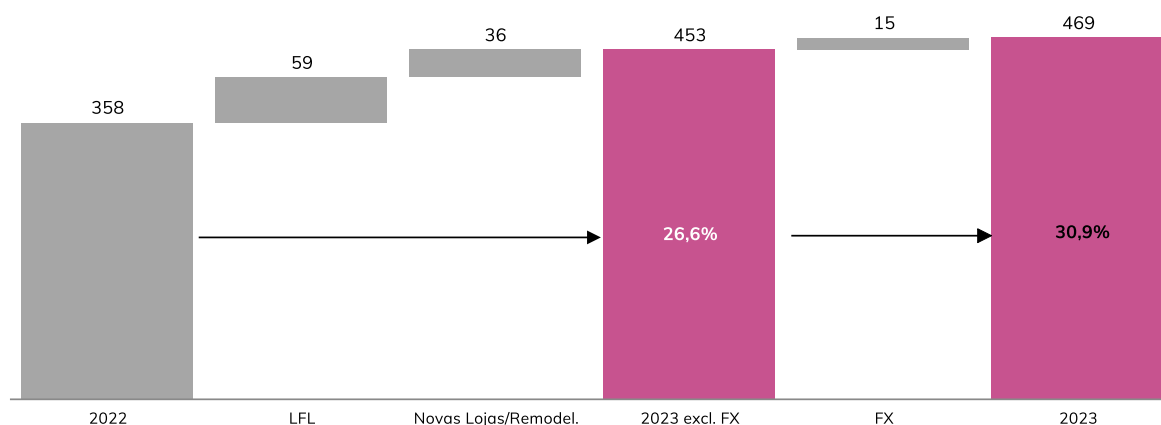
A Hebe registou um sólido crescimento nas suas lojas e operações online e fortaleceu o seu posicionamento estratégico. Apesar da significativa pressão inflacionista em várias dimensões, incluindo nos investimentos em e-commerce, a Companhia manteve uma forte atividade promocional, ganhando consistentemente quota de mercado, tanto em valor como em volume.

A Companhia continuou a apresentar um forte desempenho das vendas, tirando partido das tendências sazonais. Durante 2023, a insígnia aumentou as suas vendas em 26,6%, em moeda local, em comparação com o ano anterior, com um LFL de 17%.

As vendas online cresceram 47,6%, representando cerca de 17% das vendas totais, incluindo o Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe), o que reforçou a proposta de valor da Hebe e as encomendas adicionais geradas.

As vendas internacionais foram crescendo de forma gradual em 2023, tanto na Chéquia como na Eslováquia, com investimentos significativos ao longo do ano. Apesar de investir e apoiar as operações nos novos mercados, a Hebe conseguiu uma melhoria robusta da sua rentabilidade.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Tendo iniciado a sua expansão internacional em 2022, a Hebe tem registado um crescimento estável de encomendas no mercado checo e eslovaco, seguindo um forte foco na execução da estratégia online e investimento na comunicação social.

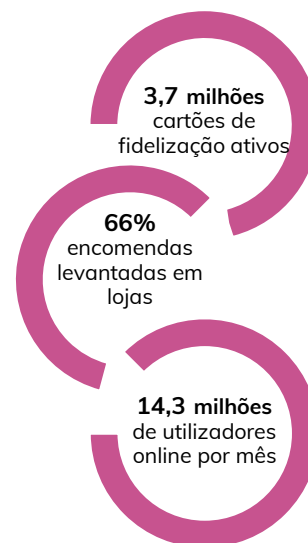
A app móvel, agora também disponível internacionalmente, continua a ganhar terreno como um canal de vendas e a provar a sua importância na estratégia global.

No âmbito da operação omnicanal, um número crescente de encomendas foi levantado nas lojas utilizando a capacidade existente, reduzindo custos e diminuindo os tempos de entrega.

Apesar do enquadramento regulamentar cada vez mais restritivo, a Hebe continuou a atrair clientes com várias promoções significativas em folhetos e eventos especiais adicionais. Esta dinâmica de vendas reflete-se positivamente no aumento da sua quota de mercado.

Todas as categorias principais – Maquilhagem, Rosto, Cabelo e Perfumes – contribuíram de forma decisiva para este crescimento. Em termos de produtos, a Companhia registou um excelente desempenho na cosmética profissional, natural e dermocosmética especialmente nas categorias de rosto (com cremes faciais, produtos cosméticos coreanos e japoneses), maquilhagem e cabelo.

Em 2023, o EBITDA fixou-se nos 43 milhões de euros, aumentando 31,5% face ao ano anterior, com a margem EBITDA a fixar-se nos 9,1%, acima dos 9,0% de 2022.



3.3.2. Jeronymo e Hussel

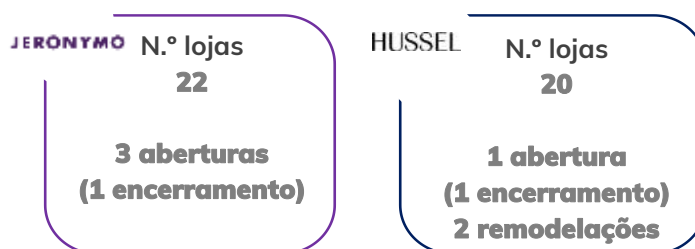
MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2023, e num contexto que se manteve difícil para as famílias portuguesas, as Companhias reposicionaram os seus negócios numa perspetiva de médio-longo prazo.

Decidimos aumentar o salário de todos os nossos colaboradores em 25% para, desse modo, fazerem face à inflação persistente, enquanto diminuimos os índices de rotação do pessoal.

Esta decisão, em conjunto com o atraso na expansão, teve impacto nos resultados, embora tenha fortalecido a sustentabilidade dos negócios que, no seu conjunto, viram as suas vendas aumentar mais de 12% no ano.

Para 2024, com a reorganização das equipas de gestão das Companhias, o foco será a rentabilidade das operações, face ao aumento de custos operacionais que ocorreu em 2023.



Destaques do ano

- A Jeronymo reforçou a sua presença nos grandes centros urbanos com a abertura de lojas no Porto e em Lisboa
- A Jeronymo apoiou a Jornada Mundial da Juventude, com mais de 12 mil refeições servidas
- A Hussel consolidou e modernizou a sua imagem, dimensão e formato de exposição de sortido, nomeadamente com a implementação da arca de gelados artesanais, através de remodelações de lojas
- A Hussel apostou numa comunicação integrada, com foco em presentes personalizáveis (*gifting*)

Mais informações, especificamente acerca de ações no âmbito da sustentabilidade, podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório.

FOCO NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar de um ano difícil, marcado pela incerteza e pela perda de poder de compra dos consumidores, a Jeronymo e a Hussel mantiveram-se focadas em fortalecer as suas propostas de valor. As vendas cresceram, em relação ao ano anterior, 17,4% na Jeronymo e 4,1% na Hussel.

Com as aberturas de lojas realizadas durante o ano – junto ao Hospital de São João e na Rua Sá da Bandeira, no Porto, e na Riverside Village, em Lisboa –, a Jeronymo deu continuidade ao seu conceito inovador de criar em cada loja um ambiente único, proporcionado pela aposta na decoração e em cores e materiais diferenciados.

Tendo a sustentabilidade como foco, a Jeronymo lançou o projecto Unlimited Refill (Recarga Ilimitada), em que a compra de uma garrafa da Jeronymo dá ao cliente a possibilidade ilimitada de a reencher de água purificada dentro da loja.

2023 foi também um ano de melhoria da oferta de opções de *gifting*, através da personalização de produtos da Hussel para comemoração de dias especiais. Quer em loja, quer nas redes sociais, foram criados espaços específicos dedicados a estes artigos, com comunicação centrada nas diferentes possibilidades.

A insígnia esteve ainda focada na redução da sazonalidade do negócio, apostando, por exemplo, na produção de materiais de comunicação, em loja e nas redes sociais, da oferta de gelados artesanais.

4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

Apesar de se esperar um aumento dos salários médios e alguma recuperação do consumo privado em 2024, a inflação de custos permanecerá elevada e a inflação no cabaz será muito baixa ou mesmo negativa. Tal irá desafiar a Companhia a melhorar ainda mais a produtividade e a eficiência, mantendo inalteradas as suas principais prioridades, defendendo os consumidores polacos e reforçando a liderança de preços no país.

Em 2024, a Biedronka manterá a competitividade de preços no centro da sua estratégia, continuando a garantir a qualidade da sua proposta de valor, mantendo-se relevante para as famílias polacas e lutando pelas vendas em volume para proteger a rentabilidade num contexto de aumento dos custos operacionais.

A Companhia continuará a executar o seu plano de investimento e a concentrar-se na expansão e remodelação da sua rede de lojas, para proporcionar aos consumidores polacos uma melhor experiência de compra.

Irá continuar igualmente a investir em medidas de eficiência operacional e na melhoria do serviço ao cliente, nomeadamente com self-checkouts, balcões de carne e charcutaria, painéis fotovoltaicos e lojas de proximidade, ao mesmo tempo que otimiza a cadeia de abastecimento e a logística.

A insígnia vai alavancar as iniciativas já em curso, desenvolvendo a sua presença digital no canal e-commerce e na app móvel, para construir relações de consumo cada vez mais personalizadas e melhorar a fidelização dos clientes.

Em 2024, a Biedronka iniciará a sua internacionalização ao abrir as suas primeiras lojas na Eslováquia.

Hebe

Com uma proposta de valor que é agora bem conhecida e apreciada pelo consumidor polaco, e empolgada com o lançamento dos seus projetos internacionais nos últimos dois anos, a Hebe continuará o seu caminho para se tornar o interveniente de referência no sector da beleza na Europa Central e de Leste, com uma posição de liderança nos canais digitais.

A Companhia está focada em continuar a melhorar as vendas e a rentabilidade na Polónia, em aumentar a sua presença omnicanal, ao mesmo tempo que investe em crescimento no futuro. A consolidação do crescimento na Chéquia e na Eslováquia serão uma prioridade para 2024, enquanto preparamos a Companhia para novas oportunidades.

Pingo Doce

O Pingo Doce pretende continuar a reforçar a sua proposta de valor na proximidade e a oferecer as melhores oportunidades de poupança aos seus clientes, sendo por isso o investimento em preço, promoções e em programas de fidelização uma prioridade.

Com o objetivo de prosseguir a modernização do seu parque de lojas e a melhoria da experiência de compra dos clientes, o Pingo Doce vai dar seguimento ao seu plano de remodelações para o novo conceito – lojas mais amplas, luminosas, digitais, sustentáveis e inclusivas – mantendo o ritmo de expansão ao nível dos anos anteriores.

Para 2024, a aposta na transformação digital vai continuar, assim como na sustentabilidade, considerando sempre, em todas as tomadas de decisão do negócio, os compromissos com as Pessoas, com a Comunidade e com o Planeta.

Recheio

O Recheio continuará a remodelar o seu parque de lojas, de forma a melhorar a experiência de compra e o nível de serviço aos seus clientes, assim como a reforçar a sua competitividade durante todo o ano, com diversas dinâmicas para ir ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Em 2024, serão desenvolvidas novas oportunidades na área de Meal Solutions para o canal HoReCa. O Food Service irá manter-se como uma área prioritária e dar-se-á continuidade à expansão da parceria com as lojas de proximidade Amanhecer no canal de Retalho Tradicional.

A Companhia prosseguirá a transformação digital e o reforço da sua proposta de valor e do posicionamento junto dos seus clientes.

Tendo como objetivo a eficiência e continuando a contribuir para a valorização e preservação dos recursos naturais, o Recheio apostará em iniciativas de cariz sustentável, sendo a operação de loja e a Marca Própria as suas prioridades nesse âmbito.

Ara

Em 2024, a insígnia manterá o foco na liderança de preço e no desenvolvimento do seu sortido para, cada vez mais, se adaptar às necessidades das famílias colombianas e continuar a aumentar a sua base de clientes, tornando-se a loja de proximidade de referência.

A Ara continuará empenhada em estar ao lado das famílias colombianas e merecer a confiança e a preferência nos bairros onde se estabelece.

A expansão do parque de lojas manter-se-á uma prioridade, com um ritmo dinâmico, em linha com a sua visão de longo prazo no que respeita ao potencial do mercado e à adequação do seu modelo de negócio.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Os desafios continuam a passar por encontrar modelos sustentáveis de produção, garantindo o acesso do Grupo a produtos da mais alta qualidade.

Assim, em 2024, com a JMA a completar 10 anos de existência, é mais importante que nunca o objetivo de entrar em novos segmentos de mercado, explorando o potencial de comercialização dos seus produtos e aproveitando a capacidade e conhecimento produtivos que foram sendo adquiridos.

Capitalizando na qualidade de excelência, no aumento significativo de volumes de produção e apostando numa dinâmica de presença da marca, as áreas da JMA passarão a ter uma importância crescente para o Grupo ao mesmo tempo que continuarão a explorar novas oportunidades de mercado.

Jeronymo e Hussel

A Jeronymo continuará a apostar na otimização do seu sortido, de forma a garantir uma oferta diversificada e adaptada ao espaço envolvente da loja. A Companhia estará focada em reforçar o seu posicionamento e identidade, concentrando-se na comunicação no canal digital e em loja, e em tornar as suas operações mais eficientes.

A Hussel, focada na eficiência operacional e na criação de diferentes ambientes em loja, continuará a apostar nas ocasiões especiais (com campanhas temáticas) e na personalização enquanto elementos diferenciadores. A insígnia pretende usar diferentes plataformas de comunicação digital para ir ao encontro dos diferentes público-alvo (Facebook, Instagram, Tik Tok e LinkedIn).

5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

6. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários, ajustados dos efeitos contabilísticos da adoção da IFRS 16, por os mesmos não representarem desembolsos de caixa;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adotados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 20 de abril de 2023, seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 345,6 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,55 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira), pago em maio de 2023, representando um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários (ou c.56% dos resultados líquidos consolidados), quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

Tendo presente os resultados líquidos consolidados apurados para o ano de 2023, entende o Conselho de Administração propor na Assembleia Geral Anual de Acionistas, a distribuição de 411,6 milhões de euros em dividendos, correspondente à aplicação da política definida acima.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,655 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira) e representa um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários (ou c.54% dos resultados líquidos consolidados), quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

A proposta de distribuição de dividendos permite ao Grupo preservar total flexibilidade para continuar a investir de acordo com os seus planos de expansão e aproveitar potenciais oportunidades de crescimento não orgânico, mantendo, em simultâneo, um balanço forte.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2023, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou resultados líquidos consolidados de 756.294.089,16 euros e resultados líquidos nas contas individuais de 558.924.333,53 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 147.299.919,43 euros;
- Dividendos 411.624.414,10 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um dividendo bruto de 0,655 euros por ação, excluindo-se as ações próprias em carteira.

Lisboa, 5 de março de 2024

O Conselho de Administração

8. Notas Reconciliatórias

Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui as linhas de Custos de distribuição; e Custos administrativos, excluindo €-902 milhões relativo a Depreciações e amortizações (nota - Reporte por segmentos de atividade)
EBITDA	
Depreciação	Valor refletido na nota - Reporte por segmentos de atividade
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Ganhos / Perdas em Joint ventures e Associadas	Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas
Outras Perdas e Ganhos	Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos (perdas) na alienação de negócios (quando aplicável); e Ganhos (perdas) em outros investimentos (quando aplicável)
EBT	Resultados antes de impostos
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	Resultado líquido atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins

Balanço Consolidado (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor apresentado na nota Ativos intangíveis
Ativo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o Goodwill líquido de €635 milhões) e adicionando Locações financeiras (€124 milhões)
Direitos de Uso Líquido	Inclui a linha de Direitos de uso deduzido das Locações financeiras (€124 milhões)
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Ativos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios concedidos a empregados; assim como €-47 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui €135 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalente de caixa (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos); e €-10 milhões de Acréscimos e diferimento de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento; Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos ativos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar; e Provisões para riscos e encargos. Exclui €-47 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes
Locações Financeiras	Responsabilidades com locações financeiras (2023: €102 milhões; 2022: €82 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adoção da IFRS16
Locações Operacionais Capitalizadas	Valor refletido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes excluindo as Responsabilidades com locações financeiras (linha acima)
Acréscimos e Diferimentos de Juros	Inclui as linhas de Instrumentos financeiros derivados; assim como €-10 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa; e €135 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Ações próprias; Outras reservas; e Resultados retidos

Fundos de Acionistas

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Corresponde à linha de Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante, incluindo rubricas que não geraram fluxos de caixa, e excluindo custos e proveitos que não têm natureza operacional (€64 milhões)
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	Inclui a linha de Pagamento de locações, excluído de €11 milhões correspondente ao pagamento de locação financeira ao abrigo de anteriores normativos
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos; Pagamento de juros de locações; e Juros recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; e Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido. Inclui ainda aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€-28 milhões)
Variação de Capital Circulante	Inclui as Variações de capital circulante
Outros	Inclui a linha Alienação de negócios (quando aplicável); e custos e proveitos que geraram fluxos de caixa, mas que não têm natureza operacional (€-64 milhões)
Cash Flow	Corresponde à Variação Líquida de caixa e equivalentes de caixa deduzida de Pagamentos e Recebimentos de dividendos; de Variação Líquida de empréstimos obtidos; e de Variação de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa, assim como, acrescido das Aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira (€-28 milhões); e deduzido dos Pagamentos de locações financeiras (€11 milhões), ambos ao abrigo de anteriores normativos

**Jerónimo
Martins**



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas	75
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	75
2. Declaração do Conselho de Administração	134
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	136
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	143
Demonstrações Financeiras Individuais	146
1. Demonstrações Financeiras Individuais	146
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	174

Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	76
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS.....	76
BALANÇO CONSOLIDADO.....	77
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO.....	78
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	79

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Página

1. Atividade.....	80
2. Políticas contabilísticas.....	80
3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade.....	92
4. Custos operacionais por natureza.....	95
5. Empregados	96
6. Custos financeiros líquidos.....	99
7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	100
8. Ativos fixos tangíveis.....	102
9. Ativos intangíveis.....	105
10. Locações	108
11. Investimentos em joint ventures e associadas	111
12. Outros investimentos financeiros.....	112
13. Instrumentos financeiros derivados	112
14. Existências.....	115
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	115
16. Caixa e equivalentes de caixa	116
17. Capital e reservas.....	117
18. Resultado por ação.....	117
19. Empréstimos obtidos.....	118
20. Provisões.....	119
21. Credores, acréscimos e diferimentos	120
22. Garantias	121
23. Compromissos de capital	121
24. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	121
25. Partes relacionadas	124
26. Companhias subsidiárias	126
27. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam.....	127
28. Interesses em joint ventures e associadas	127
29. Riscos financeiros.....	128
30. Informação sobre matérias ambientais.....	133
31. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	133
32. Eventos subsequentes à data do balanço.....	133

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

				€ Milhões	
	Notas	2023	2022	4.º Trimestre 2023	4.º Trimestre 2022
Vendas e prestação de serviços	3	30.608	25.385	8.157	6.992
Custo das vendas	4	(24.357)	(20.053)	(6.507)	(5.547)
Margem		6.251	5.332	1.651	1.445
Custos de distribuição	4	(4.490)	(3.850)	(1.188)	(1.026)
Custos administrativos	4	(495)	(411)	(128)	(114)
Outras perdas e ganhos operacionais	4.1	(80)	(95)	(44)	(39)
Resultados operacionais		1.187	976	292	265
Custos financeiros líquidos	6	(174)	(162)	(32)	(27)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas	11	(1)	0	(0)	0
Resultados antes de impostos		1.012	814	259	238
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(239)	(207)	(57)	(69)
Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)		773	607	202	169
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		16	17	4	(2)
Aos Acionistas de Jerónimo Martins		756	590	198	171
Resultado básico e diluído por ação - euros	18	1,2035	0,9387	0,3157	0,2726

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

				€ Milhões	
	Notas	dezembro 2023	dezembro 2022	4.º Trimestre 2023	4.º Trimestre 2022
Resultados líquidos		773	607	202	169
Outros rendimentos integrais:					
Variação do justo valor de instrumentos de capital		2	(2)	-	(3)
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	(3)	0	(3)	0
Imposto relacionado	7.3	1	(0)	1	(0)
Itens que não serão reclassificados para resultados		(0)	(1)	(2)	(3)
Diferenças de conversão cambial		95	(16)	82	33
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	13	(0)	0	(1)	(0)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	13	(29)	(24)	(14)	(11)
Imposto relacionado	7.3	6	(1)	5	2
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		72	(42)	73	24
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		71	(43)	71	21
Total de rendimentos integrais		844	564	273	191
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		16	17	4	(2)
Acionistas de Jerónimo Martins		828	547	269	193
Total de rendimentos integrais		844	564	273	191

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

€ Milhões

	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	8	5.253	4.340
Ativos intangíveis	9	790	755
Propriedades de investimento		9	9
Direitos de uso	10	3.198	2.526
Ativos biológicos		8	6
Investimentos em joint ventures e associadas	11	80	16
Outros investimentos financeiros	12	2	17
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	59	58
Impostos diferidos ativos	7	230	201
Total de ativos não correntes		9.629	7.928
Existências	14	1.790	1.493
Ativos biológicos		19	12
Imposto sobre o rendimento a receber		86	35
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	829	593
Instrumentos financeiros derivados	13	6	2
Caixa e equivalentes de caixa	16	1.938	1.781
Total de ativos correntes		4.668	3.917
Total do ativo		14.297	11.845
Capital próprio e passivo			
Capital		629	629
Prémios de emissão		22	22
Ações próprias		(6)	(6)
Outras reservas		(110)	(183)
Resultados retidos	17	2.278	1.869
		2.814	2.331
Interesses que não controlam		253	254
Total do capital próprio		3.066	2.585
Empréstimos obtidos	19	280	238
Responsabilidades com locações	10	2.853	2.248
Credores, acréscimos e diferimentos	21	4	4
Instrumentos financeiros derivados	13	6	5
Benefícios concedidos a empregados	5	78	69
Provisões para riscos e encargos	20	79	82
Impostos diferidos passivos	7	104	90
Total de passivos não correntes		3.404	2.735
Empréstimos obtidos	19	485	232
Responsabilidades com locações	10	530	430
Credores, acréscimos e diferimentos	21	6.705	5.799
Instrumentos financeiros derivados	13	13	9
Imposto sobre o rendimento a pagar		94	55
Total de passivos correntes		7.827	6.525
Total do capital próprio e passivo		14.297	11.845

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

€ Milhões

	Capital próprio atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.							Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras Reservas			Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Justo valor de ativos financeiros	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de janeiro de 2022	629	22	(6)	0	-	(140)	1.773	2.278	254	2.532
Variações no Capital Próprio em 2022										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)	-	(17)
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)	-	(24)
Variação do justo valor de instrumentos de capital	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	(2)	(42)	-	(43)	-	(43)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	590	590	17	607
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	(2)	(42)	590	547	17	564
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(493)	(493)	(17)	(511)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Balanco em 31 de dezembro de 2022	629	22	(6)	-	(2)	(182)	1.869	2.331	254	2.585
Balanco em 1 de janeiro de 2023	629	22	(6)	-	(2)	(182)	1.869	2.331	254	2.585
Variações no Capital Próprio em 2023										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	101	-	101	-	101
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	-	(29)
Variação do justo valor de instrumentos de capital	-	-	-	-	2	-	-	2	-	2
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(2)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	2	72	(2)	72	-	71
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	756	756	16	773
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	2	72	755	828	16	844
Dividendos (nota 17.3)	-	-	-	-	-	-	(346)	(346)	(17)	(363)
Balanco em 31 de dezembro de 2023	629	22	(6)	-	-	(110)	2.278	2.814	253	3.066

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

€ Milhões

	Notas	2023	2022
Resultados líquidos		756	590
Ajustamentos para:			
Interesses que não controlam		16	17
Impostos		239	207
Depreciações e amortizações		902	782
Custos financeiros líquidos		174	162
Ganhos/perdas em joint ventures e associadas		1	(0)
Ganhos/perdas em instrumentos derivados ao justo valor		(0)	5
Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso		15	4
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		2.104	1.768
Variações de capital circulante:			
Existências		(190)	(421)
Devedores, acréscimos e diferimentos		(16)	(11)
Credores, acréscimos e diferimentos		384	931
Provisões e benefícios concedidos a empregados		(2)	36
Caixa gerada pelas operações		2.280	2.303
Imposto sobre o rendimento pago		(254)	(208)
Fluxos de caixa de atividades operacionais		2.025	2.095
Atividades de investimento			
Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		3	57
Juros recebidos		48	14
Dividendos recebidos		1	0
Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(1.080)	(887)
Aquisição de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento		(0)	(17)
Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido	11	(48)	(4)
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	15	(108)	11
Fluxos de caixa de atividades de investimento		(1.184)	(825)
Atividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos		(61)	(30)
Pagamento de juros de locações	6	(180)	(140)
Variação líquida de empréstimos obtidos	19	198	52
Pagamento de locações	10	(348)	(321)
Pagamento de dividendos	17	(363)	(511)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(752)	(950)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		89	320
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1.781	1.494
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		89	320
Efeito das variações cambiais		68	(33)
Caixa e equivalentes de caixa no final de dezembro	16	1.938	1.781

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA para o período intercalar

€ Milhões

	2023	2022	4.º Trimestre 2023	4.º Trimestre 2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais	2.025	2.095	644	859
Fluxos de caixa de atividades de investimento	(1.184)	(825)	(350)	(217)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	(752)	(950)	(115)	(107)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	89	320	180	535

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 26 e 28. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2023 encontram-se detalhados no Capítulo 2 – Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

O Grupo atua nos ramos da Distribuição Alimentar e da Produção Agroalimentar em Portugal, e da Distribuição com predominância Alimentar, na Polónia e na Colômbia. Durante o ano iniciou ainda atividade noutras geografias, nomeadamente na área Agroalimentar (aquacultura) em Marrocos, e no Retalho Especializado a partir da Polónia para a Chéquia e para a Eslováquia.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

A JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 5 de março de 2024.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhões de euros (€ milhões). Devido a arredondamentos, o resultado aritmético dos números apresentados nas parcelas pode não corresponder exatamente aos totais.

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e o princípio do custo histórico exceto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adotados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Entre novembro de 2021 e novembro de 2023 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pelo Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2023:

Regulamento da UE	Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2036/2021	IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 2017 e junho 2020	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 357/2022	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1 janeiro 2023

Regulamento da EU	Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1392/2022	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações)	maio 2021	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 1491/2022	IFRS 17 Contratos de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de seguro e da IFRS 9 Instrumentos financeiros – informações comparativas (alterações)	dezembro 2021	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 2468/2023	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma Fiscal Internacional – Regras Modelo do Pilar 2 (alterações)	maio 2023	1 janeiro 2023

O Grupo implementou a nova norma e as alterações acima mencionadas, não tendo havido um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Em concreto sobre a Reforma fiscal internacional — Regras Modelo do Pilar 2, o Grupo confirma a aplicação da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações acerca de ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento determinados nos termos do Modelo do Pilar 2, não havendo qualquer valor reconhecido em impostos na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo encontra-se a analisar a legislação Comunitária já publicada e os eventuais impactos que daí possam decorrer, aguardando a transposição destas regras para a legislação interna dos países em que opera. Não obstante, não se antecipa que estas alterações possam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou entre novembro e dezembro de 2023 um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da EU	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2579/2023	IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação ("sale and leaseback") (alterações)	setembro 2022	1 janeiro 2024
Regulamento n.º 2822/2023	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, e outubro 2022	1 janeiro 2024

As alterações acima são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu entre maio e agosto de 2023 as seguintes alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de Financiamento com Fornecedores (alterações)	maio 2023	1 janeiro 2024
IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade (alterações)	agosto 2023	1 janeiro 2025

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2023, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de dezembro de 2023, incluem os ativos, os passivos e os resultados das companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 26 e 28, respetivamente.

Concentração de atividades empresariais

No registo de transações de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os ativos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de ativos e passivos que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido dos ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controla e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controlo, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Para companhias cotadas em bolsa, é utilizada a última informação financeira publicada à data de preparação das demonstrações financeiras. Para companhias não cotadas em bolsa, é utilizada a informação financeira atual ou a melhor estimativa disponível na data de preparação das demonstrações financeiras.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações

em outros rendimentos integrais. Numa *joint venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são direta, ou indiretamente atribuíveis a JMH.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transações de capital - isto é, como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os ativos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respetivas transações.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada diretamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 13).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill* e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transações entre Empresas do Grupo

As transações inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transações com empresas associadas ou *joint ventures* são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou *joint ventures*. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do ativo transferido.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transação.

À data do balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como

resultados do exercício, exceto quando se tratam de ativos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	Zloty Polaco (PLN)	Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de dezembro de 2023	4,3395	4.223,3700
Taxa média do ano	4,5336	4.639,6600
Taxa em 31 de dezembro de 2022	4,6808	5.075,2300
Taxa média do ano	4,6883	4.479,6000

Para além destas moedas, o Grupo efetua transações com base em outras moedas e detém subsidiárias com outras moedas funcionais, que, no entanto, representam reduzida materialidade.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os ativos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e na mensuração subsequente, ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva, conforme apropriado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo adotado pelo Grupo para os gerir. Com exceção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos diretamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adotado pelo Grupo para gerir ativos financeiros refere-se à forma como os seus ativos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adotado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva (TJE) e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou objeto de imparidades.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Ativos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os ativos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os

termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os ativos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes ativos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital cotados e não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital não cotados são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos ativos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Os derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efetiva. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adotado. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses ativos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efetiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo

que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva TJE. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da TJE. A amortização da TJE é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respetivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando propriedades de investimento, existências (nota 14) e impostos diferidos ativos (nota 7.3), os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Independentemente de existirem ou não indícios de imparidade, para o *Goodwill*, para ativos intangíveis em curso e para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos do Grupo para os quais existem indícios de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos que, por si só, não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de ativos financeiros

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de

crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do ativo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do ativo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um ativo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento foi ultrapassado em 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um ativo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos (incluindo Goodwill) é determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

O Grupo monitoriza os potenciais impactos decorrentes das alterações climáticas, bem como de eventuais alterações legislativas associadas, que possam afetar os seus negócios e os seus ativos. Até ao momento não foram identificados impactos relacionados com alterações climáticas que possam afetar, de forma material a recuperação dos ativos do Grupo. No entanto, caso se venha a justificar, a Gestão irá rever os pressupostos utilizados na mensuração do valor de uso, nas estimativas das vidas úteis e nas análises de sensibilidade efetuadas.

Num contexto internacional particularmente incerto o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

De acordo com as projeções atuais das diferentes áreas de negócio, caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou a taxa de desconto considerada seja superior em 100 p.b., todo o Goodwill é, ainda assim, recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sobre o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no ativo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Locações – determinação da taxa de juro incremental (TJI)

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua TJI para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um ativo idêntico ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Companhia). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas

estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações foi de 6,35% (5,92% em 31 de dezembro de 2022).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 13).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as Companhias do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	2	0
Polónia	4	(0)

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal (PT)

- Intervalo restrito [3,60% - 4,00%]
- Intervalo alargado [3,40% - 4,20%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 3,30% para 3,80%.

Polónia (PL)

- Intervalo restrito [5,10% - 5,50%]
- Intervalo alargado [4,90% - 5,70%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 6,50% para 5,30%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	3,80%	5,30%	0,50%	(2)	2
Taxa de crescimento dos salários					
curto prazo	4,00%	9,9% - 15%	0,50%	2	(2)
longo prazo	3,00%	4% - 5%			
Taxa de crescimento das pensões	4,00%		0,50%	-	-
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2020	1 ano	1	(1)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso, ou com elevada probabilidade de resultarem em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 40% e uma percentagem de interesse de 20,4%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus acionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as atividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as atividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla direta e indiretamente.

2.7. Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizados ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos dessa natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas e existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transações ocorridas, é utilizado o método da rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização.

2.8. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e ativos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Na mensuração do justo valor a Gestão considerou o potencial impacto das alterações climáticas, incluindo alterações à legislação, que possam afetar a determinação do justo valor de ativos e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os riscos associados a alterações climáticas são incluídos como pressupostos chave quando estes impactam de forma material a mensuração do valor recuperável. Atualmente, o impacto das alterações climáticas não é considerado material na projeção dos cash flows utilizados na mensuração dos valores de uso.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os ativos financeiros cotados encontram-se refletidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.9. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os outros investimentos financeiros, cujas ações se encontram cotadas em bolsa;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os ativos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respetivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado, preparados por peritos externos independentes. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento e instrumentos financeiros derivados, cuja avaliação, no caso destes últimos, recorreu a modelo de fluxos de caixa descontados, considerando inputs não observáveis em mercado, nomeadamente preços de energia elétrica.

2023	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	9	-	-	9
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	23	-	8	15
Ativos biológicos de produção	3	-	3	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	6	-	6	-
Total de ativos	42	-	17	24
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	6	-	-	6
Derivados de cobertura	12	-	12	-
Total de passivos	18	-	13	6

2022	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	9	-	-	9
Outros instrumentos financeiros				
Instrumentos de capital	16	16	-	-
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	16	-	7	9
Ativos biológicos de produção	3	-	3	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	2	-	2	-
Total de ativos	45	16	11	18
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	6	-	-	5
Derivados de cobertura	9	-	9	-
Total de passivos	14	-	9	5

2.10. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de ORI	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2023							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.938	1.938		1.938
Outros investimentos financeiros			2		2		2
Devedores, acréscimos e diferimentos				796	796	92	888
Instrumentos financeiros derivados	6	0			6		6
Outros ativos não financeiros					-	11.463	11.463
Total de Ativos	6	0	2	2.735	2.742	11.554	14.297
Passivos							
Empréstimos obtidos				765	765		765
Responsabilidades com locações				3.382	3.382		3.382
Instrumentos financeiros derivados	6	12			18		18
Credores, acréscimos e diferimentos				6.204	6.204	506	6.709
Outros passivos não financeiros					-	355	355
Total de passivos	6	12	-	10.351	10.370	861	11.231
2022							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.781	1.781		1.781
Outros investimentos financeiros			17		17		17
Devedores, acréscimos e diferimentos				566	566	85	652
Instrumentos financeiros derivados	2	0			2		2
Outros ativos não financeiros					-	9.393	9.393
Total de ativos	2	0	17	2.348	2.367	9.478	11.845
Passivos							
Empréstimos obtidos				470	470		470
Responsabilidades com locações				2.678	2.678		2.678
Instrumentos financeiros derivados	6	9			14		14
Credores, acréscimos e diferimentos				5.401	5.401	401	5.802
Outros passivos não financeiros					-	295	295
Total de passivos	6	9	-	8.550	8.564	696	9.260

3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade

3.1. Rédito de contratos com clientes

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colômbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflete o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efetuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efetuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Atuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que atua como principal nos seus acordos de rédito, exceto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, atuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Ativos e responsabilidades do contrato

Um ativo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um ativo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1. Saldos dos contratos comerciais

	2023	2022
Clientes comerciais (nota 15)	72	66
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 21)	16	15
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 21)	2	1

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de desempenho futuro e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de ativos cuja responsabilidade é assumida diretamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2. Reporte por segmentos de atividade

✓ Políticas contabilísticas

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efetua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspetiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspetiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 25.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar e Retalho de Saúde e Beleza da insígnia Hebe); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em dezembro de 2023 e 2022

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Retalho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	5.471	5.038	1.333	1.158	21.500	17.582	2.435	1.768	(131)	(161)	30.608	25.385
Inter-segmentos	618	539	8	7	-	-	-	-	(626)	(545)	-	-
Clientes Externos	4.853	4.499	1.325	1.151	21.500	17.582	2.435	1.768	495	384	30.608	25.385
Cash flow operacional (EBITDA)	282	265	73	59	1.838	1.540	45	60	(70)	(69)	2.168	1.854
Depreciações e amortizações	(181)	(160)	(23)	(21)	(559)	(492)	(80)	(61)	(58)	(48)	(902)	(782)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	101	104	49	38	1.279	1.048	(35)	(1)	(128)	(117)	1.266	1.071
Outras perdas e ganhos operacionais											(80)	(95)
Resultados financeiros e ganhos em investimentos											(175)	(162)
Imposto sobre o rendimento do exercício											(239)	(207)
Interesses que não controlam											(16)	(17)
Resultado líquido atribuível a JM											756	590
Total de ativos	2.584	2.486	544	510	8.633	7.060	1.722	1.047	814	743	14.297	11.845
Total de passivos	2.067	1.969	518	491	7.057	5.800	1.692	1.026	(103)	(26)	11.231	9.260
Investimento em ativos tangíveis e intangíveis	250	198	35	48	531	465	258	156	60	39	1.133	905

Reconciliação entre EBIT e Resultados operacionais

	2023	2022
EBIT	1.266	1.071
Outras perdas e ganhos operacionais	(80)	(95)
Resultados operacionais	1.187	976

Ativos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos ativos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retailo Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailo Polónia		Retailo Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	94	130	24	23	1.304	1.099	106	58	411	471	1.938	1.781
Outros investimentos financeiros	0	0	1	1	-	-	-	-	0	16	2	17
Devedores, acréscimos e diferimentos	141	144	60	48	640	447	31	24	(75)	(97)	796	566
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	6	2	-	0	-	-	6	2
Total	235	274	85	73	1.951	1.547	136	82	336	390	2.742	2.367

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os ativos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes ⁽¹⁾	
	2023	2022	2023	2022
Portugal	6.202	5.676	2.503	2.358
Polónia	21.969	17.940	5.435	4.480
Colômbia	2.435	1.768	1.312	795
Outras geografias	2	-	8	4
Total	30.608	25.385	9.258	7.636

(1) Incluem Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Ativos biológicos.

4. Custos operacionais por natureza

✓ Políticas contabilísticas

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a atividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a atividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às atividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adotados pela Gestão.

	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(24.018)	(19.776)
Varição de produção	25	16
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	65	55
Comissões sobre meios de pagamento eletrónicos	(77)	(62)
Outros custos suplementares	(315)	(254)
Fornecimentos e serviços externos	(1.139)	(1.015)
Publicidade	(139)	(118)
Rendas e alugueres	(25)	(19)
Custos com pessoal	(2.531)	(2.103)
Custos de transporte	(325)	(306)
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(511)	(447)
Depreciações de direitos de uso	(391)	(336)
Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis	(17)	(6)
Ganhos/perdas com direitos de uso	1	2
Outras naturezas de ganhos e perdas	(27)	(40)
Total	(29.422)	(24.409)

4.1. Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2023	2022
Medidas de solidariedade com a Ucrânia e outros donativos	(0)	(9)
Reforço de provisões para contencioso	(14)	(26)
Custos com programas de reestruturação organizacional	(20)	(12)
Write-off de ativos e ganhos/perdas na alienação de ativos fixos tangíveis	(11)	(1)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos atuariais	(3)	1
Jornadas Mundiais da Juventude	(5)	(3)
Prémios com carácter excecional atribuídos a colaboradores	(24)	(45)
Justo valor de instrumentos derivados de fixação de preços de energia	0	(5)
Outros	(1)	4
Total	(80)	(95)

Em reconhecimento do esforço, dedicação e compromisso demonstrados pelas nossas equipas que trabalharam em ambientes operacionais exigentes e imprevisíveis, e perante a rápida escalada do custo de vida, foram atribuídos, a título excecional, c. €24 milhões em prémios adicionais, no ano de 2023.

5. Empregados

5.1. Custos com pessoal

	2023	2022
Ordenados e salários	(1.840)	(1.537)
Segurança Social	(372)	(319)
Benefícios de empregados (nota 5.2)	(50)	(43)
Outros custos com pessoal	(269)	(204)
Total	(2.531)	(2.103)

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 131.108 (2022: 125.402).

O número de empregados no final do ano era de 134.379 (2022: 131.094).

5.2. Benefícios dos empregados

✓ Políticas contabilísticas

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efetua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respetivas responsabilidades asseguradas diretamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos atuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos atuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, traduz-se numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos ativos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémio devido na idade da Reforma

Nos termos da legislação vigente na Polónia, quando um colaborador atinge a idade da reforma (independentemente de se reformar nesse momento ou não), poderá solicitar o pagamento de um prémio correspondente a um mês de salário, o qual apenas poderá receber uma vez durante a sua vida profissional.

Nestes termos, as responsabilidades com este prémio que constitui um plano de benefício definido, são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços passados, serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Valores refletidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados:

	Benefícios concedidos a empregados	
	2023	2022
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	13	11
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	60	54
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	5	3
Total	78	69

Valores refletidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	8	6	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	-	-	3	-
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	11	6	-	-
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	2	1	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	30	30	-	-
Total	50	43	3	-

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	-	-	11	13	57	56
Custos com juros	-	-	-	-	3	1
Custos dos serviços correntes	38	36	-	-	7	7
(Ganhos) / perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	-	(1)	-	(2)
Alterações de experiência	-	-	3	1	3	1
Contribuições ou reformas pagas	(38)	(36)	(2)	(1)	(7)	(6)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	12	11	65	57

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2023	2022	2023	2022
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	GUS 2020	GUS 2020
Taxa de desconto	3,80%	3,30%	5,30%	6,50%
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	4,00%	n/a	n/a
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	4,00%	5,00%	9,9% - 15%	9,9% - 15%
longo prazo	3,00%	3,00%	4% - 5%	4% - 5%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adotados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6..

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	2	5	4
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	1	3	4
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	8	29	54
Total	11	36	62

6. Custos financeiros líquidos

✓ Políticas contabilísticas

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efetuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de ativos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2023	2022
Juros suportados com empréstimos obtidos	(57)	(25)
Juros suportados com locações	(180)	(140)
Juros obtidos	48	15
Diferenças de câmbio	(0)	(1)
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	26	(5)
Outras perdas e ganhos financeiros	(11)	(8)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 13)	0	2
Total	(174)	(162)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 13).

As diferenças de câmbio em responsabilidades com locações respeitam à atualização cambial, à data de reporte (31 de dezembro), dos contratos de arrendamento denominados em euros das subsidiárias JMP (Biedronka) e JMDiF (Hebe), face ao valor reconhecido no final do exercício anterior.

As outras perdas e ganhos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efetiva.

7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

✓ Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou diretamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando não são afetados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como ativos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2023	2022
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(255)	(206)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	8	3
Total	(246)	(204)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	12	5
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(4)	(2)
Total	8	3
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(1)	(7)
Total	(1)	(7)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(239)	(207)

Os outros ganhos/perdas relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

7.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2023		2022	
Resultados antes de imposto		1.012		814
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(228)	22,5%	(183)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(7,6)%	77	(6,5)%	53
Resultados não tributados ou não recuperáveis	7,5%	(76)	5,1%	(42)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	0,1%	(1)	0,8%	(7)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,4%	(4)	2,1%	(17)
Correção da estimativa de anos anteriores	(0,5)%	5	(0,1)%	1
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação (incluindo CST Distribuição Alimentar)	1,2%	(13)	1,4%	(12)
Imposto sobre o rendimento do exercício	23,6%	(239)	25,5%	(207)

Em 2023 e 2022, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1,5 milhões, €7,5 milhões e €35 milhões, respetivamente.

Adicionalmente, em 2023 esteve em vigor a contribuição de solidariedade temporária sobre o sector da distribuição alimentar (CST Distribuição Alimentar) aprovada em 2022, aplicável a empresas que desenvolvem atividade de comércio a retalho alimentar em Portugal, com a indicação de se destinar a fazer face ao fenómeno inflacionista. A referida CST Distribuição Alimentar corresponde a uma taxa adicional de 33% que incide sobre a matéria coletável que excede em 20% a média das matérias coletáveis do período de referência (2018–2021). De acordo com a legislação em vigor, a sua aplicação estará limitada aos exercícios de 2022 e 2023.

Na Polónia, para 2023 e 2022, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 35% em 2023 e 2022.

7.3. Impostos diferidos ativos e passivos

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões além dos limites legais	121	21	10	152
Atualização de ativos para o justo valor	4	(0)	-	4
Benefícios concedidos a empregados	9	(0)	-	9
Prejuízos fiscais a recuperar	2	-	0	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	29	2	2	33
Outras diferenças temporárias	36	(7)	1	30
Total	201	16	13	230
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	1	(0)	-	0
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	76	8	6	90
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	11	0	1	12
Outras diferenças temporárias	2	(0)	-	1
Total	90	8	7	104
Variação líquida de imposto diferido	111	8	6	126

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões além dos limites legais	104	19	(2)	121
Atualização de ativos para o justo valor	4	-	-	4
Benefícios concedidos a empregados	10	(1)	-	9
Prejuízos fiscais a recuperar	2	-	(0)	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	24	6	(0)	29
Outras diferenças temporárias	32	4	(0)	36
Total	175	28	(2)	201
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	1	(0)	-	1
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	52	25	(1)	76
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12	-	(0)	11
Outras diferenças temporárias	2	(0)	-	2
Total	66	25	(1)	90
Variação líquida de imposto diferido	109	3	(1)	111

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

7.4. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2023	2022
2023	-	2
2024	2	2
2025	3	1
2026	2	3
2027 ou posterior	281	190
Total	288	199

8. Ativos fixos tangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja diretamente atribuível à aquisição do ativo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do ativo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço, atendendo ao período que se espera vir a utilizar os ativos, mas também atendendo a potenciais limitações decorrentes das alterações climáticas, ou de legislação associada. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os ativos até ao final da sua vida económica.

8.1. Movimentos ocorridos no exercício

2023	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	4.986	2.843	337	8.166
Diferenças cambiais	295	166	39	500
Aumentos	436	424	251	1.111
Alienações e abates	(46)	(153)	(0)	(200)
Transferências e reclassificações	97	69	(155)	10
Saldo final	5.767	3.348	472	9.587
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.928	1.898	-	3.826
Diferenças cambiais	95	90	-	185
Aumentos	219	279	-	498
Alienações e abates	(33)	(147)	-	(180)
Transferências e Reclassificações	(0)	5	-	5
Saldo final	2.209	2.125	-	4.334
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2023	3.058	944	337	4.340
Em 31 de dezembro de 2023	3.558	1.224	472	5.253

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

2022	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	4.699	2.649	228	7.575
Diferenças cambiais	(81)	(42)	(17)	(140)
Aumentos	359	320	208	887
Alienações e abates	(27)	(126)	(4)	(157)
Transferências e reclassificações	35	42	(75)	1
Transferências de/para propriedade de investimento	2	-	(3)	(1)
Saldo final	4.986	2.843	337	8.166
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.787	1.796	-	3.583
Diferenças cambiais	(23)	(23)	-	(46)
Aumentos	189	246	-	434
Alienações e abates	(24)	(122)	-	(146)
Transferências e reclassificações	0	1	-	1
Saldo final	1.928	1.898	-	3.826
Valor líquido				
Em 1 Janeiro de 2022	2.912	853	228	3.993
Em 31 dezembro de 2022	3.058	944	337	4.340

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

Os aumentos de ativos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão (novas lojas e centros de distribuição) e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 2.2. – Foco no Crescimento Rentável, do Capítulo 2 - Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos ativos tangíveis.

8.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3. Ativos fixos tangíveis em curso

Em ativos tangíveis em curso estão essencialmente considerados valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4. Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num ativo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projeções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos ativos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2022: 7,0%)	2,0% (2022: 1%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2022: 7,0%)	2,0% (2022: 1%)
Retalho Polónia	8,0% (2022: 8,0%)	2,0% (2022: 1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2022: 9,0%)	2,0% (2022: 1,5%)
Retalho Especializado Portugal	7,0% a 7,5% (2022: 7,0% a 7,5%)	2,0% (2022: 1,7%)
Retalho Colômbia	11,0% (2022: 11,0%)	3,0% (2022: 1,5%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no custo médio ponderado do capital (WACC), estimado a cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 2% para mercados maduros como é o caso de Portugal e Polónia, e de 3% para o mercado colombiano, onde é considerado existir maior potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

Dos testes de imparidade realizados, não resultaram perdas por imparidade significativas, confirmado pelos claros sinais de recuperação registados em todos os negócios do Grupo.

9. Ativos intangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a Goodwill e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efetuada na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra direta.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando esses custos sejam diretamente associados a projetos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como ativos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros ativos intangíveis

Despesas na aquisição de *trespasses*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único ativo intangível de vida útil indefinida reconhecido, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos ativos intangíveis, exceto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespases	5-6,66

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço, considerando também os potenciais efeitos associados às alterações climáticas.

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2023	Goodwill	Trespases	Software e outros intangíveis	Ativos em curso	Total
Custo					
Saldo inicial	613	130	187	21	951
Diferenças cambiais	22	7	12	1	42
Aumentos	-	0	5	16	22
Transferências e reclassificações	-	0	6	(11)	(4)
Saldo final	635	137	211	28	1.011
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	114	82	-	196
Diferenças cambiais	-	6	5	-	11
Aumentos	-	3	10	-	13
Saldo final	-	123	98	-	220
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2023	613	16	105	21	755
Em 31 de dezembro de 2023	635	14	113	28	790
2022					
Custo					
Saldo inicial	618	132	179	15	944
Diferenças cambiais	(5)	(2)	(3)	(0)	(10)
Aumentos	-	0	8	10	18
Alienações e abates	-	(1)	(0)	(0)	(1)
Transferências e reclassificações	-	0	3	(3)	(0)
Saldo final	613	130	187	21	951
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	112	75	-	187
Diferenças cambiais	-	(1)	(1)	-	(2)
Aumentos	-	4	9	-	12
Alienações e Abates	-	(1)	(0)	-	(1)
Saldo final	-	114	82	-	196
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2022	618	20	104	15	757
Em 31 de dezembro de 2022	613	16	105	21	755

O Grupo identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de €9 milhões.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3. Ativos intangíveis em curso

Estão considerados em ativos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projetos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespasses.

9.4. Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2023	2022
Retalho Portugal	247	247
Cash & Carry Portugal	84	84
Retalho Polónia	295	274
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9	8
Total	635	613

Como consequência da conversão cambial dos ativos dos negócios da Polónia, o Goodwill afeto ao negócio da Biedronka, no montante de 1.282 milhões de zloty, e ao negócio da Hebe, no montante de 39 milhões de zloty, sofreu uma atualização total positiva no valor de €22 milhões;

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2023 foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração. Estas projeções, para além da evolução do desempenho de cada unidade de negócio, incorporam os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os ativos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2022: 7,0%)	2,0% (2022:1%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2022: 7,0%)	2,0% (2022:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2022: 8,0%)	2,0% (2022:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2022: 9,0%)	2,0% (2022:1,5%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), a cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias, tendo por base o respetivo WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo de Capital Médio Ponderado). As taxas de crescimento consideradas na perpetuidade foram de 2%.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

Mesmo em cenários de quebra permanente de 10% dos fluxos de caixa esperados, não se verifica risco de recuperabilidade do Goodwill de qualquer das unidades de negócio.

10. Locações

✓ Políticas contabilísticas

No início de cada contrato o Grupo avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para refletir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor de entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação. Se no final do contrato de locação o ativo for transferido para o Grupo, ou se as responsabilidades com o contrato de locação refletirem o exercício da opção de compra, a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba, essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para refletir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 6,35% (oscilando entre 2,39% e 14,84%), determinada tendo em consideração as características do contrato (ativo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo). A taxa média ponderada aplicada em 2022 foi de 5,92% (oscilando entre 2,39% e 13,88%).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants. Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1..

Considerando os impactos contabilísticos decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações para um locatário, com o reconhecimento de um ativo de direito de uso não tipificado na legislação fiscal e o registo de um passivo com locação que só tem aceitação fiscal pelo pagamento de rendas, a Gestão reconheceu o valor líquido resultante do respetivo ativo por impostos diferidos (sobre o passivo da locação) e o passivo por impostos diferidos (sobre o ativo de direito de uso), na data do reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Em caso de alteração da legislação fiscal por parte da Administração Tributária, os impostos diferidos reconhecidos podem ter de ser revistos / alterados.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

2023	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	3.441	199	3.640
Diferenças cambiais	308	10	318
Aumentos	245	46	291
Atualizações contratos de direitos de uso	560	10	570
Transferências e reclassificações	-	(6)	(6)
Cancelamento de contratos	(52)	(16)	(68)
Saldo final	4.501	244	4.745
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	1.058	55	1.113
Diferenças cambiais	90	4	94
Aumentos	358	33	391
Transferências e reclassificações	-	(5)	(5)
Cancelamento de Contratos	(34)	(11)	(46)
Saldo final	1.472	75	1.547
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2023	2.382	144	2.526
Em 31 de dezembro de 2023	3.029	169	3.198
2022			
	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	2.984	109	3.092
Diferenças cambiais	(83)	(2)	(85)
Aumentos	233	101	333
Atualizações contratos de direitos de uso	375	6	381
Transferências e reclassificações	-	(1)	(1)
Cancelamento de contratos	(68)	(14)	(82)
Saldo final	3.441	199	3.640
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	800	44	844
Diferenças cambiais	(18)	(1)	(19)
Aumentos	311	25	336
Transferências e reclassificações	-	(1)	(1)
Cancelamento de Contratos	(34)	(12)	(47)
Saldo final	1.058	55	1.113
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2022	2.184	65	2.248
Em 31 de dezembro de 2022	2.382	144	2.526

10.2. Responsabilidades com locações

2023	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	430	2.248	2.678
Aumentos (novos contratos)	31	260	291
Pagamentos	(346)	(1)	(348)
Transferências	292	(292)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	91	455	546
Diferenças cambiais	33	182	215
Saldo final	530	2.853	3.382

2022	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	394	1.993	2.387
Aumentos (novos contratos)	52	281	333
Pagamentos	(321)	(0)	(321)
Transferências	275	(275)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	39	305	344
Diferenças cambiais	(9)	(56)	(65)
Saldo final	430	2.248	2.678

10.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

	2023	2022
Depreciações do exercício de direitos de uso		
Edifícios e outras construções	(358)	(311)
Equipamentos e Outros	(33)	(25)
Subtotal	(391)	(336)
Juros do exercício das responsabilidades com locações	(180)	(140)
Ganhos / (perdas) no cancelamento de contratos	1	2
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	26	(5)
Subtotal	(153)	(143)
Rendas e alugueres (nota 4)		
Gastos com locações de curto-prazo	(3)	(2)
Gastos com locações de ativos de valor reduzido	(7)	(6)
Gastos com contratos de locação com rendas variáveis	(3)	(2)
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	(25)	(20)
Ganhos obtidos com o subarrendamento	14	11
Subtotal	(25)	(19)
Total de gastos do exercício com locações	(568)	(498)

Em 2023 os pagamentos relativos a locações ascenderam a €552 milhões (€480 milhões em 2022).

11. Investimentos em joint ventures e associadas

	Joint-ventures		Associadas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	10	8	6	4	16	13
Aplicação do método de equivalência patrimonial:						
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1)	-
Dividendos e outros rendimentos recebidos	(1)	-	-	-	(1)	-
Outros aumentos/(diminuições)	14	3	34	1	48	4
Transferência de Outros investimentos financeiros	-	-	17	-	17	-
Saldo final	23	10	57	6	80	16

Em 29 de maio de 2023, a Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A. (JMA) assinou um "Acordo de Parceria" (Acordo) com o Grupo Luís Vicente. Este Acordo consistiu na criação de uma empresa sob controlo comum para o desenvolvimento de atividades de produção de algumas variedades de fruta. O Acordo foi concluído no dia 5 de julho de 2023, com a entrada da JMA no capital da empresa Supreme Fruits, Lda. através de um aumento de capital de €7 milhões.

Em 26 de junho de 2023, a JMA entrou num "Acordo Privado para a Colocação de Ações – Private Placement" (Acordo Privado) com a Andfjord Salmon AS (Andfjord) na qual o Grupo detinha já uma participação de 10,5%. Ao abrigo deste Acordo Privado, a JMA adquiriu um montante adicional de 10 milhões de ações desta sociedade em 11 de julho de 2023, pelo valor de NOK (coroas norueguesas) 385 milhões (equivalente a €33 milhões), passando a deter uma participação total de 25,1%. Esta participação passou a ser mensurada nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o método de equivalência patrimonial (anteriormente estava mensurada ao justo valor através de outros rendimentos integrais e incluída no Balanço na linha Outros investimentos financeiros), tendo sido apurado um valor de Goodwill de 308 milhões de NOK (equivalente a €27 milhões).

No caso específico do investimento na Andfjord, considerando que na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas ainda não havia sido publicada a informação financeira relativa a dezembro 2023, foi utilizada a informação publicada mais recente, relativa ao trimestre anterior (setembro 2023).

12. Outros investimentos financeiros

	2023	2022
Investimentos de capital em empresas cotadas		
Andfjord Salmon AS	-	16
Total	-	16
Investimentos de capital em empresas não cotadas		
Total	2	2
Total Outros Investimentos Financeiros	2	17

Conforme referido na nota anterior, em 2023 a Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A. (JMA) aumentou a participação na Andfjord para 25,1%, pelo que a participação passou a ser mensurada nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o método de equivalência patrimonial, deixando de estar reconhecida em outros investimentos financeiros.

Investimentos de capital não cotados

O Grupo optou por classificar irrevogavelmente os seus investimentos de capital não cotados como ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI, uma vez que o Grupo considera estes investimentos de natureza estratégica. Quando o justo valor do instrumento de capital não puder ser mensurado com fiabilidade, este é reconhecido ao custo.

13. Instrumentos financeiros derivados

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com a sua política financeira, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados ou modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objetivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura é o que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efetivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efetivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro e preço de energia elétrica (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da

inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No que respeita aos preços de energia elétrica, existindo no mercado um conjunto de operadores de energias renováveis dispostos a estabelecer contratos virtuais de entrega de energia verde (também denominados de VPPAs – *Virtual Power Purchase Agreements*), o Grupo entra nestes contratos que lhe permitem assegurar uma fixação de preço de energia provenientes de fontes renováveis. Uma vez que não se tratam de contratos diretos entre o distribuidor de energia e as companhias do Grupo, os mesmos qualificam enquanto instrumentos derivados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transação futura que resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do ativo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, para o risco de taxa de juro, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada. No caso do preço da energia elétrica, o mecanismo mensal de acerto/compensação do preço permite estabilizar os custos da energia verde contratualizada para cada período.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

As operações que não qualifiquem como instrumento de cobertura de fluxos de caixa são registados no balanço pelo seu justo valor, sendo as suas variações reconhecidas diretamente nos resultados financeiros (ou outros ganhos e perdas operacionais, no caso dos derivados de energia elétrica).

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem e/ou permitam.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objetivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2.).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2.). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	2023					2022				
	Nocional	Ativo		Passivo		Nocional	Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR)	1,6 M EUR	-	-	0	-	1,5 M EUR	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD)	2,7 M USD	-	-	0	-	1 M USD	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (EUR/USD)	-	-	-	-	-	0,05 M USD	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR)	3,0 M EUR	-	-	0	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - operações de tesouraria (PLN/EUR)	89,8 M EUR	6	-	-	-	99,7 M EUR	2	-	0	-
Commodities swap - compra de energia (PLN/EUR)	n.a.	-	-	-	6	n.a.	-	-	-	5
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	-	-	-	-	-	47,1 M USD	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR)	9,9 M EUR	0	-	0	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR)	0,8 M EUR	-	-	0	-	2,2 M EUR	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD)	1,2 M USD	-	-	0	-	1,7 M USD	0	-	0	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	1.241 M PLN	-	-	12	-	1.006 M PLN	-	-	9	-
Total de derivados de negociação		6	-	0	6		2	-	0	5
Total de derivados designados como cobertura		0	-	12	-		0	-	9	-
Total de derivados ativos/passivos		6	-	13	6		2	-	9	5

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, em 2023, o Grupo contratou *forwards* cambiais em euros e em dólares americanos, com vencimentos até fevereiro de 2024 e com nocional de €4,6 milhões e 2,7 milhões de dólares americanos.

Adicionalmente, em 2023, foi contratado um derivado para cobertura do risco cambial de um depósito em euros efetuado por uma subsidiária na Polónia com maturidade em março de 2024 e nocional de €89,8 milhões.

Swap preço de energia elétrica

O Grupo procede à cobertura económica do risco do preço de energia elétrica inerente à sua atividade comercial, para uma parte das suas necessidades. Para esse efeito, uma das subsidiárias do Grupo contratou um VPPA, liquidado em euros, que lhe permite fixar o preço da energia elétrica, para uma parte dos seus consumos estimados, durante o período de 15 anos, assegurando simultaneamente que os volumes adquiridos são de origem renovável. À data de celebração do referido contrato o seu justo valor era zero, não tendo ocorrido qualquer fluxo financeiro entre as partes.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo tinha contratado *forwards* cambiais em euros e em dólares americanos para futura aquisição de mercadorias cujo notional ascendia a €10,7 milhões e 1,2 milhões de dólares americanos, com data de vencimento até junho de 2024.

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou *forwards* cambiais, com vencimento em abril de 2024.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2023	2022
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de janeiro	(12)	-
(Recebimentos) /pagamentos efetuados no exercício	29	16
Varição do justo valor de derivados de negociação (custos financeiros líquidos)	-	2
Varição do justo valor de derivados de negociação (outras perdas e ganhos operacionais)	-	(5)
Varição do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	(29)	(24)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro	(12)	(12)

14. Existências

✓ Políticas contabilísticas

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das atividades, deduzido dos custos diretamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18	17
Produtos acabados e intermédios	9	3
Mercadorias	1.922	1.598
	1.949	1.618
Ajustamento para o valor de realização	(159)	(125)
Existências líquidas	1.790	1.493

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	(125)	(110)
Constituição, reforço e transferências	(26)	(18)
Redução e reversões	1	1
Diferença cambial	(9)	2
Saldo em 31 de dezembro	(159)	(125)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1. e 2.5.).

	2023	2022
Não correntes		
Outros devedores	56	56
Custos diferidos	3	3
Total	59	58
Correntes		
Clientes comerciais	72	66
Outros devedores	189	152
Outros impostos a recuperar	11	9
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	423	345
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	135	21
Total	829	593

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, €51 milhões (€50 milhões em 2022) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 24).

O aumento ocorrido em outros devedores correntes é explicado maioritariamente por adiantamentos para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

A 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha aplicações de tesouraria no montante de €135 milhões, com maturidades entre fevereiro e maio de 2024, as quais não qualifica enquanto equivalente de caixa.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de €397 milhões (€323 milhões 2022).

A rubrica de custos diferidos é composta por €5 milhões de rendas pagas antecipadamente, por €1 milhão de custos com financiamentos contraídos, €5 milhões de custos com seguros e €13 milhões de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2023, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 29.2.1.).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2023	2022
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	28	23
Vencidos há mais de 3 meses	8	11
Total	36	34
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	1	1
Vencidos há mais de 3 meses	7	8
Total	8	9

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, €2 milhões (2022: €0,4 milhões) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	15	17
Constituição, reforço e transferências	6	4
Redução e reversões	(6)	(6)
Utilização	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro	14	15

16. Caixa e equivalentes de caixa

✓ Políticas contabilísticas

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2023	2022
Depósitos à ordem	587	845
Aplicações de tesouraria	1.348	932
Caixa	4	4
Total	1.938	1.781

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo existentes em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 29.2.1..

17. Capital e reservas

✓ Políticas contabilísticas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos acionistas para distribuição.

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2022: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida, não existindo ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor de €22 milhões.

17.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha 859.000 ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2023.

17.3. Dividendos

Os montantes distribuídos em 2023, de €363 milhões, correspondem a dividendos e reservas livres pagos aos acionistas da JMH no valor de €346 milhões – correspondendo a um valor por ação de 0,5500 euros (excluindo-se as ações próprias em carteira), e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de €17 milhões.

Dividendos por ação distribuídos em 2023 aos acionistas de JMH	0,5500
--	--------

17.4. Outras reservas e resultados retidos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

18. Resultado por ação

✓ Políticas contabilísticas

O cálculo do resultado líquido por ação - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias.

18.1. Resultado básico e diluído por ação

	2023	2022
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	756	590
Resultado básico e diluído por ação – Euros	1,2035	0,9387

19. Empréstimos obtidos

✓ Políticas contabilísticas

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais ativos, até ao momento em que os ativos ficam efetivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos ativos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de €265 milhões, dos quais €115 milhões são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis, e com possibilidade de serem emitidos em leilão. Estes programas não estavam a ser utilizados à data de 31 de dezembro de 2023.

A Jerónimo Martins Polska S.A. efetuou o reembolso antecipado de um empréstimo no montante de 50 milhões de zloty e terminou um contrato de 6 milhões de dólares americanos. Foram realizados pagamentos de 99 milhões de zloty, cerca de €23 milhões, relativos a amortizações de capital de um financiamento de médio e longo prazo. Foi contratada uma nova linha de financiamento de médio e longo prazo, com o limite de 1.500 milhões de zloty, cerca de €346 milhões, para suporte parcial dos investimentos em eficiência energética das lojas Biedronka, cuja utilização irá ocorrer ao longo de 2024.

A Jerónimo Martins Colombia S.A.S. efetuou o pagamento de 138.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €33 milhões, relativos a amortizações de capital de três empréstimos de médio e longo prazo. No final de dezembro, Jerónimo Martins Colombia, SAS aumentou a utilização das linhas de financiamento em 1.048.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €248 milhões, dos quais 300.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €71 milhões, foram num empréstimo a 3 anos.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

	2023	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes						
Empréstimos bancários		238	65	(57)	34	280
Total		238	65	(57)	34	280
Empréstimos correntes						
Descobertos bancários		0	67	-	7	73
Empréstimos bancários		232	67	57	56	412
Total		232	134	57	63	485

2022	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	347	(72)	(21)	(16)	238
Total	347	(72)	(21)	(16)	238
Empréstimos correntes					
Empréstimos bancários	113	124	21	(25)	232
Total	113	124	21	(25)	232

19.2. Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2023	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN		137	23	92	23
Empréstimos em COP		555	389	166	-
Descobertos bancários		73	73		
Total	10,08%	765	485	258	23

2022	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em USD		6	6	-	-
Empréstimos em PLN		149	21	85	42
Empréstimos em COP		316	205	111	-
Total	5,27%	470	232	196	42

19.3. Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efetuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2023	2022
Empréstimos não correntes (nota 19.1)	280	238
Empréstimos correntes (nota 19.1)	485	232
Responsabilidades com locações não correntes (nota 10)	2.853	2.248
Responsabilidades com locações correntes (nota 10)	530	430
Instrumentos financeiros derivados (nota 13)	12	12
Acréscimos e diferimentos de juros	10	2
Caixa e equivalentes de caixa (nota 16)	(1.938)	(1.781)
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 15)	(135)	(21)
Total	2.097	1.360

20. Provisões

✓ Políticas contabilísticas

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, ocorra para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

2023	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Utilização	Saldo final
Impostos	24	4	(2)	-	26
Processos judiciais em curso	32	15	(0)	(26)	22
Outros	25	7	(1)	(0)	31
	82	26	(4)	(26)	79

2022	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Utilização	Saldo final
Impostos	13	12	(1)	-	24
Processos judiciais em curso	9	25	(2)	(0)	32
Outros	12	16	(0)	(2)	25
	34	52	(2)	(2)	82

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 24. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em tribunal, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de vários processos respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento (a ter lugar) deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transações efetuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2.).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2023	2022
Não correntes		
Credores comerciais	3	3
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	1	1
Total	4	4
Correntes		
Credores comerciais	5.224	4.579
Credores não comerciais	521	419
Outros impostos a pagar	166	122
Responsabilidades em contratos com clientes	16	15
Responsabilidades com reembolsos a clientes	2	1
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	776	663
Total	6.705	5.799

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de €764 milhões (incluída na linha de Acréscimos de custos e proveitos diferidos correntes da tabela acima), é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de €345 milhões, juros a pagar no valor €63 milhões e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de €17 milhões. Os restantes €338 milhões correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2023, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2023	2022
Garantias prestadas a fornecedores	53	46
Garantias a favor da Autoridade Tributária	270	235
Outras garantias a favor do Estado	6	3
Outras garantias prestadas	45	30
Total	374	314

O aumento das garantias a favor das Autoridades Tributárias está relacionado com as liquidações em processos de IRC em Portugal referidas na alínea e) da nota 24.

O aumento verificado em Outras garantias prestadas diz respeito a contratos de derivados e a processos de contencioso legal.

O Grupo prestou caução na forma de fianças, que visaram suspender o pagamento das coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência e que se encontram a ser contestadas junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, conforme descrito na nota 24.

Existem ainda algumas garantias financeiras prestadas pelo Grupo, relativas a passivos já refletidos no Balanço consolidado.

23. Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de €113 milhões (€129 milhões em 2022) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às *joint ventures* e associadas.

24. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

✓ Políticas contabilísticas

Ativos contingentes são potenciais ativos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento do seu valor e este é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 15), encontram-se incluídos €51 milhões (€50 milhões em 2022) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efetiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual a julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Em 2021, o Grupo foi reembolsado em €15 milhões, relativo a importâncias pagas em anos anteriores e associadas à utilização de prejuízos fiscais reportáveis deferidos no âmbito do Acórdão suprarreferido.

Passivos contingentes

Processos relativos a Autoridades da Concorrência:

- Em Portugal, na sequência de diligências de busca e apreensão, realizadas em finais de 2016 e inícios de 2017, junto de diversas entidades do sector da distribuição alimentar, a Autoridade da Concorrência (AdC) determinou a abertura de diversos inquéritos, no âmbito dos quais veio a emitir contra vários fornecedores e retalhistas, entre os quais a subsidiária Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), dez notas de ilicitude por alegadas práticas anti concorrenciais, consistentes em alinhamento de preços para determinados produtos.

No final de 2023, Pingo Doce já tinha sido notificada das decisões proferidas pela AdC em todos os processos acima referidos, que concluíram pela aplicação de coimas a vários retalhistas e aos seus fornecedores. No caso de Pingo Doce estas decisões traduziram-se na aplicação de coimas no montante de €190 milhões.

Pingo Doce discorda em absoluto das decisões em apreço, que considera totalmente infundadas, pelo que apresentou já os competentes recursos junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. Nos termos da lei, Pingo Doce requereu ainda a fixação de efeito suspensivo aos recursos interpostos, mediante prestação de caução, a fim de obstar ao pagamento imediato das coimas. Com base no parecer dos seus advogados e consultores económicos, a Companhia está convicta de que lhe assiste inteira razão.

- Na Polónia, a subsidiária Jeronimo Martins Polska, S.A. (JMP) foi notificada, em 2019, pela Autoridade da Concorrência e Proteção do Consumidor (UOKiK) da abertura de um processo de investigação, relativo a falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o registado na caixa de pagamento.

Em agosto de 2020, o UOKiK notificou a JMP da decisão, tendo concluído pela aplicação de uma coima de 115 milhões de zloty (c. €25 milhões). A JMP, discordando do entendimento e da conclusão desta Autoridade, recorreu da mesma para o Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor (TCDC). Em 29 de setembro de 2022, o tribunal de primeira instância manteve a decisão da UOKiK e negou provimento ao recurso. Convicta do mérito da sua defesa, possuindo argumentos de facto e de direito a serem utilizados, a JMP recorreu da decisão para o competente Tribunal de Segunda Instância. Em 27 de junho de 2023, este Tribunal veio rejeitar o recurso apresentado por JMP tornando a decisão de pagamento final, tendo este sido efetuado em julho de 2023. Não obstante, a JMP, mantendo a sua posição, irá interpor recurso extraordinário junto do Supremo Tribunal.

Em dezembro de 2020, o UOKiK notificou a JMP de decisão que lhe aplica uma coima de 723 milhões de zloty (c. €160 milhões) pela alegada prática de abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores, designadamente de frutas e vegetais. Por entender que a decisão do UOKiK carece em absoluto de fundamento de facto e de direito, JMP impugnou judicialmente a decisão em causa junto do Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Tendo sempre encetado negociações transparentes e justas com o propósito de construir relações de longo prazo que são essenciais para a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento e para servir os consumidores na Polónia, a Companhia está convicta do mérito da sua defesa, possuindo significativos argumentos de facto e de direito a serem utilizados em sua defesa.

No decurso de 2020, a JMP foi notificada pelo UOKiK da abertura de um processo relacionado com a divulgação do país de origem das frutas e produtos hortícolas ao nível da loja. Em 22 de abril de 2021, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre este processo, aplicando uma multa de 60 milhões de zloty (c. €13 milhões). A referida decisão não é definitiva, pelo que a JMP, discordando do entendimento e conclusão desta Autoridade, interpôs recurso junto do TCDC. Em 17 de abril de 2023, o TCDC manteve a decisão do UOKiK. A JMP apresentou entretanto recurso para o Tribunal da Relação.

A 10 de agosto de 2022, o Presidente do UOKiK deu início ao processo relativo à campanha promocional “Biedronka’s Anti-inflation Shield”, tendo em 13 de abril de 2023 emitido a decisão de impor uma multa de 161 milhões de zloty (c. €36 milhões). A JMP interpôs recurso para o TCDC.

Outros processos de contencioso fiscal e legal:

- Em 2023, uma associação de defesa dos consumidores propôs ações populares contra a Pingo Doce relativamente a supostos danos decorrentes de alegada discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o registado na caixa de pagamento dos seus supermercados. Em Pingo Doce a salvaguarda dos legítimos interesses do Consumidor é sempre uma prioridade, estando a empresa convicta de que não assiste razão à dita associação, pelo que tem contestado as ações, que estão todas elas numa fase preliminar.
- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal. Detalham-se abaixo os processos com maior relevância (de valor superior a €5 milhões):
 - a) A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €82 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de €21 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €20 milhões. Tendo, entretanto, sido julgadas improcedentes ambas as impugnações judiciais, a Administração do Grupo recorreu das mesmas. Veio, entretanto, o Tribunal Central Administrativo dar total provimento às pretensões da Recheio SGPS em um dos casos, tendo, entretanto, a Administração Tributária recorrido da mesma;
 - b) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de €81 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €71 milhões. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002 a 2007 e 2014, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
 - c) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de €17 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €16 milhões. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto, relativamente aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS. À data, a AT apresentou já recurso de todas aquelas sentenças;
 - d) A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €25 milhões, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €7 milhões. Em virtude de decisões favoráveis a JMH relativa a correções de prejuízos de exercícios anteriores, o montante atualmente em disputa é de €5 milhões. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;
 - e) A AT liquidou, para o período de 2016 a 2019, à JMR SGPS e à JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respetivamente, de €122 milhões e €30 milhões, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas;
 - f) A AT liquidou a JMR SGPS, relativamente a 2017, o montante de €13 milhões, considerando que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos nesse ano, no montante aproximado de €45 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam

ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Atendendo as especificidades do processo e, bem assim, a recentes decisões judiciais (ver ponto a) acima), a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;

- g) A AT liquidou a JMR SGPS, relativamente ao ano de 2020, o montante de €4,5 milhões e corrigiu prejuízos fiscais a JMH, no montante de € 3,2 milhões, considerando que a amortização de marcas e, no caso de JMR SGPS, também os donativos concedidos em mercadoria não seriam aceites como custos dedutíveis, decisão contrária a alterações legislativas entretanto ocorridas. A Administração suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;
- h) A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hussel as quantias de €29 milhões, €3 milhões e €0,06 milhões, respetivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2023. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, que tem mantido a decisão. O Grupo apresentou uma queixa à Comissão Europeia por entender que estamos em presença de um auxílio ilegal do Estado. Essa queixa está ainda em apreciação. As companhias do Grupo continuam a apresentar regularmente impugnações à taxa, procedendo a uma análise regular do risco e da probabilidade de desenlace favorável nalgum dos processos e/ou da queixa à Comissão Europeia;
- i) O administrador judicial da empresa ZM Kania moveu uma ação contra a JMP no valor de 23 milhões de zloty (€5 milhões). A ação tem por base todos os descontos que a JMP obteve deste fornecedor no período de 2016-2019 com fundamento na Lei de concorrência desleal (todo o rappel concedido é argumentado como não constituindo um elemento de preço) e na Lei de proteção da concorrência e dos consumidores. A JMP considera ter fortes argumentos para se opor aos valores reclamados.

Suportadas nos pareceres dos seus advogados, as Companhias procedem a uma avaliação de risco quanto à probabilidade do desfecho de cada processo, constituindo as provisões que em cada momento entendam necessárias para fazer face a potenciais desembolsos futuros, ou procedendo ao seu pagamento (ver nota 20), sempre que entendam que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo. Na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são discriminados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas.

Ativos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

25. Partes relacionadas

✓ Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

25.1. Saldos e transações com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., sendo a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E. a entidade que qualifica enquanto Empresa-mãe final do Grupo.

Os saldos e transações de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas e prestação serviços	-	-	27	22	0	0
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	5	6	(0)	(0)	102	106
	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Devedores, acréscimos e diferimentos	2	0	5	5	0	0
Credores, acréscimos e diferimentos	0	0	0	-	23	25

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo acionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transações correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

25.2. Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2023	2022
Salários e outros benefícios de curto prazo	51	37
Indemnizações	4	1
Plano de benefícios pós-emprego	2	1
Outros benefícios	2	2
Total	58	42

O Conselho de Administração é composto por 11 elementos no final do ano de 2023 (2022: 11 elementos), sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 107 (2022: 97).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Diretores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo 4 - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2..

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2..

26. Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Companhias subsidiárias	Atividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Países Baixos)	100,00
Desimo, Lda.	Gestão de ativos móveis, designadamente direitos de propriedade intelectual e industrial, incluindo marcas registadas e participações sociais	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	Lisboa	100,00
Trade Wings, S.A.	Aluguer de meios de transporte aéreo	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lactícínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas	Lisboa	80,00
Mediterranean Aquafarm S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Saïdia Marrocos	66,68
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda	Produção animal	Fundão	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de atividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
Lido Sol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Recheio Masterchef, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomości Bis sp. z o.o.	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Slovensko, s. r. o.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Bratislava (Eslováquia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Varsóvia (Polónia)	100,00
Hebe Česko s.r.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Praga (Chéquia)	100,00
Hebe Slovensko, s. r. o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Bratislava (Eslováquia)	100,00

A Jerónimo Martins Drogerie i Farmacia Sp. z.o.o. constituiu em maio de 2023 a sociedade Hebe Česko s.r.o., e, em setembro de 2023, a sociedade Hebe Slovensko, s. r. o., com vista ao desenvolvimento das suas atividades no mercado da Chéquia e Eslováquia, respetivamente.

Em agosto foi constituída a sociedade Jerónimo Martins Slovensko, s. r. o., que se destina ao desenvolvimento das atividades de distribuição alimentar na Eslováquia sob a insígnia Biedronka, e cujo capital é detido maioritariamente pela Warta - Retail & Services Investments B.V.

Em outubro e novembro foram liquidadas a Masterchef, S.A. e a Friedman - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., respetivamente.

Em dezembro a Alfrarent - Imobiliária e Serviços, S.A. foi fundida na Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A. da qual não resultou qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

27. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2023 eram de €253 milhões (2022: €254 milhões), relativos quase na sua totalidade ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos ativos, passivos e resultados:

	2023	2022
Ativos não correntes	2.062	1.947
Ativos correntes	522	539
Passivos não correntes	(472)	(460)
Passivos correntes	(1.596)	(1.509)
Capital próprio	517	517
Vendas e prestações de serviços	5.471	5.038
Resultados líquidos	36	36
Outros rendimentos integrais	(1)	0
Total de rendimentos integrais	35	36

28. Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Atividade	Sede	% Capital detido
Andfjord Laks AS	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Andoya (Noruega)	25,12
Andfjord Salmon AS	Gestão de participações sociais	Andoya (Noruega)	25,12
Finançor Distribuição Alimentar, Lda.	Comércio a retalho em supermercados	Ponta Delgada	20,00
Finançor Cash & Carry, Lda.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Ponta Delgada	20,00
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00
Supreme Fruits, Lda.	Cultura de citrinos	Beja	50,00
Tastyfruits, Lda.	Agricultura	Lisboa	50,00

Em junho de 2023, a JMA, através de um private placement com a Andfjord Salmon AS (Andfjord), passou a deter uma participação total de 25,1%, conforme detalhado na nota 11.

No último trimestre de 2023 a Andfjord foi objeto de uma reestruturação societária, a qual visou uma cisão, seguida de uma fusão triangular, sendo agora o negócio operacional conduzido pela subsidiária Andfjord Laks AS, detida a 100% pela Andfjord Salmon AS.

Em julho, a Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A. entrou no capital da Supreme Fruits, Lda., com uma participação de 50%, no âmbito de um acordo de parceria com o Grupo Luís Vicente, S.A. (ver nota 11).

As demonstrações financeiras das sociedades controladas conjuntamente (joint ventures) e associadas integradas no consolidado pelo método de equivalência, apresentam os seguintes valores, os quais foram ajustados para as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo:

	Joint Ventures		Associadas	
	2023	2022	2023	2022
Ativos não correntes	32	10	95	35
Ativos correntes	11	5	64	14
Passivos não correntes	(16)	(10)	(6)	-
Passivos correntes	(9)	(2)	(37)	(29)
Ativos líquidos	19	3	115	20
Vendas e prestações de serviços	6	6	97	76
Resultados líquidos	(2)	-	(1)	1
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-
Total rendimentos integrais	(2)	-	(1)	1

O quadro abaixo apresenta a reconciliação da posição financeira das joint ventures e associadas com o valor apresentado nas demonstrações financeiras de Jerónimo Martins:

	Joint Ventures		Associadas	
	2023	2022	2023	2022
Ativos líquidos a 1 de janeiro	3	2	20	14
Resultados líquidos	(2)	-	(1)	1
Dividendos	-	-	(1)	(1)
Outros aumentos/(diminuições)	17	2	97	6
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	19	3	115	20
Participação em joint ventures e associadas (%)	50%	50%	20 - 25%	20 - 25%
	9	2	28	4
Financiamentos	14	9	-	-
Goodwill	-	-	29	2
Valor da participação (nota 11)	23	10	57	6

29. Riscos financeiros

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro, cambial e preço da energia elétrica; ii. risco transacional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos económico-financeiros, como os de taxa de juro, crédito, cambial ou inflação, assim como políticos e fiscais.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

29.1. Risco de preço

29.1.1. Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que o Grupo desenvolve na Polónia e na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das atividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente euros e dólares americanos, no caso das operações Polacas e Colombianas, e em dólares americanos no caso das operações Portuguesas. Regra geral, são transações com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: *swaps*, *forwards* ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2023, era a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2023	Euro	Zloty	Peso colombiano	Dólar EU	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	517	1.316	106		1.938
Outros investimentos financeiros	2	-	-		2
Devedores, acréscimos e diferimentos	109	656	31		796
Instrumentos financeiros derivados	6	-	-	-	6
Total de ativos financeiros	634	1.972	136	-	2.742
Passivos					
Empréstimos obtidos	0	137	628	-	765
Responsabilidades com locações	543	2.266	573		3.382
Instrumentos financeiros derivados	6	12	-	0	18
Credores, acréscimos e diferimentos	1.436	4.308	459		6.204
Total de passivos financeiros	1.985	6.724	1.660	0	10.370
Posição financeira líquida em balanço	(1.351)	(4.751)	(1.524)	(0)	(7.627)
Em 31 de dezembro de 2022					
Total de ativos financeiros	723	1.562	81	0	2.367
Total de passivos financeiros	1.987	5.566	1.006	6	8.564
Posição financeira líquida em balanço	(1.264)	(4.003)	(924)	(6)	(6.197)

Considerando a posição dos ativos e passivos financeiros em balanço a 31 de dezembro de 2023, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €457 milhões (em 31 de dezembro de 2022: um impacto positivo de €383 milhões). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €139 milhões (em 31 de dezembro de 2022: um impacto positivo de €84 milhões).

Considerando os ativos financeiros líquidos relacionados com atividades operacionais que algumas subsidiárias do Grupo mantêm em moedas distintas da sua moeda funcional, uma depreciação de 10% da taxa de câmbio teria um impacto negativo em resultados de €44 milhões.

Atendendo ao conjunto dos ativos líquidos (financeiros e não financeiros) ao qual o Grupo se encontra exposto em zloty e em pesos colombianos, o efeito de uma depreciação de 10% dessas moedas, teria um impacto negativo de €164 milhões no total dos capitais próprios (em 31 de dezembro de 2022: um impacto negativo de €136 milhões).

29.1.2. Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2023, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50 p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de €6 milhões (2022: positivo em €6 milhões). Estas simulações são realizadas uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas diretas e na inclinação das curvas de taxa de juro.

29.1.3. Risco de preço da energia elétrica

No âmbito da sua atividade, o Grupo está exposto à flutuação dos preços de energia, uma vez que os seus contratos de fornecimento de energia elétrica são indexados a preço de mercado de referência, expondo o Grupo ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa. O Grupo analisa regularmente a evolução do preço de energia elétrica, em todas as geografias onde opera, e quando as condições de mercado o permitam, procura fixar, para períodos mais ou menos longos, o preço da energia elétrica com os seus fornecedores, como forma de mitigar o respetivo risco. É o caso das empresas em Portugal, para as quais foi possível fixar o preço por Mwh com o operador de eletricidade, até 2027.

Adicionalmente, tal como descrito na nota 13, foi celebrado um contrato de liquidação financeira, sobre o preço da eletricidade cobrindo uma parte das necessidades do Grupo. A 31 de dezembro de 2023, o justo valor deste instrumento financeiro derivado era de €5,8 milhões negativos (€5,4 milhões negativos a 31 de dezembro de 2022).

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2023, um aumento/redução de 5% (deslocação paralela da curva de preços) no preço da energia elétrica teria um impacto positivo/negativo, mantendo tudo o resto constante, de cerca de €3,3 milhões.

29.2. Risco transacional

29.2.1. Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direções Financeiras das unidades de negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona, existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2023	2022
Standard & Poor's	[A+ : AA]	379	175
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	522	256
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	326	346
Standard & Poor's	[BB]	-	60
Moody's	[A2 : A1]	203	277
Moody's	[Caa1:Ba1]	1	1
Fitch	[A- : A+]	481	474
Fitch	[BBB- : BBB+]	3	154
Fitch	[B- : BB+]	89	21
	Não disponível	73	37
Total		2.076	1.800

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da Moody's e da Fitch.

Em relação aos créditos comerciais a receber (clientes), o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de Cash & Carry, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a meios de pagamento eletrónicos, principalmente cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente e/ou imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna. Adicionalmente, a empresa recorre à cobertura de seguros de crédito como forma de mitigação do risco associado.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos ativos financeiros		
	2023	2022
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	1	2
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	59	57
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	6	7
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	22	20
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	178	142
Total	266	228

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos ativos financeiros				
	2023		2022	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Clientes com saldo superior a €1.000 milhares	3	6	4	12
Clientes com saldo entre €250 milhares e €1.000 milhares	34	13	30	11
Clientes com saldo inferior a €250 milhares	8.701	48	8.251	44
Outros devedores com saldo superior a €250 milhares	85	147	156	109
Outros devedores com saldo inferior a €250 milhares	2.691	51	3.103	52
	11.514	266	11.544	228

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

29.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas garantir o desenvolvimento normal das atividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à atividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

Algumas subsidiárias do Grupo celebraram protocolos de confirming com instituições financeiras, de adesão voluntária por parte dos fornecedores, os quais lhes permitem antecipar o pagamento das suas faturas para cerca de 7 dias. De acordo com as características destes protocolos, os montantes mantêm-se classificados como dívidas a pagar a fornecedores, considerando que, em substância, se mantêm as características de dívida comercial. Os fornecedores

que não aderem a estes protocolos são pagos normalmente de acordo com o prazo acordado contratualmente com cada fornecedor.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez				
	2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Outros empréstimos		538	294	23
Instrumentos financeiros derivados		(2)	(5)	19
Credores		5.745	-	-
Responsabilidades com locações		577	1.870	2.863
Total		6.857	2.158	2.905
	2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Outros empréstimos		258	217	43
Instrumentos financeiros derivados		(5)	(8)	27
Credores		4.998	-	-
Responsabilidades com locações		468	1.468	2.111
Total		5.719	1.677	2.181

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em alienação e penhor de ativos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de ativos do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo atual acionista maioritário;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efetuados de acordo com o normativo contabilístico pré IFRS 16;
- Cumprimento de standards sociais e ambientais.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em dezembro de 2023 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

O Grupo mantém ao longo do ano reservas de liquidez sob a forma de linhas de crédito contratadas junto das instituições financeiras com que se relaciona, de forma a assegurar a capacidade de cumprir com os seus compromissos, sem ter de se financiar em condições desfavoráveis. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito que não se encontravam a ser utilizadas no montante global de €965 milhões.

Adicionalmente, o Grupo possuía em 31 de dezembro de 2023 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa no montante de €1.938 milhões.

Desta forma, o Grupo espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e reservas de liquidez, e caso venha a ser eventualmente necessário, recorrendo às linhas de crédito disponíveis existentes.

29.2.3. Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de acionistas, e pelo rácio Dívida Líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de *Gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, calculados sem o efeito da adoção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Administração do Grupo, eram os seguintes:

	2023	2022
Capital investido	2.061	1.501
Dívida Líquida	(1.184)	(1.236)
Fundos de acionistas	3.245	2.737
Gearing*	n.a.	n.a.
EBITDA	1.655	1.419
Dívida Líquida / EBITDA	(0,7)	(0,9)

*A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a dívida líquida era positiva.

30. Informação sobre matérias ambientais

A informação detalhada sobre a visão seguida pelo Grupo no combate às alterações climáticas pode ser encontrada no Capítulo 5 – Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor.

31. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º- F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2023 foi de €1.030 milhares, dos quais €974 milhares correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de €56 milhares foram relativos a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade;
- A nota 25 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

32. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 5 de março de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Declaração do Conselho de Administração



Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 5 de março de 2024

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Jerónimo Martins, SGPS, SA

Rua Actor António Silva, 7, 1649-023 Lisboa - Portugal - T: +351 21 763 20 00

www.jeronimomartins.com

**Jerónimo
Martins**



Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)



Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)



José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)



Maria Ângela Polguin
(Membro do Conselho de Administração)



Natalia Anna Olyneć
(Membro do Conselho de Administração)



Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria



**Ernst & Young
Audit & Associadas - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 14.297 milhões de euros e um total de capital próprio de 3.066 milhões de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 756 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colúmbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 7.545 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis e direitos de utilização; Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - inscrição n.º 179 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - inscrição n.º 25161490 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte n.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited





Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras, a existência de concorrência significativa e o atual contexto económico nas várias geografias em que o Grupo opera, pelo que consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da consideração das perspetivas publicadas pelos analistas de mercado e da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais incluem cenários mais adversos que os habitualmente utilizados, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; • Utilização de especialistas internos na validação dos pressupostos significativos subjacentes aos modelos de teste de imparidade das lojas, nomeadamente a taxa de desconto e taxa de crescimento aplicada aos cash-flows em perpetuidade; • Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; • Obtivemos a análise de sensibilidade apresentada pelo grupo, na qual foram testadas variações dos vários pressupostos significativos, dos quais são exemplo a taxa de desconto, ou a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas, conforme divulgado nas notas 4, 14 e 15 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores são considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).</p> <p>O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedemos ao entendimento, avaliação e a testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; • Procedemos ao entendimento do interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares; • Testámos, para uma amostra de contratos, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados como ganhos suplementares; • Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente através da validação das notas



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>de crédito emitidas subsequentemente e avaliação de indícios de imparidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos confirmações externas de fornecedores para uma amostra de descontos; • Obtivemos o suporte documental dos principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e a sua correta especialização; • Efetuámos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução mensal, de variações face ao ano anterior, bem como a análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e • Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.
	<p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

3. Litígios e contingências legais e fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios e contingências são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Tal como divulgado na nota 24, desde o exercício de 2020 foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce e à Jerónimo Martins Polska no montante de 190 milhões de Euros e 234 milhões de Euros respetivamente.</p> <p>O Grupo divulga ainda um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação em IRC de 14 dos resultados</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedemos ao entendimento e avaliação de como são monitorizadas as contingências legais e fiscais; • Obtivemos, como resposta ao nosso pedido de informações detalhadas sobre os processos em curso, o entendimento dos advogados que assessoram o Grupo nos principais temas de natureza fiscal e legal; • Efetuámos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências legais e fiscais; • Efetuámos pedidos de confirmação externa da existência de processos legais e fiscais através de solicitação aos advogados com quem o Grupo tem relações; e • Fomos apoiados na análise dos processos fiscais e legais por especialistas internos. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
---	---

gerados em operações internas do Grupo, em cada um desses anos, para os quais a Administração Tributária efetuou liquidações de 152 milhões de euros. Com referência a 31 de dezembro de 2023, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 196 milhões de euros.

Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estes processos, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

4/7





Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório de Gestão, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 e 2024;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 4 de março de 2024; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

6/7



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas Consolidadas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 12 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques (ROC nº 1801)
Registado na CMVM com o nº 20161640

4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria



Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do número 3 do artigo 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro (que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria), apresentamos o nosso relatório sobre as atividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Atividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efetuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, em particular os impactos resultantes da incerteza e da instabilidade provocadas pelas crescentes tensões geopolíticas, nomeadamente a continuação da guerra na Ucrânia e a crise no Médio Oriente, com impacto também nas cadeias logísticas que passam pelo Mar Vermelho. Para tal, realizou reuniões regulares com os Administradores e Diretores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas (ROC), que é também o auditor responsável pelas auditorias previstas no Código do Valores Mobiliários, designadamente no seu artigo 29º-G, nº. 2, al-a), dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do ROC e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exatidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade. Assegura, portanto, que os mesmos correspondem a uma correta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, nomeadamente os diversos processos em curso das Autoridades da Concorrência em Portugal e na Polónia. As decisões em catorze casos resultaram, até à data, na aplicação de coimas a subsidiárias do Grupo (dos quais dois casos tiveram coimas aplicadas em 2023). Os esclarecimentos obtidos junto dos departamentos da Sociedade, suportados por pareceres dos seus advogados e consultores económicos, permitiram a esta Comissão aferir as contingências a que o Grupo se encontra exposto e a adequação das provisões existentes.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, em particular, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana e das subsidiárias Polacas, e a aplicação dos excedentes de caixa. Pronunciou-se ainda sobre as operações de cobertura do valor de dividendos a pagar pela sua principal subsidiária na Polónia. Acompanhou as operações de cobertura do risco de taxa de juro e cambial, contando, para tal, com a colaboração da Direção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das ações tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo respetivo Conselho de Administração.

A Comissão continua a monitorizar os procedimentos de controlo interno instituídos no Grupo para mitigação de riscos, tendo obtido dos diversos departamentos da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área Financeira, pela Auditoria Interna, pela Segurança de Informação e pela Estratégia e Gestão de Risco, assim como dos representantes do ROC, todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, obteve da equipa responsável pela gestão de seguros toda a informação

Jerónimo Martins

relevante relativa às coberturas existentes e riscos cobertos. A informação reunida permitiu à Comissão de Auditoria verificar a contínua adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, aprovando as necessárias adaptações ao plano anual de atividades, em função das áreas consideradas prioritárias. Verificou as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as ações implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas por este departamento e pela Comissão de Controlo Interno, assim como das que se encontram nos relatórios emitidos pelo Auditor Externo. Esta Comissão aprovou ainda o plano de atividades de Auditoria Interna para o ano de 2024, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Os riscos associados a cibersegurança continuaram a aumentar, potenciados pela instabilidade geopolítica. A Comissão de Auditoria manteve, assim, um acompanhamento próximo das atividades na área de Segurança de Informação, nomeadamente dos trabalhos desenvolvidos e iniciativas de governance, prevenção, deteção e recuperação.

Acompanhou o plano e procedimentos de auditoria externa, tendo obtido o conforto necessário sobre a eficácia dos planos de trabalho, forma de abordagem às matérias sujeitas a procedimentos de auditoria e o seu impacto nas conclusões do trabalho do ROC. No decurso das suas atividades de fiscalização e na preparação do encerramento das contas de 2023, a Comissão de Auditoria manteve presente as recomendações de diversos organismos internacionais, reforçadas em 2020 por uma Circular emitida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Acompanhou, ainda, a evolução das questões suscitadas pelo ROC, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efetuado, o que permitiu a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva. No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do ROC da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo ROC às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos corresponderam a serviços não proibidos nos termos do seu regulamento e da lei aplicável. Garantiu, ainda, que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido, nem condicionam a opinião do ROC. A Comissão de Auditoria obteve ainda confirmação de que não foram prestados serviços adicionais pelas equipas envolvidas no trabalho de auditoria.

Acompanhou a aplicação da Lei 50/2020, de 25 de Agosto, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, nomeadamente o regime de transações com partes relacionadas, tendo concluído que todas as transações identificadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Tudo o acima referido permitiu a esta Comissão contribuir de forma efetiva para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira da Sociedade.

Jerónimo Martins

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos departamentos da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i. Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii. Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i. A informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii. O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam.

Lisboa, 12 de Março de 2024



Clara Christina Streit
(Presidente da Comissão de Auditoria)



Elizabeth Bastoni
(Vogal)



Sérgio Tavares Rebelo
(Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

1. Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	147
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	147
BALANÇO INDIVIDUAL	148
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	149
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	150

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

Página

1. Atividade.....	151
2. Políticas contabilísticas.....	151
3. Custos operacionais.....	154
4. Empregados	155
5. Custos financeiros líquidos.....	156
6. Impostos.....	157
7. Ganhos (perdas) em subsidiárias	159
8. Ganhos (perdas) em outros investimentos	159
9. Ativos fixos tangíveis.....	159
10. Ativos intangíveis	160
11. Locações	160
12. Propriedades de investimento.....	162
13. Partes de capital em subsidiárias	162
14. Empréstimos a subsidiárias.....	163
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	163
16. Caixa e equivalentes de caixa	163
17. Capital e reservas.....	164
18. Resultados por ação.....	164
19. Empréstimos obtidos.....	164
20. Provisões.....	165
21. Credores, acréscimos e diferimentos	165
22. Garantias	166
23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	166
24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros	167
25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas.....	167
26. Partes relacionadas	167
27. Riscos financeiros.....	171
28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	172
29. Eventos subsequentes à data do balanço.....	173

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2023	2022
Prestação de serviços	26	36.572	22.087
Custos da prestação de serviços	3	(33.117)	(20.275)
Margem		3.455	1.812
Custos administrativos	3	(38.952)	(41.235)
Outras perdas e ganhos operacionais	3	(44.850)	(47.411)
Resultados operacionais		(80.347)	(86.834)
Custos financeiros líquidos	5	7.868	29
Ganhos (perdas) em subsidiárias	7	627.938	551.041
Ganhos (perdas) em outros investimentos	8	220	7.979
Resultados antes de impostos		555.679	472.215
Imposto sobre o rendimento do exercício	6.1	3.245	7.922
Resultados líquidos		558.924	480.137
Resultado básico e diluído por ação - euros	18	0,8894	0,7640

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2023	2022
Resultados líquidos		558.924	480.137
Outros rendimentos integrais:			
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	4.2	(1.257)	178
Imposto relacionado	6.3	283	(40)
Itens que não serão reclassificados para resultados		(974)	138
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		-	-
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(974)	138
Total de rendimentos integrais		557.950	480.275

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

BALANÇO INDIVIDUAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

		Valores expressos em milhares de euros	
	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	9	1.594	1.201
Ativos intangíveis	10	12.032	8.004
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Direitos de uso	11.1	2.402	2.247
Partes de capital em subsidiárias	13	666.133	666.038
Empréstimos a subsidiárias	14	2.086.825	1.812.945
Outros investimentos financeiros	24	148	178
Outros devedores	15	267	248
Impostos diferidos ativos	6.3	3.061	2.991
Total de ativos não correntes		2.774.932	2.496.322
Imposto sobre o rendimento a receber	6.4	3.215	199
Empréstimos a subsidiárias	14	184.035	49.835
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	47.234	24.682
Caixa e equivalentes de caixa	16	228.638	425.949
Total de ativos correntes		463.122	500.665
Total do ativo		3.238.054	2.996.987
Capital próprio e passivo			
Capital	17.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	17.1	22.452	22.452
Ações próprias	17.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	17.3	2.510.471	2.298.160
Total do capital próprio		3.156.156	2.943.845
Responsabilidades com locações	11.2	1.540	1.507
Benefícios concedidos a empregados	4.2	11.439	11.208
Provisões para riscos e encargos	20	5.077	7.102
Impostos diferidos passivos	6.3	128	164
Total de passivos não correntes		18.184	19.981
Empréstimos obtidos	19	-	-
Responsabilidades com locações	11.2	877	730
Credores, acréscimos e diferimentos	21	62.837	31.146
Imposto sobre o rendimento a pagar	6.4	-	1.285
Total de passivos correntes		63.714	33.161
Total do capital próprio e passivo		3.238.054	2.996.987

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações Próprias	Resultados retidos	Total Capital próprio
Balanço em 1 de janeiro de 2022		629.293	22.452	(6.060)	2.311.206	2.956.891
Variações no Capital Próprio em 2022						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	178	178
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	(40)	(40)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	138	138
Resultado do exercício de 2022		-	-	-	480.137	480.137
Total de rendimentos integrais		-	-	-	480.275	480.275
Dividendos	17.4	-	-	-	(493.321)	(493.321)
Balanço em 31 de dezembro de 2022		629.293	22.452	(6.060)	2.298.160	2.943.845
Variações no Capital Próprio em 2023						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	(1.257)	(1.257)
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	283	283
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(974)	(974)
Resultado do exercício de 2023		-	-	-	558.924	558.924
Total de rendimentos integrais		-	-	-	557.950	557.950
Dividendos	17.4	-	-	-	(345.639)	(345.639)
Balanço em 31 de dezembro de 2023		629.293	22.452	(6.060)	2.510.471	3.156.156

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

		Valores expressos em milhares de euros	
	Notas	2023	2022
Resultados líquidos		558.924	480.137
Ajustamentos para:			
Impostos	6.1	(3.245)	(7.922)
Depreciações e amortizações	3	2.265	2.212
Custos financeiros líquidos	5	(7.868)	(29)
Ganhos/perdas em subsidiárias	7	(627.938)	(551.041)
Ganhos/perdas em outros investimentos	8	(220)	(7.979)
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		(78.082)	(84.622)
Variações de capital circulante:			
Devedores, acréscimos e diferimentos		(8.601)	(5.017)
Credores, acréscimos e diferimentos		8.550	8.248
Provisões e benefícios concedidos a empregados		(971)	(1.164)
Caixa gerada pelas operações		(79.104)	(82.555)
Imposto sobre o rendimento		3.556	2.949
Fluxos de caixa de atividades operacionais		(75.548)	(79.606)
Atividades de investimento			
Alienação de ativos fixos tangíveis e devolução de adiant. a fornec. de imob.	9	-	50.865
Alienação de outros investimentos financeiros	24	32	49
Alienação de investimentos em subsidiárias	13	132	-
Juros recebidos	7	10.908	1.036
Dividendos recebidos	7 e 8	616.314	549.900
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	16.080	82.435
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(424.330)	(133.200)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	9	(734)	(175)
Aquisição de ativos intangíveis	10	(4.972)	(3.810)
Aquisição e aumentos de capital em subsidiárias	13	(100)	(1.000)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		213.330	546.100
Atividades de financiamento			
Recebimento de juros e proveitos similares	5	12.091	703
Pagamentos de juros de empréstimos e custos similares	5	(1.509)	(664)
Pagamento de juros de locações	5	(114)	(43)
Pagamento de locações	11.2	(732)	(479)
Pagamento de dividendos	17.4	(345.639)	(493.321)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(335.903)	(493.804)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(197.311)	(27.310)
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		425.949	453.259
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(197.311)	(27.310)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16	228.638	425.949

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua atividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2023 encontram-se detalhados no Capítulo 2 deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 5 de março de 2024.

2. Políticas contabilísticas

Os princípios de reconhecimento e mensuração aplicados nestas Demonstrações Financeiras Individuais são idênticos aos aplicados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (ver políticas contabilísticas sobre as rubricas das demonstrações financeiras, nas notas correspondentes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas).

As políticas contabilísticas aplicam-se, de forma transversal, na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (€ milhares).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2023.

2.2. Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros ativos líquidos (nota 2.3).

2.3. Imparidade

2.3.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando Propriedades de investimento (nota 12) e Impostos diferidos ativos (nota 6.3), os ativos de JMH, essencialmente as Partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Nos testes de imparidade às Partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projeções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto de entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.3.2. Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos Empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às Partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em Empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

2.4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	70	60

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos para determinação da taxa de desconto apropriada:

- Intervalo restrito [3,60% - 4,00%]
- Intervalo alargado [3,40% - 4,20%]

Face a estes resultados, JMH, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 3,30% para 3,80%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido			
	Pressuposto utilizado	Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	3,80%	0,50%	(327)	344
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	4,00%	0,50%	43	(41)
longo prazo	3,00%			
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	0,50%	301	(286)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	708	(662)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que os processos em curso originem uma saída de fluxos, a perda seja considerada razoável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, com o apoio, principalmente, de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar resultados futuros.

2.5. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as Propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes, que usam, nas suas avaliações, inputs não diretamente observáveis no mercado.

	2023	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor					
Propriedades de investimento		2.470	-	-	2.470
Total de ativos		2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor					
Total de passivos		-	-	-	-

	2022	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor					
Propriedades de investimento		2.470	-	-	2.470
Total de ativos		2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor					
Total de passivos		-	-	-	-

2.6. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2023						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	228.638	-	228.638	-	228.638
Empréstimos a subsidiárias	-	2.270.860	-	2.270.860	-	2.270.860
Outros investimentos financeiros	-	-	148	148	-	148
Devedores, acréscimos e diferimentos	267	43.969	-	44.236	3.265	47.501
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	690.907	690.907
Total de ativos	267	2.543.467	148	2.543.882	694.172	3.238.054
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	2.417	-	2.417	-	2.417
Credores, acréscimos e diferimentos	-	41.821	-	41.821	21.016	62.837
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	16.644	16.644
Total de passivos	-	44.238	-	44.238	37.660	81.898

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2022						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	425.949	-	425.949	-	425.949
Empréstimos a subsidiárias	-	1.862.780	-	1.862.780	-	1.862.780
Outros investimentos financeiros	-	-	178	178	-	178
Devedores, acréscimos e diferimentos	248	22.190	-	22.438	2.492	24.930
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	683.150	683.150
Total de ativos	248	2.310.919	178	2.311.345	685.642	2.996.987
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	2.237	-	2.237	-	2.237
Credores, acréscimos e diferimentos	-	15.981	-	15.981	15.165	31.146
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	19.759	19.759
Total de passivos	-	18.218	-	18.218	34.924	53.142

3. Custos operacionais

✓ Políticas contabilísticas

Custos da prestação de serviços

Os custos da prestação de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afetação real.

Outras perdas e ganhos operacionais

As outras perdas e ganhos operacionais incluem os custos não relacionados com a prestação de serviços às suas participadas e os não diretamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

3.1. Custos operacionais por naturezas

	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos	35.437	32.812
Rendas e alugueres (nota 11.3)	1.723	1.559
Custos com pessoal (nota 4.1)	75.285	60.760
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	1.509	1.746
Depreciações de direitos de uso (nota 11.3)	756	466
Outras naturezas de ganhos e perdas	2.209	11.578
Total	116.919	108.921

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de outras naturezas de ganhos e perdas inclui donativos no montante de €1.746 milhares (2022: €10.142 milhares).

4. Empregados

4.1. Custos com o pessoal

	2023	2022
Ordenados e salários	28.273	20.532
Segurança Social	4.788	3.490
Benefícios de empregados	32.117	31.326
Outros custos com pessoal	10.107	5.412
Total	75.285	60.760

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2023, o número de empregados ao serviço ascendia a 372 (em 2022, eram 254). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 341 (em 2022, eram 223).

4.2. Benefícios de empregados

Valores refletidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2023	2022
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	10.357	10.241
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	1.082	967
Total	11.439	11.208

Valores refletidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	1.628	1.209	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	315	83	1.257	(178)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	211	66	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	29.963	29.968	-	-
Total	32.117	31.326	1.257	(178)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	-	-	10.241	11.683	967	979
Custos com juros	-	-	315	83	34	8
Custos dos serviços correntes	31.591	31.177	-	-	115	123
(Ganhos) perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(301)	(1.032)	(33)	(192)
Alterações de experiência	-	-	1.558	854	95	127
Contribuições ou Reformas pagas	(31.591)	(31.177)	(1.456)	(1.347)	(96)	(78)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	10.357	10.241	1.082	967

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2023	2022
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,80%	3,30%
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários		
curto prazo	4,00%	5,00%
longo prazo	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adotados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas. Na nota 2.4. encontra-se a análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados.

4.3. Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a seguinte:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.359	4.226	2.997
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	69	363	651
Total	1.428	4.589	3.648

5. Custos financeiros líquidos

	2023	2022
Juros suportados com empréstimos obtidos	(112)	(1)
Juros suportados com locações	(114)	(43)
Juros obtidos	12.412	729
Justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	(3.310)	-
Outras perdas e ganhos financeiros	(1.008)	(656)
Custos financeiros líquidos	7.868	29

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do respetivo empréstimo.

Na rubrica de juros obtidos estão incluídos os juros relativos a aplicações de tesouraria realizadas ao longo do ano.

Em 2023, a JMH contratou forwards cambiais para cobrir a exposição cambial de empréstimos concedidos a uma subsidiária em moeda estrangeira. Os instrumentos derivados tiveram um impacto negativo em resultados, no montante de €3.310 milhares.

6. Impostos

6.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2023	2022
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	1.485	8.040
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(143)	134
	1.342	8.174
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(177)	(190)
	(177)	(190)
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	2.080	(62)
	2.080	(62)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	3.245	7.922

6.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2023	2022
Resultados antes de imposto	555.679	472.215
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal (22,5%)	(125.028)	(106.248)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados ou não recuperáveis	134.172	123.341
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	2.080	(62)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	(7.187)	(8.525)
Correção da estimativa de anos anteriores	(143)	134
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	(649)	(718)
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.245	7.922
Taxa efetiva de imposto	(0,58)%	(1,68)%

Em 2023 e 2022, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1.500 milhares, €7.500 milhares e €35.000 milhares, respetivamente.

A taxa efetiva de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

6.3. Impostos diferidos ativos e passivos

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo Final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	464	12	-	476
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	2.522	(231)	283	2.574
Efeito da aplicação da norma sobre locações	5	6	-	11
	2.991	(213)	283	3.061
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(164)	36	-	(128)
	(164)	36	-	(128)
Variação líquida de imposto diferido	2.827	(177)	283	2.933

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	371	93	-	464
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	2.849	(287)	(40)	2.522
Efeito da aplicação da norma sobre locações	1	4	-	5
	3.221	(190)	(40)	2.991
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(164)	-	-	(164)
	(164)	-	-	(164)
Variação líquida de imposto diferido	3.057	(190)	(40)	2.827

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

Em concreto sobre a Reforma fiscal internacional – Regras Modelo do Pilar 2, a JMH confirma a aplicação da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações acerca de ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento determinados nos termos do Modelo do Pilar 2, não havendo qualquer valor reconhecido em impostos na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2023.

Até à data de elaboração deste relatório e contas não foi ainda transposta a respetiva diretiva para a legislação portuguesa, pelo que não é possível determinar potenciais impactos decorrentes da sua aplicação no futuro.

6.4. Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(1.285)
Imposto sobre o rendimento a receber	3.215	199
Total	3.215	(1.086)

JMH integra, desde 1 de janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído atualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Trade Wings, S.A.
- Recheio Masterchef, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Atividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.
- Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.
- Jerónimo Martins Inovação, S.A.
- Santa Maria Manuela Turismo, S.A.

6.5. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, não existe um prazo limite para o reporte de prejuízos fiscais. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido a 31 de dezembro de 2023 ascende a €15.815 milhares (2022: €11.234 milhares).

7. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2023	2022
Dividendos recebidos	616.300	549.900
Juros de empréstimos concedidos	11.677	1.141
Ganhos (perdas) na alienação de sociedades (nota 13)	(39)	-
Total	627.938	551.041

8. Ganhos (perdas) em outros investimentos

✓ Políticas contabilísticas

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2023	2022
Rendas de propriedades de investimento	203	202
Ganhos na alienação de outros investimentos financeiros	3	4
Dividendos	14	-
Ganhos cambiais obtidos no reembolso de adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	7.773
Total	220	7.979

9. Ativos fixos tangíveis

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2023	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial	930	4.452	15	5.397
Aumentos	210	433	91	734
Transferências e reclassificações	-	13	(13)	-
Saldo Final	1.140	4.898	93	6.131
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	506	3.690	-	4.196
Aumentos	82	259	-	341
Saldo Final	588	3.949	-	4.537
Valor líquido				
Em 1 janeiro de 2023	424	762	15	1.201
Em 31 dezembro de 2023	552	949	93	1.594
2022				
Ativo bruto				
Saldo Inicial	675	3.969	579	5.223
Aumentos	30	130	15	175
Alienações e abates	-	(1)	-	(1)
Transferências e reclassificações	225	354	(579)	-
Saldo final	930	4.452	15	5.397
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	422	3.447	-	3.869
Aumentos	84	244	-	328
Alienações e abates	-	(1)	-	(1)
Saldo final	506	3.690	-	4.196
Valor líquido				
Em 1 janeiro de 2022	253	522	579	1.354
Em 31 dezembro de 2022	424	762	15	1.201

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

	2023	Despesas de desenvolvimento	Ativos em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		9.112	6.958	16.070
Aumentos		112	5.084	5.196
Transferências e reclassificações		805	(805)	-
Saldo final		10.029	11.237	21.266
Amortizações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		8.066	-	8.066
Aumentos		1.168	-	1.168
Saldo Final		9.234	-	9.234
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2023		1.046	6.958	8.004
Em 31 de dezembro de 2023		795	11.237	12.032

	2022	Despesas de desenvolvimento	Ativos em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		8.881	3.204	12.085
Aumentos		77	3.908	3.985
Transferências e reclassificações		154	(154)	-
Saldo final		9.112	6.958	16.070
Amortizações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		6.648	-	6.648
Aumentos		1.418	-	1.418
Saldo Final		8.066	-	8.066
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2022		2.233	3.204	5.437
Em 31 de dezembro de 2022		1.046	6.958	8.004

11. Locações

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de arrendamento de escritórios e de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants. No que respeita à taxa de juro incremental utilizada para mensurar as responsabilidades com locações, a taxa média utilizada por JMH, em 31 de dezembro de 2023, ascende a 5,46% (5,29% em 31 de dezembro de 2022).

11.1. Direitos de uso

2023	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	1.694	1.334	3.029
Novos contratos	-	501	501
Atualizações de contratos	100	311	411
Cancelamento de contratos	-	(71)	(71)
Saldo Final	1.794	2.075	3.870
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	85	697	782
Aumentos	339	417	756
Cancelamento de contratos	-	(70)	(70)
Saldo final	424	1.044	1.468
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2023	1.610	637	2.247
Em 31 de dezembro de 2023	1.371	1.031	2.402

2022	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto			
Saldo Inicial	-	1.343	1.343
Novos contratos	1.694	300	1.994
Atualizações de contratos	-	14	14
Cancelamento de contratos	-	(323)	(323)
Saldo Final	1.694	1.334	3.029
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo Inicial	-	635	635
Aumentos	85	381	466
Cancelamento de contratos	-	(319)	(319)
Saldo final	85	697	782
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2022	-	708	708
Em 31 de dezembro de 2022	1.610	637	2.247

11.2. Responsabilidades com locações

2023	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	730	1.507	2.237
Aumentos (novos contratos)	141	361	502
Pagamentos	(732)	-	(732)
Transferências	526	(526)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	211	199	410
Saldo final	877	1.540	2.417

	2022	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial		332	379	711
Aumentos (novos contratos)		469	1.525	1.994
Pagamentos		(479)	-	(479)
Transferências		396	(396)	-
Alteração / Cancelamento de contratos		11	(1)	10
Saldo final		730	1.507	2.237

11.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionados com locações:

	2023	2022
Depreciação dos direitos de uso		
Edifícios e outras construções	339	85
Equipamento de transporte	417	381
Subtotal	756	466
Juros de responsabilidades com locações	114	43
Ganhos/perdas com cancelamento de contratos	-	-
Rendas e alugueres (nota 3)		
Gastos relacionados com locações de curto-prazo	1.084	1.094
Gastos relacionados com locações de ativos de valor reduzido	29	36
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	610	429
Subtotal	1.723	1.559
Total	2.593	2.068

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a €2.569 milhares no ano de 2023 (2022: €2.081 milhares).

12. Propriedades de investimento

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de €203 milhares (2022: €202 milhares). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por €2.470 milhares (2022: €2.470 milhares).

Em 2023, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de €5 milhares (2022: €4 milhares), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 24.

	2023	2022
Valor líquido em 1 de janeiro	666.038	665.038
Aumentos	100	1.000
Diminuições	(5)	-
Valor líquido em 31 de dezembro	666.133	666.038

Em agosto de 2023 a JMH entrou no capital da sociedade Jeronimo Martins Slovensko, s. r. o., com uma participação de 10%.

Em novembro de 2023 foi dissolvida e liquidada a sociedade Friedman - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., tendo essa operação gerado uma menos-valia de €39 milhares.

14. Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2023	2022
Valor líquido em 1 de janeiro	1.812.945	1.756.345
Aumentos	274.050	115.500
Diminuições	(170)	(58.900)
Valor líquido em 31 de dezembro	2.086.825	1.812.945

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2023	2022
Valor líquido em 1 de janeiro	49.835	55.670
Aumentos	150.280	17.700
Diminuições	(16.080)	(23.535)
Valor líquido em 31 de dezembro	184.035	49.835

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

	2023	2022
Não correntes		
Outros devedores (fundo compensação do trabalho - FCT)	267	248
Total	267	248
Correntes		
Subsidiárias	14.149	12.071
Outros devedores	2.004	1.219
Outros impostos a recuperar	1.727	1.176
Acréscimos de proveitos	27.701	8.851
Custos diferidos	1.653	1.365
Total	47.234	24.682

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente faturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de €1.563 milhares (2022: €1.145 milhares), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo RETGS, no montante de €11.629 milhares (2022: €10.738 milhares).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente €15.786 milhares (2022: €8.620 milhares) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não faturados.

A rubrica de custos diferidos é composta por €115 milhares (2022: €49 milhares) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e €1.538 milhares (2022: €1.316 milhares) e outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2023, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos à ordem	4.666	145.988
Aplicações de Tesouraria	223.945	279.945
Caixa	27	16
Total	228.638	425.949

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo existentes em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 27.2..

17. Capital e reservas

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2022: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida. Não existem ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pela JMH encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2023, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor do exercício de 2022, no montante de €22.452 milhares.

17.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2023 a JMH detinha 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2023.

17.3. Resultados retidos

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total de resultados retidos ascende a €2.510.471 milhares (2022: €2.298.160 milhares), provenientes de resultados gerados no exercício, no montante de €558.924 milhares (2022: €480.137 milhares) e o restante em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos €315.953 milhares (2022: €316.927 milhares), conforme disposto nos artigos 32.º, 218.º, 295.º, 296.º e 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

17.4. Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 20 de abril de 2023, foram pagos, em maio de 2023, dividendos aos acionistas detentores do capital de JMH, no montante de €345.639 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,55 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de 21 de abril de 2022, foram pagos, em maio de 2022, dividendos aos acionistas do capital de JMH, no montante de €443.046 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,705 (excluindo-se as ações próprias em carteira), e reservas livres no montante de €50.275 milhares – correspondendo a um valor por ação de EUR 0,08 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

Na sua proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 7 incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos acionistas a distribuição de um montante de €411.624 milhares – correspondente a um dividendo por ação de €0,655 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

18. Resultados por ação

18.1. Resultado básico e diluído por ação

	2023	2022
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	558.924	480.137
Resultado básico e diluído por ação – euros	0,8894	0,7640

19. Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento. A nota 27 proporciona informação adicional sobre a exposição da JMH aos riscos de taxa de juro.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

No final de 2023 e 2022 JMH não detinha qualquer empréstimo bancário ou de companhias do Grupo.

19.2. Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de €117.100 milhares (2022: €98.500 milhares).

19.3. Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de €215.000 milhares (2022: €215.000 milhares), sendo a taxa de juro variável. No final de 2023 e 2022, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado.

19.4. Dívida financeira líquida

	2023	2022
Responsabilidades com locações não correntes (nota 11.2)	1.540	1.507
Responsabilidades com locações correntes (nota 11.2)	877	730
Acréscimos e diferimentos de juros	3.044	(228)
Depósitos à ordem (nota 16)	(4.666)	(145.988)
Aplicações de tesouraria (nota 16)	(223.945)	(279.945)
Total	(223.150)	(423.924)

20. Provisões

2023	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	7.102	138	(2.163)	5.077
Total de Provisões	7.102	138	(2.163)	5.077
2022	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	6.627	475	-	7.102
Total de Provisões	6.627	475	-	7.102

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

	2023	2022
Correntes		
Subsidiárias	9.673	1.253
Credores comerciais	3.423	2.098
Credores não comerciais	499	213
Outros impostos a pagar	1.420	840
Acréscimos de custos	47.805	26.725
Proveitos diferidos	17	17
Total	62.837	31.146

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de €19.579 milhares (2022: €14.308 milhares) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por €28.226 milhares (2022: €12.417 milhares) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, juros e outros encargos financeiros, entre outros), relativos ao exercício de 2023, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2023	2022
Garantias a favor da Autoridade Tributária	46.998	37.576
Garantias bancárias sobre financiamentos	344.755	114.739
Outras garantias prestadas	1.774	1.726
Total	393.527	154.041

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que garantem.

A JMH garante ainda o cumprimento de algumas obrigações financeiras de subsidiárias do Grupo, sendo esse compromisso de €394.121 milhares a 31 de dezembro de 2023, respeitante a passivos reconhecidos no Balanço das respetivas subsidiárias.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 20). Detalham-se abaixo os processos materialmente relevantes:

- A Autoridade Tributária (AT) informou a JMH de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €10.568 milhares, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela Autoridade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correção deu origem a um valor de imposto em disputa de €3.065 milhares. Em 2023, o Tribunal Central e Administrativo veio dar razão à JMH relativamente à totalidade do valor relativo aos 2 exercícios em causa;
- A AT reclamou de JMH o montante de €989 milhares em IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela Autoridade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da AT, pelo que acionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste. Em 2023, o Tribunal Tributário de Lisboa veio dar razão à JMH relativamente à totalidade do valor, dando por finalizado este processo;
- A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €24.660 milhares, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €6.800 milhares. Em virtude de decisões favoráveis a JMH relativa a correções de prejuízos de exercícios anteriores, o montante atualmente em disputa é de €4.939 milhares. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;
- A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 a 2019, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante €30.026 milhares, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste as referidas normas;
- A AT liquidou a JMH, relativamente a 2020, o montante de €32 milhares e corrigiu prejuízos fiscais, no montante de €3.200 milhares, considerando que a amortização de marcas e alguns donativos concedidos não seriam aceites como custos dedutíveis. A Administração suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação.

24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros

As participações diretas da JMH, a 31 de dezembro de 2023, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Capital detido	Fração capital detido	Ativo	Capital Próprio	Resultado
PARTES DE CAPITAL EM SUBSIDIÁRIAS							
Desimo, Lda.	a)	Lisboa	100,00	50	208	206	7
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	21.501	1.366	180
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	49	49	-
Trade Wings, S.A.	a)	Lisboa	100,00	1.000	64.844	11.564	(6.624)
Warta - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	1.504.150	1.492.166	705.302
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	423.587	423.549	38.380
New World Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	923.825	923.787	(435)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	349.615	349.603	(29)
Jeronimo Martins Slovensko, s. r. o.	a)	Bratislava	10,00	100	5.828	4.507	(1.493)
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Epic Partners, S.A.	b)	Geneva	5,33	b)	b)	b)	b)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Informação não disponível.

No decurso do exercício de 2023 a JMH alienou parte da participação financeira no capital da empresa Epic Partners SA, pelo montante de €32 milhares, diminuindo a percentagem detida para 5,33%.

Em agosto de 2023 a JMH entrou no capital da sociedade Jeronimo Martins Slovensko, s. r. o., com uma participação de 10%.

Em novembro de 2023 foi liquidada a sociedade Friedman - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda..

25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas

As companhias detidas por JMH, direta e indiretamente a 31 de dezembro de 2023, são as que constam das notas 25 e 27 do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

26. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

26.1. Transações com partes relacionadas (acionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transações entre esta e a JMH no exercício de 2023, nem se encontram, à data de 31 de dezembro de 2023, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

26.2. Transações com outras partes relacionadas

26.2.1. Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo as Direções Funcionais de apoio ao Grupo as que estão descritas no Ponto 21 do Capítulo 4, relativo ao Governo Sociedade. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2023 a €33.345 milhares (2022: €20.507 milhares).

26.2.2. Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo é efetuada centralmente pela Direção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome e por conta das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2023 a €1.338 milhares (2022: €1.024 milhares).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como pelo planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2023 a €396 milhares (2022: €556 milhares).

26.2.3. Arrendamento de imóveis

JMH exerce parte da sua atividade em instalações arrendadas a partes relacionadas, tendo suportado custos em 2023 no montante de €945 milhares (2022: €889 milhares).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2023 no montante de €203 milhares (2022: €202 milhares).

26.2.4. Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2023 no montante de €11.677 milhares (2022: €1.141 milhares). O aumento dos juros obtidos resulta do efeito conjunto do incremento dos montantes de capital de empréstimo e das taxas de juro.

26.2.5. Custos com pessoal

Sendo um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2023 com serviços prestados pelo pessoal cedido por outras companhias foi de €25.695 milhares (2022: €17.475 milhares).

26.2.6. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	31.520	-	179	854
Desimo, Lda.	-	-	2	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	41	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	52	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	43	65
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	638	-
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	-	-	266	431
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	41	-
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. Z. o.o.	-	-	20	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	6.963	213
Jeronimo Martins Slovensko s.r.o.	-	500	-	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	6.125	-	73	127
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	-	-	-	1
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	-	155	9.943
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	131.380	-	538	-
JMR – Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	1.379	495
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	13
Lidinvest – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
New World Investments B.V.	-	926.950	-	-
Origins – Agro Business Investments B.V.	-	349.795	-	-
Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.	-	-	9	353
Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.	-	-	1	150
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	5.521	637
Recheio – Cash & Carry, S.A.	-	-	11.822	98
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	274	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	1.719	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	-	520
Seaculture – Aquicultura, S.A.	4.470	-	35	809
Terra Alegre – Lactícínios, S.A.	5.590	-	83	2.923
Trade Wings, S.A.	4.950	25.000	79	1.767
Warta – Retail & Services Investments B.V.	-	784.580	-	-
Subtotal	184.035	2.086.825	29.936	19.398
Outras entidades relacionadas				
JMDB – Repr. E Distribuição Marcas, Lda.	-	-	4	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	-	2
Soc. Francisco Manuel Santos SGPS, S.A.	-	-	-	1
Unilever Fima, Lda	-	-	-	15
Subtotal	-	-	4	18
Total	184.035	2.086.825	29.939	19.416

26.2.7. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	19.430	-	66	257
Desimo, Lda.	-	-	3	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	3	1
Friedman – Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	5	6
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	961	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	56	77
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	612	-
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	11.280	-	114	31
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	57	-
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. Z o.o.	-	-	8	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	4.267	52
JM Nieruchomości Bis Sp. Z o.o.	-	-	2	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	4.640	-	66	5
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	-	-	-	1
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	-	5	7.392
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	-	-	39	-
JMR – Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	318	206
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	40
Lidinvest – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lido Sol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	12	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	11
New World Investments B.V.	-	778.450	-	-
Origins – Agro Business Investments B.V.	-	224.745	-	-
Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.	400	-	12	1
Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.	-	-	4	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	3.601	88
Recheio – Cash & Carry, S.A.	-	-	8.918	42
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	136	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	1.276	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	33	-
Seaculture – Aquicultura, S.A.	4.095	-	18	33
Terra Alegre – Lactícínios, S.A.	9.990	-	55	79
Trade Wings, S.A.	-	25.000	44	-
Warta – Retail & Services Investments B.V.	-	784.580	-	-
Subtotal	49.835	1.812.945	20.692	8.322
Outras entidades relacionadas				
Unilever Fima, Lda	-	-	-	15
Subtotal	-	-	-	15
Total	49.835	1.812.945	20.692	8.337

26.2.8. Remunerações dos Administradores

	2023	2022
Salários e prémios	2.397	2.068
Plano de pensões	980	741
Total	3.377	2.809

O Conselho de Administração de JM é composto por 11 elementos (2022: 11 elementos). As remunerações apresentadas incluem também os montantes pagos aos membros que, fazendo parte do Conselho de Administração, exercem funções na Comissão de Auditoria, que no ano ascenderam a €75 milhares (2022: €75 milhares).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no capítulo relativo ao Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 5.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

27. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da JMH. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, em articulação com as áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

27.1. Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe JMH a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

27.2. Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2023	2022
Standard & Poor's	[A+ : AA]	50.913	60.066
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	119.470	75.410
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	37.135	85.521
Standard & Poor's	[B+ : BB]	-	6.579
Moody's	[Aaa2 : Aaa1]	-	50.013
Moody's	[Caa2 : Baa1]	38	179
Fitch	[A- : A+]	20.900	127.022
Fitch	[BB+ : BBB]	155	21.142
Total		228.611	425.933

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

27.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das atividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à atividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de *spreads* de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2023	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	23	-	-
Credores	13.595	-	-
Responsabilidades com locações	892	1.761	-
Total	14.510	1.761	-

2022	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	23	-	-
Credores	3.564	-	-
Responsabilidades com locações	741	1.769	-
Total	4.328	1.769	-

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2023 foi de €168 milhares, dos quais, €123 milhares correspondentes a serviços de revisão legal de contas, e o remanescente, no montante de €45 milhares, a serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade;
- A nota 26 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Durante os exercícios de 2021 e 2022, a Companhia suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício de 2021, foi emitida a respetiva decisão final, por parte da Comissão Técnica com competência delegada pela Agência Nacional de Inovação, S.A. ("Comissão Técnica"), relativa à atribuição de um crédito fiscal, decorrente de atividades de I&D efetuadas naquele exercício, no montante de €159 milhares (investimento total elegível de €489 milhares, constituído por despesas com recursos humanos num montante de €327 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €162 milhares).

Relativamente ao exercício de 2022, ainda se aguarda a decisão por parte da Comissão Técnica, sendo que o investimento em atividades de I&D do exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de €1.699 milhares (investimento total elegível de €2.441 milhares, constituído por despesas com recursos humanos num montante de €1.918 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €524 milhares).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2023 nesta área em particular, a Companhia está igualmente a analisar a possibilidade de apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

29. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 5 de março de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6ª
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.238.054 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.156.156 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 558.924 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2023, a 2.752.958 milhares de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, à data de cada balanço, de</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias; Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e confirmação dos pressupostos utilizados com base nos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.340.000 euros - inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - inscrição n.º 23161/890 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliário
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. B. Comercial de Lisboa são os mesmos números
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa descontados, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estivemos envolvidos na avaliação dos principais litígios e contingências fiscais e legais existentes nas entidades participadas por Jerónimo Martins, SGPS; • Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste de imparidade, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; • Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e • Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avalámos a sua razoabilidade.
<p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>	

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

3/5 BT



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 a 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 4 de março de 2024; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

4/5



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2023

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 12 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC nº 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

**Jerónimo
Martins**



**GOVERNO
DA SOCIEDADE**

Governo da Sociedade

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	181
Secção A - Estrutura Acionista	181
Subsecção I - Estrutura de Capital.....	181
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	183
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	185
Subsecção I - Assembleia Geral.....	185
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	185
B. Exercício do Direito de Voto.....	185
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	188
A. Composição	188
B. Funcionamento.....	206
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	210
Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria).....	212
A. Composição.....	212
B. Funcionamento.....	214
C. Competências e Funções.....	215
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	216
Subsecção V - Auditor Externo.....	216
Secção C - Organização Interna	219
Subsecção I - Estatutos	219
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	219
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	220
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	226
Subsecção V - Sítio de Internet	228
Secção D - Remunerações.....	231
Subsecção I - Competência para a Determinação	231
Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos	231
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	232
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	241
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	244
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)	245
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	246
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	246
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios.....	248
Parte II – Avaliação do Governo Societário.....	249
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado	249
2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado	249
3. Outras Informações.....	259

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Secção A - Estrutura Acionista

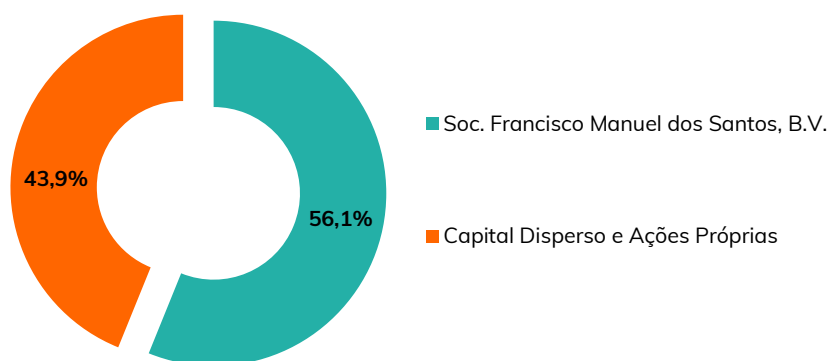
Subsecção I - Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc.), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte ações, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as ações são ordinárias, não existem diferentes categorias de ações, estando todas as ações admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de dezembro de 2023*:



* De acordo com as últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de ações detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Ações, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Ações (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. b) CVM)

As ações de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respetiva transmissibilidade.

3. Número de Ações Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Ações Próprias (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respetivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriadamente Prejudicial Para a Sociedade, Exceto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Suscetíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Acionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de Administração e que sejam suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efetuada à Sociedade, em 2 de janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às ações de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objeto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”.

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas que, Direta ou Indiretamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art.º 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) CVM e Art.º 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de dezembro de 2023, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de dezembro de 2023*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Acionista	N.º de Ações detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%

* Fonte: Últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

A causa da imputação da participação qualificada à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. encontra-se mencionada no ponto 6.

8. Indicação Sobre o Número de Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.22		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.23	
	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814						353.260.814	
Andrzej Szlęzak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	20.509	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín Cuéllar	-	-	-	-	-	-	-	-
Natalia Anna Olync	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer ações ou obrigações, em 31 de dezembro de 2023, e não ter realizado, durante 2023, transações com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de acionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B - Órgãos Sociais e Comissões

Subsecção I - Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 21 de abril de 2022 foram eleitos, para o triénio 2022-2024, Luis Miguel Reis Sobral e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respetivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Ações, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das ações e da livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração.

Assim, o Art.º 24.º dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada ação corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a acionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe qualquer regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de ações.

De acordo com o Art.º 26.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Art.º 23.º dos Estatutos da Sociedade, puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de ações da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao respetivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respetivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de ações registadas em nome do referido acionista na Data de Registo.

Participação em Assembleia Geral à Distância

A Sociedade implementou meios adequados para a participação dos seus acionistas na Assembleia Geral à distância. No ano de 2023 teve lugar uma Assembleia Geral da Sociedade, na qual os acionistas puderam participar presencialmente ou, se assim o desejassem, por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do Art.º 377.º CSC.

Os acionistas que declararam querer participar na reunião da Assembleia Geral por meios telemáticos, tiveram que proceder à indicação de um endereço eletrónico, para onde a Sociedade remeteu a ligação (“link”) para a sessão telemática em causa, e um código individual de participação do acionista, o qual serviu para complementar a sua identificação no início da reunião.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Art.º 25.º dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do acionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a receção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Eletrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos acionistas e, nesse sentido, adota, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios eletrónicos nas Assembleias Gerais, tendo introduzido algumas alterações em 2020 nos procedimentos que, para o efeito, vinha a implementar, tendo tais procedimentos vindo a ser divulgados desde então nas convocatórias emitidas e no seu sítio institucional na internet.

Assim, os acionistas que pretenderam exercer o seu direito de voto por esta via na Assembleia Geral de 2023 tiveram que o manifestar, em devido tempo, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através do endereço eletrónico assembleiageral@jeronimo-martins.com. Na referida manifestação de interesse, os acionistas tiveram que indicar um endereço de correio eletrónico, para o qual, subsequentemente, foi enviado um código identificador a referir na mensagem de correio eletrónico, com que o acionista pôde exercer o seu direito de voto.

Eleição dos Membros dos Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 20 de abril de 2023 não se procedeu a eleição de titulares dos órgãos da Sociedade. Não obstante, continuou a exortar-se os acionistas na respetiva convocatória, datada de 27 de março de 2023 a que, na construção de propostas que venham a ser apresentadas em futuras Assembleias Gerais para novo mandato dos órgãos sociais, contribuam para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição observando, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, experiência, e que venham a ser considerados, ainda, requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei. Mais se referiu que as futuras propostas deverão ser fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e curricula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Acionista ou Por Acionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art.º 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Acionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adotado

A Sociedade adotou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Art.º 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Art.º 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Art.º 12.º do Pacto Social, sendo presidido pelo respetivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Art.º 9.º do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Como referido no ponto 12, a Sociedade promove que as propostas a apresentar pelos acionistas para eleição dos órgãos sociais, sejam fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e currícula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as atividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos acionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos acionistas a competência para selecionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os acionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do Art.º 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, e que se manteve em vigor no período em análise.

Não obstante, e como referido no ponto 12, a Sociedade continuou a exortar os acionistas na convocatória datada de 27 de março de 2023 referente à Assembleia Geral da Sociedade, realizada em 20 de abril 2023, que, na construção das propostas que viessem a apresentar para novos mandatos dos órgãos sociais, contribuíssem para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição, considerando requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei, para além de observarem, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, e experiência.

Por outro lado, constata-se que, na seleção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respetivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os acionistas têm vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da

Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura acionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se, assim, continuar a afirmar que, na atual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar do ponto 1.3.1. do Capítulo 1, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo 4 deste Relatório.

Neste particular é ainda importante referir o Plano para a Igualdade (de género) 2023-2024, divulgado pela Sociedade e que poderá ser consultado no respetivo website, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objetivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respetivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adotados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação na convocatória datada de 27 de março de 2023 referente à Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 20 de abril de 2023, no presente documento, e da sua aprovação por parte do Conselho de Administração e pelos seus acionistas.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2023, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando atualmente com onze membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 21 de abril de 2022 para o triénio 2022-2024:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de março de 1995
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Andrzej Szlęzak

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010 (cessação de mandato em fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Clara Christina Streit

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390.º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de março de 1995 (cessação de mandato em 29 de junho de 2001)
- Nova designação em 15 de abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

María Ángela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Natalia Anna Olynec

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 21 de abril de 2022
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-executivo independente*
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

* para os efeitos da recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2023), e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do Artigo 414.º C.S.C.

18. Distinção dos Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não-Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-executivos e de Administradores independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efetuada supra, no n.º 17, para onde se remete, a respetiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-executivos, em particular Administradores independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa ótica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus acionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

Como se retira do n.º 17., o número de Administradores Não-executivos da Sociedade é atualmente de 10, o qual a Sociedade reputa de adequado considerando os termos em que, como descrito no n.º 21. infra, se encontra efetuada a delegação de poderes a favor do Administrador-Delegado, a implementação de uma estrutura de apoio ao mesmo, e a instituição de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos, os quais permitem assegurar com eficiência as funções que se lhes encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os administradores respondam perante todos os acionistas por igual, a independência da atuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de administradores independentes.

De acordo com o Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2023), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2023”, e atendendo ao disposto na recomendação IV.2.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores independentes Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Ángela Holguín Cuéllar, Natalia Anna Olync e Sérgio Tavares Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Tavares Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Art.º 414.º CSC, sendo que, por referência a estes últimos, o Administrador Sérgio Rebelo não poderá ser considerado independente por não reunir os critérios de independência enquanto membro da Comissão de Auditoria. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Art.º 414.º-A, n.º 1 CSC com exceção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de seis, de entre um total de onze Administradores, afigura-se cumprida a recomendação IV.2.4 (Recomendações IPCG 2023).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Diretor-Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Diretor-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001 passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013.

Andrzej Szlęzak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Universidade Adam Mickiewicz em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter) em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento (“Habilitation Doctor”) em Direito, em 1985 e 1992, respetivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de professor da Universidade Adam Mickiewicz (Faculdade de Direito) que exerceu até 1996. Atualmente é professor na Escola de Ciências Sociais e Humanidades de Varsóvia. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlęzak (SK&S), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio sénior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transações de privatização e reestruturação em diversos setores da economia polaca (principalmente em projetos de M&A, societário e greenfield). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo atualmente funções de Vice-presidente do Conselho de Arbitragem deste tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de Direito Civil, Comercial e Arbitragem. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 10 de abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal Partner*) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro não-executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se atualmente como consultor desta instituição. Entre 2018 e 2022 foi Administrador Não-executivo da Atento, S.A.. É Administrador Não-executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Azora Capital, S.L., acumulando também funções de administrador da Alter

Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012 e 2013-2015. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, leciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001 foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Diretor Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de janeiro de 2011. Atualmente, desempenha funções como administrador não executivo em várias sociedades e é cofundador da Monarch, uma empresa britânica/alemã de serviços especializados. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre abril de 2010 e fevereiro de 2011 e é atualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, como Diretor Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha, e Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. Desde 2011 é Administradora e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da Vontobel Holding AG. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre maio de 2015 e abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Desempenhou funções no NN Group, N.V. desde 2017, como membro do Conselho de Supervisão (até 2022), do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance (até 2021), tendo passado a integrar, em 2021, o Comité de Remunerações. Em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG, desempenhando atualmente funções na Comissão de Nomeações. É atualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato em artes pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2003, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2015, ocupou cargos diretivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel, Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC e Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. É atualmente Administradora da Euroapi, S.A. e da CNH Industrial. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e

Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em abril de 2016, foi eleito administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. É Administrador da Mota-Engil, SGPS, S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A. e do Conselho Assessor da Kearney Portugal. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 10 de abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS, S.E., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995. É Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É Presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde setembro de 2015, e Presidente do Conselho de Curadores e Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de abril de 2019.

María Ángela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas pela Universidade de los Andes. Possui ainda uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no Governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e vice-ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004-2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002-2004). Desempenhou igualmente o cargo de Diretora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Diretora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

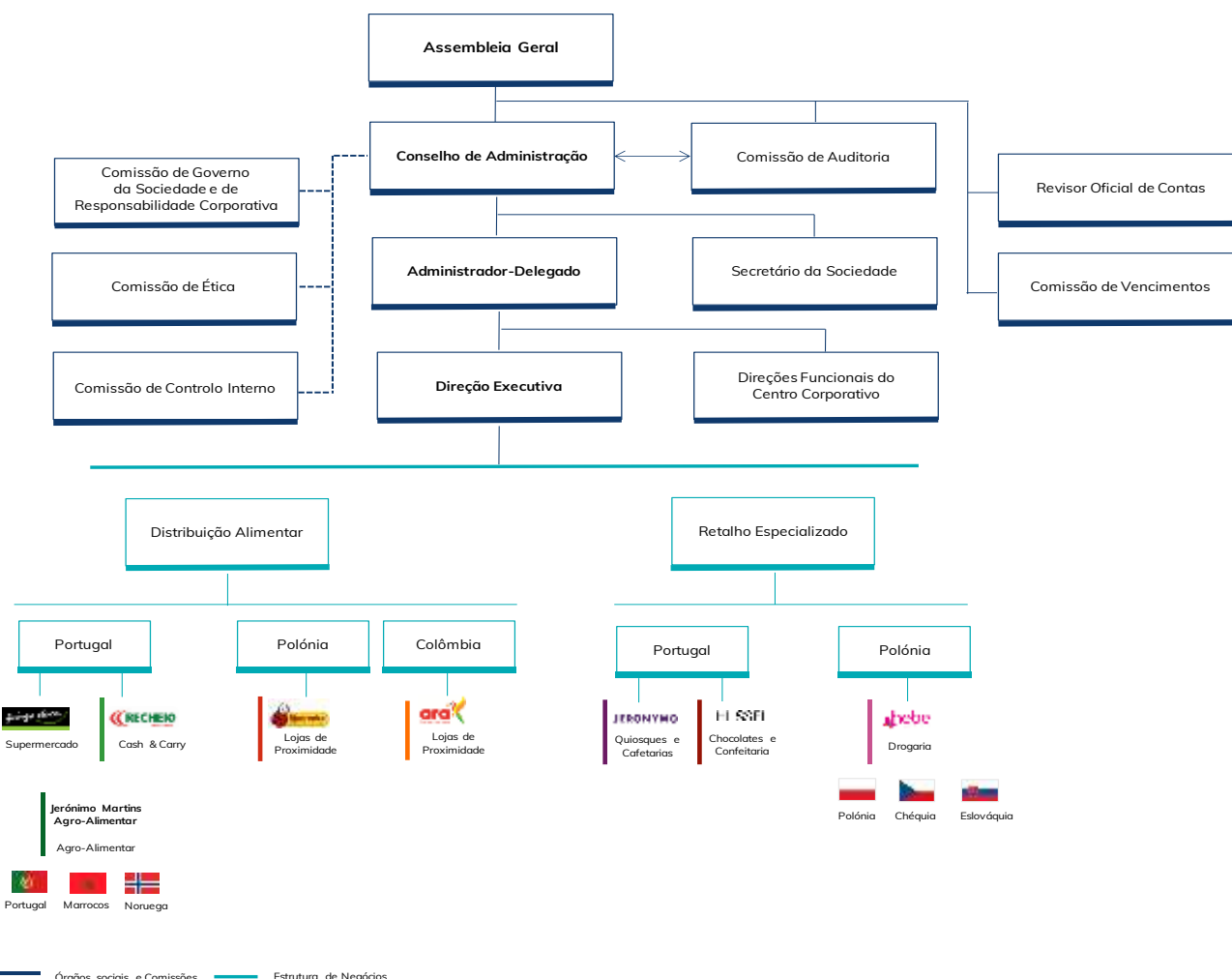
Natalia Anna Olync tem nacionalidade norte-americana e canadiana e reside na Suíça. É licenciada em Ciências Políticas pela Universidade McGill, no Canadá, fez um mestrado em Administração Pública pela Universidade de Singapura e realizou programas de educação executiva na área da liderança de alto desempenho e das estratégias de sustentabilidade da IMD Business School, na Suíça. Fala quatro idiomas e trabalhou durante 20 anos em gestão, consultoria e educação para a sustentabilidade. Iniciou a carreira como jornalista para a Bloomberg na Europa de Leste e em Singapura, publicou vários livros, contribuiu para o relatório *Global Redesign Initiative* do Fórum Económico Mundial e trabalhou como editora da revista *Global-is-Asian* na Universidade Nacional de Singapura. Entre 2011 e 2014, foi Diretora Global de Sustentabilidade da Damco (Grupo Maersk), onde aumentou a transparência e a prestação de contas da cadeia de abastecimento, com resultados de mitigação do risco e de criação de valor em energia, logística ecológica e humanitária e *procurement* responsável. Em 2015, trabalhou como professora-adjunta de Sustentabilidade no programa de pós-graduação da S.P. Jain School of Global Management, em Singapura, sendo responsável pelo ensino de megatendências de sustentabilidade. Juntou-se ao CEO Learning Center da IMD Business School em 2016. Assumiu funções como Partner de Sustentabilidade em 2018 e Head de Sustentabilidade em 2020 na IMD, onde é responsável pela estratégia de sustentabilidade e desenvolve programas de educação executiva na área da sustentabilidade, além de consultoria. Publica artigos e casos de estudo premiados sobre sustentabilidade e é membro da comissão executiva do IMD Global Center for Sustainable and Inclusive Business. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 21 de abril de 2022.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem como um M.A. e um Ph.D. em Economia pela Universidade de Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associated Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associated Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, na Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-executivo da Integrated DNA Technologies. Foi Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade, entre 2016 e 21 de abril de 2022. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Acionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Pedro Soares dos Santos	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
José Soares dos Santos	Presidente Executivo	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direção das respetivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não-executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- gerir os negócios sociais e efetivar as operações relativas ao objeto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutantes, sempre até ao

- montante de cinquenta milhões de euros e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas ações, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
 - e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
 - f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros, ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
 - g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respetivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
 - h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
 - i. aprovar os planos de expansão respeitantes às atividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
 - j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
 - k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respetiva rubrica constante desses Planos.

Em 2023, manteve-se em funções a Direção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29., tem como objetivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objeto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respetivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a atividade deste último, procurando assegurar a sustentabilidade económica, financeira e ambiental dos objetivos de longo prazo da Sociedade e um contributo efetivo para a comunidade em geral (ver também os Capítulos 1 e 5).

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador-Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos ("planos de médio e longo prazo"); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; dos documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Art.º 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efetivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente

e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à atividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-executivos entendam necessários. Em 2023, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Art.º 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a atuação da Comissão Executiva ou do(s) Administrador(es)-Delegado(s) e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais atos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A atividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, o(s) Administrador(es)-Delegado(s) ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Art.º 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respetivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respetiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de órgãos societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respetiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das atas da Direção Executiva, bem como de quaisquer atas dos órgãos sociais ou das comissões especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões do(s) Administrador(es)-Delegado(s).

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objetivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de direções funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao centro corporativo e de prestação de serviços às áreas operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i) Distribuição Alimentar e ii) Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por áreas geográficas e áreas operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área agroalimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, com destaque para Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direções Funcionais da *Holding*

À *Holding* cabe:

- i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo;
- ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objetivos globais;
- iii. a definição de políticas financeiras e o respetivo controlo;
- iv. a definição de políticas de recursos humanos, assumindo diretamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros.

As direções funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:

Direções Funcionais do Centro Corporativo 2023

Assuntos Jurídicos	Carlos Martins Ferreira
Auditoria Interna	Joanna Peschak
Comunicação e Responsabilidade Corporativas	Sara Miranda
Ambiente	Fernando Frade
Relações Institucionais	Eduardo Brito
Financeira	Ana Luísa Virgínia
Controlo Financeiro e Fusões & Aquisições	Teresa Saraiva
Finanças Sustentáveis	Conceição Carrapeta
Fiscalidade	Rita Marques
Operações Financeiras e Seguros	Madalena Mena
Relações com Investidores	Cláudia Falcão
Transformação Financeira e Reporting	António Pereira
Gabinete do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	João Nuno Magalhães
Estratégia e Gestão de Risco	Pedro Jardim
Segurança de Informação	Nuno Galveia
Compliance (Proteção de Dados Pessoais e Prevenção de Corrupção)*	Cristina Minoya Perez
Recursos Humanos	Marta Maia
Sistemas de Informação	Carlos Lis
Suporte ao Negócio	
Comercial/Global Sourcing	José A. Nogueira de Brito
Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria	Carlos Santos
Qualidade das Operações e Segurança Alimentar	Marta Moreira
Segurança	João Carreira

*Com reporte funcional ao Diretor de Serviços Jurídicos da Sociedade.

Ambiente – Define a estratégia ambiental, as políticas e procedimentos transversais a todos os países em que o Grupo está presente. Coordena e orienta os esforços das Companhias de Jerónimo Martins para o cumprimento dos compromissos assumidos. Procura identificar oportunidades de eliminação e/ou minimização dos impactos negativos (no ambiente e no negócio), diretos e indiretos, decorrentes quer das operações e produtos de marca própria das Companhias do Grupo, quer da cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, de tendências, da melhor informação científica disponível a cada momento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades combater as alterações climáticas, preservar a biodiversidade e acelerar a transição para um modelo económico mais circular. Para cada uma destas vertentes são estabelecidos objetivos, planos e metas específicos, sendo o respetivo grau de execução e progresso reportado periódica e publicamente.

Os principais compromissos e ações desenvolvidas em 2023, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano, a elaboração e publicação do Plano de Transição Climática do Grupo e a definição de metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa alinhadas com o Acordo de Paris.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes direções funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando, nomeadamente, pelo cumprimento da lei, regulamentos, normas e políticas aplicáveis às respetivas operações.

Esta direção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As atividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial/Global Sourcing - Responsável por propor, coordenar e implementar a estratégia global de procurement e as políticas de sourcing globais, nas diversas geografias onde o Grupo opera.

O procurement, em particular de produtos agroalimentares, assume cada vez maior complexidade, na medida em que se assiste no contexto internacional a uma série de tendências com forte impacto nas cadeias de abastecimento internacionais e locais deste tipo de bens, tais como as alterações geopolíticas, as alterações climáticas com crescimento do número de fenómenos extremos, o aumento da população mundial, a globalização dos hábitos de consumo, ou a escassez de commodities. Esta última tendência tem também sido impactada pelas crescentes limitações à produção agrícola e agropecuária intensiva, imposta pelos reguladores, ONG's, analistas e grupos de consumidores.

Todas estas tendências, muitas delas já com expressão atual e significativa, e com previsível agravamento nos próximos 3 anos, deverão continuar a orientar a estratégia do Global Sourcing das companhias do Grupo, tendo como visão privilegiar os seguintes 3 eixos:

- Assegurar o abastecimento das principais commodities agroalimentares – garantir disponibilidade de volumes e proteger as suas fontes de abastecimento;
- Proteger a rentabilidade das companhias operacionais – garantir as melhores condições de compra, com base na alavancagem dos volumes;
- Comprar de forma mais responsável e sustentável, desenvolvendo o parque de fornecedores estratégicos para o Grupo nas áreas de Marcas Próprias e Perecíveis Especializados, com vista à sua contínua melhoria em termos de qualidade, segurança alimentar, e cumprimento dos critérios de ESG, nas vertentes ambiental e social.

Tendo por base esta visão, a principal missão do Global Sourcing é conduzir e liderar a coordenação e integração dos departamentos comerciais das várias empresas operacionais, na prossecução das seguintes atividades principais:

- Coordenar e implementar negociações internacionais com fornecedores globais selecionados;
- Planear e executar o plano anual de Global Tenders de commodities;
- Aprofundar o conhecimento técnico dos mercados globais de commodities alimentares e desenvolvimento de modelos de custeio de produtos essenciais;
- Desenvolver o parque de fornecedores internacionais de produtos alimentares de qualidade;
- Promover a partilha de know-how e informação entre as diferentes geografias;
- Desenvolver marcas globais (a serem potencialmente utilizadas por todas as empresas operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Harmonizar as normas e procedimentos internos de procurement, seleção de fornecedores e negociação de preços, aplicáveis em todas as empresas operacionais do Grupo.

Reforçando a ênfase nos critérios de sustentabilidade social e ambiental introduzidos no processo de decisão dos concursos globais, o Global Sourcing assume como prioridade na sua atuação:

- Coordenar o acompanhamento, controlo e tomada de decisão na sequência dos resultados do programa de auditorias de performance ambiental e social dos fornecedores do Grupo. Desta atividade faz também parte o mapeamento do risco dos fornecedores do Grupo, com destaque para os produtos das marcas privadas e de perecíveis.

Compliance (Proteção de Dados Pessoais e Prevenção de Corrupção) – Tem como missão conceber e coordenar a implementação de mecanismos de Compliance no Grupo em matéria de proteção de dados e prevenção de corrupção, assim como apoiar de forma contínua as várias Companhias nestas matérias, com a finalidade de proteger o valor do Grupo, e das suas operações, e reforçar o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável. Esta direção reporta hierarquicamente ao Gabinete do Presidente e Administrador-Delegado e funcionalmente à Direção de Assuntos Jurídicos.

Em matéria de proteção de dados, e em estreita colaboração com os encarregados de proteção de dados, é responsável por (i) monitorizar o cumprimento da legislação aplicável, (ii) apoiar as sociedades na prevenção, avaliação e mitigação de riscos de privacidade e (iii) definir e implementar as políticas, os procedimentos e as metodologias em todas as Companhias do Grupo. Em 2023, continuou a centrar a sua atividade (i) na monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais, com vista ao reforço e implementação de controlos adequados, (ii) no acompanhamento de projetos relevantes, com a finalidade de assegurar a sua conformidade em matéria de privacidade e (iii) na comunicação e formação dos colaboradores sobre esta temática.

Já no âmbito da prevenção da corrupção, é responsável por (i) identificar as principais obrigações legais a que as companhias estão sujeitas e os riscos a que estão expostas e (ii) apoiar as companhias na implementação dos mecanismos de prevenção e mitigação mais adequados para dar cumprimento a estas obrigações legais e responder aos riscos. Em 2023, reforçou o programa de cumprimento normativo do Grupo nesta vertente, sobretudo através (i) da revisão, definição e implementação de procedimentos com relevância para a prevenção de corrupção e infrações conexas, (ii) da revisão de processos nas áreas de maior exposição ao risco e (iii) de ações de formação e comunicação destinadas a formar e sensibilizar os colaboradores para as situações de risco, bem como para os procedimentos e medidas que devem ser adotadas para os prevenir e mitigar.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e desenvolve a estratégia de sustentabilidade do Grupo, promovendo a sua reputação e o alinhamento, transversal a todas as Companhias, de práticas responsáveis nas operações próprias e ao longo da cadeia de valor. Concretiza a sua missão através do diálogo permanente com diferentes stakeholders internos e externos, e procura incorporar as suas preocupações e expectativas nas prioridades estratégicas e nas linhas de ação com vista à gestão do equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e proteção ambiental.

O Capítulo 5 - Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor contém informação detalhada sobre as iniciativas desenvolvidas na área da Responsabilidade, assim como acerca das principais políticas e medidas adotadas pela Sociedade no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais. De igual forma encontram-se também descritos no referido Capítulo 5 os processos instituídos pela Sociedade para recolha e processamento de dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a Sociedade possa estar a incorrer e para a apresentação de estratégias para a sua mitigação. A Sociedade também presta informação no Capítulo 5, assim como no ponto 53, sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera a análise de risco climático nos processos de decisão.

Controlo Financeiro e Fusões & Aquisições – A direção de Controlo Financeiro coordena e apoia o processo de elaboração das demonstrações financeiras dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos órgãos de governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direção Executiva informações e propostas para assegurar medidas corretivas que permitam alcançar os objetivos estratégicos definidos.

Efetua ainda a avaliação financeira de todos os projetos de investimento relevantes para o Grupo, apoiando a Direção Executiva na sua aprovação e acompanhamento.

Em 2023, manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo, essenciais à valorização e proteção dos ativos do Grupo.

Na componente de Fusões e Aquisições, são analisadas e avaliadas todas as oportunidades de crescimento inorgânico do Grupo Jerónimo Martins, incluindo parcerias, em estreita colaboração com as áreas fiscal, jurídica e com as equipas das diferentes unidades de negócio, bem como com os assessores externos. Para cada oportunidade analisada, é disponibilizado à Direção Executiva um relatório completo das análises efetuadas que serve de base à tomada de decisão.

Estratégia e Gestão de Risco – Desenvolve um conjunto de atividades que visam suportar a tomada de decisões de carácter estratégico, assegurando uma contínua monitorização dos riscos a que o Grupo está exposto, os quais, bem como as atividades, as políticas e os procedimentos desenvolvidos na gestão de risco do Grupo, são detalhados nos pontos 52 a 55 deste Relatório. O trabalho desenvolvido pode ser classificado nas seguintes áreas de atuação:

- Análise de tendências – pesquisa e análise das principais tendências de mercado e de consumidor, incluindo análises de benchmarking com os principais retalhistas a nível mundial e com os principais concorrentes na Polónia, em Portugal e na Colômbia;
- Monitorização do risco – acompanhamento regular dos riscos a que o Grupo está exposto, incluindo a produção de relatórios periódicos para informar as diferentes Direções e companhias do Grupo, assim como da adequação das principais iniciativas de mitigação dos riscos identificados;
- Gestão de projetos estratégicos – coordenação de análises e projetos corporativos de índole multidisciplinar e de abrangência global, bem como projetos no âmbito das unidades de negócio, de natureza disruptiva, que visam implementar novas soluções, mitigar riscos, alcançar maior eficiência ou reduzir custos;
- Suporte ao planeamento estratégico – prestação do suporte necessário às diversas companhias e aos órgãos de governo da Sociedade na identificação, descrição e quantificação das principais tendências e riscos que devem ser considerados na elaboração e aprovação da estratégia, e na definição das medidas de mitigação de risco, que tenham de ser integradas no planeamento estratégico anual.

Durante 2023, liderou e apoiou diversos projetos estratégicos, continuando a monitorizar os mais recentes desenvolvimentos no setor. Voltou também a conduzir a avaliação anual de risco, que abrangeu todo o Grupo, e a promover a partilha das suas conclusões pelas equipas envolvidas na elaboração e aprovação de planos estratégicos.

Finanças Sustentáveis - Em 2023 foi criada a direção de Finanças Sustentáveis, com vista a reforçar e garantir a total articulação entre as operações financeiras e as iniciativas e práticas de sustentabilidade do Grupo, incluindo a introdução de métricas na atividade financeira e um total alinhamento no reporte financeiro e não financeiro. Tem ainda como responsabilidade a criação de mecanismos de incentivos que visem apoiar a implementação de práticas mais sustentáveis ao longo da cadeia de abastecimento do Grupo.

Durante estes primeiros meses de atividade, os trabalhos foram direcionados para o estudo aprofundado da inúmera regulamentação, já em vigor ou que se prevê vir a ser aprovada, com impacto nas transações financeiras e no reporte anual das Companhias. Na área financeira, foi feito o acompanhamento da negociação e contratação de um financiamento verde concedido pelo BEI (Banco Europeu de Investimento) à Jerónimo Martins Polska (Biedronka). Foram também estudadas alternativas de financiamentos e operações de tesouraria ligados a projetos de sustentabilidade. Deu-se início, em conjunto com a área de Global Sourcing, ao projeto que pretende incentivar a adoção de melhores práticas de ESG na cadeia de abastecimento do Grupo.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das

unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

Em 2023, prestou o suporte técnico necessário em operações M&A e de reestruturação societária. Prosseguiu o acompanhamento das alterações à legislação fiscal, em particular, a aplicação do “IVA Zero” nas diversas companhias do Grupo em Portugal. Analisou ainda o impacto para o Grupo das Diretivas comunitárias, designadamente as usualmente conhecidas por “Pilar 2”, “ATAD3”, “VIDA” e “BEFIT”. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do setor assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Operações Financeiras e Seguros – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e Seguros, sendo a atividade da primeira objeto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem, ou têm potencial para desenvolver, negócio com as empresas do Grupo, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando a contratação das melhores condições possíveis para Jerónimo Martins. Efetua também o planeamento de tesouraria com o objetivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respetiva geração de cash flow, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar retorno minimizando risco.

Grande parte das atividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direção os serviços de negociação e gestão das principais apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às atividades atrás descritas, durante o ano 2023, foram renovadas linhas de crédito que, de acordo com a Política de Gestão de Risco Financeiro do Grupo, deverão estar sempre disponíveis nos limites aí estipulados. No que respeita aos seguros, foi efetuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área. Responsável pela gestão do Laboratório de Biologia Molecular JM.

Em 2023, as principais atividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das atividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na implementação da *check-list* de auditoria a fornecedores;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no maior e mais célere controlo antifraude relativamente ao controlo de espécies e de ingredientes organismos geneticamente modificados (OGM) – efetuado no Laboratório de Biologia Molecular;
- na manutenção das certificações em qualidade e segurança alimentar;
- na concretização do processo de *roll-out* da ferramenta informática Quality Management System (QMS) para todas as geografias;
- na revisão dos *guidelines* corporativos para produtos de marca própria – perecíveis, alimentares e não-alimentares;
- na Acreditação do Laboratório de Biologia Molecular JM (DNA Lab).

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, receção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal, define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

As principais atividades desenvolvidas em 2023 foram (i) a implementação de um plano de melhoria contínua de fornecedores centrado na sua performance ao longo do ano e no controlo anti-fraude, (ii) a implementação de um plano de melhoria contínua de produto através de diversos testes a consumidores e testes sensoriais internos e do seu seguimento nas lojas, (iii) a manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar, e (iv) o contínuo desenvolvimento e melhoria da ferramenta de gestão da qualidade e análise de dados (QMS).

Recursos Humanos – Responsável pela definição da estratégia e das políticas globais de recursos humanos que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência – zelando pelo respetivo cumprimento de forma sustentável e salvaguardando as particularidades dos diferentes países onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias, de forma a impactar positivamente a atração e retenção de talento pela promoção de boas práticas.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional, em 2023, encontram-se detalhadas no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 6 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – acionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56. e 58.

Relações Institucionais – Responsável pela estratégia e relações com as principais organizações setoriais em que as empresas do Grupo participam. O foco desta Direção passa por servir os interesses do Grupo através da sua representação em organizações consideradas estratégicas e com as quais se pretende ter envolvimento nas suas agendas. Para o efeito, coordena e promove internamente a participação ativa das áreas funcionais corporativas (Sustentabilidade, Ambiente, Qualidade Alimentar e Não Alimentar, Jurídica, Financeira/Tesouraria, Fiscal e Recursos Humanos) nas diferentes atividades das várias organizações.

Em 2023, a Direção deu continuidade à reformulação da sua organização, com vista a ser eficaz na gestão dos dossiers de curto prazo, ou seja, nos dossiers que estejam em vias de ser postos em consulta, ou legislação prestes a ser implementada, garantindo a articulação com os representantes das entidades homólogas em Portugal, na Polónia e na Colômbia, respetivamente a APED, a PoHid e a FENALCO – assim como nos de médio e longo prazos – garantindo a articulação com o EuroCommerce e com as instituições europeias.

No âmbito dos esforços de articulação supramencionados foram implementados grupos internos de apoio à representação nas quatro organizações setoriais referidas. A Direção de Relações Institucionais promoveu ainda reuniões do Conselho de Representação Externa, que inclui membros de diversas companhias e áreas corporativas do Grupo, para partilhar e debater informação reunida pelos representantes nas várias organizações, ou por convidados externos e para definir prioridades e linhas orientadoras para a representação externa. Por fim, merece ainda referência a reeleição do representante de Jerónimo Martins como membro da Direção do EuroCommerce que, assim, continuará a estar próximo da agenda da União Europeia e a fazer um acompanhamento aprofundado das matérias que impactam as atividades desenvolvidas pelo Grupo.

Serviços de Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a proteção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos ativos do Grupo. Neste âmbito, a direção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras atividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo, ou contra os seus colaboradores.

Em 2023, a atividade desta direção aumentou 18% face ao ano anterior, resultante de 823 ocorrências e incidentes de segurança, com o objetivo de prevenir a segurança de clientes e colaboradores e melhorar o ambiente de compras nas lojas. Na sequência da definição do modelo de equipamentos e da matriz de sistemas de segurança em loja, foram efectuados testes de soluções tecnológicas, contemplando a

análítica de vídeo com inteligência artificial e a análise de dados em tempo real. Foi também iniciada a construção de um Centro de Controlo de Segurança, estando prevista a sua capacitação em 2026.

Foram realizadas 167 auditorias de segurança em Portugal (aumento de 7% face a 2022), e foi elaborada uma Plataforma de Risco de Segurança para a Colômbia, estando a sua conclusão prevista para 2024.

Foi também efetuada uma reestruturação organizacional dos serviços de segurança em Portugal, preparando a mudança de paradigma na abordagem de segurança e a resposta aos desafios futuros. O crescimento da atividade no universo de empresas no sector agro-alimentar implicou o reforço da equipa de segurança para acompanhamento dos projetos e iniciativas de segurança nesta área.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta direção corporativa os *information security officers* (ISO) das geografias em que o Grupo opera, bem como o responsável de segurança tecnológica. Em conjunto, asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação e a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor. Prestam ainda apoio às respetivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projetos e atividades.

Em 2023 destacam-se atividades de sensibilização e formação aos colaboradores em cibersegurança, o reforço dos meios técnicos e humanos na prevenção e deteção de incidentes, assim como melhorias na resiliência de sistemas internos e *cloud*. Foram ainda emitidas novas políticas e normas técnicas de cibersegurança, e dada continuidade à cooperação com autoridades nacionais de cibersegurança.

Sistemas de Informação – A sua missão consiste em criar valor para o Grupo liderando a adoção e inovação de Tecnologias de Informação (“TI”) e fornecendo soluções tecnológicas eficazes para todas as unidades de negócios.

Assim, a sua visão é ser a função de TI de referência na indústria, reconhecida como um parceiro talentoso, orgulhoso e ágil, criando vantagem competitiva para o Grupo.

A Divisão é responsável por i) definir e implementar a estratégia global de tecnologia da informação do Grupo; ii) promover a inovação de base tecnológica e por alinhar e garantir sinergia nas políticas, sistemas e processos de TI; iii) promover agilidade e autonomia das áreas de TI para melhorar a produtividade; e iv) ter conhecimento de negócios e incorporar as metas de negócios relevantes na tomada de decisão dentro da Direção.

Em 2023, a área definiu e realizou formação para os seus profissionais de TI em metodologias Agile, implementou ferramentas de ponta para a gestão de projetos e produtos, automatização de testes e documentação otimizada que permitirão reforçar as formas de trabalho da área em causa. Com o objetivo de conferir maior eficiência e eficácia aos serviços prestados pela área de TI ao Grupo, implementou projetos globais como o HR GPS na Polónia, migração da solução de tecnologia de dados para Cloud, que proporciona capacidade e agilidade de resposta às necessidades de exploração de dados do Grupo e ferramentas de serviços de TI que permitiram a internalização da DXC Outsourcing em estruturas globais de TI.

No ano em análise, e embora a Sociedade tenha utilizado soluções tecnológicas eficazes como auxiliar para a preparação e gestão das reuniões dos seus órgãos sociais, nomeadamente, reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral, não foram utilizados mecanismos de inteligência artificial como instrumento de tomada de decisões pelos seus órgãos sociais. Tais mecanismos têm vindo a ser gradualmente adotados pelas companhias e direções corporativas do Grupo, nomeadamente em funções relativas a segurança e *supply chain*.

Transformação Financeira e Reporting – É responsável pela otimização e automação de processos e tarefas financeiros, com vista à sua modernização e alinhamento das melhores práticas, a par da adequação dos sistemas e de soluções tecnológicas de suporte.

Integra, para além da equipa de Transformação Financeira, as áreas de Consolidação e Contabilidade, responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento

das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adotados pelo Grupo.

Procede também à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transações não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

Em 2023, salienta-se a implementação do Centro de Serviços Financeiros Partilhados para a área da Contabilidade, que centralizou a prestação de serviços aos negócios da Distribuição e Serviços em Portugal. Ao longo do ano, para além de um trabalho intenso de estabilização e de uniformização de processos administrativos e contabilísticos, deu-se continuidade à agenda de transformação através de diversos projetos de automação e digitalização de processos.

Assegurou ainda o cumprimento do *reporting financeiro* de 2022, quer no que respeita aos novos requisitos do formato eletrónico único de prestação de informação financeira (ESEF – European Single Electronic Format), quer no que respeita à informação relativa à Taxonomia verde (incluída no pacote de medidas do denominado Pacto Ecológico Europeu). Adicionalmente, em matéria de sustentabilidade, tem acompanhado a evolução da regulamentação europeia relativa ao reporte não financeiro.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objetivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (supermercados) e Recheio (*cash & carry*) que integra também a divisão de *food service* através da Recheio Masterchef. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares), que se encontra a preparar a sua expansão para a Eslováquia. Na Colômbia conta com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias), que também opera na Chéquia (via e-commerce e com duas lojas abertas em 2023) e na Eslováquia (via e-commerce).

O Grupo tem vindo a efetuar investimentos na área Agroalimentar, iniciando atividade em áreas como os laticínios, agropecuária e aquacultura, com o principal foco na proteção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar, essencialmente em Portugal. Em 2023 alargou a atividade de aquacultura a Marrocos e adquiriu 25% de uma empresa que visa produzir salmão na Noruega de forma inovadora e circular.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sitio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Art.º 13.º do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2023, o Conselho de Administração reuniu seis vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link referido no ponto 62. ("Endereços Relevantes").

O grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respetivas funções, aferido em termos da sua presença efetiva, foi o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlęzak	100%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten ¹	83%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni ¹	83%
Francisco Seixas da Costa	100%
José Soares dos Santos	100%
María Ángela Holguín Cuéllar	100%
Natalia Olynec	100%
Sérgio Rebelo	100%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente, fez-se representar nos termos estatutários.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66. e seguintes).

Efetivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respetivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27.), não existem atualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Por outro lado, todos os anos, em novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador-Delegado, tendo em conta, não só aspetos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projetos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Polska, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
 Administrador da Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.*
 Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
 Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
 Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*
 Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.

Andrzej Szlęzak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
 Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL
 Administrador (Não-Executivo) da Azora Capital, S.L.

Artur Stefan Kirsten

Administrador da Movendo Capital, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Planted Foods AG
 Administrador da Footprint International Holding Inc.
 Diretor-Geral da Brillant 3333 GmbH
 Diretor-Geral da parabellum.one Beteiligungsgesellschaft mbH
 Diretor-Geral da Spac-Founder GmbH
 Presidente do Conselho de Administração da Adler Group SA
 Diretor-Geral da ASK-Consult GmbH

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG
 Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia SE (desde 17 de maio de 2023)
 Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC (até 30 de março de 2023)

Administradora da Société BIC (até 16 de maio de 2023)
 Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. (até 9 de agosto de 2023)
 Administradora da Euroapi, S.A.
 Administradora da CNH Industrial (desde 11 de abril de 2023)

Francisco Seixas da Costa

Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente da Comissão de Avaliação e Remunerações da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.
 Presidente do Conselho Assessor da Kearney Portugal

José Soares dos Santos

Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Arica – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
 Administrador-Delegado da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.
 Presidente da Movendo Industries B.V.
 Presidente da Movendo Capital B.V.
 Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representação e Distribuição de Marcas, Lda.
 Presidente do Conselho de Administração da miMed, Cuidados de Saúde, S.A.
 Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.
 Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.
 Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Inovamar, S.A.

María  ngela Holguín Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Procafecol S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da TESICOL – Tejidos Sint ticos de Colombia S.A. (desde abril de 2023)
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Natalia Anna Olync

Não desempenha funções em outras sociedades

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As funções exercidas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

* Sociedades que integram o Grupo

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Atualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30. a 33., cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29., conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade, no sentido que continua a ser dado a esta expressão nas Recomendações IPCG 2023

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respetiva delegação de competências, e uma Direção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o atual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlęzak, José Soares dos Santos e Natalia Olyneć. Claire Bright também integra esta Comissão.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2023.

O Regulamento da CGSRC, assim como o número de reuniões anuais desta Comissão, encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”)

b) Outras Comissões

Direção Executiva

A Direção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Pedro Leandro, Nuno Begonha e Sara Miranda. De acordo com o respetivo regulamento, à Direção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respetiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das atividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respetivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de recursos humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2023, a Direção Executiva reuniu regularmente para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas atas das respetivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

O Regulamento da Direção Executiva encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração. Desde 21 de abril de 2022, esta Comissão é constituída por Jaroslaw Sobczyk, Cristina Minoia Perez, Dominik Wolski, Pedro Antunes e Pedro Maya. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i) estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii) zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas ações de controlo; iii) apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC); iv) submeter ao Conselho de Administração ou à CGSRC a adoção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; v). elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as atividades desenvolvidas; e, por fim; vi) assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades consistentes na violação do Código de Conduta de Jerónimo Martins ou de violações de quaisquer normas previstas na lei aplicável nos países onde a Sociedade e as Companhias que o integram operem, sem prejuízo de serem disponibilizados canais de denúncia autónomos nas sociedades subsidiárias a tal obrigadas (Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A., Recheio Cash & Carry, S.A., JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., e Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.), nos termos da lei.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2023, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respetivas atas.

O Regulamento da Comissão de Ética encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afetam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas atas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Joanna Peschak, Jorge Santos Dias e José Vitorino). Nenhum dos elementos é administrador executivo da Sociedade.

Em 2023, a CCI prosseguiu as suas atividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

O Regulamento da CCI encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adotado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, as quais implicam o devido acompanhamento, avaliação e pronúncia acerca da estratégia definida pelo Conselho de Administração de que, aliás, emana, e a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições, designadamente:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de atividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das ações de auditoria e das revisões de procedimentos efetuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de ações, quotas ou partes sociais, controlando o efetivo cumprimento dos seus objetivos;
- aprovar os programas de atividades de auditoria interna, cujo respetivo departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- selecionar, sob proposta da Direção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade.

Nos termos da lei e do procedimento descrito infra nos pontos 89. e 91., compete à Comissão de Auditoria avaliar se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, assim como compete igualmente à Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emitir o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

No âmbito das suas atribuições a nível da fiscalização da revisão legal de contas, e do revisor oficial de contas, a Comissão de Auditoria proporá ao órgão competente a destituição daquele, ou a resolução do contrato de prestação de serviços celebrado, caso se verifique justa causa para o efeito.

Em 2023, a Comissão de Auditoria voltou a prestar particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que se refere à cobertura de risco cambial e à gestão da posição de caixa, à evolução dos processos judiciais e fiscais pendentes, ao plano e à atividade da Direção de Auditoria Interna, bem como às demais atividades de controlo interno, sendo de destacar as das áreas Financeiras, de Segurança de Informação, de Gestão de Seguros e de Gestão de Risco. A Comissão também dedicou particular atenção ao plano e aos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Clara Christina Streit

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 14 de abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

A Sociedade reputa de adequado o número de membros da Comissão de Auditoria, tendo em consideração que constitui cerca de um terço dos Administradores Não-executivos da Sociedade, e as competências que se lhe encontram atribuídas, descritas no ponto 30., permitindo-lhe assim assegurar com eficiência as funções que se lhe encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Art.º 414.º-A CSC, com exceção da alínea b). Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Art.º 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19. (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

A Presidente da Comissão de Auditoria, Clara Christina Streit tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça, tendo começado a sua carreira na McKinsey & Company como consultora, tendo cessado a sua colaboração com essa empresa em 2012 como senior partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. É atualmente administradora não-executiva independente em várias empresas europeias. A sua formação académica, a sua vasta experiência profissional, nomeadamente em matérias de controlo interno e supervisão, e o seu apurado sentido crítico e analítico, garantem-lhe especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2023, a Comissão de Auditoria reuniu seis vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link indicado no ponto 62. (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões durante o exercício das respetivas funções, foi o seguinte:

Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%
Sérgio Rebelo	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2023, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

Esta Comissão definiu, através de regulamento específico, os serviços que não podem ser prestados pelo auditor externo, seguindo o prescrito na legislação europeia e no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

No sentido de assegurar a independência do auditor externo, este regulamento prevê ainda ser competência da Comissão de Auditoria verificar, acompanhar e fiscalizar a independência daquele, cabendo-lhe proceder à monitorização dos serviços prestados pelo auditor externo e assegurar que não são prestados por este à Sociedade serviços distintos de auditoria que não possam ser prestados e se encontrem elencados no dito regulamento, assim como proceder à avaliação das ameaças à independência do auditor externo, as medidas de salvaguarda aplicadas ou a aplicar, procedendo à respetiva discussão com o auditor externo quando se entenda necessário. Compete ainda à Comissão de Auditoria proceder à avaliação anual do trabalho desempenhado pelo auditor externo, incluindo no que concerne à respetiva independência e adequação para o exercício das suas funções, e ainda proceder à implementação de quaisquer outras medidas consideradas necessárias para assegurar a independência do auditor externo.

No início de cada ano, a Comissão de Auditoria aprova uma lista de serviços, para além dos serviços de auditoria, passíveis de serem prestados pelo auditor externo ao longo desse ano, os quais se consideram estar por si pré-autorizados, assim como estabelece o montante máximo para a contratação do auditor externo pela Sociedade ou por entidades pertencentes à mesma rede para a prestação de tais serviços nesse ano. A referida lista inclui serviços que requerem a certificação por parte de Revisor Oficial de Contas, em matérias de cumprimento de obrigações legais que se baseiam em informação recolhida no decurso do trabalho de campo do auditor externo. Para além destes, todos os restantes serviços pré-autorizados em nada estão relacionados com matérias sujeitas a auditoria, limitando-se a trabalhos acessórios devidamente identificados, realizados por colaboradores que não participam em qualquer trabalho de auditoria.

Caso se entenda que é o auditor externo, ou entidades com ele relacionadas, que se encontra em melhor posição para a realização de qualquer trabalho adicional que não se encontre pré-autorizado, é necessária uma aprovação específica por parte da Comissão de Auditoria, mediante apresentação de proposta pelos órgãos de gestão, fundamentando as razões para tal escolha, bem como de que forma se encontra acautelada a independência do auditor externo.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada, até 20 de abril de 2023 por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 e, a partir desta data, por Pedro Miguel Borges Marques, ROC n.º 1801.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de sete anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42., sendo feita referência no ponto 46. a outros trabalhos efetuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V - Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art.º 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respetivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada, até 20 de abril de 2023 por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 e, a partir desta data, por Pedro Miguel Borges Marques, ROC n.º 1801.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2023, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detetadas no exercício da sua atividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das atas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. exerce funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de sete anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

O sócio que representa o Auditor Externo exerce tais funções junto da Sociedade desde 20 de abril de 2023.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas podia, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, na redação em vigor no período em análise, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Durante o ano de 2023, os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, totalizaram 56.497 euros, dizendo respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos, e a serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade.

Todos estes serviços foram necessários à regular atividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afetando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37., todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Coletivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Coletivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Anualmente, o que sucedeu de igual forma no ano em apreço, a Comissão de Auditoria aprovou, em reunião de 24 de julho de 2023, a remuneração a pagar ao Auditor Externo em 2023.

Relativamente a 2023, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foi de 1.030.390 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	122.600	11,9%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	45.000	4,4%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	-	-
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	851.293	82,6%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	9.617	0,9%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	1.880	0,2%

Secção C - Organização Interna

Subsecção I - Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores e outras partes interessadas (“stakeholders”), independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a honestidade e integridade, e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de email e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o email da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respetiva atividade, a qual visa concretizar os princípios de atuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de atuação com o objetivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de atos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer ato ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

Na Sociedade existe uma Política de Comunicação de Irregularidades, na qual se enunciam o conjunto de regras adotadas com vista à receção, registo e tratamento de comunicação de irregularidades por parte de trabalhadores e outras partes interessadas, respeitante a qualquer das sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tendo em vista assegurar, nomeadamente, a efetiva existência de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, a promoção de uma cultura de transparência, integridade e responsabilidade e a consequente adoção de um comportamento ético, íntegro e profissional por parte dos colaboradores e dirigentes da Sociedade, a observância do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins, e a gestão eficaz do risco.

Esta Política encontra-se disponível no sítio institucional da Sociedade na internet, referido no ponto 59.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades existente, são realizadas ações de formação de cariz presencial e telemático, e divulgados instrumentos de comunicação contendo informação vária a este respeito, evidenciando situações concretas que podem consubstanciar riscos internos ou externos para a Sociedade. Complementarmente, a Sociedade divulgou no seu sítio da internet, atrás referido, e na sua intranet um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, aplicável à Sociedade e às suas subsidiárias.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direcionados para o seu endereço de email.

Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente os estabelecidos na Política de Gestão de Risco do Grupo.

Os objetivos do controlo interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de atividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria - e reportados à Direção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, cujas responsabilidades no âmbito da gestão de risco são descritas no ponto 52.. Com a mesma regularidade, é efetuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

A estruturação do sistema de controlo interno da Sociedade encontra-se descrita no ponto 52. compreendendo, entre outras, as funções de gestão de riscos, supervisão/compliance, e auditoria interna.

Durante o exercício de 2023, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proventos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos, sistemas de informação e aos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afetam o negócio e seus objetivos e está comprometido com assegurar que a gestão do risco é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da gestão de risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o sistema de gestão de risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a) Objetivos da Gestão de Risco

O sistema de gestão de risco não pretende eliminar completamente o risco das atividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O sistema de gestão de risco do Grupo tem por objetivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelecem-se, também, os procedimentos para reporting, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das atividades de Jerónimo Martins, uma gestão de risco bem sucedida depende da ativa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados às suas áreas de responsabilidade. Todas as atividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de gestão de risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efetiva dos riscos.

b) Organização da Gestão de Risco

O modelo de governo da gestão de risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma gestão de risco efetiva, e que são:

- Primeira Linha (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas atividades quotidianas de gestão do risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a Política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha (Funções de Supervisão / *Compliance*: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e reporting da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a assegurar uma gestão adequada dos riscos. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança Física, Segurança de Informação, Privacidade de Dados, Prevenção de Corrupção, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas asseguram os objetivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades, efetivamente exercidas ao longo do período em análise:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco, que inclui o processo aplicável à definição dos limites de exposição ao risco do Grupo, e pela definição dos objetivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objetivos fixados. Estas competências foram executadas, nomeadamente, através da aprovação da referida Política de Gestão de Risco, contemplando os aspetos referidos, e cuja aplicação se manteve no exercício de 2023;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de atividade relacionados com a gestão de risco, acompanhando a sua execução, e avaliando e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente, proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as ações de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos,

acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, e rever periodicamente os principais tipos de risco do Grupo, assim habilitando o Conselho de Administração a proceder ao ajustamento necessário da Política de Gestão de Risco, como fez durante o exercício de 2023;

- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e atividades;
- o Comité de Risco, que é composto por representantes de Direções Funcionais do Centro Corporativo da Sociedade, referidas no n.º 21, e por um elemento certificado na área de gestão de risco, assiste e aconselha a Direção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e visa garantir a existência de uma Estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objetivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;
- a Direção de Estratégia e Gestão de Risco é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as atividades de Gestão de Risco, apoiando a Direção Executiva e o Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objetivos do Grupo. Conta, entre as suas atribuições, a identificação e reconhecimento das melhores práticas de gestão de risco, bem como a partilha de recomendações de organizações de renome e/ou requisitos de conformidade (*compliance*). A Direção de Estratégia e Gestão de Risco é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos PCN;
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das atividades dos respetivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os controlos referentes aos processos mais expostos, de forma a garantir a sua eficácia e eficiência e prestar suporte ativo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade

O ano de 2023 foi marcado por disrupções de diferentes naturezas incluindo, entre outras, a continuidade da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, o início de um novo conflito armado no médio-oriente, a subida muito rápida da inflação e das taxas de juro para níveis sem precedentes desde 2008 e a desaceleração da generalidade das economias.

Todos estes fatores impactaram de forma significativa as condições em que as Companhias de Jerónimo Martins operaram ao longo do ano e refletiram-se nos diversos riscos a que o Grupo está exposto, nomeadamente em termos estratégicos e operacionais. Foram, por isso, implementadas diversas medidas de modo a antecipar e mitigar os impactos mais relevantes na execução dos objetivos estratégicos.

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de fatores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas, nomeadamente, a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a atividade da concorrência, a inovação tecnológica, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as atividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve atividade,

nomeadamente em termos de potencial de crescimento e rentabilidade, mas também em termos de alinhamento estratégico do seu modelo de negócio com as condições de mercado atuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resultam da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e ativos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das atividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar⁷

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os mais elevados standards de segurança alimentar.

As Direções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a:

- i. prevenção, através de auditorias de seleção, avaliação e acompanhamento de fornecedores;
- ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação;
- iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e
- iv. formação, através da realização periódica de simulacros e ações de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais⁸

Jerónimo Martins implementou processos para compilar e avaliar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental, assegurando que o órgão de administração conhece os riscos em que a Sociedade possa incorrer, podendo delinear e implementar planos de ação para a sua mitigação. São, assim, efetuadas avaliações regulares dos riscos e oportunidades ambientais que possam estar associados aos seus negócios, recorrendo a estudos e auditorias que permitem identificar os principais impactos das suas atividades nos ecossistemas e recursos que estes proporcionam, nos seguintes âmbitos:

- Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, na biodiversidade e gestão do solo, e na gestão económica dos fornecedores de perecíveis;
- Avaliação do estado de conservação sobre o pescado de Marca Própria e perecíveis comercializados;
- Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas e da utilização da água, bem como quantificação e análise da materialidade das emissões de gases com efeito de estufa do Grupo (âmbitos 1, 2 e 3);
- Mapeamento das *commodities* de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e perecíveis;
- Realização de auditorias internas e externas em instalações próprias, a fornecedores de Marca Própria e perecíveis e a prestadores de serviços.

⁷ As ações desenvolvidas em 2023 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 2 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

⁸ As ações desenvolvidas em 2023 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de proteção do ambiente são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulos 3 - "Respeitar o Ambiente" e 4 - "Comprar com Responsabilidade".

Assim, foram identificadas as seguintes tipologias de risco:

- De transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental e decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono e de promoção da biodiversidade;
- Físico, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como produtos agrícolas, ou na interrupção pontual da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos extremos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders quanto às medidas de mitigação de impactos adotados pelo Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco de curto, médio e longo prazo. Com base nestas avaliações, são definidas medidas de adaptação e mitigação para maximizar oportunidades de diferenciação e contribuir para aumentar a resiliência das suas Companhias e dos seus negócios. Estas ações promovem a gestão eficiente na utilização de recursos nas operações, produtos e serviços, mitigam a ocorrência de eventuais riscos naturais como eventos climáticos extremos e identificam oportunidades de criação de valor numa lógica de promoção da preservação e regeneração ambiental.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve: i) a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, ii) a promoção de ações de sensibilização e formação de colaboradores, iii) a realização de auditorias às lojas, iv) a avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e v) a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo atividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos departamentos jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da Holding, a Direção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a proteção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O cumprimento normativo em matéria de dados pessoais e de prevenção de corrupção está a cargo do Departamento de Compliance, em estreita articulação com a Direção de Assuntos Jurídicos da Holding, e em colaboração com os departamentos jurídicos das Companhias e com os departamentos de Segurança de Informação, de Auditoria Interna, de Recursos Humanos, entre outros.

A Sociedade, e as principais companhias do Grupo, em Portugal e na Polónia, dispõem ainda de um Encarregado de Proteção de Dados, o qual acompanha o compliance das mesmas em matéria de dados pessoais.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direção de Fiscalidade da Holding presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os seus efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, em articulação com áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 29 – Riscos Financeiros, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco do Grupo assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão ativa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respetivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é atualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

No âmbito dos processos de avaliação de risco é coordenada, pela Direção de Estratégia e Gestão de Risco, uma revisão anual global, na qual se promove, junto das primeiras e segundas linhas de defesa (identificadas no ponto 52), uma análise exaustiva aos ambientes interno e externo que influenciam a envolvente no qual o Grupo opera. Este exercício, que faz parte dos processos de planeamento estratégico e operacional de Jerónimo Martins, assegura que os principais riscos e respetivas medidas de mitigação são devidamente identificados e considerados durante o planeamento. Desta forma, espolta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas ações que reforcem a defesa dos objetivos a desenvolver.

O nível de criticidade de cada um dos riscos é determinado com base na Matriz de Risco do Grupo que considera, a diferentes níveis, a probabilidade de ocorrência de determinados eventos, assim como o impacto esperado nos indicadores definidos. Os riscos considerados mais críticos e/ou que possam ter um impacto mais relevante nos objetivos do Grupo, são alvo de uma reavaliação trimestral, de modo a garantir que quaisquer eventuais alterações são devidamente consideradas.

A Direção de Estratégia e Gestão de Risco mantém ainda um contacto permanente com os principais elementos das diversas linhas de defesa para atualizar a avaliação dos riscos e monitorizar as medidas de mitigação, e acompanha todas as mudanças que possam vir a influenciar os ambientes estratégico e operacional das Companhias.

Por via do Comité de Risco, enquanto órgão que assiste e aconselha a Direção Executiva (conforme ponto 51.), são promovidas análises sobre os riscos que mais afetam o Grupo, numa abordagem multidisciplinar e através da qual se procuram encontrar novas formas de mitigação e, adicionalmente, potenciar outras formas de atuação.

Ao longo de todo o processo, são assegurados canais de comunicação abertos e regulares entre todos os elementos que compõem a estrutura organizacional da Gestão de Risco (listadas no ponto 52).

Anualmente, o Conselho de Administração aprova, mediante prévio parecer favorável da Comissão de Auditoria, os orçamentos e planos estratégicos para o ano seguinte, tendo em consideração as oportunidades e riscos considerados.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. I) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que permitem obter uma segurança razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das atividades de monitorização desenvolvidas pela direção de Controlo Financeiro do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho atual e perspetivas futuras - que, com respeito

pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, acionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o mercado financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objetivo de transmitir ao mercado uma visão atualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspetivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objetivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspetivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das atividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

As ações desenvolvidas, ao longo do ano, permitiram manter o nível de diálogo de referência para os stakeholders de Jerónimo Martins. De entre as atividades organizadas, destacam-se as seguintes:

- reuniões, virtuais e presenciais, com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio eletrónico para endereço próprio;
- reuniões virtuais e presenciais com membros da equipa de gestão das áreas de negócio, com o Presidente do Conselho de Administração e a CFO do Grupo;
- reuniões com investidores realizadas na Polónia com visita às operações;
- evento realizado na Colômbia com investidores e analistas com apresentação do negócio e visita às operações;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisbon e do envio de mensagens de email dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e atualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, conferências e Assembleia Geral Anual de acionistas;
- processo contínuo de atualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objetivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efetuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, atualizados trimestralmente ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no final de cada ano e a vigorar no ano seguinte, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de acionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- Regulamentos internos em vigor;

- Informações relativas às Assembleias Gerais de acionistas;
- Atas das reuniões da Assembleia Geral de acionistas, ou respetivos extratos;
- Acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de acionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de email: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2023, foram registados 142 contactos com investidores através de reuniões que se realizaram de forma presencial ou através de meios virtuais, 149 contactos através de conferências telefónicas com investidores e 365 pedidos de informação colocados via correio eletrónico ou via telefónica por investidores, analistas financeiros ou outras entidades, tendo sido dada aos mesmos resposta dentro de um prazo médio de dois dias.

Não transitaram pedidos de informação do ano 2022 para 2023 nem ficaram por responder questões colocadas a este Gabinete no ano 2023.

Subsecção V - Sítio de Internet

59. Endereço(s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

<https://www.jeronimomartins.com/en/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art.º 171.º CSC

As informações relativas ao Art.º 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respetivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte *link*:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D - Remunerações (Relatório Para os Efeitos do n.º 8 do Artigo 26.º-G CVM)

Subsecção I - Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos órgãos sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os acionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de órgãos sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2022-2024.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva Administração.

Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 21 de abril de 2022, foram reeleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

Jorge Ponce de Leão, na qualidade de Presidente da Comissão de Vencimentos encontrava-se presente na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 20 de abril de 2023.

Em 2023, a Comissão de Vencimentos solicitou à Sociedade que fossem requeridos serviços de consultoria especializada em estudos de remuneração para executivos e administradores, no sentido de aferir o nível de alinhamento da retribuição, bem como das componentes utilizadas no pacote retributivo, dos órgãos sociais do Grupo com as práticas de referência no mercado internacional, contexto em que o Grupo opera, especificamente para as funções de Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, administradores não executivos e membros das Comissões Especializadas. A independência dos consultores contratados constituiu requisito necessário para a prestação de serviços, não podendo os mesmos prestar outros serviços à Sociedade ou às sociedades que, com a mesma, estivessem em relação de controlo ou de grupo.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de políticas de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efetivo e adequado das respetivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente

do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística/Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia/Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Diretor de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Diretor Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Diretor de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Diretor de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen possui formação académica em Engenharia, tendo trabalhado por mais de 30 anos tanto em cargos de responsabilidade na área de Recursos Humanos como em áreas comerciais. Na Ásia-Pacífico, onde trabalhou por mais de 15 anos, ocupou o cargo de CHRO da Royal Ahold Asia e da Philips Electronics Asia Pacific, bem como o cargo de CEO da Philips Domestic Appliances. Foi Diretor de Compras da Techtronics em Hong Kong antes de ingressar no Conselho de Administração de uma das maiores empresas familiares privadas da Europa, de propriedade da família Brenninkmeijer na Suíça. Hoje dirige a sua própria empresa de software, com a denominação IntelligentBoardRoom, e faz parte do Conselho Consultivo da EMK Capital, uma empresa de capital privado de média capitalização com sede em Londres.

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, e de forma regular, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respetiva atividade, permitindo à Comissão, no âmbito da avaliação dos objetivos individuais de desempenho do Administrador-Delegado, avaliar se as estratégias definidas e as políticas de remuneração em vigor encontram-se alinhadas com um posicionamento competitivo face ao mercado de referência.

Subsecção III - Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada em 20 de abril de 2023 foi aprovada a proposta de uma nova Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade, apresentada pela Comissão de Vencimentos, que a seguir se enuncia.

1. Independência e conflitos de interesses

A Comissão de Vencimentos manteve e reafirmou, a todo o momento, a sua natureza independente, sendo composta apenas por membros nomeados pelos acionistas, que não são administradores da Sociedade. Esta independência, a par do acompanhamento permanente do benchmark abaixo referido, bem como do recurso, sempre que necessário, aos melhores serviços de consultoria externa, constitui uma forma eficaz de evitar eventuais conflitos de interesse com os membros dos órgãos sociais em causa.

2. Princípios fundamentais

A Comissão de Vencimentos procedeu a uma análise e revisão cuidadas dos princípios da Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade que são aplicados, os quais reforçam e destacam os aspetos da política de remunerações que são críticos para a sustentabilidade do negócio de Jerónimo Martins, em particular:

- o contexto internacional que deve servir de base de comparação (benchmark) para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, sendo crucial manter a capacidade de atrair e reter o melhor talento num contexto supranacional;

- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e competência colocadas ao serviço da Sociedade;
- o nível desejado de competitividade, abrangendo o pacote total de remuneração (remuneração fixa e variável), que deve considerar as melhores práticas do mercado de referência (e.g. mercado europeu de executivos de topo), bem como as políticas de remuneração internas;
- o alinhamento com as políticas de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Sociedade é garantido ao ter em conta mercados de referência e/ou exemplos de outras sociedades com posicionamento estratégico semelhante (sempre por comparação com funções equivalentes), o que confere um nível de equidade interna significativa e uma adequada competitividade externa;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia do Grupo e os interesses de longo prazo dos acionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados, que também é levado em consideração nas políticas de compensação da Sociedade; e
- a necessidade de salvaguardar os interesses da Sociedade em geral.

3. Modelo organizativo e estrutura remuneratória

A Comissão de Vencimentos propôs a manutenção dos princípios da política acima referidos, continuando a ter em consideração o quadro legislativo e recomendatório, bem como o modelo organizativo adotado pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, foram especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características:

- a existência de um Administrador-Delegado (que, desde 18 de dezembro de 2013, acumula tal qualidade com a de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade), responsável pela gestão corrente da Sociedade;
- a existência de administrador ou administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Tendo em conta o atual modelo organizativo, e os aludidos princípios da política de remunerações, a Comissão de Vencimentos considerou ser necessário:

- assegurar que a remuneração dos administradores com funções executivas está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional, pelo que foi reforçada a importância de manter um processo de definição de objetivos e de avaliação do desempenho, que deverá ser revisto e/ou atualizado com periodicidade regular (a cada mandato);
- garantir a consistência entre os indicadores quantitativos de desempenho mais relevantes definidos para a avaliação anual do Administrador-Delegado da Sociedade e aqueles que também são considerados, de acordo com as suas responsabilidades, na avaliação anual de desempenho dos quadros da Sociedade.

Com base nos referidos princípios e pressupostos, foi definida a seguinte estrutura remuneratória:

3.1. Administradores Não-executivos

- a remuneração de Administradores Não-executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa, revista periodicamente de acordo com as melhores práticas internacionais, tendo por base um benchmark com outras empresas cotadas e considerando as responsabilidades específicas e a disponibilidade de tais administradores;
- o montante pago a administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende, nesse caso, adequada a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração

fixa adicional aos Administradores Não-executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

3.2. Administradores com funções executivas

- a remuneração dos administradores com funções executivas, em particular no que respeita à do Administrador-Delegado, manterá duas componentes, uma fixa e outra variável, como a seguir se descreve:
 - i) a componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o respetivo montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador-Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. Adicionalmente, a remuneração do Administrador-Delegado da Sociedade não pode, ou não deve, constituir um obstáculo para a competitividade das políticas de remuneração da Sociedade;
 - ii) a componente variável corresponde a um montante anual fixado pela Comissão de Vencimentos, e que é limitado ao dobro da componente fixa. O cálculo do montante final é baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos chave que devem estar em linha com os objetivos estratégicos do Grupo e os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas fundamentais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo.
- Estas dimensões - quantitativa e qualitativa - esta última de longo prazo por natureza, são consideradas essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano.
- Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por aqueles integrados, cabendo à Comissão de Vencimentos estabelecer os termos de tal repartição.

3.2.1. Metodologia de avaliação e atribuição da remuneração variável

A Comissão de Vencimentos entende que a satisfação individualizada de cada um dos objetivos fixados não deve, só por si, determinar a atribuição automática de qualquer percentagem da totalidade da remuneração variável. Assim, fixados os objetivos, quer financeiros, quer de natureza qualitativa pelo Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos entende poder escrutinar o grau de interdependência entre os diversos objetivos e o impacto que a satisfação de um objetivo possa ter no atingimento, ou não, de outros objetivos, determinando que a avaliação final global assume uma natureza holística, sem prejuízo da ponderação adiante referida para as componentes financeira (quantitativa) e qualitativa.

Os objetivos individuais quantitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros de desempenho, que serão ponderados de acordo com as prioridades estratégicas da Sociedade, o contexto do negócio e os interesses gerais de todas as partes interessadas, terão em consideração:

- o crescimento do volume de negócios- baseia-se no aumento de vendas consolidadas reportado; é, no entanto, avaliado o seu crescimento real numa base comparável (“like for like”), a contribuição do crescimento orgânico, a evolução dos novos mercados e dos mercados maduros, a evolução das vendas por metro quadrado e por colaborador (FTE), a rotação de capital, e o impacto na margem bruta para a obtenção das metas propostas e conseguidas;
- a evolução dos resultados – baseia-se nos resultados líquidos consolidados, sendo o objetivo definido em valor absoluto; é igualmente tido em conta a evolução dos resultados antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA), da margem EBITDA (com e sem aplicação da IFRS16), o impacto na mesma do crescimento dos mercados em desenvolvimento, a ponderação dos diversos mercados no mix de vendas, e a evolução da margem EBITDA em cada área de negócio e país;
- o retorno do capital investido - baseia-se no valor económico acrescentado (“EVA”) definido em valor absoluto e deduzidos os interesses minoritários; são tidas em conta as taxas de retorno ao

capital investido em cada negócio e o respetivo custo de capital em cada país (com e sem aplicação da IFRS 16), a evolução em relação aos anos anteriores e às taxas projetadas; a taxa de reinvestimento face ao valor das depreciações, a evolução do valor médio investido por metro quadrado de área de vendas, a comparação com as taxas de retorno obtidas pelo setor, o impacto no valor atingido dos negócios em desenvolvimento e, finalmente, o cash-flow liberto à disposição dos acionistas (a taxa de conversão dos resultados em caixa);

- a robustez da estrutura de capital da Sociedade – o objetivo é medido pela taxa de endividamento (“gearing” – dívida financeira líquida após distribuição de dividendos, dividida pelos capitais próprios); é igualmente ponderado o valor do capital circulante e a sua contribuição para o financiamento do capital investido e redução da dívida financeira, a estrutura dos financiamentos obtidos, moedas e maturidade, a sua contribuição para a cobertura dos riscos cambiais, e a taxa de cobertura de juros pelo EBITDA.

Os objetivos individuais qualitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e fundamentam-se na real implementação de projetos transversais às companhias do Grupo que assegurem, de acordo com as prioridades estabelecidas, a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo.

Os indicadores de mensuração são alguns dos seguintes:

- a visão estratégica e alocação de recursos/investimentos – inclui tanto o desenvolvimento como a implementação de projetos estratégicos como o aproveitamento de novas oportunidades de investimento, consistentes com as capacidades e recursos do Grupo; tendo como objetivo o crescimento sustentado e a permanente transformação da Sociedade no sentido de assegurar a sua competitividade e sucesso, assume relevância especial a adoção de decisões de investimento e o lançamento de projetos ou iniciativas cuja execução permitam evitar a diluição do retorno ao capital e garantir a solidez do balanço;
- a saúde organizacional e agenda de talento - é avaliada a disseminação dos valores da Sociedade, a consolidação dos elementos fundamentais da sua cultura, o grau de envolvimento e satisfação dos seus colaboradores, a identificação e promoção de lideranças que garantam o crescimento da sociedade e a normal substituição das equipas executivas e de gestão, ligando a estratégia de recursos humanos à estratégia de negócio, acompanhando a implementação de políticas salariais adequadas à remuneração da lealdade e do mérito, bem como os projetos especiais de responsabilidade social no âmbito dos RH;
- e as relações *multi-stakeholders* - o desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (*Environmental, Social and Governance*), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias. A Comissão de Vencimentos tem em conta em especial o progresso evidenciado no exercício, no contexto das aspirações definidas pelo Conselho de Administração nesta matéria e a evolução realizada por entidades inseridas no mesmo setor e/ou país.

A atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios: a) se o desempenho individual não cumprir nenhum dos objetivos fixados (quantitativos ou qualitativos), não haverá lugar à atribuição da componente variável anual; b) se o desempenho individual atingir alguns ou a totalidade dos objetivos estabelecidos, a remuneração variável poderá oscilar entre 50% e 100% do valor máximo de remuneração variável.

O processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Vencimentos para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas.

De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo anual de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respetivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e coletivo, através da definição e cumprimento de objetivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os acionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias das empresas congéneres cotadas a nível internacional. Dadas as pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, no entanto, periodicamente analisar quer a manutenção do modelo organizativo atual, quer a competitividade da Sociedade nesta matéria com base em estudos comparativos apropriados, realizados por entidades consideradas independentes e credíveis.

3.3. Membros da Comissão de Auditoria

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos administradores com funções não executivas, continua a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

3.4. Membros da Mesa da Assembleia Geral

Ao Presidente e ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser atribuídas senhas de presença.

3.5. Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas será a correspondente aos valores constantes do contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas, celebrado com Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respetiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado e ser sujeita à aprovação da Comissão de Auditoria.

4. Alinhamento de interesses de longo prazo

A Comissão de Vencimentos considera que a estrutura remuneratória dos Administradores com funções executivas é adequada e permite, através da definição de metas apropriadas, um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o atual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o acionista maioritário da Sociedade. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos entende, por princípio, não dever haver lugar a diferimento da remuneração variável. No entanto, e mediante a eventual existência de objetivos plurianuais, poderá considerar a retenção de parte da remuneração variável atribuída, associada à concretização destes objetivos plurianuais em que a realização parcial não garanta a sua execução integral.

Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais (sem prejuízo do acima referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos).

Finalmente, e ainda pelas mesmas razões, entende ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável paga.

5. Fundo de Pensões e “fringe benefits”

Adicionalmente, existe na Sociedade um Plano de Pensões de Reforma para os administradores executivos, aprovado em Assembleia Geral, e melhor descrito no ponto 76.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantém-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas. Estes benefícios não têm peso relevante na remuneração de tais administradores, representando menos de 1% da remuneração total.

6. Processo de revisão

Ordinariamente, no final de cada mandato, e extraordinariamente, sempre que tal se justifique, a Comissão de Vencimentos apreciará a necessidade de propor à Assembleia Geral a revisão da Política de Remunerações, tendo em conta os princípios enunciados.

Com vista à aplicação, monitorização e definição de eventuais propostas de revisão da Política de Remunerações, a Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos, uma vez por trimestre, por forma a fazer o acompanhamento da situação da Sociedade, no necessário à determinação, fixação e aferição da adequação da remuneração dos respetivos órgãos sociais.

No exercício das suas funções, a Comissão de Vencimentos solicita, ainda, a informação e os estudos internos e externos (neste caso, assegurando a competência e independência dos prestadores de serviços que os realizarem) que entenda relevantes e, quando tal seja pertinente, procede à audição de quaisquer direções, departamentos ou serviços da Sociedade.

7. Informações finais

Continua a não haver na Sociedade qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações aos administradores, nem houve qualquer remuneração paga sob a forma de participação nos lucros.

A Sociedade não celebrou com os administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

De acordo com a Política de Remunerações em vigor, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

Avaliação do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado em 2023

Ponderadas todas as circunstâncias em que o Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado desenvolveu as suas atividades, gerindo o difícil equilíbrio entre inflação e aumento de preços de custo, e os excelentes resultados alcançados em todos os indicadores de desempenho, quantitativos e qualitativos, considerados relevantes para o Grupo no início do ano, a Comissão de Vencimentos decidiu atribuir, a título de remuneração variável, o valor máximo de € 2.520.000, equivalente a 28 (vinte e oito) salários base mensais brutos, considerando no salário base mensal quer a componente paga por Jerónimo Martins, SGPS, SA, quer a paga por qualquer das suas subsidiárias diretas ou indiretas.

A Comissão de Vencimentos destacou que esta decisão considerou não só os excelentes resultados financeiros da Companhia, como também os contributos para o desempenho sustentável do Grupo, dadas as circunstâncias muito especiais que marcaram o exercício em análise, tendo sido capaz de demonstrar um progresso contínuo nas medidas de sucesso quantitativas e qualitativas, e reforçar uma base sólida para o futuro. A este respeito, os membros da Comissão de Vencimentos acharam por bem salientar os seguintes fatores que ajudaram a suportar a decisão:

- O contínuo e forte crescimento de todas as insígnias do Grupo, quer em volume quer em rentabilidade; a impressionante conquista de 25 mil milhões euros de vendas, com um aumento superior a 4.5 mil milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 21,5% face ao ano anterior, alcançado quase sem reduzir a margem EBITDA, apesar do aumento da estrutura de custo decorrente das disrupções verificadas na cadeia de abastecimento fruto da pandemia e da invasão da Ucrânia pela Rússia;
- Implementação bem sucedida da estratégia da Colômbia, fortalecendo o potencial de vendas, melhorando a quota de mercado e alcançando EBITDA positivo; a decisão de oferecer aos consumidores colombianos melhores preços do que os subjacentes à inflação alimentar do país, embora com sacrifício ao nível da margem bruta, fez da Ara uma marca preferencial, com um crescimento LfL notório acima de 35% e um crescimento global acima de 60% das vendas. Como consequência, a Ara passou a ser o terceiro player do país (já com mais de mil lojas) e alcançou um EBITDA positivo de 18 milhões de euros⁹. Estes resultados confirmam que a Colômbia tem potencial para se tornar, não só uma fonte de crescimento, como também de rentabilidade, com impacto a curto e médio prazos;

⁹ Excluindo a aplicação da norma contabilística IFRS16.

- Atingimento do breakeven na Hebe, com um crescimento de 47% no e-commerce, melhorando a experiência do Grupo no mercado online; com uma alteração de preços muito abaixo da inflação global e um crescimento LfL de 25%, a Hebe está a consolidar a sua marca, não só na Polónia, como também em países vizinhos como a Eslováquia e a República Checa, através do canal online, e a criar condições para tornar-se uma fonte adicional de crescimento rentável, ampliando a sua participação no orçamento do grupo;
- Progresso indiscutível num conjunto amplo de critérios de desenvolvimento sustentável para o negócio; é de referir que mais de 50 analistas e investidores ESG estão a escrutinar a atividade do Grupo, classificando a Companhia como líder incontestável no seu setor; incluída na “lista A” das companhias no mundo com melhor desempenho ambiental em alterações climáticas e em gestão da água como recurso crítico, é também a única retalhista alimentar a nível mundial a atingir a classificação “A-” em matéria de combate à desflorestação. Não menos relevantes, os esforços da Companhia na promoção dos direitos dos trabalhadores e da igualdade de género foram reconhecidos por diversas entidades como o Global Child Forum - com nota 7,6 em 10, um ponto acima do ano anterior, e 5 pontos acima da média do setor - , Bloomberg (Índice de Igualdade de Género), com uma subida face a 2021 de 3,66%, e um total de 75,21%, ou ainda a análise da Equileap, que posicionou a Companhia 11% acima da média da indústria;
- Investimentos na liderança e em políticas e medidas de responsabilidade corporativa que permita não perder competitividade no mercado de trabalho no futuro; não obstante o recorde atingido de resultados líquidos, ultrapassando os 620 milhões de euros¹⁰, a coesão social nas comunidades onde a Companhia opera tornou-se uma importante preocupação dos seus líderes, com donativos para apoio a diversas Instituições de carácter social que atingiram mais de 71 milhões de euros, 39% acima de 2021, não incluindo a atividade da Fundação Biedronka já reconhecida pela sociedade polaca. Merece ainda destaque o aumento de 33% no montante afetado a prémios pagos aos colaboradores, atingindo os 289 milhões de euros, tornando o objetivo de ser um empregador de referência numa grande prioridade;
- Aposta na avaliação e identificação de oportunidades de desenvolvimento do negócio agroalimentar, não só como fator de diferenciação, mas como alavanca de crescimento; o plano de negócios elaborado, apoiado nas ações já realizadas, permite compreender o papel da agricultura no portefólio da JM: o desenvolvimento de produtos específicos produzirá o fator de diferenciação inicialmente pensado, e uma gradual orientação para o mercado externo permitirá uma significativa fonte de crescimento; As parcerias trarão à Companhia um conhecimento adicional para investir com uma mentalidade de longo prazo que viabilize processos produtivos e sustentáveis que resultem em produtos diferenciados, saborosos e de alta qualidade.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objetivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efetuado tendo

¹⁰ Excluindo a aplicação da norma contabilística IFRS16.

em atenção os interesses da Sociedade e dos acionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado voltar a rever o processo de definição de objetivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e *gearing*), quer qualitativos (*visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholders*).

Como referido no ponto 69., a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efetivo dos objetivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69. e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Ações Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Ações, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Ações, Designadamente Contratos de Cobertura (*Hedging*) ou de Transferência de Risco, Respetivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de ações a Administradores.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações a Administradores.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69. a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo atualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 25% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respetivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base ilíquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias diretas ou indiretas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

A Comissão de Vencimentos poderá determinar a realização pela Sociedade de contribuições extraordinárias em nome dos Participantes, incluindo através do resgate de seguros de vida, se tal se mostrar adequado à luz das razões que levaram os acionistas a aprovar tal alteração ao Plano de Pensões em 2020. Esta possibilidade está em conformidade com a política de remunerações em vigor, designadamente perante carreiras contributivas curtas ou desalinhas com o benchmark ou em caso de desfasamento entre o período de contribuição e a carreira ao serviço da Sociedade.

Sempre que o Participante, apesar de continuar a reunir condições de elegibilidade, passe a exercer função que, ao abrigo da Política de Remunerações que estiver em vigor, não preveja a existência de remuneração variável, ao valor fixo mencionado, crescerá, anualmente, o valor correspondente à última remuneração variável auferida, atualizada na mesma proporção em que o tiver sido a remuneração fixa.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i) mais de 60 anos; ii) exercido funções executivas; e iii) desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

O Plano de Pensão de Reforma revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então, sem prejuízo de direitos adquiridos.

Subsecção IV - Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração ilíquida auferida pelos membros do órgão de Administração, paga pela Sociedade durante o exercício de 2023, totalizou 3.302.000 euros, correspondendo 1.440.000 euros a remuneração fixa, 882.000 euros a remuneração variável e 980.000 euros a contribuições ordinárias para o plano de pensões de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	490.000	882.000	980.000
Andrzej Szlęzak	105.000	-	-
António Viana-Baptista	100.000	-	-
Artur Stefan Kirsten	100.000	-	-
Clara Christina Streit	100.000	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100.000	-	-
Francisco Seixas da Costa	100.000	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100.000	-	-
Natalia Anna Olyneć	105.000	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	140.000	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2023, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2022

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas seguintes, dá-se cumprimento ao disposto no Art.º 26.º-G CVM, com referência à divulgação da remuneração total auferida pelos Membros do Conselho de Administração, incluindo os valores pagos por sociedades subsidiárias referidas no ponto 78.

Assim, na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, a proporção relativa de cada um dos componentes remuneratórios, considerando os valores ilíquidos totais pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (% do total do ano)		
	Componente Fixa (%)	Componente Variável * (%)	Plano de Pensões de Reforma (%)
Pedro Soares dos Santos	28,57	51,43	20,00
Andrzej Szlęzak	100	-	-
António Viana-Baptista	100	-	-
Artur Stefan Kirsten	100	-	-
Clara Christina Streit	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100	-	-
Francisco Seixas da Costa	100	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100	-	-
Natalia Anna Olyneć	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	100	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2023, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2022

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente pela Sociedade, e pelas sociedades previstas no ponto 78., aos Membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pedro Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	630.000	685.000	700.000	910.000	1.160.000	1.400.000
	Remuneração Variável (€) ¹	990.000	1.080.000	1.400.000	1.550.000	1.820.000	2.520.000
	Contribuições ordinárias para Plano de Pensões (€)	283.500	306.396	476.875	615.000	740.833	980.000
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias para Plano de Pensões (€)	1.903.500	2.071.396	2.576.875	3.075.000	3.720.833	4.900.000
	Variação em %	-	8,8	24,4	19,3	21,0	31,7
	Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões ² (€)	-	-	-	9.300.000	-	-
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias e Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões (€)	1.903.500	2.071.396	2.576.875	12.375.000	3.720.833	4.900.000
Variação em %	-	8,8	24,4	380,2	-69,9	31,7	

¹ A remuneração variável paga em determinado ano está relacionada com o desempenho do ano anterior.

² Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado.

Administradores Não-executivos		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Andrzej Szlęzak	Remuneração Fixa (€)	133.000	123.000	133.000	133.000	149.000	165.000
	Variação em %	-	-7,5	8,1	0	12	10,7
António Viana-Baptista	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0
Artur Stefan Kirsten	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0
Clara Christina Streit	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa (€)	-	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	-	0	0	25	0
Francisco Seixas da Costa	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0
José Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	-	80.000	-	-	-	-
	Variação em %	-	-	n.a.¹	-	-	-
Maria Ângela Holguin Cuéllar	Remuneração Fixa (€)	-	100.000	130.000	130.000	144.000	160.000
	Variação em %	-	-	30	0	10,8	11,1
Natalia Anna Olynec	Remuneração Fixa (€)	-	-	-	-	105.000	105.000
	Variação em %	-	-	-	-	-	0
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa (€)	220.000	190.000	220.000	220.000	228.000	260.000
	Variação em %	-	-13,6	15,8	0	3,6	14

¹ A variação de 2019 para 2020 não se aplica devido à renúncia à remuneração apresentada pelo próprio.

Colaboradores da Sociedade		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Remuneração Total ¹	Remuneração média (€) ²	102.140	102.787	105.857	106.928	126.211	130.190
	Variação em % ³	-	4,7	6,5	5,6	24,5	16,1

¹ Engloba as remunerações fixa e variável auferidas, bem como as contribuições anuais para Plano de Pensões.

² Considera-se para a remuneração total média os colaboradores ativos, a tempo inteiro e em desempenho de funções durante todo o ano em análise.

³ As variações anuais foram calculadas numa base constante de colaboradores entre o ano N e N-1, de modo a expurgar deste indicador o efeito de novas contratações no ano N.

Desempenho do Grupo		2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)	2023 (%)
Indicadores de Desempenho	Crescimento das vendas consolidadas (a taxas de câmbio constantes)	6,8	8,4	6,7	10,7	23,9	18,1
	Crescimento do cash flow operacional (EBITDA) ¹ (a taxas de câmbio constantes)	3,9	9,3	0,5	17,5	23,7	13,0
	Δ Resultado Líquido Ordinário atribuído a JM ¹	3,2	8,9	-10,2	30,1	34,2	18,7
	Rentabilidade do capital investido (antes de impostos) ¹	28,5	30,5	29,7	42,6	57,0	58,0

¹ Os valores destes indicadores excluem a aplicação da norma contabilística IFRS16 (de forma a serem totalmente comparáveis ao longo do período de 5 anos). O resultado líquido ordinário refere-se ao valor consolidado atribuível a Jerónimo Martins, SGPS, SA.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77., foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, nos termos da al. g) do n.º 1 do art. 2.º do D.L. n.º 158/2009, de 13.07, durante o exercício de 2023 um valor total ilíquido de 2.788.000 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	910.000	1.638.000
Andrzej Szlęzak ²	60.000	-
María Ángela Holguín Cuéllar ²	60.000	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	120.000	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2023, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2022

¹ Por exercício de funções em órgão de administração

² Por exercício de funções em órgão de fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77. e 78., definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69.).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos do N.º 2 do Art.º 26º-G CVM

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2023, de forma agregada foi no montante líquido de 75.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)			
	Componente Fixa	%	Componente Variável	%
Clara Christina Streit (Presidente)	25.000	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	25.000	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	25.000	100	-	-

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros da Comissão de Auditoria, nos últimos cinco exercícios:

Comissão de Auditoria		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Clara Christina Streit (Presidente)	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa(€)	-	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	-	0	0	25	0
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	20.000	25.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	0	25	0

A informação referente às variações anuais das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados no mesmo período encontram-se referidos no ponto 77.

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 10.000 euros.

Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

De igual forma, a cessação de funções dos membros de comissões da Sociedade reger-se-á pelo disposto na legislação aplicável.

Em todo o caso, reafirma-se, conforme já ficou dito no Ponto 69. que, de acordo com a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2021, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 1 do Art.º 29.º-R CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. k) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade. Ver, também, Pontos 69. e 83.

Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respetivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Ações, Critérios Relativos ao Preço das Ações e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Ações ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Ações e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Ações (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Diretamente Por Estes (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E - Transações com Partes Relacionadas

Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transações Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Art.º 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlęzak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlęzak (SK&S), um dos External Legal Counsels do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Art.º 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Art.º 410.º CSC. Assim, não pode esse administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adotar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, direto ou indireto, do administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

A fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, o Conselho de Administração da Sociedade adotou, com parecer favorável vinculativo da Comissão de Auditoria, o procedimento descrito infra no ponto 91.

90. Indicação das Transações Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

No ano de 2023, não existiram e, conseqüentemente, não foram sujeitas a controlo, quaisquer transações que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89. e 91..

A Comissão de Auditoria verificou os relatórios semestrais, que detalham todas as transações realizadas com partes relacionadas nos últimos seis meses, as quais foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado, não tendo por isso sido submetidas a parecer prévio, conforme procedimento descrito no ponto 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art.º 20.º CVM

Nos termos do procedimento implementado pela Sociedade, a que se faz referência no ponto 89, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, aplicar-se-ão as regras que se descrevem abaixo.

O Group Controller manterá uma lista atualizada (não exaustiva) de todas as entidades que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, devendo o mesmo partilhar anualmente com as competentes áreas funcionais da Sociedade e com os CEOs e CFOs das diferentes subsidiárias da Sociedade a definição atualizada de Partes Relacionadas, de acordo com a IAS 24, e a lista acima mencionada, bem como uma cópia do procedimento aplicável.

As competentes áreas funcionais da Sociedade, bem como os CEOs e CFOs das diversas subsidiárias da Sociedade, reportarão ao Secretário da Sociedade qualquer negociação em curso com um terceiro (ainda que não conste da lista referida acima) que possa dar origem a uma Transação com Parte Relacionada (ou seja, uma transação entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e uma Parte Relacionada da Sociedade).

O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá incluir:

- o objeto, o propósito e a conveniência, do ponto de vista dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e/ou pela subsidiária, da potencial transação com a Parte Relacionada;
- a natureza da potencial Transação com a Parte Relacionada, com a demonstração de que os respetivos termos e condições são semelhantes, ou pelo menos mais favoráveis, àqueles que a Sociedade e/ou a subsidiária obteriam em comparação com os geralmente disponíveis no mercado, ou com os oferecidos a ou por um terceiro em circunstâncias equivalentes;
- a descrição das relações existentes com a Parte Relacionada e o interesse da Parte Relacionada e de outras contrapartes na transação;
- o valor financeiro envolvido na operação com a Parte Relacionada, bem como no conjunto de eventuais negócios realizados com aquela Parte Relacionada nos 12 (doze) meses anteriores ou durante o mesmo exercício; e
- quaisquer outras informações que possam ser relevantes dadas as circunstâncias da transação específica.

O Secretário da Sociedade recolherá toda a informação das transações com Partes Relacionadas que estejam em negociação e, se necessário, avaliará em conjunto com o General Counsel e o Group Controller se tais transações podem ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado.

Qualquer Transação com Parte Relacionada que não possa ser considerada como realizada no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado só poderá ser realizada mediante deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, precedida de parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade, providenciando o Secretário da Sociedade pela intervenção dos referidos órgãos sociais, com a brevidade possível.

As transações que possam ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado seguirão o procedimento normal para a sua aprovação, de acordo com a lei, os estatutos, os regulamentos e as delegações de poderes aplicáveis.

Caso a transação com Parte Relacionada seja aprovada pelo Conselho de Administração e o seu valor (ou valor agregado) seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, esta fará a divulgação pública da transação. A divulgação deve incluir:

- A identificação da parte relacionada;

- Informações sobre a natureza do relacionamento com as partes relacionadas;
- A data e o valor da transação;
- A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não sejam partes não relacionadas, incluindo acionistas minoritários;
- O sentido do parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade.

As transações (exceto transações de consumo) entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e:

- membros da família Francisco Manuel dos Santos, quer diretamente quer por intermédio de entidades em que detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes (não incluindo entidades pertencentes ao grupo de sociedades e de empreendimentos comuns (“joint ventures”) encabeçado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., às quais, no entanto, se aplicará integralmente o procedimento descrito acima);
- dirigentes da Sociedade, quer diretamente quer por intermédio de entidades nas quais detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes,

independentemente de qualificarem como Transações com Partes Relacionadas e/ou apesar de terem sido realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, serão sempre sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria da Sociedade (aplicando-se às transações aqui mencionadas que não se qualifiquem como Transações com Partes Relacionadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos acima descritos envolvendo o reporte das situações ao Secretário da Sociedade, a recolha de informação por parte deste, e a respetiva aprovação, exceto no que se refere à necessidade de intervenção do Conselho de Administração da Sociedade, a menos que tal intervenção seja exigida pela lei, estatutos, regulamentos e delegações de poderes aplicáveis).

As disposições deste procedimento não prejudicam o previsto no Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais no que diz respeito às transações com Administradores, conforme descrito no ponto 89.

Semestralmente, o Secretário da Sociedade fará chegar à Comissão de Auditoria da Sociedade um relatório detalhado identificando as transações com partes relacionadas que tenham ocorrido nos últimos seis meses e que não tenham sido submetidas a parecer prévio de tal Comissão. O referido relatório incluirá as informações relevantes acima descritas.

Nos termos do procedimento aprovado, a Comissão de Auditoria da Sociedade deverá informar de imediato o Conselho de Administração da Sociedade caso verifique algum incumprimento do referido procedimento.

Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 25 – Partes Relacionadas, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/codigo-de-governo-das-sociedades/o-codigo/cgs-em-vigor>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, e demais códigos e políticas, nomeadamente, a Política Anticorrupção, cujos conteúdos cotejam com aspetos ligados ao governo da mesma, e que podem ser consultados no seu sítio institucional. Todos os seus órgãos sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018 (revisto em 2023). Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adotadas na íntegra conforme melhor se refere infra, sem prejuízo do explain apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018, revisto em 2023), as adotadas, as adotadas parcialmente, as não adotadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adoção ou adoção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da atualização da tabela de recomendações múltiplas do CGS IPCG revisto em 2023, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adotada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adotadas, sem prejuízo de, em casos pontuais, a recomendação em causa não ser aplicável *in totum* à Sociedade, o que se encontra identificado na tabela.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adotado parcialmente uma determinada recomendação, faz-se a referência na tabela *infra* quanto às “sub-recomendações” que se consideram ter sido adotadas de forma parcial, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adotadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL		
I.1.1. A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.2. A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 53

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo II. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE		
II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33
II.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, 27 e 29, Subsecção III, pontos 34 e 35, Secção C, ponto 61
II.2.3. A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 23 e 29, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades, (<i>whistleblowing</i>) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.	Parcialmente Adotada (Sub-recomendação II.2.5. (3))	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.a)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.3. Relação entre órgãos da sociedade		
<p>II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
<p>II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
II.4 Conflitos de interesses		
<p>II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89
<p>II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54, Secção E, Subsecção I, ponto 89
II.5. Transações com partes relacionadas		
<p>II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.</p>	Adotada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não aplicável	
III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO		
IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos		
IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos		
<p>IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
<p>IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
<p>IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos</p>	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
<p>IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)	Não aplicável	

Capítulo V. FISCALIZAÇÃO

V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55
V.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 31
	Não aplicável Sub-recomendação V.2.(2)	

Capítulo VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

VI.1 Avaliação Anual de Desempenho

VI.1.1. O órgão de administração— ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos —avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
---	---------	--

VI.2 Remunerações

VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67, Subsecção III, ponto 69
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17, 23 e 29, Subsecção III, ponto 35

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67 e Subsecção III, ponto 69
VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Não Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.c)
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
VI.2.11. A remuneração dos administradores não-executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81
VI.3. Nomeações		
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19
VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.d)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adotada	Parte II, ponto 2.1.e)
VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.f)

Capítulo VII. CONTROLO INTERNO

VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, ponto 52
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50 e 52
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 55
VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52, 53 e 54

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção III, ponto 53, Subsecção IV, ponto 56
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, ponto 52
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 55, e Secção E, Subsecção I, ponto 91

Capítulo VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

VIII.1 Informação

VIII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61
---	---------	--

VIII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37
VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, pontos 46 e 47
VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Com referência à Recomendação II.2.5, a Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações de membros de órgãos sociais, considerando a mesma que uma tal comissão não seria a solução mais adequada, atendendo às suas específicas características. Para além de competir ao colégio de sócios da Sociedade, reunidos em Assembleia Geral, eleger os membros dos órgãos sociais, o que implica que, a existir uma tal comissão, a mesma tivesse necessariamente um papel meramente informativo, consultivo e recomendatório, a Sociedade tem uma vincada natureza familiar, fator que é evidenciado até pelo facto de o Administrador-Delegado da Sociedade ser atualmente Presidente do Conselho de Administração do acionista maioritário da própria Sociedade. Essa vincada natureza familiar implica que a ponderação quanto às propostas a apresentar à votação por parte do colégio de sócios se revistam de especial importância e suscitem especial atenção por parte do Administrador-Delegado (até por uma questão de interdependência e coerência com o processo de seleção e nomeação de quadros dirigentes – ver alínea e) infra) e do acionista maioritário.

Adicionalmente, convirá recordar que a própria CMVM, em 2013, reconheceu que a existência de comissões “(...) com competências para identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador” não se coadunava com o regime legalmente previsto – e atualmente em vigor – de designação de administradores. Promoveu, assim, a CMVM a supressão da previsão atrás referida, a qual deixou de constar do Código de Governo das Sociedades da CMVM em 2013.

b) No que respeita à Recomendação IV.1.2., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de atuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acautelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade e das holdings familiares Arica Holding, B.V., Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., ao facto do respetivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do atual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Art.º 64.º C.S.C..

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com respeito à Recomendação VI.2.9., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de administradores executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos acionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

É ainda de referir que, nos termos da Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade, verificando-se a existência de objetivos plurianuais, a Comissão de Vencimentos poderá considerar proceder à retenção de pagamento de parte da remuneração variável a atribuir, associada ao atingimento dos referidos objetivos plurianuais.

Ver ponto 69. da Parte I, Secção D, Subsecção III.

d) No que concerne à Recomendação VI.3.2., ver a explicação constante da alínea a), supra.

e) Com respeito à Recomendação VI.3.3., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo atualmente operações em três países, e empregando já mais de cento e trinta mil colaboradores. A direção de Recursos Humanos da

Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua seleção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea b) *supra*.

f) Com referência à Recomendação VI.3.4., ver a explicação constante da alínea e) *supra*..

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotada.

**Jerónimo
Martins**



**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
NA CRIAÇÃO DE VALOR**

**Jerónimo
Martins**

2023

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO
NÃO-FINANCEIRA**

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano	263
2. Promover a Saúde pela Alimentação	267
3. Respeitar o Ambiente	282
4. Comprar com Responsabilidade	313
5. Apoiar as Comunidades Envolventes.....	332
6. Ser um Empregador de Referência.....	343
7. Compromissos para 2021-2023	373
8. Compromissos 2024-2026	381
9. Taxonomia da União Europeia.....	387
10. Tabelas de Indicadores.....	406

1. Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano

O ano de 2023 ficou marcado por um contexto internacional de grande instabilidade, nomeadamente com a persistência da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o eclodir de um conflito entre Israel e o Hamas no início do último trimestre do ano, e também por níveis ainda elevados de inflação e taxas de juro. São fatores que aumentam a incerteza e trazem dificuldades acrescidas ao caminho já de si muito desafiante que as empresas tentam fazer para assegurar o cumprimento de ambiciosas metas de sustentabilidade, definidas, na grande maioria dos casos, de forma voluntária. Por exemplo, o facto de muitos países terem ensaiado um regresso a fontes de energia como o carvão tornou mais difícil – e mais dispendioso – o acesso a energia de fontes renováveis. Também o cenário de elevadas taxas de juro que se tem vivido ao longo dos últimos dois anos torna mais difícil manter os investimentos necessários para tornar as empresas mais sustentáveis. Para além de pressionar os orçamentos das famílias, já a braços com a inflação, aumentando ainda mais a sua sensibilidade ao preço.

Apesar desta conjuntura, em 2023, continuámos a investir no crescimento sustentável dos nossos negócios e, pelo quarto ano consecutivo, somos o retalhista alimentar a nível mundial com melhor classificação pelo CDP (Disclosure Insight Action), na sequência da classificação máxima (A) que obtivemos no combate às alterações climáticas e do nível de liderança (A-) que alcançámos na gestão da água enquanto recurso crítico e na gestão das matérias-primas mais associadas ao risco de desflorestação (óleo de palma, papel/madeira, gado bovino e soja).

A nossa pegada carbónica prosseguiu numa trajetória de redução e, durante 2023, emitimos, em termos absolutos, menos 24% de CO₂ do que em 2017 (âmbitos 1 e 2), o ano base para avaliarmos o grau de cumprimento do objetivo neste indicador. Além disso, diminuámos a nossa pegada carbónica por cada 1.000 euros de vendas em 60% face a 2017, superando largamente o objetivo de 40% a que nos tínhamos proposto. Este desempenho compara com um crescimento de 88% das vendas no mesmo período.

No final de 2023 cerca de 780 lojas e centros de distribuição estavam equipados com painéis fotovoltaicos destinados a produzir energia para autoconsumo. Também as nossas duas maiores Companhias estiveram em destaque na iniciativa Lean & Green: a Biedronka manteve a sua estrela e o Pingo Doce alcançou as quatro estrelas, sendo a primeira empresa portuguesa e a quarta a nível europeu a conseguirlo.

As nossas boas práticas têm vindo a ser reconhecidas internacionalmente e, em 2023, estávamos incluídos em mais de 130 índices de sustentabilidade, entre os quais o Eurozone 120 e Europe 120, ambos da Euronext Vigeo-Eiris, e os índices FTSE4Good Developed e FTSE4Good Europe.

A qualidade e segurança alimentar manteve-se como um tema muito relevante para os nossos stakeholders, que ouvimos num novo exercício de auscultação, desta vez com análise de dupla materialidade (impacto e financeira), em linha com as exigências da União Europeia. Neste aspeto, o peso dos produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade aumentou e já representa 13,4% dessas categorias (era 8,4% em 2022). Mais de 90% das compras de produtos alimentares foram feitas a fornecedores locais. Em Portugal, o Pingo Doce foi o primeiro e o único retalhista alimentar a retirar os intensificadores de sabor, já depois de, no ano de 2022, ter conseguido remover os corantes artificiais, de todos os produtos de Marca Própria. Foi também o primeiro a vender frango nacional certificado em produção livre de antibióticos e em bem-estar animal. Nos três países onde temos operações, as reformulações nutricionais dos produtos alimentares das nossas Marcas Próprias evitaram o consumo de 130,2 toneladas de açúcar, 62,8 de gorduras e 25,2 de sal.

Internamente, investimos 312 milhões de euros em medidas de reconhecimento atribuídas aos nossos colaboradores, que foram também os destinatários de 36,3 milhões de euros alocados a programas de responsabilidade social e 7,9 milhões de euros em medidas de bem-estar. Em Portugal, fomos distinguidos como Marca Empregadora Inclusiva, o que acontece pelo terceiro ano consecutivo para a holding do Grupo (tendo obtido este ano, pela primeira vez, o selo de excelência) e para o Recheio. Pela primeira vez, também o Pingo Doce recebeu esta distinção.

As nossas insígnias reforçaram ainda o trabalho realizado junto das comunidades envolventes às respetivas lojas e centros de distribuição. Em 2023, o valor dos apoios diretos concedidos em dinheiro e em géneros ascendeu a mais de 87 milhões de euros, um aumento de cerca de 6% face a 2022.

1.1. Destaques de 2023

Adotamos boas práticas e definimos padrões de qualidade ao longo de toda a cadeia de valor, de acordo com o que está definido na nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa, que assenta em cinco pilares, transversais a todas as nossas Companhias, e que se apresentam resumidamente de seguida, em conjunto com alguns dos resultados alcançados em 2023.

I – Promover a Saúde pela Alimentação

Disponibilizar alimentos de qualidade, seguros e acessíveis.

- Evitámos a entrada no mercado de 130,2 toneladas de açúcar, 62,8 de gorduras e 25,2 de sal através de reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e perecíveis.
- Aumentámos o número das referências de produtos sem glúten para 1.520 (mais 6,4% do que em 2022) e mantivemos as 87 referências sem lactose.
- Garantimos que 100% dos produtos de Marca Própria do Pingo Doce e 100% dos perecíveis especializados em Portugal não têm corantes artificiais nem intensificadores de sabor.

II – Respeitar o Ambiente

Reduzir os impactes ambientais das nossas operações e cadeias de abastecimento.

- Reduzimos em 24% o valor absoluto da nossa pegada de carbono, face a 2017 (âmbitos 1 e 2).
- Terminámos o ano com cerca de 780 lojas e centros de distribuição com painéis fotovoltaicos instalados.
- O Pingo Doce foi distinguido com o prémio quatro estrelas da iniciativa europeia Lean & Green, sendo a primeira empresa em Portugal e a quarta a nível europeu a obter esta distinção.

III – Comprar com Responsabilidade

Integrar critérios sociais e ambientais nas decisões ao longo da cadeia de abastecimento.

- Mantivemos o nosso compromisso de assegurar que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares são feitas a fornecedores locais, tendo o valor superado os 90% em 2023.
- Os produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade representam mais de 13,4% das vendas nestas categorias, um aumento superior a 65% face a 2022.
- O Pingo Doce foi o primeiro retalhista alimentar em Portugal a disponibilizar frango nacional certificado em produção livre de antibióticos e em bem-estar animal.

IV – Apoiar as Comunidades Envolventes

Combater a fome e a subnutrição, em particular junto das comunidades onde temos operações.

- O valor dos apoios diretos concedidos, em dinheiro e em géneros, ascendeu a mais de 87 milhões de euros, um aumento de cerca de 6% face a 2022.
- O Pingo Doce foi o parceiro alimentar oficial da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), doando géneros alimentares num valor superior a 2,5 milhões de euros e, em conjunto com Jerónimo Martins, mais de 3,2 milhões de euros em apoios monetários.

V - Ser um Empregador de Referência

Criar emprego, garantir uma remuneração justa e adequada, e proporcionar ambientes de trabalho estimulantes e saudáveis.

- Investimos 312 milhões de euros em medidas de reconhecimento para os colaboradores em Portugal, Polónia e Colômbia, um aumento de 8% face a 2022.
- Investimos 36,3 milhões de euros em programas de responsabilidade social interna, sendo 93% alocados a programas de bem-estar familiar, e 7,9 milhões de euros a medidas de bem-estar.

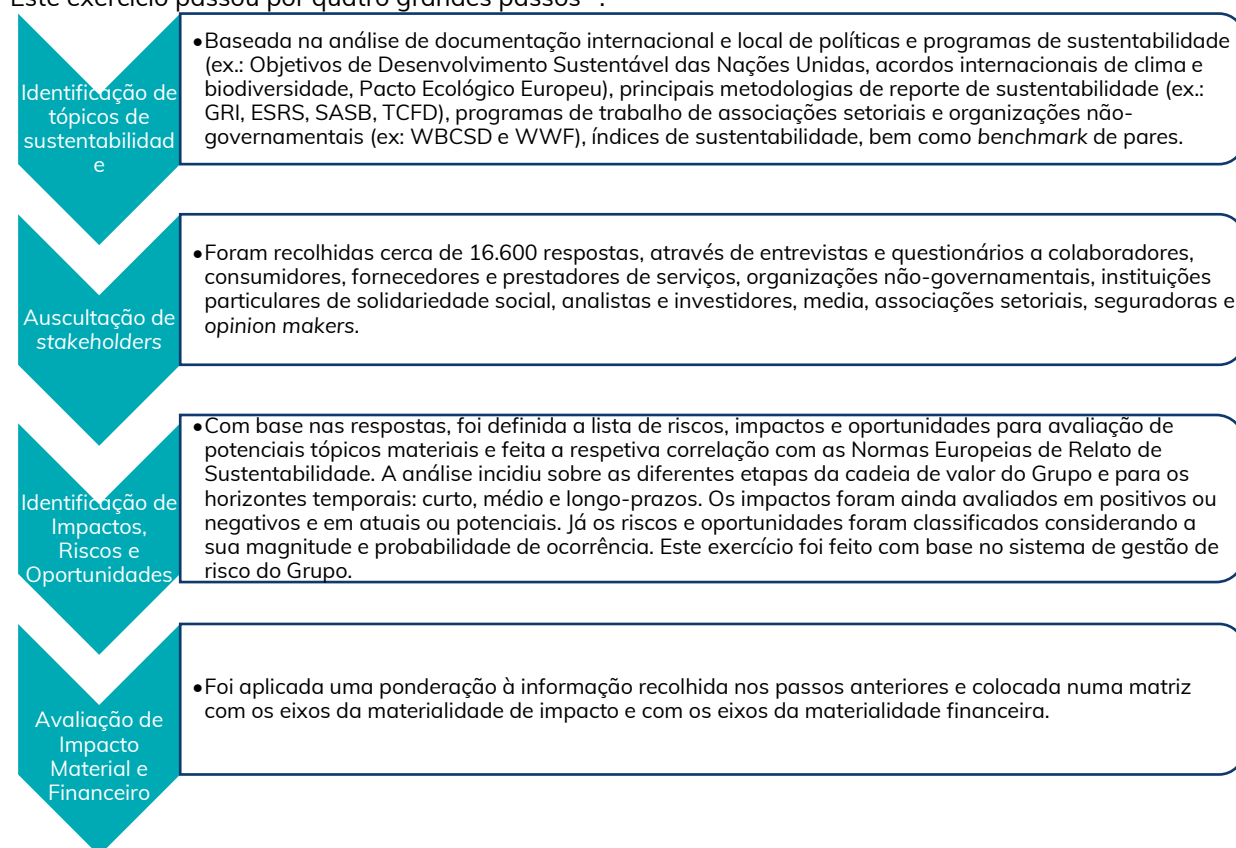
1.2. Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade

Em 2023 realizámos, pela primeira vez, um extenso exercício de dupla materialidade para antecipar os requisitos estabelecidos pela Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa da União Europeia e pelas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade, que especificam as informações que uma empresa deve divulgar sobre os seus impactos, riscos e oportunidades materiais. Este exercício conjuga, numa única matriz, as perspetivas *multi-stakeholder* de materialidade de impacto e também uma análise de materialidade financeira.

Esta dupla dimensão proporciona uma camada adicional de informação face aos anteriores exercícios realizados pelo Grupo (em 2013, 2016 e 2019), que se encontravam alinhados com as melhores práticas da época, como a Global Reporting Initiative, mas que eram baseadas apenas na materialidade de impacto.

O exercício de 2023, o mais robusto e extenso até à data, recolheu informação de mais de 16.600 partes interessadas de nove grupos distintos¹¹, na Polónia, em Portugal e na Colômbia, para analisar em profundidade os tópicos de materialidade de impacto ao longo da nossa cadeia de valor, considerando tanto a sua severidade¹² como a sua probabilidade de ocorrência. Para identificar temas financeiros materiais, o exercício baseou-se no sistema de gestão de risco do Grupo¹³ e considerou os riscos e oportunidades ao longo da cadeia de valor, com base na sua magnitude¹⁴ e probabilidade de ocorrência. No final, o exercício foi também validado por quadros superiores e membros da Comissão Executiva.

Este exercício passou por quatro grandes passos¹⁵:



¹¹ Foram recebidas respostas de representantes dos seguintes grupos: colaboradores, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, organizações não-governamentais, instituições particulares de solidariedade social, analistas e investidores, media, associações setoriais, seguradoras e opinion makers. Para mais detalhes sobre as formas como nos relacionamos com as nossas partes interessadas consulte a página [Os nossos públicos](#), no nosso website corporativo.

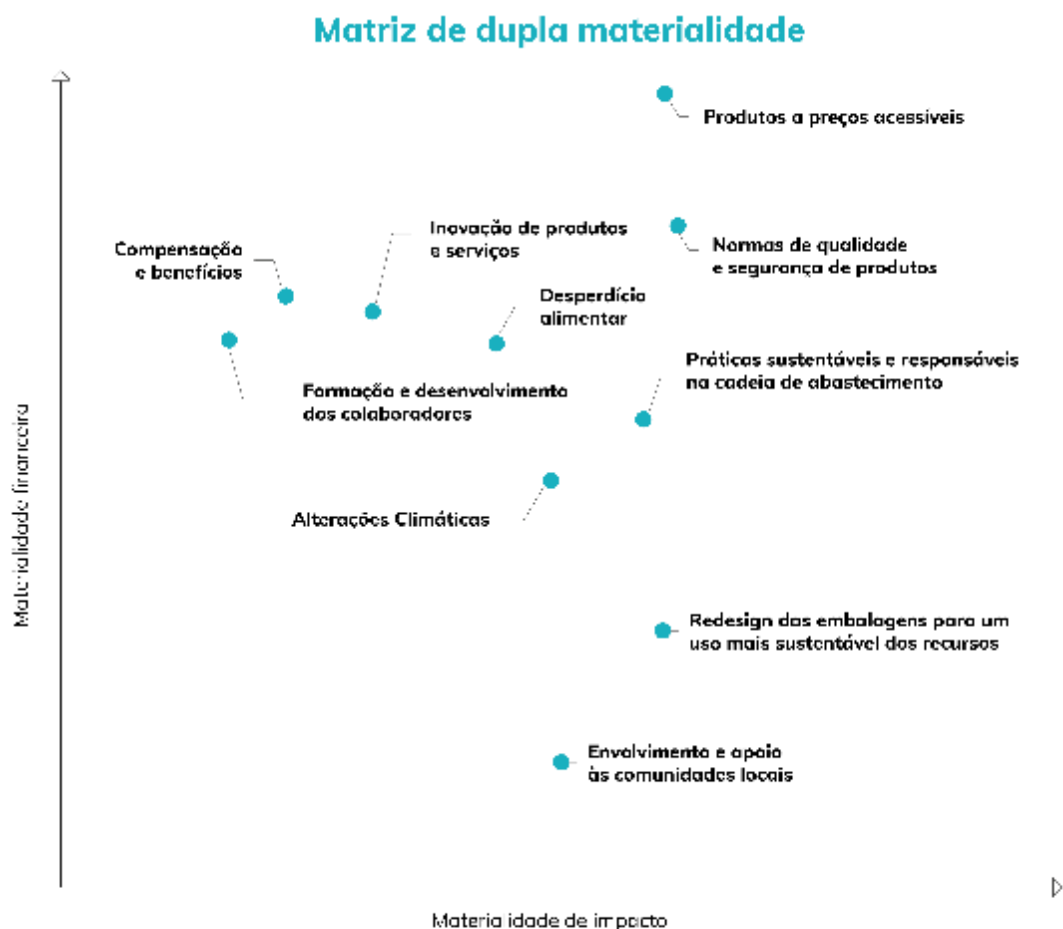
¹² A severidade foi avaliada com base nos seguintes fatores: escala, âmbito e irremediabilidade do impacto.

¹³ Para mais informação, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

¹⁴ A magnitude foi avaliada com base no potencial impacto financeiro nas vendas e custos de um determinado risco ou oportunidade para o Grupo.

¹⁵ No âmbito da identificação de tópicos de sustentabilidade, e no que diz respeito à metodologia das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS, na sigla inglesa), esta abordagem foi realizada de acordo com a versão draft datada de novembro de 2022. Não obstante, foi assegurada a sua correspondência com a versão publicada no ato delegado de 31 de julho de 2023.

Como resultado deste exercício foram identificados os seguintes temas materiais:



Nota: temas materiais resultantes da aplicação de linha de corte.

Estes são os 10 tópicos mais relevantes, em resultado da análise de dupla materialidade:

- produtos a preços acessíveis
- normas de qualidade e segurança de produtos;
- práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento;
- desperdício alimentar;
- inovação de produtos e serviços;
- alterações climáticas;
- redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos;
- compensação e benefícios;
- formação e desenvolvimento dos colaboradores;
- envolvimento e apoio às comunidades locais.

Apesar da integração dos aspetos de materialidade financeira no exercício de 2023, os tópicos materiais identificados são, na sua larga maioria, iguais aos do exercício anterior. A única diferença reside no tópico 'alterações climáticas', que passa a estar incluído entre os mais relevantes. O tópico 'economia circular', presente na matriz de 2019, pode ser transposto para estes resultados devido à sua relação com os tópicos 'redesign de embalagens para um uso mais sustentável dos recursos' e 'desperdício alimentar'.

É nossa intenção repetir este exercício, em toda esta extensão, a cada três anos. Nos anos intermédios serão conduzidas calibrações com o objetivo de assegurar que o mesmo se mantém atual. Ao longo deste capítulo, e para cada tópico material, será dada informação sobre como são geridos os impactos, riscos e oportunidades identificados ao longo da nossa cadeia de valor e como se encontram integrados na forma como conduzimos os nossos negócios.

2. Promover a Saúde pela Alimentação

2.1. Introdução

Reconhecemos o contributo que um Grupo como o nosso pode ter para que a sociedade adote hábitos alimentares mais saudáveis. É por isso que trabalhamos com o objetivo de minimizar o recurso a ingredientes artificiais e a métodos de processamento nos alimentos que produzimos e comercializamos. Ao mesmo tempo, apostamos na diversificação de opções para consumidores com necessidades ou preferências específicas, como alergias e intolerâncias alimentares.

2.2. Qualidade e diversidade

A qualidade e segurança alimentar são consideradas tópicos fundamentais pelos públicos que se relacionam connosco. Para garantirmos elevados padrões de qualidade e segurança alimentar nos produtos que comercializamos, há linhas de orientação que seguimos em todos os países onde temos operações:

- Política da Qualidade e Segurança de Produto¹⁶, que orienta os processos de desenvolvimento e a monitorização de produtos de Marcas Próprias e perecíveis;
- Política Nutricional¹⁷, que aborda o perfil nutricional, os ingredientes preferenciais de uso, a rotulagem, o tamanho das porções, a melhoria contínua e a comunicação;
- *Guidelines* de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria e Perecíveis, que especificam requisitos de qualidade e segurança alimentar em lojas e centros de distribuição, restrições na utilização de corantes, conservantes e outros aditivos artificiais, definem quantidades recomendadas de ingredientes como sal, açúcar e gorduras, e incluem princípios de rotulagem nutricional.

Em 2023, como resultado da melhoria dos nossos procedimentos e da atualização do conhecimento e da informação técnica disponíveis relativos a segurança e qualidade alimentar, revimos as *guidelines* de desenvolvimento de produtos de Marca Própria e perecíveis, e partilhámos essas orientações com os nossos fornecedores. As principais alterações foram:

- a proibição total do uso de acessulfame K (E950) e a eliminação gradual da sucralose (E955), dois edulcorantes, bem como a preferência por adoçantes extraídos de plantas, a partir de 2024;
- a aceitação de fornecedores certificados na norma FSSC 22000 (um esquema de gestão de segurança alimentar reconhecido pela Global Food Safety Initiative).

2.2.1. Lançamentos

Continuámos a disponibilizar produtos que respondem às necessidades e preferências dos consumidores, e alargámos a oferta de alimentos que contribuem para padrões de consumo mais responsáveis.

Polónia

A Biedronka colocou no mercado 73 novos produtos de Marca Própria que promovem uma alimentação mais saudável.

Foram lançados lançou 39 novos produtos da gama Go Active, com destaque para a galinha com caril (combinação rica em proteína com baixo nível de gordura e reduzido teor de açúcar) e as saladas com cuscuz (fontes de proteínas e de fibra). A gama Go Active oferece soluções para pessoas ativas que procuram recuperar após exercício físico ou que se estão a preparar para treinar.

No sentido de alargar o acesso a alimentos que respondam a necessidades, dietas e preferências específicas dos consumidores, a Biedronka lançou sete produtos sem glúten (ex., os filetes de peru com caril Kraina Wędlin). Nas categorias de produtos para veganos e vegetarianos, produzidos sem organismos geneticamente modificados (OGM) e respeitando outros critérios exigidos legalmente¹⁸, a Biedronka lançou 13 referências, na sua maioria da gama Go Vege.

¹⁶ Esta política está disponível em [Publicações de Responsabilidade Corporativa](#), no website corporativo.

¹⁷ Esta política está disponível em [Publicações de Responsabilidade Corporativa](#), no website corporativo.

¹⁸ As alegações quanto à aptidão para consumo vegano devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentados como "alimento para vegans" ou "adequado

No caso de alimentos perecíveis, destaque para as patas e miúdos de galinha criada ao ar livre (*free range*), da gama Kraina Mięs Nature (Terra da Carne Natureza), um produto que não existia no mercado polaco, e para a perna de pato com couve vermelha da Wolno Gotowane (Cozinhado Lentamente). Esta gama chegou à Polónia em 2016 pela mão da Biedronka e oferece produtos de conveniência pré-confeccionados, uma forma de manter as propriedades nutricionais praticamente inalteradas e que evita o uso de conservantes, além de prolongar o tempo de vida do produto em prateleira.

Portugal

Entre os produtos lançados em 2023, destaque para o leite sem lactose com sabor a mel e cidreira (enriquecido com vitaminas do complexo B) Pura Vida, a bebida à base de aveia biológica, sem açúcares adicionados, apta para veganos e produzida em Portugal, e o Leite Meio-Gordo UHT Pingo Doce, também biológico.

O Pingo Doce lançou também várias opções de frutos secos biológicos, sem pesticidas químicos e sem OGM, como castanha de caju cru, miolo de amêndoa crua sem pele, miolo de noz e uma mistura de frutos.

Para clientes com necessidades específicas, nomeadamente veganos, o Pingo Doce colocou no mercado uma maionese de abacate, contendo 30% de óleo do fruto. Na gama Pura Vida, foram ainda lançados suplementos efervescentes de magnésio, cálcio, vitamina C e um multivitamínico, e uma especialidade láctea enriquecida com colagénio, antioxidante, sem gordura, sem açúcares nem edulcorantes adicionados, e com cálcio, vitamina E e proteína.

No Pingo Doce, a gama Go Active foi alargada com seis novos artigos para consumidores que pretendem dietas ricas em proteína. Destacam-se o mix de frutos secos e sementes, o creme de barrar de caju e avelã sem corantes nem conservantes, e a proteína whey (proteína de soro de leite) com sabor a bolacha e nata, sem açúcares adicionados e apta para celíacos.

Nos alimentos perecíveis, destaque para o lançamento da gama *slow cooked* do Pingo Doce, na qual, como o nome indica, os artigos são cozinhados lentamente, a baixa temperatura. O peito de pato com molho de arandos e a coxa de peru com ameixas foram dois dos produtos colocados à venda.

Na área de fruta e vegetais, destacam-se o morango Pingo Doce, em embalagem de um quilograma, e os lançamentos da cebola doce e cebola roxa.

Nas áreas de *meal solutions* e *takeaway*, a oferta foi alargada com seis novas opções vegetarianas (como o cuscuz de alperce e *ras el hanout*, mistura de especiarias típica da gastronomia magrebinha, e o gratinado de feijão-de-lima com cogumelos). No decorrer do ano, a Cozinha de Aveiro implementou uma nova tipologia de embalagem, nomeadamente em atmosfera protetora, em 18 referências. A embalagem em atmosfera protetora ajuda a preservar o aspeto, a cor e as propriedades organoléticas do produto durante o seu prazo de validade, limitando simultaneamente o crescimento de bactérias e abrandando a degradação do produto.

Produtos para crianças

Reconhecendo a necessidade de alargar a oferta de produtos que ajudem as famílias a preparar refeições mais equilibradas, o Pingo Doce lançou duas farinhas biológicas para preparação de papas: uma de arroz, para crianças a partir dos quatro meses (sem glúten e com alto teor de vitamina B1) e uma multicereais para crianças a partir dos seis meses (com vitaminas A, B1, D, cálcio, ferro e zinco). Estas farinhas não têm adição de açúcares, de sal nem de farinhas hidrolisadas. O Pingo Doce lançou também as pipocas com maçã de Alcobaça desidratada, e os palitos de milho sem glúten e sem intensificadores de sabor, ambos sem OGM.

A Biedronka colocou no mercado sumos biológicos da marca Dada, especializada em artigos de puericultura. Um dos sumos é de cenoura e maçã, outro é de maçã, abóbora e banana, sendo as duas bebidas ricas em vitamina C.

a vegans" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não-vegetais; e não conter OGM.

Colômbia

A Ara lançou a gama Bien Vida, que, pelo cuidado com que foi desenvolvida, chega ao mercado sem nenhum dos símbolos de aviso que a legislação colombiana impõe no caso de produtos com teores excessivos de sódio, açúcar, gordura saturada, gordura trans ou edulcorantes. Destaque para o óleo virgem de coco, natural, obtido a frio e feito na Colômbia. Nota ainda para o leite meio-gordo De La Cuesta Slim, com menos 40% de gordura face ao artigo convencional da mesma marca, o chá gelado Top Tea Blanco Kiwi-Menta (sem açúcares adicionados) e o sumo de uva Solei sem adição de açúcares nem conservantes.



Lançamentos 2023	Polónia ¹⁹	Portugal ²⁰	Colômbia ²¹	Total
Sem glúten	*7	55	0	62
Sem lactose	0	5	1	6
Vegano e vegetariano	13	11	0	24
Biológicos	1	15	0	16

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten.

Referências totais	Polónia ²²		Portugal ²³		Colômbia ²⁴		Total		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	Δ 2023/2022
Sem glúten	*108	*110	1.411	1.316	1	3	1.520	1.429	+6,4%
Sem lactose	26	29	49	49	12	9	87	87	0,0%
Vegano e vegetariano	156	181	39	46	-	-	195	227	-14,1%
Biológicos	52	68	99	98	-	-	151	166	-9,0%

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten.

2.2.2. Reformulações

[GRI 416-1]

A estratégia de reformulação nutricional que seguimos dá prioridade aos alimentos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam muito consumidos e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto materialmente positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser genericamente percecionados como saudáveis pelos consumidores, tenham um perfil nutricional que necessita de ser ajustado;
- contenham pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;
- contenham ingredientes potencialmente geradores de alergias.

Em 2023 foram revistas as receitas de 37 produtos alimentares, incluindo perecíveis. Estas reformulações evitaram o consumo de 130,2 toneladas de açúcar, 62,8 de gorduras (39,7 de gordura e 23,1 de gordura saturada) e 25,2 de sal.

¹⁹ Marcas Próprias Biedronka e perecíveis.

²⁰ Marcas Próprias Pingo Doce, Recheio e perecíveis.

²¹ Marcas Próprias Ara.

²² Marcas Próprias Biedronka e perecíveis.

²³ Marcas Próprias Pingo Doce, Recheio e perecíveis.

²⁴ Marcas Próprias Ara.

Reformulações nutricionais***	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Ara	Total
Número de produtos reformulados*	11	11	9	6	37
Sal (referências)	7	3	2	6	18
Açúcar (referências)	4	7	7	0	18
Gordura (referências)	2	0	0	0	2
Gordura saturada (referências)	2	1	1	0	4
Quantidades evitadas (toneladas)**					
Sal	21,1	1,5	0,8	1,8	25,2
Açúcar	28,1	67,0	35,1	0	130,2
Gordura	39,7	0	0	0	39,7
Gordura saturada	15,9	6,9	0,3	0	23,1

* Um produto pode ter a sua receita revista relativamente a mais do que um ingrediente: o método de contagem única, e não de referências, é feito com o propósito de transparência sobre o número de intervenções.

** Método de cálculo: quantidades dos ingredientes presentes nas receitas das referências abrangidas multiplicadas pelo número de unidades das referências em questão compradas ou vendidas no ano.

*** Inclui perecíveis.

Polónia

Dos 11 produtos de Marca Própria reformulados, o maior destaque vai para a maionese Madero cujo teor de açúcar foi reduzido em 12% (representou menos 8 toneladas consumidas). Em relação ao sal, foi cortado em 25% nas guiozas com carne (mais de 10 toneladas foram evitadas). A redução dos teores de gordura e gordura saturada foi evidente nas tortilhas de milho com queijo e com sal da Top, numa média entre os 4% e 12% e entre os 29% e 43%, respetivamente.

Em 2023 a Biedronka enriqueceu dois cereais de pequeno-almoço com fibra (os flocos de chocolate e de mel Vitanela), num total de 47 toneladas de fibra adicionadas. Estes dois cereais passaram a ser produzidos com menos açúcar (redução entre 2% e 7%, num total de 20,3 toneladas), e menos sal (entre 35% e 50%, num total de 6,9 toneladas).

No caso de artigos perecíveis, a quantidade de carne na salsicha Kraina Mięś Select aumentou em 13 p.p. (de 80% para 93%). Nas mesmas salsichas, foram removidos todos os aditivos que existiam na sua composição (tais como fibra de aveia e de trigo, aromas, vinagre em pó, goma de tapioca, e o dióxido de enxofre e sulfitos das especiarias). Também nos croissants com nozes e recheio de cacau, a lecitina de soja foi substituída por lecitina de girassol ou de colza.

Na lógica de *clean labelling*, e com o objetivo de oferecer produtos com menos aditivos, retiraram-se o intensificador de sabor e os conservantes dos filetes de arenque em óleo vegetal Marinero.

Nos produtos não-alimentares, foram retirados os microplásticos das máscaras faciais de chá verde, sensitive e de algas, e dos removedores de verniz da gama cosmética Be Beauty.

Portugal

Foram revistas as receitas de 20 produtos em 2023, com destaque para produtos muito consumidos por crianças, como os cereais de pequeno-almoço recheados das marcas Pingo Doce e Amanhecer e as estrelinhas Masterchef, o iogurte de morango, bolacha e banana do Pingo Doce, e as pipocas doces da mesma marca. Os teores de açúcar nestes produtos foram reduzidos entre 12% e 27%, o que evitou o consumo de 36 toneladas. Aos cereais já referidos, foram adicionadas cerca de 6 toneladas de fibra (entre 15% e 48% mais fibra do que anteriormente).

No caso do sal, e entre os cinco artigos revistos (reduções entre 24% e 40%), destaque para os cereais *corn flakes* (evitou-se o consumo de mais de 2,3 toneladas de sal). Na gordura saturada, destaque para a maionese *light* Amanhecer e para as mini panquecas Pingo Doce, com reduções de 29% e 77%, respetivamente.

Nota ainda para a eliminação do caramelo sulfítico de amónia (E150d), um corante natural que era usado na sopa rabo de boi, e do intensificador de sabor da canja de galinha, ambas da marca Amanhecer.

O progresso dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce no contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do governo português pode ser consultado no website corporativo de Jerónimo Martins²⁵.

Colômbia

Foram revistas as receitas de seis produtos de Marcas Próprias da Ara quanto aos teores de sal, na maioria snacks da Tojitos (batatas fritas) e Camote (nachos), o que evitou o consumo de 1,8 toneladas de sal. Às batatas fritas Tojitos com sabor a limão e sabor a frango foi retirado o intensificador de sabor glutamato monossódico.

Zero Corantes Artificiais e Zero Intensificadores de Sabor

Depois de em 2022 terem sido removidos os corantes artificiais das Marcas Próprias do Pingo Doce, e os intensificadores de sabor dos perecíveis especializados, uma nova ambição foi alcançada em 2023, com a eliminação dos intensificadores de sabor nos alimentos de marca própria e dos corantes artificiais nos perecíveis.

Na Biedronka cumprimos o objetivo de ter pelo menos 90% de produtos de Marcas Próprias sem corantes artificiais nem intensificadores de sabor registando um progresso de 98% e 97% do sortido, respetivamente. No caso dos perecíveis especializados, os produtos de padaria e pastelaria, carne, peixe, fruta e vegetais incluindo os embalados e preparados, não continham corantes artificiais nem intensificadores de sabor.

Na Colômbia, as Marcas Próprias atingiram um rácio de 95% de produtos livres de corantes artificiais e 96% sem intensificadores de sabor. Já nos perecíveis especializados (produtos de padaria e pastelaria) da Ara, 96% não continha corantes artificiais e 100% não continha intensificadores de sabor.)

2.2.3. Promoção de escolhas mais conscientes

Com o objetivo de ajudar o consumidor a escolher o que mais se adequa às suas necessidades, temos vindo a ajustar o sortido e a reforçar a comunicação de produto, de acordo com a realidade de cada mercado. Entre as prioridades definidas neste âmbito estão as alterações ao formato dos produtos, a indicação voluntária do número de porções de cada embalagem, a informação sobre o tempo médio de consumo após abertura (ex., maioneses, leites e doces de fruta) e a menção, sempre que possível, de apenas uma data de validade, para evitar a confusão do consumidor com outras datas impressas (como as relativas à produção dos lotes).

Informação de produto

[GRI 417-1]

Para além da informação técnica e legal incluída na embalagem, como a composição e as tabelas nutricionais completas com valores por 100 gramas e por dose, divulgamos voluntariamente na frente das embalagens também informação nutricional mais intuitiva.

Em Portugal, utilizamos:

- símbolo Sem OGM em produtos constituídos por milho e/ou soja, dois ingredientes suscetíveis de serem geneticamente modificados. No final de 2023, nos produtos que continham mais de 50% de milho e/ou soja no peso líquido, o rácio da aplicação do símbolo fixou-se nos 30%²⁶;
- simbologia específica nas bebidas alcoólicas para índice calórico (presente em 93% das referências, mais 1 p.p. face a 2022), aviso para mulheres grávidas (presente em 100% das referências) e apelo à condução responsável (presente em 72% do universo de produtos elegíveis, mais 1 p.p. do que em 2022);
- iconografia para produtos que são fonte de ómega-3, sem açúcares adicionados, sem gordura, sem lactose e sem glúten;
- a identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, desenvolvido em colaboração com

²⁵ Mais informação disponível na página “[Os Nossos Compromissos e Progresso](#)”, no website corporativo.

²⁶ Considerando 21 artigos Pingo Doce (Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida) e 23 artigos Recheio (Masterchef e Amanhecer) à venda em 2023. Selo Sem OGM: 10 artigos Pingo Doce e três artigos Recheio.

a Fundação Portuguesa de Cardiologia. Ainda neste âmbito, também a bebida de aveia enriquecida (com ómega-3) Pura Vida foi recomendada por este programa.

Na Polónia, colocamos:

- símbolo Sem OGM nos produtos à base de plantas²⁷ e constituídos maioritariamente por milho e/ou soja (presença acima de 50% do peso líquido). Em 2023, este símbolo esteve aplicado em 100% (mais 9 p.p. face a 2022) dos 29 produtos²⁸ elegíveis;
- a indicação de fibra na tabela nutricional;
- simbologia específica, com base em critérios próprios e outros exigidos pela legislação polaca, nos produtos para consumidores veganos e para vegetarianos (13 novos produtos estavam rotulados como aptos para veganos ou vegetarianos, num total de 156 no final do ano);
- iconografia nos produtos que são fonte de ómega-3, sem lactose e sem glúten. Neste último caso, mantivemos a parceria com a Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten, garantindo a ausência de contaminação cruzada. Em 2023 obtivemos a certificação de sete novos produtos – no total, 108 produtos estavam rotulados com este símbolo;
- o rótulo Sem Adição de Açúcar em 32 produtos;
- simbologia nas bebidas alcoólicas para índice calórico (presente em 100% das referências, mais 3 p.p. face a 2022), de aviso dirigido às mulheres grávidas (100%, mais 5 p.p.) e de apelo à condução responsável (100%, mais 5 p.p.);
- ícone “Wybiegaj To!” (Pace – Physical Activity Equivalent, Equivalente de Atividade Física) que procura quantificar o esforço físico necessário para queimar as calorias provenientes do consumo de snacks, como batatas fritas e aperitivos, da marca Top. Em 2023, 33 novos produtos apresentavam este novo rótulo;
- ícone “1 z 5” (1 Dos Seus 5 Por Dia), uma alusão ao consumo diário recomendado de cinco variedades de fruta e vegetais. Quatro novos produtos apresentaram esta rotulagem;
- ícone “Zalecana Dzienna Porcja Orzechow” (Uma Mão Cheia de Frutos Secos), que pretende estimular o consumo destes frutos, importantes para a manutenção de uma dieta equilibrada;
- no caso de produtos não-alimentares, o rótulo “Vegan Friendly”, aplicado a 21 novos produtos.



Em 2021, o Pingo Doce e a Biedronka adotaram o Nutri-Score, uma simbologia intuitiva presente em alimentos pré-embalados. O Nutri-Score estabelece uma classificação nutricional de A (qualidade nutricional elevada) a E (produtos que devem ser consumidos com menor frequência), traduzida num código de cores presente na frente da embalagem. Em 2023, a Biedronka estendeu o Nutri-Score a mais 152 produtos de entre as 20 categorias de produtos selecionadas para classificação, aumentando para 405 o total de artigos classificados segundo este sistema de avaliação do perfil nutricional dos produtos (+60% face a 2022). No final do ano, os produtos com esta simbologia totalizaram 591 (+96%) no Pingo Doce e 86 no Recheio (+760%)²⁹.

Na Colômbia, garantimos a informação nutricional por porção e por 100 g ou 100 ml de produto, na parte de trás da embalagem, conforme requisitado pela lei³⁰. Na face frontal das embalagens, asseguramos utilização de iconografia relativa a níveis de sódio, gorduras saturadas e açúcar acima dos recomendados pelas autoridades de saúde. Esta simbologia está presente em 100% dos produtos alimentares de Marca Própria relativamente aos quais esta norma é aplicável, num total de 199 produtos.

A cerveja 20 de Julio, da Ara, conta desde 2021 com simbologia de condução responsável e de aviso para grávidas.

²⁷ A rotulagem aplica-se em duas dimensões, em cumprimento da legislação polaca: “Sem OGM” (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e “Produzido Sem o Uso de OGM” (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).

²⁸ Inclui produtos das Marcas Próprias da Biedronka.

²⁹ Mais informação pode ser encontrada nos websites www.biedronka.pl/nutri-score e www.pingodoce.pt/responsabilidade/nutri-score.

³⁰ Ley 2120 e a Resolución 810, ambas de 2021.

Informação noutros meios

Para além da comunicação em embalagem de produto, com conselhos de confeção e sugestões de acompanhamento com vegetais ou fruta, também o website³¹, as redes sociais e a revista *Sabe Bem* – que conta com uma tiragem média bimestral de 100 mil exemplares e que incluiu seis artigos assinados pela Direção-Geral da Saúde – são canais de elevado alcance utilizados pelo Pingo Doce para a promoção da dieta mediterrânica. São também publicadas no website do Pingo Doce receitas que incentivam o reaproveitamento de excedentes alimentares.

O Pingo Doce e a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde) desenvolvem desde 2021 o programa “A Saúde Alimenta-se”, que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde, incentivando os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida³².

A Biedronka editou seis e-books *Czas Na... (Tempo Para...)* focados em nutrição e estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis, com edições alusivas, entre outros, a épocas festivas como o Natal, Páscoa e Verão, e a temas como o flexitarianismo e o combate ao desperdício alimentar.

A magazine *Dada*, Marca Própria da Biedronka dedicada a bebés e crianças, contou com quatro edições em 2023. Dirigida aos pais, a revista contém artigos sobre nutrição e estilos de vida saudáveis, e resulta da colaboração entre o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o Departamento de Qualidade da Biedronka.

As características dos produtos alimentares e os seus benefícios para a saúde foram apresentados em 74 publicações externas, que incluem panfletos temáticos, inserções em jornais e publicações no website e nas redes sociais (Facebook, TikTok, Instagram, LinkedIn e Youtube) da Biedronka. Os colaboradores da Companhia foram ainda impactados por 17 publicações internas, através da intranet.

Mesmo antes do início do ano letivo 2023-2024, a Biedronka lançou a campanha educacional e de fidelização [Gang Mocniaków](#), que visa alertar as gerações mais novas para os “superpoderes” dos alimentos, dando ênfase a produtos frescos e às marcas exclusivas da cadeia. No âmbito da campanha, foram elaborados 33 materiais educativos, incluindo seis livros infantis.

2.2.4. Parcerias e apoios

Mantemos um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência nos três países onde temos operações, por forma a aprender e a partilhar conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde.

Em Portugal, o Pingo Doce é membro ativo da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), participando em comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar, entre outras. O Pingo Doce mantém um conjunto de parcerias duradouras com organizações que visam contribuir para a alimentação saudável enquanto pilar de saúde pública, como a Direção-Geral da Saúde (no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável³³), a Associação Portuguesa de Celíacos e a Associação Portuguesa de Nutrição. Neste último caso, o Pingo Doce patrocinou o XXII Congresso de Nutrição e Alimentação.

O Pingo Doce colaborou ainda com o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa no workshop “Co-criação e Technov”, que desafiou os estudantes a procurar alternativas à carragenina (E407) e às algas *Eucheuma* transformadas (E407a), aditivos usados como espessantes, estabilizantes e gelificantes. Ainda no âmbito da sua relação com a Academia, participou no Grupo de Trabalho para Apoio à Atualização da Tabela da Composição de Alimentos (GTTCA) organizado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, com o objetivo de colaborar na identificação dos produtos alimentares e dos seus perfis nutricionais.

³¹ Adicionalmente, o website tem uma lista de produtos sem lactose ou sem glúten, com o objetivo de auxiliar os consumidores nas suas compras. Esta lista é atualizada mensalmente pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efetuado aos produtos de Marca Própria.

³² Para saber mais, consulte www.pingodoce.pt/responsabilidade/a-saude-alimenta-se/ e www.cuf.pt/saude-alimenta-se

³³ Disponível em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/

Na Polónia, realizou-se a segunda edição da campanha de educação nutricional sobre o Nutri-Score, apresentada no Dia Mundial do Consumidor. Contando com a participação da Federação Nacional do Consumidor, foi formalizada a Coligação Nutri-Score, um acordo de cooperação entre vários retalhistas e produtores alimentares que utilizam o rótulo voluntário Nutri-Score nas embalagens dos seus produtos (como a Biedronka, o Carrefour, o Auchan, a Zabka, a Nestlé e a Danone).

Outras parcerias do Pingo Doce e da Biedronka podem ser consultadas no website Jerónimo Martins³⁴.

2.3. Qualidade e segurança alimentar

O investimento permanente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos está na base do capital de reputação das nossas insígnias e negócios. Contamos com os nossos técnicos de qualidade e segurança alimentar, recorremos a auditores externos e a laboratórios independentes e acreditados, e temos o nosso próprio laboratório de biologia molecular, que verifica a autenticidade dos ingredientes incorporados nos produtos para prevenir a fraude alimentar.

Em 2023 realizámos 16.869 auditorias internas às nossas infraestruturas (mais 7% do que em 2022), 259.361 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, (mais 15%), e 75.125 análises a produtos alimentares (menos 8%).

A execução das auditorias internas e de seguimento³⁵, assim como das análises a efetuar aos produtos comercializados, tem em linha de conta o grau de risco associado a critérios como higiene, segurança alimentar e outros aspetos de qualidade³⁶.

2.3.1. Certificações

Durante o ano foram renovadas, ou estendidas a novas infraestruturas, as seguintes certificações:

- ISO 22000:2018 em 16 centros de distribuição e na sede da Biedronka, relativa, respetivamente, ao processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares, e ao desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria;
- FSSC 22000 v.5.1 (que inclui a ISO 22000:2018) na fábrica de sopas na Polónia, relativa ao pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individualizado;
- ISO 9001 no desenvolvimento de Marcas Próprias em Portugal e acompanhamento do produto/fornecedor após lançamento;
- HACCP³⁷ segundo o Codex Alimentarius³⁸ nas duas cozinhas centrais do Pingo Doce (na vertente de segurança alimentar), em 13 lojas Recheio, na plataforma de food service do Recheio MasterChef em Lisboa e em quatro centros de distribuição em Portugal (na vertente de segurança alimentar);
- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa EN ISO 22000:2018, em 26 lojas Recheio e em duas plataformas food service do Recheio MasterChef;
- Manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 848/2018 do Conselho Europeu, obtida para o centro de distribuição inaugurado na Polónia e renovada para os remanescentes 17, num total de 18. Certificação para os quatro centros de distribuição em Portugal;

³⁴ Disponível em www.jeronimomartins.com/pt/responsabilidade/promover-saude-pela-alimentacao/comunicacao/

³⁵ Diferenciando-se conforme a unidade de negócio e a infraestrutura a avaliar, as auditorias realizadas internamente consideram critérios organizados em dimensões como sejam as condições básicas de higiene, a limpeza e desinfeção, a manutenção de infraestrutura e equipamento, as boas práticas de produção, o manuseamento de produto, a disponibilização de água potável, a metrologia, o controlo de pragas, a gestão de resíduos, os registos, rastreabilidade e atualização de procedimentos. Tais auditorias determinam uma classificação, com escalas distintas conforme as unidades de negócio: "Inaceitável", "Básico", "Satisfatório", "Bom", "Muito Bom" e "Excelente", sendo as potenciais ações corretivas a adotar definidas conforme a gravidade das não-conformidades encontradas. Também os períodos concedidos para a resolução das questões identificadas podem variar entre o imediato e o tempo regular até à auditoria subsequente.

³⁶ Incluem, entre outros: a legislação em vigor e as especificações técnicas das autoridades oficiais; as recomendações da União Europeia e/ou outros órgãos oficiais; os avisos de emergência RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed e os incidentes de fraude alimentar conhecidos; as características físicas dos produtos (como a perecibilidade) e as organolépticas (como cor, textura, sabor ou cheiro); o país de origem de produção e/ou de fornecimento dos produtos e o histórico dos parceiros comerciais; a expansão comercial (lojas e centros de distribuição); as condições envolventes (saneamento ou condições climáticas relacionadas com humidade e temperaturas médias); a opção por esquemas de certificação de infraestruturas; e os resultados de avaliações de anos transatos.

³⁷ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) visa evitar, por via da eliminação ou redução de perigos, potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.

³⁸ Conjunto de normas internacionais que visa promover a segurança sanitária dos alimentos e a proteção dos consumidores. O Codex Alimentarius pode ser consultado em <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/home/en/>

- Certificação de 489 lojas Biedronka para o correto armazenamento e confeção de produtos biológicos.

2.3.2. Auditorias

[GRI 416-1]

A par das auditorias internas, fazemos auditorias aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. Os resultados podem ser consultados no subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas e os centros de distribuição da Biedronka foram auditados por equipas internas e por auditores externos para verificação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Biedronka	Lojas			Centros de distribuição		
	2023	2022	Δ 2023/2022	2023	2022	Δ 2023/2022
Auditorias internas	8.687	7.842	+10,8%	38	32	+18,8%
Auditorias de acompanhamento	248	156	+59,0%	0	0	-
Auditorias externas	34	28	+21,4%	9	27**	-66,7%
Desempenho HACCP*	84%	85%	-1 p.p.	88%	88%	-

*A implementação HACCP na Biedronka é avaliada com base em referenciais próprios que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius e no quadro regulatório da União Europeia (Regulamento CE N.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios). Nos centros de distribuição, a taxa de conformidade resulta das auditorias internas no âmbito da certificação da norma ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

** Valor corrigido.

Foram feitas mais auditorias internas e de acompanhamento às lojas devido à expansão da Biedronka (mais 174 lojas face a 2022), ao aumento do número de balcões de venda de carne (mais 41,6% face a 2022)³⁹, e ao crescimento do número de *micro fulfilment centres* da operação Biek⁴⁰. Também o facto de haver mais 14 lojas com sortido de pão biológico (mais 2,9% do que em 2022)⁴¹ levou a que os controlos externos aumentassem por imposição das entidades competentes.

Nos centros de distribuição, o número de auditorias internas aumentou ligeiramente fruto da inclusão de dois novos centros de distribuição e da avaliação de risco. A diminuição das auditorias externas deve-se à execução, ainda no fim de 2022, de algumas que estavam previstas para o início do ano de 2023.

Foram feitas mais 32,6% de análises do que em 2022, o que se explica essencialmente pelo alargamento do número de lojas da Biedronka com balcões de carne. No que se refere às matérias-primas/produtos acabados em loja, a redução deve-se a uma maior eficiência na gestão dos processos e à indisponibilidade do produto no momento dos controlos efetuados.

³⁹ Em 2023 existiam 1.079 balcões, enquanto que em 2022 eram 762. Na Polónia, as auditorias internas, incluindo as de acompanhamento às lojas são adjudicadas a entidades independentes, como a Diversey, a Det Norske Veritas (DNV-GI) ou a Lloyd's Register. Nos Centros de Distribuição, as auditorias internas são feitas pelos técnicos da Qualidade e Segurança Alimentar, sendo as auditorias externas, no âmbito da certificação pela ISO22000, feitas pela DNV-GI.

⁴⁰ Esta operação, iniciada em 2021, consiste em *micro-centros de distribuição* (MFC – *Micro-Fulfillment Centres*) operados por colaboradores para dar resposta às encomendas feitas pelos consumidores por via da aplicação da Glovo, parceira de distribuição rápida da Biedronka. Existiam 18 localizações no fim de 2023 (15 localizações em 2022) nas cidades de Varsóvia, Łódź, Cracóvia, Gdańsk, Poznań e Wrocław. Mais informação em <https://www.biek.pl/>

⁴¹ Em 2023 eram 489 as lojas com sortido de pão biológico (475 em 2022). Os controlos externos relativos à certificação biológica foram exercidos pela BIOCERT, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

Número de análises/amostras recolhidas na Polónia	2023	2022	Δ 2023/2022
Superfícies de trabalho	121.919	91.804	+32,8%
Manipuladores	9.480	7.115	+33,2%
Matérias-primas/produto acabado	334	501	-33,3%
Água	1.885	1.377	+36,9%
Total	133.618	100.797	+32,6%

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce, ao Recheio e aos centros de distribuição:

	Lojas Pingo Doce			Lojas Recheio			Centros de distribuição**		
	2023	2022	Δ 2023/2022	2023	2022	Δ 2023/2022	2023	2022	Δ 2023/2022
Auditorias internas	485	488	-0,6%	99	84	+17,9%	31	15	+106,7%
Auditorias de acompanhamento	2.886	3.027	-4,7%	246	229	+7,4%	196	181	+8,3%
Auditorias externas	74	76	-2,6%	21	19	+10,5%	7	10	-30,0%
Desempenho HACCP*	87%	82%	+5 p.p.	84%	84%	-	84%	93% ***	-9 p.p.

* No Pingo Doce e no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as Companhias operam.

** Incluem também as cozinhas centrais e as cantinas internas.

*** Valor corrigido.

No Pingo Doce, e apesar da abertura de mais dez lojas em 2023 (para as 482), o número de auditorias diminuiu devido à prioridade dada a avaliações de lojas cujo desempenho foi mais baixo em 2022, procurando-se verificar a correção de não-conformidades identificadas. Esta reorientação de prioridades, já ocorrida em 2022 com semelhantes resultados, permitiu melhorar em 5 p.p. a performance HACCP da Companhia.

O Recheio manteve, em 2023, o seu número de lojas em 43. Não obstante, o aumento do número de auditorias deve-se à habitual periodicidade associada à matriz de risco utilizada pelas equipas operacionais de segurança alimentar, tendo o desempenho HACCP da Companhia permanecido em linha com o ano anterior.

Nos centros de distribuição, rubrica que agrega as cozinhas centrais e as cantinas internas, o aumento das auditorias internas e de acompanhamento deveu-se a uma maior amostragem feita por uma equipa mais dedicada. Tal facto levou a uma diminuição do desempenho associado, já que foram identificadas mais oportunidades de melhoria. A diminuição das auditorias externas realizadas por entidades oficiais deve-se à regularidade estabelecida por estes organismos.

Foram efetuadas 114.006 análises de qualidade e segurança alimentar nas lojas Pingo Doce, Recheio, centros de distribuição e outras estruturas (como a fábrica de massas frescas, as cozinhas e as cantinas), em linha com 2022. Nas rubricas Superfícies de trabalho e Manipuladores, o aumento relaciona-se sobretudo com a abertura de novas lojas Pingo Doce. A diminuição de controlos às matérias-primas/produto acabado acompanha uma consolidação de processos e de boas práticas, alterações em termos operacionais (ex., produto com menos manipulação em loja) e o histórico de gestão dos riscos associados que, por ser positivo, levou a uma redução da frequência dos controlos analíticos.

Número de análises/amostras recolhidas em Portugal	2023	2022	Δ 2023/2022
Superfícies de trabalho	51.461	50.609	+1,7%
Manipuladores	19.867	19.540	+1,7%
Matérias-primas/produto acabado	36.271	38.560	-5,9%
Água	6.407	6.594	-2,8%
Total	114.006	115.303	-1,1%

Colômbia

As auditorias às lojas Ara foram feitas pela Diversey, uma entidade independente, e as auditorias aos centros de distribuição foram realizadas pelas equipas internas da área da Qualidade.

Ara	Lojas			Centros de distribuição		
	2023	2022	Δ 2023/2022	2023	2022	Δ 2023/2022
Auditorias internas	2.422	2.634	-8,0%	10	14	-28,6%
Auditorias de acompanhamento	1.513	1.092	+38,6%	8	11	-27,3%
Boas práticas de higiene e qualidade*	80%	89%	-9 p.p.	94%	94%	-

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas vigentes, em linha com critérios que visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controlo e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspetos de higiene e de controlo de qualidade das condições das instalações para o manuseamento do produto, e também pontos relacionados com a temperatura do produto, o tipo de embalagens e os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

A diminuição de auditorias internas nas lojas resulta de mudanças metodológicas, nomeadamente: a) do reforço da ponderação de critérios críticos como limpeza, controlo de pragas e qualidade de produto, e b) do número de auditorias a implementar. Em 2022 eram realizadas, por loja, duas auditorias técnicas e uma auditoria anual, enquanto em 2023 estas auditorias foram reduzidas a uma devido ao trabalho efetuado ao longo dos anos na preparação das equipas operacionais e na redução dos riscos associados. A diminuição da performance das lojas deve-se, tal como explicado anteriormente, ao aumento da ponderação associada a critérios críticos.

As auditorias de acompanhamento são executadas por equipas internas e por entidades externas, conforme os resultados prévios e segundo as matrizes de risco e a frequência de incidentes – as medidas corretivas consideradas prioritárias são, por isso, posteriormente avaliadas. O aumento das mesmas teve como objetivo dar resposta aos resultados de auditorias, de inspeções sanitárias e de não-conformidades identificadas em controlos analíticos, e a reclamações de clientes.

Nos centros de distribuição, os decréscimos de auditorias justificam-se pelos resultados obtidos em avaliações anteriores, que permitiram baixar o nível de risco e tornaram desnecessário o mesmo grau de acompanhamento a correções detetadas. Manteve-se o nível de desempenho do ano anterior.

Número de análises/amostras recolhidas na Colômbia	2023	2022	Δ 2023/2022
Superfícies de trabalho	2.284	2.125	+7,5%
Manipuladores	2.285	1.698	+34,6%
Matérias-primas/produto acabado	2.285	1.711	+33,5%
Água	4.883	3.638	+34,2%
Total	11.737	9.172	+28,0%

Em 2023, o número de análises realizadas aumentou em 28% face a 2022, fruto da expansão das lojas Ara (a rede aumentou 18% no ano, de 1.093 para 1.290 lojas) e de uma mudança metodológica: foi recolhida uma amostra por cada tipo de critério em avaliação, enquanto que em 2022 a recolha de amostra cingia-se à matriz de riscos associados a cada critério.

2.3.3. Análises de produto

[GRI 416-1]

Os produtos que comercializamos são analisados quanto à sua qualidade e segurança em laboratórios externos acreditados. No total, foram feitas 57.917 análises a produtos alimentares de Marca Própria (mais 6,8% do que em 2022) e 17.208 a perecíveis (mais 2,4%).

Polónia

Número de análises/amostras recolhidas na Polónia	2023	2022	Δ 2023/2022
Marca Própria – Alimentar	19.606	18.361	+6,8%
Marca Própria – Não-alimentar	1.227	1.164	+5,4%
Marca Própria	20.833	19.525	+6,7%
Fruta e vegetais	4.018	4.231	-5,0%
Carne e pescado	1.698	1.433	+18,5%
Padaria	218	315	-30,8%
Ovos	468	376	+24,5%
Perecíveis	6.402	6.355	+0,7%
Total	27.235	25.880	+5,2%

Para o aumento das análises aos produtos alimentares e não-alimentares contribuem a expansão da Biedronka e o alargamento do portefólio do sortido regular e sazonais (*in-&-outs*), resultando num maior volume de produtos a analisar.

Nas categorias ‘carne e pescado’ e ‘ovos’ as análises aumentaram 18,5% e 24,5%, respetivamente, face a 2022. No caso da primeira, o aumento é explicado pelo alargamento das lojas com balcões de carne e, consequentemente, a um maior número de artigos. No caso dos ovos, o aumento refere-se a um maior controlo de potenciais substâncias perfluoroalquiladas⁴² e de metais pesados provenientes de grãos que servem de alimentação a aves. As restantes categorias registaram decréscimos em 2023.

Portugal

Número de análises/amostras recolhidas em Portugal	2023	2022	Δ 2023/2022
Marca Própria – Alimentar*	17.795	17.798	-0,0%
Marca Própria – Não-alimentar	4.844	4.192	+15,6%
Marca Própria	22.639	21.990	+3,0%
Fruta e vegetais	2.335	2.597	-10,1%
Carne	1.224	1.291	-5,2%
Pescado	1.188	1.339	-11,3%
Padaria	598	565	+5,8%
Meal solutions	5.201	4.349	+19,6%
Perecíveis	10.546	10.141	+4,0%
Total	33.185	32.131	+3,3%

* Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.

A diminuição das análises a produtos de Marca Própria foi marginal. No caso dos produtos não-alimentares, o aumento deveu-se à habitual prática de análises de risco e de melhoria contínua associada à qualidade e desempenho dos produtos.

⁴² Na sequência do novo Regulamento da Comissão (EU) 2023/915 relativo aos teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios. Mais informação em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32023R0915>

Quanto aos perecíveis, apenas as categorias de padaria e de meal solutions registaram mais análises, justificadas pelas validações extra no âmbito do apoio dado pelo Grupo à Jornada Mundial da Juventude em Lisboa (na parte concretizada em produtos alimentares), pela validação de um novo processo de embalagem nas cozinhas centrais e por um aumento do sortido. No caso da fruta e vegetais, da carne e do pescado, a avaliação de risco e o histórico de conformidade em anos anteriores motivaram uma menor necessidade de análises.

Colômbia

Número de análises/amostras recolhidas na Colômbia	2023	2022	Δ 2023/2022
Marca Própria – Alimentar	20.516	18.086	+13,4%
Marca Própria – Não-alimentar	5.734	4.993	+14,8%
Marca Própria	26.250	23.079	+13,7%
Fruta e vegetais	100	100	0,0%
Carne	142	165	-13,9%
Peixe	8	0	+100,0%
Padaria	10	38	-73,7%
Perecíveis	260	303	-14,2%
Total	26.510	23.382	+13,4%

A evolução na análise a produtos de Marca Própria acompanha o alargamento do sortido regular (mais 25 artigos do que em 2022), a expansão da rede de lojas e a habitual análise de risco.

No caso dos perecíveis, a diminuição do número de amostras considera a avaliação de baixo risco dos fornecedores e dos produtos. Quanto ao peixe, o aumento deve-se à inclusão dos artigos em venda na categoria de perecíveis, algo que em 2022 não acontecia.

2.3.4. Recolha de produtos alimentares

[GRI 416-2]

Para defender a saúde pública e preservar a reputação e a credibilidade das nossas Companhias, não hesitamos em recolher produtos que possam representar perigo para os consumidores e para a sociedade. A monitorização contínua, a ligação às entidades oficiais de saúde e a rastreabilidade de produtos e fornecedores permitem uma resposta célere e eficaz na prevenção e/ou reação a qualquer incidente.

Existem dois tipos de recolha de produtos alimentares, que abordam riscos distintos face à saúde e segurança dos consumidores, seja em loja ou em centros de distribuição: *recall*⁴³ (retirada de venda de produtos com potencial risco para a saúde) e *withdrawal*⁴⁴ (retirada de venda de produtos sem risco para a saúde). Em ambos os casos são ativados mecanismos de investigação interna e, se necessário, junto de fornecedores, para identificação das causas e implementação das devidas ações corretivas, com vista à prevenção.

A severidade dos riscos para a saúde e segurança dos consumidores classifica-se como:

- Nível I – Críticos (*recall*): aspetos que podem afetar a segurança alimentar e a saúde pública;
- Nível II – Qualidade e Segurança Alimentar (*withdrawal*): aspetos que podem afetar a experiência do consumidor e a segurança alimentar do produto;
- Nível III – Rotulagem (*withdrawal*): aspetos de obrigatoriedade legal na rotulagem.

⁴³ *Recall*: uma ação obrigatória tomada pelas Companhias do Grupo como resposta a inspeções realizadas por autoridades locais, aos resultados de análises laboratoriais ou de auditorias internas, ou a queixas/denúncias (de produtores, retalhistas, agências governamentais ou consumidores). A comunicação para devolução ou destruição dos produtos por parte dos consumidores é publicada através dos meios próprios.

⁴⁴ *Withdrawal*: uma ação voluntária ou obrigatória que pode ser tomada em dois tipos de ocasiões, conforme a análise de risco efetuada pelas Companhias ou a inspeção por autoridade local: a) quando são detetados defeitos de qualidade (ex., cor ou textura), de peso ou irregularidades na rotulagem (que não represente risco potencial para a saúde ou segurança dos consumidores); ou b) por precaução, enquanto se aguardam investigações a um potencial risco para a saúde e segurança. Caso se determine um risco credível, o produto é retirado de venda, passando a ser categorizado como *recall*.

Recalls/withdrawals de produtos alimentares		Nível I (Recall)		Nível II (Withdrawal)		Nível III (Withdrawal)		Incidentes totais	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Grupo		6	13	221	*262	63	90	290	*365
Portugal ⁴⁵	Marcas Próprias	0	7	63	60	16	7	79	74
	Perecíveis	0	1	57	44	30	20	87	65
Polónia ⁴⁶	Marcas Próprias	5	4	56	59	10	52	71	115
	Perecíveis	0	1	1	*2	0	0	1	*3
Colômbia ⁴⁷	Marcas Próprias	0	0	36	81	7	9	43	90
	Perecíveis	1	0	8	16	0	2	9	18

* Valor corrigido.

Em 2023, registámos 290 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, uma diminuição de 20,5% face a 2022. A larga maioria destes incidentes (97,9%) foram de Nível II e de Nível III, sendo que apenas 2,1% foram recalls (críticos, de Nível I). Neste último caso, há uma diminuição de 53,8% face a 2022, ano no qual já tinha havido uma diminuição de 55,2% face a 2021 (de 29 incidentes em 2021 para 13 em 2022).

O controlo e o acompanhamento de fornecedores e de produtos, incluindo o desenvolvimento de planos de ação, manutenção e alteração de embalagens, são medidas que tomamos para prevenir inconformidades e, assim, a necessidade de retiradas de venda. As ações corretivas são monitorizadas para minimizar o risco para a saúde dos consumidores e para que a comercialização de produtos possa ser retomada.

2.3.5. Formação

Em 2023, o número de pessoas formadas em higiene e segurança alimentar diminuiu 8%. No mesmo período, o volume de formação aumentou 16,5%, havendo, contudo, uma diminuição do número de ações formativas. Tal aumento de volume explica-se pelo facto de haver mais ações e mais colaboradores formados na Colômbia, face a 2022.

Formação em higiene e segurança alimentar	Volume de formação ⁴⁸		Ações formativas		Colaboradores formados	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Grupo	242.940	208.544	8.285	10.646	49.772	54.169
Portugal ⁴⁹	37.548	48.266	3.426	5.258	9.597	15.492
Polónia ⁵⁰	25.454	32.323	4.786	5.358	21.926	22.746
Colômbia ⁵¹	179.938	127.955	73	30	18.249	15.931

A formação na Polónia abrangeu 21.926 colaboradores, menos 3,6% do que em 2022. De forma semelhante aos dados agregados, as ações formativas tiveram uma diminuição (-10,7%) tendo como consequência um volume de formação mais baixo do que em 2022 (-21,3%). Alguns dos conteúdos abordados foram:

- os sistemas de gestão de segurança alimentar, no âmbito das normas internacionais HACCP;
- as boas práticas de higiene e de fabricação com destaque para o controlo de temperatura do produto e da cadeia de frio;

⁴⁵ Pingo Doce e Recheio.

⁴⁶ Biedronka.

⁴⁷ Ara.

⁴⁸ Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas ministradas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar.

⁴⁹ Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

⁵⁰ Biedronka.

⁵¹ Ara.

- a segregação de resíduos para reciclagem, e atividades de lavagem e limpeza, particularmente para recipientes refrigerados, para garantir boas práticas de produção e higiene alimentares;
- a gestão FIFO (*first in, first out*) para fruta e vegetais em centros de distribuição.

De igual modo, em Portugal, o volume de formação teve um decréscimo de 22,2%, fruto de menor número de colaboradores envolvidos (-38,1%) e de menos ações de formação realizadas (-34,8%). Estas reduções generalizadas justificam-se pelo facto de ter sido concluído (pela maioria do público-alvo) um curso de realização única, inicialmente lançado para todos os colaboradores de loja, e que se destinou apenas a novos colaboradores em 2023. Foram incluídos nos conteúdos de formação:

- requisitos associados ao sistema de gestão de segurança alimentar, no âmbito da norma internacional de controlo de riscos HACCP;
- boas práticas de higiene e segurança alimentar e de defesa alimentar (*food defense*).

Na Colômbia, houve um aumento nos três indicadores: colaboradores formados (+14,6%), ações formativas (+143,3%), o que resulta em mais 40,6% do volume associado. Estes aumentos justificam-se pela expansão da Ara. A formação abordou conteúdos como:

- a rede de frio e pontos críticos de controlo;
- o plano de higiene em loja, controlo de água e manipulação de resíduos;
- auditorias de qualidade e visitas de controlo;
- a manipulação de carne e de produtos finalizados em loja.

3. Respeitar o Ambiente

3.1. Introdução

As sociedades humanas e o mundo têm perante si desafios ambientais de enorme magnitude, como sejam a poluição (do ar, dos solos e da água), a perda de biodiversidade, os efeitos das alterações climáticas, e a escassez de água. Com base no conhecimento científico disponível, governos, empresas, organizações e sociedade civil são desafiados a adotar políticas e práticas que ajudem a combater todos os tipos de poluição, a limitar o aumento da temperatura, a preservar e restaurar a biodiversidade, e a proteger e valorizar o recurso água. Algumas destas políticas podem incluir o investimento em projetos de conservação de habitats naturais, a adoção de melhores práticas agrícolas e de produção de alimentos, a redução do desperdício alimentar, a promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis que incluam, por exemplo, alimentos sazonais e locais, e uma correta gestão dos resíduos.

A nossa Política Ambiental⁵² define as prioridades de atuação com o objetivo de reduzir os impactos ambientais das nossas operações e das cadeias de abastecimento: preservar a biodiversidade, combater as alterações climáticas, proteger os recursos hídricos e promover uma economia mais circular.

3.2. Preservação da biodiversidade

[GRI 304-1; GRI 304-2; GRI 304-3; GRI 304-4]

As atividades do sector alimentar estão estreitamente ligadas aos temas da biodiversidade. Como especialistas na comercialização de perecíveis (ex.: como carne, pescado, fruta e legumes), sabemos bem a forma como dependemos da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas bem como os impactos que causamos. A forma como avaliamos os riscos relacionados com os serviços dos ecossistemas assenta na metodologia Ecosystem Services Review, proposta pelo World Research Institute, e é com base nesta abordagem que definimos 11 eixos prioritários de atuação (e.g., culturas agrícolas, polinização, produção animal, pescado capturado e aquacultura), com base nas dependências e impactos das atividades das Companhias do Grupo e das suas cadeias de valor nos serviços dos ecossistemas.

Assumimos o compromisso de ajudar a preservar os ecossistemas e de trabalhar para reverter a perda de diversidade biológica. Este compromisso começa a montante das nossas operações, em colaboração com os fornecedores de Marca Própria e perecíveis, está presente nas nossas operações e mantém-se a jusante das mesmas, através do apoio a projetos de conservação e restauro de ecossistemas e da sensibilização de colaboradores e consumidores para estes temas.

A forma como compramos os produtos que comercializamos é a nossa maior oportunidade de gerar um impacto positivo. Sendo na produção primária que se originam os principais impactos para a biodiversidade, temos programas transversais que nos ajudam a seguir as melhores práticas na forma como selecionamos e acompanhamos fornecedores, no combate à deflorestação, na promoção de práticas de agricultura sustentável, na concretização de uma estratégia de pescado sustentável e na venda de produtos sustentáveis certificados por entidades externas e independentes⁵³.

Também nas nossas operações definimos metas de redução da nossa pegada ambiental através de menores consumos de energia e água, menos emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e da promoção de uma economia circular.

Desenvolvemos também ações específicas de proteção da biodiversidade. Em 2023 investimos mais de 610 mil euros para apoiar 14 projetos (8 em Portugal, 4 na Polónia e 2 na Colômbia) de recuperação de habitats naturais, de proteção da diversidade biológica e de sensibilização ambiental. Para as ações que destacamos na tabela que se segue, recorreremos também à ferramenta da IBAT Alliance para avaliar a proximidade a áreas protegidas, áreas-chave de biodiversidade e o risco de conservação⁵⁴ das espécies

⁵² Disponível na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁵³ Estas ações são detalhadas no subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", neste capítulo.

⁵⁴ Este risco é avaliado de acordo com a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

que possam estar na sua envolvente. Esta avaliação complementa a monitorização que fazemos do progresso destes projetos.

Projetos destacados de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas⁵⁵

Instituição	Projeto	Descrição
Associação Floresta Serra do Açor	Reflorestação da serra do Açor	Projeto lançado em 2020 pelo Grupo Jerónimo Martins, em parceria com a Câmara Municipal de Arganil, a Escola Superior Agrária de Coimbra e as associações de proprietários de terrenos baldios, para preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais de 2017. Abrange a reflorestação de uma área de 2.500 hectares ao longo de 40 anos. Este projeto está integrado na área de paisagem protegida da serra do Açor e está na proximidade da serra da Lousã, uma área protegida da rede Natura 2000. Este projeto assegurou, desde o início, a plantação de 697 mil árvores.
ANP - WWF	Green Heart of Cork	Projeto iniciado em 2011, desenvolvido e coordenado pela ANP WWF e apoiado pelo Grupo Jerónimo Martins, promove a conservação do montado português e o pagamento pelos serviços ambientais por eles prestados. Esta iniciativa estabelece uma plataforma que liga as empresas à conservação do montado e dos serviços que este ecossistema presta. Em 2023, o Grupo Jerónimo Martins contribuiu para a conservação de 803,47 hectares de Florestas de Alto Valor de Conservação, promovendo a certificação da gestão florestal responsável e a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Os proprietários envolvidos no projeto aplicam boas práticas de gestão florestal em cerca de 45 mil hectares de áreas com certificação FSC®, 30 mil hectares dos quais conseguiram a certificação após o início do nosso apoio.
Fundabejaz	Proteção das abelhas	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Ara, para a proteção e conservação das abelhas e a sensibilização para a sua importância nos ecossistemas. Durante 2023, a Fundação Fundabejaz conseguiu (i) resgatar cerca de 1,2 milhões de abelhas, as quais foram enviadas em colmeias para várias reservas naturais, de forma a recuperarem e estabilizarem, (ii) entregar 1,8 milhões de abelhas recuperadas a apicultores e agricultores e (iii) realizar 22 campanhas de sensibilização que envolveram 1.715 participantes. A Ara tem ainda doado açúcar como fonte de alimento para enxames resgatados.

⁵⁵ Mais informação em www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Biodiversidade).

Instituição	Projeto	Descrição
Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza	Apoio a espécies em vias de extinção na Polónia	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Biedronka, e implementado em cooperação com organizações ambientais especializadas na proteção de seis espécies ameaçadas: lobo, linco, bisonte europeu, golfinho, coruja-pigmeu da Eurásia e ouriço-cacheiro. Duas iniciativas destacam-se em 2023, (i) a compra de equipamento destinado a salvar os ouriços-cacheiros em centros de reabilitação da coligação de ONG que protegem esta espécie na Polónia, e (ii) o apoio ao desenvolvimento do website da lista vermelha de espécies polaca que resulta do trabalho conjunto desenvolvido pela Comissão Polaca da IUCN, o Instituto de Conservação da Natureza da Academia Polaca de Ciências e a Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza Salamandra.

Durante o triénio 2024-2026, é nosso objetivo trabalhar na identificação e quantificação dos efeitos financeiros dos impactes, dos riscos e das oportunidades que estão associados à biodiversidade e aos ecossistemas.

3.3. Combate às alterações climáticas

O nosso Plano de Transição Climática⁵⁶ apresenta a nossa estratégia e ambição relativamente à redução da pegada de carbono da cadeia de valor, e inclui medidas de identificação e avaliação dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas. A colaboração com a nossa cadeia de abastecimento, em particular com os fornecedores de Marca Própria e perecíveis, tem permitido identificar medidas de mitigação implementadas como a instalação de sistemas de produção de energia renovável nas suas unidades, e medidas de adaptação às possíveis alterações das condições de produção, promovendo a resiliência da cadeia de valor.

A maioria das nossas emissões de GEE resulta da produção, utilização e fim de vida dos produtos que vendemos. Para responder a este desafio de redução das emissões a montante e a jusante das nossas operações, acreditamos que a relação próxima com os nossos fornecedores e a promoção junto destes de projetos de economia circular⁵⁷, de práticas agrícolas sustentáveis e/ou o compromisso de combate à desflorestação⁵⁸ são fundamentais para garantir a preservação da biodiversidade e reduzir as emissões de GEE. No que diz respeito às emissões sobre as quais temos maior controlo, aquelas que resultam da atividade das nossas operações, o Plano de Transição Climática apresenta um conjunto de medidas que visam aumentar a eficiência do uso da água e da energia e garantir uma maior percentagem de energia renovável no consumo total de energia das nossas Companhias.

⁵⁶ Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023. No âmbito deste plano importa clarificar que as Companhias do Grupo não estão expostas a emissões de gases com efeito de estufa bloqueadas e associadas aos seus principais ativos e produtos, e que por este motivo, não são incluídas como um risco de transição. As nossas Companhias também não estão excluídas dos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris como definido no ponto E1-1 16 (g) do Anexo I das ESRS.

⁵⁷ Para saber mais consulte a secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular", neste subcapítulo.

⁵⁸ Para saber mais sobre estas ações, consulte o subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", neste capítulo.

O nosso roteiro para a neutralidade carbónica

Em 2023 publicámos o nosso Plano de Transição Climática, no qual definimos as metas de redução das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa com o objetivo de limitar o aumento de temperatura global em 1,5°C, de acordo com os objetivos do Acordo de Paris.

Desenvolvemos um plano de descarbonização suportado por várias iniciativas levadas a cabo pelas diferentes Companhias.

Em linha com os critérios da Science-Based Targets initiative, definimos ainda uma meta de neutralidade carbónica até 2045, para as emissões de âmbitos 1 e 2, e até 2050, para as emissões de âmbito 3.

3.3.1. Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas

[GRI 201-2]

Adotámos, em 2020, as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD⁵⁹), num processo de melhoria contínua da identificação, da avaliação e da gestão dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas na nossa cadeia de valor. Com o objetivo de reduzir os impactos da nossa atividade no ambiente, definimos um Plano de Transição Climática⁶⁰ que traduz a nossa ambição de contribuir para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C. Este plano define a nossa ambição em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) geradas nas nossas operações e na cadeia de valor através de uma colaboração próxima com os nossos fornecedores. Em paralelo, continuamos a trabalhar para melhorar a análise de riscos climáticos de curto, médio e longo prazos em toda a nossa cadeia de valor, envolvendo os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, com o intuito de aumentar a resiliência climática da cadeia de abastecimento e avaliar oportunidades de negócio na produção primária e na utilização de tecnologias de baixo carbono. Em 2023, a avaliação e gestão de riscos climáticos focou-se 1) na identificação de medidas de mitigação e adaptação implementadas por fornecedores das principais commodities, como café, fruta e legumes, carne e ração animal; e 2) na melhoria da avaliação de riscos específicos como o impacto da subida do nível das águas do mar nos portos marítimos e nos locais onde temos estabelecimentos, ou no potencial da escassez de água nas atividades da Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA).

Governo

A estratégia de descarbonização e gestão dos riscos climáticos é acompanhada e apoiada pelo Conselho de Administração, garantindo que os temas relacionados com o clima são integrados na nossa estratégia corporativa, nomeadamente na estratégia de sustentabilidade, tanto nas operações próprias como na cadeia de abastecimento. O Conselho de Administração supervisiona as obrigações sociais e ambientais do Grupo, incluindo assuntos relacionados com o clima, e é responsável por acompanhar o progresso dos nossos compromissos ambientais.

Os temas relacionados com riscos e oportunidades climáticas são trabalhados nas reuniões regulares dos Comitês de Sustentabilidade de cada uma das Companhias e na Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa⁶¹, que suporta o Conselho de Administração avaliando e submetendo as propostas de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa. Nestas incluem-se a mitigação e adaptação às alterações climáticas e as metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa definidas no Plano de Transição Climática.

Adicionalmente, os riscos associados às alterações climáticas são também abrangidos pelo sistema de gestão de risco do Grupo Jerónimo Martins, tal como referido no Capítulo 4 "Governo da Sociedade", deste relatório, e consequentemente monitorizados e geridos de forma atenta pelos diferentes órgãos e funções referidos no ponto 52. da subsecção III ("Controlo Interno e Gestão de Riscos").

⁵⁹O TCFD é uma iniciativa promovida pelo sector financeiro que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de ação.

⁶⁰Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

⁶¹Mais informação em www.jeronimomartins.com (Investidor > Governo da Sociedade > Comissões Especializadas).

As questões relacionadas com o clima são fundamentais para a nossa estratégia de responsabilidade corporativa, estando integradas na nossa estratégia de negócio. A implementação dos nossos compromissos climáticos é sustentada por investimentos contínuos, com ciclos de execução alinhados com o plano de negócios. São exemplos desses investimentos a instalação, em 2023, de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo de eletricidade renovável na Polónia, em Portugal e na Colômbia, o uso de gases de refrigeração naturais nas instalações e equipamentos de refrigeração e congelação, e os custos adicionais de OpEx (sigla que se refere a despesas operacionais) para a aquisição de eletricidade renovável certificada para alimentar as nossas operações em Portugal e na Polónia. O cumprimento de objetivos relacionados com o clima e outros objetivos de responsabilidade corporativa fazem parte do esquema de incentivos dos colaboradores em funções que influenciam a definição e/ou implementação dos compromissos e metas climáticas da empresa⁶².

Estratégia

A identificação e avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associadas às alterações climáticas abrange toda a nossa cadeia de valor em quatro fases distintas: produção, processamento, logística e estabelecimentos. Na primeira avaliação, realizada em 2020, foram selecionados os 30 grupos de produtos mais relevantes para as nossas Companhias na Polónia, em Portugal e na Colômbia. Para cada grupo de produtos foram identificados os principais ingredientes e origens, tendo sido analisado, para cada um deles e para cada uma das fases da cadeia de valor, diferentes categorias de riscos físicos e de transição para horizontes temporais até 2030 e 2050, com base em dois cenários climáticos IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change):

- aumento da temperatura média entre 4,0°C e 6,1°C (cenário RCP 8.5), assumindo que os esforços para limitar o aumento da temperatura média falham;
- aumento da temperatura média abaixo dos 2,0°C (cenário RCP 2.6), em linha com o assumido no Acordo de Paris.

Como resultado do trabalho colaborativo entre vários departamentos das Companhias e da interação com os fornecedores, o número de produtos considerado na nossa avaliação de risco aumentou para 45 em 2023, com a integração de produtos com grande dependência das condições meteorológicas e, por isso, mais expostos às alterações climáticas (ex., maçãs e peras).

Riscos e oportunidades climáticas

Entre os riscos avaliados estão o aumento da temperatura média e temperaturas extremas, mudança nos padrões de precipitação, escassez prolongada de água e inundações em regiões costeiras e interiores.

No âmbito da estratégia definida no nosso roteiro de gestão de riscos e oportunidades climáticas, em 2023, a avaliação dos riscos climáticos teve como principais objetivos:

- identificar e avaliar o grau de maturidade das medidas de mitigação e adaptação implementadas por fornecedores de Marca Própria de ingredientes específicos, como carne bovina, café, fruta e legumes, entre outros;
- identificar riscos climáticos e oportunidades de negócio para produtos perecíveis, nomeadamente para a produção de fruta, legumes e carne;
- avaliar o impacto da escassez de água em produtos de Marca Própria e perecíveis e identificar boas práticas de gestão da água implementadas nas operações da JMA e na cadeia de abastecimento;
- avaliar o risco de subida do nível da água do mar considerando todos os portos marítimos a nível mundial utilizados pelas transportadoras de mercadorias a quem recorremos;
- analisar os planos de ação climática para os países com portos marítimos em risco devido à subida do nível do mar;
- identificar ferramentas mais precisas para avaliar, em diferentes horizontes temporais, a exposição das lojas e centros de distribuição ao risco de inundação costeira e inundação em regiões interiores.

⁶² Mais informação pode ser consultada em [Questionário CDP Climate 2023 Questão C1.3](https://www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023) disponível em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023

Mantivemos o envolvimento com os diferentes departamentos das nossas Companhias, fornecedores e associações de produtores. Este contacto permitiu mapear medidas de mitigação e adaptação implementadas facilitando a avaliação da resiliência climática da nossa cadeia de abastecimento. Apesar de a maioria dos fornecedores contactados não ter ainda uma avaliação de risco climático para as suas atividades em linha com as diretrizes da TCFD, identificaram a existência de alterações na temperatura e disponibilidade de água que afetam os níveis de produção e a qualidade de alguns produtos. Esses mesmos fornecedores têm implementadas ou preveem implementar medidas de adaptação, como por exemplo o aumento da capacidade de armazenamento da produção e, em alguns casos, o investimento no desenvolvimento de produtos alternativos ou mais resilientes, de que são exemplo as variedades de fruta mais adaptadas às mudanças de temperatura. Em situações muito específicas, nomeadamente em algumas variedades de grão de café, identificámos que existe transferência da produção de regiões com problemas associados às alterações climáticas para outras regiões do globo que apresentam condições climáticas mais favoráveis à sua produção.

Entre 2021 e 2023 foram envolvidos 197 fornecedores estratégicos de Marca Própria e perecíveis da Biedronka, do Pingo Doce, do Recheio e da Ara, resultando na identificação de diferentes medidas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos. Algumas das medidas identificadas em 2023 são apresentadas na tabela seguinte.

Riscos climáticos: Medidas de mitigação e adaptação identificadas e implementadas e em 2023

Ingrediente	Companhia	Fase da cadeia de valor	Risco climático	Exemplos de medidas de adaptação implementadas
Banana	Pingo Doce Recheio Biedronka Ara	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de água • Alterações na precipitação • Temperatura extrema 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de circuitos fechados de água nas plantações e captação de águas pluviais para utilização em períodos de seca; • Implementação de práticas de higiene para controlo de pragas (ex., adoção das diretrizes da norma de biossegurança TR4).
	Biedronka	Logística	<ul style="list-style-type: none"> • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização das cargas de transporte para evitar carregamentos meio cheios.
Tomate	Pingo Doce Recheio Biedronka Ara	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de água • Alterações na precipitação • Frio extremo • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Plantação em estufas aquecidas para garantir a produção durante todo o ano, com presença de polinizadores para estimular a fertilização e utilização de predadores naturais; • Diversificação nas origens e variedades produzidas; produção na proximidade de centrais térmicas, de forma a aproveitar o calor residual como fonte de energia para as estufas; • Investimento na criação de reservas de água, lagoas e sistemas de irrigação mais eficientes; • Investimento em iluminação LED e painéis fotovoltaicos.
Maçã	Pingo Doce Recheio	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Temperatura extrema 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de pomares cobertos com redes e canhões de ondas de choque antigranizo.
Pera	Pingo Doce Recheio	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Temperatura extrema • Escassez de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção com recurso a técnicas naturais de seleção de variedades mais resistentes; • Investimento em técnicas de irrigação eficientes.
Café	Biedronka	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações na precipitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação nas origens do café.
		Processamento	<ul style="list-style-type: none"> • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração para fornos de torrefação a biomassa.

Ingrediente	Companhia	Fase da cadeia de valor	Risco climático	Exemplos de medidas de adaptação implementadas
Batata	Biedronka Ara	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de água • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação nas origens e tempos de colheita; • Utilização de fontes de água subterrânea, sistemas de aspersão eficientes para irrigação e implementação de circuitos fechados de água; • Proteção das plantações com telas contra o frio; • Aumento da capacidade de armazenamento em períodos de frio extremo; • Investimento em iluminação LED e painéis fotovoltaicos.
Açúcar	Ara	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações na precipitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em técnicas de irrigação eficientes, utilização de fontes de água subterrânea e recirculação de água; • Agricultura regenerativa; • Diversificação nas origens e investimento em variedades resilientes.
Porco	Biedronka Ara	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Temperatura extrema • Transição Energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção em recintos fechados, com ventilação mecânica; • Plantação de árvores e arbustos em torno da exploração, para proteção térmica dos recintos; • Plantação de soja para a alimentação dos animais, por ter baixa necessidade de irrigação; • Substituição de fontes de energia convencionais por fontes de energia de baixo carbono (biogás); • Recuperação de calor, separação e valorização de resíduos e instalação de painéis fotovoltaicos em explorações agrícolas.
Bovino	Pingo Doce Recheio	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de água • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Abeberamento através de poços e charcos próprios e utilização de técnicas de irrigação eficientes; • Garantia de reserva de ração para três meses; • Instalação de painéis fotovoltaicos.
Ração animal	Pingo Doce Recheio	Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações na precipitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção de variedades alternativas às matérias-primas e utilização de subprodutos.
		Processamento	<ul style="list-style-type: none"> • Transição energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de energias renováveis; • Apoio a atividades que aumentem o sequestro de carbono (ex., reflorestação); • Incorporação de gorduras que conduzam a uma menor fermentação entérica.

No caso dos nossos estabelecimentos⁶³, continuámos a dar resposta aos riscos identificados como eventos climáticos extremos, gases de refrigeração utilizados para cumprimento de legislação ambiental, e a potenciar as oportunidades relacionadas com a transição energética. No que diz respeito a esta última, temos investido na aquisição de certificados de energia renovável em Portugal, na realização de contratos de aquisição de energia renovável a longo prazo na Polónia, no aumento do número de lojas e centros de distribuição com sistemas de produção de energia fotovoltaica em todos os países onde operamos, na implementação de sistemas de recuperação de energia nas unidades industriais e na remodelação do parque de lojas com o objetivo de reduzir os seus consumos energéticos. A utilização de gases refrigerantes naturais ou com baixo potencial de aquecimento global é uma das principais medidas consideradas na abertura de novas lojas e na remodelação das lojas existentes, com o objetivo de reduzir as emissões associadas às fugas de gases refrigerantes dos equipamentos de frio e refrigeração. A modernização destes equipamentos tem também contribuído para a redução do consumo de energia e para o aumento da resiliência da operação em dias de temperaturas extremas. As principais medidas de mitigação adotadas nas nossas operações estão detalhadas nas subsecções 3.3.3. a 3.3.5 deste capítulo

⁶³ São considerados estabelecimentos as lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes e unidades industriais (cozinhas centrais, fábrica de sopas e fábrica de massas frescas).

do Relatório e Contas. Reportamos ainda, de forma detalhada, os riscos e oportunidades climáticos nas nossas respostas ao CDP – Disclosure Insight Action⁶⁴.

Em 2023, melhorámos a avaliação de alguns riscos emergentes associados a fenómenos meteorológicos extremos, como é o caso de tempestades com aumento da agitação marítima e chuvas intensas que dão origem a inundações em meio urbano e/ou deslizamentos de terra. Nesse sentido, foram analisadas diferentes bases de dados e ferramentas de avaliação do risco de inundação costeira e em regiões urbanas, tendo sido avaliados mais de 5.700 estabelecimentos nos três países onde operamos. Esta análise permitiu identificar as ferramentas mais adequadas para suportar as tomadas de decisão através de mapas de risco que identificam zonas de elevado ou muito elevado risco de inundação. A análise do risco para o curto e médio prazos identificou que o risco associado à subida do nível das águas do mar ou de inundação em regiões interiores não tem materialidade para o negócio. Atendendo às projeções de longo prazo, que indicam uma subida do nível das águas do mar entre 0,5 e 1 metro até 2100, o impacto deste risco em zonas costeiras continuará a ser monitorizado periodicamente por forma a identificar zonas de risco elevado para os negócios das nossas Companhias.

Nos processos logísticos, alargámos o universo de estudo do risco da subida do nível das águas do mar a mais de 3.000 portos marítimos, garantindo assim informação sobre o nível de risco para todos os portos utilizados pelos transportadores das mercadorias que adquirimos. Continuamos também a monitorizar o estado de implementação dos planos nacionais de ação e adaptação climática, com especial atenção para o progresso destas iniciativas na Colômbia, que apresenta infraestruturas em regiões de risco mais elevado.

A nossa estratégia climática atual é orientada pela análise de cenários climáticos com ações de mitigação e adaptação para ingredientes com riscos climáticos e sustentada por um plano de transição climática que engloba ações direcionadas à nossa cadeia de valor: operações próprias (centros de distribuição, lojas e unidades industriais e agroalimentares); logística; *sourcing* (especialmente de produtos alimentares); e clientes (estamos atentos às tendências da procura de produtos com baixas emissões de carbono). Na nossa cadeia de abastecimento, destacamos os compromissos públicos relacionados com a eliminação da desflorestação para as principais matérias-primas, o apoio aos nossos fornecedores de frutas e legumes para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o uso sustentável de energia, a redução do desperdício alimentar, o *ecodesign* de embalagens e a luta contra a poluição por plásticos. Para o sucesso dos nossos compromissos tem contribuído a relação de partilha de conhecimento e de cooperação com os nossos fornecedores de Marca Própria e de perecíveis como parte integrante do nosso processo de avaliação de resiliência da cadeia de abastecimento e identificação de novas oportunidades de negócio.

Relativamente às oportunidades de negócio, em 2023 continuámos a verificar a tendência dos últimos anos, com os nossos fornecedores a investirem na produção local de energia renovável para autoconsumo e para o processamento de matérias-primas (ex., a torra do grão de café ou a refinação de açúcar), e na produção de matérias-primas, área na qual destacamos a crescente utilização de combustíveis de baixo carbono em máquinas agrícolas e a valorização de resíduos para a produção desses mesmos combustíveis. O investimento dos nossos fornecedores em tecnologias de baixo carbono é fundamental para a redução das emissões indiretas associadas às nossas compras de bens e serviços. Na produção, a diversificação de variedades e o investimento em colheitas mais resilientes às alterações climáticas, bem como a diversificação dos países de origem, surgem como oportunidades identificadas pelos produtores. A tabela seguinte identifica as principais oportunidades de negócio identificadas em 2023.

Oportunidades de negócio identificadas em 2023

Ingrediente	País	Atividade	Oportunidade de negócio
Vários (fruta, açúcar, carne e ração)	Portugal Polónia Colômbia	Produção	Produção de variedades mais resilientes às alterações climáticas, com aposta em técnicas naturais de seleção.
Porco	Colômbia	Produção	Produção de biogás para geração de eletricidade <i>in situ</i> . Adesão aos mercados voluntários de carbono com projetos ligados à valorização de resíduos e efluentes.

⁶⁴ Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

Ingrediente	País	Atividade	Oportunidade de negócio
Café	Polónia	Produção	Diversificação das origens, incluindo regiões com produtividade mais elevada, devido ao impacto das alterações climáticas nessas regiões, com a garantia da manutenção do sabor e aroma do produto final.
Vários (carne, fruta e legumes)	Portugal Polónia Colômbia	Produção	Produção em estufas ou recintos cobertos, com a garantia de produção de colheitas durante períodos em que as condições climáticas são menos favoráveis.
Ração animal	Portugal	Produção	Incorporação de fontes alternativas de proteína, como algas e insetos, para melhoria da formulação de produtos, com uma redução nas emissões de GEE associadas ao uso e alteração do solo no cultivo de commodities agrícolas.

Gestão de riscos e oportunidades⁶⁵

A probabilidade de ocorrência dos riscos e oportunidades acima mencionados e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a respetiva identificação, avaliação e gestão, integram o processo multidisciplinar de gestão de riscos de curto, médio e longo prazo ao nível do Grupo e são classificados como riscos ambientais na nossa taxonomia de riscos, que foi alinhada com a taxonomia TCFD.

Apesar do elevado grau de incerteza associado à avaliação do impacto dos riscos climáticos, o processo de identificação e gestão dos riscos de alterações climáticas para a nossa atividade é idêntico ao implementado na gestão de outros riscos e utiliza o quadro de gestão de riscos que estabelecemos. Este processo engloba riscos e oportunidades que ocorrem em todas as fases da nossa cadeia de valor: a montante (ex., o impacto da alteração dos padrões de precipitação nas cadeias globais de abastecimento alimentar); operações diretas (ex., o impacto no Capex da substituição antecipada de sistemas de refrigeração); e a jusante (ex., a oportunidade de aumentar a confiança dos investidores associada à aplicação das recomendações da TCFD).

Os riscos e oportunidades climáticas são identificados, avaliados e geridos ao nível corporativo quando podem afetar o Grupo acima do limiar de significância definido. Quando se situam abaixo do limiar de materialidade, são identificados e avaliados ao nível corporativo e geridos a nível das unidades de negócio/operacionais. A identificação inclui o acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., impostos sobre o carbono em Portugal, na Polónia e na Colômbia) e uma avaliação pormenorizada da vulnerabilidade das instalações a fenómenos meteorológicos extremos (ex., mapeamento do risco de inundação das lojas e dos centros de distribuição em Portugal, na Polónia e na Colômbia).

As interações com a nossa rede de fornecedores permitiram identificar não só uma elevada adaptação aos riscos climáticos, mas também uma capacidade de armazenamento para longos períodos temporais, o que garante o abastecimento das nossas operações mesmo em períodos de menor produção em resultado de fenómenos climáticos. Enquanto retalhistas alimentares com um *portfolio* muito variado de produtos e uma rede logística madura e eficiente, conseguimos garantir a oferta nas nossas lojas de produtos similares ou alternativos em casos de disrupção pontual de abastecimento. Continua a verificar-se o aumento de produção de bens alimentares, em particular na Polónia, onde se têm registado invernos menos rigorosos, e a diversificação das regiões de produção de determinados alimentos, aumentando desta forma a disponibilidade de origens alternativas para os mesmos produtos.

A curto, médio e longo prazos, a disponibilidade de recursos hídricos e a variabilidade da precipitação apresentam um risco elevado para a produção agrícola e agropecuária no sul da Europa, em particular na Península Ibérica. Desta forma, com vista a classificar o risco hídrico associado aos principais ingredientes presentes nos nossos produtos, identificámos a pegada hídrica associada à sua produção, bem como os níveis de escassez de água nos países de origem. Adicionalmente, e como parte do nosso plano de gestão de risco, temos identificado boas práticas na utilização dos recursos hídricos implementadas pelos nossos fornecedores, incluindo a recolha de água das chuvas, o desenvolvimento de sistemas de armazenamento de água e a utilização de sistemas de rega eficientes. Nesta matéria, as atividades agrícolas e industriais da JMA, que apresentam consumos de água significativos quando comparados com as nossas atividades

⁶⁵ Para saber mais, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

de Distribuição, estão a implementar um plano de gestão eficiente da água para garantir a atividade durante períodos de seca severa.

A gestão do risco reputacional, diretamente ligada às expectativas dos stakeholders sobre o compromisso que assumimos de reduzir a nossa pegada de carbono, combater a desflorestação e apoiar projetos de preservação e conservação da biodiversidade, é uma preocupação transversal no âmbito da nossa Estratégia de Responsabilidade Corporativa e está refletida no nosso Plano de Transição Climática⁶⁶. Este plano estabelece metas de redução de GEE alinhadas com uma trajetória de 1,5°C, das quais destacamos a nossa ambição de neutralidade carbónica até 2050 nas operações próprias e na cadeia de valor bem como o aumento do investimento no consumo de energia renovável. Destacamos também a nossa participação em coligações de âmbito nacional e internacional, de que são exemplo a adesão à Science Based Targets initiative (SBTi) e a Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. Merecem igualmente nota as classificações que o CDP – Disclosure Insight Action nos atribuiu em 2023 (ver caixa de destaque).

Somos, pelo quarto ano consecutivo, o retalhista alimentar com melhor classificação pelo CDP a nível mundial

Fomos novamente distinguidos pelo CDP com a pontuação máxima possível (A) no programa “Combate às alterações climáticas” e avaliados com o nível de liderança (A-) nos programas “Gestão da água enquanto recurso crítico” e “Combate à desflorestação”. No que diz respeito ao programa “Combate à desflorestação”, somos o único retalhista alimentar no mundo com um nível de liderança (A-) na gestão das commodities mais associadas ao risco de desflorestação: óleo de palma, carne bovina, soja e madeira/papel.

Os resultados refletem a estratégia e o desempenho do Grupo e das suas Companhias, tendo a avaliação e gestão dos riscos climáticos de acordo com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e a publicação do Plano de Transição Climática, sido determinantes para o que alcançámos.

As avaliações do CDP – Disclosure Insight Action (anteriormente designado por Carbon Disclosure Project) colocam-nos como o retalhista alimentar com a melhor classificação a nível mundial.

Métricas e metas

Com operações na Polónia, Portugal e Colômbia, com a abertura das primeiras lojas da Biedronka na Eslováquia previstas para o final de 2024, com a expansão da Hebe para a Chéquia e para a Eslováquia, e com a JMA a desenvolver uma operação em Marrocos, é importante encontrarmos soluções que contrariem a tendência inerente de aumento dos consumos de água e energia, o que passa pela conjugação de técnicas de construção, de tecnologia e pela adoção de comportamentos alinhados com boas práticas ambientais.

Para suportar o nosso percurso de neutralidade carbónica, desenvolvemos o Plano de Transição Climática, o qual define um conjunto de medidas e ações ao nível do Grupo para atingirmos os nossos objetivos de redução das emissões de GEE. Este plano integra as medidas de redução de emissões de GEE implementadas pelas Companhias, bem como as iniciativas de redução adicionais e os investimentos necessários para garantir a plena conformidade com uma trajetória de 1,5°C.

Aderimos à Science Based Targets initiative (SBTi) em 2021 e, em 2023, submetemos as metas de redução de emissões com base científica para validação deste organismo. Seguindo a metodologia e os critérios da SBTi, 2021 foi selecionado como ano base por ser o mais recente com dados robustos e completos relativos às emissões de âmbito 1, 2 e 3. As metas de curto e de longo prazos que definimos para a neutralidade carbónica são as seguintes:

Metas de curto prazo

- Reduzir as emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 em 55% até 2033, face a 2021.
- Garantir que, até 2030, 60% da eletricidade consumida é de origem renovável.
- Reduzir as emissões de âmbito 3 de energia e indústria em 33% até 2033, face a 2021.

⁶⁶ Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

- Reduzir as emissões de Floresta, Solos e Agricultura (FLAG) em 39,4% até 2033, face a 2021.
- Eliminar o risco de desflorestação na cadeia dos principais ingredientes dos nossos produtos até 2025.

Metas de longo prazo

- Reduzir as emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 de energia e indústria em 90% e neutralizar as emissões residuais até 2045, face a 2021.
- Reduzir as emissões de âmbito 3 de energia e indústria em 90% e neutralizar as emissões residuais até 2050, face a 2021.
- Reduzir as emissões FLAG em 72% até 2050, face a 2021.

Estima-se que as metas apresentadas sejam validadas pela SBTi no primeiro semestre de 2024.

Assumimos também outros compromissos enquadrados na estratégia de combate às alterações climáticas, em particular na redução das emissões de âmbito 3, como o combate à desflorestação e à conversão de ecossistemas com alto valor de conservação, a redução do desperdício alimentar, a promoção de práticas de agricultura sustentável, a melhoria da eficiência das operações logísticas, o ecodesign de embalagens e a ação contra a poluição por plástico.

Evolução

Em 2024, temos como objetivo continuar a trabalhar na avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas para:

- aumentar o conhecimento de alguns riscos climáticos emergentes, como por exemplo o impacto de eventos climáticos extremos;
- considerar um maior número de ingredientes de forma a abranger mais produtos de Marca Própria e percíveis das nossas Companhias, nos diferentes países onde temos operações;
- integrar na quantificação do risco financeiro as medidas de mitigação e adaptação identificadas na nossa cadeia de abastecimento;
- reforçar a colaboração com a nossa cadeia de abastecimento de forma a continuar a avaliar a sua resiliência climática;
- melhorar a quantificação das oportunidades de negócio, como o aumento de produção de algumas culturas, e a identificação de novas origens para alguns ingredientes sujeitos a risco climático.

Como parte do processo de melhoria contínua do cálculo das emissões de âmbito 3, iremos incorporar mais dados primários sobre os produtos dos nossos fornecedores e reforçar a cooperação com a nossa cadeia de abastecimento para reduzir as emissões associadas à aquisição de produtos e serviços.

A ambição reforçada nas metas de base científica atualmente em aprovação pela SBTi, o resultado da auscultação dos nossos stakeholders e a respetiva análise de dupla materialidade permitiram definir compromissos intermédios propostos para o triénio 2024-2026 e que estão refletidos na versão atualizada do nosso Plano de Transição Climática.

3.3.2. Pegada de carbono

[GRI 302-2; GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-5]

Em 2023, em linha com as recomendações do GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard, melhorámos a forma de cálculo das emissões associadas ao consumo de eletricidade. Na Biedronka passámos a utilizar os fatores de emissão específicos e mix energético atualizados anualmente e disponibilizados pelos fornecedores de eletricidade na Polónia, à semelhança do que já fazíamos para as nossas operações em Portugal. Na Colômbia esta informação ainda não está disponível sendo utilizados dados sobre o mix energético do país. Tendo em conta a informação disponível do setor elétrico polaco para anos anteriores, recalculámos ainda as emissões de âmbito 2 da Biedronka referentes a 2021 e 2022⁶⁷.

⁶⁷ Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

Com base nesta adaptação metodológica, em 2023 as nossas emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 corresponderam a 929 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e), mais 6,9% do que em 2022. Este aumento justifica-se sobretudo pela expansão das nossas atividades na Polónia e na Colômbia, e pelo incremento dos consumos de eletricidade e de combustíveis. Já o valor específico das emissões de âmbitos 1 e 2 diminuiu 11,7% face a 2022, em resultado do aumento da eficiência nas nossas operações. O objetivo de reduzirmos em pelo menos 40%, até ao final de 2023, as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 por 1.000 euros de vendas em relação a 2017 foi superado, tendo a redução sido de 60%.

A estratégia para reduzir a nossa pegada de carbono, definida de forma voluntária já que as atividades das nossas Companhias não são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, inclui o aumento da eficiência nas operações próprias e o aumento do consumo de energia renovável, com a produção de energia fotovoltaica para autoconsumo através de contratos de aquisição de energia (PPA – Power Purchase Agreement), contratos de aquisição virtual de energia (VPPA – Virtual Power Purchase Agreement) e aquisição de garantias de origem. A redução de 24,2% da nossa pegada de carbono, em valor absoluto e face a 2017, confirma a eficácia desta estratégia.

Relativamente às emissões de âmbito 3, em particular nas categorias associadas à aquisição de produtos e serviços (categoria C1) e ao fim de vida de produtos vendidos (categoria C12), o aumento registado traduz a tendência de crescimento dos nossos negócios.

Pegada de carbono (t CO ₂ e/1.000 euros de vendas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Valor específico (âmbitos 1 e 2)	0,0303	*0,0342	-11,7%

Pegada de carbono (t CO ₂ e ⁶⁸)	2023	2022	Δ 2023/2022
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2)⁶⁹ por GEE	928.904	*869.337	+6,9%
Dióxido de carbono (CO ₂)	801.408	*736.051	+8,9%
Metano (CH ₄)	19.692	*19.004	+3,6%
Hidrofluorocarbonos (HFC)	104.914	*111.605	-6,0%
Perfluorocarbonos (PFC)	0	0	-
Óxido nitroso (N ₂ O)	2.890	*2.677	+8,0%
Hexafluoreto de enxofre (SF ₆)	0	0	-
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2)			
Biedronka	747.290	*713.934	+4,7%
Hebe	21.200	20.583	+3,0%
Pingo Doce ⁷⁰	40.536	42.745	-5,2%
Recheio	3.977	*3.187	+24,8%
Ara	91.384	*65.335	+39,9%
JMA ⁷¹	24.372	*23.406	+4,1%
Hussel/Jeronymo ⁷²	145	*147	-1,4%
Pegada de carbono (âmbito 1 – impactes diretos)⁷³	240.466	*227.719	+5,6%
Fugas de gases refrigerantes	104.976	*111.669	-6,0%
Utilização de CO ₂	29.166	25.755	+13,2%
Consumo de combustíveis	65.459	52.858	+23,8%
Frota de ligeiros	21.788	*18.977	+14,8%
Emissões da agricultura e pecuária ⁷⁴	19.077	*18.460	+3,3%
Pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos)	688.438	*641.618	+7,3%
Consumo de eletricidade (location-based)	755.226	*753.496	+0,2%
Consumo de eletricidade (market-based)	674.051	*622.080	+8,4%
Aquecimento (location-based)	14.387	19.538	-26,4%
Pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	32.593.713	*28.960.529	+12,5%
Polónia	23.108.168	*20.447.987	+13,0%
Portugal	6.106.242	*5.947.187	+2,7%
Colômbia	3.379.303	*2.565.355	+31,7%
Pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos)			
C1. Produtos e serviços comprados	28.051.367	24.694.613	+13,6%
C2. Bens de capital	627.556	*511.612	+22,7%
C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	307.489	309.982	-0,8%
C4. Transporte e distribuição a montante	256.781	*261.510	-1,8%
C5. Resíduos gerados nas operações	57.091	49.268	+15,9%
C6. Viagens de trabalho	4.841	3.359	+44,1
C7. Viagens pendulares	20.813	20.392	+2,1%
C8. Ativos alugados a montante	-	-	-
C9. Transporte e distribuição a jusante	-	*-	-
C10. Transformação de produtos vendidos	799	780	+2,4%
C11. Uso de produtos vendidos	1.798.879	1.822.447	-1,3%
C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.458.531	1.276.387	+14,3%
C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-
C14. Franchises ⁷⁵	-	-	-
C15. Investimentos	9.566	*10.179	-6,0%

* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Nota 1: O cálculo da pegada de carbono das diferentes atividades segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes diretos, indiretos e de terceiros. As emissões de âmbitos 1 e 2 correspondem às atividades sob controlo financeiro do Grupo e que representam 99,996% do volume de negócios. Os

⁶⁸ As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.

⁶⁹ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em fatores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (eletricidade).

⁷⁰ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁷¹ JMA: Jerónimo Martins Agro-Alimentar.

⁷² Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, as emissões da Hussel e da Jeronymo foram estimadas com base nas suas vendas, utilizando uma abordagem de correlação entre atividades comerciais e impactes ambientais do Pingo Doce.

⁷³ As emissões de GEE de âmbito 1 das atividades das nossas Companhias não são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados.

⁷⁴ As emissões das atividades agrícolas e pecuárias da JMA incluem emissões entéricas de bovinos e ovinos, o uso de fertilizantes químicos e a gestão do estrume.

⁷⁵ Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.

valores apresentados tiveram em conta o seguinte para os âmbitos 1 e 2: (i) gases refrigerantes, emissões entéricas do gado bovino e fertilizantes químicos – fatores de emissão definidos pelo IPCC; (ii) emissões entéricas de ovinos e gestão de estrume – fatores de emissão definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iii) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético Colombiano) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); (iv) eletricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (eletricidade location-based), pelos fornecedores (eletricidade market-based em Portugal e Polónia), pela Association of Issuing Bodies para lojas franchising ou lojas localizadas em instalações propriedade de terceiros (eletricidade market-based na Polónia) e pela Unidad de Planeación Minero Energética (eletricidade market-based na Colômbia); (v) combustíveis utilizados na frota de ligeiros – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol. Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os fatores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2 foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.

Nota 2: Os valores apresentados para as emissões de âmbito 3 tiveram em conta o seguinte: C1 – inclui as emissões associadas ao transporte de mercadorias entre os fornecedores e os centros de distribuição; C4 – inclui as emissões associadas ao transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas e entre unidades operacionais do Grupo; C8 e C13 – as emissões destas categorias estão a ser reportadas nos âmbitos 1 e 2; C9 – consideradas as emissões dos serviços de entrega aos clientes do Pingo Doce, Recheio e Hebe; C14 – as emissões das lojas franchising e modelos similares estão a ser reportadas nos âmbitos 1 e 2 por haver controlo financeiro; C15 – considera as emissões dos investimentos efetuados pelas Companhias do Grupo. Informação detalhada sobre o cálculo das emissões de âmbito 3, está disponível em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

Aproximadamente 95% das nossas emissões de âmbito 3 estão associadas à produção, utilização e fim de vida dos produtos que vendemos. A colaboração com os nossos fornecedores, em particular com aqueles que mais impactam as nossas emissões de âmbito 3, tem como objetivo aumentar a resiliência a nossa cadeia de valor e reduzir as emissões associadas à categoria C1, seguindo o que está definido no Plano de Transição Climática para a meta de redução das emissões de âmbito 3.

3.3.3. Gestão dos consumos de água e energia

Focados na redução do impacto da nossa atividade na utilização de recursos e nas emissões de GEE, implementamos boas-práticas nas operações próprias, de forma a contrariar o aumento dos consumos de água e de energia inerente à expansão do negócio. O plano de remodelações e abertura de novas lojas inclui soluções como:

- tecnologias de geração de energia renovável;
- sistemas de controlo e gestão de energia;
- tecnologias de refrigeração;
- arcas congeladoras;
- iluminação eficiente;
- sistemas de racionalização dos consumos de água como redutores de caudal, torneiras com temporizadores e recolha de águas pluviais para utilização em rega ou lavagem de equipamentos.

Em 2023, aumentámos o número de lojas com pontos de carregamento de veículos elétricos para 215 no Pingo Doce, 5 no Recheio e 210 na Biedronka, tendo fornecido mais de 12.000 gigajoules (GJ). Na nossa frota de ligeiros, 11% dos veículos em Portugal e 1,5% na Polónia eram elétricos ou híbridos plug-in. O investimento feito desde 2017 nestas medidas, no valor de 384 milhões de euros, foi recuperado num período médio de três anos e evitou a emissão de mais de 780 mil toneladas de CO₂e.

A sensibilização dos colaboradores para a valorização dos resíduos e a utilização eficiente da água e energia contribuiu para o desempenho ambiental dos nossos estabelecimentos. O projeto “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia”, iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, permitiu reduzir os consumos de água em 508 mil m³ e os de energia em 87 milhões kWh, o que equivale a uma poupança acumulada de mais de 10,7 milhões de euros⁷⁶. As ações destas equipas, no Pingo Doce, estão enquadradas pela iniciativa “Todos pelo Ambiente”. A Biedronka lançou em 2022 o projeto “Dobra energia” (Boa energia), que incluiu um manual de boas-práticas para poupança de energia nas lojas, formação interativa para todos os colaboradores de loja, relatórios de acompanhamento de consumos de eletricidade e um chatbot dedicado a facilitar as operações diárias. Em 2023, este projeto permitiu reduzir o consumo de eletricidade nas lojas em 4%, em termos médios. O projeto “Let’s Go Green”, desenvolvido em 2015 com os mesmos objetivos, abrange os edifícios de escritórios em Portugal, Polónia e Colômbia.

⁷⁶ Valor calculado com base em relatórios regulares de benchmarking interno do qual foram excluídos os consumos de lojas remodeladas em 2022 e 2023 por não serem comparáveis os consumos.

Captação e reciclagem de água [GRI 303-1; GRI 303-3]

Captação total (megalitros/milhão de euros de vendas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Valor específico global	0,212	*0,232	-8,6%
Valor específico (Distribuição)	0,106	0,123	-13,8%
Valor específico (Agroalimentar)	28,711	*30,848	-6,9%

Captação total (megalitros)	2023	2022	Δ 2023/2022
Captação de água por fonte**	6.500,4	*5.881,1	+10,5%
Rede municipal e privada	6.165,9	*5.590,0	+10,3%
Água subterrânea	316,4	272,8	+16,0%
Água superficial (inclui água da chuva)	18,1	18,3	-1,1%
Captação de água por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.726,1	1.666,4	+3,6%
Recheio	88,6	93,2	-4,9%
Biedronka	941,0	956,3	-1,6%
Hebe	21,7	17,8	+21,9%
Ara	472,9	385,1	+22,8%
JMA	3.250,1	*2.762,3	+17,7%

Água reciclada (megalitros)	2023	2022	Δ 2023/2022
Água reciclada total***	2,4	2,6	-7,7%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

*** Apenas na Ara.

O objetivo de reduzirmos em 10% o volume de água captada na Distribuição por cada milhão de euros de vendas até final de 2023, e face a 2017, foi superado, com a redução alcançada a cifrar-se nos 38%.

Em termos absolutos, aumentámos a captação de água em 10,5%, em comparação com 2022, o que se justifica principalmente pelo crescimento do negócio agroalimentar e pelo aumento do número de lojas da Ara e da Biedronka. Quanto à Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA), a necessidade de um incremento no consumo de água deve-se aos períodos de temperatura elevada e de seca meteorológica em Portugal Continental, bem como à maior área destinada ao cultivo de cereais e pastagens na Best Farmer, e ao aumento do número de animais e da área de cultivo de pastagens na Ovinos da Tapada.

Face a 2022, na Distribuição, a captação de água aumentou 4,2%, em termos absolutos, devido à expansão do número de lojas (mais 411) e ao crescimento dos negócios do Recheio e da restauração e takeaway no Pingo Doce. As duas cozinhas centrais produziram mais, a restauração reforçou a sua atividade e a área destinada à comida fresca foi alargada, com o consequente aumento do consumo de água para preparação de refeições e lavagem de utensílios e equipamentos.

Mais de 95% da água captada para as nossas atividades veio de redes municipais ou de fornecedores privados. Os restantes 5% tiveram origem em captações subterrâneas e superficiais, para as quais detemos as licenças necessárias, sendo utilizadas em operações menos exigentes, como rega e sistemas de refrigeração.

Em 2023, as atividades de Distribuição mantiveram a tendência de redução do valor específico, que baixou de 0,123 para 0,106 megalitros/milhão de euros de vendas.

Quanto ao reaproveitamento de água, apesar da ligeira redução do consumo a partir desta fonte devido à menor precipitação registada em 2023 face a 2022, foi adicionada uma loja do Recheio com esta opção aos quatro centros de distribuição (um em Portugal e três na Colômbia) e às duas explorações da JMA que já efetuavam esse reaproveitamento. Esta água foi utilizada em sistemas de refrigeração, rega, lavagem exterior de camiões e abeberamento de gado.

Rejeição de águas [GRI 303-2; GRI 303-4]

Total de águas residuais (megalitros)	2023	2022	Δ 2023/2022
Águas residuais por tipo de destino*	2.809,0	2.702,5	+3,9%
Saneamento municipal	2.757,2	2.641,7	+4,4%
Meio natural	51,8	60,8	-14,8%
Águas residuais por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.381,0	1.333,2	+3,6%
Recheio	70,9	74,6	-5,0%
Biedronka	752,8	765,1	-1,6%
Hebe	17,4	14,2	+22,5%
Ara	378,2	308,1	+22,8%
JMA	208,7	207,3	+0,7%

* Estima-se que a água doce represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

As descargas diretas de águas residuais no meio natural estão ao abrigo de licenças alinhadas com a legislação local e, antes da rejeição, são devidamente tratadas nos locais onde são geradas, representando 1,8% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo (menos 0,4 p.p. face a 2022).

Consumo de água [GRI 303-1; GRI 303-5]

Total de água consumida (megalitros)	2023	2022	Δ 2023/2022
Consumo de água por unidade de negócio	3.691,4	*3.178,8	+16,1%
Pingo Doce	345,2	333,3	+3,6
Recheio	17,7	18,6	-4,8%
Biedronka	188,2	191,3	-1,6%
Hebe	4,3	3,6	+19,4%
Ara	94,6	77,0	+22,9%
JMA	3.041,4	*2.555,0	+19,0%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

Nota: De acordo com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), o consumo de água é calculado por diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

Stress hídrico [GRI 303-1; GRI 303-2]

Para avaliar a exposição das nossas atividades ao risco de escassez de água potável, é determinado anualmente o stress hídrico por classe associado às captações de água. Para tal, recorre-se ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo Aqueduct: Baseline Water Stress Class do World Resources Institute (WRI).

Classe de stress hídrico	Água captada (megalitros)		Água rejeitada (megalitros)	
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural
Total	6.165,9	334,5	2.757,3	51,8
Baixo	791,8	36,1	644,2	18,1
Baixo a médio	255,3	120,6	226,8	31,1
Médio a elevado	3.493,8	77,8	484,7	0,0
Elevado	296,9	48,5	270,9	0,0
Extremamente elevado	1.326,4	51,6	1.129,2	2,6
Árido	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem informação	1,7	0,0	1,4	0,0

Com esta avaliação, concluímos que, em 2023, 27% do total da água captada (1.723 megalitros, menos 1.785 megalitros do que em 2022, devido à atualização do modelo Aqueduct⁷⁷) apresentou um nível de stress hídrico considerado “extremamente elevado” ou “elevado”. Em termos de água rejeitada, o volume para as mesmas classes de risco é de 1.403 megalitros (50% do total, mais 844 megalitros do que em 2022, devido ao agravamento do nível de risco na Polónia segundo a versão 4.0 do modelo Aqueduct). Para mitigar o risco de escassez de água nas nossas atividades, temos vindo a:

- instalar sistemas de rega inteligentes que ajustam a quantidade de água às necessidades hídricas do solo;
- instalar redutores de caudal ou sensores automáticos;

⁷⁷ Foi utilizada a versão Aqueduct 4.0 disponibilizada em agosto de 2023.

- recolher água da chuva para posterior utilização;
- aplicar técnicas de agricultura regenerativa ao cultivo de cereais para alimentação bovina;
- incorporar produtos fora de calibre ou subprodutos da indústria alimentar⁷⁸ na alimentação de animais (por conterem teores de humidade elevados, estes produtos reduzem a necessidade de abeberamento dos animais e a sua dependência de cereais);
- prevenir a deterioração da qualidade da água através do tratamento das águas residuais.

Eficiência hídrica nas explorações da JMA

Com o objetivo de reduzir o consumo de água, otimizar a produção e aumentar a resiliência hídrica das atividades agrícolas da JMA, as Companhias desta área de negócio têm investido em tecnologias como:

- instalação de estações meteorológicas para quantificar a pluviosidade, a direção e intensidade do vento, número de horas de sol e graus de calor, de forma a otimizar as necessidades de rega;
- instalação de sondas de humidade do solo para medir a quantidade de água disponível para as plantas e ajustar a rega de acordo com a necessidade de cada cultura;
- utilização de pivots com aspersores de rega eficientes para as grandes culturas ou forragens, como o milho, ou prados permanentes de regadio;
- utilização de sistemas de rega gota-a-gota para minimizar as perdas por evaporação.

Consumo de energia [GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 302-4; GRI 302-5]

Indicadores de intensidade	2023	2022	Δ 2023/2022
Consumo total (GJ/mil euros de vendas) ⁷⁹	0,262	*0,297	-11,8%
Consumo total (GJ)	2023	2022	Δ 2023/2022
Consumo de energia por tipologia	8.010.628	*7.529.609	+6,4%
Eletricidade**	6.545.154	*6.229.464	+5,1%
Combustíveis	1.316.381	*1.101.231	+19,5%
Aquecimento**	149.093	198.914	-25,0%
Energia renovável	3.592.316	*3.378.293	+6,3%
Eletricidade	3.573.631	*3.358.595	+6,4%
Aquecimento	18.685	*19.698	-5,1%
Consumo de energia por unidade de negócio			
Biedronka	4.353.186	*4.391.749	-0,9%
Hebe	98.294	96.081	+2,3%
Pingo Doce ⁸⁰	2.005.205	1.917.536	+4,6%
Recheio	210.260	194.827	+7,9%
Ara	1.215.789	815.281	+49,1%
JMA	120.927	107.696	+12,3%
Hussel/Jeronymo	6.967	6.439	+8,2%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Inclui as fontes 100% renováveis e a percentagem de renováveis para cada uma das origens.

Tínhamos assumido o compromisso de, até 2023, reduzir em 10% face a 2017 o consumo de energia por 1.000 euros de vendas. No final de 2023, a redução era de 36% por 1.000 euros de vendas, face a 2017.

Em 2023, o consumo absoluto de energia aumentou 6,4%, face a 2022. A Ara foi a Companhia com o maior aumento, devido ao crescimento significativo do número de lojas, em particular no norte da Colômbia, onde a frágil rede de distribuição de energia elétrica implica um elevado consumo de combustível utilizado nos geradores. A JMA registou o segundo maior aumento, em resultado do consumo de combustíveis pelas embarcações das unidades de aquacultura e pelo gerador da nova sala de ordenha de Monte do Trigo, assim como do incremento no consumo de eletricidade na fábrica da Terra Alegre, que aumentou em 20% a produção. No Pingo Doce, o maior consumo de energia ficou a dever-se sobretudo

⁷⁸ Para mais informação ver subsecção 3.4.4. "Gestão de Resíduos" neste subcapítulo.

⁷⁹ O consumo de energia considerado no indicador de intensidade é composto em 95,5% por energia consumida pelas atividades de retalho (Secção G, NACE rev 2) e 0,5% pelas atividades de agricultura e pescas (Secção A, NACE rev.2) e indústria (Secção C, NACE rev 2).

⁸⁰ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

ao crescimento do negócio da comida pronta (maior produção das cozinhas centrais, restauração com mais atividade e maior área de vendas, mais equipamentos para preparação, conservação de ingredientes e exposição de refeições). No caso do Recheio, o aumento está em linha com o crescimento da sua atividade. Quanto à Biedronka, a redução do consumo de energia resulta da menor necessidade de aquecimento devido a temperaturas exteriores menos rigorosas durante o inverno e ao plano de eficiência que, entre várias medidas, definiu novas temperaturas para a climatização do interior das lojas no verão e no inverno, o que permitiu reduzir ligeiramente o consumo de energia nas lojas.

Energias renováveis

Tecnologia	Número de edifícios	Energia (GJ/ano)	Poupança* (t CO ₂ e/ano)
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	779	113.901	15.772
Pingo Doce ⁸⁰	26	29.475	1.880
Recheio	7	5.174	330
Biedronka	**728	68.887	13.050
Ara	16	4.591	143
JMA	2	5.774	368
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados por painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	9	534	35
Pingo Doce ⁸⁰	1	130	8
Recheio	5	258	17
Biedronka	1	10	2
JMA	2	136	8
Coletores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	17	4.020	256
Pingo Doce ⁸⁰	7	3.399	217
Recheio	8	552	35
JMA	2	69	4
Bombas de calor geotérmico (Biedronka)	15	5.884	1.115

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (market-based).

** No final de 2023, aguardava-se ligação à rede elétrica e estavam em construção 379 novas unidades de produção de energia fotovoltaica em estabelecimentos da Biedronka.

O investimento em energias renováveis para autoconsumo (em particular, o aumento de lojas e centros de distribuição com painéis fotovoltaicos na Colômbia, Polónia e Portugal), garantiu a produção de mais de 124 mil GJ, um aumento de 138% face a 2022. Desde julho de 2018 que investimos em eletricidade de fontes renováveis para alimentar as operações das nossas insígnias em Portugal, através da aquisição de Garantias de Origem, também conhecidos como certificados de origem RECS (Renewable Energy Certificate System). Em 2023, este investimento permitiu evitar a emissão de 120 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente, enquanto a Biedronka, através de um contrato de aquisição virtual de energia (VPPA - Virtual Purchase Power Agreement), garantiu a produção de 198 mil GJ de energia solar fotovoltaica e evitou a emissão de 37,500 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

No total, 45% da energia que consumimos em 2023 foi proveniente de fontes renováveis. Em valor absoluto, o consumo de energia renovável aumentou 6,3%, sobretudo devido ao investimento em contratos de aquisição de energia e Garantias de Origem. Considerando apenas o consumo de energia elétrica, cerca de 55% foi proveniente de fontes de energia renovável.

O nosso objetivo é garantir que, até 2030, 60% da eletricidade que consumimos seja de origem renovável.

Investimentos em energias renováveis

A Biedronka aumentou de 118 para 728 o número de estabelecimentos com unidades de produção de energia solar fotovoltaica, que geraram 19,1 milhões de kWh (68.887 GJ) e evitaram a emissão de 13.050 toneladas de dióxido de carbono equivalente. Até ao final de 2024, está previsto que o número de lojas com sistemas de geração de energia solar fotovoltaica seja de 1.500. Em 2023, primeiro ano do contrato estabelecido com a GoldenPeaks Capital para a aquisição virtual de energia, foram produzidos 55 GWh de energia renovável, correspondentes a cerca de 6% do consumo de eletricidade da Biedronka, e evitou-se a emissão de 37,500 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

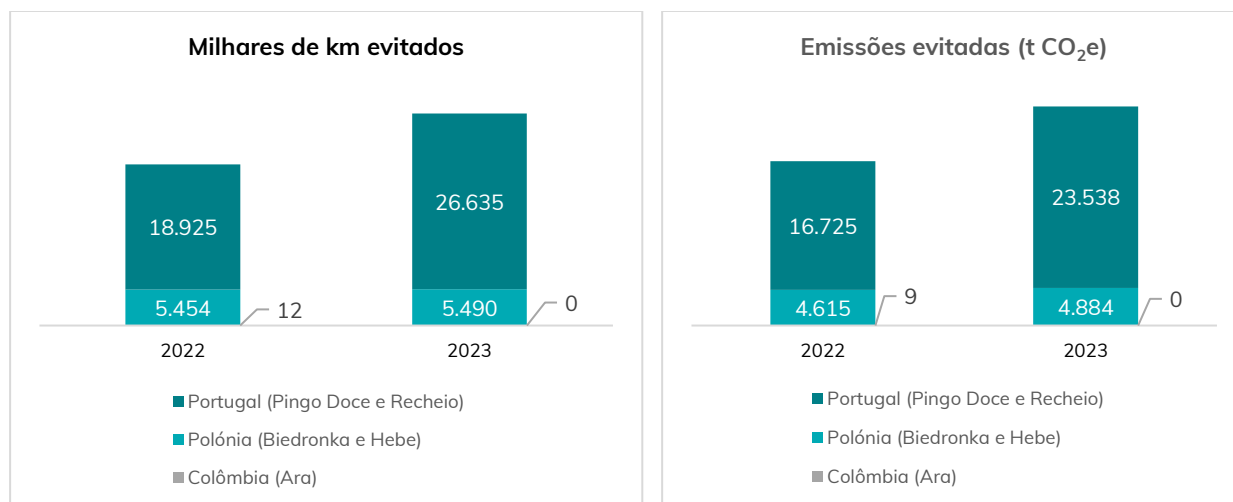
O Pingo Doce e o Recheio aumentaram de 20 para 33 o número de lojas com painéis fotovoltaicos, produzindo 9,4 milhões de kWh (33.991 GJ) e evitando 2.210 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Em 2023, a Ara iniciou o seu plano de produção de energia renovável para autoconsumo, instalando painéis fotovoltaicos em 15 lojas e um centro de distribuição que produziram 1,3 milhões de kWh (4.590 GJ) e evitaram a emissão de 143 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

3.3.4. Redução dos impactes ambientais dos processos logísticos

Para um melhor desempenho ambiental dos processos logísticos, mantivemos os esforços de otimização das rotas de distribuição e reforçámos o investimento em veículos de transporte de mercadorias mais eficientes.

As Operações de Backhauling⁸¹



Em 2023, as operações de backhauling evitaram que fossem percorridos 31,1 milhões de quilómetros, mais 32% do que em 2022, com a respetiva redução de emissões associada (28,4 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente). Na Colômbia, o backhauling continua a não ter expressão devido à distância entre os fornecedores e os nossos centros de distribuição nas rotas de retorno.

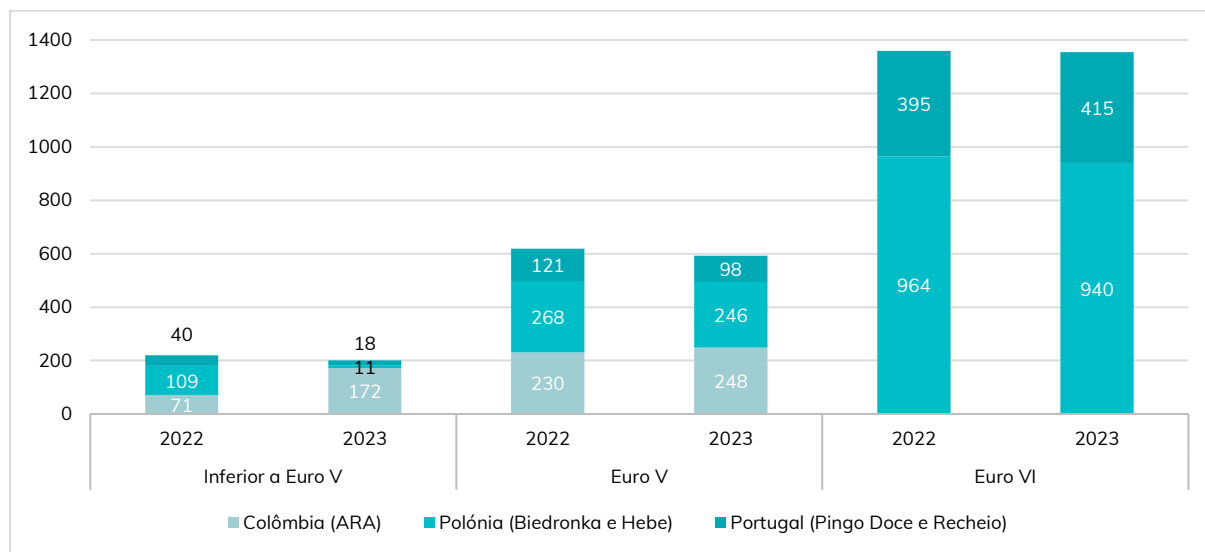
O projeto de fronthauling⁸² permitiu uma poupança de 145.331 km (menos 4,7% do que em 2022) e evitou a emissão de 129 toneladas de dióxido de carbono equivalente no Pingo Doce e no Recheio.

Na Ara, o projeto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas entre as instalações dos fornecedores e os centros de distribuição resultou numa poupança de cerca de 613 mil quilómetros (menos 35% face a 2022), o que equivale a 1.003 toneladas de dióxido de carbono equivalente. O projeto by-truck (atrelados para o transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas mais distantes) evitou a realização de 2 milhões de quilómetros, menos 31% face a 2022, e a emissão de 1.632 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

⁸¹ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao centro de distribuição.

⁸² Após a entrega de produtos nos nossos centros de distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria. Este projeto só existe em Portugal.

Distribuição das viaturas de transporte de mercadorias pelas normas Euro



Descarbonização da logística

O Pingo Doce é a primeira empresa em Portugal e a quarta a nível europeu a conquistar as quatro estrelas na iniciativa Lean&Green por ter conseguido reduzir em 55% as emissões de dióxido de carbono equivalente (t CO₂e/paleta) nas suas operações logísticas em Portugal Continental, face a 2018.

O desempenho da Biedronka já tinha sido distinguido com a atribuição de uma estrela em 2022, como resultado de uma redução de 20% nas emissões das atividades logísticas em oito centros de distribuição no período 2018-2020.

A Lean & Green é uma iniciativa europeia que pretende alcançar a neutralidade carbónica nas atividades logísticas até 2050.

Relativamente aos veículos de transporte de mercadorias, mais de 90% dos camiões são Euro V ou VI. Em 2023, havia menos quatro camiões Euro VI e menos 27 camiões Euro IV e Euro V do que em 2022. Na Colômbia verifica-se um aumento dos camiões Euro V e Euro IV.

Em 2023, as emissões de carbono, por mil paletes, associadas ao transporte de mercadorias para as lojas diminuiu 1,0% face a 2020. O nosso objetivo era, até ao final de 2023, reduzir em 5% as emissões de dióxido de carbono equivalente, por mil paletes transportadas, face a 2020. Contudo, com a expansão do negócio da Ara esta redução ficou abaixo da prevista. Entre as Companhias com processos logísticos mais estabilizados, a redução destas emissões atingiu 2,3% no Pingo Doce, 6,5% na Biedronka e 7,8% na Hebe.

3.3.5. Gestão de gases de refrigeração

Os sistemas de frio e climatização assumem uma importância central na garantia da qualidade, segurança e preservação dos produtos alimentares, desempenhando um papel determinante também no combate ao desperdício alimentar. Para reduzir as emissões de carbono associadas à utilização de gases refrigerantes nestes sistemas, são instaladas tecnologias de controlo de fugas e, sempre que possível e de forma voluntária, optamos por gases de refrigeração naturais (nas instalações de frio industrial) ou com baixo potencial de aquecimento global (nas instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado)⁸³.

⁸³ Estas ações estão alinhadas com os compromissos de redução das emissões de GEE que subscrevemos de forma voluntária, entre eles a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais.

Estabelecimentos que utilizam gases de refrigeração naturais

Tipo de estabelecimento	Número		Progresso*	
	2023	2022	2023	2022
Lojas – sistema de frio central	2.953	1.948	52%	37%
Lojas – equipamento autónomo	4.875	2.723	85%	51%
Centros de distribuição e unidades industriais – sistema de frio central	24	23	67%	61%

*Grau de cobertura face ao total de estabelecimentos.

A inventariação e sistematização dos estabelecimentos com equipamentos de frio com gases refrigerantes naturais ou de baixo potencial de aquecimento global (PAG) permitiu melhorar, em 2023, a sua quantificação, uniformizando as práticas de reporte de progresso. Assim, em 2023, 67% dos nossos centros de distribuição e unidades industriais e 52% das lojas utilizavam gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG nas centrais de frio. É de destacar o investimento em unidades autónomas de frio, como arcas congeladoras, que já são usadas em 85% do nosso parque de lojas (3.201 lojas da Biedronka, 1.212 da Ara, 422 do Pingo Doce e 40 lojas e plataformas do Recheio).

3.4. Promoção de uma economia circular

A nossa estratégia de transição para uma economia circular abrange toda a cadeia de valor e inclui ações de mitigação, como o ecodesign de embalagens, a otimização da valorização de resíduos e a recuperação de alimentos (nomeadamente através de donativos e do desconto aplicado a produtos alimentares prestes a atingir a data de validade). Cooperamos com os nossos fornecedores para diminuir o consumo de materiais virgens, aumentar a eficiência das operações da cadeia de abastecimento e reduzir o desperdício de recursos naturais.

3.4.1. Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular

Os principais riscos e oportunidades identificados, nomeadamente os associados aos dois tópicos com maior materialidade para Jerónimo Martins (embalagens e desperdício alimentar), estão relacionados com o tipo de recursos utilizados (renováveis e não renováveis), o desperdício de recursos e a valorização de resíduos. Pelo potencial de perda para a cadeia de valor, o desperdício alimentar representa o risco mais relevante relacionado com a temática da economia circular. Com menor importância surgem os riscos associados à regulamentação, nomeadamente sobre reciclabilidade de embalagens, por dependerem, em alguns casos, de adaptações sectoriais.

Neste contexto, reconhecemos que, a par das cadeias de frio, também as embalagens desempenham um importante papel na preservação dos alimentos que comercializamos. Assim, visamos garantir quer a defesa da integridade e dos prazos de validade dos alimentos quer o desenvolvimento o mais circular possível das embalagens. No caso particular dos componentes de embalagem à base de fibras vegetais, como papel e madeira, são ainda adotadas medidas que permitem promover a regeneração dos sistemas naturais e assegurar que a origem das matérias-primas não induz desflorestação⁸⁴.

Procuramos contabilizar e monitorizar em permanência o consumo dos diferentes materiais que compõem as nossas embalagens, para identificar oportunidades de melhoria, reforçar a incorporação de material reciclado, testar soluções reutilizáveis e promover o aumento da reciclabilidade. Implementamos ainda medidas de combate ao desperdício alimentar e de valorização dos diferentes fluxos de resíduos com o objetivo de promover a sua circularidade e a sua entrada em novos fluxos de materiais. Fazemo-lo quer nas nossas operações próprias quer através da sensibilização e envolvimento de parceiros de negócio e clientes das nossas Companhias.

⁸⁴ Para mais informação consulte o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor, subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas Mais Sustentáveis de Produção" subsecção 4.3.1. "Combate à Desflorestação".

3.4.2. Materiais consumidos e iniciativas de redução

[GRI 301-1; GRI 301-2]

Principais materiais consumidos

Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Valor específico	16,99	*19,13	-11,2%
Consumo total (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Consumo por unidade de negócio	520.095	*485.490	+7,1%
Biedronka	395.563	*372.455	+6,2%
Hebe	1.023	949	+7,8%
Pingo Doce ⁸⁵	64.272	*62.288	+3,2%
Recheio	13.292	*12.804	+3,8%
Ara	45.945	*36.994	+24,2%
Embalagens de produtos de Marca Própria (por tipo)	490.953	*454.508	+8,0%
Papel e cartão	201.520	188.976	+6,6%
Cartão para líquidos ⁸⁶	15.529	16.551	-6,2%
Plástico	162.837	142.872	+14,0%
Vidro	83.685	79.083	+5,8%
Aço	21.470	20.711	+3,7%
Outros materiais**	5.912	*6.315	-6,4%
Embalagens de serviço (por tipo)	13.430	12.841	+4,6%
Plástico	8.736	8.861	-1,4%
Papel e cartão	4.217	3.490	+20,8%
Outros materiais**	477	490	-2,7%
Outros consumos	15.711	*18.140	-13,4%
Papel de escritório	992	976	+1,6%
Folhetos promocionais	12.674	15.981	-20,7%
Publicações	2.045	1.183	+72,9%
Materiais reciclados (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Por unidade de negócio***	220.310	199.366	+10,5%
Biedronka	180.230	163.414	+10,3%
Hebe	84	49	+71,4%
Pingo Doce ⁸⁵	23.241	19.804	+17,4%
Recheio	4.544	4.142	+9,7%
Ara	12.211	11.957	+2,1%
Por tipo***			
Papel e cartão	178.492	164.715	+8,4%
Plástico	11.545	8.678	+33,0%
Vidro	30.273	25.973	+16,6%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

*** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e de serviço.

Em 2023, o consumo total de materiais cresceu 7,1% em termos absolutos, devido sobretudo ao aumento das vendas de artigos de Marca Própria. No entanto, e face a 2022, registámos uma redução de 11,2% no consumo de materiais em toneladas por cada milhão de euros de vendas.

Ainda em 2023, as embalagens de serviço e de produtos de Marca Própria incorporaram 43,7% de materiais reciclados (mais 1,0 p.p. face a 2022), sendo papel e cartão, plástico e vidro os mais representativos. Nas embalagens de papel e cartão, 82% dos materiais utilizados são reciclados. No total, foram utilizadas cerca de 220 mil toneladas de materiais reciclados, mais 10,5% do que no ano anterior.

Plásticos de Utilização Única (PUU)

Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Valor específico	6,47	*7,00	-7,6%

⁸⁵ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁸⁶ Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

Consumo total (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Consumo de PUU por unidade de negócio	198.158	*177.636	+11,6%
Biedronka	136.331	*126.572	+7,7%
Hebe	210	*178	+18,0%
Pingo Doce	26.500	*24.918	+6,3%
Recheio	5.767	*5.353	+7,7%
Ara	29.350	*20.615	+42,4%
Consumo de PUU por categoria			
Embalagens de Marca Própria	162.837	142.872	+14,0%
Embalagens de serviço	8.736	8.861	-1,4%
Sacos de caixa	10.163	*9.735	+4,4%
Filme de paletização	3.234	3.280	-1,4%
Sacos do lixo	13.083	12.791	+2,3%
Outros PUU**	105	*97	+8,2%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

Incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Por unidade de negócio	26.940	*21.910	+23,0%
Biedronka	18.612	14.704	+26,6%
Hebe	42	*36	+16,7%
Pingo Doce	5.676	5.070	+12,0%
Recheio	1.626	1.444	+12,6%
Ara	984	656	+50,0%
Por categoria			
Embalagens**	11.545	8.678	+33,0%
Sacos de caixa e filme de paletização	8.168	*7.494	+9,0%
Sacos do lixo e outros PUU***	7.227	5.739	+25,9%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

*** Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

Uso de plástico virgem em PUU (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Por unidade de negócio	171.217	*155.727	+9,9%
Biedronka	117.719	*111.869	+5,2%
Hebe	169	*141	+19,9%
Pingo Doce	20.823	*19.848	+4,9%
Recheio	4.140	*3.910	+5,9%
Ara	28.366	*19.959	+42,1%
Por categoria			
Embalagens**	160.028	143.056	+11,9%
Sacos de caixa e filme de paletização	5.229	*5.521	-5,3%
Sacos do lixo e outros PUU***	5.961	7.150	-16,6%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

*** Categoria incluída, a qual abrange talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio).

No caso concreto dos plásticos, assumimos voluntariamente diversos compromissos que resultam da nossa subscrição do *New Plastics Economy Global Commitment* e da nossa participação no *Pacto Português para os Plásticos*, no *Pacto Polaco para os Plásticos* (através da Biedronka), no *Pacto Colombiano para os Plásticos* (através da Ara) e no *Plastic Waste Coalition of Action* do *The Consumer Goods Forum*. No seu conjunto, estes compromissos foram definidos com o objetivo de reduzir a entrada e saída de recursos utilizados, garantindo a promoção da circularidade, segundo uma lógica de hierarquia de gestão de resíduos: redução, reutilização e reciclagem.

Deste modo, assumimos o compromisso de, até 2025:

- garantir que todas as embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria sejam reutilizáveis ou recicláveis;

- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria;
- reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de volume de negócios;
- reduzir o plástico virgem utilizado nas embalagens dos produtos de Marca Própria em 15%, face a 2018.

No plástico de utilização única (PUU), verificou-se um aumento do consumo de 11,6%, face a 2022. Em 2023, o plástico foi responsável por 35,7% dos materiais usados nas quatro categorias de embalagens (Marca Própria, serviço, sacos de caixa e filme de paletização⁸⁷). Do total de plástico utilizado, 19.713 toneladas correspondem a plástico reciclado, o que representa 10,7% do PUU nestas categorias, e nos permitiu alcançar um outro objetivo: aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens de plástico sob nossa responsabilidade até final de 2023.

Em relação ao uso de plástico virgem, registamos um aumento de 9,9% face a 2022. O valor é agora 4,0% superior ao do ano de referência (2018). Nos últimos anos, as condições de mercado em matéria de recolha de resíduos de embalagem e de quantidade de plástico reciclado disponível para reincorporação em novas embalagens, em especial para contacto alimentar, pouco evoluíram nos países onde temos operações.

Por este motivo, antevemos dificuldades em atingir, até 2025, os nossos compromissos relacionados com este tópico: assegurar pelo menos 25% de plástico reciclado nas embalagens deste material e reduzir em 15% a utilização de plástico virgem. Atingimos uma redução de 33% no consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas) face a 2018, em linha com o nosso compromisso para o triénio 2021-2023 (5% até 2023).

Através da aplicação da metodologia Recyclability Assessment Tool, da Ellen MacArthur Foundation, concluímos que 42% das embalagens de plástico dos nossos produtos de Marca Própria são recicláveis (mais 0,2 p.p. do que em 2022). A percentagem indicada tem em conta os diferentes polímeros e formatos de embalagens de plástico, e a existência e eficácia dos sistemas de triagem e reciclagem nos países onde temos operações.

Embora as nossas Companhias tenham concretizado inúmeros projetos de embalagem monomaterial, e mesmo havendo indústria de reciclagem instalada, continuam a não existir soluções de triagem para alguns fluxos (ex., plásticos flexíveis multicamadas em polipropileno e embalagens rígidas em poliestireno). Este facto determina que alguns formatos de embalagem de plástico se mantenham classificados como “não recicláveis” de acordo com a metodologia indicada, mesmo quando existem localmente circuitos para a triagem e reciclagem downcycling⁸⁸, como é o caso da Polónia e de Portugal. Para aumentar a reciclabilidade das embalagens de plástico das nossas Marcas Próprias, temos vindo a eliminar componentes problemáticos (ex.: os polímeros PVC e EPS), que comprometem a reciclagem ou que diminuem a qualidade e o valor do material reciclado. Em linha com o nosso compromisso, 91,8% das nossas embalagens estavam livres destes componentes em 2023, mais 1,2 p.p. do que em 2022.

⁸⁷ Excluindo sacos do lixo e outros PUU que não são embalagens.

⁸⁸ Processo de reciclagem do qual resultam materiais de qualidade inferior aos que lhes deram origem, não permitindo fabricar os mesmos produtos com a mesma qualidade, mas apenas outros que necessitam de material com menor qualidade.

Combate à poluição por plástico – destaques em 2023

- A Biedronka lançou o projeto de reciclagem dos resíduos de filme plástico das suas lojas e centros de distribuição, que são posteriormente transformados em sacos de caixa. Fabricados com um mínimo de 80% de plástico reciclado, os sacos de caixa resultantes deste processo contam com uma pegada de carbono 56% inferior à de um saco equivalente de plástico virgem. A Biedronka foi o primeiro retalhista na Polónia a utilizar os próprios resíduos de filme plástico para a produção dos seus sacos de caixa. Com este projeto, espera-se produzir cerca de 116 milhões de sacos por ano.
- O Pingo Doce e o Recheio eliminaram as fibras de plástico da composição do tecido de 8 referências de toalhas para limpeza doméstica e higiene do bebé, substituindo-as por fibras biodegradáveis (ex. viscose e celulose) e evitando a colocação anual no mercado de mais de 54 milhões de toalhas com plástico.
- Na Ara, o sistema de recolha de garrafas de plástico PET e tampas, lançado no final de 2021 em cinco centros de distribuição, foi alargado a todos os centros de distribuição e à sede da empresa. Foram recolhidas cerca de 9 toneladas desde o início do projeto.

Ver também a caixa de destaque sobre “Ecodesign de embalagens – destaques em 2023”.

3.4.3. Promoção do consumo sustentável de materiais

Ecodesign de embalagens

O projeto de ecodesign de embalagens, criado há mais de dez anos, procura reduzir o impacto ambiental e otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens dos produtos de Marca Própria. Desde o seu lançamento, a iniciativa contribuiu para alterar 1.893 referências e evitou a utilização de 41.869 toneladas de materiais. Foram também introduzidas 774 embalagens com certificação FSC® ou outras equiparadas. A otimização da dimensão, peso e formato das embalagens permitiu, ao assegurar maior eficiência no transporte dos produtos, evitar a emissão de 6.296 toneladas de carbono.

Em 2023, implementámos 737 projetos deste tipo (497 na Biedronka, 132 no Pingo Doce, 50 no Recheio, 44 na Hebe e 14 na Ara), elevando para 30% a percentagem de artigos de Marca Própria alterados desde 2011, e ultrapassando largamente a nossa ambição de atingir 12% até ao final de 2023.

Relativamente à capacidade de reutilização das embalagens de plástico, determinámos, em 2023, que 1,3% destas são reutilizáveis (-0,2 p.p. que em 2022), de acordo com a metodologia proposta pela Ellen MacArthur Foundation para o reporte deste indicador ao Global Commitment.

Ecodesign de embalagens – destaques em 2023

- Biedronka – No garrafão de 5L de água sem gás “Oaza”, a Biedronka eliminou a pega tradicionalmente acoplada ao gargalo bem como o rótulo a meio do garrafão e substituiu-os por um rótulo-cinta inserido na parte superior do garrafão, que serve simultaneamente de pega. Esta solução permite a poupança anual de mais de 160 toneladas de plástico.
- Pingo Doce – As rolhas de todos os vinhos tranquilos e espumantes da marca Pingo Doce passaram a ser certificadas pelo FSC®. A utilização de rolhas de cortiça em todos os vinhos tranquilos e espumantes Pingo Doce corresponde à produção anual de cortiça de cerca de 670 hectares de montado de sobre e evita a emissão de mais de 2.000 toneladas de CO₂ para a atmosfera.
- Recheio – A dimensão da caixa unitária de cartão de nove gelatinas de aromas e um leite creme da marca Amanhecer foi reduzida, havendo uma diminuição de 28% do peso unitário, o que permite poupar anualmente mais de 1,8 toneladas de cartão.
- Ara – A embalagem de plástico de quatro referências de fraldas para bebés e as de dois detergentes da Ara passaram a incorporar 30% de plástico reciclado na sua constituição. A Ara também introduziu 5% de plástico reciclado numa garrafa de champô. Esta utilização de plástico reciclado permite evitar anualmente o uso de mais de 12 toneladas de plástico virgem.
- Hebe – O papel presente nas embalagens de 44 referências de Marca Própria da Hebe passou a ter certificação FSC®, garantindo desta forma que a matéria-prima provém de florestas geridas de forma responsável.

Embalagens reutilizáveis

A utilização de embalagens reutilizáveis nas nossas operações permitiu evitar mais de 40 mil toneladas de embalagens descartáveis em 2023. O Pingo Doce e o Recheio contabilizaram 41,5 milhões de utilizações de caixas reutilizáveis nas áreas de perecíveis que incluem a pool de caixas utilizadas entre as cozinhas centrais, os centros de distribuição e as lojas Pingo Doce. Na Biedronka esse valor foi de 22,4 milhões para produtos de padaria e na Ara registámos mais de 16 milhões de utilizações de caixas reutilizáveis no transporte de água engarrafada, leite, carne e fruta e legumes.

A solução de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis ECO, disponível no Pingo Doce, foi alargada para 284 lojas, mais 51 do que em 2022. Esta solução evitou o consumo de 105 toneladas de PUU em 2023, mais 9% do que no ano anterior.

Soluções reutilizáveis para transporte de compras de clientes

Material consumido por tipo de solução	2023	2022	Δ 2023/2022
Sacos de caixa de papel reutilizáveis (toneladas)	1.024	2.445	-58,1%
Biedronka	906	2.319	-60,9%
Hebe	15	10	+50,0%
Pingo Doce	101	111	-9,0%
Recheio	0	0	-
Ara	2	5	-60,0%
Sacos de plástico reutilizáveis* (toneladas)	9.548	**9.196	+3,8%
Biedronka	7.069	6.606	+7,0%
Hebe	44	**44	0,0%
Pingo Doce	2.199	2.153	+2,1%
Recheio	8	7	+14,3%
Ara	228	386	-40,9%
Trolleys (unidades)	32.955	28.650	+15,0%
Biedronka	0	0	-
Hebe	0	0	-
Pingo Doce	32.950	28.287	+16,5%
Recheio	2	353	-99,4%
Ara	3	10	-70,0%

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

** Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

Em 2023, verificou-se uma diminuição acentuada no consumo de sacos de papel, devido principalmente ao ajuste do seu uso na Biedronka que, em 2022, tinha aumentado para fazer face a uma rotura na entrega de sacos de caixa de plástico.

Apesar de as nossas Companhias terem deixado de disponibilizar gratuitamente os sacos de plástico em 2017, registamos um aumento de 3,8% no seu consumo associado à expansão dos negócios das Companhias do Grupo. Os sacos de plástico reutilizáveis (polietileno) disponíveis na Biedronka e no Pingo Doce têm certificação Blue Angel⁸⁹. Em 2023 aumentámos a quantidade de plástico reciclado pós-consumo incorporado nestes sacos reutilizáveis, que passou de cerca de 60%, em 2019, para 80%, totalizando 7,7 mil toneladas.

No caso dos sacos de papel, o teor de materiais reciclados é de 70% na Biedronka e no Pingo Doce, correspondendo a um total de 703 toneladas.

Promoção de vendas a granel

As lojas Biedronka e Pingo Doce disponibilizam a venda a granel de alguns produtos alimentares, em concreto doces e frutos secos. Em 2023, a Biedronka vendeu 31,4 toneladas, serviço disponibilizado em 83% das lojas, e o Pingo Doce vendeu 209 toneladas de produtos a granel, e que se encontram disponíveis em 40% das lojas.

⁸⁹ A certificação Blue Angel é atribuída a produtos que provam ter um melhor perfil ambiental.

A Ara vende arroz, açúcar, lentilhas ou feijão a granel, tendo sido registada a venda de 13,5 toneladas no ano. Esta iniciativa está presente em 470 lojas (36% do total).

3.4.4. Gestão de resíduos

[GRI 306-3; GRI 306-4; GRI 306-5]

As nossas atividades produziram quase 600 mil toneladas de resíduos, mais 2,7% do que em 2022, o que resulta do crescimento das operações das Companhias. Quando consideradas as toneladas de resíduos produzidos por cada milhão de euros de vendas registamos uma redução de 14,8% face a 2022.

O aumento dos resíduos perigosos está associado ao abate de equipamentos de frio, resultante do forte investimento que temos feito em remodelações de lojas Pingo Doce e Recheio. As antigas arcas congeladoras e de frio estão a ser substituídas por equipamentos que utilizam gases de refrigeração naturais ou com baixo potencial de aquecimento global.

Resíduos produzidos (toneladas/milhão de euros de vendas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Valor específico	19,38	22,75	-14,8%

Resíduos produzidos (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Por tipo	593.064	577.538	+2,7%
Cartão e papel	357.693	344.172	+3,9%
Plástico	16.069	15.224	+5,6%
Madeira	2.178	2.049	+6,3%
Orgânicos	111.636	109.460	+2,0%
Indiferenciados	87.301	90.642	-3,7%
Óleos e gorduras alimentares	167	211	-20,9%
Resíduos de tratamento de efluentes	12.751	9.704	+31,4%
Resíduos perigosos	387	307	+26,1%
Outros resíduos	4.882	5.769	-15,4%
Por unidade de negócio			
Biedronka	445.082	438.763	+1,4%
Hebe	1.156	1.197	-3,4%
Pingo Doce	93.994	93.855	+0,1%
Recheio	7.222	6.455	+11,9%
Ara	42.020	34.643	+21,3%
JMA	3.590	2.625	+36,8%

Valorização e destino de resíduos nas operações

A taxa de valorização de resíduos foi de 85,4%, sendo encaminhados para aterro 13,5% dos resíduos gerados.

Taxa de valorização de resíduos	2023	2022	Δ 2023/2022 (p.p.)
Valor global	85,4%	85,5%	-0,1
Biedronka	91,5%	90,8%	-0,7
Hebe	79,7%	81,4%	-1,7
Pingo Doce	64,3%	65,3%	-1,0
Recheio	72,4%	70,3%	+2,1
Ara	70,7%	75,3%	-4,6
JMA	88,6%	87,5%	+1,1

Métodos de gestão dos resíduos	2023	2022	Δ 2023/2022 (p.p.)
Valorização*	85,4%	85,5%	-0,1
Aterro	13,5%	14,1%	-0,6
Incineração (sem valorização energética)	0,1%	0,0%	+0,1
Outros destinos sem valorização	1,0%	0,4%	+0,6

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Combate ao desperdício alimentar⁹⁰

Assumimos o compromisso de reduzir para metade o desperdício alimentar⁹¹ gerado, por cada tonelada de alimentos vendidos pelas nossas insígnias, até 2030, em linha com a meta 12.3 do objetivo 12 – Consumo e Produção Responsável definido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Definimos igualmente como objetivo limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total do volume de vendas (toneladas) de géneros alimentares, no período de 2024 a 2026.

Em 2023, e apesar de todos os esforços empreendidos pelas Companhias do Grupo, o nosso desperdício alimentar aumentou 4,5% face a 2022, para 18,5 kg por cada tonelada de alimentos vendidos, representando as categorias de perecíveis cerca de 70% do desperdício alimentar gerado pelas nossas operações. Apesar do aumento da pressão sobre o nosso objetivo de redução da pegada de desperdício alimentar, o investimento nas categorias de perecíveis resulta da nossa determinação em promover dietas mais saudáveis baseadas em produtos frescos e pouco ou nada processados, e que têm necessariamente tempos de vida útil muito inferiores a produtos mais processados, como os enlatados, secos ou congelados.

Kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos	2023	2022	Δ 2023/2022
Desperdício alimentar*	18,5	17,7	+4,5%
Destino			
Alimentação animal e processamento biológico	1,0	1,1	-9,1%
Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	11,2	11,9	-5,9%
Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	6,2	4,7	+31,9%
Quantidade por unidade de negócio			
Biedronka	19,6	18,7	+4,8%
Pingo Doce**	22,1	22,0	+0,5%
Recheio	4,0	5,1	-21,6%
Ara	14,5	11,7	+23,9%

* De acordo com o protocolo de FLW, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

** O desperdício alimentar gerado nos centros de distribuição foi contabilizado no Pingo Doce, embora sejam estruturas partilhadas com o Recheio.

O aumento da quantidade de alimentos que são eliminados como resíduos (deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais) está associado à falta de infraestruturas, sobretudo na Colômbia, para valorização de resíduos orgânicos.

Promovemos um conjunto de iniciativas a montante e a jusante da nossa cadeia de valor e nas nossas operações com o objetivo de combater o desperdício alimentar⁹². No total, recuperámos em 2023 70,7 mil toneladas de alimentos, o que corresponde a 46,3 mil toneladas de CO₂ evitadas.

Uma dessas iniciativas é a incorporação de alimentos não calibrados (ou legumes “feios”, que têm um perfil nutricional igual ao dos produtos calibrados) nas sopas que produzimos em Portugal e Polónia, e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar) vendidos nas lojas Pingo Doce e Recheio. Desde 2015, o aproveitamento de legumes não calibrados evitou o desperdício de 127 mil toneladas de alimentos. Adicionamos também subprodutos da indústria alimentar e legumes não-calibrados à alimentação de gado da JMA. Desde 2018, que esta ação permite o aproveitamento de 65 mil toneladas de alimentos.

Desde 2019 que temos o *markdown* implementado no Pingo Doce e, desde 2020, na Biedronka. Este projeto consiste na comercialização a preços reduzidos de produtos que se encontram próximo do prazo de validade, tendo, em 2023, vigorado em 892 lojas Biedronka e Pingo Doce. Desde 2019 evitámos o desperdício de 27 mil toneladas de alimentos. Também aproveitamos sobras de frango e leitão assado para incorporar em vários produtos (ex.: pizzas, saladas e sandes) disponíveis no *takeaway* do Pingo Doce, evitando o desperdício de 345 toneladas destes alimentos.

⁹⁰ Fomos o primeiro retalhista em Portugal a calcular e a divulgar publicamente a nossa pegada de desperdício alimentar, em linha com a metodologia do Food Loss and Waste Protocol (FLWP) do World Resources Institute (WRI), permitindo-nos assegurar a contabilização e a monitorização destes objetivos.

⁹¹ Os pressupostos de cálculo estão disponíveis em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

⁹² Mais informação está disponível em www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Gestão de Resíduos).

Em 2023, a Biedronka estabeleceu uma parceria com a Too Good To Go, empresa que gere uma plataforma de vendas de excedentes alimentares, abrangendo 500 lojas. Em 2023 foram entregues 1 milhão de sacos, estimando-se que se tenha evitado o desperdício de 1.600 toneladas de alimentos. Durante o mês de dezembro, a Biedronka desenvolveu uma ação especial, durante uma semana, para apoiar os produtores polacos e sensibilizar os consumidores para o consumo de produtos hortícolas com imperfeições, tendo vendido quase 200 toneladas de cenouras nesta campanha.

O Pingo Doce vende, a preços reduzidos, cabeças de salmão nas suas peixarias, o que evitou o desperdício de 161 toneladas em 2023. Foram também comercializados produtos como maçã golden, pera rocha, diospiro, feijão verde ou cenoura em palitos, que se encontravam fora das especificações. No Halloween venderam-se abóboras que se encontravam fora do calibre. No seu conjunto, estas iniciativas permitiram evitar o desperdício de cerca de 1.500 toneladas de alimentos. Também cortamos a fruta de maiores dimensões (melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis) em metades para que o cliente possa comprar a quantidade que considera mais adequada e se evite o desperdício em loja e em casa dos consumidores.

É através das lojas e centros de distribuição que doamos alimentos a instituições de solidariedade⁹³. Em 2023, doámos 19 mil toneladas, menos 12,2% do que em 2022, sobretudo em virtude da menor disponibilidade de produtos para doação dado o êxito do projecto *markdown*. Por forma a garantir a identificação, seleção e separação dos alimentos seguros para serem doados, damos formação aos colaboradores⁹⁴.

A par destas medidas, promovemos também ações de sensibilização junto dos consumidores nas nossas redes sociais, folhetos e comunicação em loja, e asseguramos a publicação de livros de receitas para o aproveitamento de sobras alimentares⁹⁵.

Valorização de resíduos de clientes

[GRI 301-3; GRI 306-2; GRI 306-3; GRI 306-4]

Para promover a separação e valorização de resíduos, disponibilizamos ecopontos e outros sistemas aos nossos clientes⁹⁶:

- para recolha de pilhas, pequenos eletrodomésticos, óleos alimentares usados ou cápsulas de café em 96% da rede de lojas do Pingo Doce;
- para recolha de pequenos eletrodomésticos e pilhas em 91% das lojas da Biedronka;
- para recolha de pilhas usadas em 74% das lojas da Ara e em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- para recolha e valorização de cápsulas de café nas lojas do Pingo Doce, o que permitiu entregar 2.300 euros a instituições de solidariedade;
- um projeto-piloto implementado numa loja Recheio em parceria com a Novo Verde (uma empresa gestora de resíduos) para promover a separação de resíduos de embalagens de plástico e de metal pelos clientes do canal HoReCa. Entre maio e dezembro de 2023, foram registadas mais de 6.000 utilizações pelos clientes e recolhidas mais de 28 toneladas de embalagens;
- um projeto de que o Pingo Doce é parceiro para incentivar a devolução pelos consumidores de embalagens de bebidas (desde o início do projeto, em 2019, foram recolhidas 108 toneladas de materiais como PET, vidro e alumínio).

⁹³ Para mais informação consulte o subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos", neste capítulo.

⁹⁴ Referente a formação em higiene e segurança alimentar. Para informação mais detalhada, consulte o subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar", subsecção 2.3.5. "Formação".

⁹⁵ Para mais informação consulte a secção 3.5. "Ações de Sensibilização", neste subcapítulo e a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁹⁶ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Resíduos depositados por clientes nos ecopontos das lojas

Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Pingo Doce	648,44	607,91	+6,7%
Pilhas	18,74	7,51	+149,5%
REEE ⁹⁷ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	69,33	57,22	+21,2%
Óleos alimentares usados	72,59	65,27	+11,2%
Cápsulas de café	487,8	477,91	+2,1%
Recheio	0,20	1,22	-83,6%
Pilhas	0,20	1,22	-83,6%
Biedronka	300,33	296,24	+1,4%
Pilhas	273,67	237,77	+15,1%
REEE	26,65	58,48	-54,4%
Hebe	1,20	0,00	-
Pilhas	1,20	0,00	-
Ara	16,33	18,28	-10,7%
Pilhas	0,16	1,96	-91,8%
Óleos alimentares usados	0,02	0,13	-84,6%
REE	16,15	16,19	-0,2%

Em 2023, os níveis de recolha de resíduos de clientes aumentaram nas lojas Pingo Doce e Biedronka. No caso do Pingo Doce, a utilização dos ecopontos aumentou como resultado das campanhas de sensibilização e dos investimentos que têm sido feitos. No caso da Ara, o decréscimo está relacionado com a alteração da periodicidade de recolha, tendo o agendamento das recolhas sido ajustado para reduzir o número de deslocações à loja, garantindo a recolha de maiores quantidades num menor número de viagens.

3.5. Ações de sensibilização

Desenvolvemos diversas iniciativas para colaboradores, consumidores e comunidades envolventes com o objetivo de sensibilizar para a importância dos comportamentos individuais e coletivos na proteção do ambiente. A tabela seguinte destaca alguns dos projetos realizados em 2023.

⁹⁷ REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.

Projetos de sensibilização destacados

Campanha	Companhia	Descrição
"¿sabías que con las cáscaras de tus frutas puedes hacer un abono orgánico/compos?"	Ara	Em fevereiro de 2023, as redes sociais ⁹⁸ da Ara alertaram para a importância da compostagem doméstica, com dicas passo a passo.
"Fazer como a Avó"	Biedronka	Em agosto foi lançada a campanha online "Act jak Babcia" (Fazer como a Avó) em parceria com a Onet ACT NOW, com a partilha de filmes que mostram os métodos e práticas sustentáveis que as nossas avós utilizavam para reduzir o desperdício alimentar e para reciclar. ⁹⁹
"Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos" (Iniciativa APED)	Pingo Doce	Em setembro foi lançada nas lojas Pingo Doce (incluindo Madeira) a campanha da APED "Reciclar eletrodomésticos é tão fácil como ir às compras! ¹⁰⁰ ", com o apoio das entidades gestoras ERP Portugal, Electrão e E-Cycle, que decorreu até 16 de outubro. O objetivo é ajudar Portugal a cumprir as metas europeias e nacionais, bem como sensibilizar a população para a reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos, reforçando o compromisso do Pingo Doce com a promoção da valorização de resíduos.
"Reciclar Cai Sempre Bem"	Recheio	Em dezembro, as lojas Amanhecer e a entidade gestora Novo Verde lançaram uma campanha digital que visa incentivar os portugueses a separar as embalagens para reciclagem.

Para informação mais detalhada, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com

⁹⁸ https://www.instagram.com/p/Co8TKU1Mu9I/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D&img_index=1

⁹⁹ <https://actjakbabcia.onet.pl/teaser>

¹⁰⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=h4RaZukasrU>

4. Comprar com Responsabilidade

4.1. Introdução

Procuramos, diariamente, garantir o acesso a produtos de qualidade, a preços acessíveis e que contribuam para uma alimentação saudável assente num modelo de desenvolvimento sustentável. São estas as premissas que definem a nossa estratégia e a negociação de compras, e que estão dependentes das relações de proximidade que estabelecemos com os nossos fornecedores.

4.2. Relação com Fornecedores

4.2.1. Seleção e acompanhamento de fornecedores

[GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 412-3; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 416-1]

As nossas relações comerciais com fornecedores e prestadores de serviços assentam no cumprimento de princípios éticos, sociais e ambientais¹⁰¹. Procuramos parceiros que partilhem connosco os valores inerentes a esta forma de estar e que, tal como nós, tenham a ambição de contribuir para a concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Para garantirmos o cumprimento destes princípios, definidos nas nossas políticas de Responsabilidade Corporativa¹⁰², e acompanharmos a gestão dos processos, sistemas de gestão e formulação de produtos, asseguramos auditorias regulares aos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria¹⁰³. Realizamos três tipos de auditorias: de qualidade e segurança alimentar, ambientais e sociais.

Em caso de incumprimento e/ou quando não se verifica disponibilidade por parte dos fornecedores para implementarem um plano de ação corretiva, estão previstas medidas que podem passar pela suspensão da parceria até haver confirmação de que as inconformidades detetadas estão retificadas ou mesmo pela cessação das relações comerciais entre as partes.

Auditorias de qualidade e segurança alimentar

Recorremos a auditorias de qualidade e segurança alimentar tanto nos nossos processos de seleção de novos fornecedores de perecíveis e Marca Própria¹⁰⁴, como também para monitorizar os atuais fornecedores nas fases de desenvolvimento e produção. Estas auditorias avaliam várias componentes, como as condições de higiene e segurança alimentar, a rastreabilidade e aspetos laborais¹⁰⁵. A sua frequência é definida com base em critérios que determinam o desempenho do fornecedor, considerando:

- o nível de perecibilidade do produto e/ou o historial de avaliações do risco por fornecedor;
- os resultados dos controlos analíticos, rejeições e reclamações;
- os resultados das auditorias anteriores;
- a existência de certificados de sistemas de segurança alimentar segundo os esquemas aprovados pela Global Food Safety Initiative.

Com base nos resultados desta avaliação, os fornecedores são acompanhados, sob a forma de uma nova auditoria ou visita, com uma periodicidade que geralmente varia entre os 6 e os 12 meses. Para os fornecedores avaliados com a classificação “Básico”, a periodicidade é no máximo semestral, enquanto

¹⁰¹ Estes princípios encontram-se definidos na Política de Compras Sustentáveis, no Código de Conduta de Fornecedores, no Código de Conduta e na Política Anticorrupção do Grupo Jerónimo Martins, disponíveis para consulta no website corporativo, em www.jeronimomartins.com.

¹⁰² As políticas de Responsabilidade Corporativa do Grupo, nomeadamente a Política Nutricional, a Política de Qualidade e Segurança de Produto, a Política Ambiental, a Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta de Fornecedores, estão disponíveis para consulta no website corporativo, na área de “Responsabilidade”.

¹⁰³ No caso das auditorias ambientais são também incluídos os nossos prestadores de serviços.

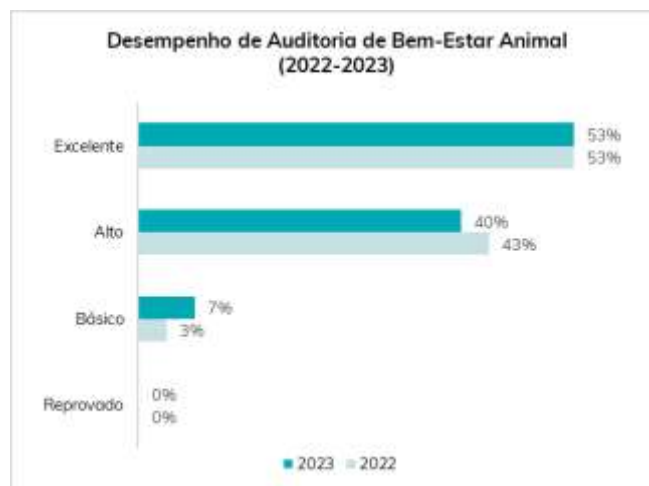
¹⁰⁴ No caso de novos fornecedores com sistemas de certificação de segurança alimentar aprovados pela Global Food Safety Initiative, não é necessária uma auditoria de seleção, com exceção dos fornecedores de produtos de Marca Própria com avaliação de risco superior a “Baixo”. A Global Food Safety Initiative é uma coligação do The Consumer Goods Forum que avalia os sistemas de gestão de segurança alimentar nas cadeias de abastecimento com o objetivo de garantir um fornecimento fiável de produtos alimentares seguros para os consumidores. São reconhecidos por esta iniciativa um conjunto de esquemas como o British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

¹⁰⁵ Os aspetos laborais correspondem a 10% do total da avaliação e estão relacionados com a qualidade e segurança dos produtos, sendo avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

que com uma avaliação de nível “Alto” é, no mínimo, de 12 em 12 meses e, no caso de ser “Excelente”, é permitido um intervalo maior, que pode chegar aos 36 meses. Sempre que necessário são elaborados planos corretivos, cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

Estas auditorias incluem ainda critérios de bem-estar animal aplicados a matadouros¹⁰⁶ dos fornecedores de perecíveis de carne que detenham explorações primárias. Os critérios avaliados têm por base o referencial da Global G.A.P. (Global Good Agricultural Practices) e a legislação em vigor. São avaliados aspetos gerais adaptados às diferentes categorias de carne¹⁰⁷, como condições da exploração, alimentação, transporte e atordoamento.

Em 2023, alargámos estas auditorias à Colômbia (produção primária e matadouros), que se juntou assim a Portugal (produção primária e matadouros) e à Polónia (matadouros). No ano, foram realizadas 54 auditorias, menos 35% do que em 2022. Esta redução é resultado das boas avaliações dos anos anteriores, que determinam uma menor frequência de novas auditorias de acompanhamento face a avaliações mais baixas, como a de nível “Básico”, que determinam uma frequência maior.



Auditorias de qualidade e segurança alimentar a fornecedores de perecíveis e de Marca Própria

Portugal	2023	2022	Δ 2023/2022
Perecíveis	1.008	1.045	-4%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	250	244	+2%
Polónia			
Perecíveis	1.401	*1.480	-5%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	432	390	+11%
Colômbia			
Perecíveis	233	204	+14%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	226	182	+24%

As auditorias incluem os seguintes tipos: seleção, controlo e acompanhamento.
 * Valor corrigido devido à integração de auditorias ad-hoc e inspeções.

O número total de auditorias aumentou 10% face a 2022, maioritariamente devido aos novos potenciais fornecedores de Marca Própria e perecíveis na Polónia e na Colômbia. Em Portugal, a ligeira redução no número de auditorias na categoria de perecíveis deve-se às boas classificações anteriormente obtidas, que determinaram uma menor frequência de auditorias de acompanhamento em 2023.

Auditorias ambientais

Avaliamos também o desempenho ambiental¹⁰⁸ dos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria, bem como dos nossos prestadores de serviços, tanto no momento da sua seleção, como ao longo do tempo. Os critérios ambientais avaliados no momento da seleção de fornecedores assumem a mesma ponderação que as componentes de avaliação de qualidade e segurança alimentar, sendo, por isso, igualmente relevantes no momento de aprovação do fornecedor. Em 2023, foram avaliados e aprovados 120 novos fornecedores por cumprirem ambos os critérios.

¹⁰⁶ São avaliados os matadouros com as quais as Companhias e os seus fornecedores trabalham.

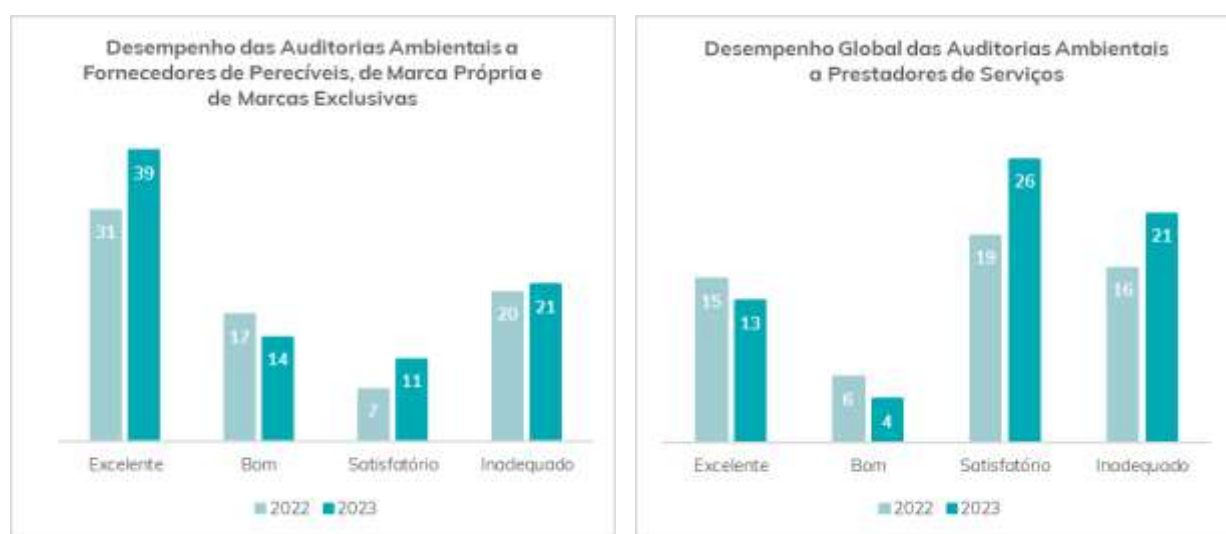
¹⁰⁷ São definidos critérios específicos para carne bovina, de aves, de suínos, de coelhos e de ovinos/caprinos.

¹⁰⁸ São avaliados requisitos relacionados com certificação ambiental e gestão de aspetos ambientais como água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas, entre outros.

As auditorias ambientais de acompanhamento aos nossos fornecedores de perecíveis e Marca Própria e aos prestadores de serviços são asseguradas por uma entidade externa. São avaliados cerca de 100 requisitos, podendo o desempenho¹⁰⁹ dos fornecedores ser classificado num de quatro níveis: Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Entre os critérios de seleção dos fornecedores e prestadores de serviço a submeter a estas auditorias estão o volume de compras efetuado pelas Companhias e a relevância dos impactes ambientais resultantes das suas atividades.

Em 2023 foram auditados 85 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria, mais 10 do que em 2022, incluindo reauditorias¹¹⁰. Entre 2021 e 2023 houve 194 fornecedores que foram avaliados pela primeira vez, o que corresponde a 21% dos fornecedores de perecíveis e Marca Própria com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros, assegurando assim o cumprimento do objetivo de garantir que pelo menos 20% deste universo fosse auditado nesse período. Também em 2023 foram auditados 64 prestadores de serviço (22 em Portugal, 26 na Polónia e 16 na Colômbia) cujas atividades têm impactes ambientais relevantes¹¹¹.



O aumento do número de fornecedores com desempenho “Satisfatório” está relacionado com o número de fornecedores que revelaram uma melhoria de desempenho, mediante a realização de reauditorias. Houve também um aumento do número de auditorias a fornecedores com sistemas de gestão ambiental, daí o aumento no número de casos com nível de desempenho “Excelente”. Em 2023, constatou-se que, na maioria dos casos, os sistemas de gestão ambiental dos prestadores de serviços auditados estavam pouco desenvolvidos, levando a níveis de desempenho sobretudo de nível “Satisfatório” e “Inadequado”.

Aos fornecedores e prestadores de serviços com avaliação de nível “Inadequado” é apresentado um plano corretivo que exige uma resposta no prazo máximo de seis meses, sendo o grau de execução aferido numa segunda auditoria realizada no ano seguinte. Se o plano corretivo não for cumprido, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração. Nos casos em que se verificam não conformidades ou conformidades parciais, são apresentados planos de melhoria.

¹⁰⁹ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível “Bom” e de pelo menos 70% dos requisitos de nível “Excelente”, ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; (ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível “Bom”; (iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível “Satisfatório” e; (iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível “Satisfatório”.

¹¹⁰ As reauditorias são novas auditorias realizadas a fornecedores que obtiveram o nível “Inadequado” na primeira auditoria. Servem o propósito de avaliar o grau de cumprimento do plano de melhoria.

¹¹¹ Produção e fornecimento de equipamentos, transportes, refrigeração e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), operadores de gestão de resíduos, instalação e manutenção de sistemas de tratamento e gráficas.

Auditorias sociais

Estamos comprometidos com a erradicação do trabalho forçado¹¹² nas cadeias de abastecimento e com a promoção de condições de trabalho dignas, em linha com os Princípios Prioritários da Resolução do The Consumer Goods Forum (organização a que pertencemos): “Todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento, nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar, e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal”.

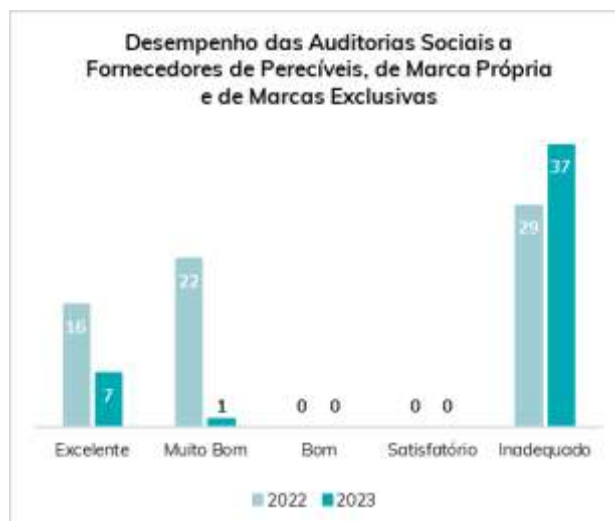
Neste sentido, desde 2019 que suportamos integralmente um programa de auditorias sociais. É desta forma que realizamos as devidas diligências junto dos nossos parceiros de negócio de perecíveis e Marca Própria a quem compramos mais de 1,1 milhões de euros, visando conhecê-los melhor para avaliar os seus procedimentos e prevenir e mitigar potenciais riscos de violação de direitos humanos e laborais, em linha com os princípios da nossa Política de Compras Sustentáveis. Entendemos que este programa de auditorias sociais pode também melhorar os conhecimentos dos parceiros sobre questões sociais, minimizar riscos e alavancar a sua capacidade de expansão para países com requisitos laborais mais exigentes.

Estas auditorias, realizadas por uma entidade externa e independente, são precedidas de uma ação explicativa junto dos parceiros e analisam o cumprimento da legislação nacional e internacional, suportando-se também nas boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Existem três esquemas de auditoria para incorporar questões relacionadas com sectores de alto risco: produção primária, operações no mar e indústria de transformação.

As auditorias avaliam mais de 125 requisitos de entre 12 dimensões – prevenção do trabalho infantil; prevenção do trabalho forçado; prevenção da discriminação; salvaguarda do direito de associação; termos contratuais; horas de trabalho; vencimentos e benefícios; saúde e segurança no trabalho; preparação para emergência; monitorização do cumprimento; ética nos negócios; proteção dos direitos humanos –, existindo critérios que consideramos como de “tolerância zero”. Em função da avaliação média final das várias dimensões, definimos cinco níveis de conformidade¹¹³: Excelente, Muito Bom, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Executámos auditorias presenciais a 45 fornecedores diretos com base no seu volume de negócios connosco, nomeadamente às unidades de produção de perecíveis e Marcas Próprias alimentares e não-alimentares. Foram auditados fornecedores locais em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Sete fornecedores classificados no nível “Inadequado” em ciclos transatos foram auditados de novo. Todos mantiveram-se em “Inadequado”.

A todos os fornecedores, independentemente de uma avaliação final sem não-conformidades críticas, foi apresentado e discutido um plano de ações corretivas personalizado, com resposta obrigatória no prazo máximo de 12 meses, variável conforme a gravidade. Durante esse período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para aferir o progresso na implementação do plano e, quando se justifique, para realizar uma auditoria posterior. Para os casos de fornecedores com avaliação de nível “Inadequado” são feitos contactos regulares até um período de seis meses para aferir a efetiva implementação de ações corretivas. Uma avaliação *in loco* ou feita de forma remota será realizada no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências



¹¹² Em concordância com o definido pela Organização Mundial de Trabalho, disponível em www.ilo.org.

¹¹³ Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não-conformidade dos requisitos críticos, dos requisitos de nível geral e, quando aplicáveis, dos requisitos de boas-práticas. São cinco os níveis de compliance: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento de pelo menos 95% dos requisitos gerais e boas-práticas; (ii) Muito Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos gerais e boas-práticas; (iii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 75% e 84% dos requisitos gerais e boas-práticas; (iv) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 65% e 74% dos requisitos gerais e boas-práticas; (v) Inadequado: incumprimento, ainda que parcial, de pelo menos um requisito crítico e/ou cumprimento inferior a 65% dos requisitos gerais e boas-práticas.

de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial, tal como definido na nossa Política de Compras Sustentáveis.

4.2.2. Sensibilização e formação a fornecedores

A par das visitas e das auditorias que realizamos, também as ações de sensibilização e formação aos nossos fornecedores assumem um papel relevante para a partilha e definição de boas práticas, de objetivos comuns e para identificar oportunidades de melhoria de produtos e processos.

Em 2023 foram realizadas várias sessões de formação em temas como qualidade e segurança alimentar, rastreabilidade, reformulações e desenvolvimento de produtos (nomeadamente vegetarianos e veganos), food defense e bem-estar animal. Foram ainda realizados workshops de sensibilização e/ou formação sobre boas-práticas agrícolas, combate à desflorestação e à conversão de ecossistemas de alto valor de conservação, auditorias ambientais e sociais, ecodesign de embalagens, pegada de carbono e alterações climáticas, entre outros temas de sustentabilidade.

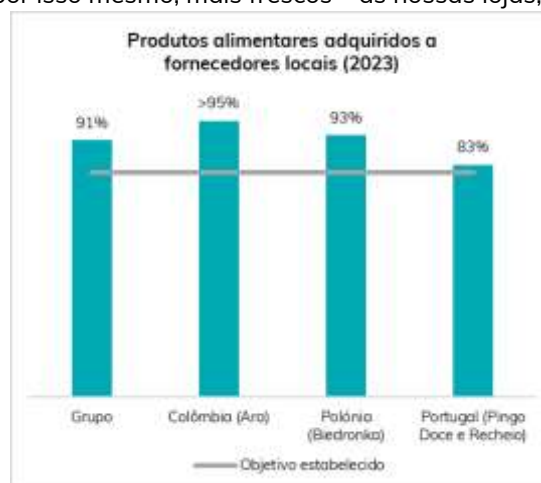
No total foram envolvidos nestas iniciativas mais de 2.400 representantes de fornecedores de perecíveis e Marca Própria em Portugal, Polónia e Colômbia.

4.2.3. Relação com fornecedores locais

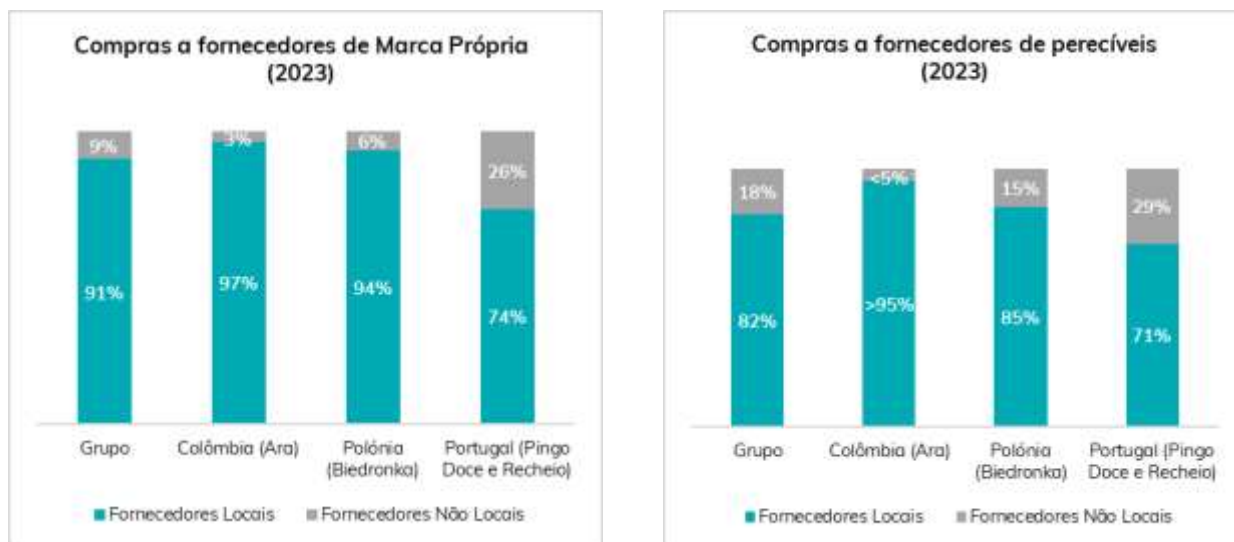
[GRI 2-6; GRI 204-1]

Ao privilegiarmos relações com fornecedores locais, contribuímos para desenvolver a economia dos países onde temos operações. Ao mesmo tempo, fortalecemos as nossas cadeias de abastecimento e asseguramos que os produtos chegam mais depressa – e, por isso mesmo, mais frescos – às nossas lojas, com maior prazo de validade, ao mesmo tempo que contribuímos para evitar o desperdício alimentar. Distâncias mais curtas entre os fornecedores e as nossas operações resultam também na redução de emissões de carbono associadas ao transporte, nomeadamente aéreo e marítimo.

Por estes motivos, assumimos o compromisso de assegurar que pelo menos 80% das compras dos produtos alimentares que comercializamos em cada um dos países onde temos operações sejam feitas a fornecedores locais. Em 2023, este valor atingiu os 91%, igualmente em linha com a percentagem de compras de produtos de Marca Própria a fornecedores locais. Mais de 80% das compras de perecíveis especializados foram feitas a fornecedores locais¹¹⁴.



¹¹⁴ Mais informação sobre as compras a fornecedores locais nas categorias de talho, pescado, fruta e vegetais, padaria/pastelaria e flores está disponível no website corporativo do Grupo, na página "[Fornecedores Locais e Inovação](#)".



Como forma de fortalecer as nossas relações com os fornecedores locais, implementámos medidas adicionais como é o caso do apoio aos pequenos e médios produtores de perecíveis que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal. Esta medida, única no retalho em Portugal, consiste na antecipação do prazo de pagamento para uma média de dez dias, em vez dos 30 dias previstos na lei, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde 2012 cerca de 375 fornecedores já beneficiaram desta iniciativa. Na Polónia, desde 2020 que reduzimos para um máximo de 21 dias, o período de pagamento aos produtores com uma faturação inferior a 100 milhões de zloty (22 milhões de euros). Cerca de 200 fornecedores beneficiaram desta iniciativa, cerca de mais 30 do que em 2022.

Adicionalmente foram reforçados mecanismos para melhorar a liquidez dos fornecedores. Na Colômbia, possibilitamos aos fornecedores receberem o pagamento antecipado das faturas a taxas mais favoráveis e sem afetar o rating da sua dívida. Esta iniciativa chegou a mais 48 novos fornecedores em 2023, superando, ao todo, os 500. Este tipo de programa também existe em Portugal e na Polónia, onde são abrangidos respetivamente mais de 240 e 190 fornecedores.

Compras a produtores agrícolas locais

A Biedronka voltou a reforçar o programa dirigido a produtores locais de fruta e legumes para que pudessem entregar os seus produtos em lojas ou centros de distribuição próximos das suas áreas de produção. Em 2023, esta iniciativa assegurou relações comerciais com cerca de 200 fornecedores e resultou na entrega de mais de 123 mil toneladas de fruta e legumes, mais 36 mil do que em 2022. No âmbito deste programa, destacamos ainda a compra destes produtos a mais de 60 quintas de produção familiar.

Em Portugal, o Pingo Doce adquiriu mais de 14 mil toneladas de cereja, maçã e quivi de produção nacional (-12% face a 2022, muito devido à redução da quebra na produção da cereja – em cerca de 50% – associada a condições meteorológicas adversas). Reforçou ainda com produtos nacionais o sortido de perecíveis especializados nas categorias de vegetais, carne e pescado de aquacultura.

Também a Ara investiu na relação com produtores locais de fruta e legumes. Em 2023 cerca de 85% das suas compras nesta categoria tiveram origem na produção nacional.

Mais informação disponível no website corporativo do Grupo, na página "[Fornecedores Locais e Inovação](#)".

Reforçámos também, junto dos consumidores, a comunicação relativa a produtos locais e sazonais disponíveis nas nossas insígnias, recorrendo a vários formatos, como a comunicação em loja, folhetos, campanhas televisivas e canais digitais.

Usamos também em perecíveis, como fruta e legumes, sinalética com as cores das bandeiras nacionais e aplicamos selos nos produtos de Marca Própria que ajudam a destacar:

- A incorporação de matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa no Recheio;

- A identificação de origem, com os selos 100% Nacional no Pingo Doce, Polski Produkt (Produto Polaco) na Biedronka e Hecho en Colombia (Feito na Colômbia) na Ara.

4.3. Promoção de práticas mais sustentáveis de produção

Promovemos a adoção de boas-práticas ambientais e sociais na produção das Marcas Próprias e dos perecíveis, com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir os impactos nos ecossistemas e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico dos países onde estamos presentes.

4.3.1. Combate à desflorestação

O combate às alterações climáticas passa igualmente pela preservação das florestas e de outros ecossistemas terrestres com Alto Valor de Conservação (AVC), que se distinguem pela capacidade de sequestro de carbono da atmosfera e pela biodiversidade que acolhem nos seus ecossistemas. De facto, a expansão de áreas agrícolas – resultante da alteração do uso dos solos – e a consequente desflorestação associada, são a segunda maior fonte de emissão de gases com efeitos de estufa com origem humana e representam uma forte pressão na conservação da biodiversidade.

Foi por este motivo que assumimos ambiciosos compromissos com o objetivo de garantir a incorporação responsável das principais matérias-primas associadas à desflorestação nos produtos e embalagens das nossas Marcas Próprias e perecíveis que contenham na sua composição óleo de palma, papel/madeira, soja e carne bovina. Para o efeito trabalhamos com a Forest Positive Coalition of Action (FP CoA) do The Consumer Goods Forum, em quatro eixos de ação:

- integrar critérios de sustentabilidade ambiental e social¹¹⁵ nas Marcas Próprias e perecíveis, garantindo que, até 2025, estes ingredientes não estão associados nem à desflorestação nem à conversão de ecossistemas de AVC;
- incentivar os principais traders destas matérias-primas e os fornecedores de Marca Própria e perecíveis a assumirem objetivos de combate à desflorestação;
- promover a preservação de ecossistemas nas principais áreas de produção destes ingredientes através de iniciativas *multi-stakeholder*;
- definir indicadores específicos de progresso e divulgá-los publicamente¹¹⁶.

Compromisso com o combate à desflorestação distinguido em 2023

Fomos reconhecidos pelo CDP Forests como o melhor retalhista alimentar a nível mundial na gestão de *commodities* associadas à desflorestação. Fomos classificados com A- (nível de liderança) nas quatro matérias-primas avaliadas pelo CDP – Disclosure Insight Action: óleo de palma, soja, carne bovina e papel/madeira. Este é um reconhecimento que obtivemos em 2023, 2022, 2020 e 2019 atestando a robustez e consistência dos nossos compromissos e ações no âmbito deste importante desafio.

Para monitorizar o nosso progresso e identificar oportunidades de melhoria, mapeamos a presença de ingredientes associados à desflorestação nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, recolhendo informação quanto à sua origem e certificação de sustentabilidade junto dos fornecedores, bem como sobre as suas respetivas políticas de combate à desflorestação.

¹¹⁵ Estes critérios integram o apoio a atividades que não contribuem para a desflorestação ou para a perda de ecossistemas de elevado valor de conservação e/ou que contribuam para a sua regeneração, e os esforços para eliminar as violações de direitos humanos, das crianças e/ou dos trabalhadores.

¹¹⁶ A nossa estratégia de atuação é divulgada publicamente e o progresso é atualizado no âmbito da nossa participação no programa CDP Forests, disponível em www.cdp.net e no nosso website corporativo, na página "[Combater a Desflorestação](#)".

Principais commodities agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis

Commodity	Quantidade total (toneladas)		
	2023	2022	Δ 2023/2022
Óleo de palma	67.270	60.430	11%
Colômbia (Ara)	42.331	33.764	25%
Polónia (Biedronka e Hebe)	20.531	20.454	0,4%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	4.407	6.212	-29%
Soja	499.206	506.263	-1%
Soja (direta)	23.318	20.409	14%
Colômbia (Ara)	20.024	16.837	19%
Polónia (Biedronka e Hebe)	2.551	2.769	-8%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	744	804	-7%
Soja (indireta)**	475.888	485.854	-2%
Colômbia (Ara)	3.799	3.950	-4%
Polónia (Biedronka e Hebe)	351.285	362.859	-3%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	120.804	119.045	1%
Papel e madeira	200.052	190.663	5%
Papel e madeira (produtos)***	163.622	*152.045	8%
Colômbia (Ara)	13.750	5.363	156%
Polónia (Biedronka e Hebe)	128.571	*124.515	3%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	21.301	22.167	-4%
Papel e madeira (embalagens)***	36.431	38.618	-6%
Colômbia (Ara)	3.444	3.957	-13%
Polónia (Biedronka e Hebe)	25.877	26.246	-1%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	7.110	8.415	-16%
Carne bovina	41.094	*40.567	1%
Colômbia (Ara)	181	88	106%
Polónia (Biedronka e Hebe)	13.862	*11.831	17%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	27.051	*28.648	-6%

* Valores revistos em resultado de oportunidades de melhoria detetadas no processo de verificação do ano anterior.

** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

*** Apenas fibra virgem; exclui utilização de fibra reciclada.

Óleo de palma

À semelhança dos anos anteriores, registamos a tendência crescente de utilização de óleo de palma nos nossos produtos de Marca Própria, com enfoque significativo na Ara: mais de 85% traduz-se em óleos vegetais para cozinhar. Registamos em Portugal uma redução do uso de palma em Marca Própria fruto da sua substituição por óleos alimentares com um melhor perfil nutricional, como o óleo de girassol, por exemplo. Em 2023, 100% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis na Polónia e em Portugal detinha certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), sendo a grande maioria certificada de acordo com o modelo “Mass Balance” e “Segregated”¹¹⁷.



¹¹⁷ Informação sobre estes sistemas de certificação está disponível no [website da RSPO](#).

Apesar de se encontrar entre os cinco maiores produtores de óleo de palma a nível mundial, o nível de certificação RSPO ainda é relativamente baixo na Colômbia. Esta realidade, combinada com a nossa estratégia de promover as compras locais nos países onde estamos presentes, resulta numa dificuldade acrescida na certificação RSPO do óleo de palma produzido neste país. Desde 2021 que a Ara faz parte do “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia” (Acordo de Vontades para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma na Colômbia), com o objetivo de assegurar que o óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e perecíveis não induz desflorestação. O Acordo é uma iniciativa do governo colombiano e conta com o apoio de organizações da sociedade civil, como a RSPO, a Proforest, a Tropical Forest Alliance e a WWF. Para o efeito, o Acordo atua num conjunto de frentes que vão desde a rastreabilidade do óleo de palma produzido na Colômbia até ao nível da quinta de produção, por forma a garantir que não está associado a desflorestação e a progressivamente assegurar que o óleo de palma importado tem certificado de sustentabilidade (ex.: RSPO).

Em 2023, mais de 90% do óleo de palma presente nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara tinha origem na Colômbia e 13% detinha certificado RSPO (+10p.p. do quem 2022). Em 2023, conseguimos rastrear 91% do óleo de palma de origem colombiana utilizado nos produtos de Marca Própria e perecíveis até à área da exploração agrícola onde foi produzido. Com base nesta informação, verificámos que o óleo de palma proveio das quatro zonas de produção no país e de 28 (entre 68) unidades de transformação em funcionamento na Colômbia. No entanto, apenas 0,65% da desflorestação detetada pelos organismos públicos em 2020 estava associada ao óleo de palma¹¹⁸.

Em 2023, 98% do óleo de palma nas Marcas Próprias e perecíveis da Ara que não era proveniente da Colômbia tinha certificação RSPO (mais 24 p.p. que em 2022), em linha com o compromisso de assegurar que o óleo de palma com origem fora da Colômbia não está associado a desflorestação ou a conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação.

Soja

Registamos pela primeira vez uma ligeira redução na soja utilizada em rações para alimentação animal (soja indireta), que representa cerca de 95% do consumo total de soja associado aos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis (tiers 2 a 4b¹¹⁹). Apenas 5% correspondem a soja utilizada como ingrediente (soja direta), nomeadamente em óleos ou bebidas vegetais.

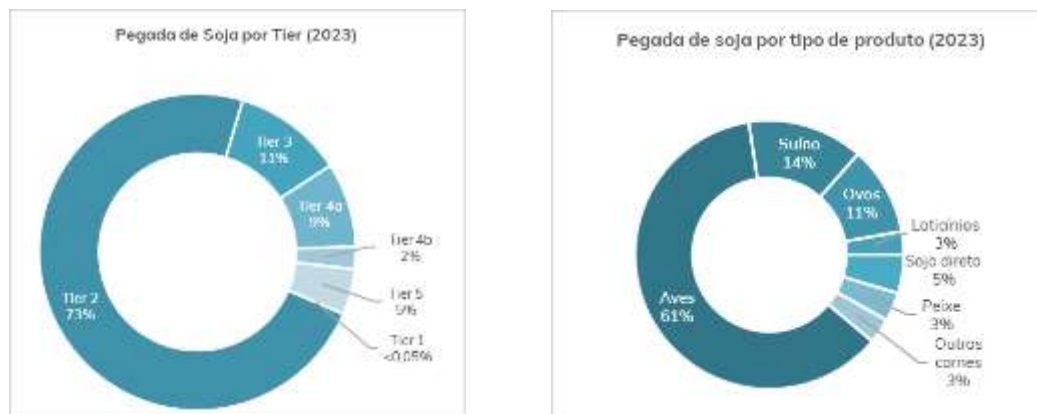
Em particular na Ara, o crescimento das vendas de óleos alimentares vegetais contendo soja nos produtos de Marca Própria motivou um aumento de 19% da soja utilizada como ingrediente direto (tiers 1 e 5) face ao ano anterior. Já as reduções verificadas em Portugal ou na Polónia estão associadas a alterações no sortido das Companhias e na formulação de alguns produtos.

A grande maioria da soja presente na nossa cadeia – cerca de 85% – está associada aos perecíveis especializados nas categorias de carne e pescado de aquacultura (tier 2) e a perecíveis não-especializados, como os ovos ou os laticínios (tier 3). Os restantes cerca de 15% estão associados a alimentos processados que contêm como ingrediente produtos de origem animal (alimentados com soja), como sejam as refeições prontas.

¹¹⁸ Dados revelados na análise do nível de desflorestação associada à produção de óleo de palma, realizada em 2023 pelo IDEAM – Instituto de Hidrologia Meteorología y Estudios Ambientales e pelo Ministério do Ambiente Colombiano.

¹¹⁹ São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia “Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses” do CGF, disponível em www.theconsumergoodsforum.com.

Mais de 61% da soja presente na nossa cadeia estava associada à alimentação de aves para carne (+9p.p. que em 2022), 14% à alimentação de suínos (-10p.p. face a 2022) e 11% à produção de ovos (+2 p.p. que em 2022).



Mantivemos os nossos esforços de rastreabilidade e conseguimos aferir a origem, pelo menos até ao país de produção, de 93% do total de soja presente nas nossas cadeias de abastecimento (+7 p.p. face a 2022). A soja para a qual não conseguimos determinar a origem fixou-se em 7% do total (vs. 14% em 2022). Este aumento dos níveis de rastreabilidade resulta da estreita colaboração com os nossos fornecedores que têm colocado um grande esforço na rastreabilidade das suas cadeias de abastecimento. Em 2024, vamos continuar a reforçar este trabalho junto dos nossos fornecedores, com especial enfoque nas carnes de aves e de porco, bem como nos ovos, categorias nas quais reside a maior materialidade da soja na nossa cadeia de abastecimento.

Mais de 70% da soja utilizada nos produtos de Marca Própria e perecíveis, principalmente no que diz respeito à soja indireta, foi proveniente de países com risco de desflorestação¹²⁰, dos quais 10% (menos 4 p.p. do que em 2022) tinha certificação de sustentabilidade – como Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra.

Papel e madeira

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um aumento do consumo face ao registado em 2022, devido ao lançamento de novos produtos e ao crescimento das vendas da Ara e Biedronka. No final de 2023, a FP CoA reviu a lista de países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável¹²¹. De acordo com esta nova listagem, 6% das fibras provêm de países com risco de desflorestação não negligenciável, dos quais 75% provêm de florestas geridas de forma sustentável, uma vez que apresentam certificação FSC®, PEFC ou SFI. No entanto, com base na listagem de países com risco de desflorestação não negligenciável aplicável no ano de 2022¹²², estes valores seriam 2,9% e 0,5%, respetivamente.

O valor de origem desconhecida representa apenas 0,4% do total. Não obstante, 100% das fibras com origem desconhecida provêm de florestas geridas de forma sustentável.

No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, mais de 80% das fibras são recicladas. No que se refere à utilização de fibras virgens em embalagens, apenas 4% do total são provenientes de países com risco de desflorestação não negligenciável). Destes 4%, mais de 90% têm certificação FSC® ou o PEFC. No entanto, com base na listagem de países com risco de desflorestação não negligenciável aplicável no ano de 2022, estes valores seriam 8% e 85%, respetivamente.

¹²⁰ São considerados os seguintes países como tendo risco de desflorestação associado à produção agrícola de soja: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

¹²¹ Os países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associado à produção agrícola de papel e madeira foram revistos em 2023 e correspondem aos definidos nas [guidelines do CGF](#) (Brasil, Bulgária, Camboja, Equador, Federação Russa, Gabão, Honduras, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, República Democrática do Congo, República Popular da China e Papua Nova Guiné).

¹²² A lista de países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associado à produção agrícola de papel e madeira aplicável ao ano de 2022 correspondem aos definidos nas [guidelines do CGF](#) (Camboja, Colômbia, Indonésia, Malásia, Myanmar, República Democrática do Congo, República dos Camarões, República do Gana, República Popular da China, Papua Nova Guiné, Tailândia e Vietname).

Cerca de 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC®, PEFC ou SFI), um valor muito semelhante ao verificado em 2022. No caso das embalagens, o valor é de 74% (+4 p.p. face a 2022). É objetivo do Grupo assegurar os 100% de certificação para produtos e embalagens de Marca Própria até 2030.

Cerca de 6% do total de fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis têm origem em países com risco de desflorestação não negligenciável, dos quais mais de 75% tem certificação FSC®, PEFC ou SFI. No entanto, com base na listagem de países com risco de desflorestação não negligenciável aplicável no ano de 2022, estes valores seriam 4% e 32%, respetivamente.

Foi possível rastrear a origem até, pelo menos, ao nível do país em cerca de 90% das fibras virgens utilizadas. Para os casos em que não foi possível rastrear a origem (11% do total), cerca de 77% detêm certificação de sustentabilidade como o FSC®, PEFC ou SFI.

Carne bovina

À semelhança do ano anterior, em 2023 conseguimos mapear e rastrear toda a carne bovina utilizada nas nossas Marcas Próprias e perecíveis até, pelo menos, ao país de origem. Com base neste trabalho, foi possível aferir que 0,4% do total da carne tinha origem no Brasil (a mesma percentagem que em 2022), um país com risco de desflorestação associado à produção de gado bovino. Apesar da muito reduzida exposição que temos a este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF.

Em 2023, continuámos os nossos investimentos em iniciativas *multi-stakeholder* com o objetivo de contribuir para a preservação e regeneração de ecossistemas, em linha com os dez princípios definidos pela FP CoA do The Consumer Goods Forum¹²³.

Continuámos a apoiar financeiramente um projeto no Mato Grosso (Brasil), em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e com a Nestlé. A primeira fase, já concluída, permitiu identificar 3,2 milhões de hectares de ativos florestais em explorações de soja e carne bovina que podem ser legalmente desflorestados ou convertidos. A segunda fase do projeto, que decorreu no ano 2023 e que contou também com a Sainsbury's como parceira, visou, entre outros, assegurar a certificação de produção de soja com o referencial da RTRS, bem como contribuir para a proteção de sistemas naturais e assegurar a aplicação do Código Florestal Brasileiro nas explorações de soja. Os pequenos produtores serão recompensados pelos serviços prestados pelos ecossistemas, como por exemplo a captação de carbono, a preservação da biodiversidade e o contributo para a regulação do clima.

4.3.2. Promoção de práticas agrícolas sustentáveis

Promovemos junto dos nossos fornecedores e nas nossas operações da área agroalimentar práticas de produção agrícola sustentável. São práticas que contribuem para a redução de impactes ambientais, em áreas como a poluição do solo, e para a preservação dos serviços dos ecossistemas, como é o caso dos polinizadores, com o objetivo de aumentar a resiliência dos sistemas produtivos e garantir a sua viabilidade económica e respetivo desenvolvimento social.

Foi com base nestes princípios que desenvolvemos o Manual de Agricultura Sustentável, que permite aos nossos fornecedores de fruta, legumes e flores calcularem o índice de sustentabilidade da sua exploração. Facilita-se assim a identificação de oportunidades de melhoria em áreas estratégicas, como o uso do solo, a preservação da biodiversidade, a eficiência nos consumos de água e energia, e a utilização adequada de fertilizantes e fitofármacos. Disponibilizamos também formação às explorações integradas no projeto, alinhando a metodologia utilizada no manual com os objetivos da estratégia europeia “Do Prado ao Prato”.

Em 2023, aplicámos os princípios do manual em 28 novas explorações agrícolas localizadas em Portugal, atingindo assim um total de 72 novos locais abrangidas pelo projeto no período de 2021-2023, cumprindo o nosso objetivo de integrar pelo menos 70 novas localizações nesse triénio. O índice de sustentabilidade

¹²³ Para informação detalhada, consulte a página “Combater a Desflorestação” na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com e a nossa resposta ao [2023 CDP Forests: Question F6.12](#).

médio destas novas explorações foi de 3,6 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima).

Assumimos ainda o objetivo de assegurar um índice de sustentabilidade médio de pelo menos 3,7 para as explorações já sujeitas a duas ou mais avaliações. No período de 2021-2023 foram reavaliadas 65 explorações resultando num valor médio de 3,7, em linha com o objetivo a que nos propusemos. As reavaliações são normalmente realizadas de dois em dois anos e, de um modo geral, os indicadores com melhor pontuação (superior a 4) são os relacionados com a gestão de resíduos, as práticas culturais e os solos. Já os indicadores que apresentam maiores oportunidades de melhoria são os relacionados com a gestão e os consumos de energia.

Desde o início do projeto foram integradas 188 explorações agrícolas, sob gestão de 92 fornecedores, que, no seu conjunto, representam 63% do volume de compras de fruta, legumes e flores das nossas Companhias em Portugal.

4.3.3. Práticas de promoção de bem-estar animal

[GRI 304-2; GRI 304-4; GRI 417-1]

Reconhecemos os animais como seres sencientes e promovemos, junto dos nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis e nas nossas unidades de produção, práticas alinhadas com as cinco liberdades do bem-estar animal: (i) livre de fome e sede; (ii) livre de desconforto; (iii) livre de dor, sofrimento e doença; (iv) livre para manifestar o seu comportamento normal; e (v) livre de medo e angústia.

Com base nestes princípios, definimos normas de atuação aplicáveis às nossas unidades de produção e a todas as espécies de animais que comercializamos e que possam igualmente estar presentes nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis nos três países onde temos operações, com destaque para:

- a proibição de substâncias promotoras do crescimento (hormonas e substâncias beta-agonistas);
- a restrição da utilização de antibióticos apenas a fins terapêuticos, nunca preventivos ou para promover o crescimento;
- o atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate¹²⁴;
- a proibição da realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos¹²⁵;
- a não utilização de ingredientes ou aditivos transgénicos ou geneticamente modificados, incluindo o recurso a técnicas de clonagem, de origem vegetal ou animal.

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados¹²⁶ (OGM) determina que as Companhias devem:

- colaborar com os fornecedores para compreenderem os processos de produção e avaliarem os padrões de segurança e de qualidade por eles implementados;
- realizar análises laboratoriais regulares, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja possível a sua substituição;
- assegurar o direito dos consumidores à informação sobre a presença de OGM através da rotulagem dos produtos¹²⁷.

O cumprimento destes princípios é assegurado através da realização de testes laboratoriais¹²⁸ regulares e de auditorias de qualidade e segurança alimentar¹²⁹ aos fornecedores e nos matadouros utilizados pelas nossas Companhias em Portugal, na Polónia e na Colômbia, complementados por iniciativas de formação

¹²⁴ Excetua-se os rituais religiosos certificados, como *halal* ou *kosher* (representam menos de 5% do total de vendas).

¹²⁵ Exceção para os produtos de alimentação animal (são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo) e também em produtos para controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insetos).

¹²⁶ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança de Produto, disponível no nosso website corporativo na área de ["Responsabilidade"](#).

¹²⁷ Asseguramos a sua divulgação no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação Europeia é de 0,9%.

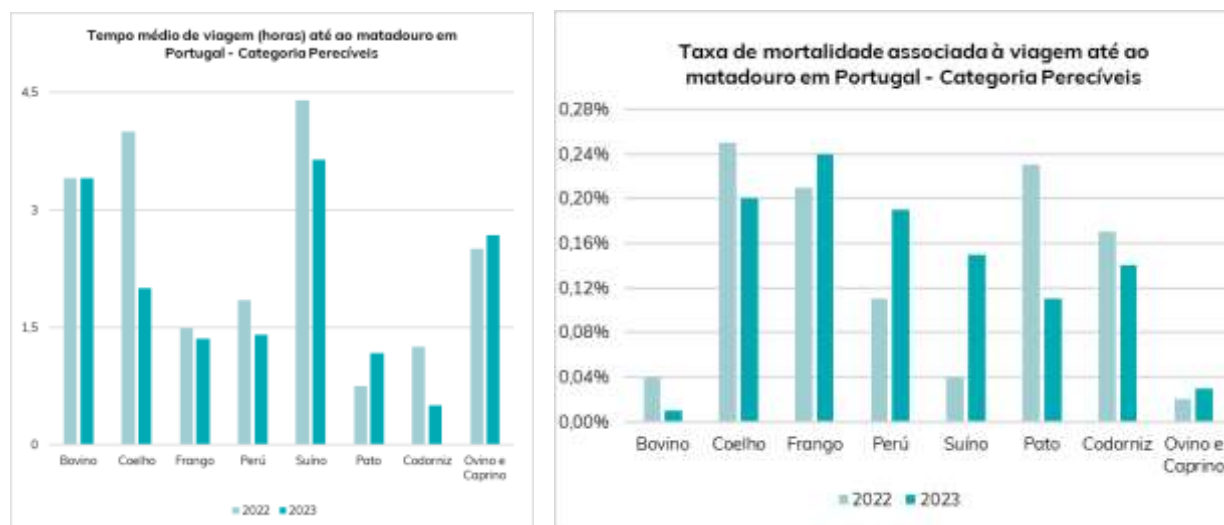
¹²⁸ Em 2023 o Grupo realizou mais de 1.979 análises a OGM no seu laboratório de Biologia Molecular. Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar" no subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", neste capítulo.

¹²⁹ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" neste subcapítulo.

e sensibilização¹³⁰. Estes temas são ainda incluídos na ordem de trabalhos dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias. Nestas reuniões são discutidas estratégias de atuação e definidos objetivos de desempenho, cujos resultados são divulgados publicamente, como forma de implementar oportunidades de melhoria contínua. Como exemplo, destacamos a inclusão de critérios de bem-estar animal nas auditorias de qualidade e segurança alimentar à categoria de perecíveis de carne, assim como os novos objetivos de bem-estar animal para o triénio 2024-2026¹³¹.

Práticas adotadas no transporte e abate de animais

Em Portugal, implementamos medidas de monitorização dos fornecedores de perecíveis, através da avaliação de indicadores críticos para assegurar o bem-estar animal. Por exemplo, como forma de avaliar as condições de transporte de animais, monitorizamos a duração média de transporte e a taxa de mortalidade durante este processo.



Desde 2021, que o tempo médio de transporte em Portugal é inferior a 4,5 horas, abaixo das 8 horas definidas na legislação como limite máximo recomendado. Relativamente às condições do transporte, a reduzida taxa de mortalidade (inferior a 0,25% em todas as espécies animais) sugere que não são induzidos níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento aos animais. O nosso objetivo é alargar progressivamente esta análise aos outros países onde temos operações.

No que diz respeito às práticas utilizadas pelos fornecedores de perecíveis nos matadouros em Portugal, 100% dos animais foram abatidos com atordoamento e mais de 98% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa (+0,3 p.p. face a 2022).

Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos

No nosso sortido de Marca Própria e perecíveis, integramos produtos e ingredientes de origem animal que respeitam as práticas de bem-estar animal. Procuramos ainda informar e sensibilizar os consumidores para este tema através da utilização de rótulos nos produtos e da comunicação em loja, nos folhetos comerciais, nos websites e nas redes sociais. De seguida, destacamos algumas destas iniciativas.

Carne bovina

Em 2023, no Pingo Doce, mantivemos a comercialização de angus de Marca Própria com dupla certificação de produção livre de antibióticos e de bem-estar animal (obtida de acordo com o referencial internacional Welfare Quality e ostentando o selo Welfair™), bem como a carne bovina de produção biológica. Neste último caso, é ainda assegurado o cumprimento dos critérios da certificação, como o acesso do animal ao exterior, a alimentação sem OGM e o regime de pastoreio. Em conjunto, a carne angus e a carne bovina de produção biológica representaram 13% das vendas, em peso, na categoria de perecíveis de bovino.

¹³⁰ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.2. "Sensibilização e Formação a Fornecedores" neste subcapítulo.

¹³¹ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 8. "Compromissos para 2024-2026" neste capítulo.

Frango

A Biedronka manteve no seu sortido frangos do campo de produção 100% nacional, criados sem antibióticos e alimentados com rações sem OGM. A idade mínima de abate é de 70 dias (mais 14 que a média do mercado), têm acesso ao exterior e a densidade é inferior a 30 kg/m², disponibilizando até dez vezes mais área face ao frango convencional. Adicionalmente, a Biedronka manteve no seu sortido carne de frango convencional livre de antibióticos e também de produção 100% nacional.

No Pingo Doce e no Recheio, os frangos do campo são de produção 100% nacional. Apresentam uma idade mínima de abate de 81 dias e são criados ao ar livre com uma densidade máxima de 25 kg/m². Ambas as Companhias mantiveram no sortido o Frango da Quinta Best Farmer, produzido maioritariamente ao ar livre e com uma área por animal 30% superior à disponibilizada na produção de frango do campo (equivalente a uma densidade máxima de 25 kg/m²). A produção é livre de antibióticos e certificada em bem-estar animal, de acordo com o selo Welfair™ (baseado no referencial internacional Welfare Quality), não sendo praticado o desbaste durante a produção. Quer no frango do campo quer no Frango da Quinta, os animais têm acesso a um ambiente natural ao ar livre.

A comercialização de frango do campo, de frango certificado em bem-estar animal e de frango livre de antibióticos na Biedronka, Pingo Doce e Recheio representa 6%, em peso, do total de vendas desta categoria de perecíveis.

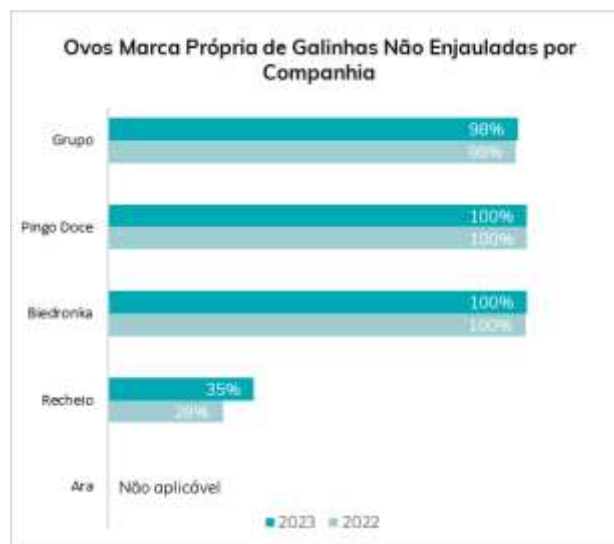
Laticínios

A gama de leite fresco Pingo Doce manteve a certificação em bem-estar animal segundo o protocolo Welfare Quality com o selo Welfair®, certificado pela AENOR. O protocolo segue quatro princípios essenciais: boa alimentação, bom alojamento, boa saúde e comportamento apropriado dos animais. Esta certificação assegura também que as vacas leiteiras estão livres de amarras e cortes de cauda. Mais de 90% dos produtores que abastecem a fábrica de laticínios da Terra Alegre mantiveram esta certificação.

Ovos de galinhas não enjauladas

Temos o compromisso de assegurar que, até 2025, todos os ovos frescos de Marca Própria são provenientes de galinhas não enjauladas. São aceites três sistemas de produção: criadas no solo, criadas ao ar livre e criadas ao ar livre em modo de produção biológica. Estes sistemas definem critérios para promover o bem-estar animal e exigem, entre outras condições, mais área disponível por galinha, fardos de palha para que os animais os possam bicar, maior liberdade de movimentos e existência de poleiros.

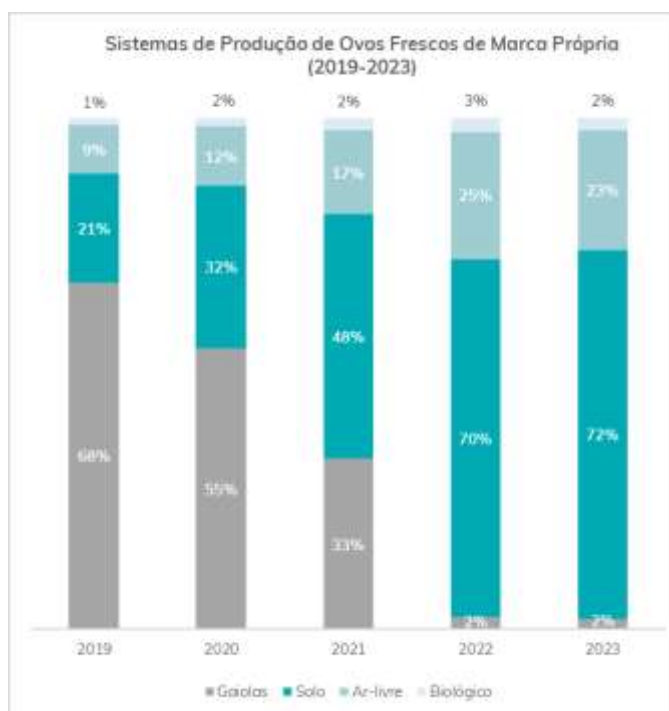
Em 2023, 98% dos ovos frescos de Marca Própria (+0.4 p.p. do que em 2022) eram provenientes de galinhas não enjauladas. A Biedronka¹³² atingiu a meta dos 100% no final de 2022, tal como o Pingo Doce já a tinha alcançado em agosto de 2019. No caso do Recheio, verificou-se um aumento de 7 p.p., tendo terminado o ano com 35% das vendas de ovos frescos de Marca Própria a serem provenientes de galinhas não enjauladas. A Ara não tem no seu sortido ovos frescos de Marca Própria.



¹³² A Biedronka alargou este objetivo a todo o sortido de ovos frescos, incluindo assim Marca Própria e marca de fornecedor.

Para facilitar a transição para o fim das jaulas, as Companhias do Grupo têm trabalhado de perto com os seus fornecedores. No caso dos ovos frescos de Marca Própria, este envolvimento inclui a procura por novos locais de produção e a visita das equipas de qualidade e segurança alimentar, de modo a garantir que os produtores respondem aos critérios exigidos. A adoção de sistemas de produção alternativos às gaiolas requer também tempo para que os fornecedores possam melhorar os seus sistemas de produção, ou construir novas instalações. Também neste caso, privilegiámos a produção local, tendo assegurado que mais de 95% dos ovos frescos provenientes de galinhas não enjauladas que comercializamos nas nossas Marcas Próprias são de origem local.

Sempre que possível, eliminamos a incorporação de ovos frescos provenientes de galinhas enjauladas também nos produtos de Marca Própria que utilizam ovos como ingrediente. No caso da Biedronka, desde 2022 que são utilizados ovos provenientes de galinhas não enjauladas em 100% do sortido de Marca Própria que contém ovo como ingrediente. Também o Pingo Doce e o Recheio têm feito progressos, terminando o ano com 61% (+10 p.p. face a 2022) e 39% (+4 p.p. face a 2022), respetivamente, do sortido de Marca Própria que contém este ingrediente livre de ovos provenientes de galinhas enjauladas.



Práticas adotadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA é uma Companhia do Grupo especializada em produção alimentar que também abastece as nossas operações de distribuição. Conta com quatro áreas de negócio: (i) laticínios; (ii) agropecuária (produção e engorda de carne bovina angus, produção de ovinos e produção de leite); (iii) aquacultura (robalo e dourada); e (iv) fruta e vegetais (uva sem grinha, laranja, ambas biológicas, frutos de caroço e mandarina Tango).

A carne bovina de raça aberdeen angus é produzida pela JMA numa área maior ou igual a 6,5 m² por animal, com piso de cimento rasgado ou borracha para evitar que os animais escorreguem e se magoem. É ainda garantida a reposição diária de palha fresca nas camas para promover o conforto e bem-estar.

Na vacaria disponibilizamos pelo menos uma cama por vaca e 60 cm de espaço de comedouro. Todos os animais têm acesso a escovas automáticas de massagem e a música ambiente para reduzir o stress, bem como a áreas de pastagem. Existe também um sistema de arrefecimento automático, que aciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais, que têm um colar de monitorização de atividade que permite, através de alterações de comportamento, diagnosticar patologias precocemente, contribuindo para a redução da utilização de fármacos.

As unidades de vacaria e de produção angus garantem:

- a vacinação e desparasitação de 100% dos animais;
- 100% dos animais livres de mutilações (como corte de caudas e remoção de chifres) e liberdade de movimentos (livres de amarras);
- sistema de arrefecimento automático com ventoinhas que promovem a circulação de ar e reduzem a concentração de amoníaco;
- formação obrigatória em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais;
- a proibição da utilização de choques elétricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais na sua condução e manejo.

Na produção de ovinos é garantida uma área mínima de 0,6 m² por animal, acima da recomendação de boas práticas de 0,5 m², e uma alimentação à base de forragem (fonte de fibra) e concentrado. Nenhum dos animais é castrado nem apresenta dificuldades de locomoção.

A JMA manteve a certificação para a utilização responsável de antibióticos nas suas operações de produção de carne bovina e na vacaria o que garante que a utilização de antibióticos é restringida apenas a fins terapêuticos. Estas unidades viram também renovada a sua certificação em Bem-Estar Animal Welfair™ de acordo com o referencial europeu Welfare Quality. Também a produção de ovinos tem certificação em bem-estar animal Welfair™ com base no referencial AWIN®.

Na aquacultura de robalo e dourada, asseguramos a vacinação de 100% dos peixes que se desenvolvem em zonas de mar aberto com correntes constantes que garante uma boa circulação e qualidade da água. Nas nossas operações de aquacultura, 100% dos animais estão livres de mutilações (ex.: corte de barbatanas). No abate recorre-se à utilização de água gelada para arrefecimento rápido da temperatura corporal por forma a insensibilizar o animal.

Em 2023, a JMA reforçou a participação financeira para 25% na Andjford Salmon, empresa que desenvolveu um sistema inovador para a produção sustentável de salmão na Noruega.

Mais informação disponível no website corporativo, na área "[Bem-Estar Animal](#)".

4.3.4. Pescado sustentável

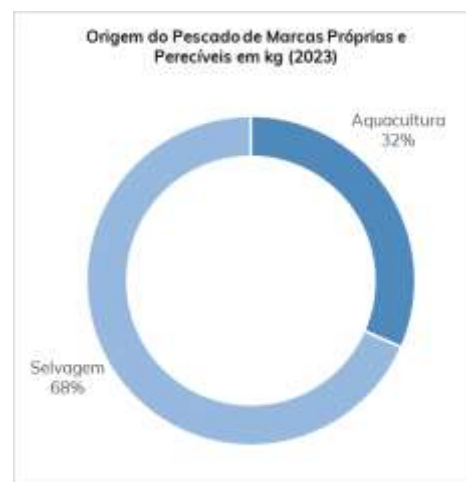
[GRI 304-2; GRI 304-4]

A par do combate à poluição por plástico e da implementação de boas práticas de produção ao longo da cadeia de abastecimento, a nossa Estratégia de Pescado Sustentável também contribui para o combate à poluição e à sobre-exploração do meio aquático. A forma como as Companhias seguem esta Estratégia é uma garantia de que as Marcas Próprias e os perecíveis de pescado não contribuem para a sobre-exploração, a depleção ou a extinção de espécies aquáticas¹³³.

Em 2023, fomos fiéis ao compromisso de avaliar anualmente o nível de risco de todas as espécies de pescado presentes nos sortidos de Marca Própria e perecíveis do Grupo, num claro reforço da autoexigência relativamente à periodicidade de três em três anos que esteve em vigor até 2021. Comercializámos mais de 210 espécies de pescado, mantendo o investimento na diversificação do nosso sortido como forma de reduzir a pressão sobre as espécies de pescado mais consumidas.

A parcela do pescado de origem selvagem aumentou ligeiramente face a 2022 (+3 p.p.). Mais de 30% da quantidade de pescado comercializado nas nossas lojas teve origem em produção de aquacultura, um sistema que pode contribuir para reduzir a pressão sobre os stocks de pescado selvagem, particularmente em espécies mais apreciadas pelos consumidores, como o salmão, a dourada, o camarão, a truta e o robalo.

Relativamente ao nível de conservação de cada uma destas espécies, recorreremos aos dados do IUCN para o pescado com origem selvagem¹³⁴, atualizados em abril de 2023. O IUCN categoriza os diferentes níveis de ameaça da seguinte forma: Vulnerável (menor nível de risco), Em Perigo (risco intermédio) e



¹³³ Este compromisso também se encontra formalizado na Política de Compras Sustentáveis de Jerónimo Martins, disponível no nosso website corporativo, na página "[Comprar com Responsabilidade](#)", e na página "[Pescado Sustentável](#)".

¹³⁴ Para esta avaliação são utilizados os dados de 2023 da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN provenientes da Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade (IBAT) (<http://www.ibat-alliance.org>). Esta é fornecida pela BirdLife International, Conservation International, IUCN e UNEP-WCMC.

Criticamente em Perigo (risco máximo)¹³⁵. Os níveis de classificação Não Avaliada, Dados Insuficientes, Menor Preocupação ou Quase Ameaçada não são, assim, relativos a categorias ameaçadas.

Em 2023, 35% do pescado de origem selvagem nas nossas Marcas Próprias e perecíveis foi classificado dentro da categoria Vulnerável (a que representa o menor nível de risco) e mais de 55% das nossas compras de pescado selvagem não apresenta risco de conservação (categorias Quase Ameaçada e Menor Preocupação). Na categoria Em Perigo, foi verificada a compra de uma espécie de solha, *Hippoglossoides platessoides*, representando menos de 0,1% do total de compras (em kg). Contudo, a sua aquisição foi feita antes da atualização do estatuto do nível de conservação por parte do IUCN, pelo que se considera como integral o cumprimento da nossa Estratégia de Pescado Sustentável. Não foram verificadas compras para a categoria de risco Criticamente em Perigo.



A tabela seguinte mostra o grau de cumprimento dos compromissos em cada um dos três níveis de risco de conservação da escala¹³⁶.

Classificação de risco IUCN	Compromisso	Cumprimento em 2023
Criticamente em Perigo	Proibir a compra e venda das espécies classificadas com este nível de risco e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam ou para as quais não é assegurada aquacultura para todo o ciclo de vida. Apenas a enguia-europeia (<i>Anguilla anguilla</i>) ¹³⁷ tinha este nível de risco. Não é comercializada nas nossas lojas desde 2016. Na revisão efetuada em 2022 foram identificadas duas outras espécies comerciais com este nível de risco: esturção (<i>Acipenser baerii</i>) e perna de moça (<i>Galeorhinus galeus</i>). Em 2023, apenas a espécie <i>Acipenser baerii</i> foi comercializada, tendo sido garantida a origem de aquacultura para todo o ciclo de vida.	100%
Em Perigo	Proibir a comercialização das espécies classificadas com este nível de risco sempre que não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2023 identificámos sete espécies, às quais aplicamos esta linha de ação: tubarão anequim (<i>Isurus oxyrinchus</i>); peixe panga (<i>Pangasianodon hypophthalmus</i>) ¹³⁸ ; cação liso (<i>Mustelus mustelus</i>); pescada negra (<i>Merluccius senegalensis</i>); raia curva (<i>Raja undulata</i>), raia de São Pedro (<i>Raja circularis</i>) e solha americana (<i>Hippoglossoides platessoides</i>) ¹³⁹ .	100%
Vulnerável	Limitar as ações promocionais das espécies classificadas com este nível de risco, sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.:	100%

¹³⁵ Para efeitos desta análise não é considerado o nível Extinto no Estado Selvagem, uma vez que o universo analisado é pescado no estado selvagem.

¹³⁶ Mais informação em www.iucn.org.

¹³⁷ Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

¹³⁸ 100% proveniente de aquacultura.

¹³⁹ Em 2023, o nível de risco de conservação da espécie *Hippoglossoides platessoides* (solha americana) foi revisto de não ameaçado ("Menor preocupação") para risco médio ("Em perigo"). Esta revisão foi incluída na nova Instrução de Serviço de 2023 e as quantidades comercializadas em 2023 dizem respeito ao fornecimento das quantidades que haviam sido acordadas com os fornecedores em 2022, quando esta espécie se encontrava classificada como "Menor preocupação". Por este motivo, considera-se que a instrução de serviço foi cumprida.

Classificação de risco IUCN	Compromisso	Cumprimento em 2023
	MSC ou ASC). Na avaliação de 2023, identificámos 20 espécies às quais aplicámos esta linha de ação.	

Em 2023, os stocks de bacalhau na área costeira do mar da Noruega, Spitzberg e Ilha dos Ursos (FAO 27.2) e de atum-patudo do Atlântico mantiveram-se inalterados face a 2022 sendo necessário continuar a acompanhar a sua evolução e o cumprimento do seu plano de gestão nos próximos anos.

4.3.5. Produtos certificados

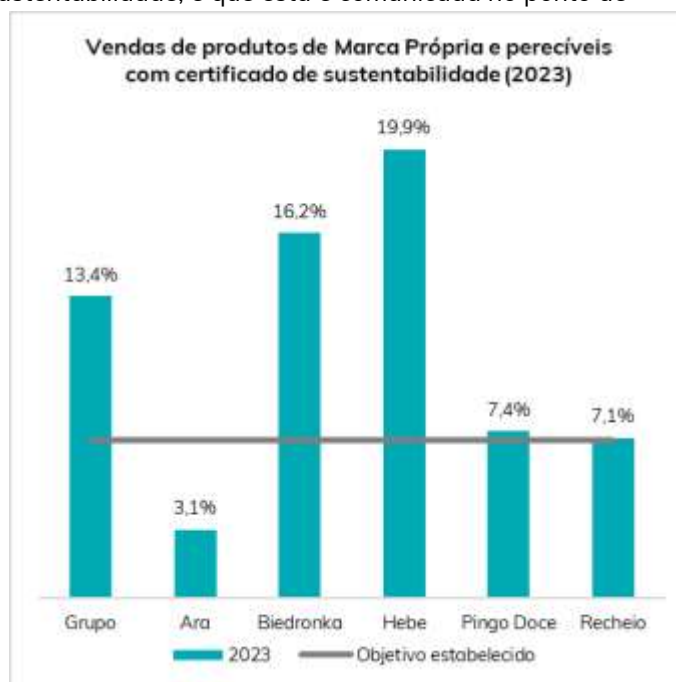
[GRI 417-1]

Como complemento às iniciativas desenvolvidas com os nossos fornecedores, incentivamos a adoção de certificados de sustentabilidade. Estes sistemas seguem um referencial com requisitos ambientais e/ou sociais verificado por entidades externas e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao produto em si e/ou à sua embalagem. A sua adoção assegura a implementação de boas práticas ambientais na cadeia de valor (garantem que não houve desflorestação ou conversão de ecossistemas de alto valor de conservação, ou que os processos de produção para a mitigação da poluição são best in class) e/ou que os direitos humanos são respeitados, confirmando, por exemplo, a inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado, ou ainda que é efetuado um pagamento justo ao produtor. A presença de simbologia própria no ponto de venda facilita ainda a comunicação destes atributos aos consumidores, sensibilizando-os para a escolha de produtos certificados.

É nosso objetivo assegurar que pelo menos 7% das vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis detêm certificação de sustentabilidade, e que esta é comunicada no ponto de venda. Em 2023, 13,4% das vendas dos produtos destas categorias eram provenientes de produtos e/ou embalagens com certificação de sustentabilidade (+5 p.p. face a 2022, o maior aumento anual registado até à data).

Em termos de referências com estes sistemas de certificação¹⁴⁰, em 2023 atingimos as 1.494 referências, um aumento superior a 65% face a 2022.

A maior incidência de sistemas de certificação reside nos esquemas que atestam que as fibras de papel usadas são provenientes de florestas geridas de forma sustentável (FSC®, PEFC ou SFI), na certificação biológica de produtos alimentares e na certificação OEKO-TEX Made in Green dos têxteis que comercializamos, estando estes sistemas relacionados com a adoção de boas práticas agrícolas ou de produção industrial e com a garantia de boas práticas laborais.

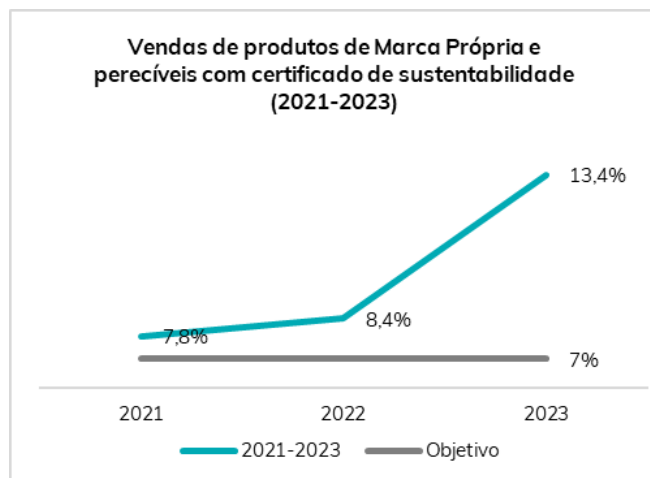


Terminámos, assim, o ciclo de 2021-2023 com a venda de produtos de Marca Própria e perecíveis com certificado de sustentabilidade a representarem vendas 6,4 p.p. acima do objetivo de 7% previamente definido. Este aumento resulta, sobretudo, dos esforços das nossas equipas para promover práticas de sustentabilidade, quer na identificação de novos fornecedores que já as tenham adotado, quer no incentivo aos fornecedores existentes para que as adotem, lembrando a importância de assegurar o

¹⁴⁰ Informação detalhada sobre os artigos com certificação de sustentabilidade por tipo de certificação e Companhia está disponível no nosso website corporativo, na página "[Produtos Certificados](#)".

acesso da grande maioria dos nossos consumidores a produtos com estas características, garantindo a sua democratização.

A certificação destes produtos implica a adoção de práticas de gestão internas e a identificação de fornecedores ao longo da cadeia de abastecimento que possam cumprir os requisitos destes sistemas. Para tal, estabelecemos uma relação de trabalho contínua e próxima com os nossos fornecedores. Fruto desse trabalho, em 2023, foram lançados 440 novos produtos com certificado de sustentabilidade. Dos fornecedores a quem comprámos estes produtos, cerca de 85% mantêm a relação com as nossas Companhias desde 2021.



5. Apoiar as Comunidades Envolventes

5.1. Introdução

Somos um agente ativo na construção de uma sociedade com menos desigualdades e é com base na nossa rede de mais de 5.700 lojas de proximidade que a nossa intervenção chega aos grupos mais vulneráveis da sociedade: idosos, crianças e jovens carenciados. De acordo com o que está definido na nossa Política de Apoio às Comunidades Envolventes¹⁴¹, concretizamos esse propósito através do suporte a instituições e projetos que contribuem para combater a fome e a subnutrição, e que trabalham para que se quebrem ciclos de pobreza e de exclusão social. Apoiamos ainda projetos que promovam a alimentação e estilos de vida saudáveis. A consolidação de hábitos de leitura e os incentivos à educação, assim como a projetos de preservação ambiental, de empreendedorismo e de cidadania são também áreas relevantes da nossa intervenção social.

5.2. Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes

[GRI 413-1]

As iniciativas que apoiamos e/ou promovemos são monitorizadas e avaliadas em relação aos efeitos que produzem. Temos a preocupação de garantir uma alocação dos recursos a projetos que abrangem o maior número possível de pessoas e/ou que consigam gerar os maiores e melhores resultados.

Para além de visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebramos acordos de cooperação continuada para verificar *in loco* a qualidade das infraestruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais através da aplicação dos critérios da metodologia [Business for Societal Impact](#) (B4SI)¹⁴². Com base nestes critérios e aplicando a metodologia – por motivo de materialidade mínima – a cada uma das instituições que apoiamos anualmente com um valor de pelo menos seis mil euros, estimamos que os cerca de 45,5 milhões de euros¹⁴³ atribuídos em 2023 a 220 organizações tenham impactado positivamente mais de 2,2 milhões de pessoas. A maior parte dos apoios foi materializada em doações em géneros e focada na melhoria do bem-estar social.

Medição de impactes sociais



A percentagem total pode não corresponder a 100% devido ao arredondamento de cada parcela.

¹⁴¹ A [Política de Apoio às Comunidades Envolventes](#) está disponível no website corporativo, na página [Apoiar as Comunidades Envolventes](#).

¹⁴² O reporte global dos principais indicadores de apoio às comunidades, segundo o modelo B4SI, está disponível no website corporativo, na página [Apoiar as Comunidades Envolventes](#), sendo verificado por entidade externa e independente.

¹⁴³ Este valor corresponde a atividades/projetos – medidos junto das instituições e seus beneficiários – apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, havendo um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Assim, não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins.



Tal como em anos anteriores, a maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições que todos os dias apoiam pessoas carenciadas (87,5%) reportou impactos positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições relatam que o apoio que disponibilizámos lhes permitiu oferecer ou melhorar os seus serviços.



Também procuramos formar pessoas em situação de vulnerabilidade social, de modo a reforçar as suas possibilidades de êxito no mercado laboral. Ao longo de 2023, 380 colaboradores em Portugal e na Polónia participaram em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho, correspondendo a mais de 84 mil horas de tutoria que equivalem a um valor de mais de dois milhões de euros¹⁴⁴.

5.3. Apoios diretos

[GRI 203-1]

No total, em 2023 atribuímos mais de 87 milhões de euros em apoios diretos a mais de 2.100 entidades. O aumento de cerca de 6% no valor em comparação com 2022 segue a tendência de reforço dos apoios que se tem verificado ao longo dos últimos anos, e justifica-se pela necessidade de responder às crescentes dificuldades económicas e sociais.

¹⁴⁴ Em 2022 revisitámos a metodologia associada aos programas de estágios considerados na análise de impacto social.

Apoios diretos (euros)	2023	2022	Δ 2023/2022
Biedronka*	63.972.697 €	55.558.681	+15,1%
Hebe	30.249 €	54.209	-44,2%
Holding (JMH)	2.904.975 €	10.671.257	-72,8%
Pingo Doce	17.193.702 €	13.489.858	+27,5%
Lidosol	937.331 €	709.008	+32,2%
Recheio Cash & Carry	825.042 €	532.014	+55,1%
Recheio Masterchef	299.485 €	238.493	+25,6%
João Gomes Camacho	8.198 €	2.555	+220,8%
Jeronymo e Hussel	13.282 €	14.562	-8,8%
Jerónimo Martins Agro-Alimentar	23.125 €	118.659	-80,5%
Ara	863.773 €	801.876	+7,7%
Total	87.071.858 €	82.191.172	+5,9%

* Inclui a contribuição monetária para a Fundação Biedronka, no valor de mais de 20,6 milhões de euros (cerca de 93,8 milhões de złoty), que deriva da aplicação de resultados do fundador, Jerónimo Martins Polska (Biedronka), mediante aprovação em Assembleia Geral. As atividades e o reporte financeiro da Fundação Biedronka são independentes da Biedronka.

Os excedentes alimentares que, estando conformes com os padrões de segurança, não podem ser vendidos são doados a instituições de apoio social, que os fazem chegar a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Esta prática, transversal às Companhias, permite que os produtos cumpram a sua missão principal e prioritária: alimentar pessoas. Em 2023, foram doadas cerca de 19,3 mil toneladas¹⁴⁵ de alimentos, menos 12% do que em 2022. Este decréscimo é explicado pelo crescimento do programa de vendas com elevados descontos de produtos em fim de validade na Biedronka, que resultou em menor quantidade de produtos disponíveis para doação.

Doações em géneros alimentares (toneladas)	2023	2022	Δ 2023/2022
Biedronka	13.004	15.299	-15,0%
Pingo Doce	5.301	5.879	-9,8%
Recheio	332	290	+14,5%
Ara	625	472	+32,4%
Total	19.262	21.940	-12,2%

Área corporativa

A holding do Grupo apoiou 75 entidades, mais cinco do que em 2022, num montante total de mais de 2,9 milhões de euros. A maior parte destas entidades (55%) intervém no campo social. Foram ainda apoiados outros projetos, nomeadamente de educação, e proteção ambiental e cultura¹⁴⁶. Com 21 das instituições mantemos um apoio regular que, na maioria dos casos, dura há mais de uma década. O valor dos apoios apresenta, no entanto, uma redução de mais de 70% face a 2022 uma vez que, nesse ano, houve um apoio extraordinário de 5 milhões de euros dirigido aos refugiados ucranianos que foram forçados a fugir do seu país depois da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Entre os apoios continuados, destaque para o investimento de 40 mil euros na atribuição de 19 bolsas a alunos de escolas portuguesas oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e que se encontram a ser acompanhados pela Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, entidade que integramos e apoiamos desde a sua fundação, em 2006. Na categoria “Sustentabilidade & Cidadania Ativa”, foram atribuídas cinco bolsas a alunos e respetivas escolas do 3.º ciclo do ensino básico, reconhecendo o mérito e a viabilidade de projetos de sensibilização, mobilização e transformação de comportamentos e práticas, na escola e/ou nas comunidades educativas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e com os eixos estratégicos de Responsabilidade

¹⁴⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹⁴⁶ Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”.

Corporativa do Grupo Jerónimo Martins. Outras 14 bolsas, atribuídas na segunda edição da categoria especial Jerónimo Martins “Mérito Académico”, visam apoiar alunos que tenham obtido bons resultados nos graus de ensino secundário, licenciatura e mestrado e pretendam prosseguir os estudos.

Biedronka

A Biedronka canalizou aproximadamente 64 milhões de euros para apoiar campanhas e projetos sociais¹⁴⁷, um aumento de 15% face a 2022. Através das doações em géneros e dos apoios monetários concedidos, foram beneficiadas mais de 650 instituições.

As doações de excedentes alimentares ultrapassaram as 13 mil toneladas¹⁴⁸, menos 15% do que em 2022, devido, como já explicado, ao sucesso do programa de incentivo à compra pelos consumidores de produtos em fim de validade. Estiveram envolvidas nas doações de 2.701 lojas (mais de 75% do parque de lojas da Companhia), em linha com o sucedido em 2022, quando o programa de doações de excedentes chegou a 2.550 lojas cumprindo assim o objetivo de envolver pelo menos 70% das lojas na doação de géneros alimentares durante o triénio 2021-2023. Entre as 155 instituições beneficiadas pelas doações de excedentes alimentares, a Federação dos Bancos Alimentares Polacos, a Caritas e a Associação Mar-Kot foram as mais relevantes.

Na área da alimentação saudável, a Biedronka foi o principal patrocinador das 30.^a e 31.^a edições da Olimpíada Zdrowia PCK z Biedronką (Olimpíada da Saúde da Cruz Vermelha Polaca e Biedronka), aprovada pelo Ministério da Educação. Na 30.^a edição participaram 17.894 estudantes de 1.311 escolas, e na 31.^a edição participaram 16.348 estudantes de 1.150 escolas. Estas olimpíadas consistem em testes feitos pelos jovens e na apresentação de projetos para promover alimentação e estilos de vida mais saudáveis nas suas comunidades. Os vencedores poderão estudar nas faculdades de nutrição da Universidade de Medicina de Lodz ou Universidade de Opole, ambas patrocinadoras honorárias da iniciativa, após terminarem o ensino secundário, independentemente da pontuação que obtiverem no exame final. O valor do apoio da Biedronka à 30.^a edição ascendeu a 45 mil euros enquanto o valor, estimado em mais de 50 mil euros, referente à 31.^a edição será disponibilizado em 2024.

Em 2023, a contribuição monetária para a Fundação Biedronka superou os 20,6 milhões de euros, aplicados, na sua maior parte, à ajuda alimentar a cidadãos séniores vulneráveis – a principal missão da Fundação.

Hebe

A estratégia de responsabilidade da Hebe assenta fundamentalmente no apoio a jovens mulheres, designadamente através da promoção do empreendedorismo feminino e do apoio a jovens mulheres residentes na transição de orfanatos para uma vida mais independente. Em 2023, sete entidades receberam apoio direto da Companhia, essencialmente na forma de produtos de cosmética e higiene pessoal, no equivalente a mais de 30 mil euros.

Pingo Doce

Em 2023, a Companhia respondeu ao apelo de mais de 1.350 instituições de cariz social¹⁴⁹ que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas. Os apoios em géneros alimentares, contabilizados a preço de custo da mercadoria, e em valor monetário (que incluem, entre outros, apoios fixos, cartões-presente e patrocínios a projetos de conservação ambiental) ultrapassaram os 18 milhões de euros¹⁵⁰, mais 28% do que em 2022.

Os donativos em géneros alimentares, provenientes dos excedentes das lojas, foram de 5.301 toneladas, menos 9,8% do que em 2022, o que se justifica, tal como aconteceu na Biedronka, pelo aumento de

¹⁴⁷ Os relatórios anuais de responsabilidade da Biedronka estão disponíveis em csr.biedronka.pl.

¹⁴⁸ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹⁴⁹ A Política de Responsabilidade do Pingo Doce está disponível em www.pingodoce.pt/responsabilidade.

¹⁵⁰ Inclui a Lidosol.

vendas em markdown¹⁵¹. Estes donativos chegaram a mais de 520 instituições e estima-se terem impactado mais de 100 mil pessoas.



O [Bairro Feliz](#) é um programa que apoia financeiramente causas propostas por entidades e por moradores dos bairros onde se inserem as lojas Pingo Doce, atribuindo um donativo de até mil euros para a concretização das ideias mais votadas pelos clientes.

Na edição de 2023, a terceira de âmbito nacional, houve 2.894 inscrições provenientes maioritariamente de instituições locais (91%), tendo os restantes 9% sido propostas pelos moradores. Depois da fase de votação pública, o Pingo Doce atribuiu mais de 422 mil euros às causas mais votadas pelos clientes em cada loja, 59% dos quais destinados a projetos de inclusão social e 30% a projetos relacionados com educação. Estima-se que o número de beneficiários impactados pelos projetos vencedores do Bairro Feliz de 2023 ascenda a mais de 15.200 idosos e 23.800 crianças.

¹⁵¹ Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".

Jornada Mundial da Juventude 2023

O Pingo Doce foi o parceiro alimentar oficial da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), uma iniciativa de celebração internacional que decorreu em Lisboa no início de agosto de 2023. O evento simboliza muitos dos valores que são intrínsecos ao Grupo, pela energia que sempre convoca e pela mobilização para a partilha e para a inclusão. Foram doados géneros alimentares num valor superior a 2,5 milhões de euros e mais de 715 mil euros em apoios monetários diretos.

Como parceiro alimentar do evento, o Pingo Doce serviu a sua comida fresca nos principais locais da JMJ e ajudou a preparar os kits dos peregrinos inscritos, servindo também outros kits de refeições. Nalgumas lojas, situadas na zona de influência dos principais pontos geográficos do evento, os stocks dos produtos mais procurados foram reforçados e o horário de funcionamento ampliado. A sustentabilidade desempenhou um papel fundamental, com a garrafa de água filtrada ECO a fazer parte dos kits de peregrinos (foram distribuídas 350 mil destas garrafas reutilizáveis).

Durante os primeiros dias de agosto, as tendas montadas pelo Pingo Doce ocuparam quatro locais estratégicos de Lisboa, nos quais foram distribuídos cerca de 190 mil kits de peregrinos e vendidas mais de 22 mil refeições. Na Vigília, que teve a presença do Papa Francisco e foi o último evento da Jornada, foi montada uma enorme operação logística com 89 galeras para distribuir 400 mil kits de refeições.

Toda esta semana muito especial para o Pingo Doce contou com a participação de 329 voluntários dos escritórios centrais do Grupo em Portugal.

Recheio

A Companhia doou mais de 1,1 milhões de euros¹⁵² em géneros alimentares e apoios monetários, mais 47% do que em 2022. O Recheio apoiou 181 organizações, menos 21 do que no ano anterior. Foram entregues 332 toneladas de alimentos¹⁵³, mais 15% do que em 2022.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

As várias empresas da JMA atribuíram mais de 23 mil euros em apoios a oito instituições de cariz social localizadas em zonas envolventes às unidades de produção, com destaque para a região de Portalegre (Alto Alentejo, perto da fronteira com Espanha), onde está a fábrica de laticínios da Terra Alegre.

Ara

Renovando o seu compromisso de apoiar as famílias colombianas com menos rendimentos, a Companhia aplicou cerca de 863 mil euros em projetos de apoio social, mais 8% do que em 2022. As 11 entidades apoiadas estimam ter auxiliado mais de 38 mil pessoas durante 2023.

Instituições como a [Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia \(ABACO\)](#), que reúne 24 bancos alimentares e que a Ara apoia desde o início da sua operação no país em 2013, e a [Fundación Alimentar Colombia](#), que trabalha para eliminar a má nutrição infantil no país, receberam a maior parte dos excedentes doados por 302 lojas e nove centros de distribuição (625 toneladas de alimentos, mais 32% do que em 2022).

¹⁵² Inclui Recheio Masterchef e João Gomes Camacho.

¹⁵³ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Destaque para uma nova parceria, também com a ABACO, para a promoção do programa "Desayunos Saludables" (Pequenos-Almoços Saudáveis), iniciado em junho e que decorreu até dezembro, teve por objetivo suportar 20% das necessidades nutricionais diárias recomendadas de 920 crianças de Medellín, Cúcuta, Riohacha e de Santa Marta, através de packs para pequeno-almoço compostos por 80 grama de fruta e 30 grama de pão ou de cereais. 15 toneladas de alimentos foram doadas no âmbito deste programa.



Foram ainda destinados apoios a instituições que ajudam jovens mães solteiras e as suas crianças, famílias de muito baixos rendimentos e jovens em situação de sem-abrigo, como a [Fundación A La Rueda Rueda](#) e a [Fundación Malabareando las Calles](#).

A parceria entre a Jerónimo Martins Colombia, a Caritas Polska e a Caritas Colombia para providenciar ajuda humanitária a populações vulneráveis em Soacha perto de Bogotá, e Villa del Rosario e Cúcuta, duas povoações na região Norte de Santander que fazem fronteira com a Venezuela¹⁵⁴, decorreu pelo quarto ano consecutivo. Foram entregues mais de 3.370 cabazes com produtos alimentares básicos (atum, açúcar, arroz e outros cereais) e produtos não-alimentares (sabonete e produtos de limpeza doméstica), bem como vouchers para serem trocados por alimentos e produtos de higiene. Cerca de 11 mil pessoas, de mais de 2.190 famílias, foram impactadas por esta iniciativa. Ao longo dos três anos do projeto, a Ara investiu cerca de 600 mil euros, cerca de 200 mil por ano, tendo sido apoiadas mais de 30 mil pessoas.

5.4. Outros apoios diretos

Desenvolvemos parcerias com várias instituições para identificarmos e respondermos a desafios de coesão social em áreas como a alimentação saudável, a promoção de hábitos de leitura e a inclusão social¹⁵⁵.

Voluntariado e campanhas internas

Em Portugal, as iniciativas de voluntariado contaram com 412 colaboradores, num contributo de cerca de 2.235 horas¹⁵⁶. Apesar de, face ao ano anterior, o número de pessoas envolvidas ter diminuído em 30%, as horas de voluntariado registaram um aumento de 231%, devido à Jornada Mundial da Juventude que decorreu em agosto, em Lisboa (ver caixa sobre a JMJJ). Promovemos diversas ações de voluntariado entre os nossos colaboradores para apoio à logística e à segurança alimentar associadas à oferta de produtos aos peregrinos. 329 colaboradores participaram nas ações de apoio ao evento, num total de 1.515 horas de voluntariado.

Entre outras iniciativas de voluntariado incluiu-se o "Voluntários Clientes 70+", um programa criado em 2020 durante os confinamentos associados à Covid-19 para apoiar clientes idosos na realização das suas compras e na entrega em suas casas. Este programa manteve-se durante o ano de 2023, apoiando, sobretudo, clientes com mobilidade reduzida, iliteracia digital e sem apoio familiar ou rede de suporte. Desde o início do projeto, 233 voluntários fizeram as compras para mais de 370 clientes, num total de 4.200 entregas efetuadas (mais de 111 mil produtos).

A Junior Achievement Portugal é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão inspirar e preparar crianças e jovens para o futuro. São trabalhados três pilares (empreendedorismo e cidadania, literacia financeira, competências para a empregabilidade) e os nossos voluntários colaboraram com seis escolas, tendo impactado 282 alunos, num total de 114 horas de voluntariado laboral.

Voltámos também a receber quatro estagiárias da Associação Girl Move, uma iniciativa que pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades. As Girl Movers estiveram um mês em Portugal: durante uma semana visitaram diversas instalações para

¹⁵⁴ O Instituto Nacional de Estatística da Colômbia apresentou, em junho de 2022, os resultados do estudo "Pulso da Migração" sobre o contexto migratório venezuelano na Colômbia. Os resultados revelaram que 7% da população vivenciou eventos violentos ao cruzar a fronteira, como roubo, suborno, abuso de representantes de instituições venezuelanas e colombianas, e agressão física.

¹⁵⁵ Para conhecer outras iniciativas de apoio direto, consulte a página [Apoiar as Comunidades Envolventes](#), no website corporativo.

¹⁵⁶ Apenas as horas de voluntariado decorridas em horário laboral são contabilizadas. Para conhecer em detalhe estas e outras iniciativas de voluntariado e campanhas internas, consulte a página [Apoiar as Comunidades Envolventes](#), no website corporativo.

ficarem a conhecer a nossa cadeia de valor e, nas três semanas seguintes, realizaram um estágio com oito tutores nas suas áreas de interesse. Além dos tutores, contribuíram mais 32 colaboradores. Estes 40 voluntários dedicaram 584 horas à iniciativa.

Embora a EPIS – Empresários pela Inclusão Social seja uma associação cujo maior foco é o apoio a jovens alunos, particularmente os provenientes de meios vulneráveis, para promover o seu sucesso escolar, a qualidade dos sistemas de ensino e formação, e a empregabilidade e inserção profissional, são também dinamizados outros programas de voluntariado com empresas. Em 2023 participámos no Encontro de Voluntários EPIS, no Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, com quatro voluntários. Ajudámos a recolher 3,7 toneladas de resíduos cerâmicos e mais de 2.000 litros de resíduos de plástico, vidro e papel, a efetuar o controlo de espécies invasoras – acácias e pitósporos – e a construir um hotel para insetos.

Tal como em 2022, juntámo-nos ao Portugal Chama, uma campanha da Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Florestais que pretende alertar a população, principalmente em zonas consideradas de risco de incêndio, para a importância da prevenção nos meses mais críticos do ano. Com o mesmo objetivo de prevenção, Pingo Doce e Recheio divulgaram nas suas lojas, nos folhetos e nas redes sociais a campanha “O Melhor Presente É Estar Presente”, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, apelando à adoção de comportamentos seguros na estrada, particularmente em épocas festivas e, por isso, de maior tráfego.

Na Colômbia, realizaram-se quatro sessões de voluntariado com a participação de 115 colaboradores durante 30 horas. Destaque para o apoio à construção de uma casa para uma família vulnerável em Bogotá, para a plantação de 40 flores e 80 árvores numa reserva florestal da cidade de Bogotá, em parceria com a [Fundación Biblioseo](#), e para a montagem de 600 cestas de alimentos básicos nas instalações do Banco Alimentar de Bogotá, para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Promoção da alimentação e de estilos de vida saudáveis

Desde 2016 que, em Portugal, somos patrocinadores do programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. O programa sensibiliza os alunos para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agroalimentar. Na edição de 2022/2023 foram submetidos 284 trabalhos de 348 escolas de todo o país inscritas neste programa. Os trabalhos apresentados responderam a desafios que procuravam:

- alertar para a importância de escolhas alimentares mais sustentáveis, privilegiando o consumo de frutícolas e hortícolas locais, da época e, se possível, de produção biológica;
- envolver as famílias e encarregados de educação na preparação de lancheiras saudáveis, sustentáveis, nutritivas e variadas;
- reaproveitar partes de alimentos normalmente descartadas, propondo receitas para utilizar sobras da preparação dos alimentos e das refeições;
- confeccionar ementas completas, com ingredientes locais e sazonais, que possam ser implementadas nas cantinas escolares;
- dar a conhecer a dieta mediterrânica através de expressão plástica e digital.

Promoção da literatura e de hábitos de leitura

A promoção de hábitos de leitura em família desde cedo é uma forma de desenvolver a literacia infantojuvenil e de contribuir para sociedades mais informadas e preparadas. Com este propósito, e para além da comercialização de livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka dinamizam concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores e ilustradores. Os vencedores das duas fases do concurso – escrita e ilustração – têm garantida a publicação do seu trabalho em livro com venda exclusiva nas lojas de cada uma das insígnias. Quer em Portugal quer na Polónia, cada vencedor de cada fase recebe um prémio monetário de 25 mil euros.

Em 2023, a décima edição do [Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce](#) recebeu 3.692 candidaturas à fase de texto e 846 à fase de ilustração. O Livro que Não



Sabia o que Queria Ser, de Márcio Martins (texto) e Cláudia Abrantes (ilustração), vendeu mais de 2.100 cópias durante 2023.



O [Piórko](#) (Prémio de Literatura Infantil Biedronka) é, desde a primeira edição, apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia. A nona edição registou mais de 2.130 candidaturas de texto, com *Sernik z Kamieniami* (Cheesecake com Pedras), de Joanna Czarny, vencer o concurso e a servir de inspiração aos mais de 760 ilustradores candidatos à segunda etapa do prémio, ganha por Aleksandra Lipka. Desde o lançamento desta iniciativa, em 2015, foram vendidos mais de 560 mil exemplares dos livros vencedores – o livro vencedor da edição de 2023 vendeu mais de 12 mil unidades durante o ano.

Em Portugal, e além das habituais presenças nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto, o Pingo Doce levou os seus pavilhões à primeira edição da Festa do Livro de Loures (concelho a norte de Lisboa), à Feira de Tavira (Algarve), e à primeira edição do Festival Literário de Braga. Nestes eventos, direcionados para o público em geral e para crianças, venderam-se livros infantis exclusivos e dinamizaram-se sessões de leitura e de autógrafos com os vencedores dos Prémios de Literatura Infantil Pingo Doce.

Foram também entregues cerca de 70 livros exclusivos às bibliotecas das escolas de Porto de Mós (distrito de Leiria), frequentadas por mais de 2.500 crianças. No âmbito da Semana da Leitura, inserida no Plano Nacional de Leitura, colaboradores do Pingo Doce fizeram sessões de leitura dos livros aos alunos destas escolas. Adicionalmente, mais de 140 livros foram entregues à Universidade da Beira Interior e à Junta de Freguesia de Loures.

Promoção da inclusão social e empreendedorismo

Desde 2018 que a Biedronka é o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial). Esta associação apoia o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto e promove torneios de futebol com outras crianças e jovens da Polónia, e também de outros países europeus e do resto do mundo. Em 2023, e pela primeira vez desde 2020, dinamizou-se novamente o campeonato do mundo – mais de 200 jovens até aos 17 anos, de países como Portugal, Jordânia, Tailândia ou Madagáscar, deslocaram-se a Varsóvia para jogar futebol, ganhar prémios, conviver e usufruir de atrações como a “Biedronka Zone”, com testes de aptidão e outras competições. O investimento feito pela Biedronka nesta iniciativa foi de mais de 140 mil euros.

Para celebrar a natalidade na Polónia, a Biedronka ofereceu mais de 38 mil packs de produtos às crianças nascidas no país e registadas no [website](#) do clube Dada (Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil, líder de mercado em fraldas).

Em 2021, a Biedronka foi o primeiro retalhista na Polónia a lançar um programa dedicado ao combate à pobreza menstrual¹⁵⁷, o “Juntos Vamos Começar um Período de Mudança”. A Biedronka comprometeu-se a apoiar o projeto até 2023, providenciando durante esse período mais de 3,5 milhões de tampões e pensos higiénicos da Marca Própria Femina à Okresowa Koalicja e Akcja Menstruacja. Em 2023 foram entregues produtos no valor de cerca de 45 mil euros.

A Hebe manteve a sua colaboração na iniciativa “Descobre-te com a Hebe”, em parceria com a Fundação One Day, com vista à inclusão social e profissional de jovens adultos que entram na vida ativa após terminarem a sua residência em orfanatos. Os 13 participantes trabalharam em 12 lojas Hebe durante dois meses. A Hebe doou também cerca de 7,7 mil euros à terceira edição do programa [TOP Women in e-business](#), criado pela [Fundacja Kobiety E-Biznesu](#) (Fundação das Mulheres em E-Business).

A Ara manteve o programa de apoio a mães com baixos rendimentos através da distribuição de kits de boas-vindas a recém-nascidos. Com o objetivo inicial de apoiar 1.500 famílias por ano, o projeto decorreu nos hospitais que realizam o maior número de partos em seis cidades colombianas. Foram entregues mais de 5.100 kits com fraldas, champôs, sabonetes e outros produtos essenciais da marca própria Bubú,

¹⁵⁷ Segundo o [estudo](#) desenvolvido pela Fundação Kulczyk, uma em cada cinco mulheres na Polónia tem dificuldade na aquisição de produtos de higiene adequados e 40% das mulheres com dificuldades económicas tiveram de renunciar à compra de produtos de higiene.

especializada em cuidados do bebé, e ainda água micelar e absorventes higiénicos para as mães. Foram abrangidas 10.344 mães e recém-nascidos.

Durante o ano, a Ara retomou o programa “Madres Comunitárias”, desenvolvido com o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), para a doação de alimentos às 243 amas que tomam conta de 2.430 crianças, 10 crianças em média por ama comunitária, nos municípios com o rácio mais elevado de malnutrição do país: La Guajira, Chocó, Norte de Santander, Nariño e Cauca. Os apoios foram dados sob a forma de cartões-oferta num valor de cerca de 38 mil euros.

5.5. Apoios indiretos

[GRI 203-2]

Participamos regularmente em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de fundos para apoiar instituições de solidariedade social.

Portugal

O Pingo Doce promoveu 20 momentos de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos, assim como campanhas de pedidos e venda de artigos solidários para apoiar 15 instituições de ajuda a pessoas em diferentes situações de emergência social, bem como a organizações que trabalham com animais. Foram os casos da Operação Nariz Vermelho, em que palhaços profissionais visitam crianças hospitalizadas, da Caritas, da Cruz Vermelha Portuguesa e da Animas – Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social (uma instituição que cede cães de serviço, terapia e assistência). O Banco Alimentar Contra a Fome e o CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo voltaram a ter campanhas em lojas Pingo Doce, tendo angariado cerca de 80 mil vales (equivalente a mais de 55 toneladas de alimentos) e recolhido mais de mil toneladas de alimentos, respetivamente, oferecidos pelos clientes. No total, os clientes do Pingo Doce contribuíram com o equivalente a 596 mil euros, mais 7% do que em 2022.



Para ajudar à sustentabilidade financeira de instituições do terceiro setor e fomentar o empreendedorismo social, o Pingo Doce comercializa produtos desenvolvidos por entidades que se dedicam ao combate à exclusão social. Desde 2011 que apoiamos o CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, que serve mais de 500 pessoas com algum tipo de deficiência ou doença mental. Em 2023, o Pingo Doce comprou mais de 41 mil bouquets de lírios, o que representa cerca de 25% da faturação anual da área de floricultura do CEERDL. O sucesso desta parceria traduziu-se no aumento da produção, o que permitiu viabilizar atividades de reabilitação nas áreas de serviços sociais e a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No final do ano, o CEERDL empregava 15 colaboradores com deficiência.

Polónia

A Biedronka realizou diversas ações junto dos seus clientes para a angariação de alimentos destinados a pessoas em situação de carência. Foram recolhidas mais de 487 toneladas de produtos, 35% acima do que aconteceu em 2022.

A Caritas Polska esteve em mais de 850 lojas da Biedronka na recolha de alimentos e a campanha “Sim, Eu Ajudo” angariou mais de 115 toneladas de alimentos, que serviram para oferecer refeições de Páscoa às famílias com maiores dificuldades. No Natal, uma campanha semelhante decorreu em 730 lojas, tendo sido recolhidas 180 toneladas de alimentos junto dos clientes da Companhia.

Também pela Páscoa e pelo Natal, a Federação dos Bancos Alimentares Polacos levou a cabo ações de recolha de alimentos. Em março, sob o tema “Páscoa com Dignidade, Não com Fome”, mais de 490 lojas reuniram dos seus clientes mais de 57 toneladas de alimentos; em novembro, no âmbito da campanha “Natal que Vale a Pena, Não com Fome”, mais de 910 lojas recolheram 118 toneladas de alimentos.



À semelhança do ano anterior, também em 2023 a Stowarzyszenie Wiosna (Associação Primavera) lançou o [Szlachetna Paczka](#) (Presente Nobre), destinado a pessoas vulneráveis. Os cabazes com alimentos, produtos de higiene pessoal e pequenos eletrodomésticos, roupas, sapatos e brinquedos, entre outros, avaliados em 23 mil euros, foram preparados por mais de 660 colaboradores voluntários da Biedronka, de 25 equipas de lojas, centros de distribuição e escritórios, chegando a 27 famílias. No Natal, decorreu a habitual campanha da associação “Magnetic Atrai a Bondade”, com a ajuda de 12 mil voluntários e com as receitas da venda dos chocolates de Marca Própria Magnetic a serem destinadas a mais de 17 mil famílias em situação de vulnerabilidade económica. O apoio dos clientes da Biedronka permitiu doar mais de 88 mil euros à Associação.

A Biedronka tornou-se o principal patrocinador da 31.ª final da Wielka Orkiestra Świątecznej Pomocy – WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade na Polónia, realizado em janeiro de 2023. Através da venda de merchandising oficial e da recolha pelo país inteiro de donativos dos clientes, angariaram-se mais de 1,6 milhões de euros – um montante destinado à compra e doação a hospitais pediátricos de equipamento para diagnóstico da sépsis, uma doença infecciosa.



A Hebe conseguiu mobilizar cerca de 20 mil euros em apoios indiretos, em parceria com fornecedores de produtos de maquilhagem e cosmética, que foram entregues a instituições de apoio a mulheres, jovens adolescentes, e órfãs.

Colômbia

Na Ara, o programa que possibilita aos consumidores escolherem arredondar para cima o valor das suas compras, envolveu, em 2023, mais de 1.200 lojas e permitiu que a Aldeas Infantiles SOS Colombia recebesse cerca de 441 mil euros (menos 13% do que em 2022).

O apoio foi distribuído entre os programas Acogimiento Familiar, para famílias em risco de separação, e Fortalecimiento de Familias de Origen, dirigido a crianças e jovens retirados das suas famílias. A Aldeas Infantiles SOS intervém também junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência. O valor angariado permitiu o acesso de mais de 6.800 crianças e jovens a programas de educação, saúde, alimentação e alojamento.

6. Ser um Empregador de Referência

Procuramos gerar um impacto positivo e duradouro nas vidas das mais de 134 mil pessoas que contribuem para o crescimento dos nossos negócios, bem como nas das suas famílias. O nosso compromisso é melhorar continuamente a capacidade de resposta às necessidades dos nossos colaboradores e prepará-los para os desafios cada vez mais exigentes que enfrentamos.

6.1. Introdução

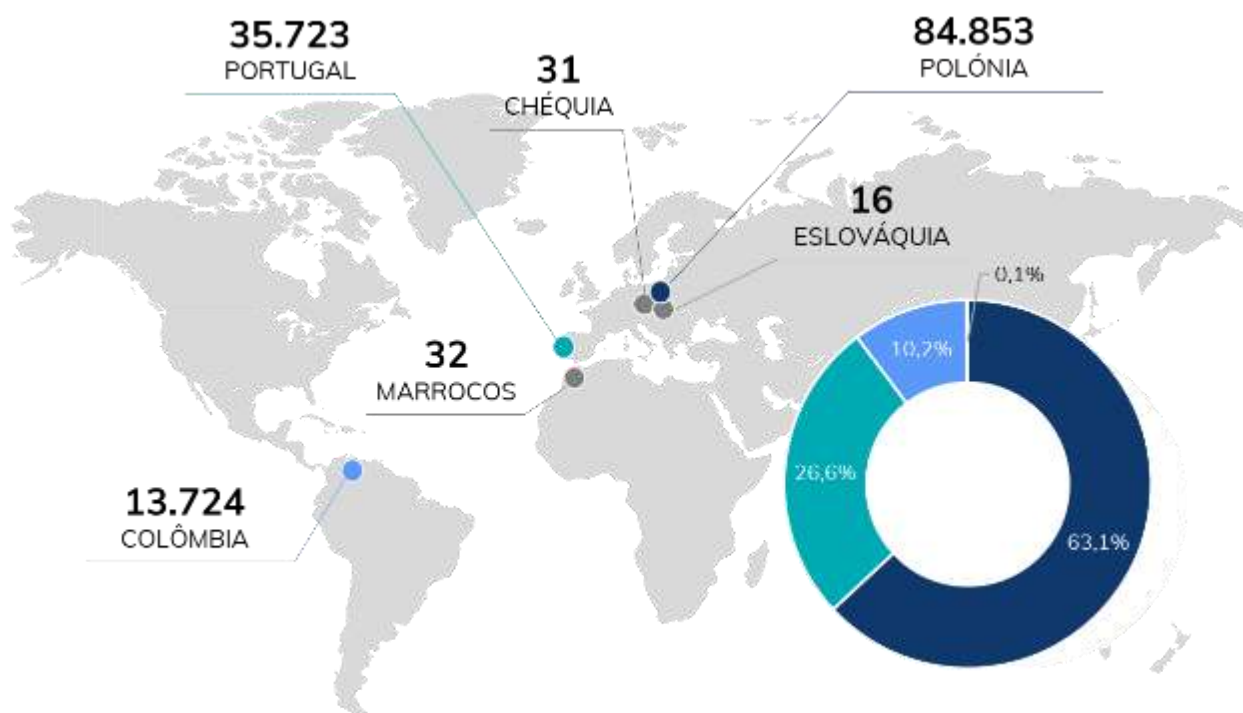
O ano de 2023 exigiu dos nossos colaboradores e dos nossos negócios uma grande resiliência, impactados que foram por uma envolvente social e económica desafiante. As fortes tensões geopolíticas, o baixo crescimento económico e a manutenção de elevados níveis de inflação e taxas de juro continuaram a fazer aumentar o custo de vida para as famílias. Neste contexto, a responsabilidade do Grupo enquanto empregador tem-se manifestado na identificação e implementação de medidas que minimizem o impacto do agravamento do custo de vida junto dos nossos colaboradores. Em termos estruturais, o envelhecimento gradual da população, particularmente visível na Europa, e os níveis de desemprego baixos continuam a conduzir ao afunilamento do talento disponível e a uma reconfiguração da força de trabalho, do ponto de vista de fontes e de formas de contratação. Também os rápidos avanços na tecnologia têm introduzido mudanças nas nossas formas de trabalhar.

Todos estes fatores têm um impacto na gestão estratégica das nossas pessoas, sendo acompanhados através de uma avaliação de risco anual, com revisão trimestral, onde identificamos medidas concretas de mitigação dos riscos identificados. Para lhes fazer face, a nossa estratégia de recursos humanos foi reforçada na resposta a cinco grandes objetivos: mitigar a escassez de talento; preparar a sustentabilidade das lideranças; dispor das competências necessárias através do crescimento e desenvolvimento pessoais; garantir uma força de trabalho comprometida; e antecipar os desafios organizacionais do futuro.

Como resultado do trabalho desenvolvido, em 2023 a Humpact (analista de sustentabilidade focado na dimensão social) considerou-nos a empresa com melhor desempenho social de entre as 43 analisadas no setor do retalho. Fomos também incluídos na lista das 25 melhores empresas para desenvolver a carreira em Portugal pelo [LinkedIn](#), e, na Polónia, foi-nos atribuído o prémio Friendly Workplace 2023 da [Marka Pracodawcy](#).

6.2. As nossas pessoas

Número de colaboradores no total e por país¹⁵⁸



Grupos etários, géneros, categorias profissionais e nacionalidades [GRI 405-1]

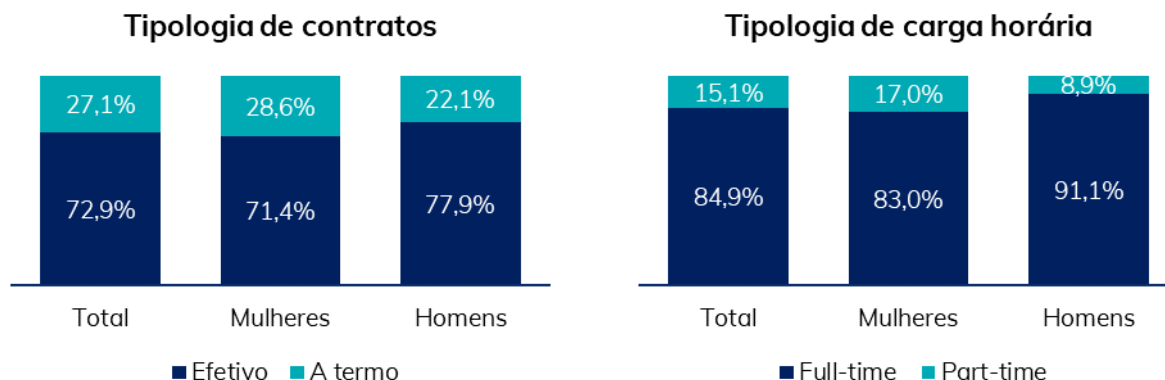
Grupo	Grupos etários					Géneros		Total
	<25	25-34	35-44	45-54	>55	Mulheres	Homens	
Portugal	16.936	41.827	42.553	25.087	7.897	101.960	32.340	134.300
Polónia	5.810	9.337	9.309	7.647	3.620	22.897	12.826	35.723
Colômbia	8.770	24.307	30.275	17.235	4.266	72.339	12.514	84.853
Colômbia	2.356	8.183	2.969	205	11	6.724	7.000	13.724
Segmentação hierárquica								
Membros de Direções Executivas	0	2	15	47	7	20	51	71
Gestores de topo e intermédios	8	806	1.414	883	200	1.727	1.584	3.311
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	16.928	41.019	41.124	24.157	7.690	100.213	30.705	130.918



77 NACIONALIDADES
As nacionalidades estrangeiras mais comuns nos países de operação são: brasileira em Portugal, ucraniana na Polónia e venezuelana na Colômbia

¹⁵⁸ Inclui os colaboradores de todas as sociedades controladas por Jerónimo Martins, existindo sociedades que têm colaboradores distribuídos por mais de uma geografia. Para efeitos de reporte dos indicadores incluídos neste subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", consideram-se os três países com maior representatividade no Grupo (Polónia, Portugal e Colômbia), totalizando 134.300 colaboradores.

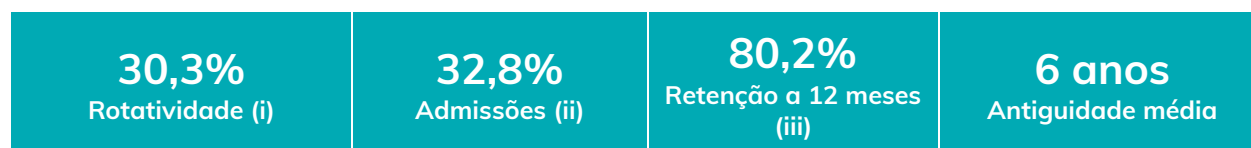
Contratos e tipo de emprego [GRI 2-7]



Nota: Os estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo"

Em comparação com 2022, oferecemos maior estabilidade laboral por via de contratos efetivos, que aumentaram o peso relativo em 1,2 p.p. Quanto à carga horária, continuam a prevalecer os contratos a tempo inteiro, tendo-se mantido a diferença entre estes e os contratos a tempo parcial desde o ano passado.

Rotatividade, admissões, retenção e antiguidade [GRI 401-1]

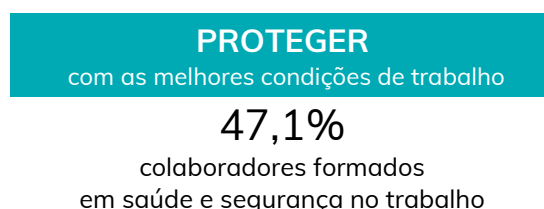
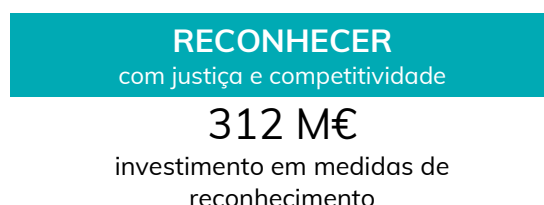
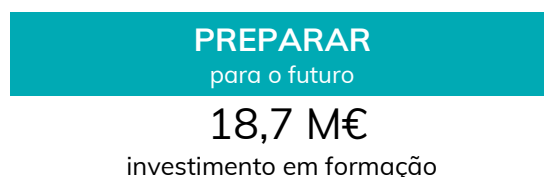
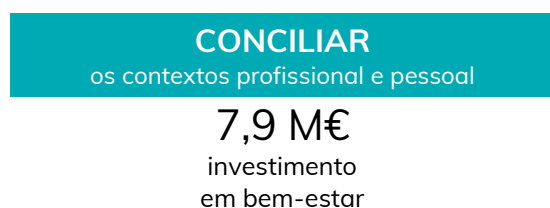


Notas: i) Rácio entre as saídas de colaboradores durante 2023 e o número total de colaboradores no final do período; ii) Rácio entre as entradas de colaboradores durante 2023 e o número total de colaboradores no final do período; iii) Percentagem de colaboradores que se manteve no Grupo em dezembro de 2023, tendo por base dezembro de 2022.

Contratámos 44.021 pessoas ao longo do ano e criámos 3.206 novos postos de trabalho. Damos cada vez mais oportunidades de trabalho a jovens, uma vez que o escalão etário com maior representatividade nas contratações foi o que se situa entre os 18 e os 24 anos (36,0%). Registaram-se 40.688 cessações de contrato, 62,2% das quais voluntárias, e a taxa de rotatividade reduziu-se em 0,5 p.p. Em linha com o setor de retalho a nível global, a maior rotatividade concentra-se nas funções de operadores de loja e de centros de distribuição, sendo mais evidente nos escalões etários mais jovens.

6.3. As nossas áreas de intervenção

6.3.1. Principais indicadores



¹⁵⁹ Inclui todas as plataformas disponíveis para 100% dos colaboradores em cada país: Por Nós (Portugal), Dla Nas (Polónia) e Hablando Naranja (Colômbia), bem como a intranet para colaboradores conectados Our JM.

6.3.2. Viver a diversidade

Enquanto Grupo internacional com operações em seis países e em três continentes, a diversidade e multiplicidade de competências são características intrínsecas à nossa força de trabalho e naturais na nossa forma de atuar. Respeitamos e valorizamos os atributos e as capacidades de cada uma das pessoas que conosco colabora, pois acreditamos que são as diferenças individuais que nos robustecem enquanto equipas e nos permitem sermos um empregador mais inclusivo, flexível e representativo das comunidades em que estamos integrados.

Em 2023 contávamos com mais de 134 mil colaboradores, dos quais 8.321 (29,7% mais do que em 2022) eram de nacionalidade estrangeira relativamente aos principais países de operação. Contamos com 77 nacionalidades e com 5 gerações distintas, o que faz de nós um empregador diverso, multicultural e multigeracional. Porque ambicionamos preservar estas qualidades e porque não toleramos atos de discriminação com base em fatores de diversidade (género, idade, cultura ou etnia, entre outros), a nossa Política Corporativa de Recrutamento Interno e Externo estabelece orientações para a atração e seleção de talento que seguem o previsto no nosso Código de Conduta¹⁶⁰.

Assim, os nossos processos de recrutamento e seleção alicerçam-se na promoção e observância de critérios de ética, justiça, não discriminação e igualdade de oportunidades em todos os níveis da nossa organização. As equipas de recrutamento e seleção garantem a análise dos perfis de forma imparcial, sendo obrigatório aplicar critérios pré-definidos relativos à experiência e habilitações, entre outros, em todas as etapas do processo. Estas equipas garantem o cumprimento da lei, regulamentos e regras de gestão de risco e privacidade, respeitando os requisitos de cada país, nomeadamente no que se refere à idade mínima para trabalhar.

Um exemplo destas práticas é o processo de recrutamento e seleção da Hebe, alavancado numa solução digital que permite ao candidato participar num jogo *online* que simula situações reais da sua futura função em loja. Para além de permitir alinhar expectativas em relação às tarefas a desempenhar, a solução permite que a triagem dos candidatos seja realizada com base nos comportamentos que demonstrem durante a simulação, e não em fatores como o género ou a idade.

Fruto do trabalho que desenvolvemos nesta matéria, o jornal Financial Times e a plataforma *online* Statista reconheceram o Grupo Jerónimo Martins como Líder em Diversidade.

Diversidade de género

Somos agentes ativos na defesa da igualdade de género, um princípio fundamental que vivemos todos os dias e que concretizamos em políticas e iniciativas implementadas dentro do Grupo e junto das comunidades em que nos inserimos. As nossas políticas de recursos humanos incorporam o compromisso diário de garantir que os ambientes de trabalho respeitam a igualdade de oportunidades com base, acima de tudo, no mérito e nas competências. Em 2023, para garantir um acompanhamento contínuo e identificar oportunidades de melhoria, iniciámos um diagnóstico interno, profundo e transversal a todas as práticas de gestão de pessoas, do ponto de vista de igualdade de género.

Uma larga maioria (75,9%) dos nossos colaboradores são mulheres, uma realidade que é comum ao sector no qual estamos inseridos, e procuramos assegurar o equilíbrio entre géneros em todos os níveis da organização. Em 2023, 67,4% dos cargos de gestão (*managers* e colaboradores do plano operacional que têm equipas) e 52,2% dos cargos de gestão de topo e intermédia (apenas *managers*) eram ocupados por mulheres. 40% dos membros da Direção Executiva da Sociedade eram mulheres¹⁶¹.

¹⁶⁰ O nosso [Código de Conduta](#) está disponível no website corporativo, na página [Ética e Integridade](#).

¹⁶¹ A composição das restantes Comissões Especializadas pode ser consultada na página "Comissões Especializadas" no nosso [website corporativo](#).

Principais indicadores de género

Representatividade e ciclo de vida do colaborador (i)	2023	2022	2021
% Cargos de gestão ocupados por mulheres (ii)	67,4%	66,9%	68,1%
% Posições de entrada ocupadas por mulheres (iii)	77,0%	78,8%	78,0%
% Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres (iv)	73,1%	72,6%	73,8%
% Promoções obtidas por mulheres	73,6%	78,2%	75,7%
% Contratações atribuídas a mulheres	68,1%	66,9%	70,1%
% Cessações atribuídas a mulheres	67,6%	67,0%	68,2%

Compensação [GRI 405-2]	2023		2022		2021	
Rácio salarial entre géneros (v)	Grupo	98,5%	Grupo	97,8%	Grupo	97,6%
	Portugal	100,2%	Portugal	100,1%	Portugal	99,5%
	Polónia	97,9%	Polónia	96,5%	Polónia	96,7%
	Colômbia	98,0%	Colômbia	99,7%	Colômbia	99,9%

Notas: Na sequência da alteração da metodologia de análise do Bloomberg Gender Equality Index, a metodologia de cálculo e reporte dos indicadores presentes nesta tabela foi redefinida, passando a incluir todas as tipologias de carga horária, com impacto nos resultados reportados para os anos 2022 e 2021, face aos reportados nos respetivos anos; ii) Considerando as mulheres que fazem parte das categorias profissionais "Membros de direções executivas" e "Gestores de topo e intermédios", bem como as mulheres que gerem equipas de "Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios" (n= 6.894); iii) Percentagem de funções que não requerem experiência anterior no ramo ou na profissão que são ocupadas por mulheres; iv) Percentagem de funções responsáveis pelos objetivos centrais de negócio, lucros ou perdas que são ocupadas por mulheres; v) Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros. O cálculo deste indicador está alinhado com a metodologia GRI e é feito o reporte dos rácios parciais por país, considerando a heterogeneidade entre eles. A estrutura dos níveis funcionais e salariais do Grupo está a ser revista e, assim que implementada, será considerada como variável de cálculo. Com base neste pressuposto, e visto que 97,5% dos colaboradores pertencem à categoria "Colaboradores de loja, centro de distribuição e escritórios", o que significa que os resultados são maioritariamente ilustrativos deste segmento, o Grupo não considera relevante o reporte parcial com base nesta variável.

O nosso Plano de Igualdade de Género¹⁶², cujo progresso é reportado e revisto anualmente, visa guiar as áreas funcionais na concretização de quatro pilares de atuação:

- 1. formalização da igualdade de género em políticas e procedimentos**
através, nomeadamente, de diretrizes e regras concretas de conduta que devem ser seguidas por todos os colaboradores (refletidas no Código de Conduta e nas políticas globais de recursos humanos), e da gestão de canais de denúncia e mecanismos de resolução.
- 2. monitorização de indicadores de género**
analisando trimestralmente indicadores sobre todo o ciclo de vida do colaborador e melhorando continuamente o seu reporte, bem como acompanhando os investidores, analistas e principais índices de sustentabilidade que avaliam o nosso desempenho nesta matéria.
- 3. facilitação da integração da vida profissional, pessoal e familiar**
com medidas de apoio à parentalidade e ao bem-estar das famílias, bem como face a situações de vulnerabilidade e/ou emergência social.
- 4. capacitação e consciencialização para a igualdade de género dentro e fora do Grupo**
partilhando informação e formação acerca do Código de Conduta e de direitos fundamentais, como o da igualdade de oportunidades e proibição da discriminação, estabelecendo parcerias externas e participando em grupos de trabalho.

¹⁶² O nosso [Plano de Igualdade de Género 2023-2024](#) está disponível para consulta no website corporativo, na página [Viver a Diversidade](#).

O Plano de Igualdade de Género para o ano 2023-2024, suportado num conjunto de instrumentos de diagnóstico interno e externo, descreve um plano de ação em sete dimensões e 15 medidas alinhadas com as orientações da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), uma entidade portuguesa sob a superintendência e tutela dos Ministérios dos Assuntos Parlamentares e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Em 2023 reforçámos as relações de cooperação com entidades públicas e/ou da sociedade civil que perseguem o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens. Neste contexto destacamos a nossa adesão à [LEAD Network](#), cujo propósito é potenciar a diversidade na liderança, nomeadamente feminina. Continuámos também a participar no grupo de trabalho “ODS 5 Igualdade de Género”, dinamizado pelo [GRACE – Empresas Responsáveis](#), entidade da qual fazem parte mais de 30 organizações que, em Portugal, trabalham juntas para dar resposta a estes desafios.

Integrámos ainda o Programa Promova, desenvolvido pela CIP - Confederação Empresarial de Portugal e pela Nova SBE para promover a igualdade de género e fomentar a promoção de mais mulheres em funções de gestão de topo através da mentoria por executivos.

O nosso contributo para promover a igualdade de género estende-se à comunidade. A Hebe participou no projeto Top Women in e-Business com a dinamização de um workshop para mulheres empreendedoras, focado na construção da sua marca pessoal e imagem profissional.

Como resultado do nosso trabalho no âmbito da promoção da igualdade de género, voltámos a melhorar a classificação no índice Equileap relativa ao desempenho de 2022, no qual obtivemos 59%, 8 p.p. acima do resultado do ano anterior (51%) e 18 p.p. acima da média das empresas analisadas a nível global (41%).

Diversidade de gerações

A diversidade geracional da nossa força de trabalho constitui um fator crítico de sucesso para assegurar as competências e experiências necessárias à sustentabilidade dos nossos negócios e das nossas lideranças. Para a promover e para encorajar a cooperação entre as diferentes gerações, temos em curso vários programas de desenvolvimento de talento jovem, melhorados regularmente como forma de os manter atrativos e adequados às expectativas dos participantes e às necessidades do negócio, e de partilha de conhecimento e experiência.

Um dos programas globais é o Trainee Programme¹⁶³. Com uma duração de dois anos, desafia os participantes a robustecerem as suas competências para poderem vir a tornar-se futuros líderes do Grupo Jerónimo Martins, através de um investimento significativo na sua formação e desenvolvimento. Durante o primeiro ano do programa, projetado para promover o autoconhecimento dos participantes e avaliar o ajuste cultural entre estes e o Grupo, os participantes desenvolvem dois projetos com o acompanhamento de tutores em áreas funcionais distintas, de acordo com as suas preferências individuais e com as necessidades das Companhias. O segundo ano confere aos participantes uma experiência imersiva no negócio do retalho e, em Portugal, acesso a um mentor que os orienta. Este programa proporciona a todos os participantes vários momentos de encontro com a gestão de topo do Grupo, permitindo-lhes partilharem as suas expectativas de carreira e influenciarem desde logo o seu caminho na organização. Em 2023 o Trainee Programme ficou marcado por uma melhoria no modelo de avaliação, que passou a incorporar os renovados Valores do Grupo e os comportamentos associados¹⁶⁴, e contou com 55 participantes dos três principais países onde temos operações (Polónia, Portugal e Colômbia).

O Summer Internship Programme consiste em estágios de dois meses. Em 2023, 102 estudantes do ensino superior em Portugal e Polónia, maioritariamente a frequentar a licenciatura, desenvolveram projetos durante os meses de verão com acompanhamento de tutores e foram expostos a oportunidades de desenvolvimento. Na Colômbia, contámos com 23 estagiários durante o ano.

A nível local, o Campus Ambassador Programme permitiu que 37 participantes representassem a marca empregadora do Grupo Jerónimo Martins nas suas universidades em Portugal, dando-lhes também a

¹⁶³ Mais informações sobre o [Trainee Programme](#) disponível no nosso website corporativo.

¹⁶⁴ Mais informações sobre [os nossos Valores](#) disponível no nosso website corporativo.

oportunidade de conhecer os nossos negócios e ter um primeiro contacto com o setor do retalho. Adicionalmente, para fortalecer as nossas relações com o mundo universitário em Portugal e reforçar o nosso posicionamento junto do talento jovem, criámos uma área focada em estabelecer parcerias e protocolos com universidades, que incluem a participação em investigação académica e em projetos de inovação.

O Recheio contou com 37 participantes no Campus Recheio, uma iniciativa para reforçar a sua marca empregadora que inclui estágios curriculares, profissionais e sazonais, programas de embaixadores, trabalho académico e visitas ao negócio.

Na Jerónimo Martins Agro-Alimentar, os programas de talento jovem incluem estágios curriculares e profissionais que dão a conhecer esta área de negócio, e o programa Futuro JMA, que consiste em estágios operacionais totalmente customizados às especificidades do negócio agroalimentar. No total, participaram 25 pessoas nestes programas da JMA.

Na Ara, o programa SENA – Serviço Nacional de Aprendizagem – e o programa governamental de incentivo à contratação de jovens entre os 18 e os 28 anos são os principais mecanismos para a integração de talento jovem, tendo sido contratadas 740 e 2.755 pessoas, respetivamente.

A Biedronka foi reconhecida pelos seus esforços na construção de uma marca empregadora robusta, com a distinção Employer Branding Excellence Awards do [HRM Institute](#) e com o terceiro lugar da categoria Employer Branding na competição de relações públicas mais conceituada da Polónia – a [Złote Spinacze](#). Também as campanhas de emprego sazonal da Companhia mereceram o reconhecimento do Employer Branding Institute e do [Siła Przyciągania](#).

No que se refere aos mais seniores, apostámos igualmente na criação de oportunidades, e contratámos 735 pessoas com mais de 55 anos ao longo de 2023. Destaque para a segunda edição da Páscoa no Pingo Doce, que contou com 36 participantes. Esta iniciativa dá a familiares de colaboradores com mais de 55 anos a oportunidade de abraçarem, por um curto período, uma experiência profissional na Companhia.

Procurando aproximar as diferentes gerações que convivem nas equipas, a Hebe desenvolveu um programa de formação para gestores de área com quatro objetivos: comunicação intergeracional, cooperação, feedback e cultura de apreciação. A Companhia implementou ainda uma campanha em formato de vídeo para reforçar as diferentes perspetivas de cada geração e contribuir para a comunicação eficaz entre elas, tendo chegado às 8.517 visualizações.

6.3.3. Preparar para o futuro

Acreditamos que o desenvolvimento pessoal e profissional é um dos investimentos mais relevantes que podemos fazer enquanto empregador. Norteados pela convicção de que a aprendizagem deve ser contínua, focamo-nos em formar os nossos colaboradores para se superarem no desempenho das suas funções, e também para que tenham as ferramentas necessárias para prosperarem num ambiente cada vez mais exigente nos múltiplos contextos das suas vidas.

Em 2023, atingimos quase 7,4 milhões de horas de formação, o que representa uma média de 55 horas por colaborador, tendo investido 18,7 milhões de euros. Com mais de 220 mil ações de formação, chegámos a 93,8% dos nossos colaboradores (mais 9 p.p. do que em 2022).

Principais indicadores de formação

	Volume de formação (i)			Horas de formação por colaborador [GRI 404-1] (ii)			Número total de ações de formação		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Grupo	7.367.472	7.325.452	5.596.592	55	56	45	220.788	211.438	165.840
Portugal	1.761.827	1.450.067	1.213.357	49	42	35	57.417	48.869	39.468
Polónia	4.449.299	4.605.471	3.474.071	52	55	43	160.859	160.320	124.126
Colômbia	1.156.347	1.269.915	909.164	84	102	106	2.512	2.249	2.246

Notas: (i) Volume de formação - número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação; (ii) Horas de formação por colaborador - quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

[GRI 404-2]

A nossa aposta em plataformas digitais de aprendizagem, como o EducAção, permite-nos chegar a cada vez mais colaboradores com mais conteúdos formativos. Esta é uma plataforma à qual todos os nossos colaboradores podem aceder em qualquer momento e em qualquer lugar, e que disponibilizou 5.375 conteúdos de formação obrigatória e opcional (87,0% mais do que em 2022) em diferentes formatos, como e-learning, vídeo e documentos de suporte à formação presencial. Em 2023, 132.485 colaboradores realizaram formações através do EducAção, numa média de 46 mil utilizadores ativos por mês. Outra plataforma digital é a Knowledge Share, uma biblioteca que centraliza mais de três mil conteúdos (notícias, artigos, podcasts e webinars, entre outros) que procuram inspirar e promover o autodesenvolvimento dos nossos quadros. Em 2023, adicionámos 553 conteúdos à plataforma.

Demos ainda passos significativos na adoção de novas tecnologias de suporte à formação. Na Biedronka, após um piloto de formação em realidade virtual sobre dar feedback, a Companhia implementou esta tecnologia no processo de onboarding de operadores de loja, nomeadamente nos módulos relacionados com a secção de padaria. Também a Hebe testou a tecnologia para formar colaboradores em prevenção de acidentes de trabalho. No total, 331 colaboradores receberam formação através de realidade virtual.

Para apoiar a nossa transformação digital, os profissionais de tecnologias de informação tiveram acesso a mais de 4.600 horas de formação técnica, de línguas e de metodologias de trabalho inovadoras.

Formação em liderança

Temos a ambição de desenvolver e garantir a existência de líderes preparados em todos os níveis da organização, possibilitando a continuação do nosso crescimento e da entrega de resultados. O desenvolvimento das lideranças ajuda também a que nos posicionemos no mercado de trabalho como um empregador de referência.

Entre as várias ferramentas que colocamos à disposição dos nossos líderes, destacamos o programa de desenvolvimento Be a Leader. Foi criado em 2018 em parceria com o Center for Creative Leadership (CCL) e diferencia-se por ser totalmente customizado às necessidades dos nossos negócios e por ter uma proposta de valor alavancada em percursos formativos adaptados a cada contexto (Leading Self, Leading Others e Leading Teams) e que incluem formação em sala, coaching individual e participação em grupos de aprendizagem colaborativa focados na partilha de experiências e no desenvolvimento interpessoal. Desde o lançamento do Be a Leader, e até ao final de 2023, foram formados 1.283 managers. No ano 2023, formámos 215 pessoas neste programa, tendo investido mais de 1,2 milhões de euros.

Líder Ara

Em franca expansão e tendo o desenvolvimento de líderes como uma prioridade imediata, a Ara foi a primeira companhia do Grupo a implementar o Be a Leader ao nível das operações. O programa foi inicialmente adaptado para gestores de área e foi estendido aos gestores de loja em 2023, tendo sido formadas 1.196 pessoas. 95,2% dos gestores de loja foram abrangidos por este programa de formação.

Além do Be a Leader, que abrange os quadros de todas as Companhias, na Colômbia criou-se o programa Líder Ara, integrado na Escola de Liderança da Companhia, e que permite também chegar aos colaboradores que têm a responsabilidade de gerir uma loja. A primeira parte do Líder Ara consiste em dez módulos de microaprendizagem suportados por vídeos ou breves artigos que permitem adquirir novos conhecimentos; a segunda parte consiste num percurso de 30 webinars, conduzidos por facilitadores internos, cujos conteúdos são definidos em parceria com o CCL, com base num diagnóstico aos principais desafios das operações, e que incluem autoconhecimento, comunicação, delegação e orientação para resultados, entre outros.

Através da conclusão dos dez módulos, da realização de pelo menos nove dos webinars e da entrega de um resumo das principais aprendizagens, os participantes recebem uma certificação, obrigatória para uma eventual progressão de carreira.

Para encorajar a participação no programa, a Ara criou uma campanha interna que incluía a divulgação dos primeiros dez gestores de loja certificados em cada zona. 77% dos gestores de loja foram certificados. 30 dos participantes já foram promovidos a gestores de área.

Para aumentar o alcance do desenvolvimento dos nossos líderes, demos início ao programa Exponential Leadership, em parceria com o CCL, que pretende criar um grupo de facilitadores internos. Adicionalmente, para fomentar a transferência de conhecimento e promover a liderança pelo exemplo, foi também lançado um programa de mentoria, que envolveu 53 pares de mentores e mentorados nos dois primeiros projetos-piloto.

Mantivemos, ainda, a formação de quadros superiores através do Strategic Management Programme, uma parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e a Kellogg School of Management. Trata-se de um programa adaptado à nossa realidade e que consiste numa experiência de aprendizagem com acesso a conteúdos e professores de excelência. Este programa significou um investimento de 532 mil euros em 2023, para o desenvolvimento dos líderes com maior potencial.

A nível local, as Companhias têm levado a cabo programas específicos de liderança. O Pingo Doce reforçou o programa De Bom a Excelente!, em parceria com o CCL, que se foca na comunicação entre líderes e equipas, e o Programa Geral de Gestão de Loja, que visa o desenvolvimento de competências críticas de gestão e de negócio, permitindo formar 196 colaboradores de gestão de loja. Em 2023 foi ainda lançado o programa Chef Estrela Michelin, dedicado ao desenvolvimento de 39 chefs e sous-chefs das cozinhas do Pingo Doce, nomeadamente nas áreas de comunicação, gestão e controlo emocional, gestão de conflitos e motivação das equipas.

Na Polónia, a Biedronka promoveu a Akademia Zarządzania dla SOM (Academia de Gestão para Senior Operations Managers) e a Biedronkowa Akademia Zarządzania 2.0 (Academia de Gestão da Biedronka 2.0) para gestores de loja. Em 2023, participaram 1.643 colaboradores nestes dois programas (mais 51,2% do que em 2022).

Formação de negócio

Considerando a nossa proposta de valor, assente na oferta de produtos frescos aos milhões de consumidores que visitam as nossas lojas diariamente, a formação que é dada às nossas equipas operacionais (que representam 97,5% do total das nossas pessoas) está muito direcionada ao exercício das suas funções, procurando simultaneamente promover a sua empregabilidade contínua. A oferta formativa é regularmente atualizada, sendo a especialização na área de perecíveis uma das nossas grandes apostas.

A Escola de Frescos (focada na formação nas categorias talho, padaria e pastelaria, comida fresca e peixaria), o programa de formação em fruta e vegetais para gestores de loja e *district managers*, e outros programas de formação em perecíveis em Portugal, formaram 19.559 pessoas no Pingo Doce e no Recheio. Na Biedronka, os módulos base e avançado do programa Zostań Świeżoznawcą (Torne-se um Especialista em Frescos) formaram 12.881 colaboradores, e, na Ara, 18.249 pessoas foram formadas em frescos.

Com o objetivo de melhorar o processo de capacitação e fazer face à expansão da Ara, a Companhia criou a função de formador de campo, responsável por acolher novos colaboradores, priorizando a sua formação. Os 24 formadores de campo habilitaram 2.100 pessoas.

O serviço ao cliente é igualmente uma competência crítica no contexto das nossas Companhias. Neste âmbito, foram formados 27.677 colaboradores. O Pingo Doce relançou e capacitou os operadores de loja para o modelo de serviço ao cliente SVAL (Sorrir, Vender, Agradecer, Limpar). A Ara desenhou um novo modelo de serviço ao cliente, assente nos pilares de apresentação pessoal, protocolo de serviço ao cliente e protocolo operacional. Também a Biedronka iniciou um programa de formação para os líderes das operações focado nos padrões de serviço ao cliente.

De igual modo, as competências comerciais foram desenvolvidas durante o ano, num total de 1.930 horas de formação em Portugal dadas a 181 colaboradores. Para o efeito, foram instrumentais o programa Lead the Commercial Way, que se foca no desenvolvimento de colaboradores da área Comercial em competências avançadas de gestão de categoria, uma parceria com o IMD para temas relacionados com técnicas e estratégias de negociação e cursos em *e-learning* especializados.

Na sequência dos processos de transformação de negócio e eficiência operacional que a Biedronka, a Hebe, o Pingo Doce e a Ara estão a atravessar, 26.315 colaboradores foram formados sobre novos processos de negócio.

Em termos da digitalização de processos operacionais e de gestão, a Hebe é uma referência no Grupo. Nas suas estruturas centrais, a Companhia assegurou sessões de formação com parceiros de excelência a 47 pessoas de áreas como tecnologias de informação, e-commerce e comercial. O objetivo é assegurar que estes colaboradores estão preparados para uma trajetória de transformação digital estratégica. O centro de distribuição da Hebe tem vindo a ser progressivamente automatizado e 60 operadores foram capacitados para operar um novo robot que aumenta a eficiência da ordenação de caixas para expedição para as lojas através, nomeadamente, de tecnologia RFID¹⁶⁵.

6.3.4. Fortalecer o caminho individual

Procuramos proporcionar aos colaboradores as ferramentas e as oportunidades para que possam atingir o seu máximo potencial. Encaramos cada carreira como única e consideramos que o percurso de desenvolvimento do colaborador deve ser uma experiência baseada no autoconhecimento e na responsabilização individual, de acordo com os nossos princípios, necessidades e desafios. Dispomos, por isso, de mecanismos como a avaliação de desempenho, *feedback*, avaliação de potencial, planos de desenvolvimento pessoal e oportunidades de mobilidade interna e progressão, convocando ainda os colaboradores a participar ativamente na construção da organização do futuro.

Avaliação de desempenho e potencial

[GRI 404-3]

O nosso ciclo de gestão de desempenho, que se baseia na igualdade de oportunidades e na meritocracia, está intrinsecamente ligado às prioridades do negócio. Todos os anos, os colaboradores são desafiados a atingir novos objetivos e a desenvolver as suas competências, num percurso acompanhado pelas suas chefias, responsáveis pela partilha de *feedback* regular e individualizado.

A avaliação de potencial é uma ferramenta estratégica para monitorizar o talento dentro da organização, antecipando próximos passos de carreira e promovendo o desenvolvimento e crescimento dos colaboradores. São considerados no processo os quadros e os colaboradores do plano operacional que desempenham funções críticas. No total, foram abrangidos 5.465 colaboradores.

Os *managers* e os colaboradores do plano operacional identificados como tendo potencial de progressão ou necessidades urgentes de desenvolvimento tiveram oportunidade de desenhar o seu plano de desenvolvimento pessoal e receber formação direcionada às suas necessidades. Em 2023, as nossas Companhias monitorizaram 3.019 planos de desenvolvimento pessoal.

Em 2023, a Biedronka reviu o processo de desenvolvimento de gestores de loja, incluindo uma etapa de revisão e *feedback* aos planos de desenvolvimento pessoal e um maior envolvimento dos Human Resources Business Partners (HRBP), responsáveis pelo acompanhamento dos colaboradores e dos seus objetivos. Para as restantes funções incluídas no processo de avaliação de potencial, a Companhia relançou o programa de talento Sukces(i)ja (Tu és o Sucesso), que contou com a participação proativa de 70 colaboradores com potencial de progressão e cujo foco principal é colocado no autodesenvolvimento da competência “agilidade de aprendizagem”. A Companhia realizou ainda a terceira edição do programa de *coaching* de negócio para as áreas de operações e logística, focado na implementação dos planos de desenvolvimento pessoal dos colaboradores de elevado potencial. Desde o lançamento da iniciativa, 50 colaboradores foram acompanhados por *coaches* internos.

O trabalho concretizado pela Biedronka para o desenvolvimento de talentos, em particular no projeto Development Embassy, foi reconhecido em 2023 com o prémio HR Dream Team pelo website de recrutamento procuj.pl.

¹⁶⁵ RFID (*Radio-Frequency Identification*) é uma tecnologia de conexão sem fios que transmite dados através de radiofrequência, permitindo rastrear e identificar objetos à distância.

Mobilidade interna

Promovemos oportunidades de crescimento interno e desafiamos os nossos colaboradores a abraçarem novas funções noutras áreas, Companhias e/ou países. A mobilidade interna é uma ferramenta-chave para o crescimento profissional e pessoal e uma mais-valia para todos os que, através dela, contribuem para responder às necessidades do negócio.

62.689 pessoas mudaram de função, local de trabalho ou Companhia (46,7% do total de colaboradores)	15.755 pessoas promovidas (11,7% do total de colaboradores)
--	--

A divulgação de vagas internas dá aos colaboradores a possibilidade de decidir sobre o seu percurso dentro da organização. Outros momentos, como a avaliação de desempenho, permitem-lhes manifestar a sua vontade de mudar de área. Em Portugal, os colaboradores do Pingo Doce podem submeter pedidos de transferência entre lojas através da aplicação Sou Pingo Doce. Em 2023 foram efetivadas 280 transferências com origem nesta aplicação.

Participação ativa

Os colaboradores são convidados a contribuir ativamente em momentos de partilha e a participar na vida da organização.

Planos de ação da Biedronka

Na sequência do Questionário Global de Satisfação aos Colaboradores lançado em 2022 em todas as Companhias do Grupo, a Biedronka organizou sessões de análise e discussão com grupos representativos de toda a Companhia, para ouvir e compreender melhor as perceções dos colaboradores.

Os resultados conjuntos do questionário global e deste exercício, no qual participaram mais de 100 colaboradores, serviram de guia à definição de um plano de ação para a toda a Companhia, que incluiu medidas de atuação sobre otimização de processos na logística, eficiência das lojas, saúde e segurança no trabalho, qualidade do serviço e transparência nos processos de recursos humanos.

Adicionalmente, os quadros foram chamados a participar na comunicação dos resultados às suas equipas e na criação de um plano de ação para as suas áreas, cujo cumprimento é integrado nas métricas de gestão de desempenho. No total, 548 managers da Biedronka criaram um plano de ação.

A Biedronka e o Pingo Doce lançaram mais uma edição dos seus concursos internos para geração de ideias inovadoras, com o objetivo de solucionar desafios operacionais, promover uma cultura de melhoria contínua e envolver os colaboradores nas soluções. 2.915 colaboradores participaram nos concursos, com a partilha de mais de cinco mil ideias, das quais 107 foram selecionadas para implementação.

Os nossos colaboradores podem também referenciar candidatos para integrar os processos de recrutamento e seleção, contribuindo para o futuro das equipas. No conjunto das Companhias, foram referenciadas cerca de duas mil pessoas e, no total, foram contratados 674 colaboradores através desta fonte de recrutamento.

6.3.5. Reconhecer com justiça e competitividade

A estratégia retributiva nas diferentes Companhias, materializada em políticas de compensação e reconhecimento, é pautada por três princípios fundamentais:

- Criar um impacto positivo nas nossas pessoas, permitindo um padrão de vida equilibrado e digno para os colaboradores e suas famílias.
- Garantir justiça e equidade como fundamento, garantindo pacotes retributivos competitivos e ajustados a diferentes conteúdos e níveis funcionais.

- Reconhecer o esforço e compromisso das nossas equipas, a conquista de resultados e a ultrapassagem de metas, destacando e reforçando desempenhos e comportamentos exemplares.

Rendimento garantido

Um dos principais vetores que norteia as nossas políticas é a garantia de que, nas diferentes Companhias, os nossos colaboradores têm um salário competitivo. Por essa razão, a nossa estratégia passa por estabelecer salários de entrada acima dos salários mínimos nacionais.

A Polónia introduziu um novo sistema de atualização do salário mínimo nacional, passando a ocorrer duas atualizações ao longo do ano (em janeiro e em julho), o que se traduziu num aumento histórico de 20% do salário mínimo nacional em 2023 face ao ano anterior. Apesar do impacto que esta medida teve na Biedronka e na Hebe, as Companhias investiram para manter a competitividade do rendimento mínimo garantido. A Biedronka assegurou uma diferenciação de até mais 22% do seu nível de entrada face ao salário mínimo polaco.

Em Portugal, e acompanhando o maior aumento de sempre ao salário mínimo nacional, todas as Companhias asseguraram um aumento dos seus salários mínimos de entrada até 18%. Muitos colaboradores tiveram assim um aumento do rendimento acima da inflação registada durante o ano.

Na Colômbia, onde o salário mínimo nacional aumentou 48% entre 2018 e 2023, a Ara oferece um salário de entrada superior ao salário mínimo nacional e o esforço feito pela Companhia permitiu que o rendimento mínimo mensal dos colaboradores ultrapassasse em 53% o salário mínimo colombiano em 2023.

<p>Portugal Rendimento mínimo mensal* entre 19% e 62% acima do salário mínimo nacional</p>	<p>Polónia Rendimento mínimo mensal* entre 11% e 22% acima do salário mínimo nacional</p>	<p>Colômbia Rendimento mínimo mensal* 53% acima do salário mínimo nacional</p>
---	--	---

*Em Portugal o rendimento mínimo mensal contempla o salário base de entrada e o subsídio de refeição, na Polónia inclui o salário base de entrada e subsídio de presença e na Colômbia inclui o salário base de entrada, subsídio de refeição e subsídio de transporte. Os valores apresentados são relativos a horários de full-time nos três países em análise.

Adicionalmente, nas diferentes Companhias, seguimos políticas e processos para recompensar as nossas pessoas de forma justa e equitativa. A maioria dos nossos colaboradores veem o seu salário ser revisto logo após o primeiro ano, como forma de recompensar o seu compromisso e promover a diferenciação com base na experiência e autonomia. Para além disso, nas diferentes áreas operacionais e de suporte ao negócio, temos definidos níveis salariais ajustados aos diferentes conteúdos funcionais e níveis de responsabilidade. A conjugação de todas estas variáveis levou ao aumento considerável dos salários médios em 2023, com destaque para a Biedronka (salário médio cresceu 16%) e Recheio (salário médio cresceu 11%).

Considerando também os aumentos salariais por mérito, 99% dos colaboradores que estiveram ativos durante todo o ano foram impactados por uma medida de revisão salarial, registando um aumento médio de 18%.

Reconhecimento

Em 2023 investimos cerca de 312 milhões de euros no reconhecimento dos nossos colaboradores, mais 8% do que em 2022, reforçando a tendência crescente na utilização destes mecanismos na estratégia retributiva do Grupo.

A Biedronka tem em vigor sistemas de incentivos que reconhecem o desempenho individual ou de equipa para todos os seus colaboradores nas operações de loja e logística, para além de vários prémios extraordinários que operacionalizou durante o ano. Já o Pingo Doce lançou em 2023 o prémio de gestão de loja, com periodicidade trimestral, para premiar o desempenho das equipas de gestão de loja no aumento de vendas e na diminuição de quebras. Valorizando os colaboradores dos vários negócios do Recheio, a Companhia oferece pelo menos um prémio mensal que reconhece o desempenho, incluindo o prémio mensal de loja, incentivos de vendas, o prémio de produtividade e o prémio de abertura de loja.

Em 2023, entre prémios anuais de desempenho, prémios de presença e sistemas de incentivos, investimos cerca de 277 milhões de euros (mais 16% do que em 2022) distribuídos da seguinte forma:

- mais de 120 milhões de euros relativos ao prémio de desempenho de managers e prémio extraordinário às equipas operacionais (cerca de 85.300 colaboradores abrangidos);
- mais de 156 milhões de euros alocados a prémios e bónus relacionados com desempenho de vendas, presença e outros.

Como forma de reconhecimento pela sua lealdade e compromisso, todos os anos atribuímos um prémio especial aos colaboradores que atinjam um determinado patamar de antiguidade. O investimento neste prémio foi de cerca de sete milhões de euros, tendo abrangido quase 5.900 colaboradores.

Tendo muito claro o seu carácter estratégico, temos vindo a evoluir na nossa abordagem ao reconhecimento, valorizando cada vez mais a forma como os objetivos são alcançados e não apenas o seu cumprimento. Temos testado mecanismos inovadores que vão ao encontro dessas necessidades, como na Ara e Hüssel, em que adotámos sistemas de reconhecimento gamificados, dando ênfase à melhoria de processos e reconhecimento de comportamentos e resultados.

Numa época tão importante para as famílias como é o Natal e perante uma conjuntura económica desafiante, com um aumento significativo do custo de vida, mais de 109 mil colaboradores em funções operacionais na Polónia e Portugal receberam, a título excepcional, um reconhecimento que totalizou 24,4 milhões de euros. Para além disso, a Biedronka assegurou o pagamento de um prémio extraordinário às equipas de gestão de loja que representou um investimento adicional de cerca de 4,1 milhões de euros.

Benefícios

[GRI 401-2]

Os benefícios extrassalariais são mais uma componente-chave na política retributiva do Grupo, uma vez que permitem tornar a nossa proposta de valor para os colaboradores mais robusta e adaptada às suas necessidades.

Dependendo do seu nível de responsabilidade, os colaboradores têm um pacote de benefícios que pode incluir seguro de vida, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais em viagem e plano de pensões. Estes benefícios são complementados por um pacote de instrumentos de trabalho que visam facilitar o exercício das funções, para além de uma vasta oferta de apoios, no âmbito familiar e do bem-estar do colaborador, dos quais as nossas pessoas podem beneficiar.

Temos ainda um plano flexível de benefícios, o Bolsa Flex, através do qual é concedido um montante que cada colaborador pode alocar a opções que se enquadrem nas suas necessidades e preferências pessoais. Em 2023, o Bolsa Flex passou a abranger mais de 4.500 colaboradores. Na Hebe é possível alocar uma verba proveniente do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia) a mais de quatro mil opções disponíveis, dando total flexibilidade aos colaboradores sobre como utilizar o seu dinheiro.

6.3.6. Inovar na forma de trabalhar

A tecnologia tem desempenhado um papel central no aumento da eficiência dos nossos processos de gestão de pessoas e contribuído para cumprir o objetivo de conectar os nossos mais de 134 mil colaboradores.

Através de iniciativas de partilha de conhecimento e formação, as Companhias contribuem ativamente para que as nossas pessoas estejam preparadas para se adaptarem a um mundo mais tecnológico. É o caso da Biedronka, que organizou seis sessões sobre Inteligência Artificial, incluindo os seguintes temas: “Como a inteligência artificial muda o mundo e o mercado de trabalho” e “Inteligência artificial vs. humana – o que estamos a perder e o que nunca será substituído”, a que assistiram 467 colaboradores.

Soluções de gestão de pessoas

Destacamos o projeto GPS (Global People Solutions), focado na implementação a nível global da solução SAP SuccessFactors, que ambiciona tornar mais eficientes os processos geridos pelas equipas de recursos humanos. Esta é uma solução que pode ser acedida em qualquer lugar e a qualquer momento, permitindo maior autonomia e uma experiência de utilização mais rica a todos os que a ela acedam.

Estando em curso a primeira fase deste projeto, que inclui os módulos *Employee Central* e *Recrutamento e Onboarding*, em 2023 assistiu-se à implementação da solução na Polónia. O ano terminou assim com 78.490 utilizadores ativos nesse país e também na Colômbia, que foi a primeira a utilizar o novo sistema. No âmbito desta implementação e da preparação para o go-live em Portugal (que teve lugar no início de 2024) foi dada formação a mais de 85.688 pessoas nas três geografias, para assegurar a sua capacitação para as novas formas de trabalhar e o conhecimento da plataforma.

Canais de comunicação

Para conectar e disponibilizar informação relevante a todos os nossos colaboradores, contamos com plataformas de comunicação interna a nível global (a intranet Our JM) e local (Por Nós, em Portugal, Dla Nas, na Polónia, e Hablando Naranja, na Colômbia). Em 2023, as quatro plataformas registaram cerca de 50 milhões de visitas.

A plataforma interna da Biedronka, a Dla Nas, foi reconhecida publicamente, tendo vencido o prémio Digital Impact Awards na categoria de melhor intranet, atribuído pela Cravenhill Publishing. A Dla Nas disponibiliza um chatbot em polaco e em ucraniano e, desde 2023, tem também um voicebot. As duas ferramentas de inteligência artificial conferem maior eficiência à comunicação com os colaboradores acerca de pedidos de carácter social, entre outros processos de recursos humanos. Estas soluções automatizadas suportaram a resposta a 344.677 pedidos em 2023.

Especificamente desenhada para conectar os profissionais de recursos humanos de todas as Companhias, a plataforma HR2HR, para além de funcionar como uma rede social interna, disponibiliza informação sobre as equipas, a agenda estratégica de recursos humanos, artigos, eventos e outros conteúdos.

A Rádio Pingo Doce e a rádio Hablando Naranja da Ara continuaram a partilhar informação sobre os negócios em sessões transmitidas periodicamente nas lojas, num total de 35 transmissões. A Rádio Pingo Doce recebeu o prémio de melhor áudio/podcast/rádio corporativa, atribuído pela revista Meios & Publicidade.

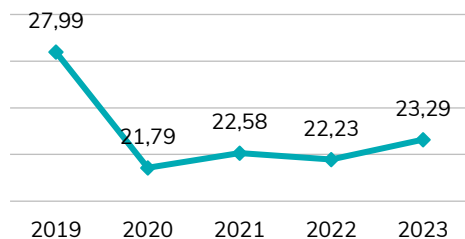
6.3.7. Proteger com as melhores condições de trabalho

[GRI 403-1]

A proteção dos colaboradores e da sua saúde e segurança no local de trabalho (SST), especialmente nas operações, onde existe maior risco de acidentes de trabalho e desenvolvimento de doenças profissionais, é uma preocupação constante. Damos-lhe resposta através do respeito integral da legislação aplicável e da implementação de um sistema de gestão de SST, que inclui as boas práticas de avaliação e gestão de riscos, bem como de gestão de acidentes e doenças profissionais.

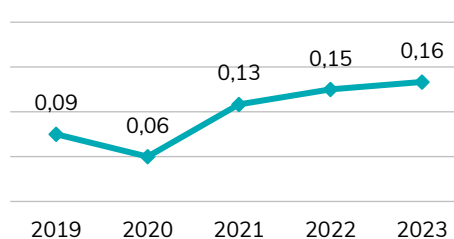
Para prevenir e mitigar riscos, contamos com políticas, processos e procedimentos implementados que guiam a atuação das nossas equipas. Neste contexto, acionamos auditorias, fazemos simulacros e realizamos consultas e exames médicos regulares, sensibilizando as equipas, através de formação e envolvimento dos colaboradores, para os perigos e a adoção de práticas seguras. Importa ainda destacar o acompanhamento regular dos principais indicadores de SST:

Índice de acidentes de comunicação obrigatória



Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

Índice de acidentes com consequência grave



Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

Em 2023 registaram-se menos 4,9% de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória em Portugal, para o que contribuiu a aposta das Companhias em iniciativas que permitem promover condições de trabalho seguras e criar um ambiente de prevenção e cuidado. No entanto, devido ao volume de aberturas e remodelações de loja e da rotação de trabalhadores não colaboradores, na Polónia registou-se um ligeiro aumento no número de acidentes. Na Colômbia, a integração de um novo motivo de acidente relacionado com o esforço muscular excessivo por manipulação de cargas traduziu-se também num aumento ligeiro. Como resultado, verificou-se um aumento de 4,8% no índice de acidentes de comunicação obrigatória. O índice de acidentes de consequência grave estabilizou face ao ano anterior, mantendo-se nos 0,16.

Identificação e análise de riscos

[GRI 403-2]

Com o objetivo de criar e manter um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e saudável, comprometemo-nos com a implementação de sistemas de identificação e análise de riscos, incluindo a definição e implementação de medidas que levem ao seu controlo e mitigação.

Para proceder à identificação e análise de riscos, os técnicos de SST conduzem um diagnóstico que permite quantificar a magnitude dos riscos existentes e, assim, priorizar a sua eliminação e/ou mitigação. Esta análise é realizada com base numa matriz de risco aplicada a todas as áreas e processos, através da qual se identifica a descrição dos riscos, as causas e os efeitos potenciais, o grau de exposição, severidade e risco e a proposta de resolução mais indicada.

Os riscos identificados podem ser enquadrados em sete tipologias: ambiental (físico, químico e biológico), mecânico, elétrico, de fogo e/ou explosão, ergonómico, psicossocial e organizacional. Considerando que a distribuição alimentar é a nossa área de negócio de maior dimensão, existem atividades que poderão constituir risco adicional para os colaboradores, nomeadamente para os que trabalham nos armazéns, cozinhas industriais e lojas e que lidam com a carga/descarga e armazenamento de produtos, bem como com a sua transformação (ex.: corte de peixe e carne, fabrico de pão e preparação de refeições). Os colaboradores da Jerónimo Martins Agro-Alimentar trabalham nos setores primário e secundário e estão também expostos a fatores de risco específicos¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Os riscos profissionais destes locais de trabalho e das tarefas neles desenvolvidas passam, entre outros, pela exposição a ambientes térmicos desfavoráveis, com possíveis lesões vasculares, pelo esforço físico, com possíveis lesões musculoesqueléticas, e pelo contacto com máquinas, com possíveis traumatismos, feridas e eletrocussões.

Os resultados obtidos pela identificação e análise de riscos contribuem para a seleção de equipamentos e instrumentos de trabalho, para a preparação de procedimentos e instruções de trabalho, para a estruturação de conteúdos formativos e para a definição de planos de ação com vista a melhorar continuamente o Sistema de Gestão de SST.

Medidas de controlo de riscos

[GRI 403-3, 403-4 e 403-5]

Equipamentos de trabalho e de proteção individual

Sempre que é identificada a necessidade de adotar um novo equipamento de trabalho, os requisitos de segurança são definidos previamente e verificados após a sua instalação. São criadas e disponibilizadas instruções de trabalho que incluem ações de segurança, manuseamento, manutenção e limpeza. O fabricante/representante dos equipamentos dá, ainda, formação às equipas. A necessidade de adoção de equipamentos de proteção individual (EPI) também resulta da análise de riscos e a sua seleção é feita com base em testes de utilizadores e uma avaliação técnica.

Em Portugal, com base no feedback dado por 13.917 colaboradores, através de um questionário específico sobre o calçado no local de trabalho, substituímos quase 29 mil pares de sapatos de colaboradores, atendendo inclusivamente a necessidades ortopédicas e anatómicas específicas, com calçado feito à medida. Foram investidos 543 mil euros nesta medida. A JMA apostou na renovação do parque de equipamentos de segurança e prevenção, incluindo bacias de contenção, chuveiros de emergência, tampas para tanques de combustível, cintos de segurança, coberturas antiderrapantes e empilhadoras, num total de 230 mil euros investidos.

Na Polónia, a Hebe substituiu toda a frota de empilhadoras e os caixotes de transporte de produtos manuseados nas lojas e centro de distribuição, reduzindo a sua capacidade de peso máximo, por forma a aumentar a proteção da integridade física dos colaboradores.

Medidas de autoproteção

As Companhias disponibilizam e colocam periodicamente em prática – com o objetivo de testar a sua eficácia – medidas de autoproteção que incluem registos de segurança, planos de emergência e planos e procedimentos de prevenção.

Em Portugal, e através dos programas Segurança Máxima e Segurança em Ação, o Pingo Doce e o Recheio, respetivamente, envolveram as equipas de loja na adoção de comportamentos seguros de forma contínua no dia a dia das operações. Estes programas têm um carácter preventivo, consistindo na monitorização próxima e, quando observados comportamentos que potencialmente possam resultar em acidentes de trabalho, na intervenção imediata junto dos colaboradores.

Na Colômbia, o programa Mi CEDI Seguro (O Meu Centro de Distribuição Seguro) inclui medidas preventivas como inspeções diárias aos equipamentos e estantes, observações mensais de segurança, exercícios de aquecimento em cada turno e formação a novos colaboradores. Fazem parte deste programa brigadas de emergência, constituídas por 289 colaboradores identificados e certificados para liderar simulacros e outras iniciativas de SST, para além de prestar socorro em caso de emergência. O programa inclui ainda o mapeamento das competências de SST dos colaboradores dos centros de distribuição e a construção de planos de formação com base nos resultados dessa avaliação. Em 2023 foram mapeados 152 colaboradores. Este compromisso da Ara com a segurança e o autocuidado concretizou-se, por exemplo, no Centro de Distribuição de Cúcuta atingir em 2023 a marca de 737 dias sem acidentes, um record na Companhia. A Ara conta ainda com 413 líderes de SST identificados e capacitados em matéria de comportamentos seguros e na ferramenta de observação Atento.

Saúde

Contamos com médicos de saúde ocupacional que asseguram visitas a diferentes locais de trabalho para avaliar impactos na saúde das nossas pessoas e prescrever ações corretivas, bem como avaliações de aptidão médica.

Em Portugal, e para aumentar a frequência da realização de exames médicos, garantindo a aptidão dos colaboradores para trabalhar, tratar e prevenir doenças e lesões associadas a cada função, inaugurámos duas unidades móveis de saúde. Estas unidades são viaturas convertidas em consultórios médicos totalmente equipados, que complementam os consultórios fixos existentes em alguns locais de trabalho e se deslocam pelo país. Estas unidades móveis assistiram 3.196 colaboradores em 2023.

Em 2023 houve uma redução no número de exames médicos ocupacionais, o que se explica pelo facto de em 2020 e 2021, em plena pandemia, alguns exames terem sido suspensos, o que levou a que 2022 tivesse sido, depois, um ano de recuperação. Em 2023 regressou-se à normalização na realização de exames médicos.

	Exames médicos ocupacionais		
	2023	2022	2021
Grupo	136.620	141.451	125.769
Portugal	36.468	33.914	30.878
Polónia	83.514	92.782	86.302
Colômbia	16.638	14.755	8.589

Formação e sensibilização

Para promover a prevenção e a adoção de comportamentos seguros, o plano geral de formação e os seus conteúdos são revistos anualmente. A formação é dada em diferentes momentos da carreira do colaborador, como a admissão, mudanças de função, introdução de novos equipamentos ou modificação dos existentes. De acordo com cada função e os riscos a ela associados, os colaboradores acedem ainda a percursos formativos predefinidos.

Na Polónia destaca-se a Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde da Biedronka), focada na prevenção de doenças profissionais. São dadas sessões de formação em saúde e segurança por fisioterapeutas que ensinam os colaboradores a prevenir problemas musculoesqueléticos, bem como são realizadas consultas de fisioterapia e praticados exercícios de aquecimento diários. Em 2023 foram formados 2.886 colaboradores e dadas 31.986 consultas (20,7% mais do que em 2022). A Companhia tem também em vigor um programa de prevenção que consiste em campanhas educativas e sessões de formação sobre as causas mais comuns dos acidentes de trabalho e formas de os reduzir, tendo alcançado 79.268 colaboradores.

A Hebe tem um canal na plataforma interna EducAção dedicado à sensibilização para temas de SST, onde disponibiliza vídeos de curta duração acerca da prevenção de acidentes, comportamentos seguros e instruções de segurança. Foi também implementada formação em primeiros-socorros dirigida às lojas através de vídeos que reuniram 1.441 visualizações, e aos colaboradores com viatura da Companhia.

Em Portugal, foi criado o programa Impacto, que consiste num conjunto de sessões de formação promovidas por técnicos de segurança das Companhias. Em 5.096 horas de formação, 728 delegados de segurança aprenderam a motivar as equipas com quem trabalham a adotar comportamentos seguros e a cultivar uma abordagem de cuidado.

	Colaboradores formados em SST			Volume de formação em SST (i)		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Grupo	63.221	76.875	60.785	388.831	444.494	337.079
Portugal	23.109	25.192	22.400	72.062	74.902	62.034
Polónia	30.807	40.133	33.277	274.655	335.216	240.266
Colômbia	9.305	11.550	5.108	42.115	34.376	34.779

Notas: (i) Volume de formação – número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Melhoria contínua do sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho

[GRI 403-1, 403-2, 403-4, 403-8]

A verificação e a revisão do nosso sistema de gestão de SST permitem-nos confirmar a implementação e a eficácia das medidas de controlo de riscos, numa perspetiva de melhoria contínua.

Auditorias – Abordagem sistemática para a identificação e análise dos fatores que podem levar a incidentes/acidentes, monitorização dos mecanismos de resolução, comunicação às partes interessadas dos resultados e desenvolvimento e acompanhamento de planos de ação até à sua conclusão.

Simulacros – Confirmação periódica da adoção de medidas de autoproteção, de forma a identificar potenciais desvios e aumentar capacidade de resposta a uma emergência, através da estruturação e acompanhamento de um plano de ação corretiva.

	Auditorias			Simulacros		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Grupo	11.002	9.661	9.625	4.797	4.129	3.330
Portugal	601	570	567	262	277	265
Polónia	9.121	8.127	8.297	3.252	2.908	2.231
Colômbia	1.280	964	761	1.283	944	834

Investigação de acidentes – Reporte e descrição dos factos, incluindo a sequência lógica de eventos, a determinação da causa-raiz, identificação de fatores contribuidores, identificação de falhas no sistema de gestão de SST e desenho, acompanhamento e reporte do plano de ação corretiva.

Consulta e envolvimento dos colaboradores – As nossas Companhias têm diferentes mecanismos de escuta dos seus colaboradores para temas de SST. Em Portugal, os colaboradores são convidados a dar a sua opinião em dois questionários por ano. A Biedronka conta com uma comissão de SST, que se reúne mensalmente, e na qual participam representantes dos colaboradores; conta ainda com 17 equipas regionais responsáveis pela implementação e manutenção do sistema de SST. Na Hebe existe um comité de SST, composto por representantes da gestão da empresa e dos colaboradores, com reuniões de periodicidade trimestral. Na Colômbia, o comité de SST assegura o conhecimento sobre situações que possam prejudicar a saúde e a segurança dos colaboradores.

Certificação dos sistemas de gestão de SST – A certificação dos sistemas de SST permite um alinhamento com requisitos e padrões internacionais de qualidade e uma orientação para a melhoria contínua da forma como atuamos neste âmbito. Na Biedronka, este sistema é certificado pela ISO 45001:2018, cobrindo a totalidade dos 3.369 locais de trabalho (lojas, centros de distribuição, fábrica de sopas e escritórios), tendo sido implementadas 1.453 novas instruções de melhoria na proteção das equipas no decorrer do ano. Em Portugal, a fábrica de produção de laticínios da Terra Alegre tem o seu sistema de gestão de SST certificado pela ISO 45001:2019. Em ambos os casos, a certificação é válida para todos os colaboradores e trabalhadores não colaboradores.

6.3.8. Conciliar os contextos profissional e pessoal

[GRI 403-6]

Enquanto empregador de referência, procuramos contribuir para o bem-estar dos nossos colaboradores e, conseqüentemente, para a sua satisfação, através da contribuição para a conciliação entre vida profissional e pessoal. Fazemo-lo através de iniciativas que promovem o bem-estar físico, psicológico e social dos colaboradores, assim como um ambiente de trabalho saudável e formas flexíveis de trabalhar. Em 2023, o investimento em bem-estar superou os 7,9 milhões de euros a nível global.

Bem-estar físico, mental e social

Em Portugal, contamos com infraestruturas que permitem aos colaboradores de escritório e centros de distribuição aceder a diferentes serviços de saúde e bem-estar. A Clínica Jerónimo Martins disponibiliza consultas de medicina geral, do sono, de *smart-ageing*, de psicologia, de nutrição, serviços de enfermagem, terapêuticas alternativas e fisioterapia, entre outras valências. O Wellbeing Centre inclui um ginásio e serviços como dermoestética. Ambas as estruturas, localizadas junto ao nosso edifício-sede, foram utilizadas por 3.308 colaboradores em 2023 (15,5% mais do que em 2022).

No mesmo ano, e a somar ao centro que já existia no centro de distribuição da Azambuja, inaugurámos um centro de prevenção e reabilitação física no centro de distribuição de Alfena, num investimento que superou os 2,3 milhões de euros. Ambos pretendem prevenir, avaliar e tratar doenças físicas e lesões musculoesqueléticas através de serviços de fisioterapia, ginásio e nutrição, disponibilizando ainda consultas de medicina geral e serviços de enfermagem. No total, 1.743 colaboradores da logística utilizaram os dois centros e 69,3% dos pacientes acompanhados em fisioterapia tiveram alta durante o ano.

Em Portugal disponibilizamos também um serviço gratuito de teleconsulta com atendimento sete dias por semana, das 08h00 às 24h00, por um profissional de enfermagem que encaminha o atendimento para a especialidade mais adequada. Em 2023, 1.088 colaboradores utilizaram este serviço (24,6% mais do que em 2022).

Programa de nutrição clínica

Após o sucesso do piloto realizado em 2022, o programa de nutrição clínica foi implementado em Portugal, com o objetivo de promover hábitos de alimentação saudáveis e garantir o acompanhamento nutricional de colaboradores com problemas de saúde. O programa procura responder às necessidades identificadas ao nível do excesso de peso e doenças como diabetes, hipertensão arterial e dislipidemia (concentração excessiva de lípidos no sangue) e assenta em três pilares: consultas de nutrição, ações de literacia e modulação de ambientes (introdução de opções de alimentação saudável nos espaços de trabalho).

As consultas são realizadas pela equipa de nutrição clínica do Grupo e por um parceiro capacitado pela mesma. Em 2023, foram 2.256 as consultas dadas a 803 colaboradores e, destes, 47,1% tiveram alta médica. O programa foi reconhecido como projeto do ano pelo prémio Viver Saudável 2023 para a categoria de Nutrição Comunitária e Saúde Pública.

Na Biedronka, o programa Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos) foi reformulado e passou a oferecer aos colaboradores um pacote de exames médicos complementares, com valor de mercado superior a 600 złoty (132 euros), que cobre análises à vitamina D, morfológicas, hormonais e oncológicas (permitindo o exame de marcadores tumorais), entre muitas outras análises relevantes para a prevenção da saúde das nossas pessoas. Foram 32.605 os colaboradores que beneficiaram do programa, realizando cerca de 32 mil exames médicos (90,4% mais do que no ano anterior). Além das análises de sangue, que chegam a todos, os colaboradores dos centros de distribuição e escritórios puderam realizar exames ultrassom ao abdómen, mama e tireoide, e consultas com especialistas, incluindo nutricionistas, dermatologistas e enfermeiros oncológicos. No seguimento do programa, todos os colaboradores podem ser acompanhados em teleconsulta por um *personal trainer*, nutricionista ou psicólogo.

Para proteger a saúde dos nossos colaboradores e das suas famílias, voltámos a disponibilizar a vacina da gripe, de forma gratuita e opcional. No total, foram vacinadas 5.081 pessoas.

Para dar resposta à crescente preocupação com a saúde mental, continuámos a colocar em prática vários programas.

Em Portugal, apoiamos a saúde mental dos nossos colaboradores e dos seus filhos até aos 18 anos, através de um serviço de psicologia gratuito e prestado por uma equipa de psicólogos interna, com o apoio de uma rede de parceiros. O objetivo é prevenir doenças mentais e intervir em casos diagnosticados. Ao longo do ano, 2.570 pessoas beneficiaram deste serviço. No campo da prevenção e deteção precoce, partilhámos conhecimento sobre como evitar e como identificar os sinais de problemas de saúde mental através de formação e literacia e do acompanhamento próximo de populações vulneráveis.

Demos ainda início ao programa Cuidar do Cuidador, direcionado a colaboradores que, pela natureza das suas funções, tenham contacto com um número alargado de outros colaboradores. Estes “cuidadores” receberam formação de um psicólogo para os preparar para lidar e apoiar os colegas em situações difíceis ou sensíveis. No âmbito deste programa, formámos 44 colaboradores.

Na Polónia, além do apoio psicológico dado no âmbito do programa Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos), registou-se uma evolução no programa Spokojna Głowa (Mente Pacífica). Este ano, para além de renovar os conteúdos digitais disponíveis no EducAcção sobre gestão de stress, *mindfulness*, mudanças de rotina, relaxamento, doenças do foro mental e dicas para um estilo de vida saudável, o programa contemplou um evento nacional de consciencialização e formação sobre a importância da saúde. O evento incluiu sessões inspiracionais, *workshops* e consultas com especialistas de nutrição, fisioterapia e relaxamento através de realidade virtual. No evento presencial participaram 555 colaboradores, que tiveram 1.213 horas de formação, e os conteúdos do EducAcção ultrapassaram as 19 mil visualizações (13,3% acima de 2022).

A Hebe lançou, em 2023, a plataforma online Mindgram. Nesta plataforma, gratuita para todos os colaboradores e extensível ao agregado familiar, são disponibilizados três tipos de apoio: educacional, através de *webinars* e *podcasts* sobre temas de saúde mental, desenvolvimento de carreira e finanças pessoais; consultas, nas quais é dado apoio psicológico em sessões *online* ilimitadas; e um *chat*, onde os colaboradores e familiares podem obter apoio por escrito de profissionais nas áreas de psicologia, jurídica e financeira, entre outras. No final do ano, o Mindgram tinha 804 utilizadores ativos, 82,2% dos quais já utilizaram o serviço de consultas *online*.

Na Colômbia, o programa Ara Contigo, criado em 2023, focou-se em dar formação em saúde mental a líderes das operações e às equipas de recursos humanos, proporcionando-lhes ferramentas para cuidarem de si e dos outros, e na preparação de *webinars* sobre gestão de stress e resposta a problemas de saúde mental, tendo impactado 458 pessoas. O Ara Contigo inclui ainda a intervenção em situações de crise, sendo realizadas sessões com equipas que tenham sofrido um trauma.

Em 2023, demos continuidade a iniciativas que promovem o espírito de equipa e a construção de relações interpessoais saudáveis entre os colaboradores:

- Em Portugal, mantivemos as comunidades Loucos por Corrida (também existente na Colômbia), Loucos por Padel e Loucos por Criar, e lançámos a comunidade Loucos por Cozinha – registaram-se cerca de 11 mil participações.
- O Recheio promoveu mais uma edição do Momentos em Cheio, um mês dedicado ao bem-estar e ao sentimento de pertença dos colaboradores, registando 516 participações.
- O torneio interno de futsal Jampions League teve uma nova edição, na qual participaram 861 pessoas em Portugal.
- Os colaboradores da Biedronka puderam correr e pedalar de novo, individualmente ou em equipas, para apoiar a Fundação Biedronka. Foram percorridos 300.988 km por 623 colaboradores, traduzidos num contributo monetário equivalente para a Fundação.
- A Biedronka disponibilizou um montante para a organização de encontros entre equipas de trabalho, num investimento superior a um milhão de euros.

- A Ara e a Hebe organizaram Wellbeing Weeks (Semanas de Bem-estar), nas quais 4.981 colaboradores participaram em várias atividades relacionadas com a promoção da saúde física e psicológica.

Como resultado do trabalho desenvolvido em Portugal, recebemos os prémios de Melhor Programa de Bem-estar e Melhor Programa de Saúde Musculoesquelética, atribuídos pela [Workwell](#). Fomos ainda reconhecidos pelo Observatório de Comunicação Interna pela nossa campanha de comunicação para a saúde mental, cujo objetivo foi colmatar o estigma da doença mental e sensibilizar os colaboradores para os serviços de apoio existentes.

Flexibilidade

Reconhecendo a exigência da nossa atividade, procuramos adotar soluções que permitam aos colaboradores ter uma maior flexibilidade e harmonia na gestão dos seus contextos profissional e pessoal.

Nas funções de escritório, vigora a Política de Trabalho Flexível, que inclui a flexibilidade no horário de entrada e saída e a possibilidade de trabalho remoto, abrangendo 5.619 colaboradores em todas as Companhias. Na Ara foi implementado um projeto-piloto para a sede, onde trabalham 351 pessoas, para testar a jornada de trabalho comprimida, como forma de promover a qualidade de vida dos colaboradores, dando-lhes flexibilidade sobre os horários de deslocação no regresso a casa.

Para as funções de loja, as Companhias têm testado e implementado diferentes medidas. O Pingo Doce tem em funcionamento o regime de Banco de Horas e uma solução para o apoio ao planeamento de horários. A primeira iniciativa confere flexibilidade para os colaboradores usufruírem de tempos de descanso nos momentos que lhes forem mais oportunos, como contrapartida pelo trabalho extra realizado. 22.935 colaboradores utilizaram esta medida em 2023. A segunda iniciativa é uma ferramenta de planograma de horários que potencia uma melhor organização e uma maior equidade na distribuição dos horários. Para além das regras legais, esta solução considera um conjunto de princípios internos que pretende dar uma maior estabilidade à vida dos colaboradores, fomentando, por exemplo, uma maior previsibilidade de horários. Este mecanismo chegou a 26.748 colaboradores.

Continuámos a facilitar a gestão familiar dos colaboradores em Portugal através de três creches, situadas na loja Recheio de Braga e nos centros de distribuição de Azambuja e Alfena, que receberam 216 filhos de colaboradores desses locais de trabalho e de lojas limítrofes. Nestas creches foram também realizadas 2.669 consultas de pediatria, nutrição pediátrica e terapia da fala para os filhos dos colaboradores.

6.3.9. Apoiar os colaboradores e as suas famílias

Com a missão de impactar de forma positiva a vida dos nossos mais de 134 mil colaboradores, procurámos também apoiar as suas famílias, entre as quais se contam cerca de 140 mil crianças. Temos programas de responsabilidade social interna especialmente dedicados aos colaboradores que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou de emergência social, e o investimento neste tipo de iniciativas foi de mais de 36 milhões de euros.

Eixos de atuação RSI	Investimento em RSI por eixo de atuação (em milhões de euros)		
	2023 ¹⁶⁷	2022	2021
Grupo	36.3	35.4	25.6
Saúde	0.8	2.1	1.7
Educação	1.9	3.2	3.8
Bem-estar Familiar	33.7 ¹⁶⁸	30.1	20.1

¹⁶⁷ Com base na natureza e no carácter preventivo das iniciativas, alguns dos programas de apoio ao colaborador na Polónia como o Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos) foram este ano contabilizados no investimento em bem-estar, que até 2022 foi agregado ao investimento em RSI para esse país. O investimento em bem-estar pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.8. "Conciliar os contextos profissional e pessoal".

¹⁶⁸ Incluem-se 5.100.079,79 € investidos no programa Możesz liczyć na Biedronka (Podes Contar com a Biedronka) em empréstimos concedidos aos colaboradores, pelo que esse valor é restituído à Companhia.

Saúde

Em Portugal, o programa Mais Vida apoia colaboradores que são doentes oncológicos e as suas famílias através de consultas de segunda opinião e acompanhamento multidisciplinar, que inclui transporte, serviços de apoio ao domicílio e apoio psicológico. Na Polónia, a Biedronka apoia colaboradores em situação de doença grave, risco de vida e com algum tipo de deficiência, através do financiamento de tratamentos e reabilitação. Em 2023 investimos 217 mil euros no apoio a 298 colaboradores no âmbito destes programas.

Através do Famílias Especiais, em Portugal, e Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis), na Polónia, apoiamos as famílias com filhos que sofram de doenças raras ou com necessidades especiais. O investimento de 523 mil euros nestes programas permitiu o acesso das famílias a tratamentos e equipamentos médicos, entre outras formas de suporte.

O programa SOS Dentista continuou em Portugal, promovendo a continuação de 784 tratamentos de saúde oral para colaboradores que não conseguiriam fazer face a estas despesas, num investimento de 53 mil euros.

Educação

Desde 2011 que o programa Aprender e Evoluir, que disponibilizamos em parceria com a rede de centros Qualifica¹⁶⁹, permite aos colaboradores concluir a escolaridade obrigatória em horário laboral. Ao longo de 2023, 223 pessoas participaram neste programa. Adicionalmente, os programas de bolsas de estudo suportaram os custos do acesso ao ensino superior de 17 colaboradores e 121 filhos de colaboradores, num investimento de 123 mil euros. Estas iniciativas desempenham um papel relevante na criação de oportunidades para as nossas pessoas e suas famílias ao nível do acesso e/ou do apoio à educação.

Apoio ao estudo online

O programa Apoio ao Estudo Online, que realizamos em Portugal, pretende melhorar o desempenho escolar dos filhos de colaboradores entre o 1.º e o 9.º anos de escolaridade. Trata-se de um programa – gratuito para o colaborador – de estudo acompanhado, no qual um mentor especializado acompanha os alunos em grupos ou individualmente, dependendo do grau de necessidade. O programa fomenta ainda a responsabilidade e autonomia dos alunos, ensinando-lhes métodos de estudo. Também os pais são envolvidos, através de workshops focados nos desafios da gestão familiar.

Em 2023, oferecemos sessões de preparação para os exames nacionais aos alunos do 9.º ano e, além das disciplinas nucleares (português, matemática e inglês), alargámos a oferta a qualquer valência em que se registem dificuldades de aprendizagem. Em 2023 contámos com 838 alunos neste programa, no qual investimos 211 mil euros (mais 31,8% do que em 2022).

Em Portugal, para garantir que todas as crianças filhas dos nossos colaboradores têm acesso aos materiais necessários para a escola, a iniciativa Regresso às Aulas manteve-se, com três modalidades: a oferta de um voucher para a compra de material escolar no início do ano letivo; o apoio na encomenda de manuais; e o apoio especial à compra de manuais escolares para famílias numerosas. Na Polónia, foram entregues kits escolares aos filhos de colaboradores que iniciaram o 1.º ano de escolaridade. No total foram entregues 21.086 vouchers e kits nos dois países, num apoio que ultrapassou os 359 mil euros e que aumentou 12,1% face ao ano anterior.

Anualmente, organizamos campos de férias para os filhos dos colaboradores, como forma de lhes proporcionar um espaço lúdico e de aprendizagem com outras crianças durante as férias letivas. Em 2023, investimos 1,2 milhões de euros nos campos de férias, que receberam 2.431 filhos de colaboradores (1.431 em Portugal e mil na Polónia). Na Colômbia, a Ara dinamizou momentos recreativos que juntaram 50 colaboradores e 177 filhos durante as férias letivas, com o objetivo de promover competências

¹⁶⁹ Os Centros Qualifica são centros especializados em qualificação de adultos, vocacionados para a orientação e o encaminhamento para ofertas de educação e formação profissional de adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procuram uma certificação escolar ou profissional. São responsáveis pelo desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas pelos adultos ao longo da sua vida.

artísticas, de comunicação, sociais e cognitivas das crianças, cultivando ainda a relação entre pais e filhos através de atividades pedagógicas.

Bem-estar familiar

Complementando a resposta que é dada pelos mecanismos públicos de apoio existentes em Portugal, o nosso Fundo de Emergência Social (FES) apoia os colaboradores e famílias em situação de maior vulnerabilidade, face a situações urgentes de carência alimentar, violência doméstica, necessidade de apoio jurídico, saúde e organização financeira, entre outras. É com base num diagnóstico individual que uma equipa de assistentes sociais desenha planos de resposta customizados às necessidades de cada colaborador e da sua família, encorajando simultaneamente a sua autonomia e reorganização. Em 2023, o FES apoiou 1.688 colaboradores, chegando a mais 6,9% pessoas do que no ano anterior, num investimento superior a 1,2 milhões de euros.

Em Portugal, foi conduzido um estudo para conhecer detalhadamente as necessidades dos colaboradores. Responderam 25.274 colaboradores (73,9% da população-alvo) e os resultados permitiram à equipa de Responsabilidade Social Interna ter maior capacidade para ajustar a oferta dos programas sociais às características e fragilidades das famílias dos colaboradores.

Na Polónia, o programa *Możesz Liczyć* (Podes Contar com a Biedronka) permite alocar fundos à resposta a pedidos de carácter social, avaliados por um comité responsável pela gestão do Fundo Social, obrigatório pela legislação polaca. Em 2023, para apoiar os colaboradores na sua gestão financeira, foram concedidos 5.991 subsídios, num total de mais de um milhão de euros investidos, e atribuídos 6.919 empréstimos com condições especiais. A Companhia distribuiu ainda 7,2 milhões de euros em cartões eletrónicos que os colaboradores podem utilizar nas lojas, num investimento que correspondeu a mais do dobro face ao ano anterior.

Apoio social na Colômbia

Medidas como o *Fiado*, o *Payflow* e o programa *Fondo de Empleados: ATulado* (Fundo de Colaboradores: A Teu lado), apoiam os colaboradores na Colômbia a lidarem com um contexto económico adverso.

O *Fiado* permite a aquisição a crédito de produtos nas lojas Ara, sendo o valor descontado do salário no final do mês. A adesão à medida duplicou face a 2022, registando-se uma utilização de 56% dos beneficiários elegíveis.

O *Payflow* dá a possibilidade aos colaboradores de receberem adiantamentos de parte dos seus salários, em função dos dias do mês já trabalhados, para fazerem face às suas despesas de forma faseada. Esta medida entrou em fase de piloto e, no último trimestre de 2023, foi testada por 54 colaboradores.

O *Fondo de Empleados: ATulado* é um mecanismo existente na maioria das empresas na Colômbia e permite o acesso a créditos com taxas de juro inferiores às praticadas pela banca e nos mercados informais. O Fundo, autossustentável e sem fins lucrativos, financiou créditos concedidos a 2.530 colaboradores em 2023, apoiando maioritariamente a aquisição de motociclos, educação e consolidação financeira. Para aceder a este programa, os colaboradores precisam de ser associados do Fundo e fazer uma formação que lhes confere os conhecimentos necessários para recorrer a um crédito de forma sustentável.

A Ara concedeu ainda apoios pontuais para suportar casos de emergência social dos seus colaboradores e famílias em 2023.

Para apoiar os colaboradores no momento do nascimento de um filho, voltámos a investir na oferta de kits para recém-nascidos na Polónia e em Portugal, onde o kit inclui um voucher de 150 euros válido nas lojas Pingo Doce. No total, distribuímos 3.681 kits nos dois países, num investimento de 286 mil euros. Em Portugal oferecemos ainda um curso de preparação para a parentalidade aos colaboradores e/ou aos seus parceiros durante a gravidez, nos quais participaram 241 pessoas num total de 48 sessões.

No Natal, a Biedronka ofereceu um pacote de presentes a todos os colaboradores e filhos até aos 18 anos, customizado para cada idade, com produtos alimentares e não-alimentares. Foram distribuídos 164.400 pacotes, representando um investimento de sete milhões de euros. Em Portugal foram entregues vales a 13.556 filhos de colaboradores, num investimento superior a 340 mil euros.

A literacia financeira é uma aposta que fazemos para promover a autonomia e a organização familiar dos nossos colaboradores. Em 2023, criámos o programa Contas Certas, que disponibiliza conteúdos digitais de literacia financeira, promove formação presencial nos locais de trabalho e permite o recurso a consultoria financeira e outros protocolos. 625 colaboradores das Companhias em Portugal foram impactados pelo Contas Certas.

6.3.10. Promover a inclusão

Procuramos adotar uma abordagem inclusiva em relação às comunidades a que pertencemos, criando oportunidades de emprego e formação para aqueles que se encontram em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho. Fazemo-lo através de programas, metodologias e infraestruturas inovadoras, trabalhando para aumentar o recrutamento destas pessoas e melhorar a sua integração.

O Programa Incluir, que lançámos em 2015 em Portugal, nasceu com o objetivo de criar oportunidades de formação e contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, migrantes, refugiados e pessoas em situação social de risco. Este programa está alicerçado numa rede de 102 instituições parceiras, que nos apoia na identificação de potenciais candidatos.

Contamos hoje com dois Centros Incluir, que proporcionam formação customizada às necessidades destas populações em duas etapas: a primeira, em sala, focada no desenvolvimento de competências comportamentais e simulação de tarefas operacionais num ambiente seguro e confortável para os formandos nas nossas lojas-escola; a segunda, decorre em contexto real de trabalho, com o suporte de tutores e da equipa de inclusão, composta por técnicos de reinserção social especialistas na preparação e integração destas pessoas. Concluídas as duas etapas, os formandos estão preparados para serem contratados.

Os Centros Incluir foram construídos tendo em consideração vários tipos de incapacidade, pelo que têm sinalética e fontes de letra que facilitam a leitura por parte de pessoas com baixa visão ou dislexia, assim como dispõem de planta tátil dos espaços e de transcrição de texto para braille (destinada a pessoas cegas e amblíopes), de códigos de cor (para daltónicos) e de auscultadores (para maior conforto das pessoas com autismo), entre outras adaptações. Desempenhando também um papel comunitário na inclusão, os Centros Incluir são espaços abertos a visitas e têm uma programação de conferências, debates e exposições rotativas de arte feita por pessoas com deficiência.

O Programa Incluir foi premiado na primeira edição dos [European Commerce Awards](#), do EuroCommerce, por ser a melhor prática na categoria Qualificação e Inclusão. Chegou a 1.709 pessoas desde que foi criado, tendo impactado mais 49,6% pessoas em 2023 do que no ano anterior, num total de 567 pessoas, 269 das quais foram contratadas. Em 2023, os Centros Incluir permitiram a formação de 253 pessoas.

No total, temos 1.693 pessoas com deficiência e/ou incapacidade nas nossas equipas (855 em Portugal, 829 na Polónia e 9 na Colômbia).

Para sensibilizar as nossas lideranças e dar-lhes ferramentas para lidarem com a diferença, acolhendo, acompanhando e desenvolvendo cada pessoa sem enviesamentos inconscientes, lançámos mais uma edição do programa Liderar para a Diferença, no âmbito do qual já foram formados 2.827 colaboradores em Portugal.

Como resultado do trabalho desenvolvido em Portugal, o Pingo Doce, o Recheio e a holding conquistaram em 2023 o selo Marca Entidade Empregadora Inclusiva atribuído pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional¹⁷⁰. No caso da holding, conquistámos pela primeira vez o nível de Excelência.

A Ara iniciou em 2023 a implementação de um programa de inclusão destinado a três segmentos: pessoas com deficiência e/ou incapacidade, mulheres responsáveis pelos rendimentos do agregado familiar e pessoas com mais de 50 anos. Os dois primeiros grupos foram considerados os prioritários. Relativamente ao primeiro, foram definidos os tipos de lojas e funções compatíveis com o programa e

¹⁷⁰ Critérios: i) recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; ii) manutenção e retoma do emprego; iii) acessibilidades (colaboradores); iv) serviços e relações com o exterior (comunidades e clientes).

contratadas dez pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Estas pessoas receberam apoio legal e laboral, formação e um acompanhamento próximo na sua integração. Também as equipas das lojas anfitriãs destes colaboradores receberam formação para melhor os integrar. Quanto ao segundo grupo, para empoderar mulheres em situação de vulnerabilidade pelo seu papel familiar e dotá-las de ferramentas que as ajudem a gerir e a progredir na sua vida pessoal e profissional, demos-lhes formação em temas como o fortalecimento da vida pessoal e familiar, o seu papel enquanto mãe, e saúde mental. No total foram impactadas 176 colaboradoras.

Na Polónia, através do programa Odkryj Siebie Z Hebe (Descobre-te com a Hebe), realizado em parceria com a One Day Foundation, a Companhia oferece um estágio de dois meses nas suas lojas a jovens adultos que vivem ou viveram em orfanatos. A iniciativa garante a formação dos jovens em competências essenciais para vingarem no mercado de trabalho e o acompanhamento por mentores. Em 2023, participaram 13 jovens no programa, e cinco foram posteriormente contratados pela Hebe.

As Companhias na Polónia mantiveram a sua aposta na integração de colaboradores ucranianos. Em 2023, contratámos 2.918 pessoas de nacionalidade ucraniana, 99,5% das quais na Polónia, e o total de colaboradores desta nacionalidade no Grupo era de 3.166. Para facilitar o seu percurso na organização, a Biedronka tem em vigor os seguintes mecanismos:

- uma equipa responsável pelo recrutamento e integração de migrantes;
- conteúdos e canais de recrutamento direcionados para a população ucraniana;
- materiais de boas-vindas, comunicação e processos da operação, como o check-out da loja, em ucraniano;
- canais internos com informação útil em ucraniano, incluindo um chatbot de apoio aos colaboradores.

Para além de traduzir materiais de formação, SST e procedimentos de recursos humanos para ucraniano, a Hebe apoia os colaboradores desta nacionalidade no seu processo de imigração. Oferece ainda formação linguística de polaco aos colaboradores ucranianos e de ucraniano aos coordenadores polacos de logística que tenham equipas com pessoas dessa nacionalidade.

A JMA contava com 31 colaboradores imigrantes nas suas equipas, e apostou também na sua inclusão, dando 65 horas de formação em português, apoio fiscal e administrativo.

Também no digital se registaram esforços em 2023 para promover a inclusão, tornando a intranet Our JM mais acessível. Após uma auditoria à plataforma, várias intervenções foram executadas e testadas com o apoio da equipa do Centro Incluir. Destaca-se a maior compatibilidade com leitores de ecrã e navegação com teclado, procurando diminuir as barreiras que excluem pessoas com alteração visual ou de funções intelectuais, entre outras, de usufruírem de todas as possibilidades que o mundo online oferece.

6.3.11. Agir Eticamente

Através do nosso compromisso com elevados padrões de integridade e ética, trabalhamos para que todos os colaboradores e trabalhadores não colaboradores se sintam respeitados e protegidos. Contribuímos assim para que haja um ambiente de trabalho que promova a dignidade e a confiança das nossas pessoas e demais partes interessadas.

Fazemo-lo através do respeito pelos direitos humanos, da legislação em vigor nos países onde operamos e da legislação e diretrizes internacionais aplicáveis, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e as Diretrizes para Empresas Multinacionais, entre outros.

O Código de Conduta¹⁷¹ e a Política Anticorrupção¹⁷² estabelecem os padrões de atuação que todas as nossas estruturas devem considerar ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador, funcionando simultaneamente como barómetro ético e deontológico pelo qual se devem reger os colaboradores, independentemente do nível hierárquico que possuem, da função que desempenham ou do país em que trabalham.

¹⁷¹ O nosso [Código de Conduta](#) está disponível no website corporativo, na página [Ética e Integridade](#).

¹⁷² A nossa [Política Anticorrupção](#) está disponível no website corporativo, na página [Ética e Integridade](#).

Temos também em vigor 92 políticas globais e locais que respeitam e concretizam estes princípios nas regras e processos de gestão de pessoas. De entre estas políticas, destacam-se as diretrizes globais intituladas Labour Fundamentals, que servem como guia das Companhias e das estruturas corporativas no respeito e defesa dos direitos humanos e laborais, promovendo um ambiente de trabalho saudável, seguro e equilibrado. Através destas diretrizes asseguramos a observância dos seguintes princípios e direitos:

- equidade e não discriminação de qualquer natureza;
- direito ao trabalho;
- direito ao descanso;
- direito à igualdade de pagamento e à remuneração justa;
- direito à liberdade de associação, atividade sindical e contratação coletiva;
- direito a um local de trabalho seguro;
- direito à parentalidade;
- direito à privacidade e vida privada;
- direito à remediação.

Nota ainda para a política que define e divulga a todos os colaboradores em Portugal as orientações para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação e que estabelece:

- as regras de prevenção e resposta a comportamentos que consubstanciem discriminação e/ou assédio, sob qualquer modalidade, no local de trabalho e/ou por razões de índole laboral;
- os canais de contacto entre os colaboradores e as suas Companhias neste âmbito;
- as linhas orientadoras do processo de análise e investigação das denúncias recebidas.

[GRI 408-1, 409-1 e 411-1]

Asseguramos a prevenção de riscos de violação de direitos laborais, nomeadamente através de frequentes auditorias operacionais de recursos humanos aos horários de trabalho, aos períodos de descanso e férias, aos exames médicos, às condições dos locais de trabalho, entre outros critérios cuja conformidade e controlo visam a promoção da dignidade dos postos de trabalho e o bem-estar dos colaboradores. No caso de serem identificadas não-conformidades, é definido um plano de recuperação, acompanhado de forma próxima pela equipa de recursos humanos, e é antecipada a auditoria seguinte, para confirmar a implementação do plano. Em 2023 foram realizadas 441 auditorias nas lojas Pingo Doce e Recheio.

Na Colômbia, temos em vigor uma política que define as dez regras fundamentais a seguir pela operação na gestão de pessoas, para garantir que os direitos humanos e laborais são respeitados em qualquer situação. Em 2023 iniciámos um processo de certificação de gerentes de loja e outras funções-chave, obrigatório para o desempenho da respetiva função, que permitiu validar o conhecimento de 218 pessoas sobre essa política. Adicionalmente, as equipas da Ara monitorizam um mapa de criticidade que permite controlar indicadores prioritários de direitos laborais¹⁷³ e acionar auditorias às lojas com risco identificado, tendo sido executadas 630 auditorias.

Na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA) há uma dependência crescente de mão-de-obra imigrante e 27,2% dos trabalhadores são provenientes de agências de trabalho temporário. Existe por isso uma preocupação acrescida em assegurar o cumprimento dos direitos laborais e humanos destes trabalhadores e em 2023 demos início a um processo de avaliação dos parceiros.

No âmbito do combate ao trabalho forçado, e no âmbito do The Consumer Goods Forum, continuamos a fazer parte da Human Rights Coalition – Working to End Forced Labour, que pretende assegurar que, até ao final de 2025, os seus membros têm 100% das operações próprias cobertas por sistemas de diligência devida, como forma de identificarem, remediarem e prevenirem riscos de direitos humanos.

A nível global, asseguramos a prevenção e a erradicação de trabalho infantil através da implementação de procedimentos de recrutamento e seleção que proíbem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida. Em 2023, o Global Child Forum, que avalia as políticas desenvolvidas e

¹⁷³ Alguns exemplos das dimensões de indicadores monitorizadas incluem tempos de trabalho, tempos de descanso, custos laborais, FTEs, rotação, absentismo e processos disciplinares. A avaliação destas dimensões resulta num nível de criticidade de 1 a 5 aplicável ao nível de loja, zona, responsável, entre outros.

implementadas pelas organizações para endereçar o impacto nos direitos infantis, posicionou-nos como Líder, em oitavo lugar a nível mundial e no primeiro lugar entre as empresas portuguesas, com uma pontuação de 8,9 pontos em 10 pontos possíveis (1,3 pontos acima do ano anterior e 3,5 pontos acima da média do sector).

[GRI 2-30 e 407-1]

No que diz respeito à liberdade de associação e contratação coletiva, nos termos da legislação aplicável, todos os colaboradores são livres de estabelecer e aderir a organizações sem necessidade de autorização prévia e podem fazer-se representar pelas mesmas na negociação de acordos com o empregador. A contratação coletiva, por agora aplicável apenas a Portugal, abrange 95,4% dos colaboradores neste país¹⁷⁴. A Biedronka tem uma política sindical que estabelece as principais regras e diretrizes na condução de um diálogo social efetivo, alinhado com a lei e baseado nos princípios da transparência, independência e confiança mútua.

Comunicação e formação

[GRI 205-2]

Para assegurar que os nossos colaboradores estão devidamente informados acerca dos seus direitos e responsabilidades no cumprimento dos padrões de ética que estabelecemos, garantimos campanhas de comunicação e ações de formação regulares. Aquando da entrada de novos colaboradores, partilhamos o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, solicitando a formalização da tomada de conhecimento. Na Colômbia, para além da tomada de conhecimento, os colaboradores são formados na Política Anticorrupção durante os primeiros dois meses de trabalho. Em 2023 formámos 15.587 colaboradores nesta política, tendo as horas de formação dadas ultrapassado em 84,5% as do ano anterior, e lançámos campanhas de comunicação que chegaram a 12.787 colaboradores¹⁷⁵ a nível global.

Também promovemos regularmente sessões presenciais e em formato e-learning sobre legislação laboral, tendo em 2023 formado mais do dobro dos colaboradores comparativamente com 2022 e aumentado as horas de formação em 24,7%. Fruto das revisões laborais em Portugal e na Polónia, várias Companhias implementaram campanhas de comunicação focadas nos direitos dos colaboradores, abrangendo 640 pessoas.

	Código de Conduta		Política Anticorrupção		Legislação laboral	
	Horas de formação	Colaboradores formados	Horas de formação	Colaboradores formados	Horas de formação	Colaboradores formados
Grupo	4.718	5.251	16.951	15.587	15.904	7.704
Portugal	136	426	1.123	1.596	6.317	2.204
Polónia	0	0	58	75	5.604	1.518
Colômbia	4.583	4.825	15.770	13.916	3.983	3.982

Mecanismos de resolução

A nossa atuação na promoção de padrões de conduta ética culmina na necessidade de estabelecermos e darmos a conhecer mecanismos para reportar e remediar quaisquer situações irregulares. Asseguramos que todas as situações reportadas são investigadas, e os subseqüentes planos de ação desenhados, acionados e seguidos, salvaguardando a confidencialidade e a proteção dos denunciantes.

¹⁷⁴ Apenas em Portugal uma vez que na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, correspondendo, assim, a 25,4% do total de colaboradores do Grupo.

¹⁷⁵ Inclui os acessos a uma comunicação feita através da plataforma Our JM nas três principais geografias, acerca de cortesias profissionais.

Nos três países mais relevantes para as operações do Grupo, os colaboradores têm à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador para denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais e, no caso de Portugal, para receção e encaminhamento de pedidos sociais. O canal garante a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos.

Serviço de Atendimento ao Colaborador	Contactos/procedimentos iniciados			Contactos/procedimentos concluídos (%)		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Grupo	90.809	87.325	64.385	100%	98%	98%
Portugal	22.972	37.926	39.845	100%	100%	99%
Polónia (i)	19.537	22.280	8.995	100%	97%	92%
Colômbia	48.300	28.776	15.545	99%	97%	98%

Notas: i) Não inclui contactos relativos a processamento salarial/questões administrativas ou pedidos de apoio ao Fundo Social.

A Comissão de Ética é um órgão independente que tem a missão de acompanhar a divulgação e o cumprimento das normas e princípios do Código de Conduta e da Política Anticorrupção. Para o efeito, dispõe de um website próprio que permite aos colaboradores, assim como a qualquer parte interessada com a qual as Companhias trabalhem ou interajam, denunciarem de forma confidencial qualquer incumprimento ou violação da lei, de política interna ou de princípio, designadamente relacionados com agressão, assédio, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas ou utilização indevida de informação, entre outros. Adicionalmente, existem quatro Núcleos de Ética¹⁷⁶ em Portugal, canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades respeitantes às Companhias, consistentes com a violação do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta. A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética atuam de acordo com os princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse e suportam-se numa plataforma de gestão de denúncias conforme com a legislação aplicável.

Na Polónia, forma-se uma Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual sempre que é reportada uma queixa sobre estes temas, sendo esta comissão responsável pela respetiva investigação e formulação de um plano de ação. Na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais identificados.

[GRI 406-1]

Todas as situações reportadas através de qualquer um destes canais são analisadas e investigadas, sendo criados planos de ação para a sua resolução sempre que necessário. Em 2023 recebemos 3.286 denúncias laborais, todas elas investigadas, das quais 83,0% foram encerradas e 41,4% necessitaram de ações de remediação.

¹⁷⁶ De acordo com a Diretiva (UE) 2019/1937 e com a sua transposição para a lei portuguesa 93/2021, as empresas com 50 ou mais colaboradores têm de dispor de canais de denúncia, e as que empreguem entre 50 e 249 trabalhadores podem partilhar recursos no que respeita à receção de denúncias e ao respetivo seguimento, resultando em quatro Núcleos de Ética no nosso contexto em Portugal. À data da elaboração deste relatório, não foi efetuada a transposição da Diretiva (UE) 2019/1937 para a lei interna da Polónia.

Denúncias laborais ¹⁷⁷	Número total	% de denúncias recebidas
Denúncias recebidas	3.286	-
Denúncias investigadas (i)	3.286	100%
Denúncias com necessidade de ações de remediação (ii)	1.362	41%
Denúncias encerradas (conclusão da investigação sem necessidade de atuação ou conclusão da investigação com implementação das ações necessárias) (iii)	2.727	83%

Notas: i) Número de denúncias analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias recebidas; ii) Número de denúncias cuja conclusão no âmbito da investigação resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias recebidas; iii) Número de denúncias que foram consideradas como encerradas a 31/12/2023 após a devida investigação do total de denúncias recebidas.

¹⁷⁷ Os valores apresentados resultam das denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética e Serviço de Atendimento ao Colaborador.

7. Compromissos para 2021-2023

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
Promover a Saúde pela Alimentação	Em todos os países, desenvolver alternativas alimentares destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas, como soluções veganas, sem lactose e/ou sem glúten.	Cumprido. Em 2023, as Companhias do Grupo tinham à venda 1.520 produtos sem glúten (62 dos quais novos), 87 sem lactose (6 dos quais novos), e 195 para veganos/vegetarianos (24 dos quais novos). Não existem produtos na Colômbia para veganos/vegetarianos.
	Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colômbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.	Parcialmente cumprido. No momento de lançamento dos produtos, muitos podem ter um perfil nutricional considerado pelas Companhias como sendo superior ao benchmark (ou best in class) contudo, por motivos de dinâmica concorrencial, tais produtos podem ser progressivamente (no mesmo ano ou em anos subsequentes) ajustados pelos concorrentes. Em 2023: <ul style="list-style-type: none"> • Marca Própria Polónia, 59% dos produtos com benchmark estabelecido tinham um perfil superior ao mercado, 38% com igual perfil e 3% tinham um perfil pior. Dos 109 produtos considerados, 51 não tinham benchmark no mercado para comparação; • Marca Própria Portugal, dos 50 produtos à venda mais consumidos por públicos infantis* com benchmark estabelecido no Pingo Doce e Amanhecer, 78% tinham perfis semelhantes ao benchmark e 22% um perfil melhor. Um produto não tinha benchmark devido ao seu carácter de inovação no mercado (lançado em 2023); • Marca Própria Colômbia, não foi possível estabelecer benchmarks. <small>* a partir dos 3 anos de idade, com formatos e pictogramas apropriados no packaging para estas idades.</small>
	Em Portugal e na Polónia, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" para 75% das referências alimentares de Marca Própria contendo maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando assim os consumidores no seu processo de escolha (55% ano 1, 65% ano 2, 75% ano 3).	Não cumprido. <ul style="list-style-type: none"> • Marca Própria Polónia: 100% (mais 9 p.p. face a 2022) de 29 produtos elegíveis; • Marca Própria Portugal: 30% dos 44 produtos elegíveis tinham este símbolo. • O total de produtos elegíveis era de 73, sendo que 42 apresentavam simbologia quanto à ausência de OGM, ou seja, 58%.
	Em Portugal e na Polónia, continuar a desenvolver programas de promoção dos princípios da dieta mediterrânica e de hábitos alimentares saudáveis, com base nas recomendações de especialistas locais e de sensibilização dos consumidores para a leitura dos rótulos dos alimentos.	Cumprido. Em ambos os países, a adoção do símbolo Nutri-Score em 2021 foi uma decisão que visou oferecer ao consumidor informação mais intuitiva sobre os perfis nutricionais de produtos pré-embalados de Marcas Próprias. Em 2023, a Biedronka estendeu o Nutri-Score a mais 152 produtos de entre as 20 categorias selecionadas para classificação, aumentando para um total de 405 os artigos classificados segundo este sistema de avaliação do perfil nutricional (+60% face a 2022). No final do ano, os produtos com esta simbologia totalizaram 591 no Pingo Doce (+96% vs. 2022) e 86 no Recheio (+760% vs. 2022). Em Portugal, manteve-se a parceria com a CUF para promover a saúde através da alimentação com o programa "A Saúde Alimenta-se", que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde, e incentiva os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida, e a publicação da revista Sabe Bem (tiragem média bimestral de 100 mil exemplares). A Biedronka manteve a revista Czas Na... (com receitas e dedicada à nutrição e estilos de vida mais saudáveis), a revista Dada (destinada aos pais, versa nutrição e estilos de vida saudáveis, e resulta da

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
	<p>Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm corantes artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.</p>	<p>colaboração entre o Instytut Matki i Dziecka [Instituto da Mãe e da Criança] e a Biedronka] e a publicação de artigos em meios externos como redes sociais. Foi também lançado a campanha educacional e de fidelização Gang Mocniaków, que visava alertar as gerações mais novas para os “superpoderes” dos alimentos, dando ênfase a produtos frescos e às marcas exclusivas da Biedronka. Foram elaborados 33 materiais educativos no âmbito da campanha, incluindo 6 livros infantis.</p> <p>Cumprido. Marca Própria Portugal: 100%. Marca Própria Polónia: 98%. Marca Própria Colômbia: 95%.</p> <p>Perecíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinhas centrais: 100%. • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 100%. • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%. • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 100%. • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%. <p>Perecíveis Polónia: na padaria, 100%. Adicionalmente, na Colômbia, 96% dos produtos perecíveis especializados, por exemplo em padaria, não contêm corantes artificiais.</p>
	<p>Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm intensificadores de sabor artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.</p>	<p>Cumprido. Marca Própria Portugal: 100%. Marca Própria Polónia: 97%. Marca Própria Colômbia: 96%.</p> <p>Perecíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinhas centrais: 100%; • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 100%; • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%; • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 100%; • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%. <p>Perecíveis Polónia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas padaria: 100%; • carne: 100%; • fruta e legumes: 100%; • peixe: 100%. <p>Perecíveis Colômbia: 100% dos produtos perecíveis especializados, por exemplo em padaria, não contêm intensificadores de sabor artificiais.</p>
	<p>Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.</p>	<p>Cumprido. Em 2023, foram lançados produtos específicos para estes grupos etários nomeadamente na gama Go Active na Polónia e em Portugal cujos públicos-alvo incluem os seniores. Na Polónia lançaram-se 39 produtos Go Active e em Portugal seis.</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023																																																																										
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, desenvolver alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências específicas.	Cumprido. Em 2023, lançaram-se 49 produtos sem ingredientes de origem animal, sendo aptos para veganos. O total desta gama ascendeu a 89 referências (+122,5% vs 2022) em cumprimento do Regulamento Europeu (EU) para Cosméticos n.º 1223/2009 (segurança e rotulagem de produto) assim como do Regulamento Europeu (EU) n.º 655/2013 para os critérios comuns de alegações em produtos cosméticos.																																																																										
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, assegurar que os produtos Hebe Naturals têm pelo menos 90% de ingredientes naturais na sua composição (em linha com a ISO 16128).	Cumprido. Num total de 13 referências à venda da gama Hebe Naturals em 2023, 100% tinham em ≥90% da sua composição ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128). Adicionalmente, a produção destes artigos segue a norma ISO 22716 sobre Good Manufacturing Practices for Cosmetics. Em 2023, sete novos produtos chegaram ao mercado.																																																																										
Respeitar o Ambiente	<p>Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais*, até 2023.</p> <p>* Fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas e fábrica de laticínios da Terra Alegre.</p>	<p>Cumprido. Em 2023, 70% dos centros de distribuição e unidades industriais tinham certificação ambiental:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Locais</th> <th colspan="2">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th>ISO 14001</th> <th>Total</th> <th>ISO 14001</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Centros de distribuição (#)</td> <td>23</td> <td>34</td> <td>22</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ara</td> <td>0</td> <td>8</td> <td>0</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Biedronka</td> <td>17</td> <td>17</td> <td>16</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>Hebe</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Pingo Doce e Recheio</td> <td>6</td> <td>8</td> <td>6</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>JMA</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Unidades industriais (#)</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>3</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Ara</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Biedronka</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Hebe</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Pingo Doce e Recheio</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>1</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>JMA</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total certificado (%)</td> <td>70%</td> <td>---</td> <td>66%</td> <td>---</td> </tr> </tbody> </table>	Locais	2023		2022		ISO 14001	Total	ISO 14001	Total	Centros de distribuição (#)	23	34	22	32	Ara	0	8	0	6	Biedronka	17	17	16	17	Hebe	0	1	0	1	Pingo Doce e Recheio	6	8	6	8	JMA	0	0	0	0	Unidades industriais (#)	5	6	3	6	Ara	0	0	0	0	Biedronka	1	1	1	1	Hebe	0	0	0	0	Pingo Doce e Recheio	3	4	1	4	JMA	1	1	1	1	Total certificado (%)	70%	---	66%	---
Locais	2023			2022																																																																								
	ISO 14001	Total	ISO 14001	Total																																																																								
Centros de distribuição (#)	23	34	22	32																																																																								
Ara	0	8	0	6																																																																								
Biedronka	17	17	16	17																																																																								
Hebe	0	1	0	1																																																																								
Pingo Doce e Recheio	6	8	6	8																																																																								
JMA	0	0	0	0																																																																								
Unidades industriais (#)	5	6	3	6																																																																								
Ara	0	0	0	0																																																																								
Biedronka	1	1	1	1																																																																								
Hebe	0	0	0	0																																																																								
Pingo Doce e Recheio	3	4	1	4																																																																								
JMA	1	1	1	1																																																																								
Total certificado (%)	70%	---	66%	---																																																																								
	Reduzir a pegada de carbono do Grupo (âmbitos 1 e 2) em pelo menos 40% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.	Cumprido. Em 2023, a redução da pegada de carbono do Grupo por 1.000 euros de vendas, face a 2017, foi de 60%.																																																																										
	Reduzir o consumo de energia em 10% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.	Cumprido. Em 2023, a redução do consumo de energia, por 1.000 euros de vendas, face a 2017, foi de 36%.																																																																										

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
	Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.	Cumprido. Em 2023, a redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição por milhão de euros de vendas face a 2017, foi de 38%.
	Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos até 2023.	Não cumprido. Em 2023, o desperdício alimentar do Grupo aumentou para 18,5 kg por cada tonelada de alimentos vendidos, 15% acima do limite definido.
	Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.	Cumprido. Em 2023 foram finalizados 737 projetos de ecodesign de embalagens de produtos de Marca Própria. Desde 2011, foram desenvolvidas 1.893 embalagens de acordo com estratégias de ecodesign, o que corresponde a 30% do sortido de 2020.
	Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.	Cumprido. Em 2023, a taxa de valorização de resíduos fixou-se em 85,4%, ou seja, 0,4 p.p. acima da meta definida para o triénio 2021-2023. Em 2021 e 2022, esta taxa apresentou valores de 85,8% e 85,5%, respetivamente.
	Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e divulgar os respetivos resultados anualmente.	Cumprido. No total, o Grupo apoiou, em 2023, 14 projetos de conservação da natureza (8 em Portugal, 2 na Colômbia e 4 na Polónia).
	Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.	Cumprido. Em 2023, a redução do consumo específico de plástico (t/milhão de euros de vendas) foi de 33%, face a 2018.
	Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.	Cumprido. Em 2023 o conteúdo de plástico reciclado foi de 10,7% nas embalagens sob a nossa responsabilidade, um aumento de 5,3 p.p. face a 2020.
	Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.	Não cumprido. Em 2023, foi registada uma emissão de 5,38 toneladas de carbono por mil paletes na operação de transporte de mercadorias entre centros de distribuição e lojas, registando uma redução de 1,0% face a 2020.
Comprar com Responsabilidade	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	Cumprido. Em 2023, 91% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais.
	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.	Cumprido. Em 2023, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 13,4%.
	Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.	Cumprido. Em 2023 foram auditados 85 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. Desde 2021 os fornecedores auditados representaram 21% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis com compras superiores a 1,1 milhões de euros.

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
	<p>Contribuir para os objetivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum (CGF). No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis e para cada uma das commodities consideradas foram definidos os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: continuar a assegurar a certificação 100% RSPO em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia” do governo colombiano. • Soja: diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja direta e indireta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex., certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente). • Carne bovina: reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adoção de políticas e ações de combate à desflorestação. • Papel e madeira: assegurar a certificação de sustentabilidade (ex., FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores. 	<p>Parcialmente cumprido. Em 2023 o Grupo teve o seguinte desempenho nas suas Marcas Próprias e perecíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: as Companhias em Portugal e Polónia mantiveram a certificação RSPO em 100% do óleo de palma utilizado. Na Colômbia, a Ara rastreou a origem de 91% do óleo de palma até à exploração agrícola onde foi produzido. O óleo de palma presente nos nossos produtos é proveniente das quatro zonas de produção no país e de 28 (entre 68) unidades de transformação em funcionamento na Colômbia. Apenas 0,1% de desflorestação detetada pelos organismos públicos em 2019 estava associada ao óleo de palma. Na Ara, mais de 90% do óleo de palma utilizado na Marca Própria e perecíveis foi produzido na Colômbia e 13% detinha certificado RSPO. Em 2023, 98% do óleo de palma nas Marcas Próprias e perecíveis da Ara que não era proveniente da Colômbia tinha certificação RSPO. • Soja: a soja (direta e indireta) de origem desconhecida representou 7% (-7 p.p. face a 2022) do total. Mais de 70% do total de soja de origem conhecida é proveniente de países com risco de desflorestação (+15 p.p. face a 2022) e, desta, 10% apresentava certificação de sustentabilidade (ex., RTRS). Em parceria com a Nestlé e o IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), foi dada continuidade ao projeto para desenvolver um modelo de governo para a produção agrícola de baixo carbono e conservação de ecossistemas naturais junto de pequenos produtores e populações indígenas no estado do Mato Grosso (Brasil). • Carne bovina: foi possível mapear toda a carne bovina utilizada até, pelo menos, ao país de origem. Com base neste trabalho foi possível aferir que 0,4% do total tinha origem no Brasil. Apesar da reduzida exposição que temos a este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF. • Papel e madeira: 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC). No caso das embalagens, o valor atingiu os 74%.
	<p>Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.</p>	<p>Cumprido. Em 2023 foi aplicada a metodologia do Manual de Agricultura Sustentável a 28 novas explorações em Portugal, atingindo assim um total de 72 novos locais abrangidas pelo projeto no período de 2021-2023. Para as explorações com duas ou mais avaliações, o índice médio de sustentabilidade foi de 3,7 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima).</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
Apoiar as Comunidades Envolventes	<p>Monitorizar e divulgar pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business for Societal Impact (B4SI).</p>	<p>Cumprido. Em 2023 foi possível monitorizar cerca de 70% dos apoios diretos do Grupo (elegíveis segundo a metodologia interna que se baseia nos critérios B4SI e excluindo estágios sociais). A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento – subcapítulo 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.2. “Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes” – e no website corporativo.</p>
	<p>Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as países e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas até 2023.</p>	<p>Parcialmente cumprido. Em 2023, com base na metodologia B4SI, estima-se que as Companhias do Grupo (essencialmente focados em responder a emergências sociais e bem-estar social) tenham apoiado mais de 2,2 milhões de pessoas, provenientes de contextos vulneráveis, incluindo projetos que se focaram em temas como a saúde e alimentação saudável. Estimamos ter chegado a cerca de 4,5 milhões de pessoas em 2022 e a cerca de 2,4 milhões de pessoas em 2021.</p>
Ser um Empregador de Referência	<p>Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.</p>	<p>Cumprido. As lojas com procedimentos de doações a instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizavam 2.701 no final de 2023. Este valor representava mais de 75% das lojas da Companhia.</p>
	<p>Promover, em todo o Grupo, a integração da vida pessoal e profissional, e um ambiente de trabalho flexível e saudável, através da implementação da política de flexibilidade e da disponibilização de serviços de saúde mental a mais de 90% dos colaboradores. Adicionalmente, o Grupo pretende atingir um índice de bem-estar e um índice de compromisso* igual ou superior a 75%.</p> <p>* Índice de bem-estar e índice de compromisso global: medidos através do questionário global de satisfação aos colaboradores, considerando os resultados da secção “bem-estar” e da secção “compromisso” respetivamente</p>	<p>Parcialmente cumprido. Em 2021, a Direção Executiva do Grupo aprovou uma Política de Trabalho Flexível que inclui a flexibilidade no horário de entrada e saída e o trabalho remoto, e que foi oficialmente implementada em todas as Companhias do Grupo em 2023.</p> <p>100% dos nossos colaboradores têm acesso a serviços de saúde mental. Em Portugal, através do programa de Saúde Mental, destinado a colaboradores e descendentes, damos acesso a consultas gratuitas de psicologia. Na Polónia, os colaboradores têm acesso a conteúdos digitais relevantes através do programa Spokojna Glowa (Mente Pacífica) e a consultas de psicologia através do programa Razem Zadbajmy o Zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos), na Biedronka, e a uma plataforma de bem-estar (Mindgram), com consultas de psicologia online, na Hebe. Na Colômbia são disponibilizados conteúdos digitais e formação na área da saúde mental e são disponibilizadas linhas telefónicas de apoio à saúde mental.</p> <p>O questionário global de satisfação aos colaboradores foi realizado em 2022, sendo que não se atingiu o índice de bem-estar nem o índice de compromisso iguais ou superiores a 75% pretendidos. Em 2023, os resultados foram analisados ao nível do Grupo, das Companhias e das equipas, tendo sido construídos e implementados planos de ação aos três níveis.</p>
	<p>Reforçar o apoio dado aos colaboradores em situação de vulnerabilidade por emergência social e/ou familiar, em todo o Grupo, garantindo que mais de 90% dos pedidos de emergência têm uma resposta e,</p>	<p>Cumprido. Em Portugal e na Polónia, 100% dos pedidos de emergência social e/ou familiar têm uma resposta através dos Serviços de Atendimento ao Colaborador. Na Colômbia, embora não exista um programa de apoio social formal, todos os pedidos que foram endereçados à Companhia foram respondidos</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
	dependendo da sua natureza, um plano de ação.	e, dependendo do caso, foi estruturado um plano de ação. Através dos programas Fundo de Emergência Social, em Portugal, e Możesz Liczyć (Podes Contar com a Biedronka) na Polónia, e também de apoios pontuais dados na Colómbia, foram apoiados 31.108 colaboradores em situação de vulnerabilidade ao longo do ciclo 2021-2023.
	<p>Promover em todo o Grupo o respeito pelos direitos humanos e laborais, através de ações de sensibilização e comunicação com carácter regular, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. um módulo formativo sobre Código de Conduta para todos os colaboradores; ii. um programa de formação global sobre direitos humanos e laborais para os colaboradores a ocupar cargos de gestão; iii. que 100% das pessoas que entram no Grupo recebem o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e assinam a tomada de conhecimento. 	<p>Parcialmente cumprido.</p> <p>i e ii. O módulo formativo sobre Código de Conduta e o programa de formação global sobre direitos humanos e laborais encontram-se em desenvolvimento.</p> <p>iii. Em 2023, 100% dos colaboradores que entraram no Grupo receberam o Código de Conduta e assinaram a sua tomada de conhecimento; 94% dos colaboradores que entraram receberam e assinaram a tomada de conhecimento da Política Anticorrupção uma vez que, na Colómbia, o processo engloba a realização de uma formação que pode ocorrer nos primeiros dois meses de contrato e que não foi concluída por todos.</p>
	<p>Preparar o Grupo para o futuro do trabalho na era da digitalização, assegurando o desenvolvimento dos colaboradores e lideranças, através:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. de um número mínimo global de formação de 50 horas/colaborador, que incluem formação em programas de liderança e percursos formativos feitos através da plataforma de autodesenvolvimento do Grupo; ii. da construção de planos de desenvolvimento para 80% dos managers. 	<p>Cumprido.</p> <p>i. Em 2023 ultrapassámos o compromisso definido atingindo uma média de 55 horas de formação por colaborador, num modelo híbrido de formação composto por formação presencial e e-learning através da plataforma EducAção.</p> <p>ii. Os planos de desenvolvimento para managers foram preparados em 2022 e implementados em 2023. Relativamente ao ciclo de performance de 2023, 89% dos colaboradores elegíveis construiu o seu plano.</p>
	<p>Criar oportunidades para pessoas em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente pessoas com deficiência, assegurando que mais de 2% das pessoas contratadas em Portugal são portadoras de deficiência e/ou incapacidade.</p>	<p>Cumprido. No final de 2023, 2,2% dos colaboradores em Portugal eram portadoras de deficiência e/ou incapacidade, refletindo o trabalho desenvolvido através do Programa e Centros Incluir na criação de oportunidades de formação e emprego para pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho. Especificamente a holding do Grupo contava com 3,6% de colaboradores com deficiência e/ou incapacidade e a maioria das Companhias ultrapassou a quota legalmente exigida, de acordo com a respetiva dimensão. Destacamos também que a holding do Grupo, o Recheio e o Pingo Doce possuem o selo de Marca Entidade Empregadora Inclusiva do Instituto de Emprego e Formação Profissional (no caso da holding, foi atingido o nível de excelência).</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2023
	<p>Reforçar em todo o Grupo a promoção da igualdade de género através:</p> <ol style="list-style-type: none"> da melhoria das metodologias de apuramento e monitorização das disparidades entre homens e mulheres; da redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, medido pelo rácio salarial entre géneros* e tendo como base o ano de 2021 (97,6%), reportando este indicador também pelas Companhias mais representativas do Grupo tendo em conta o número de colaboradores (Biedronka, Pingo Doce e Ara); da formação de pelo menos 50% dos managers em conteúdos relevantes, como o enviesamento inconsciente. <p>* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros.</p>	<p>Parcialmente cumprido.</p> <ol style="list-style-type: none"> A monitorização dos principais indicadores de género e a melhoria das respetivas metodologias de reporte são preocupações que se mantiveram constantes ao longo do ciclo 2021-2023. Em 2023 foi iniciado um diagnóstico global interno, transversal a todas as práticas de gestão de pessoas do ponto de vista de igualdade de género, para melhor identificar potenciais desequilíbrios e atuar sobre eles. O rácio salarial entre géneros a nível global continuou a melhorar, atingindo os 98,5% no final de 2023 (um aumento de 0,9 p.p. face a 2021) encontrando-se, assim, mais perto da situação de plena igualdade. O módulo formativo sobre enviesamento inconsciente encontra-se em desenvolvimento.
	<p>Reforçar a segurança dos locais de trabalho em todo o Grupo, de modo a prevenir fatalidades e acidentes de trabalho, atingindo até 2023, de forma global, uma redução do índice de frequência* para 12,50 e do índice de severidade** para 0,30, tendo como base, respetivamente 13,26 e 0,31 em 2021.</p> <p>* Número de acidentes com perda de dias de trabalho/horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos/horas totais trabalhadas</p>	<p>Não cumprido. O Grupo atingiu em 2023 um índice de frequência de 13,05, o que corresponde a uma diminuição de 0,21 em comparação com 2021. Em 2023 registaram-se menos 2,4% de acidentes de trabalho com dias perdidos em Portugal, para o que contribuiu a aposta das Companhias em iniciativas que permitem promover condições de trabalho seguras e criar um ambiente de prevenção e cuidado. No entanto, na Polónia e na Colúmbia registou-se um aumento significativo deste tipo de acidentes. O índice de severidade teve um resultado de 0,32, com o número de dias de trabalho perdidos a aumentar em todos os países. Mantemo-nos assim comprometidos com a análise dos incidentes e estabelecimento de ações concretas para que esta severidade possa também decrescer.</p>
	<p>Fomentar em todo o Grupo a cultura de reconhecimento, assegurando:</p> <ol style="list-style-type: none"> a competitividade dos salários através de diagnósticos internos de carácter anual, e externos de dois em dois anos; que, no mínimo, 85% dos colaboradores beneficiam de, pelo menos, um programa de reconhecimento. 	<p>Cumprido.</p> <ol style="list-style-type: none"> Ao longo do ciclo 2021-2023 aferimos o nível de competitividade das políticas salariais em vigor face aos mercados de referência em cada um dos países e para cada Companhia de forma contínua, bem como assegurámos a monitorização dos níveis de equidade interna de uma forma regular. No final de 2023, 89% dos nossos colaboradores estavam cobertos por, pelo menos, um programa de reconhecimento na forma de um prémio anual de desempenho e/ou esquema de incentivos.

8. Compromissos 2024-2026

Pilares de atuação	Compromissos 2024-2026
I. Promover a saúde pela alimentação	Em todos os países, reforçar a oferta de alternativas alimentares, como vegan, à base de plantas, com baixo teor de carboidratos, gordura e sal, com baixo teor/sem açúcar, sem lactose, sem glúten e/ou para consumidores com mais de 50 anos.
	Em todos os países, assegurar que os produtos destinados a crianças têm um perfil nutricional mais elevado, ou pelo menos igual, ao da referência de mercado (ou melhor na sua categoria), de acordo com o país de atividade.
	Em Portugal, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" em pelo menos 75% das referências alimentares de Marca Própria que contenham maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando os consumidores no processo de decisão.
	Em Portugal, facilitar o consumo responsável através da rotulagem voluntária de bebidas alcoólicas (incluindo vinhos) para 100% das referências de Marca Própria, nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> • Índice calórico; • Desaconselhamento do consumo por mulheres grávidas; • Promoção de uma condução responsável.
	Na Hebe, reforçar a importância das alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal nomeadamente lançando pelo menos 10 novas referências por ano.
	Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos "Hebe Naturals" que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).
	Em Portugal, Polónia e Colômbia realizar pelo menos um programa anual de promoção dos princípios da dieta mediterrânica ou de hábitos alimentares saudáveis em geografias com outros hábitos alimentares (com base nas recomendações de peritos locais).
	Em todos os países, promover a literacia para a rotulagem dos produtos.
	Em Portugal, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria.
	Na Polónia, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria em categorias selecionadas.
	Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.
	Na Polónia, garantir a ausência de xarope de glucose-frutose em, pelo menos, 90% dos produtos de Marca Própria até ao final de 2026.
	Na Polónia, eliminar a lecitina de soja em, pelo menos, 50% dos produtos de Marca Própria com este ingrediente até ao final de 2026.
	Na Polónia e em Portugal, sempre que possível, garantir que os cereais integrais são o principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço (com exceção dos cereais à base de milho) até ao final de 2026.
	Em Portugal, garantir o enriquecimento de minerais e vitaminas essenciais nos produtos de Marca Própria mais vendidos e que visam complementar as principais fontes de alimentação, até ao final de 2026.
	Assegurar que, até ao final de 2026, 100% do portfólio alimentar de Marcas Próprias não contém acessulfame e desenvolver alternativas, juntamente com os fornecedores, para substituir o aspartame por adoçantes naturais.
	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.
	Na Biedronka, assegurar que pelo menos 95% do sortido dos produtos de higiene pessoal de Marca Própria não contêm microplásticos.
	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).
	Na Biedronka, desenvolver detergentes de Marca Própria que tenham simultaneamente fragrâncias naturais nos seus ingredientes, que sejam isentos de conservantes e que tenham certificação Ecolabel.
Na Biedronka, introduzir a rotulagem "Coma peixe duas vezes por semana" para 100% das referências de peixe fresco em marcas próprias e produtos perecíveis especializados até 2026.	
Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero. Na possibilidade de ocorrência de casos de severidade de nível I, e em linha com a Política da Qualidade e Segurança de Produto de Jerónimo Martins, assegurar por todos os meios disponíveis, que a recolha de produtos alimentares em lojas e Centros de Distribuição tem uma eficácia de 100%.	

Pilares de atuação	Compromissos 2024-2026
I. Promover a saúde pela alimentação	<p>Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (16 centros de distribuição em 2023) e assegurar a certificação dos novos Centros de Distribuição, a abrir no período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.</p>
II. Respeitar o ambiente	<p>Garantir que o número de localizações com certificação ambiental é de pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais/semelhantes*. <small>* Incluindo a fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalagem.</small></p> <p>Na Colômbia, Polónia e Portugal apoiar e/ou implementar, no período 2024-2026, pelo menos dois projetos de conservação da natureza e de proteção da biodiversidade, alinhado com o Protocolo Kunming-Montreal Global Diversity e divulgar anualmente os seus resultados.</p> <p>Reduzir as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10% até 2026, face a 2021. Este compromisso está alinhado com o objetivo baseado na ciência para o curto-prazo submetido por Jerónimo Martins à Science Based Targets initiative.</p> <p>Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂e por palete transportada) até 2026, face a 2021.</p> <p>Envolver, no período 2024-2026, pelo menos 5 fornecedores entre os principais 100 fornecedores em termos de produtos comprados por cada Companhia para colaborar na definição de estratégias para a redução das emissões de âmbito 3.</p> <p>Reduzir o consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2026, face a 2021.</p> <p>Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% (por 1.000€ de vendas), até 2026, face a 2021.</p> <p>Definir e implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA, divulgando publicamente os progressos realizados.</p> <p>Garantir que pelo menos 25% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2026, considerando o sortido de 2023.</p> <p>Reduzir em 10%, até 2025, o consumo específico de plástico, medido em toneladas de embalagens de plástico por milhão de euros de vendas, face a 2018.</p> <p>Aumentar o teor de plástico reciclado nas embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) para 25% até 2025.</p> <p>Até ao final de 2026, assegurar uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% face ao volume total de resíduos produzidos.</p> <p>Limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentícios, no período de 2024 a 2026.</p> <p>Aumentar em 10% a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, nomeadamente através de doações de alimentos, vendas com desconto de produtos alimentares que se aproximam do prazo de validade, recuperação de alimentos não calibrados dos agricultores e sobras das operações próprias e recuperação de alimentos desperdiçados para alimentação animal e processamento biológico, até 2026, em comparação com 2023.</p>

Pilares de atuação	Compromissos 2024-2026
III. Comprar com responsabilidade	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.
	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de marcas próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 15% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2026.
	Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis selecionados, com base numa avaliação de risco e com um volume de compras superior a um milhão de euros, no período 2024-2026.
	Contribuir para os objetivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis foram definidos os seguintes objetivos:
	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2025, garantir que o óleo de palma, a soja, o papel e a madeira e a carne bovina nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis não estão associados nem à desflorestação nem à conversão de ecossistemas (DCF - Deforestation and Conversion Free). • Óleo de palma: <ul style="list-style-type: none"> ○ Continuar a assegurar que em Portugal e na Polónia 100% do óleo de palma possui certificação RSPO e estender este compromisso, progressivamente, aos derivados de óleo de palma. ○ Na Colômbia garantir o cumprimento do "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" (Acordo Voluntário para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma da Colômbia) do governo colombiano, garantindo, até 2026, que o óleo de palma de origem colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos perecíveis é rastreável até à exploração agrícola onde foi produzido e não está associado a desflorestação, e que 100% do óleo de palma de origem não colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos perecíveis é certificado pela RSPO. • Soja: Até 2025, assegurar que 100% da soja direta e indireta é rastreável pelo menos até ao país de origem e que sempre que sejam provenientes de locais onde o risco não é negligenciável, a soja é rastreada até ao município de origem e/ou que tem certificação de sustentabilidade (ex.: RTRS ou Proterra). • Papel e madeira: Trabalhar com os fornecedores de produtos de Marca Própria e perecíveis para assegurar a certificação (FSC® ou PEFC) em 95% das fibras virgens utilizadas nos produtos e em 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens até 2026. • Carne bovina: Assegurar que 100% da carne bovina de Marca Própria ou perecíveis é rastreada até pelo menos ao país de origem e que sempre que seja proveniente de locais onde o risco não é negligenciável é assegurada a rastreabilidade até ao nível da quinta de produção.
	Até 2026, analisar o estado de sustentabilidade de pelo menos 80% das vendas de pescado (em kg) de Marca Própria e perecíveis, divulgando publicamente o progresso.
	Até 2026, garantir que 100% do atum capturado na natureza nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis é rastreável até à embarcação.
	Eliminar, até 2025, a venda de ovos frescos de Marca Própria provenientes de galinhas enjauladas.
	Em Portugal e na Polónia, assegurar, até 2026, que pelo menos 90% dos ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria são provenientes de galinhas não-enjauladas.
	Na Polónia, realizar inspeções a 100% das explorações de ovos, a partir das quais são produzidos ovos frescos de Marca Própria para a Biedronka, até ao final de 2024.
	Em Portugal e na Polónia, garantir, até 2026, que aspetos relacionados com bem-estar animal são incluídos no âmbito de auditorias a fornecedores de perecíveis que produzam produtos que contenham pelo menos 80% de proteína animal e divulgar publicamente os resultados.
	Na Polónia, a partir de 2024, realizar 100% das auditorias ao peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish welfare".
	Na Biedronka, assegurar a extensão da garantia de 2 para 3 anos de todos os produtos elétricos e de outros produtos não elétricos não alimentares quando aplicável.

Pilares de atuação	Compromissos 2024-2026
IV. Apoiar as comunidades envolventes	<p>Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes do apoio anual oferecido pelas Companhias do Grupo, de acordo com o modelo Business For Societal Impact (B4SI) e com critérios de materialidade financeira dos apoios.</p> <p>Reforçar o envolvimento em projetos sociais em todas as geografias, dirigidos a crianças, jovens e idosos de ambientes vulneráveis, com o objetivo de ter um impacto direto em 1 milhão de pessoas por ano, até 2026.</p> <p>Na Colômbia, promover a saúde através da alimentação a pelo menos 3.000 crianças vulneráveis, por ano, apoiando-as com doações em géneros alimentares nas regiões com os mais elevados indicadores de subnutrição e insegurança alimentar.</p> <p>Na Colômbia, garantir que, até 2026, 50% das lojas doam produtos alimentares e não-alimentares a organizações não-governamentais, visando apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Na Colômbia, apoiar, anualmente, e até 2025, mais de 1.200 casas de amas comunitárias através de assistência alimentar e de equipamento, acompanhando simultaneamente os indicadores nutricionais, tais como medidas antropométricas, das crianças ao seu cuidado.</p> <p>Na Colômbia, e até 2026, assegurar a participação de pelo menos 200 voluntários até 2026 em projetos de proteção ambiental e de melhoria dos meios de subsistência a pessoas vulneráveis.</p> <p>Na Colômbia, apoiar, até 2026, mais de 60.000 pessoas em situação de vulnerabilidade através de programas humanitários e de subsistência, nomeadamente com géneros alimentares, dando prioridade a crianças e regiões com taxa de pobreza e indicadores de insegurança alimentar mais elevados. Neste âmbito, assegurar pelo menos duas parcerias com ONG e/ou com outras entidades do sector.</p>

Pilares de atuação	Compromissos 2024-2026
Ser um Empregador de Referência	<p>Promover o respeito pelos direitos humanos e laborais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • assegurando um módulo de formação sobre Código de Conduta disponível para 100% dos colaboradores; • assegurando um programa global de formação em direitos humanos e laborais disponível para 100% dos managers; • implementando uma política global interna e um processo de prevenção e cumprimento dos direitos laborais, refletindo as diretrizes Labour Fundamentals em vigor. <p>Reforçar a promoção da igualdade de género em todo o Grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • implementando um diagnóstico global às práticas de recursos humanos para identificar eventuais desigualdades de género e trabalhar nas oportunidades de melhoria identificadas; • assegurando uma variação máxima do rácio salarial entre homens e mulheres* de +/- 3% em comparação com o rácio que representa a paridade (100%), a nível global e por país; • assegurando um programa de formação global sobre enviesamentos inconscientes disponível para 100% dos managers. <p><small>* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros (paridade).</small></p> <p>Reforçar as competências de liderança nas gerações futuras e promover a transferência de conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • organizando um mínimo de quatro sessões globais anuais com especialistas seniores disponíveis para toda a população de talento jovem; • promovendo uma experiência transversal ao Grupo Jerónimo Martins para a população de talento jovem, com a definição de uma nova política global de trainees; • assegurando que 90% dos managers participam em pelo menos uma iniciativa de desenvolvimento de liderança até o final de 2026; • incorporando os Valores do Grupo e os comportamentos associados nos processos de gestão de pessoas com pelo menos dois processos globais revistos e 100% dos colaboradores elegíveis impactados; • implementando um mecanismo que meça o impacto da liderança no Grupo. <p>Robustecer os nossos mecanismos de reconhecimento e promover maior transparência sobre remuneração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • assegurando pelo menos um mecanismo de reconhecimento que valorize os comportamentos em todas as Companhias (fazendo evoluir os existentes ou implementando novos mecanismos de reconhecimento), abrangendo 100% dos colaboradores até 2026; • disponibilizando a declaração de pacote de remuneração total (remuneração fixa, variável e benefícios) a 100% dos colaboradores até 2026. <p>Aumentar o número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho no total da força de trabalho (pessoas com deficiência e/ou incapacidade, refugiados e migrantes ou pessoas em situação social de risco) e contribuir positivamente para aumentar a consciência de inclusão social dentro e fora do Grupo, promovendo pelo menos quatro fóruns anuais de partilha de boas práticas neste âmbito.</p> <p>Reforçar as oportunidades internas de desenvolvimento e mobilidade, aumentando a sua atratividade e eficácia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • assegurando planos de desenvolvimento para pelo menos 95% dos managers elegíveis; • evoluindo o processo de definição do plano de desenvolvimento pessoal, alinhando-o às necessidades individuais e de negócio e garantindo um acompanhamento próximo (do superior e dos RH) aos managers que façam parte do pool de talento; • assegurando a divulgação de 100% das vagas internas elegíveis e aumentando o número médio de candidaturas por vaga; • implementando um programa de referenciação global. <p>Promover condições de trabalho seguras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • investindo na certificação de pelo menos três novos locais de trabalho/Companhias, seguindo a norma ISO 45001; • diminuindo o índice de frequência e o índice de severidade atuais para, respetivamente, 12,00 e 0,29.

Pilares de atuação

Compromissos 2024-2026

Promover um ambiente de trabalho flexível e saudável em todo o Grupo:

- pilotando pelo menos uma medida no âmbito de novas formas de trabalhar e/ou contratar;
- disponibilizando formação em bem-estar a 100% dos *managers*, dando-lhes ferramentas para identificar e gerir as suas próprias situações e ajudar as suas equipas;
- assegurando que 100% dos colaboradores têm acesso a um programa estruturado de bem-estar;
- apoiando colaboradores em situações de vulnerabilidade devido a emergências sociais e/ou familiares em todo o Grupo, assegurando pelo menos o mesmo nível de investimento nos programas Fundo de Emergência Social, em Portugal, e *Możesz Liczyć* (Podes Contar com a *Biedronka*), na Polónia.

9. Taxonomia da União Europeia

9.1. Enquadramento

A Taxonomia da União Europeia¹⁷⁸ (UE) tem como objetivo promover a alocação de investimentos públicos e privados a atividades de natureza sustentável e assim contribuir para as metas de neutralidade carbónica da Comissão Europeia até 2050. A Taxonomia reconhece como ambientalmente sustentáveis as atividades económicas que:

- contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais: (i) mitigação das alterações climáticas; (ii) adaptação às alterações climáticas; (iii) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; (iv) transição para uma economia circular; (v) prevenção e controlo da poluição; e (vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- garantem o cumprimento de salvaguardas sociais mínimas.

Dos seis objetivos ambientais definidos, os relativos à mitigação e à adaptação às alterações climáticas estão regulados pelo Ato Delegado do Clima e Complementar (este último referente a certas atividades no setor do gás e nuclear). Em 2023 foram incluídas novas atividades económicas no âmbito destes dois objetivos. Os restantes objetivos encontram-se contemplados no Ato Delegado Ambiental, publicado também em 2023. Nestes documentos são estabelecidas as listas de atividades económicas elegíveis bem como os critérios técnicos que permitem avaliar se determinadas atividades económicas apresentam “uma contribuição substancial” e, simultaneamente, “não causam danos significativos” relativamente aos outros objetivos ambientais. As atividades que cumprem estes critérios e os relacionados com as salvaguardas mínimas são consideradas como estando alinhadas com a Taxonomia.

A nossa atividade principal, a Distribuição Alimentar, não está, ainda, incluída na lista de atividades da Taxonomia. Por este motivo, apenas aparecem discriminadas como elegíveis as atividades de apoio às nossas operações e não necessariamente as atividades principais por nós desenvolvidas e que mais poderiam contribuir para as metas de neutralidade carbónica da UE.

9.2. O nosso contributo

O combate às alterações climáticas é uma das prioridades definidas na nossa Política Ambiental¹⁷⁹. Os compromissos e as ações assumidas e implementadas por nós neste âmbito são detalhados nos subcapítulos 5. “Respeitar o Ambiente” e 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Em 2023 submetemos as nossas metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE), para o curto e longo prazos, à Science Based Targets Initiative (SBTi). Estimamos que o processo de validação seja concluído no primeiro semestre de 2024. Os nossos objetivos são os seguintes:

Curto prazo

- reduzir em 55% as emissões de âmbitos 1 e 2 (Energia e Indústria) até 2033, face a 2021.
- reduzir em 33% as emissões de âmbito 3 (Energia e Indústria) até 2033, face a 2021.
- reduzir em 39,4% as emissões de Agricultura, Florestas e Solo (FLAG) até 2033, face a 2021.

Neutralidade carbónica¹⁸⁰

- reduzir em 90% as emissões de âmbitos 1 e 2 (Energia e Indústria) até 2045, face a 2021.
- reduzir em 90% as emissões de âmbito 3 (Energia e Indústria) até 2050, face a 2021.
- reduzir em 72% as emissões de Agricultura, Florestas e Solo (FLAG) até 2033, face a 2021.

¹⁷⁸ A Taxonomia Europeia é definida pelo Regulamento (UE) 852/2020 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020.

¹⁷⁹ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

¹⁸⁰ Inclui a neutralização das emissões residuais de gases com efeito de estufa.

Estas metas de redução permitem assegurar o nosso alinhamento com os objetivos da UE de redução de emissões para 2030 e com as trajetórias que a ciência climática preconiza serem necessárias para assegurar o cumprimento do Acordo de Paris.

Até ao final de 2023, trabalhámos consistentemente para cumprir as metas de redução de carbono a que nos tínhamos proposto e que eram:

- reduzir em 40%, face a 2017, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), nos âmbitos 1 e 2, por cada 1.000 euros de vendas;
- reduzir em 5%, face a 2020, as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂e por cada 1.000 paletes transportadas).

No final de 2023, tínhamos reduzido em 60%, face a 2017, as emissões de GEE (âmbitos 1 e 2) por 1.000 euros de vendas, cumprindo e superando a meta. Relativamente às emissões associadas ao transporte por 1.000 paletes transportadas, conseguimos uma redução, face a 2020, de 1%. Adicionalmente, reduzimos em 24,2%, face a 2017 e em valor absoluto, o total de emissões de carbono de âmbitos 1 e 2.

A prossecução dos nossos compromissos é suportada por um investimento contínuo, com ciclos de execução alinhados com o plano de negócios, por meio do qual promovemos a adoção de tecnologias de redução de carbono que permitirão a transição das nossas atividades para uma economia de baixo carbono. A maior parte desta despesa destina-se à aquisição de bens e serviços de atividades económicas relacionadas com a eficiência energética e as tecnologias de energias renováveis.

A eficiência energética é parte integrante das atividades de construção e remodelação das nossas instalações, em particular lojas e centros de distribuição nos países onde operamos. As medidas implementadas incluem a instalação de equipamentos de elevada eficiência energética, sistemas de recuperação de calor e conservação de frio para dispositivos de refrigeração, controladores de velocidade dos motores dos equipamentos de refrigeração e iluminação LED.

Investimos ainda na instalação de painéis solares fotovoltaicos para geração de eletricidade renovável que alimenta as nossas lojas e centros de distribuição. No final de 2023, estas tecnologias estavam instaladas em cerca de 780 sites na Polónia, Portugal e Colômbia, e abasteciam, regra geral, entre 5% a 45% do consumo destes sites. Também em 2023, no primeiro ano (de 15) do contrato de aquisição virtual de energia (VPPA – Virtual Power Purchase Agreement), a Biedronka garantiu o fornecimento de 55 GWh (198 mil GJ) de energia renovável, evitando a emissão de 37,5 mil toneladas de CO₂e. Desde julho de 2018 que adquirimos eletricidade renovável 100% certificada para alimentar as necessidades das nossas operações em Portugal, o que evitou a emissão de 120 mil toneladas de CO₂e.

Embora a Taxonomia ainda não identifique como elegíveis nem defina critérios técnicos de avaliação para estas tecnologias, a diminuição das fugas de gases de refrigeração dos nossos equipamentos de aquecimento, ventilação, ar condicionado e frio industrial também assume um papel relevante na redução da nossa pegada de carbono. Em 2023, as emissões provenientes deste tipo de equipamentos representaram cerca de 11% das emissões de âmbitos 1 e 2.

Desde 2015 que estabelecemos um plano global para a substituição de gases de refrigeração com elevado poder de aquecimento global (PAG) por gases de refrigeração naturais (ex., dióxido de carbono, amónia ou propano) ou com baixo PAG (ex.: R407f). No final de 2023, 4.875 das nossas lojas e plataformas tinham congeladores que recorriam exclusivamente a propano. Adicionalmente, 2.953 lojas e 24 centros de distribuição e unidades industriais utilizavam gases de refrigeração natural nos seus sistemas de frio.

A par da gestão dos gases de refrigeração nestes equipamentos, implementámos outras medidas de eficiência energética que não são ainda consideradas no Ato Delegado do Clima, e que também constituem um importante contributo para o atingimento das metas da Comissão Europeia, nomeadamente:

- a instalação de equipamentos com um melhor desempenho energético (ex., móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia);

- a comercialização de produtos e embalagens com certificações de sustentabilidade, que asseguram a implementação de boas-práticas agrícolas, de produção e/ou que não estão associadas à desflorestação ou à conversão de ecossistemas de elevado valor de conservação;
- os trabalhos que temos desenvolvido com os nossos fornecedores para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e de erradicação da desflorestação nas nossas cadeias de abastecimento¹⁸¹.

9.3. Análise de elegibilidade

Examinámos as atividades económicas elegíveis identificadas no Ato Delegado do Clima, no Ato Delegado Complementar e no Ato Delegado Ambiental, e identificámos cinco atividades elegíveis relacionadas com a aquisição de bens ou serviços que fornecem suporte à nossa atividade principal:

Atividade	Código ¹⁸²	Descrição
Transporte em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5 / AAC 6.5	Nesta atividade estão incluídas as viaturas de serviço referentes a operações de leasing de automóveis.
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / AAC 7.2 / EC 3.2	Realizámos investimentos significativos na renovação das nossas lojas (Portugal, Polónia e Colômbia). Nesta atividade são consideradas apenas as grandes obras de renovação ¹⁸³ .
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3 / AAC 7.3	Esta atividade inclui medidas como obras de isolamento de envolvente e coberturas, substituição de janelas, portas, fontes de luz e sistemas AVAC com tecnologias mais eficientes. Existem outros equipamentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das nossas lojas e operações que não estão incluídos na Taxonomia mas que permitem reduzir a nossa pegada carbónica e aumentar a nossa eficiência energética, nomeadamente centrais de frio e equipamentos autónomos de refrigeração.
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6 / AAC 7.6	Realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica ¹⁸⁴ .
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	Nesta atividade estão incluídas a aquisição de edifícios, novas locações/arrendamentos de edifícios (direitos de uso) e remodelações ou outras renovações de edifícios existentes não incluídas noutras atividades. As remodelações são contratadas a terceiros no setor da construção civil que executam os trabalhos de construção/remodelação. Jerónimo Martins adquire apenas o resultado desses serviços e não executa qualquer atividade de construção propriamente dita. Assim sendo, e atendendo (i) à similitude com as situações em que adquirimos um edifício já construído de terceiros e (ii) à ausência, nesta fase, de outra atividade na Taxonomia que permita uma qualificação mais apropriada, considerámos adequado qualificar estas situações como o exercício do direito de propriedade sobre os edifícios remodelados.

O Ato Delegado Clima determina a elegibilidade para e o alinhamento com os objetivos da mitigação e da adaptação às alterações climáticas. Uma vez que a contribuição para o objetivo de adaptação às alterações climáticas é de menor importância comparativamente com o objetivo da mitigação, a análise posterior de alinhamento é efetuada relativamente ao objetivo de mitigação.

As atividades acima descritas estão igualmente presentes no Anexo II do Ato Delegado do Clima referente ao objetivo de adaptação às alterações climáticas. Uma vez que a contribuição para este objetivo é

¹⁸¹ De acordo com o regulamento da [UE relativo às cadeias de abastecimento de produtos não associados à desflorestação](#), estima-se que a desflorestação seja responsável por cerca de 11% do total de emissões mundiais de carbono e que cerca de metade destas estão ligadas à produção agrícola.

¹⁸² MAC (Mitigação das Alterações Climáticas); AAC (Adaptação às Alterações Climáticas); EC (Economia Circular).

¹⁸³ Conforme estabelecido na regulamentação nacional e regional de transposição da Diretiva de execução 2010/31/UE para as «grandes renovações».

¹⁸⁴ Mais informação na subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" no subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".

secundária face ao objetivo da mitigação das alterações climáticas, a análise de elegibilidade à luz do Ato Delegado do Clima foi efetuada relativamente ao objetivo de mitigação.

Algumas atividades adicionais foram identificadas como potencialmente enquadráveis em termos de despesas de capital (CapEx) elegíveis. No entanto, uma vez que são realizadas no âmbito de construções e remodelações das nossas infraestruturas, são consideradas nas atividades 7.7 “Aquisição e propriedade de edifícios” e 7.2. “Renovação de edifícios existentes”, respetivamente. Estas atividades são:

- 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.2. Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.4. Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 7.5. Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios.

Relativamente às atividades 5.5. “Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem” e 6.6. “Serviço de transporte rodoviário de mercadorias”, sendo contratadas a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos nossos, foram excluídas do cálculo dos indicadores. No entanto, considerando a sua relevância para as nossas operações, são parte integrante da nossa estratégia de redução de GEE¹⁸⁵.

No que respeita à atividade 7.4 “Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)”, também esta é contratada a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos nossos, pelo que foi excluída do cálculo dos indicadores.

Examinámos também o Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, que adiciona ao Ato Delegado do Clima um conjunto de atividades económicas em determinados setores energéticos (energia nuclear e gás fóssil). Não realizamos, financiamos ou temos exposição na construção, renovação ou exploração destas atividades.

9.4. Análise de alinhamento

9.4.1. Contribuição Substancial (CS) e Não Prejudicar Significativamente (NPS)

Uma vez identificadas as atividades elegíveis, foram analisados os critérios técnicos com o objetivo de determinar se estas atividades Contribuem Substancialmente (CS) para o objetivo Mitigação das Alterações Climáticas e, em simultâneo, foram estudados os critérios técnicos que permitem atestar que Não Prejudicam Significativamente (NPS) nenhum dos outros cinco objetivos ambientais.

Esta análise foi feita para os três principais países onde temos operações. Importa destacar que a maioria dos nossos investimentos na Colômbia não verifica alinhamento devido a ausência de *guidance* da Comissão Europeia para a transposição dos requisitos técnicos associados às diretivas e regulamentos europeus para países não-europeus. Verificámos também que os critérios técnicos definidos para algumas atividades (ex., 7.7. “Aquisição e propriedade de edifícios”) poderão nem ser aplicáveis às condições climatéricas de algumas regiões daquele país. A combinação destes dois fatores impede a avaliação de um potencial alinhamento de cerca de 15% do CapEx do Grupo.

De seguida destacamos alguns dos critérios analisados para as três atividades identificadas como elegíveis.

¹⁸⁵ Mais informação na secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas” no subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”.

Atividade 6.5. Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

Critério	Descrição (não-exaustivo)	Análise de alinhamento
CS	Os veículos da categoria M1 e N1 cumprem os seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> Até 31/12/2025, emissões específicas de CO₂ inferiores a 50g CO₂/km (veículos comerciais ligeiros com nível nulo ou baixo de emissões) A partir de 01/01/2026 zero emissões específicas de CO₂. 	Em 2023 contratámos operações de leasing de viaturas de serviço em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Para as viaturas sobre as quais foi possível recolher toda a informação técnica necessária, avaliámos e validámos o seu alinhamento com os critérios técnicos. Para os casos em que não foi possível obter toda a informação relativa às suas características, optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Transição para a economia circular: <ul style="list-style-type: none"> Veículos das categorias M1 e N1 cumprem ambas as condições seguintes: <ol style="list-style-type: none"> são reutilizáveis ou recicláveis até um mínimo de 85% em massa; são reutilizáveis ou valorizáveis até um mínimo de 95% em massa; São aplicadas medidas de gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção) como no fim da vida útil da frota, nomeadamente, através da reutilização e da reciclagem de baterias e de componentes, de acordo com a hierarquia dos resíduos. 	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 85% (em massa) dos veículos são reutilizáveis ou recicláveis e 95% (em massa) são reutilizáveis ou valorizáveis. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: <ul style="list-style-type: none"> Os veículos cumprem os requisitos para a homologação de veículos ligeiros no respeitante a emissões (norma Euro VI); Os veículos cumprem os limiares de emissões estabelecidos para veículos ligeiros não poluentes; No caso dos veículos rodoviários das categorias M e N, os pneus cumprem os requisitos relativos a ruído exterior de rolamento da classe mais alta e o coeficiente de resistência ao rolamento das duas classes de eficiência energética mais alta em que esteja disponível um número significativo de produtos. 	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.

Atividade 7.2. Renovação de edifícios existentes

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos aplicáveis às grandes obras de renovação ou conduzir a uma redução da PED (procura de energia primária) ¹⁸⁶ em pelo menos 30%.	Em 2023, realizámos algumas grandes obras de renovação nas nossas lojas em Portugal e na Polónia. Estas cumprem os critérios de classificação de grandes obras de renovação nestes países.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice E. 	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados ao apêndice E são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.
NPS	Transição para a economia circular: <ul style="list-style-type: none"> Pelo menos 70% (em massa) dos resíduos não perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, 	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 70% dos resíduos não-perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para

¹⁸⁶ Quantidade calculada de energia necessária para satisfazer a procura energética associada aos consumos típicos de um edifício (em kWh/m²).

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
	reciclagem ou outra forma de valorização de materiais; <ul style="list-style-type: none"> Os projetos de edifícios e as técnicas de construção apoiam a circularidade (ISO 20887). 	reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice C; Os componentes e os materiais de construção que possam entrar em contacto com ocupantes¹⁸⁷ emitem menos de 0,06 mg de formaldeído por m³ de materiais ou componentes. 	Realizamos regularmente avaliações da qualidade do ar interior, nomeadamente, para grandes edifícios de comércio e serviços. Adicionalmente, durante as obras de construção ou de manutenção, adotamos as medidas adequadas para reduzir o ruído, as poeiras e as emissões de poluentes. No entanto, a avaliação efetuada não permite validar todos os requisitos previstos nestes critérios, nomeadamente os indicados no apêndice C. Desta forma, optámos por considerar que não existe alinhamento.

Atividade 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos mínimos para componentes e sistemas específicos estabelecidos nas medidas nacionais e, quando aplicável, pertencem às duas classes de eficiência energética mais elevadas em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Para as medidas de equipamentos de eficiência energética em que foi possível recolher toda a informação necessária sobre as suas características técnicas, avaliamos e validamos o seu alinhamento com os critérios técnicos. Para os casos em que não foi possível obter toda a informação relativa às suas características, optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice C; Em caso de isolamento térmico da envolvente de um edifício existente, é realizada uma vistoria, em conformidade com a legislação nacional. 	Em 2023 não se realizaram investimentos relacionados com isolamentos térmicos.

Atividade 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos quando estes são executados localmente enquanto sistemas técnicos de edifícios.	Em 2023 realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica nos nossos edifícios ¹⁸⁸ .
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

¹⁸⁷ Aplicáveis às tintas e vernizes, placas para tetos, revestimentos de solo, incluindo adesivos e vedantes associados, isolamento interno e tratamentos de superfícies interiores (nomeadamente para tratamento de humidades e bolores).

¹⁸⁸ Mais informação na subsecção 3.3.3. "1.3.3. Gestão dos Consumos de Água e Energia", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" no subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".

Atividade 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	<p>Em construções posteriores a 31/12/2020, os edifícios satisfazem os CS da atividade 7.1.:</p> <ul style="list-style-type: none"> A procura de energia primária (PED) é, no mínimo, 10% inferior ao limiar fixado nos requisitos para os nZEB¹⁸⁹. <p>Em construções anteriores a 31/12/2020, os edifícios têm, pelo menos, um CDE¹⁹⁰ de classe A ou situam-se nos primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional ou regional expressos em percentagem da PED operacional, comparando o desempenho do ativo relevante com o desempenho do parque imobiliário nacional ou regional construído até 31/12/2020.</p>	<p>Para construções posteriores a 31/12/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em Portugal, no nosso exercício de direito de propriedade, realizámos investimentos em 2023 que cumprem os requisitos CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A+, A e B); Na Polónia, os critérios são atestados por uma metodologia equivalente à certificação energética com base no desempenho energético das lojas; Na Colúmbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de guidance para transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis. <p>Para construções anteriores a 31/12/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em Portugal, de acordo com as bases de dados oficiais, os primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional construído até 31/12/2020 apresentam um CDE igual ou superior a B, pelo que considerámos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE de, pelo menos, B cumprem o critério de contribuição substancial; Na Polónia, de acordo com o Registo Central do Desempenho Energético polaco, o valor da PED dos primeiros 15% de edifícios não residenciais corresponde a 118,26 kWh (m²/ano), pelo que consideramos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE inferiores a este valor, cumprem o critério de contribuição substancial; Na Colúmbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de guidance para a transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis.
NPS	<p>Adaptação às alterações climáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Aplicação do Apêndice A “Adaptação às alterações climáticas”

Adotámos as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD¹⁹¹) em 2020, num processo de melhoria contínua de identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas na nossa cadeia de valor. Com o objetivo de reduzir os impactos da nossa atividade no clima, definimos um Plano de Transição Climática¹⁹² que traduz a nossa ambição de contribuir para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C. Em paralelo, continuamos a trabalhar para melhorar a análise de riscos climáticos de curto, médio e longo prazos em toda a nossa cadeia de valor, envolvendo os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, com o intuito de aumentar a resiliência climática da cadeia de abastecimento e avaliar oportunidades de negócio na produção primária e na utilização de tecnologias de baixo carbono.

Entre os riscos avaliados estão o aumento da temperatura média e as temperaturas extremas, a mudança nos padrões de precipitação, a escassez prolongada de água e as inundações em regiões costeiras e interiores. Foram também avaliados os riscos e oportunidades de transição para uma economia de baixo carbono em que, entre os riscos de transição energética, se considera, por exemplo, um aumento dos custos com energia associados às metas do Acordo de Paris. Foram incluídos nesta análise mais de 5.700 estabelecimentos¹⁹³ do Grupo Jerónimo Martins tendo-se determinado como não materiais os riscos e oportunidades identificados. Em 2023 continuámos a dar resposta aos riscos identificados como eventos climáticos extremos, gases de refrigeração utilizados para cumprimento de legislação ambiental e a potenciar as oportunidades relacionadas com a transição energética. No que diz respeito a esta última,

¹⁸⁹ Edifício padrão utilizado pelos países da União Europeia como valor para os requisitos mínimos de construção.

¹⁹⁰ Certificado de Desempenho Energético ou equivalente.

¹⁹¹ A TCFD é uma iniciativa promovida pelo sector financeiro que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de ação.

¹⁹² Mais informação em www.jeronimomartins.com/cr-documentos-2023.

¹⁹³ São considerados estabelecimentos as lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes e unidades industriais (cozinhas centrais, fábrica de sopas e fábrica de massas frescas).

temos investido na aquisição de garantias de origem em Portugal, celebrado contratos de aquisição, a longo prazo, de energia renovável na Polónia, aumentado o número de lojas e centros de distribuição com sistemas de produção de energia fotovoltaica nos países onde operamos, implementado sistemas de recuperação de energia nas unidades industriais e remodelado os parques de lojas com o objetivo de reduzir os seus consumos de energia. A somar aos investimentos em eficiência energética e energia renovável, continuamos a substituir os equipamentos de refrigeração por tecnologias que recorrem a gases de refrigeração naturais, com o objetivo de reduzir o potencial de aquecimento global associado ao seu funcionamento no caso de ocorrerem fugas. Em 2023, 52% das nossas lojas e 67% dos nossos centros de distribuição e unidades industriais já detinham esta tecnologia para centrais de frio, a qual está já a ser utilizada também em 85% dos equipamentos autónomos de refrigeração e congelação existentes nas lojas.

As conclusões do trabalho da TCFD irão permitir ajustar a estratégia de mitigação e adaptação dos nossos negócios e serão consideradas na definição de planos de transição para uma economia de baixo carbono. Na subsecção 3.3.1. “Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas” do subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente” disponibilizamos informação detalhada sobre a aplicação das recomendações da TCFD, nomeadamente cenários climáticos utilizados e horizontes temporais considerados.

9.4.2. Salvaguardas mínimas

Para cumprir as recomendações europeias em matéria de dever de diligência, temos vindo a implementar nas Companhias do Grupo um conjunto de medidas que permita prevenir e mitigar os impactos negativos da nossa atividade no ambiente, bem como nas áreas de direitos humanos, laborais e outros aspetos sociais.

A Taxonomia europeia define as Salvaguardas Mínimas como o “alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos”¹⁹⁴.

Para ajudar as empresas a avaliar o cumprimento destes requisitos, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas¹⁹⁵, que identifica quatro áreas que as empresas devem considerar: direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa. As atividades desenvolvidas por Jerónimo Martins na prossecução do seu cumprimento são descritas de seguida.

Direitos humanos nas operações próprias¹⁹⁶

O Grupo Jerónimo Martins respeita os direitos humanos e dos trabalhadores, seguindo as diretrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, no quadro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e demais convénios aplicáveis, além da legislação local dos países onde desenvolve a sua atividade.

A nossa atuação é pautada por princípios como o respeito pela lei e pelos direitos humanos, a honestidade, a integridade, a transparência, a diversidade e a inclusão, a responsabilidade social corporativa e a independência em relação a partidos políticos. Prevenimos a discriminação em todas as suas formas, sendo a evolução e o reconhecimento profissionais baseados no mérito e na justiça, nas qualificações e na igualdade de oportunidades. Promovemos um ambiente de trabalho seguro e saudável, não tolerando qualquer forma de assédio. Procuramos garantir as melhores práticas de segurança e

¹⁹⁴ Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020.

¹⁹⁵ “Final Report on Minimum Safeguards”, Platform on Sustainable Finance, outubro 2022.

¹⁹⁶ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, e em particular secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.11. “Agir Eticamente”.

saúde no trabalho¹⁹⁷, em prol dos nossos mais de 130 mil colaboradores. Asseguramos a liberdade de associação e contratação coletiva.¹⁹⁸

Promovemos também o respeito pela vida privada do colaborador, pelo horário de trabalho e o direito ao descanso, valorizando uma organização equilibrada do tempo. Procuramos prevenir os riscos de trabalho forçado e de trabalho infantil, nomeadamente através de mecanismos que impedem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida, e implementamos medidas para assegurar o respeito pelos direitos dos povos indígenas.

Os temas de direitos humanos acima mencionados estão integrados no nosso Código de Conduta¹⁹⁹, que aborda os princípios que orientam a relação com todas as partes interessadas.

Promovemos, de forma regular, ações de formação sobre direitos humanos no âmbito do Código de Conduta e da legislação laboral aplicável. Em 2023 demos formação sobre o Código de Conduta a 5.251 pessoas, e sobre legislação laboral a 7.704 colaboradores, num total de mais de 20 mil horas de formação.

Direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento

Em relação à cadeia de abastecimento, para além do disposto no Código de Conduta Jerónimo Martins, destacam-se três documentos orientadores: o Código de Conduta de Fornecedores, a Política de Compras Sustentáveis e a Política Anticorrupção²⁰⁰. A seleção de fornecedores é realizada com base em critérios de qualidade, capacidade de inovação, preço, capacidade de abastecimento, desempenho, confiança, continuidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Os fornecedores e demais parceiros comerciais comprometem-se a conduzir os seus negócios com honestidade, integridade e respeito pelo cumprimento das leis dos países onde operam e pelos tratados internacionais que sejam aplicáveis. Através da integração do Código de Conduta de Fornecedores e da Política Anticorrupção na celebração de novos contratos comerciais, sublinhamos a importância da redução e remediação de potenciais impactos negativos para toda a cadeia de abastecimento. Independentemente da antiguidade do vínculo contratual, os fornecedores são ainda convidados para ações de formação nestas matérias, promovidas por Jerónimo Martins.

Ao nível da Política de Compras Sustentáveis, o Grupo reserva-se o direito de cessar de imediato, e de forma unilateral, as relações comerciais com fornecedores sempre que tome conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos direitos humanos, da Criança e/ou dos Trabalhadores e/ou não incorporem preocupações éticas e ambientais no desenvolvimento da sua atuação.

Nos processos de *sourcing* globais (aquisição de produtos que servem Companhias localizadas em mais de um país), são aplicados critérios de seleção que incluem a aceitação da Política de Compras Sustentáveis, do Código de Conduta de Fornecedores e da Política Anticorrupção, assim como a declaração de inexistência de trabalho forçado e infantil nas suas operações, a garantia da prática de um horário de trabalho alinhado com a lei e a concessão dos dias de descanso previstos na mesma. Entre outros critérios estão incluídos a prática de salários justos, a promoção de um ambiente de trabalho seguro providenciando, por exemplo, equipamentos de combate a incêndios e de proteção individual, saídas de emergência, seguro de acidentes profissionais e assistência médica para todos os colaboradores, e a disponibilidade para, em caso de seleção, serem alvo de auditoria social e de formação neste âmbito.

¹⁹⁷ Temos 92 políticas globais e locais que acompanham todo o percurso dos colaboradores na organização e que pretendem salvaguardar uma conduta ética e responsável em cada um dos processos de gestão de recursos humanos. Destaque em Portugal para as diretrizes para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação, focadas na gestão e combate a situações desta natureza.

¹⁹⁸ Na Polónia, a Biedronka conta com uma Política Sindical com o propósito de assegurar as principais regras e diretrizes na condução de um diálogo social efetivo, eficiente, alinhado com a lei e baseado nos princípios de transparência, independência e confiança mútua. Relativamente à contratação coletiva, aplicável apenas em Portugal, em 2023 abrangia 95,4% dos colaboradores.

¹⁹⁹ O nosso Código de Conduta está disponível no website corporativo, na página "Ética e Integridade."

²⁰⁰ A nossa Política Anticorrupção está disponível no website corporativo, na página Ética e Integridade.

Os fornecedores de produtos de Marca Própria e de perecíveis são auditados tanto no processo de seleção como regularmente, com o objetivo de acompanhar a gestão e controlo dos processos produtivos, nomeadamente quanto aos sistemas de qualidade e de segurança alimentar implementados. As auditorias são levadas a cabo por equipas internas e contam com o auxílio de entidades externas independentes. Compreendem temas como a qualidade e segurança alimentar, e a incorporação de critérios ambientais e laborais, entre outros.²⁰¹

As auditorias sociais, realizadas por uma entidade externa e independente, visam, por sua vez, monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, assim como promover a aplicação das boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Procuram igualmente assegurar o cumprimento da Resolução e dos Princípios Prioritários²⁰², em vigor desde 2015, da Human Rights – Working to End Forced Labour Coalition, também do CGF.

Estas auditorias sociais englobam mais de 120 critérios de avaliação, sendo alguns de carácter “zero tolerância” nos âmbitos da prevenção do trabalho forçado e infantil, da preparação para emergências, saúde e segurança, e, entre outros, do combate à corrupção.

As auditorias são precedidas de formação e culminam, após verificação *in loco* das infraestruturas e realização de entrevistas a trabalhadores, com uma classificação. Se necessário é desenvolvido um plano de ações corretivas com um período limite de implementação estipulado conforme a gravidade. Aplicam-se a três tipos de atividades para o sector agroalimentar: produção primária, operações no mar, e indústria de transformação.²⁰³

Como complemento às iniciativas desenvolvidas com os nossos fornecedores, incentivamos a adoção de certificações de sustentabilidade. Estes sistemas seguem referenciais que consideram requisitos ambientais e/ou sociais verificados por entidades externas e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao produto em si e/ou à sua embalagem. A sua adoção assegura a implementação de boas práticas ambientais na cadeia de valor – podem servir de garante que não houve – no fabrico de produtos – desflorestação ou conversão de ecossistemas de alto valor de conservação, que os processos de produção para a mitigação da poluição são *best in class*, e/ou que os princípios de direitos humanos são respeitados, confirmando a inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado, o pagamento justo ao produtor, entre outros exemplos. A presença de simbologia própria no ponto de venda facilita ainda a comunicação destes atributos aos consumidores, sensibilizando-os para a escolha de produtos certificados.²⁰⁴

Prevenção e combate à corrupção

Estamos empenhados em combater todas as formas de corrupção, designadamente as associadas direta ou indiretamente aos elos que compõem a cadeia de valor, exigindo transparência e integridade nas relações entre os diferentes intervenientes. Na nossa Política Anticorrupção, que faz parte do Código de Conduta, instituímos o princípio da tolerância zero para qualquer comportamento que integre a prática de atos de corrupção, tráfico de influências, recebimento ou oferta indevidos de vantagem ou pagamento ou

²⁰¹ Para mais informação sobre as auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar junto de fornecedores, ver capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. Relação com Fornecedores, subsecção 4.2.1. Seleção e Acompanhamento de Fornecedores.

²⁰² Os Princípios Prioritários do CGF (disponíveis em www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/2018/08/Priority-Industry-Principles-One-Pager.pdf) consistem na defesa de temas considerados críticos em matéria de proteção dos direitos laborais nas cadeias de abastecimento globais: a liberdade de movimento (a capacidade dos trabalhadores circularem livremente, não devendo ser restringida pelo seu empregador através de abusos, ameaças e práticas como a retenção de documentos de identificação, e de bens pessoais); o carácter voluntário de um emprego (nenhum trabalhador deverá pagar por um emprego, devendo estar consciente dos termos e condições antecipadamente, e ser remunerado regularmente como acordado, estando proibidas relações contratuais baseadas em dívida ou em servidão); e o carácter de liberdade contratual (nenhum trabalhador deve encontrar-se numa situação de endividamento ou de coação através de taxas ou custos associados ao recrutamento e ao emprego, devendo ser pagos pelo empregador e não colocando nenhum encargo financeiro sobre um trabalhador).

²⁰³ Para mais informação sobre as Auditorias Sociais junto de fornecedores, ver capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. Relação com Fornecedores, subsecção 4.2.1 Seleção e Acompanhamento de Fornecedores.

²⁰⁴ Para mais informação sobre produtos certificados, ver capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. Relação com Fornecedores, subsecção 4.2.1 Seleção e Acompanhamento de Fornecedores.

recebimento de quaisquer benefícios que violem as disposições legais em vigor em cada país e o Código de Conduta de Jerónimo Martins.

Somos membros do United Nations Global Compact que, entre os seus dez princípios, defende os direitos humanos e do trabalhador, e define, no seu Princípio 10, que “as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”²⁰⁵. Adicionalmente, o combate à corrupção e suborno integra um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes)²⁰⁶, sendo igualmente um dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos²⁰⁷ e uma das diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais²⁰⁸.

O Grupo dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRC)²⁰⁹, na sequência da aprovação em Portugal do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, consagrado no Decreto-Lei No. 109-E/2021, de 9 de dezembro, que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência de situações de corrupção e o seu previsível impacto. Este plano lista igualmente as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto. Em 2023 foi publicado um relatório anual de execução do PPRC que pode ser consultado em www.jeronimomartins.com.

Aquando da admissão de colaboradores e por forma a dar a conhecer os valores e princípios éticos do Grupo, partilhamos e formalizamos a tomada de conhecimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, garantindo comunicações regulares sobre estes temas.

Além disso, desenvolvemos um programa de formação em Política Anticorrupção em dois formatos de participação (*e-learning* e formação avançada para funções críticas), cujos conteúdos são periodicamente revistos para assegurar a sua atualidade. Em 2023 foram dadas 16.951 horas de formação sobre este tema (84,5% mais do que em 2022) e chegámos a 12.787 colaboradores através de campanhas de comunicação. Foram ainda lecionadas formações adicionais para públicos-alvo específicos em diversas matérias relacionadas com a prevenção de corrupção, como por exemplo o Procedimento de Dever de Diligência, procedimentos de auditoria com foco em corrupção para auditores e procedimentos da Política Anticorrupção para *sponsors* e *pivots*. Na Polónia, foram também ministrados cursos adicionais para públicos específicos, como por exemplo a formação sobre a política de *compliance* e a formação sobre conflitos de interesses, visitas a fornecedores e cortesias, bem como procedimentos de contratação. Na Colômbia, 5.059 colaboradores tiveram acesso a formação sobre o sistema de autocontrolo e gestão de risco na lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Na Ara, foram igualmente ministradas formações sobre conflitos de interesses e procedimentos de contratação.

Também as entidades terceiras que se relacionam com as empresas do Grupo são destinatárias de ações de comunicação. Neste contexto, destaca-se a divulgação da Política Anticorrupção junto dos fornecedores, do Código de Conduta de Fornecedores e da Política de Compras Sustentáveis, publicados no site do Grupo e/ou incluídos nos contratos com entidades terceiras.

Além disso, verificamos periodicamente a eficácia e a correta implementação das nossas políticas, procedimentos e controlos internos através, por exemplo, de auditorias que incluem a análise da gestão dos riscos (entre os quais os riscos operacionais que podem estar associados a eventos de fraude e/ou corrupção), de forma a identificar eventuais não-conformidades e pontos de melhoria.²¹⁰

²⁰⁵ Disponível em www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles

²⁰⁶ De entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o 16º “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” elenca como uma das suas metas (16.5) “Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas”. Disponível em www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/

²⁰⁷ As «Guiding Principles for Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework», criadas em 2011, encontram-se disponíveis em várias línguas em www.unglobalcompact.org/library/2

²⁰⁸ As OECD Guidelines for Multinational Enterprises, desenvolvidas em 1976 e atualizadas em 2011, encontram-se disponíveis em várias línguas em www.oecd.org/daf/inv/mne/oecdguidelinesformultinationalenterprises.htm

²⁰⁹ Disponível em www.jeronimomartins.com

²¹⁰ Ver capítulo 4. “Governo da Sociedade”, Parte 1. – “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C. “Organização Interna”, subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”.

Tributação e concorrência justa

Em matéria tributária, a Direção de Fiscalidade da Holding, que trabalha em conjunto com os Departamentos Fiscais da Jerónimo Martins Polska e da Jerónimo Martins Colombia, presta assessoria a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

O Grupo adota, ainda, uma postura colaborativa com as autoridades fiscais dos países onde opera, tendo vindo a participar, por exemplo, em diversas iniciativas da Autoridade Tributária portuguesa em matéria de transparência fiscal e relação cooperativa.

Os riscos associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Equipa de Gestão e pela Comissão de Auditoria.

Relativamente à concorrência justa, o Grupo Jerónimo Martins apoia todas as ações que tendam a proibir a existência de atividades restritivas do livre comércio, práticas injustas ou abuso de posição negocial e acredita na concorrência forte e leal, apoiando o desenvolvimento de leis da concorrência apropriadas.

Gestão do Risco

Destacamos também a Política de Gestão do Risco e a Metodologia de Gestão do Risco, que visam alinhar os objetivos e estratégia do Grupo com a avaliação estruturada e consistente dos riscos específicos de cada Companhia e dos riscos transversais ao Grupo. Permitem ainda acompanhar os riscos emergentes que podem vir a afetar o Grupo e/ou as suas Companhias.

O processo anual de gestão de risco, um exercício que envolve cerca de 70 managers de todos os países onde o Grupo opera, e que tem como principal finalidade assegurar a identificação, acompanhamento, avaliação e reporte dos riscos a que Jerónimo Martins e as suas Companhias estão expostas, bem como as mais relevantes medidas de mitigação dos mesmos, pode ser consultado em detalhe nos números 52 a 55 do capítulo 4. "Governo da Sociedade" deste relatório.

São ainda realizadas revisões trimestrais com o objetivo de acompanhar os temas mais críticos para o negócio e uma monitorização ativa de quaisquer riscos emergentes que possam ser relevantes para o Grupo.

Na sequência desta avaliação, são planeadas e executadas auditorias internas e são preparados os planos estratégicos de cada Companhia. Os temas considerados ao longo das avaliações de risco têm em conta alguns aspetos que podem ser relacionados com os riscos de corrupção, reputação e direitos humanos.²¹¹

Mecanismos de enforcement

A Comissão de Ética é o órgão especializado do Grupo que tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade, a Comissão de Ética

²¹¹ Ver capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte 1. – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

disponibiliza uma plataforma digital²¹² para a denúncia de infrações, de forma confidencial, e anónima se desejado.

Adicionalmente, contamos com quatro Núcleos de Ética em Portugal²¹³. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades respeitantes às Companhias, apresentadas por qualquer uma das partes interessadas. A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética atuam de acordo com os princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse.

Existem ainda outros órgãos que recebem e investigam queixas sobre temas específicos: a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia, e o Comité de Convivência Laboral na Colômbia, que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Os colaboradores têm ainda à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação e/ou diminuição dos seus direitos.

O sistema de controlo interno do Grupo é assegurado por um conjunto de áreas dedicadas à monitorização de processos críticos a nível central e operacional, envolvendo, nomeadamente, as seguintes entidades:

- Conselho de Administração;
- Comissão de Auditoria;
- Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva;
- Comité de Risco;
- Departamento de Auditoria Interna, que reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria;
- Direção de Estratégia e de Gestão de Risco;
- Gestor de Risco da Unidade de Negócio;
- todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades.

O Departamento de Auditoria Interna avalia a qualidade e a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco (operacionais e não operacionais) estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos e políticas do Grupo e das suas unidades de negócio. Esta área tem também como missão promover o cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às operações. Os processos de controlo interno são formalizados em políticas e procedimentos internos.²¹⁴

Encontramo-nos presentemente a robustecer um processo de *due diligence* de direitos humanos em linha com as recomendações da OCDE e com a legislação da União Europeia, em fase de aprovação, respeitante à Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, assim

²¹² Disponível em www.jeronimomartins.com e em comissaodeetica.jeronimomartins.com/. Para mais informação sobre o tratamento de denúncias e taxa de resolução das mesmas, ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11 "Agir Eticamente".

²¹³ Na sequência da aprovação do regime geral de proteção do denunciante e de acordo com a Diretiva (UE) 2019/1937 e a sua transposição para a lei portuguesa 93/2021 as empresas com 50 ou mais colaboradores têm de dispor de canais de denúncia, e as que empreguem entre 50 e 249 trabalhadores podem partilhar recursos no que respeita à receção de denúncias e ao respetivo seguimento, resultando em quatro Núcleos de Ética no contexto de Jerónimo Martins em Portugal.

²¹⁴ Ver Cap.4, Governo da Sociedade, Parte 1. "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos", ponto 50. "Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno" a 55. "Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira".

como em matéria de prevenção e combate à corrupção, em observância do enquadramento legal aplicável.

Comunicação

Para mais informação sobre a abordagem de defesa dos direitos humanos, prevenção da discriminação, proteção do direito de negociação coletiva, da prevenção do trabalho forçado e infantil, prevenção da corrupção, práticas de tributação e concorrência justa, assim como sobre a gestão e mitigação dos riscos associadas a essas matérias, podem ser consultados, no subcapítulo 10. “Tabelas de Indicadores” deste relatório, os seguintes indicadores de sustentabilidade sugeridos pela Global Reporting Initiative (GRI):

- Abordagem de Gestão: GRI 2-1 ao 2-30, 3-1/2/3.
- Aspectos Materiais: GRI 103-1/2/3.
- Anticorrupção: GRI 205-1/2.
- Práticas Anticoncorrenciais: GRI 206-1.
- Emprego: GRI 401-1/2/3.
- Trabalho e Relação com a Gestão: GRI 402-1.
- Saúde e Segurança dos Colaboradores: GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10.
- Formação e Educação: GRI 404-1/2/3.
- Diversidade e Igualdade de Oportunidades: GRI 405-1/2.
- Não-Discriminação: GRI 406-1.
- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva: GRI 407-1.
- Trabalho Infantil: GRI 408-1.
- Trabalho Forçado: GRI 409-1.
- Segurança: GRI 410-1.
- Comunidades Locais: GRI 413-1.
- Avaliação Social de Fornecedores: GRI 414-1/2.
- Políticas Públicas: GRI 415-1.
- Saúde e Segurança dos Consumidores: GRI 416-1/2.

9.5. Divulgação de KPI (Key Performance Indicator)

Em 2023, registámos os seguintes resultados de elegibilidade e alinhamento:

- KPI volume de negócios (Turnover): 100% não elegível, uma vez que a nossa atividade principal (Distribuição Alimentar) não se encontra atualmente regulada no Ato Delegado do Clima nem no Ato Delegado Ambiental;
- KPI despesas de capital (CapEx): 5% elegível e alinhado; 53% elegível e não alinhado; 42% não elegível;
- KPI despesas operacionais (OpEx): 100% não elegível (montantes potencialmente enquadrados no numerador do indicador considerados não materiais).

De acordo com o Ato Delegado do Artigo 8.º, as empresas devem apresentar três tabelas, uma para cada um dos três KPI: volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). Essa informação é apresentada de seguida:

9.5.1. Volume de negócios

Exercício 2023	2023		Critérios de contributo substancial							Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)							Proporção do Volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2022 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
	Código (a) (2)	Volume de negócios (3)	Proporção do Volume de negócios, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poliuição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poliuição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)			
		€ Milhões	%	S: N/ N/EL (b) e (c)	S: N/ N/EL (b) e (c)	S: N/ N/EL (b) e (c)	S: N/ N/EL (b) e (c)	S: N/ N/EL (b) e (c)	S: N/ N/EL (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S / N	S/N	S / N	S/N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
Das quais, capacitantes	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%	C	
Das quais, de transição	0	0%	0%														0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)	30.608	100%																	
Total (A + B)	30.608	100%																	

O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado (vendas e prestação de serviços), conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas constantes no capítulo 3 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”. Relativamente ao numerador, não identificámos atividades elegíveis, uma vez que, como já referido, a Distribuição Alimentar não está, à data, incluída na lista de atividades da Taxonomia.

9.5.2. Despesas de capital (Capex)

Exercício 2023	2023			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)						Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2022 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
	Código (a) (2)	CapEx (3)	Proporção do CapEx, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poliuição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (12)	Água (13)	Poliuição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)			
Atividades económicas (1)		€ Milhões	%	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S / N	S / N	S / N	S / N	S / N	S / N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																		
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	0	0%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	28	2%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	45	3%	S	N	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L	S	S	S	S	S	S	9%		
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		73	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	9%		
Das quais, capacitantes		28	2%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Das quais, de transição		0	0%	0%						S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																		
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5 / AAC 6.5	11	1%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L							0%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / AAC 7.2 / EC 3.2	218	15%	EL	EL	N/E L	N/E L	EL	N/E L							14%		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3 / AAC 7.3	1	0%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L							0%		
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	529	37%	EL	EL	N/E L	N/E L	N/E L	N/E L							31%		
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		759	53%	53%	0%	0%	0%	0%	0%							46%		
A. CapEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		832	58%	58%	0%	0%	0%	0%	0%							55%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																		
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		592	42%															
Total (A + B)		1.424	100%															

Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º, o indicador de CapEx é definido como o CapEx elegível (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). O CapEx total foi calculado de acordo com as regras e princípios aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido considerados os aumentos do valor bruto de ativos fixos tangíveis, de ativos intangíveis, de propriedades de investimento (quando aplicável), de ativos biológicos (quando aplicável) e direitos de uso, conforme é apresentado nas notas 8, 9 e 10 anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”). O valor do denominador corresponde à soma das rubricas de “Aumentos” apresentadas nas notas indicadas.

Milhões de euros

	2023	2022
Aumentos de Ativos fixos tangíveis (Nota 8.1)	1.111	887
Aumentos de Ativos intangíveis (Nota 9.1)	22	18
Aumentos de Direitos de uso (Nota 10.1)	291	333
Total do CapEx 2023 para efeitos da Taxonomia UE	1.424	1.238

Relativamente aos direitos de uso, entendemos que o Ato Delegado é omissivo quanto ao tratamento de aumentos ao valor bruto desses ativos que resultem de modificações contratuais ou de outros ajustamentos às responsabilidades com locações, nomeadamente de extensões do prazo da locação.

Nesse sentido, não foram incluídas no denominador novas mensurações de ativos de direitos de uso resultantes de modificações contratuais ou de outros ajustamentos aos passivos, conforme apresentados na rubrica “Atualizações contratos de direitos de uso” na respetiva nota de detalhe (10.1).

Relativamente à identificação de CapEx elegível, a nossa abordagem à classificação das atividades económicas foi como se segue:

- não foi incluído CapEx relacionado com ativos ou processos associados com atividades elegíveis tendo em conta que a nossa atividade principal não é abrangida pela Taxonomia, nem identificámos investimentos em atividades internas que qualifiquem como tal;
- não foi incluído CapEx relativo a planos de CapEx, tal como atualmente definidos na Taxonomia para expandir atividades alinhadas ou permitir que as atividades elegíveis se tornem alinhadas pela Taxonomia;
- foi incluído CapEx relacionado com a aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis de suporte à nossa atividade principal.

Em resultado desta abordagem, foram classificadas como elegíveis as atividades indicadas na subsecção 9.3. “Análise de Elegibilidade” deste subcapítulo. Em relação a estas atividades, analisámos os investimentos para os quais os fornecedores nos disponibilizaram a informação necessária para identificar se a respetiva atividade económica está alinhada com a Taxonomia, incluindo o cumprimento dos critérios de NPS e salvaguardas mínimas, bem como no que foi possível avaliar diretamente.

9.5.3. Despesas operacionais

Exercício 2023	2023			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
	Código (a) (2)	OpEx (3)	Proporção do OpEx, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poliuição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poliuição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2022 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
		€ Milhões	%	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S; N; N/E L (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S / N	S / N	S / N	S / N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
Das quais, capacitantes		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%	C	
Das quais, de transição		0	0%	0%													0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
A. OpEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%								0%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		125	100%																
Total (A + B)		125	100%																

Nos termos do Ato Delegado do artigo 8.º, o indicador de OpEx é definido como o OpEx elegível e alinhado (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). O OpEx total para este efeito consiste nos custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. Não são incluídos custos operacionais decorrentes de locações de ativos de valor reduzido ou de contratos de locação com rendas variáveis.

Ainda de acordo com o Ato Delegado e considerando as orientações entretanto emitidas pela Comissão Europeia, uma entidade está isenta de calcular o numerador do indicador de OpEx quando o valor do denominador seja considerado não material ao modelo de negócio.

Entendemos que o total de OpEx calculado, conforme apresentado na tabela acima, não é material à nossa atividade, uma vez que representa apenas 0,4% do total das despesas operacionais em 2023, uma

vez que não incorreremos em despesas operacionais significativas de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da IAS 38, nem serem expressivos os montantes incorridos com atividades de manutenção e reparação de ativos, e locações de curto prazo. Nesse sentido, optámos por aplicar a isenção referida, e não calcular o numerador para o indicador de OpEx.

9.5.4. Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil

No que diz respeito às atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil, o Grupo declara que não desenvolveu estas atividades em 2023 conforme tabela abaixo (Ato Delegado Complementar: Modelo 1 - Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil):

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	NÃO
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	NÃO
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	NÃO
Atividades relacionadas com o gás fóssil		
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	NÃO
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO

9.6. Conclusão e antevisão do reporte de 2024

Com o objetivo de assegurar o cumprimento do reporte nos termos da Taxonomia, iremos continuar, ao longo de 2024, a monitorizar a publicação de novos atos delegados com a eventual inclusão de novas atividades económicas. Adicionalmente, e em complemento, iremos continuar a efetuar o levantamento de informação necessária para robustecer a análise ao cumprimento dos critérios técnicos (“contribuição substancial” e “não prejudicar significativamente”) para as atividades identificadas como elegíveis. Este trabalho irá também passar pelo envolvimento dos nossos fornecedores de quem muita desta informação está dependente. Procuraremos também manter o trabalho de revisão da forma como classificamos e organizamos a informação nos sistemas informáticos utilizados pelas nossas Companhias.

10. Tabelas de Indicadores



Este relatório foi elaborado de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Nesta secção são incluídas sete tabelas que procuram cruzar a informação reportada com as principais metodologias e pedidos de informação efetuados pelos nossos stakeholders: GRI Standards (Tabela 1), indicadores de desempenho Jerónimo Martins (Tabela 2), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (Tabela 3), Sustainability Accounting Standards Board (Tabela 4), Indicadores do Regulamento (UE) 2022/1288 (Tabela 5), o modelo de relatório para divulgação de informação não financeira pelas sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (Tabela 6), e os indicadores segundo o European Sustainability Reporting Standards (Tabela 7). Sempre que possível é também realizado um cruzamento entre estes indicadores, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.

Tabela 1 – Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards.


SUMÁRIO DO CONTEÚDO GRI: Declaração de utilização: Jerónimo Martins reporta de acordo com as GRI Standards para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023; **GRI 1 utilizado:** GRI 1: Fundamentos 2021; **Norma(s) Setorial(s) da GRI aplicada(s):** não foram utilizadas Normas Setoriais da GRI.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
CONTEÚDOS GERAIS			
2-1	Detalhes da organização.	✓ Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal. Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins".	---
2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização.	✓ Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	---
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contacto.	✓ O presente Relatório do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. O relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual. Ponto de contacto: comunicacao@jeronimo-martins.com	---
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	✓ <ul style="list-style-type: none"> O valor respeitante ao desempenho HACCP de 2022 dos centros de distribuição em Portugal foi de 93%, que corresponde à média de desempenho dos centros de distribuição, cozinhas centrais e cantinas internas. Deste modo, no Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar" e subsecção 2.3.2. Auditorias internas, onde se lê "95%" deverá ler-se "93%". Este valor encontra-se corrigido e devidamente assinalado no atual relatório. A variação anual entre 2022-2021 é, portanto, de +1 p.p. e não de +3 p.p. como reportado em 2022. O valor respeitante a withdrawals de nível II das Marcas Próprias Portugal, em 2021, foi corrigido devido à inclusão, nesse ano, de recolhas de produtos não-alimentares. Este indicador diz respeito apenas à recolha de produtos alimentares motivo pelo qual onde se lê no Relatório e Contas de 2021, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar" e subsecção 2.3.4. Recolha de Produtos Alimentares, "74" recolhas, deverá ler-se "68" recolhas, impactando o número total de incidentes de nível II ("237" e não "243"), o número total de incidentes ("309" e não "315") e a variação do mesmo face ao ano 2020 ("10%" e não "6%"). Deste modo, onde se lê "Em 2021, registou-se um total de 315 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, uma diminuição de 6% face a 2020.", deverá ler-se "Em 2021, registou-se um total de 309 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, uma diminuição de 10% face a 2020." De igual modo, no Relatório e Contas de 2022 estas alterações ficam vertidas considerando a comparabilidade anual. Adicionalmente, face a 2022, na área de perecíveis da Polónia, deverá somar-se uma recolha de nível II – no total de nível II, onde se lê "261" recolhas deverá ler-se "262". Assim, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar" e subsecção 2.3.4. Recolha de Produtos Alimentares, onde se lê "Em 2022, houve um total de 364 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, mais 15,6% do que em 2021.", deverá ler-se "Em 2022, houve um total de 365 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, mais 18,1% do que em 2021." Estes valores encontram-se corrigidos e devidamente assinalados no atual relatório. 	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	<ul style="list-style-type: none"> No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. Seleção e Acompanhamento de Fornecedores, na parte referente a Auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria, o número das auditorias na área de perecíveis na Polónia, foi revisto devido à integração de auditorias ad-hoc e inspeções. Assim, onde se lê "218" auditorias, deverá ler-se "1.480" auditorias. Para que haja coerência com o ano transato, também este número foi revisto para 2021 – onde se lê "299" deverá ler-se "1.239" auditorias. Deste modo a variação 2022-2021 representa "+20%" e não "-27%" como reportado. O número, corrigido, de 2022 encontra-se devidamente assinalado no atual relatório. Os valores respeitantes aos estágios sociais reportados no Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos", foram revistos: onde se lia "Ao longo de 2022, 417 colaboradores em Portugal e na Polónia participaram em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho. Foram concretizadas cerca de 8,7 milhões de horas de tutoria, um valor equivalente a mais de 2,3 milhões de euros.", deverá ler-se "Ao longo de 2022, 322 colaboradoras em Portugal e na Polónia participaram em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho. Foram concretizadas mais de 95 mil horas de tutoria, um valor equivalente a mais de 2,3 milhões de euros." Em 2022 e 2021, reportámos, no compromisso para o triénio 2021-2023 "Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.", referente ao pilar "Apoiar as Comunidades Envolventes", o número de lojas que se encontravam a fazer doações a instituições de solidariedade social. Contudo, tal número foi descrito, erroneamente, como dizendo respeito apenas às lojas que tinham um protocolo estabelecido com as referidas instituições e não às que possuíam procedimentos de doação, independentemente da existência de protocolo. Assim, no Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023", no pilar "Apoio às Comunidades Envolventes" onde se lê "As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizavam 2.551 no final de 2022. Este valor representa 75% das lojas da Companhia.", deverá ler-se "As lojas com procedimentos estabelecidos para o encaminhamento de géneros alimentares para instituições locais totalizaram 2.551 no final de 2022. Este valor representou 75% das lojas da Companhia." No Relatório e Contas de 2021, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023", no pilar "Apoio às Comunidades Envolventes" o número final apurado e descrito no subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes" deve ficar vertido para o relato de progresso nos compromissos – onde se lê "As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizaram 3.000 no final de 2021. Este valor representa 71% das lojas da Companhia e um crescimento de 18%, face a 2020.", deverá ler-se "As lojas com procedimentos estabelecidos para o encaminhamento de géneros alimentares para instituições locais totalizaram 2.297 no final de 2021. Este valor representa 71% das lojas da Companhia e um crescimento de 18%, face a 2020." No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de práticas mais sustentáveis de produção", subsecção 4.3.1. Combate à desflorestação, na tabela referente às principais commodities agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis, a quantidade total (toneladas) das commodities Papel e Madeira e Carne bovina foi revista como resultado de oportunidades de melhoria detetadas no processo de verificação do ano anterior. Assim, relativamente a papel e madeira, onde se lê "178.110", deverá ler-se "190.663", onde se lê "139.492" deverá ler-se "152.045" e onde se lê "111.962" deve-se ler "124.515". Em relação à carne bovina, onde se lê "46.186" deverá ler-se "40.567", onde se lê "10.862" deverá ler-se "11.831" e onde se lê "35.236" deve-se ler "26.648". Os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório. No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 3. "Respeitar o ambiente", secção 3.1. "Combate às alterações climáticas", subsecção 3.1.2. Pegada de carbono, alguns valores da tabela referentes à pegada de carbono foram revistos com o objetivo de melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol. Assim, relativamente ao valor específico (âmbitos 1 e 2), onde se lê "0,0441", deverá ler-se "0,0342". Em relação à pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2) por GEE, onde se lê "1.119.135" deverá ler-se "869.337", relativamente à pegada de carbono (âmbito 1 – impactes diretos), onde se lê "222.921" deve-se ler "227.719", já no que à pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos) diz respeito, onde se lê "896.214" deve-se ler "227.719" e por último na pegada de carbono (Âmbito 3 – outros impactes indiretos) onde se lê "28.582.290" deve-se ler "28.960.529". Consequentemente várias categorias dentro destes indicadores foram afetadas. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório. 	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.		---
2-5	Verificação externa.		---

- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.1. “Combate Às alterações climáticas”, subsecção 3.1.3. Gestão dos consumos de água e energia, alguns valores da tabela referentes à captação de água foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao valor específico global, onde se lê “0,245”, deverá ler-se “0,232” e ao valor específico (Agricultar), onde se lê “34,632” deverá ler-se “30,848”. Em relação à captação de água por fonte, onde se lê “6.220,0” deve-se ler “5.881,1” decorrente de uma correção da captação da rede municipal e privada. Já no que à captação de água por unidade de negócio JMA diz respeito, onde se lê “3.101,1” deve-se ler “2.762,3. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.
- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.1. “Combate Às alterações climáticas”, subsecção 3.1.3. Gestão dos consumos de água e energia, alguns valores da tabela referentes ao consumo de água foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao consumo de água por unidade de negócio, onde se lê “3.517,6” deve-se ler “3.178,8” decorrente de uma correção no valor do consumo de água da JMA. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.
- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.1. “Combate Às alterações climáticas”, subsecção 3.1.3. Gestão dos consumos de água e energia, alguns valores da tabela referentes ao consumo de energia foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao consumo de energia por tipologia, onde se lê “7.490.850” deve-se ler “7.529.609” decorrente de alterações aos valores de eletricidade e combustíveis. Em relação ao consumo de energia renovável, onde se lê “2.857.075” deve-se ler “3.378.293” decorrente de alterações ao valor de eletricidade. Por último, no consumo de energia na Biedronka, onde se lê “4.359.429” deve-se ler “4.391.749” Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.
- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma economia circular”, subsecção 3.4.2. Materiais consumidos e iniciativas de redução, alguns valores da tabela referentes aos principais materiais consumidos foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao valor específico, onde se lê “19,17”, deverá ler-se “19,13”. Em relação ao consumo por unidade de negócio, onde se lê “486.684” deverá ler-se “485.490”, relativamente às embalagens de produtos de Marca Própria (por tipo), onde se lê “456.885” deve-se ler “454.508”, já no que aos outros consumos diz respeito, onde se lê “16.957” deve-se ler “18.140”. Consequentemente várias categorias dentro destes indicadores foram afetadas. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.
- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma economia circular”, subsecção 3.4.2. Materiais consumidos e iniciativas de redução, alguns valores das tabelas referentes aos plásticos de utilização única (PUU) foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao valor específico, onde se lê “7,01”, deverá ler-se “7,00”. Em relação ao consumo de PUU por unidade de negócio, onde se lê “177.893” deverá ler-se “177.636”, relativamente ao consumo de PUU - sacos de caixa -, onde se lê “9.726” deve-se ler “9.735”, e relativamente ao consumo de outros PUU, onde se lê “363” deve-se ler “97” Para a incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas) por unidade negócio, onde se lê “21.879” deve-se ler “21.910” e quanto à incorporação de plástico reciclado em sacos de caixa e filme paletizado, onde se lê “7.463”, deve-se ler “7.494”. Por último, no que ao uso de plástico virgem em PUU (toneladas) por unidade de negócio diz respeito, onde se lê “148.599” deve-se ler “155.727” e ao uso de plástico virgem em PUU em sacos de caixa e paletização, onde se lê “5.543” deve-se ler “5.521”. Consequentemente várias categorias dentro destes indicadores foram afetadas. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.
- No Relatório e Contas de 2022, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma economia circular”, subsecção 3.4.3. “Promoção do consumo sustentável de materiais”, alguns valores da tabela referentes às soluções reutilizáveis para transporte de compras de clientes foram revistos em função de uma atualização dos cálculos. Assim, relativamente ao material consumido em sacos de plástico reutilizáveis, onde se lê “9.187”, deverá ler-se “9.196”. Consequentemente várias categorias dentro destes indicadores foram afetadas. Todos os números, corrigidos, de 2022 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório.

A informação contida e assinalada nesta tabela com  foi submetida a verificação por uma entidade externa: Ernst & Young Audit & Associadas – SROC, S.A. O relatório do processo de verificação pode ser consultado no final do capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																																																																																																																																				
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais.	<p>Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins" e capítulo 3 "Demonstrações Financeiras". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no nosso website www.jeronimomartins.com.</p>	---																																																																																																																																																				
2-7	Colaboradores.	<p>Tipologia de contratos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <th rowspan="2">Efetivo</th> <th colspan="3">2023</th> <th colspan="3">2022</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="2">Portugal</td> <td>Efetivo</td> <td>72.788</td> <td>25.178</td> <td>97.966</td> <td>69.811</td> <td>24.215</td> <td>94.026</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>29.172</td> <td>7.162</td> <td>36.334</td> <td>29.765</td> <td>7.303</td> <td>37.068</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Polónia</td> <td>Efetivo</td> <td>19.384</td> <td>10.024</td> <td>29.408</td> <td>19.152</td> <td>9.633</td> <td>28.785</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>3.513</td> <td>2.802</td> <td>6.315</td> <td>3.409</td> <td>2.671</td> <td>6.080</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Colômbia</td> <td>Efetivo</td> <td>47.150</td> <td>8.390</td> <td>55.540</td> <td>45.131</td> <td>8.276</td> <td>53.407</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>25.189</td> <td>4.124</td> <td>29.313</td> <td>25.947</td> <td>4.400</td> <td>30.347</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Colômbia</td> <td>Efetivo</td> <td>6.254</td> <td>6.764</td> <td>13.018</td> <td>5.528</td> <td>6.306</td> <td>11.834</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>470</td> <td>236</td> <td>706</td> <td>409</td> <td>232</td> <td>641</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os Estágios SENA na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo", correspondendo a 682 e 510 estágios em 2023 e 2022 respetivamente. Em 2023 oferecemos maior estabilidade contratual, registando-se um aumento de 1,2 p.p. no peso dos contratos efetivos a nível do Grupo e de 1,7 p.p. especificamente na Polónia.</p> <p>Tipologia de emprego</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <th rowspan="2">Full-time</th> <th colspan="3">2023</th> <th colspan="3">2022</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="2">Portugal</td> <td>Full-time</td> <td>84.578</td> <td>29.476</td> <td>114.054</td> <td>82.473</td> <td>28.848</td> <td>111.321</td> </tr> <tr> <td>Part-time</td> <td>17.382</td> <td>2.864</td> <td>20.246</td> <td>17.103</td> <td>2.670</td> <td>19.773</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Polónia</td> <td>Full-time</td> <td>19.357</td> <td>11.052</td> <td>30.409</td> <td>19.218</td> <td>10.688</td> <td>29.906</td> </tr> <tr> <td>Part-time</td> <td>3.540</td> <td>1.774</td> <td>5.314</td> <td>3.343</td> <td>1.616</td> <td>4.959</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Colômbia</td> <td>Full-time</td> <td>58.497</td> <td>11.424</td> <td>69.921</td> <td>57.318</td> <td>11.622</td> <td>68.940</td> </tr> <tr> <td>Part-time</td> <td>13.842</td> <td>1.090</td> <td>14.932</td> <td>13.760</td> <td>1.054</td> <td>14.814</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Colômbia</td> <td>Full-time</td> <td>6.724</td> <td>7.000</td> <td>13.724</td> <td>5.937</td> <td>6.538</td> <td>12.475</td> </tr> <tr> <td>Part-time</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table> <p>Não existem no Grupo colaboradores sem garantia de carga horária. No cálculo deste indicador foi contabilizado o número total de colaboradores no final do período.</p>	Grupo	Efetivo	2023			2022			Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Portugal	Efetivo	72.788	25.178	97.966	69.811	24.215	94.026	A termo	29.172	7.162	36.334	29.765	7.303	37.068	Polónia	Efetivo	19.384	10.024	29.408	19.152	9.633	28.785	A termo	3.513	2.802	6.315	3.409	2.671	6.080	Colômbia	Efetivo	47.150	8.390	55.540	45.131	8.276	53.407	A termo	25.189	4.124	29.313	25.947	4.400	30.347	Colômbia	Efetivo	6.254	6.764	13.018	5.528	6.306	11.834	A termo	470	236	706	409	232	641	Grupo	Full-time	2023			2022			Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Portugal	Full-time	84.578	29.476	114.054	82.473	28.848	111.321	Part-time	17.382	2.864	20.246	17.103	2.670	19.773	Polónia	Full-time	19.357	11.052	30.409	19.218	10.688	29.906	Part-time	3.540	1.774	5.314	3.343	1.616	4.959	Colômbia	Full-time	58.497	11.424	69.921	57.318	11.622	68.940	Part-time	13.842	1.090	14.932	13.760	1.054	14.814	Colômbia	Full-time	6.724	7.000	13.724	5.937	6.538	12.475	Part-time	0	0	0	0	0	0	<p>UNGC 6 SDG 8 e 10</p>
Grupo	Efetivo	2023			2022																																																																																																																																																		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total																																																																																																																																																
Portugal	Efetivo	72.788	25.178	97.966	69.811	24.215	94.026																																																																																																																																																
	A termo	29.172	7.162	36.334	29.765	7.303	37.068																																																																																																																																																
Polónia	Efetivo	19.384	10.024	29.408	19.152	9.633	28.785																																																																																																																																																
	A termo	3.513	2.802	6.315	3.409	2.671	6.080																																																																																																																																																
Colômbia	Efetivo	47.150	8.390	55.540	45.131	8.276	53.407																																																																																																																																																
	A termo	25.189	4.124	29.313	25.947	4.400	30.347																																																																																																																																																
Colômbia	Efetivo	6.254	6.764	13.018	5.528	6.306	11.834																																																																																																																																																
	A termo	470	236	706	409	232	641																																																																																																																																																
Grupo	Full-time	2023			2022																																																																																																																																																		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total																																																																																																																																																
Portugal	Full-time	84.578	29.476	114.054	82.473	28.848	111.321																																																																																																																																																
	Part-time	17.382	2.864	20.246	17.103	2.670	19.773																																																																																																																																																
Polónia	Full-time	19.357	11.052	30.409	19.218	10.688	29.906																																																																																																																																																
	Part-time	3.540	1.774	5.314	3.343	1.616	4.959																																																																																																																																																
Colômbia	Full-time	58.497	11.424	69.921	57.318	11.622	68.940																																																																																																																																																
	Part-time	13.842	1.090	14.932	13.760	1.054	14.814																																																																																																																																																
Colômbia	Full-time	6.724	7.000	13.724	5.937	6.538	12.475																																																																																																																																																
	Part-time	0	0	0	0	0	0																																																																																																																																																
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores.	<p>Trabalhadores não colaboradores</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>17.106</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>346</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>13.879</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>2.881</td> </tr> </tbody> </table> <p>No fim do período, o valor total de trabalhadores não colaboradores registados nos nossos sistemas internos foi de 17.106. Na maioria dos casos, estes trabalhadores são contratados temporariamente através de agências de trabalho para exercer funções como as de operador de loja e logística. Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a totalidade dos trabalhadores não colaboradores.</p>	2023		Grupo	17.106	Portugal	346	Polónia	13.879	Colômbia	2.881	<p>UNGC 6 SDG 8</p>																																																																																																																																										
2023																																																																																																																																																							
Grupo	17.106																																																																																																																																																						
Portugal	346																																																																																																																																																						
Polónia	13.879																																																																																																																																																						
Colômbia	2.881																																																																																																																																																						
2-9	Estrutura de governança e composição.	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".</p>	<p>SDG 5 e 16</p>																																																																																																																																																				
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança.	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Secções A "Estrutura Acionista" e B "Órgãos Sociais e Comissões".</p>	<p>SDG 5 e 16</p>																																																																																																																																																				
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança.	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com.</p>	<p>SDG 5 e 16</p>																																																																																																																																																				
2-12	Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos.	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com.</p>	<p>SDG 16</p>																																																																																																																																																				






GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-13	Delegação de responsabilidade para gestão de impactos.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".	---
2-14	Órgão máximo de governança responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	✓ A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas, é da Assembleia Geral de Acionistas.	---
2-15	Conflitos de interesse.	✓ Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com . Consulte, ainda, a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2023, documentos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com .	SDG 16
2-16	Comunicação de situações críticas.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	---
2-17	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	✓ O Grupo realiza atividades (ex.: ações de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comitês de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agroalimentar, tendo-se realizado 10 reuniões em 2023. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)".	---
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---
2-19	Políticas de remuneração.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---
2-20	Processo de atribuição de remuneração.		SDG 16
2-21	Rácio de remuneração total anual.	Considera-se que a divulgação do indicador é não aplicável à realidade do Grupo Jerónimo Martins, considerando: i) a sua presença em diferentes países com moedas mais fracas que o euro (resultando numa remuneração média de acordo com a Paridade do Poder de Compra mais baixa nesses países do que em Portugal); ii) o facto de o retalho alimentar tradicional ser intensivo em mão-de-obra e fortemente dependente de mão-de-obra pouco qualificada; iii) o facto de o indicador requerer a comparação entre realidades que não são comparáveis e onde não existe medida de justiça (i.e. comparação de perfis de colaboradores semelhantes em termos de nível de responsabilidade, especialização e contexto estratégico, entre outros).	---
2-22	Mensagem do Presidente.	✓ Ver "Mensagem do Presidente".	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-23	Políticas de atuação e compromissos.	✓	
2-24	Incorporação de políticas para a conduta responsável nas atividades da empresa.	✓	
2-25	Processos de remediação de impactos negativos.	✓	
2-26	Mecanismos adotados para procurar aconselhamento e levantar preocupações.	<p>Ver no website corporativo www.jeronimomartins.com as seguintes políticas que orientam a conduta do Grupo Jerónimo Martins e suas Companhias no desenvolvimento das suas atividades: Código de Conduta Jerónimo Martins, Política Anticorrupção, Política da Qualidade e Segurança de Produto, Política Nutricional, Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis, Código de Conduta para Fornecedores, e Política de Apoio às Comunidades Envolventes. Contamos ainda com o Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas (disponível em "Política Anticorrupção") e com o Plano de Igualdade de Género (disponível em "Princípios Éticos"). Estas políticas são acompanhadas por orientações internas e por compromissos que apoiam a sua materialização, visando potenciar o impacto positivo do Grupo e das suas Companhias e, também, prevenir e/ou remediar os impactos negativos face aos temas materialmente relevantes para o negócio, pessoas e ambiente. No caso da estratégia de Responsabilidade Corporativa, que integra os temas materiais referidos pelas partes interessadas ao negócio do Grupo (disponível no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade" e em "As Nossas Prioridades"), cada pilar de atuação conta com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • objetivos e ações, para um determinado horizonte temporal, a serem executadas internamente ou com parceiros da nossa cadeia de abastecimento, prestadores de serviços ou organizações sociais, e que podem incluir iniciativas de formação sobre a legislação e os Códigos e Políticas corporativas, e investimentos; • um reporte anual de progresso desses objetivos (disponível no website corporativo em "Os Nossos Compromissos e Progresso") que nos permite aferir e gerir as atividades que contribuem para a concretização das políticas e aquelas que necessitam de ajuste. Como forma de dar resposta às expectativas e preocupações das partes interessadas, existem mecanismos que facilitam a comunicação e resolução de potenciais impactos negativos decorrentes da nossa atividade: • a Comissão de Ética, órgão especializado para o acompanhamento, com isenção e independência, da divulgação e do cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em Portugal, Polónia e Colúmbia, gerindo assim os riscos de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações; • os Núcleos de Ética, canais de denúncia autónomos existentes em Portugal que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades que violem o direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta; • a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia; • o Comité de Convivência Laboral na Colúmbia que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais; • o Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos; • a Provedoria do Cliente, criada em 2005 com o objetivo de preservar a confiança e satisfação dos consumidores, medeia a relação dos clientes com as Companhias, sendo independente e neutra, e as suas competências e funcionamento autónomos em relação aos serviços de atendimento ao cliente. Cada processo remetido é analisado e as necessárias diligências executadas, culminado num parecer não vinculativo e em recomendações de atuação às Companhias. Para o triénio 2022-2024, foi nomeada uma nova Provedora do Cliente do Grupo. A taxa de resolução do total de contactos em 2023 foi de 99%, sendo o nível de satisfação das respostas aos clientes "Neutro" ou "Positivo" em 88% dos casos. Para mais informação sobre estes e outros indicadores consultar canal "Responsabilidade", página "Provedoria do Cliente" do website corporativo; • os Serviços de Apoio ao Cliente, em todas as geografias, direcionados para os consumidores. <p>O reporte de denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética, Comissões Locais e Serviço de Atendimento ao Colaborador na gestão de temas laborais pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". As ações que desenvolvemos anualmente são descritas ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" deste relatório, com destaque para o subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas", quanto às devidas diligências em matéria de prevenção e potencial remediação dos riscos de direitos humanos e laborais, um tema material para o Grupo e partes interessadas. A gestão destes temas e de outros relevantes para a prossecução do negócio, incluindo a identificação de riscos, encontra-se sob responsabilidade de diversas Direções Funcionais que, por sua vez, apoiam o funcionamento dos Órgãos de Gestão – como o Conselho de Administração, Administrador-Delegado, Assembleia-Geral e Comissão de Auditoria – e das Comissões Especializadas – como a Direção Executiva, Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, Comissão de Ética, Comissão de Controlo Interno e Comissão de Vencimentos.</p>	<p>UNGC 1-10 SDG 16</p>

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		As suas competências e funcionamento estão descritas no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", e no canal "Investidor", página " Governo da Sociedade " no website www.jeronimomartins.com	
2-27	Conformidade com leis e regulamentos.	Para informação sobre estas matérias, ver os reportes aos indicadores GRI 206-1, 416-2, 417-2 e 417-3. No que se refere a não conformidade com as leis e regulamentos ambientais Não existiram coimas de carácter significativo*. Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte de forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica. * Considera-se coima significativa um montante monetário igual ou superior a cerca de 45.000,00 euros	---
2-28	Organizações a que pertence.	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com .	---
2-29	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
2-30	Acordos coletivos de trabalho.	Em Portugal apenas um número residual de colaboradores não está coberto por contrato coletivo de trabalho. Na Polónia e na Colômbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas sociedades, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. As nossas políticas internas estão alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Aqir Eticamente".	UNGC 3 SDG 8
ASPETOS MATERIAIS			
3-1	Processo para determinar os tópicos materiais.	Realizámos em 2023 uma revisão dos aspetos materiais a considerar no âmbito da nossa estratégia e reporte de Responsabilidade Corporativa, em linha com os requisitos da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão GRI Standards, e com os princípios da dupla materialidade previstos pela União Europeia. No total, o estudo contou com cerca de 17 mil respostas de nove públicos distintos das três geografias onde operamos, e ainda com a gestão de topo do Grupo. Como resultado desta análise, foi possível identificar 10 temas materiais disponíveis para consulta no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade". Ver, adicionalmente, capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins" e capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	---
3-2	Lista dos temas materiais.	Em 2023 deu-se início a um novo processo de auscultação de stakeholders alinhado com os princípios da dupla materialidade. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade". Os temas materiais identificados para o Grupo Jerónimo Martins são: produtos a preços acessíveis; normas de qualidade e segurança de produtos; práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento; desperdício alimentar; inovação de produtos e serviços; alterações climáticas; redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos; compensação e benefícios; formação e desenvolvimento dos colaboradores; envolvimento e apoio às comunidades locais.	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
3-3	Gestão de temas materiais	<p>✓</p> <p>Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: i) produtos a preços acessíveis; ii) normas de qualidade e segurança de produtos; iii) práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento; iv) desperdício alimentar; v) inovação de produtos e serviços; vi) alterações climáticas; vii) redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos; viii) compensação e benefícios; ix) formação e desenvolvimento dos colaboradores; e x) envolvimento e apoio às comunidades locais.</p> <p>Para informações sobre a abordagem de gestão dos tópicos i), ii), e v) ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secções 2.2. "Qualidade e diversidade" e 2.3. "Qualidade e segurança alimentar".</p> <p>Para consultar a abordagem de gestão do tópico iii) ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões", C "Organização Interna" e secção E "Transações com Partes Relacionadas" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p>A abordagem de gestão dos tópicos iv) e vii) é divulgada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".</p> <p>Para informações sobre a abordagem de gestão dos tópicos vi) ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono".</p> <p>Para consultar a abordagem de gestão dos tópicos viii) e ix) ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecções 6.3.3. "Preparar para o Futuro", 6.3.4. "Fortalecer o Caminho Individual" e 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".</p> <p>A abordagem de gestão do tópico x) é divulgada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secções 5.1. "Introdução" e 5.2. "1.2. Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".</p>	---
DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e indicador 203-1.	SDG 8 e 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	<p>✓</p> <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".</p>	UNGC 7 SDG 13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	<p>✓</p> <p>Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".</p>	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																	
201-4	Benefícios financeiros significativos atribuídos pelos governos.	<p>Na Polónia, recebeu-se parte de um subsídio da União Europeia, relativo a investigação e desenvolvimento (candidaturas apresentadas até ao final de 2023, contudo parte dos fundos serão recebidos já em 2024). O montante total ascendeu a 172.045,80 EUR (779.986,84 PLN), dos quais 87.979,00 EUR (398.861,59 PLN) foram recebidos em 2023. Obteve, ainda, de um benefício fiscal, relativo a robotização de 18.051,88 EUR (81.840 PLN).</p> <p>Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efetuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à coleta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Inovação e Desenvolvimento (I&D) e despesas com a aquisição de ativos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Com referência ao exercício fiscal de 2022, em sede de SIFIDE II: a este nível, e para as nove Companhias do Grupo Jerónimo Martins (“GJM”) que submeteram candidaturas ao SIFIDE II, com referência ao exercício fiscal de 2022 (a saber, JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., Jerónimo Martins Serviços, S.A., Seaculture Aquicultura, S.A., Terra Alegre Lactínios, S.A., Best Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A., Jerónimo Martins Agro Alimentar, S.A., Jerónimo Martins, SGPS, S.A., Outro Chão Agricultura Biológica, Lda, E Recheio – Cash & Carry, S.A.), o montante de crédito fiscal potencial solicitado foi de 5.900.601,67 EUR. Especificamente no contexto das candidaturas das Companhias Outro Chão e Best Farmer, foram emitidas as respetivas decisões da Agência Nacional de Inovação, S.A., as quais consubstanciam o deferimento integral do crédito fiscal solicitado em sede de candidatura, ou seja, 28.389,96 EUR, e 95.629,79 EUR, respetivamente.</p> <p>Investimento total em I&D no ano de 2022: Neste contexto em particular, e tendo por base os montantes reportados em sede de IPCTN22 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, por parte das companhias do GJM para as quais apoiámos no respetivo preenchimento, o montante total reportado nesta sede ascendeu a 9.414.942,82 EUR.</p> <p>Na Colômbia, não existiram incentivos financeiros (sob a forma de benefícios/créditos fiscais) atribuídos pelas entidades oficiais às nossas operações.</p>	---																	
PRESEÇA NO MERCADO																				
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>101,3%</td> <td>101,3%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>126,1%</td> <td>126,1%</td> </tr> </tbody> </table> <p>✓</p> <p>*São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce (Portugal), Biedronka (Polónia) e Ara (Colômbia).</p> <p>No que diz respeito a trabalhadores não colaboradores, à data não detemos informação consolidada que permita aferir se a tipologia de funções executadas está sujeita a regras de salário mínimo.</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.5. “Reconhecer com Justiça e Competitividade”.</p>		Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*		Mulheres	Homens	Portugal	101,3%	101,3%	Polónia	100,0%	100,0%	Colômbia	126,1%	126,1%	UNGC 6 SDG 1, 5 e 8			
	Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*																			
	Mulheres	Homens																		
Portugal	101,3%	101,3%																		
Polónia	100,0%	100,0%																		
Colômbia	126,1%	126,1%																		
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*</th> </tr> <tr> <th colspan="2">2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td colspan="2">87,7%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td colspan="2">93,4%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td colspan="2">77,4%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td colspan="2">76,7%</td> </tr> </tbody> </table> <p>✓</p> <p>*Os colaboradores em cargos seniores são provenientes das categorias: “Membros de direções executivas” e “Gestores de topo e intermédios”.</p> <p>Para o cálculo desta percentagem são considerados os colaboradores que estão nos três níveis funcionais mais elevados na organização. Consideram-se locais as contratações de pessoas cuja nacionalidade é a mesma do país onde o colaborador trabalha.</p>		Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*		2023		Grupo	87,7%		Portugal	93,4%		Polónia	77,4%		Colômbia	76,7%		UNGC 6 SDG 8
	Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*																			
	2023																			
Grupo	87,7%																			
Portugal	93,4%																			
Polónia	77,4%																			
Colômbia	76,7%																			
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS																				
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	<p>✓</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulos 4, “Comprar com Responsabilidade” e 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.3. “Apoios Diretos” e secção 5.5. “Apoios Indiretos”. Ver canal “Responsabilidade”, páginas “Comprar com Responsabilidade” e “Apoiar as Comunidades Envolventes” no website www.jeronimomartins.com.</p>	SDG 5, 9 e 11																	
203-2	Impactos económicos indiretos significativos.	<p>✓</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulos 4, “Comprar com Responsabilidade” e 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.3. “Apoios Diretos” e secção 5.5. “Apoios Indiretos”. Ver canal “Responsabilidade”, páginas “Comprar com Responsabilidade” e “Apoiar as Comunidades Envolventes” no website www.jeronimomartins.com.</p>	SDG 1, 3 e 8																	


GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																		
COMPRAS																					
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais.	 <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. “Relação com Fornecedores”, subsecção 4.2.1. “Seleção e Acompanhamento de Fornecedores”.</p>	SDG 8																		
ANTICORRUPÇÃO																					
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	<p>Ver capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna” e secção E “Transações com Partes Relacionadas”.</p> <p>Em 2022, foi publicado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, um documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo. Em 2023, publicou-se o Relatório de Execução deste plano. Os documentos podem ser consultados no website corporativo em www.jeronimomartins.com. Adicionalmente, em 2023 aprovámos o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, enquanto documento interno autónomo que visa avaliar os riscos relacionados com corrupção na cadeia de abastecimento.</p> <p>A avaliação destes riscos na cadeia de abastecimento é também aferida através de auditorias sociais cujos critérios incluem esta temática. A informação sobre as auditorias executadas em 2023 pode ser consultada no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. “Relação com Fornecedores”, subsecção 4.2.1. “Seleção e Acompanhamento de Fornecedores”.</p>	UNGC 10 SDG 16																		
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	 <table border="1" data-bbox="523 801 1002 927"> <thead> <tr> <th colspan="3">Comunicação sobre Política Anticorrupção</th> </tr> <tr> <th>Grupo</th> <th>Total</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>12.787</td> <td>9,5%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>5.668</td> <td>15,9%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>4.651</td> <td>5,5%</td> </tr> <tr> <td>Colúmbia</td> <td>2.468</td> <td>18,0%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registou-se um aumento significativo na formação promovida acerca da Política Anticorrupção (+84,8% das horas de formação do que em 2022), chegando a 15.587 colaboradores. No entanto, verifica-se uma redução no número de colaboradores que receberam comunicações nesta matéria, considerando que em 2022, em Portugal, tinha sido implementada uma campanha de comunicação extraordinária para todos os colaboradores.</p> <p>Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação por categoria profissional.</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.11. “Agir Eticamente”.</p>	Comunicação sobre Política Anticorrupção			Grupo	Total	%		12.787	9,5%	Portugal	5.668	15,9%	Polónia	4.651	5,5%	Colúmbia	2.468	18,0%	UNGC 10 SDG 16
Comunicação sobre Política Anticorrupção																					
Grupo	Total	%																			
	12.787	9,5%																			
Portugal	5.668	15,9%																			
Polónia	4.651	5,5%																			
Colúmbia	2.468	18,0%																			
PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS																					
206-1	Ações judiciais por comportamento anticoncorrencial, antitrust e práticas de monopólio.	<p>Não se registaram ações judiciais concluídas durante o ano, relativas a comportamentos anticoncorrenciais, a violações da legislação antitrust e a práticas monopolistas em que a organização tenha sido identificada como participante. Adicionalmente, ver capítulo 3 “Demonstrações Financeiras”, subcapítulo “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, 23. “Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes” para descritivo de processos de contencioso com maior relevância (de valor superior a cinco milhões de euros) e que se encontravam pendentes de resolução, para os quais o Conselho de Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal.</p>	---																		
MATERIAIS																					
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	 <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma Economia Circular”.</p>	UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12																		
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.		UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12																		
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.	<p>Este aspeto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização.</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma Economia Circular”.</p>	UNGC 8 SDG 8 e 12																		
ENERGIA																					
302-1	Consumo de energia dentro da organização.	 <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, subsecção 3.3.3. “Gestão dos Consumos de Água e Energia”.</p>	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13																		
302-2	Consumo de energia fora da organização.	<p>Este indicador é apresentado sobre a forma de CO₂e no âmbito do cálculo da pegada carbónica do Grupo – emissões de âmbito 3 para todas as categorias de acordo com a metodologia do GHG Protocol – Corporate Value Chain.</p> <p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, subsecção 3.3.2. “Pegada de Carbono”.</p>	UNGC 7 e 8 SDG 7, 8, 12 e 13																		

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
302-3	Intensidade energética.	✓	UNGC 8 SDG 7, 8, 12 e 13
302-4	Redução do consumo de energia.	✓	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	✓	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
ÁGUA			
303-1 (2018)	Interações com a água como um recurso partilhado.	✓	UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12
303-2 (2018)	Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água.	✓	UNGC 8 SDG 6
303-3 (2018)	Captação de água.	✓	UNGC 8 SDG 6 e 12
303-4 (2018)	Rejeição de águas.	✓	UNGC 8 SDG 6
303-5 (2018)	Consumo de água.	✓	UNGC 7 e 8 SDG 6
BIODIVERSIDADE			
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infraestruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do agroalimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	✓	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	✓	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	✓	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards	
EMISSIONES				
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa – GEE (Âmbito 1).	✓	Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, subsecção 3.3.2. “Pegada de Carbono”.	
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2).	✓		
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3).	✓		
305-4	Intensidade das emissões de GEE.	✓		
305-5	Redução de emissões de GEE.	✓		
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	✓	Este aspeto não é material. Não obstante, em 2023 verificou-se a emissão de 0,68 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	UNGC 7 e 8 SDG 3 e 12
305-7	Oxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas.	✓	As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento, bem como frota de veículos ligeiros): <ul style="list-style-type: none"> • NO_x = 210,1 toneladas (+50,4% face a 2022, considerando atualização dos valores); • SO_x = 42,5 toneladas (+43,1% face a 2022, considerando atualização dos valores). 	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
RESÍDUOS				
306-1 (2020)	Produção de resíduos e impactes significativos.	✓	Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas” e 3.4. “Promoção de uma Economia Circular”.	UNGC 8 SDG 3, 6 e 11, 12
306-2 (2020)	Gestão de impactes significativos associados a resíduos.	✓		
306-3 (2020)	Resíduos por tipo e por destino.	✓	Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas” e 3.4. “Promoção de uma Economia Circular”, subsecção 3.4.4. “Gestão de Resíduos”.	UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12, 14 e 15
306-4 (2020)	Resíduos encaminhados para valorização.	✓		
306-5 (2020)	Resíduos encaminhados para deposição.	✓		
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES				
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	✓	Em 2023, o Grupo aprovou 120 novos fornecedores, 100% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. “Relação com Fornecedores”, subsecção 4.2.1. “Seleção e Acompanhamento de Fornecedores”.	UNGC 8
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas.		Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.2. “Preservação da Biodiversidade” e subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. “Relação com Fornecedores”, subsecção 4.2.1. “Seleção e Acompanhamento de Fornecedores”.	UNGC 8

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																																																																																																																																																																																																
EMPREGO																																																																																																																																																																																																																			
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores.	<p>Novas contratações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>15 856</td> <td>14 729</td> <td>9 081</td> <td>3 620</td> <td>735</td> <td>29 987</td> <td>14 034</td> <td>44 021</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>6 754</td> <td>3 925</td> <td>2 265</td> <td>1 148</td> <td>316</td> <td>7 826</td> <td>6 582</td> <td>14 408</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>6 680</td> <td>6 709</td> <td>5 720</td> <td>2 430</td> <td>417</td> <td>18 185</td> <td>3 771</td> <td>21 956</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>2 422</td> <td>4 095</td> <td>1 096</td> <td>42</td> <td>2</td> <td>3 976</td> <td>3 681</td> <td>7 657</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>93,6%</td> <td>35,2%</td> <td>21,3%</td> <td>14,4%</td> <td>9,3%</td> <td>29,4%</td> <td>43,4%</td> <td>32,8%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>116,2%</td> <td>42,0%</td> <td>24,3%</td> <td>15,0%</td> <td>8,7%</td> <td>34,2%</td> <td>51,3%</td> <td>40,3%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>76,2%</td> <td>27,6%</td> <td>18,9%</td> <td>14,1%</td> <td>9,8%</td> <td>25,1%</td> <td>30,1%</td> <td>25,9%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>102,8%</td> <td>50,0%</td> <td>36,9%</td> <td>20,5%</td> <td>18,2%</td> <td>59,1%</td> <td>52,6%</td> <td>55,8%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período.</p> <p>Rotatividade</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>12 553</td> <td>13 993</td> <td>9 085</td> <td>3 862</td> <td>1 195</td> <td>27 506</td> <td>13 182</td> <td>40 688</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>5 767</td> <td>3 903</td> <td>2 204</td> <td>1 146</td> <td>506</td> <td>7 463</td> <td>6 063</td> <td>13 526</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>5 100</td> <td>6 509</td> <td>5 825</td> <td>2 650</td> <td>687</td> <td>16 849</td> <td>3 922</td> <td>20 771</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>1 686</td> <td>3 581</td> <td>1 056</td> <td>66</td> <td>2</td> <td>3 194</td> <td>3 197</td> <td>6 391</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>74,1%</td> <td>33,5%</td> <td>21,3%</td> <td>15,4%</td> <td>15,1%</td> <td>27,0%</td> <td>40,8%</td> <td>30,3%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>99,3%</td> <td>41,8%</td> <td>23,7%</td> <td>15,0%</td> <td>14,0%</td> <td>32,6%</td> <td>47,3%</td> <td>37,9%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>58,2%</td> <td>26,8%</td> <td>19,2%</td> <td>15,4%</td> <td>16,1%</td> <td>23,3%</td> <td>31,3%</td> <td>24,5%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>71,6%</td> <td>43,8%</td> <td>35,6%</td> <td>32,2%</td> <td>18,2%</td> <td>47,5%</td> <td>45,7%</td> <td>46,6%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano/total de colaboradores no final do período.</p> <p>A taxa de rotatividade estabilizou face aos anos anteriores, numa redução de 0,5 p.p. a nível global (30,8% em 2022), 1,5 p.p. em Portugal e 1,3 p.p. na Polónia, contrabalançada por um aumento de 5,8 p.p. na Colômbia, onde a rotatividade é superior.</p> <p>A nossa análise recai sobre dois tipos de rotatividade: a não voluntária e a voluntária (do ponto de vista do colaborador). A primeira resulta essencialmente da sazonalidade a que o negócio está sujeito, forçando as Companhias a ajustar a sua força de trabalho em momentos como o Natal, a Páscoa ou o Verão, bem como de um ajuste desejável relacionado com desempenhos abaixo do esperado.</p> <p>Por outro lado, existem várias razões que podem levar os colaboradores a sair do nosso Grupo voluntariamente e que podem estar relacionadas com a oportunidade de uma nova posição ou a necessidade de mudança por motivos profissionais ou pessoais.</p> <p>As cessações voluntárias são as principais responsáveis pela taxa de rotatividade, sobretudo no grupo de colaboradores com 24 ou menos anos. Para compreender as razões da rotatividade e atuar preventivamente, mitigando-as, conduzimos entrevistas de saída. Adicionalmente, este indicador é acompanhado pelo Comité de Risco.</p>		Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	15 856	14 729	9 081	3 620	735	29 987	14 034	44 021	Portugal	6 754	3 925	2 265	1 148	316	7 826	6 582	14 408	Polónia	6 680	6 709	5 720	2 430	417	18 185	3 771	21 956	Colômbia	2 422	4 095	1 096	42	2	3 976	3 681	7 657		Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	93,6%	35,2%	21,3%	14,4%	9,3%	29,4%	43,4%	32,8%	Portugal	116,2%	42,0%	24,3%	15,0%	8,7%	34,2%	51,3%	40,3%	Polónia	76,2%	27,6%	18,9%	14,1%	9,8%	25,1%	30,1%	25,9%	Colômbia	102,8%	50,0%	36,9%	20,5%	18,2%	59,1%	52,6%	55,8%		Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	12 553	13 993	9 085	3 862	1 195	27 506	13 182	40 688	Portugal	5 767	3 903	2 204	1 146	506	7 463	6 063	13 526	Polónia	5 100	6 509	5 825	2 650	687	16 849	3 922	20 771	Colômbia	1 686	3 581	1 056	66	2	3 194	3 197	6 391		Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	74,1%	33,5%	21,3%	15,4%	15,1%	27,0%	40,8%	30,3%	Portugal	99,3%	41,8%	23,7%	15,0%	14,0%	32,6%	47,3%	37,9%	Polónia	58,2%	26,8%	19,2%	15,4%	16,1%	23,3%	31,3%	24,5%	Colômbia	71,6%	43,8%	35,6%	32,2%	18,2%	47,5%	45,7%	46,6%	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34		35-44	45-54	≥55	Mulheres		Homens																																																																																																																																																																																																										
	Grupo	15 856	14 729	9 081	3 620	735	29 987		14 034	44 021																																																																																																																																																																																																									
Portugal	6 754	3 925	2 265	1 148	316	7 826	6 582	14 408																																																																																																																																																																																																											
Polónia	6 680	6 709	5 720	2 430	417	18 185	3 771	21 956																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	2 422	4 095	1 096	42	2	3 976	3 681	7 657																																																																																																																																																																																																											
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																												
	Grupo	93,6%	35,2%	21,3%	14,4%	9,3%	29,4%		43,4%	32,8%																																																																																																																																																																																																									
Portugal	116,2%	42,0%	24,3%	15,0%	8,7%	34,2%	51,3%	40,3%																																																																																																																																																																																																											
Polónia	76,2%	27,6%	18,9%	14,1%	9,8%	25,1%	30,1%	25,9%																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	102,8%	50,0%	36,9%	20,5%	18,2%	59,1%	52,6%	55,8%																																																																																																																																																																																																											
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																												
	Grupo	12 553	13 993	9 085	3 862	1 195	27 506		13 182	40 688																																																																																																																																																																																																									
Portugal	5 767	3 903	2 204	1 146	506	7 463	6 063	13 526																																																																																																																																																																																																											
Polónia	5 100	6 509	5 825	2 650	687	16 849	3 922	20 771																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	1 686	3 581	1 056	66	2	3 194	3 197	6 391																																																																																																																																																																																																											
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																												
	Grupo	74,1%	33,5%	21,3%	15,4%	15,1%	27,0%		40,8%	30,3%																																																																																																																																																																																																									
Portugal	99,3%	41,8%	23,7%	15,0%	14,0%	32,6%	47,3%	37,9%																																																																																																																																																																																																											
Polónia	58,2%	26,8%	19,2%	15,4%	16,1%	23,3%	31,3%	24,5%																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	71,6%	43,8%	35,6%	32,2%	18,2%	47,5%	45,7%	46,6%																																																																																																																																																																																																											
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".</p>	UNGC 6 SDG 3, 5 e 8																																																																																																																																																																																																																

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																					
401-3	Licença parental.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">Licença parental</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores com direito a licença parental</td> <td>101.960</td> <td>32.340</td> <td>134.300</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que gozaram de licença parental</td> <td>5.179</td> <td>1.155</td> <td>6.334</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que regressaram de licença parental</td> <td>2.864</td> <td>1.046</td> <td>3.910</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso</td> <td>2.477</td> <td>844</td> <td>3.321</td> </tr> <tr> <td>Taxa de regresso ao trabalho (i)</td> <td>55,3%</td> <td>90,6%</td> <td>61,7%</td> </tr> <tr> <td>Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (ii)</td> <td>30,9%</td> <td>8,3%</td> <td>26,8%</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção (iii)</td> <td>86,9%</td> <td>77,9%</td> <td>84,4%</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período. (ii) A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período. (iii) A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2022 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.</p>		Licença parental			Género		Total	Mulheres	Homens	Colaboradores com direito a licença parental	101.960	32.340	134.300	Colaboradores que gozaram de licença parental	5.179	1.155	6.334	Colaboradores que regressaram de licença parental	2.864	1.046	3.910	Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.477	844	3.321	Taxa de regresso ao trabalho (i)	55,3%	90,6%	61,7%	Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (ii)	30,9%	8,3%	26,8%	Taxa de retenção (iii)	86,9%	77,9%	84,4%	UNGC 6 SDG 5 e 8
	Licença parental																																							
	Género			Total																																				
	Mulheres	Homens																																						
Colaboradores com direito a licença parental	101.960	32.340	134.300																																					
Colaboradores que gozaram de licença parental	5.179	1.155	6.334																																					
Colaboradores que regressaram de licença parental	2.864	1.046	3.910																																					
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.477	844	3.321																																					
Taxa de regresso ao trabalho (i)	55,3%	90,6%	61,7%																																					
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (ii)	30,9%	8,3%	26,8%																																					
Taxa de retenção (iii)	86,9%	77,9%	84,4%																																					
TRABALHO E RELAÇÃO COM A GESTÃO																																								
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais.	<p>O Grupo Jerónimo Martins segue os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. Todos os contratos coletivos de trabalho que existem com aplicação em Portugal contam com cláusula referente a denúncia (cessação por vontade de uma das partes) e processo de revisão, contando com normas que estipulam, consoante o caso, prazos e procedimentos para cada figura. De todo o modo, este tema está coberto pelo Código do Trabalho português que regula, estas realidades.</p>	UNGC 3 SDG 8																																					
SAÚDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES																																								
403-1 (2018)	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.	✓	SDG 8																																					
403-2 (2018)	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.	✓	SDG 8																																					
403-3 (2018)	Serviços de saúde do trabalho.	✓	SDG 8																																					
403-4 (2018)	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho.	✓	SDG 8 e 16																																					
403-5 (2018)	Capacitação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho.	✓	SDG 8																																					
403-6 (2018)	Promoção da saúde do colaborador.	✓	SDG 3																																					





GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards															
403-7 (2018)	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente ligados pelas relações comerciais.	<p>Guiamo-nos pela nossa Política de Compras Sustentáveis, explicitando, entre outros, a necessidade de nos relacionarmos comercialmente com entidades cujas atividades respeitem os direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores fazendo, para isso, as devidas diligências para conhecer a realidade dos fornecedores, de forma a detetar precoce e preventivamente indícios de eventuais abusos ou não conformidades com o Código de Conduta de Fornecedores. Este último documento é incluído nos contratos comerciais, visando que também os nossos parceiros defendam os direitos laborais dos seus próprios trabalhadores nomeadamente em matéria de condições de saúde e segurança, não discriminação, cumprimento de horários de trabalho, e à proibição de qualquer forma de trabalho forçado – incluindo aquele que envolva a aplicação de castigos corporais, práticas de assédio ou bullying ou quaisquer formas de coação física ou de coação moral – e de recurso a trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho. Ambos os documentos encontram-se publicados em www.jeronimomartins.com.</p> <p>Um dos exemplos de aplicação destes critérios são os processos de procurement dos produtos de scope global (duas ou mais geografias) – Global Sourcing – que antecipam aspetos sociais e laborais nos seus cadernos de encargos. Também as auditorias de qualidade e segurança alimentar consideram aspetos laborais nos processos de seleção e acompanhamento de fornecedores. Adicionalmente, as auditorias sociais realizadas aos fornecedores das Companhias recorrem a critérios de avaliação que incluem saúde e segurança no trabalho, preparação para emergências, termos de contrato, horas de trabalho e compliance com leis e regulamentos. Para mais informação ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. “Relação com Fornecedores”, subsecção 4.2.1. “Seleção e Acompanhamento de Fornecedores”.</p> <p>Ver, também, as diligências implementadas pelo Grupo junto da sua cadeia de abastecimento para a defesa de direitos humanos e laborais no subcapítulo 9. “Taxonomia da União Europeia”, secção 9.4. “Análise de Alinhamento”, subsecção 9.4.2. “Salvaguardas Mínimas”.</p>	SDG 8 e 16															
403-8 (2018)	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. 	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Total</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema</td> <td>94.896</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente</td> <td>94.896</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa</td> <td>42.933</td> <td>45,2%</td> </tr> </tbody> </table> <p>A informação apresentada é referente ao sistema de gestão de saúde e segurança implementado na Biedronka (isso 45001:2018) e na Terra Alegre (ISO 45001:2019). Neste âmbito são considerados 81.142 colaboradores (81.004 na Biedronka e 138 na Terra Alegre) e 13.754 trabalhadores não colaboradores (13.739 na Biedronka e 15 na Terra Alegre).</p> <p>Por regra, todos os colaboradores estão cobertos pelo sistema. A auditoria externa apenas inclui uma amostra do total de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, tendo em 2023 coberto mais 18,3% pessoas que em 2022 (27% nesse ano). Os trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de saúde e segurança no trabalho dos respetivos países, de acordo com a legislação local.</p>	Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre				Total	%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema	94.896	100%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente	94.896	100%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa	42.933	45,2%	SDG 8
Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre																		
	Total	%																
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema	94.896	100%																
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente	94.896	100%																
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa	42.933	45,2%																










GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																											
403-9 (2018)	Acidentes de trabalho.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Acidentes de trabalho – colaboradores</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de consequência grave*</td> <td>24</td> <td>10</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>3.361</td> <td>1.567</td> <td>4.928</td> </tr> <tr> <td>Total de horas trabalhadas</td> <td>154.088.917</td> <td>57.486.758</td> <td>211.575.674</td> </tr> <tr> <td>Índice de acidentes de consequência grave</td> <td>0,16</td> <td>0,17</td> <td>0,16</td> </tr> <tr> <td>Índice de acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>21,81</td> <td>27,26</td> <td>23,29</td> </tr> </tbody> </table> <p>*São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Quanto aos dados reportados no Relatório e Contas de 2022 sobre os acidentes de consequência grave (30 acidentes no Grupo), uma vez que as ausências superiores a 180 dias só podem ser apuradas a partir de 30/06/2023, estes devem ser corrigidos. Vieram a registar-se mais 51 acidentes que resultaram num período de ausência das colaboradoras superior a 180 dias (14 em Portugal e 37 na Polónia) que se estendeu pelo ano 2023. Assim, no total, em 2022 registaram-se 81 acidentes de consequência grave.</p> <p>Em 2023 registaram-se cerca de cinco mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 34 foram de consequência grave, o que corresponde a um aumento de 10,9% e 13,3% respetivamente, face ao ano anterior. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho.</p> <p>Ainda assim, o índice de acidentes de consequência grave e o índice de acidentes de comunicação obrigatória aumentaram menos do que o número absoluto de acidentes - 7,0% e 4,8% respetivamente, uma vez que também o total de horas trabalhadas foi superior (em 5,9% face a 2022).</p> <p>Na sua maioria, os acidentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em Portugal levaram a traumas e contusões; • na Polónia resultaram em lesões nos membros, cortes e lesões musculoesqueléticas; • na Colúmbia levaram a contusões, distensões e entorses, queimaduras superficiais leves e lesões musculoesqueléticas. <p>A maioria dos acidentes relaciona-se com quedas, esforço físico, manipulação inapropriada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte.</p> <p>Os principais perigos e causas dos acidentes são determinados maioritariamente através da análise dos acidentes ocorridos e, para os mitigar, implementamos continuamente programas de formação e sensibilização, focados nos perigos mais comuns (por exemplo, manipulação de equipamentos e movimentação de cargas na loja / centro de distribuição, para as operações e boas práticas rodoviárias, para os colaboradores de estruturas centrais). Os perigos identificados estão também a ser eliminados de forma gradual com a remodelação e abertura de novas lojas.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de consequência grave*</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>245</td> </tr> </tbody> </table> <p>*São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.</p> <p>Em 2023, o Grupo contabilizou acidentes de trabalhadores não colaboradores nas três principais geografias, num total de 251 acidentes, cujas principais causas e perigos associados são semelhantes aos registados para colaboradores. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p>	Acidentes de trabalho – colaboradores				Género		Total	Mulheres	Homens	Óbitos	0	0	0	Acidentes de consequência grave*	24	10	34	Acidentes de comunicação obrigatória	3.361	1.567	4.928	Total de horas trabalhadas	154.088.917	57.486.758	211.575.674	Índice de acidentes de consequência grave	0,16	0,17	0,16	Índice de acidentes de comunicação obrigatória	21,81	27,26	23,29	Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores			Total	Óbitos	0	Acidentes de consequência grave*	6	Acidentes de comunicação obrigatória	245	SDG 3, 8 e 16
		Acidentes de trabalho – colaboradores																																												
	Género		Total																																											
	Mulheres	Homens																																												
Óbitos	0	0	0																																											
Acidentes de consequência grave*	24	10	34																																											
Acidentes de comunicação obrigatória	3.361	1.567	4.928																																											
Total de horas trabalhadas	154.088.917	57.486.758	211.575.674																																											
Índice de acidentes de consequência grave	0,16	0,17	0,16																																											
Índice de acidentes de comunicação obrigatória	21,81	27,26	23,29																																											
Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores																																														
	Total																																													
Óbitos	0																																													
Acidentes de consequência grave*	6																																													
Acidentes de comunicação obrigatória	245																																													

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																									
403-10 (2018)	Doenças profissionais.	<div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Doenças profissionais*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de casos de doenças profissionais*</td> <td>90</td> <td>15</td> <td>105</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>*No decorrer do ano 2023 foram confirmados 77 casos adicionais de doenças profissionais em Portugal (71 mulheres e 6 homens) referentes ao ano anterior, face aos 294 casos reportados no Relatório e Contas de 2022. Assim, no total, em 2022 registaram-se 371 casos de doenças profissionais.</p> <p>Em 2023 foram registadas 105 doenças profissionais, o que corresponde a um decréscimo extraordinário de 64,3% face a 2022, ano em que foram regularizados processos e confirmados casos de doenças profissionais de anos anteriores, como resultado de uma menor atividade das entidades responsáveis durante a pandemia. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho.</p> <p>As principais doenças profissionais registadas foram tendinite (inflamação nos tendões), epicondilite (inflamação no cotovelo), periartrite (inflamação no ombro), paralisia, síndrome do túnel cárpico, distúrbio do disco intervertebral, doenças da coifa dos rotadores, entre outras doenças crónicas do sistema musculoesquelético.</p> <p>As principais causas de doenças profissionais encontram-se em movimentos repetidos e sobrecargas sobre bainhas tendinosas, aliados a um ritmo elevado de trabalho com carga variada e manual. Para mitigar estes perigos, as Companhias têm melhorado o parque de máquinas e equipamentos, alterado e assegurando a manutenção de infraestruturas do local de trabalho, reforçado a sensibilização e formação específica de SST em identificação de perigos e riscos relacionados com as atividades desenvolvidas nos locais de trabalho, assim como têm evoluído na organização das tarefas e no ajuste de horários de trabalho.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Doenças profissionais – trabalhadores não colaboradores</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de casos de doenças profissionais</td> <td>45</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>Em 2023, o Grupo contabilizou casos de doenças profissionais de trabalhadores não colaboradores em Portugal e na Polónia, num total de 45 casos, cujas principais causas e perigos associados são semelhantes aos registados para colaboradores. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p>	Doenças profissionais*				Género		Total	Mulheres	Homens	Óbitos	0	0	0	Número de casos de doenças profissionais*	90	15	105	Doenças profissionais – trabalhadores não colaboradores		Total		Óbitos	0	Número de casos de doenças profissionais	45	SDG 3, 8 e 16
Doenças profissionais*																												
	Género		Total																									
	Mulheres	Homens																										
Óbitos	0	0	0																									
Número de casos de doenças profissionais*	90	15	105																									
Doenças profissionais – trabalhadores não colaboradores																												
Total																												
Óbitos	0																											
Número de casos de doenças profissionais	45																											

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																									
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador.	<div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">Média de horas de formação</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>54</td> <td>59</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Membros de direções executivas</td> <td>22</td> <td>15</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>Gestores de topo e intermédias</td> <td>29</td> <td>31</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios</td> <td>54</td> <td>61</td> <td>56</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>A média de horas de formação dos homens é ligeiramente superior à das mulheres pois algumas funções da categoria "Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios", como por exemplo da secção de talho ou de logística, têm pela sua especificidade a necessidade de maior número de horas de formação e são atualmente ocupadas por mais homens.</p> <p>A categoria "Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios" é também a que apresenta um maior número de horas de formação, o que em parte se justifica por ser a categoria com maior rotatividade, exigindo maior necessidade de formação no seu acolhimento e também em temáticas obrigatórias como a segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro".</p>		Média de horas de formação			Género		Total	Mulheres	Homens	Grupo	54	59	55	Membros de direções executivas	22	15	17	Gestores de topo e intermédias	29	31	30	Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	54	61	56	UNGC 6 SDG 4, 5, 8 e 10
	Média de horas de formação																											
	Género			Total																								
	Mulheres	Homens																										
Grupo	54	59	55																									
Membros de direções executivas	22	15	17																									
Gestores de topo e intermédias	29	31	30																									
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	54	61	56																									

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																						
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro".</p>	SDG 8																						
404-3	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	 <table border="1" data-bbox="523 454 1246 600"> <thead> <tr> <th rowspan="3">Grupo</th> <th colspan="3">Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios</td> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Foram apenas consideradas os colaboradores elegíveis para a avaliação de desempenho, de acordo com as Políticas de Avaliação de Desempenho em vigor a nível Corporativo e em cada uma das Companhias. Em 2023, na Colômbia, os colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios não foram considerados elegíveis para esta análise, pela não aplicação do processo.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho Individual".</p>	Grupo	Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*			Género		Total	Mulheres	Homens	99,9%	99,9%	99,9%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	99,9%	99,9%	99,9%	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
Grupo	Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*																								
	Género			Total																					
	Mulheres	Homens																							
99,9%	99,9%	99,9%																							
100%	100%	100%																							
100%	100%	100%																							
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	99,9%	99,9%	99,9%																						
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES																									
405-1	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas". Adicionalmente, ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1. "Perfil e Estrutura", secção 1.3. "Órgãos Sociais e Estrutura", subsecção 1.3.1. "Órgãos Sociais", e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 17. "Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro".</p>	UNGC 6 SDG 5 e 8																						
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	 <p>Para reportar o rácio salarial entre géneros considerou-se a segmentação pelas geografias onde operamos.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".</p>	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10																						
NÃO-DISCRIMINAÇÃO																									
406-1	Incidentes confirmados de discriminação e medidas corretivas tomadas.	<p>Não houve incidentes confirmados de discriminação no Grupo Jerónimo Martins.</p> <p>Para informação sobre os normativos utilizados internamente, nomeadamente o Código de Conduta e os mecanismos de resolução, que incluem a Comissão de Ética, Núcleo de Ética, entre outros, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 6 SDG 5 e 8																						
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA																									
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 3 SDG 8																						
TRABALHO INFANTIL																									
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 5 SDG 8 e 16																						
TRABALHO FORÇADO																									
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 4 SDG 8																						
SEGURANÇA																									
410-1	Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos a equipas de segurança.	<p>Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação solicitada pelo indicador.</p>	UNGC 1 SDG 16																						

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".</p>	UNGC 1 SDG 1 e 2
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	 <p>Em 2023, o Grupo auditou 312 novos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, sendo que 98% foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função). Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	 <p>Em 2023, dos 2.596 fornecedores de Marca Própria e perecíveis* (+5% face a 2022), 1.786 (69%, mais 16% face a 2022) foram sujeitos a avaliação de impacto laboral. Não se identificaram não conformidades associadas a práticas laborais com impactos negativos (ex.: inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros). Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p><small>*O mesmo fornecedor pode ter mais de uma localização. Nestes casos, cada localização é tratada de forma independente e contabilizada como tal. Assim, ainda que uma unidade de produção seja reprovada, e essa fique suspensa/rejeitada para fornecer o Grupo até implementação de ações corretivas, o fornecedor pode manter o fornecimento em caso de avaliação positiva nas restantes unidades de produção.</small></p>	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições para partidos políticos.	 <p>As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com.</p>	UNGC 10 SDG 16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	---
416-2	Incidentes de não conformidade relativos aos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	 <p>O número de casos de retirada de produtos de venda pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", subsecção "2.3.4 Recolha de Produtos Alimentares".</p>	SDG 16
		<p>No âmbito legal, registaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na Polónia, 87 incidentes confirmados de não conformidade, que resultaram num aviso das autoridades; - Na Colúmbia, quatro incidentes confirmados de não conformidade que resultaram numa coima ou penalidade, e 25 incidentes confirmados de não conformidade que resultaram num aviso das autoridades. 	SDG 16
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	 <p>Sobre os requisitos para informação e rotulagem dos produtos, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade", subsecção 2.2.3. "Promoção de escolhas mais conscientes" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecções 4.3.4 "Práticas de promoção de bem-estar animal" e 4.3.5. "Produtos Certificados"</p>	SDG 12
417-2	Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços.	 <p>No âmbito legal, registaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na Polónia, 15 incidentes confirmados de não conformidade que resultaram num aviso das autoridades; - Na Colúmbia, um incidente confirmado de não conformidade que resultou numa coima ou penalidade. 	SDG 16
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing.	 <p>Não se registaram incidentes de não conformidade relativamente a comunicações de marketing que tenham resultado em coimas ou penalidades, nem avisos das autoridades. Adicionalmente, não se registaram não conformidades relativos a códigos voluntários aos quais as Companhias tenham aderido.</p>	SDG 16

A tabela de indicadores acima segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Salvo indicação em contrário os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2021 dos GRI Standards.

Tabela 2 – Reporte de indicadores de desempenho Jerónimo Martins.

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Número de referências Nutri-Score em Portugal e na Polónia.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Número de produtos/referências de Marca Própria vegan, sem lactose e sem glúten em Portugal, Polónia e Colúmbia.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3, 10 e 12
Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colúmbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 2, 3, 10 e 12
Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que não contém, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais, face ao número total de produtos alimentares.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que não contém, nos seus ingredientes diretos, potenciadores de sabor artificiais, face ao número total de produtos alimentares.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3, 10 e 12
Garantir a ausência de xarope de glucose e frutose nos produtos de Marca Própria na Polónia até ao fim de 2021.	✓ Ainda que definido até 2021, o seu não cumprimento em 2021 motivou a manutenção do mesmo em 2022 e anos subsequentes até ao seu cumprimento. 84% (+12 p.p. versus 2022) do total de referências de Marcas Próprias na Polónia sem glucose-frutose. Padaria e pastelaria com etiqueta de marcas próprias Biedronka: 100%.	SDG 3 e 12
Garantir a ausência do corante anato na totalidade dos produtos de Marca Própria da gama de queijos da Biedronka até ao fim de 2021.	✓ 100% das referências consideradas livres do corante anato.	SDG 3 e 12
Simbologia em bebidas alcoólicas de Marcas Próprias em Portugal e na Polónia: responsabilidade na condução, aviso para grávidas e índice calórico.	✓ Ver Capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade".	SDG 3 e 12
Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais (fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas e a fábrica de laticínios Terra Alegre), até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 7, 12 e 13
Redução do consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2023, face a 2017.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14
Redução em 5% das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Porcentagem de energia não renovável consumida e produzida.	✓ Da energia consumida pelas operações das Companhias do Grupo Jerónimo Martins, 55% é proveniente de fontes não renováveis. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e divulgar os respetivos resultados anualmente.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 14, 15 e 17
Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projeto de ecodesign de embalagens.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Reduzir em 15% o uso de plástico virgem nas embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, filme de paletização e sacos para transporte de compras, face a 2018.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Percentagem de componentes problemáticos a eliminar (e.g. PVC, EPS e XPS) das embalagens de plástico da Marca Própria.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Percentagem de embalagens de Marca Própria e Perecíveis que são 100% recicláveis ou reutilizáveis.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/tonelada de produto vendido).	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 2, 12 e 13
Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.2. "Relação com fornecedores locais".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.5. "Produtos Certificados" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relações com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15
Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relações com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15
Cálculo do consumo de commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e perecíveis.	✓	
Para o óleo de palma, e até 2023, continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" do Governo colombiano.	✓	
Para soja, e até 2023, diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja direta e indireta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex., certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente).	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1. "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12, 13 e 15
Para o papel e madeira, e até 2023, assegurar a certificação de sustentabilidade (ex., FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores.	✓	
Para a carne bovina, e até 2023, reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adoção de políticas e acções de combate à desflorestação.	✓	

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Percentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de galinhas não enjauladas.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de Promoção de Bem-estar Animal". SDG 12
Percentagem de ovos utilizados como ingredientes em produtos de Marca Própria provenientes de galinhas não enjauladas.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de Promoção de Bem-estar Animal". SDG 12
Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.4. "Pescado Sustentável". SDG 12 e 14
Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.2. "Promoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis". UNGC 7, 8 e 9 SDG 12,13,14 e 15
Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business For Societal Impact (B4SI).	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com . SDG 2, 3, 4, 10 e 17
Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". SDG 1, 2, 10 e 17
Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas até 2023.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes". SDG 1, 2, 3
Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar". SDG 3 e 12
Estágios em contexto real de trabalho.	✔	Em 2023 contámos com 651 estágios em contexto real de trabalho. SDG 8, 10 e 17
Programas de talento jovem.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade". SDG 8 e 10
Colaboradores promovidos.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho Individual". SDG 8 e 10
Colaboradores com mobilidade interna.	✔	---
Colaboradores cobertos por formação.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o futuro". SDG 8 e 10
Medidas de Responsabilidade Social Interna.	✔	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.9. "Apoiar os Colaboradores e suas Famílias". SDG 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 17
Investimento em medidas de Responsabilidade Social Interna.	✔	---
Políticas de Recursos Humanos.	✔	As políticas de Recursos Humanos em vigor fomentam uma cultura de alinhamento entre geografias, cumprimento das legislações e regulamentações, justiça e meritocracia, e sustentabilidade na criação de valor ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador. Existiam, em 2023, um total de 92 políticas globais e locais direcionadas aos colaboradores. Entre as políticas globais destacam-se: recrutamento e seleção, acolhimento, gestão de conhecimento, gestão de desempenho, salário base, remuneração variável, entre outras. Em termos de políticas locais partilham-se de seguida alguns exemplos. Em Portugal, a política de intervenção em situações de violência doméstica, administração de RH e processamento salarial, entre outras. Na Polónia, a política de gestão de performance, serviço de atendimento ao colaborador, política sindical, entre outras. Na Colómbia, a política de acolhimento, gestão do desempenho, recrutamento e seleção, entre outras. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". UNGC 6 SDG 5, 8 e 10

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Formação em políticas e práticas de direitos humanos e laborais.	✓ O Grupo promove ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, e da legislação laboral aplicável. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1
Nacionalidades de colaboradores.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas".	---
Gerações ativas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas".	---
Retenção de colaboradores a 12 meses.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas".	---
Antiguidade média de colaboradores.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas".	---
Diferenciação entre salário mínimo nacional e rendimento mínimo mensal.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".	SDG 1 e 8
Investimento no prémio de antiguidade.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".	SDG 1 e 8
Número de horas de formação em Saúde e Segurança no Trabalho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".	SDG 3
Número de colaboradores que receberam formação em Saúde e Segurança no Trabalho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".	SDG 3
Cargos de gestão ocupados por mulheres.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
Posições de entrada ocupadas por mulheres.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
Promoções obtidas por mulheres.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
% mulheres em funções de engenharia e investigação e desenvolvimento (I&D)	✓ 46,2%. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
% mulheres em funções de tecnologias de informação (TI)	✓ 26,7%. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	SDG 5 e 10
Número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.10. "Promover a Inclusão".	SDG 10 e 17
Mecanismos de resolução.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	---
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Acordos significativos de investimento e contratos com cláusulas de direitos humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	UNGC 1 e 2

Tabela 3 – Reporte de indicadores segundo a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Indicador TCFD	Descrição	Evidências
GOVERNANCE		
a)	Descrição da supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C1.1b.
b)	Descrição do papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C1.2.
ESTRATÉGIA		
a)	Descrição dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas identificados pela organização a curto, médio e longo prazo.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C2.1, 2.1a, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a.
b)	Descrição do impacto dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas nos negócios, estratégia e planeamento financeiro da organização.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C2.2, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a, 3.1, 3.2a, 3.3, 3.4.
c)	Descrição da resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários relacionados com as alterações climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou inferior.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C3.2, 3.2a.
GESTÃO DE RISCO		
a)	Descrição dos processos utilizados pela organização para identificar e avaliar os riscos associados às alterações climáticas.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C2.1, 2.1a, 2.2, 2.2a.
b)	Descrição dos processos da organização para gerir os riscos relacionados com as alterações climáticas.	✓
c)	Descrição de como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas são integrados na gestão global dos riscos da organização.	✓
MÉTRICAS E OBJETIVOS		
a)	Divulgação das métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas de acordo com a sua estratégia e processo de gestão de risco.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2023 CDP Climate: Question C4.2, 4.2b.
b)	Divulgação das emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1, âmbito 2 e, se aplicável, âmbito 3, e os riscos associados.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas" e subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono". 2023 CDP Climate: Sections C4, C5, C6 and C7.
c)	Descrição dos objetivos utilizados pela organização para gerir os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas e o seu desempenho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". 2023 CDP Climate: Section C4.

Tabela 4 – Reporte de indicadores segundo o Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards
FB-FR-110a.1	Combustível da frota consumido, percentagem renovável.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". UNGC 7 e 8 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-110b.1	Emissões de GEE de âmbito 1 associadas a gases refrigerantes.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
FB-FR-110b.2	Percentagem de gases refrigerantes sem potencial de destruição da camada do ozono.	✓	Mais de 99,9% das emissões de gases refrigerantes não têm potencial de destruição da camada do ozono. Em 2023 verificou-se a emissão de 0,68 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo. UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12
FB-FR-130a.1	(1) Energia consumida, (2) Percentagem de eletricidade da rede, (3) Percentagem de energia renovável.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-150a.1	Desperdício alimentar gerado, percentagem desviada do fluxo de gestão de resíduos.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". SDG 2, 12 e 13
FB-FR-230a.2	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos de segurança dos dados.	✓	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II – "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", e secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". ---
FB-FR-250a.2	Número de recalls. Número de unidades de recalls e percentagem de recalls, em unidades, que são referentes a produtos de Marcas Próprias.	✓	Sobre o número de recolha de produtos alimentares (recalls e withdrawals), por Marca Própria e por pereíveis, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar", subsecção 2.3.4. "Recolha de Produtos Alimentares". SDG 3 e 12 GRI 416-2
FB-FR-260a.2	Descrição dos processos utilizados para identificar e gerir os produtos e ingredientes associados às preocupações dos consumidores em termos de nutrição e saúde.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade". SDG 3 e 12 GRI 416-1
FB-FR-310a.2	Percentagem de colaboradores ativos com acordos coletivos de trabalho.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". UNGC 3 GRI 2-30 SDG 8
FB-FR-430a.1	Percentagem de vendas associada a produtos com certificação externa de sustentabilidade.	✓	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de pereíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023. Em 2023, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de pereíveis com certificação de sustentabilidade representaram 13,4%. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.5. "Produtos Certificados" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". SDG 12
FB-FR-430a.2	Percentagem de vendas de ovos provenientes de galinhas não enjauladas. Percentagem de vendas de suíno produzido sem recurso à utilização de jaulas de gestação.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção". SDG 12 e 15
FB-FR-430a.3	Descrição da estratégia de gestão de riscos ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de Promoção de Bem-estar Animal" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". UNGC 7 GRI 3-3 SDG 12 e 15

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards	
FB-FR-430a.4	Discussão da estratégia adotada na redução dos impactes ambientais associados à utilização de embalagens.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 e 8 GRI 3-3 GRI 301-1 SDG 8 e 12
FB-FR-000.A	Número de (1) localização de atividades de distribuição, e de (2) centros de distribuição.	✓	(1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados". (2) Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	---
FB-FR-000.B	Área total de (1) lojas e (2) centros de distribuição.	✓	(1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados".	---
FB-FR-000.C	Número de veículos na frota comercial.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.4. "Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos".	---

Tabela 5 – Regulatory Technical Standards para a divulgação de indicadores ESG (SFDR-RTS).

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards	
Principal	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
Principal	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2).	✓		UNGC 7 e 8 GRI 305-2 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
Principal	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3).	✓		UNGC 7 e 8 GRI 305-3 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
Principal	Total de emissões de GEE.	✓		UNGC 8 e 9 GRI 305-4 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15
Principal	Taxa de consumo e produção de energia não-renovável.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 SDG 7, 8, 12 e 13
Principal	Intensidade do consumo de energia.	✓		UNGC 8 GRI 304-1 GRI 304-2 GRI 304-3 GRI 304-4 SDG 6, 14 e 15
Principal	Atividades que afetam negativamente a biodiversidade e áreas sensíveis.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12
Principal	Taxa de resíduos perigosos.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.4. "Gestão de Resíduos".	UNGC 6 GRI 405-2 SDG 5, 8 e 10
Principal	Disparidades salariais injustificadas entre homens e mulheres.	✓	Calculamos a diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".	UNGC 6 GRI 405-1 SDG 5 e 8
Principal	Diversidade de género no Conselho de Administração.	✓	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)".	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
Adicional	Emissões de poluentes atmosféricos.	✓	As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento, bem como frota de veículos ligeiros): <ul style="list-style-type: none"> • NO_x = 210,1 toneladas (+50,4% face a 2022, considerando atualização dos valores); • SO_x = 42,5 toneladas (+43,1% face a 2022, considerando atualização dos valores). 	UNGC 6 GRI 405-1 SDG 5 e 8

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Adicional	Emissões de substâncias depletoras da camada do ozono.	✓ Este aspeto não é material. Não obstante, em 2023 verificou-se a emissão de 0,68 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3, 12, 14 e 15
Adicional	Iniciativas de redução das emissões de carbono.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7, 8 e 9 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15
Adicional	Repartição do consumo energético por tipo de fontes de energia não renováveis.	✓ Da energia consumida pelas operações das Companhias do Grupo Jerónimo Martins, 62% é proveniente de fontes não renováveis. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Adicional	Uso e reciclagem da água.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7, 8 e 9 GRI 303-3, GRI 303-4 GRI 303-5 SDG 6 e 12
Adicional	Política de gestão da água.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7 e 8 GRI 303-1, GRI 303-2 SDG 6 e 12
Adicional	Exposição a zonas de elevado stress hídrico.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12
Adicional	Práticas de sustentabilidade do oceano.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.4. "Pescado Sustentável".	UNGC 7 e 9
Adicional	Taxa de resíduos não valorizados.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.4. "Gestão de Resíduos".	UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12
Adicional	Espécies naturais e áreas protegidas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
Adicional	Políticas de combate à desflorestação.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1 "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7
Adicional	Política de prevenção de acidentes de trabalho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho" e 6.3.11. "Aqir Eticamente".	UNGC 1 e 2, GRI 403-1, SDG 8
Adicional	Taxa de acidentes de trabalho.	✓ Em 2023 registaram-se cerca de cinco mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 34 foram de consequência grave, o que corresponde a um aumento de 4,8% e 7,0% nos respetivos índices, face ao ano anterior. Assim, o índice de acidentes de comunicação obrigatória fixou-se em 23,29 e o índice de acidentes de consequência grave em 0,16. A grande maioria dos acidentes relaciona-se com o esforço físico, manipulação inadequada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte. Na sua maioria, os acidentes: <ul style="list-style-type: none"> • em Portugal levaram a traumas e contusões; • na Polónia resultaram em fraturas ou contusões de membros, cortes e sobrecarga musculoesquelética; • na Colômbia levaram a contusões, distensões e entorses, queimaduras superficiais leves e sobrecarga musculoesquelética. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".	GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 412-1 SDG 3, 8 e 16

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Adicional	Número de dias de trabalho perdidos por lesões, acidentes, fatalidades ou doenças profissionais.	Embora não reportemos estes indicadores, a informação sobre as práticas em matéria de saúde e segurança no trabalho pode ser consultada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho". Ver também capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 9. "Compromissos para 2024-2026".	SDG 3, 8 e 16 GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 403-10
Adicional	Código de Conduta de Fornecedores.	✓ Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 2 e 10 SDG 3, 8 e 16 GRI 2-15 GRI 2-23 GRI 2-26 GRI 412-3
Adicional	Mecanismo de tratamento de queixas/reclamações de colaboradores da empresa.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 2, 3, 4, 5, 6 e 10
Adicional	Políticas de proteção aos denunciantes.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente", website da Comissão de Ética (em quatro línguas, www.comissaodeetica.jeronimomartins.com) e Código de Conduta Jerónimo Martins no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 2, 3, 4, 5, 6 e 10
Adicional	Incidentes de discriminação.	Não houve incidentes confirmados de discriminação no Grupo Jerónimo Martins. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 6 SDG 5 e 10 GRI 406-1
Adicional	Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO).	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações".	
Adicional	Política de Direitos Humanos.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente", Código de Conduta Jerónimo Martins e Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 1 e 2
Adicional	Processo de diligência devida para identificar, prevenir e abordar os impactos adversos de Direitos Humanos.	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos". Para consultar as ações concretas neste âmbito ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas".	UNGC 1 e 2 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 5, 8 e 16
Adicional	Políticas de prevenção de tráfico de seres humanos.	✓ Ver Código de Conduta Jerónimo Martins, Código de Conduta de Fornecedores e a Política de Compras Responsáveis no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 1 e 2
Adicional	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1, 2 e 5 GRI 408-1 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 8 e 16
Adicional	Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado ou obrigatório.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1-4 e 6 GRI 409-1 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 8 e 16


Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Adicional	Políticas anticorrupção e anti-suborno	 <p>Consulte a Política Anti-Corrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e o Relatório Anual de Execução deste plano no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com. Consulte também o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" em www.jeronimomartins.com. Adicionalmente, foi ainda aprovado em 2023 como procedimento autónomo interno o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, a aplicar a terceiros.</p>	UNGC 10 GRI 205-1 GRI 205-2

Tabela 6 – Modelo de relatório para divulgação de informação não financeira pelas sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado

Indicador CMVM	Evidências	
PARTE 1 – INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS		
A. Introdução	<p>1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.</p>	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade" Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".</p> <p>Para consultar um sumário das políticas em matéria de sustentabilidade do Grupo e das ações levadas a cabo em 2023, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano" a 6. "Ser um Empregador de Referência". Ver também canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consulta integral das políticas em vigor no Grupo no website www.jeronimomartins.com.</p>
	<p>2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.</p>	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano" e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores".</p>
B. Modelo Empresarial	<p>1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).</p>	<p>Ver capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" e capítulo 4 "Governo da Sociedade".</p>
C. Principais Fatores de Risco	<p>1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.</p>	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna".</p>
	<p>2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.</p>	
	<p>3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.</p>	
	<p>4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.</p>	
	<p>5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte. Poderá ser efetuada remissão para outras partes ou anexos do Relatório de Gestão ou outro documento divulgado, de forma a permitir a sua livre consulta pelos investidores e demais stakeholders onde sejam identificados os fatores de risco.</p>	

Indicador CMVM	Evidências
<p>D. Políticas implementadas</p> <p>Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (due diligence), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.</p>	<p>Ver canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" no website www.jeronimomartins.com para consultar a Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis, Política da Qualidade e Segurança de Produto, Política Nutricional, Código de Conduta Jerónimo Martins, Código de Conduta de Fornecedores, e Política de Apoio às Comunidades Envolventes. A Política Anticorrupção foi aprovada em 2019, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em observância do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano em 2023, todos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com. Adicionalmente, foi ainda aprovado em 2023 como procedimento autónomo interno o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, a aplicar a terceiros. Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com para consultar comissões especializadas com responsabilidades nestas temáticas. Ver capítulo 5 "Responsabilidades nestas temáticas. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".</p>
<p>i. Políticas Ambientais</p> <p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Utilização sustentável dos recursos; ii. Poluição e alterações climáticas; iii. Economia circular e gestão de resíduos; iv. Proteção da biodiversidade. 	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 3. "Respeitar o Ambiente", 4. "Comprar com Responsabilidade" e 7. "Compromissos 2021-2023".</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". ii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023"; iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.4. "Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023"; iv. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".
<p>ii. Políticas sociais e fiscais</p> <p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Compromisso da empresa com a comunidade; ii. Subcontratação e fornecedores; iii. Consumidores; iv. Investimento responsável; v. Stakeholders; vi. Informação fiscal. 	<p>Ver capítulos 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento", 3. "Demonstrações Financeiras" e 4. "Governo da Sociedade". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", 4. "Comprar com Responsabilidade", 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", 6. "Ser Um Empregador de Referência", 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026".</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência". ii. Ver Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta para Fornecedores em www.jeronimomartins.com e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade". iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação". iv. Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores", Tabela 1 – "Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards", indicadores GRI 201-1, 201-2, 203-1, 203-2, 204-1. v. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade".

Indicador CMVM	Evidências	
	vi. Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores", Tabela 1 – "Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards", indicador GRI 201-4.	
iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026". Consultar também os Planos de Igualdade de Género 2022-2023 e 2023-2024, e o Plano de Transição Climática, disponíveis no website www.jeronimomartins.com .
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026".
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: i. Emprego; ii. Organização do trabalho; iii. Saúde e segurança; iv. Relações sociais; v. Formação; vi. Igualdade.	i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas". ii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas" e secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.8. "Conciliar os Contextos Profissional e Pessoal". iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho" e subsecção 6.3.8. "Conciliar os contextos profissional e pessoal". iv. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". v. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro". vi. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade" e 6.3.11. "Agir Eticamente".
iv. Direitos humanos	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023", subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores".
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: i. Procedimentos de diligência devida; ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação; iii. Processos judiciais.	



Indicador CMVM	Evidências
1. Prevenção da corrupção.	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna" e secção E "Transações com Partes Relacionadas". Adicionalmente, ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores, assim como a Política Anticorrupção e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ambos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com .
2. Prevenção do branqueamento de capitais.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas" e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores", indicadores GRI 2-15, 205-1 e 205-2. Foi ainda aprovado em 2023 como procedimento autónomo interno o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, a aplicar a terceiros.
3. Códigos de ética.	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 29. "Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício dessas Competências" e subsecção III "Fiscalização (Comissão de Auditoria)", 30. "Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado, secção C "Organização Interna", subsecção II "Comunicação de Irregularidades", 49. "Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade", secção D "Remunerações", subsecção III "Estrutura das Remunerações", 69. "Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização", secção E "Transações com Partes Relacionadas", subsecção I "Mecanismos e Procedimentos de Controlo", 91. "Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art.º 20.º CVM". Adicionalmente, ver Parte II – "Avaliação do Governo Societário", 2. "Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado", tabela de recomendações ponto II.4. Conflitos de interesses e II.5. Transações com partes relacionadas
v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas", e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores", indicadores GRI 2-15, 205-1 e 205-2. Adicionalmente consulte a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, assim como o Relatório Anual de Execução do referido plano, publicado em 2023, todos os documentos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com .
PARTE 2 - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS/DIRETRIZES SEGUIDOS	
1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não-financeira.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores".
2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores".
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas.	Não aplicável.
4. Outras informações.	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".








Tabela 7 - Reporte de indicadores segundo o European Sustainability Reporting Standards (ESRS).

7.1. – Correspondência entre os tópicos ESRS e os tópicos materiais resultantes da matriz de dupla materialidade

	Tópico ESRS	Requisitos de Divulgação	Tópico Material
Ambiente	E1 - Alterações Climáticas	GOV-3 SBM-3 IRO-1 E1-1 a E1-9	<ul style="list-style-type: none"> Alterações climáticas
	E5 - Economia Circular	IRO-1 E5-1 a E5-6	<ul style="list-style-type: none"> Desperdício alimentar Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
Social	S1 - Própria mão de obra	SBM-2 e SBM-3 S1-1 a S1-8 S1-10 S1-13 S1-16	<ul style="list-style-type: none"> Compensação e benefícios Formação e desenvolvimento dos colaboradores
	S3 - Comunidades afetadas	SBM-2 e SBM-3 S3-1 a S3-5	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento e apoio às comunidades locais
	S4 - Consumidores e utilizadores finais	SBM-2 e SBM-3 S4-1 a S4-5	<ul style="list-style-type: none"> Produtos a preços acessíveis Normas de qualidade e segurança de produtos Inovação de produtos e serviços
Condução Empresarial	G1 - Condução empresarial	GOV-1 IRO-1 G1-1 a G1-2 G1-6	<ul style="list-style-type: none"> Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento Compensação e benefícios

7.2. – Indicadores ESRS

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS 2- Divulgação geral	Base de elaboração	ESRS 2 BP-1 - Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	 <p>Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Realizámos em 2023 uma revisão dos aspetos materiais a considerar no âmbito da nossa estratégia e reporte de Responsabilidade Corporativa, em linha com os requisitos da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão GRI Standards, e com os princípios da dupla materialidade previstos pela União Europeia. No total, o estudo contou com mais de 16.600 respostas de nove públicos distintos das três geografias onde operamos, e ainda com a gestão de topo do Grupo. Como resultado desta análise, foi possível identificar 10 temas materiais disponíveis para consulta no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade". Ver, adicionalmente, capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins" e capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".</p>	GRI 2-2 GRI 3-1
		ESRS 2 BP-2 - Divulgações em relação a circunstâncias específicas de governação	 <p>Este relato utiliza os horizontes temporais definidos na ESRS1. Sempre que aplicável, é dada nota da utilização de métricas e estimativas na preparação do cálculo de determinados indicadores bem como da fonte de informação utilizada. Para informação sobre alterações aos dados de sustentabilidade apresentados em períodos anteriores ver GRI 2-4, tabela 1 neste subcapítulo. Para informação sobre sustentabilidade exigida noutra legislação ou baseada em normas e quadro de sustentabilidade ver tabelas 1 a 6, neste subcapítulo e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia". Os tópicos materiais e respetivos requisitos de divulgação estão identificados na Tabela 7.1. "Correspondência entre os tópicos ESRS e os tópicos materiais resultantes da matriz de dupla materialidade" deste subcapítulo, estando as respetivas respostas referenciadas na presente tabela.</p>	GRI 2-4 GRI 2 - 22 GRI 3-2 GRI 3-3

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS 2- Divulgação geral	Governação	ESRS 2 GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	 Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	GRI 2-9 GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-14 GRI 2-17 GRI 405-1
		ESRS 2 GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	 Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-16 GRI 2-24
		ESRS 2 GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	 Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	GRI 2-19 GRI 2-20
		ESRS 2 GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas". Recorremos também a um processo de verificação externa independente de fiabilidade limitada que assegura que o reporte em linha com as metodologias referidas quer os valores reportados, sendo estes identificados com o seguinte símbolo: 	
		ESRS 2 GOV-5 - Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	 A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas, é da Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente a informação de sustentabilidade reportada segue as metodologias de reporte de informação Global Reporting Initiative, Task Force on Climate-related Financial Disclosures, Sustainability Accounting Standards Board e as European Sustainability Reporting Standards. Os dados apresentados referem-se às nossas atividades durante o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 sendo apresentado, sempre que possível e para efeitos de comparação, os dados referentes ao período homólogo. É feita uma referência explícita às metodologias utilizadas, incluindo o recurso a estimativas ou proxies. O Grupo dispõe ainda de sistemas de gestão de informação para a recolha e armazenamento de dados utilizados no reporte de sustentabilidade (ex: consumos de água, listas de ingredientes de produtos de Marca Própria, auditorias a fornecedores). Estas informações são recolhidas com uma periodicidade trimestral e semestral (em função da tipologia de indicadores) servindo como ferramentas de suporte à monitorização do relato de sustentabilidade, bem como à identificação de oportunidades de melhoria. Iremos continuar a reforçar os nossos procedimentos internos relativos à informação de sustentabilidade.	GRI 2-14
	Estratégia	ESRS 2 SBM-1 – Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com . Ver ainda os indicadores GRI 2-6, 2-7, 3-3- na Tabela 1 – "Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards" deste subcapítulo, bem como o subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026", neste capítulo.	GRI 2-6 GRI 2-7 GRI 2-22 GRI 3-3 GRI 201-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
	Estratégia	ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com .	GRI 2-12 GRI 2-29
ESRS E1- Alterações climáticas	Governação	ESRS 2 GOV-3* - Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	GRI 2-19
	Estratégia	E1-1* - Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". Ver Plano de transição climática na página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" no website www.jeronimomartins.com	-
		ESRS 2 SBM-3* - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". Ver também 2023 CDP Climate: Question C2 , e Plano de transição climático .	-
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1* - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". Ver também 2023 CDP Climate: Question C4 , e Plano de transição climático .	-
		E1-2* - Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". Ver também 2023 CDP Climate: Question C4 , e Plano de transição climático .	GRI 3-3
		E1-3* - Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	GRI 3-3 GRI 305-5
	Métricas e metas	E1-4* - Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026", no pilar de atuação "Respeitar o Ambiente".	GRI 3-3 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-5

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards																																																																								
ESRS E1- Alterações climáticas	Métricas e metas	E1-5* - Consumo energético e combinação de energia	<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-right: 10px;">✔</div> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicadores de intensidade</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>Δ '23/'22</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo total (MWh)</td> <td>2.223.934</td> <td>2.090.464</td> <td>+6,4%</td> </tr> <tr> <td>Receitas líquidas provenientes de atividades em setores com elevado impacto climático (Milhões euros)</td> <td>30.602</td> <td>25.393</td> <td>+20,5%</td> </tr> <tr> <td>Consumo total (MWh/Milhões de euros de receita líquida)</td> <td>72.672</td> <td>82.324</td> <td>-11,7%</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>Das atividades do Grupo consideradas com elevado impacto climático, o retalho representa 98,5% do consumo de energia e as atividades de agricultura e pescas (Secção A, NACE rev.2) e indústria (Secção C, NACE rev.2) representam 0,5%. Não foi considerado o consumo de energia e a receita líquida da Companhia Jerónimo por não pertencer a um sector com elevado impacto climático (Secção I, NACE rev.2).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Consumo de energia</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>Δ 2023/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão (MWh)</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)</td> <td>16.634</td> <td>12.234</td> <td>+36,0%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)</td> <td>154.251</td> <td>125.400</td> <td>+23,0%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)</td> <td>194.718</td> <td>168.220</td> <td>+15,8%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes fósseis (MWh)</td> <td>860.466</td> <td>845.887</td> <td>+1,7%</td> </tr> <tr> <td>Consumo total de energia fóssil (MWh)</td> <td>1.226.068</td> <td>1.151.741</td> <td>+6,5%</td> </tr> <tr> <td>Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)</td> <td>55,16%</td> <td>55,12%</td> <td>+0,1%</td> </tr> <tr> <td>Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)</td> <td>534</td> <td>1.152</td> <td>-53,7%</td> </tr> <tr> <td>Percentagem de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)</td> <td>0,024%</td> <td>0,055%</td> <td>-0,03 p.p.</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustível de fontes renováveis (MWh)</td> <td>0*</td> <td>0*</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes renováveis (MWh)</td> <td>997.866</td> <td>938.722</td> <td>+6,3%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de energia proveniente de fontes renováveis (MWh)</td> <td>997.866</td> <td>938.722</td> <td>+6,3%</td> </tr> <tr> <td>Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)</td> <td>44,84%</td> <td>44,88%</td> <td>-0,04 p.p.</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Não tendo sido possível determinar a percentagem de combustíveis renováveis devido a ausência de dados públicos, assume-se o pior cenário, ou seja, 0% de combustíveis consumidos de origem renovável.</p> <p>O Grupo não possui centrais de geração de energia não renovável, sendo a única geração de energia não renovável realizada pontualmente nos geradores de emergência.</p>	Indicadores de intensidade	2023	2022	Δ '23/'22	Consumo total (MWh)	2.223.934	2.090.464	+6,4%	Receitas líquidas provenientes de atividades em setores com elevado impacto climático (Milhões euros)	30.602	25.393	+20,5%	Consumo total (MWh/Milhões de euros de receita líquida)	72.672	82.324	-11,7%	Consumo de energia	2023	2022	Δ 2023/2022	Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão (MWh)	0	0	-	Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	16.634	12.234	+36,0%	Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	154.251	125.400	+23,0%	Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	194.718	168.220	+15,8%	Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes fósseis (MWh)	860.466	845.887	+1,7%	Consumo total de energia fóssil (MWh)	1.226.068	1.151.741	+6,5%	Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	55,16%	55,12%	+0,1%	Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)	534	1.152	-53,7%	Percentagem de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0,024%	0,055%	-0,03 p.p.	Consumo de combustível de fontes renováveis (MWh)	0*	0*	-	Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes renováveis (MWh)	997.866	938.722	+6,3%	Consumo de energia proveniente de fontes renováveis (MWh)	997.866	938.722	+6,3%	Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	44,84%	44,88%	-0,04 p.p.	GRI 302-1 GRI 302-3
Indicadores de intensidade	2023	2022	Δ '23/'22																																																																									
Consumo total (MWh)	2.223.934	2.090.464	+6,4%																																																																									
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores com elevado impacto climático (Milhões euros)	30.602	25.393	+20,5%																																																																									
Consumo total (MWh/Milhões de euros de receita líquida)	72.672	82.324	-11,7%																																																																									
Consumo de energia	2023	2022	Δ 2023/2022																																																																									
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão (MWh)	0	0	-																																																																									
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	16.634	12.234	+36,0%																																																																									
Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	154.251	125.400	+23,0%																																																																									
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	194.718	168.220	+15,8%																																																																									
Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes fósseis (MWh)	860.466	845.887	+1,7%																																																																									
Consumo total de energia fóssil (MWh)	1.226.068	1.151.741	+6,5%																																																																									
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	55,16%	55,12%	+0,1%																																																																									
Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)	534	1.152	-53,7%																																																																									
Percentagem de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0,024%	0,055%	-0,03 p.p.																																																																									
Consumo de combustível de fontes renováveis (MWh)	0*	0*	-																																																																									
Consumo de eletricidade, calor, provenientes de fontes renováveis (MWh)	997.866	938.722	+6,3%																																																																									
Consumo de energia proveniente de fontes renováveis (MWh)	997.866	938.722	+6,3%																																																																									
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	44,84%	44,88%	-0,04 p.p.																																																																									





Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards																																																																																																																																																				
ESRS E1- Alterações climáticas	Métricas e metas	E1-6* - Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.2 "Pegada de Carbono".</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>Δ '23/'22</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pegada de carbono (âmbito 1 - impactos diretos)</td> <td>240.466</td> <td>*227.719</td> <td>+5,6%</td> </tr> <tr> <td>Fugas de gases refrigerantes</td> <td>104.976</td> <td>*111.669</td> <td>-6,0%</td> </tr> <tr> <td>Utilização de CO₂</td> <td>29.166</td> <td>25.755</td> <td>+13,2%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de combustíveis</td> <td>65.459</td> <td>52.858</td> <td>+23,8%</td> </tr> <tr> <td>Frota de ligeiras</td> <td>21.788</td> <td>*18.977</td> <td>+14,8%</td> </tr> <tr> <td>Emissões da agricultura e pecuária</td> <td>19.077</td> <td>*18.460</td> <td>+3,3%</td> </tr> <tr> <td>Emissões biogénicas de CO₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Pegada de carbono (âmbito 2 - impactos indiretos)</td> <td>688.438</td> <td>*641.618</td> <td>+7,3%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de eletricidade (location-based)</td> <td>755.226</td> <td>*753.496</td> <td>+0,2%</td> </tr> <tr> <td>Consumo de eletricidade (market-based)</td> <td>674.051</td> <td>*622.080</td> <td>+8,4%</td> </tr> <tr> <td>Aquecimento (location-based)</td> <td>14.387</td> <td>19.538</td> <td>26,4%</td> </tr> <tr> <td>Emissões biogénicas de CO₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida (Milhões euros)</td> <td>30.608</td> <td>25.385</td> <td>+20,6%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.</p> <p>Nota 1: as emissões de GEE de âmbito 1 das atividades das nossas Companhias não são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados.</p> <p>Nota 2: As emissões das atividades agrícolas e pecuárias da JMA incluem emissões entéricas de bovinos e ovinos, o uso de fertilizantes químicos e a gestão do estrume.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>Δ '23/'22</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pegada de carbono (âmbito 3 - outros impactos indiretos)</td> <td>32.593.713</td> <td>*28.900.529</td> <td>+12,9%</td> </tr> <tr> <td>C1. Produtos e serviços comprados</td> <td>28.051.367</td> <td>24.694.613</td> <td>+13,6%</td> </tr> <tr> <td>C2. Bens de capital</td> <td>627.556</td> <td>*511.612</td> <td>+22,7%</td> </tr> <tr> <td>C3. Atividades relacionadas com combustível e energia</td> <td>307.489</td> <td>309.982</td> <td>-0,8%</td> </tr> <tr> <td>C4. Transporte e distribuição a montante</td> <td>256.781</td> <td>*261.510</td> <td>-1,8%</td> </tr> <tr> <td>C5. Resíduos gerados nas operações</td> <td>57.091</td> <td>49.268</td> <td>+15,9%</td> </tr> <tr> <td>C6. Viagens de trabalho</td> <td>4.841</td> <td>3.359</td> <td>+44,1%</td> </tr> <tr> <td>C7. Viagens pendulares</td> <td>20.813</td> <td>20.392</td> <td>+2,1%</td> </tr> <tr> <td>C8. Ativos alugados a montante</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>C9. Transporte e distribuição a jusante</td> <td>-</td> <td>*</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>C10. Transformação de produtos vendidos</td> <td>799</td> <td>790</td> <td>+2,4%</td> </tr> <tr> <td>C11. Uso de produtos vendidos</td> <td>1.798.879</td> <td>1.822.447</td> <td>-1,3%</td> </tr> <tr> <td>C12. Fim de vida de produtos vendidos</td> <td>1.458.531</td> <td>1.276.387</td> <td>+14,3%</td> </tr> <tr> <td>C13. Ativos alugados a jusante</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>C14. Franchises</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>C15. Investimentos</td> <td>9.566</td> <td>*10.179</td> <td>-6,0%</td> </tr> <tr> <td>Emissões biogénicas de CO₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida (Milhões euros)</td> <td>30.608</td> <td>25.385</td> <td>+20,6%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.</p> <p>Nota 3: Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.</p> <p>As emissões de âmbito 3, calculadas com base em dados primários, representam 13,1% do total das emissões de âmbito 3 em 2023.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Porcentagem de instrumentos contratuais nas emissões de GEE de âmbito 2</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>Δ 2023/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Garantias de Origem</td> <td>2,6%</td> <td>30,1%</td> <td>-0,5 pp.</td> </tr> <tr> <td>Contratos de aquisição de energia renovável</td> <td>4,7%</td> <td>0,6%</td> <td>4,0 pp.</td> </tr> <tr> <td>Créditos de carbono</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		2023	2022	Δ '23/'22	Pegada de carbono (âmbito 1 - impactos diretos)	240.466	*227.719	+5,6%	Fugas de gases refrigerantes	104.976	*111.669	-6,0%	Utilização de CO ₂	29.166	25.755	+13,2%	Consumo de combustíveis	65.459	52.858	+23,8%	Frota de ligeiras	21.788	*18.977	+14,8%	Emissões da agricultura e pecuária	19.077	*18.460	+3,3%	Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-	Pegada de carbono (âmbito 2 - impactos indiretos)	688.438	*641.618	+7,3%	Consumo de eletricidade (location-based)	755.226	*753.496	+0,2%	Consumo de eletricidade (market-based)	674.051	*622.080	+8,4%	Aquecimento (location-based)	14.387	19.538	26,4%	Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-	Receita líquida (Milhões euros)	30.608	25.385	+20,6%		2023	2022	Δ '23/'22	Pegada de carbono (âmbito 3 - outros impactos indiretos)	32.593.713	*28.900.529	+12,9%	C1. Produtos e serviços comprados	28.051.367	24.694.613	+13,6%	C2. Bens de capital	627.556	*511.612	+22,7%	C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	307.489	309.982	-0,8%	C4. Transporte e distribuição a montante	256.781	*261.510	-1,8%	C5. Resíduos gerados nas operações	57.091	49.268	+15,9%	C6. Viagens de trabalho	4.841	3.359	+44,1%	C7. Viagens pendulares	20.813	20.392	+2,1%	C8. Ativos alugados a montante	-	-	-	C9. Transporte e distribuição a jusante	-	*	-	C10. Transformação de produtos vendidos	799	790	+2,4%	C11. Uso de produtos vendidos	1.798.879	1.822.447	-1,3%	C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.458.531	1.276.387	+14,3%	C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-	C14. Franchises	-	-	-	C15. Investimentos	9.566	*10.179	-6,0%	Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-	Receita líquida (Milhões euros)	30.608	25.385	+20,6%	Porcentagem de instrumentos contratuais nas emissões de GEE de âmbito 2	2023	2022	Δ 2023/2022	Garantias de Origem	2,6%	30,1%	-0,5 pp.	Contratos de aquisição de energia renovável	4,7%	0,6%	4,0 pp.	Créditos de carbono	0%	0%	-	GRI 201-1 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-4
	2023	2022	Δ '23/'22																																																																																																																																																					
Pegada de carbono (âmbito 1 - impactos diretos)	240.466	*227.719	+5,6%																																																																																																																																																					
Fugas de gases refrigerantes	104.976	*111.669	-6,0%																																																																																																																																																					
Utilização de CO ₂	29.166	25.755	+13,2%																																																																																																																																																					
Consumo de combustíveis	65.459	52.858	+23,8%																																																																																																																																																					
Frota de ligeiras	21.788	*18.977	+14,8%																																																																																																																																																					
Emissões da agricultura e pecuária	19.077	*18.460	+3,3%																																																																																																																																																					
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-																																																																																																																																																					
Pegada de carbono (âmbito 2 - impactos indiretos)	688.438	*641.618	+7,3%																																																																																																																																																					
Consumo de eletricidade (location-based)	755.226	*753.496	+0,2%																																																																																																																																																					
Consumo de eletricidade (market-based)	674.051	*622.080	+8,4%																																																																																																																																																					
Aquecimento (location-based)	14.387	19.538	26,4%																																																																																																																																																					
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-																																																																																																																																																					
Receita líquida (Milhões euros)	30.608	25.385	+20,6%																																																																																																																																																					
	2023	2022	Δ '23/'22																																																																																																																																																					
Pegada de carbono (âmbito 3 - outros impactos indiretos)	32.593.713	*28.900.529	+12,9%																																																																																																																																																					
C1. Produtos e serviços comprados	28.051.367	24.694.613	+13,6%																																																																																																																																																					
C2. Bens de capital	627.556	*511.612	+22,7%																																																																																																																																																					
C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	307.489	309.982	-0,8%																																																																																																																																																					
C4. Transporte e distribuição a montante	256.781	*261.510	-1,8%																																																																																																																																																					
C5. Resíduos gerados nas operações	57.091	49.268	+15,9%																																																																																																																																																					
C6. Viagens de trabalho	4.841	3.359	+44,1%																																																																																																																																																					
C7. Viagens pendulares	20.813	20.392	+2,1%																																																																																																																																																					
C8. Ativos alugados a montante	-	-	-																																																																																																																																																					
C9. Transporte e distribuição a jusante	-	*	-																																																																																																																																																					
C10. Transformação de produtos vendidos	799	790	+2,4%																																																																																																																																																					
C11. Uso de produtos vendidos	1.798.879	1.822.447	-1,3%																																																																																																																																																					
C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.458.531	1.276.387	+14,3%																																																																																																																																																					
C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-																																																																																																																																																					
C14. Franchises	-	-	-																																																																																																																																																					
C15. Investimentos	9.566	*10.179	-6,0%																																																																																																																																																					
Emissões biogénicas de CO ₂ provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-																																																																																																																																																					
Receita líquida (Milhões euros)	30.608	25.385	+20,6%																																																																																																																																																					
Porcentagem de instrumentos contratuais nas emissões de GEE de âmbito 2	2023	2022	Δ 2023/2022																																																																																																																																																					
Garantias de Origem	2,6%	30,1%	-0,5 pp.																																																																																																																																																					
Contratos de aquisição de energia renovável	4,7%	0,6%	4,0 pp.																																																																																																																																																					
Créditos de carbono	0%	0%	-																																																																																																																																																					



Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
	Métricas e metas	E1-7* - Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	<p>✓</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.2 "Pegada de Carbono".</p> <p><i>Nota: As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.</i></p>	GRI 305
		E1-8* - Fixação interna do preço do carbono	<p>✓</p> <p>A utilização de um preço interno de carbono tem como objetivo promover a redução das emissões relacionadas com o consumo de combustível, tanto nas operações próprias (emissões de âmbito 1) como na cadeia de abastecimento (emissões de âmbito 3), através da eficiência energética e de outras medidas de baixo carbono. Exemplos incluem: i) investimento em veículos de passageiros com baixo consumo de combustível para a frota própria; ii) integração da eficiência de combustível dos veículos de carga como critério para a seleção do transporte terceirizado de mercadorias entre os nossos centros de distribuição e mais de 5.700 lojas em Portugal, Polónia e Colômbia; iii) substituição de combustível por gás natural. Além da avaliação dos impactos nos custos de combustível e na redução de emissões, o uso do preço interno do carbono permite antecipar o impacto da legislação tributária sobre o carbono no Grupo, tanto nas operações diretas quanto nas atividades terceirizadas, em que os preços dos combustíveis têm um impacto indireto nos custos das Companhias.</p> <p>Aplicamos um preço-sombra como preço interno de carbono que é atualizado anualmente de acordo com as atualizações das taxas de carbono em Portugal e na Colômbia. Este é calculado com base numa média ponderada do preço dos impostos sobre o carbono em Portugal (41,11 €/tCO₂) e na Colômbia (5,00 €/tCO₂), no ano de reporte. Como a taxa de carbono em vigor na Polónia continua muito baixa (0,07 €/tCO₂), esta não é considerada no nosso preço interno de carbono. O valor do preço interno de carbono em 2023 foi de 19,55 €/tCO₂.</p> <p>Foram abrangidos pelo preço interno de carbono as emissões de GEE de âmbito 1 associadas ao consumo de combustível, 87.247 tCO₂e (36% das emissões de GEE de âmbito 1) e as emissões de âmbito 3 associadas às atividades relativas a combustíveis e energia (22.471 tCO₂e) e ao Transporte e distribuição a montante (248.772 tCO₂e), correspondendo a 1% do total das emissões de âmbito 3.</p>	-

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS E1 - Alterações climáticas	Métricas e metas	E1-9* - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	<p>✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".</p> <p>A avaliação dos riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas, onde não foram consideradas medidas de adaptação, permitiu concluir que não existem ativos com risco material físico (agudo ou crónico), nos horizontes temporais de curto, médio e longo prazo.</p> <p>Nas nossas operações próprias os principais riscos identificados estão associados à transição climática para uma economia de baixo carbono, em particular na utilização de gases refrigerantes naturais ou de baixo potencial de aquecimento global nos nossos sistemas de frio. Ainda assim, os riscos de transição identificados não são materiais para o Grupo, estando previstos no nosso plano de investimentos a instalação de sistemas de frio que utilizem este tipo de gases de refrigeração, bem como, a instalação de sistemas de produção renovável para autoconsumo ou aquisição de energia renovável para alimentar as nossas operações em Portugal e Polónia. Com as medidas de mitigação implementadas em 2022, em particular os investimentos em energia renovável e utilização de gases refrigerantes naturais ou de baixo potencial de aquecimento global, são esperadas poupanças de 55 milhões de Euros por ano. Com as medidas de adaptação implementadas em 2022, em particular os investimentos em eficiência dos recursos hídricos, são esperadas poupanças de 113 mil Euros por ano. Na nossa cadeia de abastecimento, os principais riscos identificados estão associados ao impacto de fenómenos climáticos extremos (e.g., escassez de água) na produção primária. Quanto às oportunidades nesta fase da cadeia de valor, identificámos o aumento de produtividade em algumas origens ou a escolha de espécies mais resilientes, por exemplo, a calor extremo. Estamos a melhorar a quantificação do impacto financeiro de riscos e oportunidades na produção primária, colaborando com fornecedores na identificação de medidas de mitigação e de adaptação.</p>	GRI 201-2
		Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	<p>ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição</p> <p>E2-1 – Políticas relacionadas com a poluição</p> <p>E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição</p>	<p>Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".</p> <p>Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente". Ver canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" no website https://www.jeronimomartins.com para consultar a Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis.</p> <p>Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".</p>
ESRS E2 - Poluição	Métricas e metas	E2-3 – Metas relacionadas com a poluição	<p>✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026" no pilar de atuação Respeitar o Ambiente.</p>	GRI 3-3 GRI 303-2
		E2-4 – Poluição do ar, da água e do solo	<p>✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. Preservação da Biodiversidade e 3.3. Combate às Alterações Climáticas.</p>	GRI 2-27 GRI 305-7




Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS E2 - Poluição	Métricas e metas	E2-5 – Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".	-
		E2-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4.2 "Materiais consumidos e iniciativas de redução". Ver também 2023 CDP Water: Question W10 .	-
ESRS E3 – Recursos hídricos e marinhos	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO 1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".	GRI 303-1
		E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".	-
		E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".	GRI 3-3 GRI 303-1
	Métricas e metas	E3-3 – Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".	GRI 3-3 GRI 303-1
		E3-4 – Consumo de água	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia". Consumo de água: 6 500 463 m ³ . Consumo total em zona de risco hídrico material: 1.623.323 m ³ . Consumo de água reciclada: 2.386 m ³ . Consumo total de recursos hídricos armazenados: 0 m ³ . Intensidade de água: 212 m ³ / milhão de euros de receita líquida.	GRI 303-3 GRI 303-4 GRI 303-5
E3-5 – Efeitos financeiros previstos de impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3 "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1 Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas e subsecção 3.3.3. Gestão dos Consumos de Água e Energia. Ver também 2023 CDP Water: Question W10 .	-		
ESRS E4 – Biodiversidade e ecossistemas	Estratégia	E4-1 – Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. Preservação da Biodiversidade.	GRI 3-3
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. Preservação da Biodiversidade.	GRI 304-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards	
ESRS E4 – Biodiversidad e e ecossistemas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1- Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. Preservação da Biodiversidade.	GRI 304-1
		E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.1. Introdução.	-
		E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade".	GRI 3-3 GRI 304-3
	Métricas e metas	E4-4 – Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023 Novos Compromissos 2024-2026".	GRI 3-3
		E4-5 – Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade".	GRI 304-1 GRI 304-2 GRI 304-4
		E4-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas		Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. Preservação da Biodiversidade	-
ESRS E5- Utilização dos Recursos e economia circular	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1* – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4 "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.1 "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular". Ver também 2023 CDP Water: Question W10 . Ver ainda capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade"	GRI 3-3 GRI 306-1
		E5-1* - Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" no website www.jeronimomartins.com para consultar a Política Ambiental , Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta dos Fornecedores . Ver também 2023 CDP Water: Question W10 . Ver ainda capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade"	-
		E5-2* - Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4 "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.1 "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular".	GRI 3-3 GRI 306-2

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards																																
ESRS E5- Utilização dos Recursos e economia circular	Métricas e metas	E5-3* - Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 8. "Compromissos 2024-2026", no pilar de atuação "Respeitar o ambiente".	GRI 3-3																																
		E5-4* - Entradas de recursos	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4 "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.1 "Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução" e 3.4.2 Promoção do Consumo Sustentável de Materiais Peso total dos materiais: 520.096 t. Percentagem de materiais biológicos certificados: 19% (papel certificado (e.g. FSC®).) Peso total de componentes reciclados: 220.311 t. Percentagem de componentes reciclados: 43,7%.	GRI 301-1 GRI 301-2 GRI 306-1																																
		E5-5* - Saídas de recursos	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4 "Promoção de uma Economia Circular", 3.4.4. Gestão de Resíduos. Quantidade total de resíduos perigoso e não perigosos por tipo de destino. <table border="1" data-bbox="774 689 1268 1086"> <thead> <tr> <th>2023</th> <th>Perigosos (toneladas)</th> <th>Não Perigosos (toneladas)</th> <th>Total (toneladas)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Preparação para reutilização</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Reciclagem</td> <td>337</td> <td>443.152</td> <td>443.489</td> </tr> <tr> <td>Outras recuperações</td> <td>9</td> <td>63.261</td> <td>63.270</td> </tr> <tr> <td>Incineração</td> <td>4</td> <td>396</td> <td>399</td> </tr> <tr> <td>Aterro</td> <td>5</td> <td>80.109</td> <td>80.113</td> </tr> <tr> <td>Outras eliminações</td> <td>40</td> <td>5.752</td> <td>5.792</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>395</td> <td>592.669</td> <td>593.064</td> </tr> </tbody> </table> Resíduos não reciclados: 86.304 t. Resíduos não reciclados: 14,6%. O Grupo Jerónimo Martins não produz resíduos radioativos.	2023	Perigosos (toneladas)	Não Perigosos (toneladas)	Total (toneladas)	Preparação para reutilização	0	0	0	Reciclagem	337	443.152	443.489	Outras recuperações	9	63.261	63.270	Incineração	4	396	399	Aterro	5	80.109	80.113	Outras eliminações	40	5.752	5.792	Total	395	592.669	593.064	GRI 306-2 GRI 306-3 GRI 306-4 GRI 306-5
		2023	Perigosos (toneladas)	Não Perigosos (toneladas)	Total (toneladas)																															
Preparação para reutilização	0	0	0																																	
Reciclagem	337	443.152	443.489																																	
Outras recuperações	9	63.261	63.270																																	
Incineração	4	396	399																																	
Aterro	5	80.109	80.113																																	
Outras eliminações	40	5.752	5.792																																	
Total	395	592.669	593.064																																	
E5-6* - Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4 "Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.1. "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular". O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressivo estipulado.	-																																		


Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1- Mão de obra própria	Estratégia	ESRS 2 SBM-2* – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1 "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", onde se descrevem os tópicos considerados materiais por um conjunto de partes interessadas, auscultadas através de questionários no decorrer do ano 2023, entre as quais os colaboradores do Grupo. O exercício descrito determinou um conjunto de tópicos identificados pelos colaboradores como relevantes, tais como compensação e benefícios, e formação e desenvolvimento dos colaboradores, tendo o Grupo implementado, como forma de dar resposta às suas expectativas, uma política de acesso público (Código de Conduta), que descreve o compromisso com formação, desenvolvimento e reconhecimento), ações concretas que materializam essa mesma política e medem os impactos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência"), objetivos direcionados aos colaboradores e relato do seu progresso (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026") e, ainda, indicadores específicos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabelas de Indicadores").</p>	
		ESRS 2 SBM-3* – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	 <p>Com base nas respostas obtidas neste exercício de auscultação e consequente definição de dupla materialidade, foi definida a lista de riscos, impactos e oportunidades para avaliação de potenciais tópicos materiais e feita a respetiva correlação com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade. A análise incidiu sobre as diferentes etapas da cadeia de valor do Grupo e para os seguintes horizontes temporais: curto, médio e longo-prazos. Os impactos foram ainda avaliados em positivos ou negativos e em atuais ou potenciais. Já os riscos e oportunidades foram classificados considerando a sua magnitude e probabilidade de ocorrência. Este exercício foi feito com base no sistema de gestão de risco do Grupo, tendo sido envolvida igualmente a gestão do Grupo. Neste sentido, o Grupo orienta-se por um Código de Conduta, disponível no website corporativo, procurando dar resposta às expectativas identificadas neste exercício pelos colaboradores, e relata a sua estratégia e atividades anuais ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 6. "Ser um empregador de Referência", 7. "Compromissos para 2021-2023", 8. "Compromissos para 2024-2026" e 10. "Tabelas de Indicadores".</p> <p>Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". Adicionalmente, o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia" contém a secção 9.4.2 "Salvaguardas Mínimas" onde podem ser consultadas as posições do Grupo quanto a dimensões que podem afetar os colaboradores, e quanto à gestão do risco. Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 408-1 GRI 409-1



Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1- Mão de obra própria	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S1-1* – Políticas relacionadas com a própria mão de obra	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.11. “Agir Eticamente”, e Código de Conduta Jerónimo Martins no canal “Responsabilidade”, página “Publicações de Responsabilidade Corporativa”, no website www.jeronimomartins.com .	GRI 3-3 GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29 GRI 403-1 GRI 403-3 GRI 404-2
		S1-2* – Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 1 “Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano”, e subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.11. “Agir Eticamente”. Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	GRI 3-3 GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 2-30
		S1-3* – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.3. “As Nossas Áreas de Intervenção”, subsecção 6.3.11. “Agir Eticamente”. Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	GRI 3-3 GRI 2-25
		S1-4* – Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 1. “Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência” e subcapítulo 7. “Compromissos para 2021-2023” e subcapítulo 8. “Compromissos para 2024-2026”. Consultar também Plano de Igualdade de Género 2023-2024, disponível no website www.jeronimomartins.com Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	GRI 3-3 GRI 2-24 GRI 203-2
	Métricas e metas	S1-5* – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 7. “Compromissos para 2021-2023” e subcapítulo 8. “Compromissos para 2024-2026”. Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	GRI 3-3
		S1-6* – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	✓ Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 6. “Ser um Empregador de Referência”, secção 6.2. As Nossas Pessoas e subcapítulo 10. “Tabela de Indicadores”.	GRI 2-7 GRI 2-8 GRI 401-1 GRI 405-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards																																								
ESRS S1- Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-7* — Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa	 <p>O Grupo tem na sua mão-de-obra colaboradores e trabalhadores não colaboradores. Sobre estes últimos, podem ser consultados indicadores que referem: o número total de trabalhadores registados nos nossos sistemas internos, o número de trabalhadores cobertos por sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, o número de acidentes de trabalho destes trabalhadores, e o número de trabalhadores com doenças profissionais. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores". O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressivo estipulado.</p>	GRI 2-8 GRI 202-1 GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 403-10																																								
		S1-8* – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	 <p>Em Portugal apenas um número residual de colaboradores não está coberto por contrato coletivo de trabalho. Na Polónia e na Colómbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas sociedades, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente todos estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. As nossas políticas internas estão totalmente alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressiva estipulado.</p>	GRI 2-30																																								
		S1-9 — Métricas de diversidade	 <p>Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência, secção 6.2. As Nossas Pessoas e a subsecção 6.2.2. "Viver a Diversidade".</p> <table border="1" data-bbox="772 1106 1270 1285"> <thead> <tr> <th colspan="5">Grupos etários</th> </tr> <tr> <th><25</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>>55</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>16.936</td> <td>41.827</td> <td>42.553</td> <td>25.067</td> <td>7.897</td> </tr> <tr> <td>12,0%</td> <td>31,1%</td> <td>31,7%</td> <td>18,7%</td> <td>5,9%</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="772 1308 1270 1675"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Géneros</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>101.960 75,9%</td> <td>32.340 24,1%</td> <td>134.300</td> </tr> <tr> <td>Membros de Direções Executivas</td> <td>20 28,2%</td> <td>51 71,8%</td> <td>71</td> </tr> <tr> <td>Gestores de topo e intermédios</td> <td>1.727 52,2%</td> <td>1.584 47,8%</td> <td>3.311</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios</td> <td>100.213 76,5%</td> <td>30.705 23,5%</td> <td>130.918</td> </tr> </tbody> </table> <p>O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	Grupos etários					<25	25-34	35-44	45-54	>55	16.936	41.827	42.553	25.067	7.897	12,0%	31,1%	31,7%	18,7%	5,9%		Géneros		Total	Mulheres	Homens	Grupo	101.960 75,9%	32.340 24,1%	134.300	Membros de Direções Executivas	20 28,2%	51 71,8%	71	Gestores de topo e intermédios	1.727 52,2%	1.584 47,8%	3.311	Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	100.213 76,5%	30.705 23,5%
Grupos etários																																												
<25	25-34	35-44	45-54	>55																																								
16.936	41.827	42.553	25.067	7.897																																								
12,0%	31,1%	31,7%	18,7%	5,9%																																								
	Géneros		Total																																									
	Mulheres	Homens																																										
Grupo	101.960 75,9%	32.340 24,1%	134.300																																									
Membros de Direções Executivas	20 28,2%	51 71,8%	71																																									
Gestores de topo e intermédios	1.727 52,2%	1.584 47,8%	3.311																																									
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	100.213 76,5%	30.705 23,5%	130.918																																									

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1- Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-10* – Salários adequados	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5 "Reconhecer com Justiça e Competitividade".	GRI 202-1
		S1-11 – Proteção social	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores". Todos os trabalhadores assalariados do Grupo nas três principais geografias em que operamos (Portugal, Polónia e Colômbia) estão abrangidos por proteção social, através de regimes públicos contra perdas de rendimento por doença, desemprego a partir do momento em que o trabalhador trabalha para a empresa, acidente de trabalho, incapacidade adquirida, licença parental e reforma/aposentação, exceto no caso particular da Colômbia, onde não existe um mínimo legal para o gozo de licença parental pelos pais (homens) coberto por regimes públicos de proteção social.	GRI 401-2
		S1-12 – Pessoas com deficiência	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.10. "Promover a Inclusão". Em 2023 o Grupo contava com 1.693 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, o que representa 1,3% do total da força de trabalho a nível global. Especificamente em Portugal, esta proporção é de 2,4%.	GRI 405-1
		S1-13* – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho Individual" e subsecção 6.3.2. "Preparar para o Futuro".	GRI 404-1 GRI 404-3
		S1-14 – Métricas de saúde e segurança	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".	GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 403-10
		S1-15 – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.8. "Conciliar os Contextos Profissional e Pessoal" e subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores". O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressiva estipulado.	GRI 401-3 GRI 403-6

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S1- Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-16* – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade" e 6.3.5. "1.3.5. Reconhecer com Justiça e Competitividade". Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". No que concerne o rácio entre a remuneração individual mais elevada e a remuneração mediana dos seus trabalhadores assalariados, considera-se que a divulgação do indicador é não aplicável à realidade do Grupo Jerónimo Martins, considerando: i) a sua presença em diferentes países com moedas mais fracas que o euro (resultando numa remuneração média de acordo com a Paridade do Poder de Compra mais baixa nesses países do que em Portugal); ii) o facto de o retalho alimentar tradicional ser intensivo em mão-de-obra e fortemente dependente de mão-de-obra pouco qualificada; iii) o facto de o indicador requerer a comparação entre realidades que não são comparáveis e onde não existe medida de justiça (i.e. comparação de perfis de colaboradores semelhantes em termos de nível de responsabilidade, especialização e contexto estratégico, entre outros).	GRI 2-21 GRI 405-2
		S1-17– Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	GRI 3-3 GRI 2-25 GRI 2-27 GRI 406-1
ESRS S2 - Trabalhadore s na cadeia de valor	Estratégia	ESRS 2 SBM-2- Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1 "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", onde se descrevem os tópicos considerados materiais por um conjunto de partes interessadas, auscultadas através de questionários no decorrer do ano 2023, entre as quais os fornecedores e parceiros de negócio do Grupo. O exercício descrito determinou como tópico identificado por este público como relevante as práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento, tendo o Grupo implementado, como forma de dar resposta às suas expectativas, uma política e código de conduta, ambos de acesso público (Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta para Fornecedores , que descrevem o compromisso com, entre outros, a defesa dos direitos humanos e laborais), ações concretas que materializam estas orientações e medem os seus impactos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade"), objetivos direcionados aos fornecedores e relato do seu progresso (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026") e, ainda, indicadores específicos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabelas de Indicadores").	



Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Métricas e metas	ESRS 2 SBM-3- Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	 <p>Este tópico não foi identificado como um tópico material (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1 "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano"). Não obstante, e com base nas respostas obtidas neste exercício de auscultação e consequente definição de dupla materialidade, foi definida a lista de riscos, impactos e oportunidades para avaliação de potenciais tópicos materiais e feita a respetiva correlação com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade. A análise incidiu sobre as diferentes etapas da cadeia de valor do Grupo e para os seguintes horizontes temporais: curto, médio e longo-prazos. Os impactos foram ainda avaliados em positivos ou negativos e em atuais ou potenciais. Já os riscos e oportunidades foram classificados considerando a sua magnitude e probabilidade de ocorrência. Este exercício foi feito com base no sistema de gestão de risco do Grupo, tendo sido envolvida igualmente a gestão do Grupo. Neste sentido, o Grupo orienta-se por uma Política de Compras Sustentáveis e um Código de Conduta para Fornecedores, disponível no website corporativo, procurando dar resposta às expectativas identificadas neste exercício pelos fornecedores e parceiros de negócio, e relata a sua estratégia e atividades anuais ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. "Comprar com Responsabilidade", 7. "Compromissos para 2021-2023", 8. "Compromissos para 2024-2026" e 10. "Tabelas de Indicadores". Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". Adicionalmente, o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia" contém a secção 9.4.2 "Salvaguardas Mínimas" onde podem ser consultadas as posições do Grupo quanto a dimensões que podem, entre outros, afetar os trabalhadores na cadeia de valor, e quanto à gestão do risco. Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 408-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-1 – Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	 Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no website corporativo www.jeronimomartins.com (contendo as seguintes políticas que orientam a conduta do Grupo Jerónimo Martins e suas Companhias no desenvolvimento das suas atividades: Código de Conduta Jerónimo Martins, Política de Compras Sustentáveis, e o Código de Conduta para Fornecedores) e no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". Adicionalmente, o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia" contém a secção 9.4.2 "Salvaguardas Mínimas" que estão alinhadas com Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos. Relativamente ao exercício de auscultação e análise de materialidade, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade", assim como o canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com	GRI 3-3 GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-29
		S2-2 – Processos para dialogar com os trabalhadores da cadeia de valor sobre impactos	 Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, disponibilizamos informação sobre as nossas ações neste âmbito no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	GRI 3-3 GRI 2-12 GRI 2-29

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações	<p>✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, e como forma de dar resposta às expectativas e preocupações das partes interessadas, incluindo os fornecedores e parceiros de negócio, que empregam trabalhadores da cadeia de valor, existem mecanismos que facilitam a comunicação e resolução de potenciais impactos negativos decorrentes da nossa atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> a Comissão de Ética, órgão especializado para o acompanhamento, com isenção e independência, da divulgação e do cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em Portugal, Polónia e Colômbia, gerindo assim os riscos de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações; os Núcleos de Ética, canais de denúncia autónomos existentes em Portugal que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades que violem o direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta. <p>Adicionalmente, as auditorias sociais que o Grupo realiza desde 2019 a fornecedores compreendem uma fase de entrevistas a colaboradores, momentos em que podem ser expostas as suas preocupações de forma livre e confidencial. A informação sobre as auditorias executadas em 2023 pode ser consultada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores.</p> <p>Ainda neste âmbito, e no caso de produtores primários quando aplicável, utilizamos critérios que se inspiram no trabalho desenvolvido pelo Sustainable Supply Chain Initiative, do Consumer Goods Forum, entidade da qual somos membros, e que incluem a proteção das populações locais e indígenas nomeadamente através dos critérios seguintes: i) que os fornecedores demonstram o acesso devido ao uso da terra e de acesso à água, e no caso de ter havido alguma transferência de propriedade da terra tal foi precedida de um consulta e consentimento prévio, livre e informado (free, prior and informed consent) e que na eventualidade de algum conflito sobre a propriedade da terra ou do acesso à água, o fornecedor demonstra evidências que foram envolvidas as partes necessárias para o resolver; ii) que o fornecedor evita, remedia ou mitiga impactos negativos, que possam resultar das suas atividades em áreas protegidas e em áreas com elevado valor de conservação dentro ou fora dos limites da sua produção, que afetem a sobrevivência de populações locais ou indígenas; e iii) que o fornecedor toma as medidas apropriadas para manter a qualidade e acessibilidade à água de superfície ou subterrânea por parte das populações locais e/ou indígenas.</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-25 GRI 2-29



Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-4 – Tomar medidas sobre impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações	<p>✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Não obstante, guiamo-nos pela nossa Política de Compras Sustentáveis, explicitando, entre outros, a necessidade de nos relacionarmos comercialmente com entidades cujas atividades respeitem os direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores fazendo, para isso, as devidas diligências para conhecer a realidade dos fornecedores, de forma a detetar precocemente indícios de eventuais abusos ou não conformidades com o Código de Conduta de Fornecedores. Este último documento é incluído nos contratos comerciais, visando que também os nossos parceiros defendam os direitos laborais dos seus próprios trabalhadores nomeadamente em matéria de condições de saúde e segurança, não discriminação, cumprimento de horários de trabalho, e à proibição de qualquer forma de trabalho forçado – incluindo aquele que envolva a aplicação de castigos corporais, práticas de assédio ou bullying ou quaisquer formas de coação física ou de coação moral – e de recurso a trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho. Ambos os documentos encontram-se publicados em www.jeronimomartins.com.</p> <p>Adicionalmente, as auditorias sociais realizadas aos fornecedores das Companhias recorrem a critérios de avaliação que incluem saúde e segurança no trabalho, preparação para emergências, termos de contrato, horas de trabalho e compliance com leis e regulamentos. Para mais informação ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p>Ver, também, as diligências implementadas pelo Grupo junto da sua cadeia de abastecimento para a defesa de direitos humanos e laborais no subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia", secção 9.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 9.4.2. "Salvaguardas Mínimas".</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 203-2 GRI 204-1
	Métricas e metas	S2-5 – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	<p>✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023" e subcapítulo 8. "Compromissos para 2024-2026". Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S3- Comunidades afetadas	Estratégia	ESRS 2 SBM-2* – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	<p>✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", onde se descrevem os tópicos considerados materiais por um conjunto de partes interessadas, auscultadas através de questionários no decorrer do ano 2023, entre as quais organizações não-governamentais cuja missão é social, ambiental, cultural ou de outra natureza na sociedade junto de comunidades envolventes às lojas, centros de distribuição e demais infraestruturas do Grupo, que sejam potencialmente afetadas – positiva ou negativamente –, e do processo de auscultação decorrido no ano. Por "comunidades afetadas" entendemos aquelas que podem ser afetadas diretamente no âmbito das atividades das nossas operações.</p> <p>O exercício descrito determinou um conjunto de tópicos para as comunidades já referidas, tais como o envolvimento e apoio às comunidades locais, tendo o Grupo implementado, como forma de dar resposta às suas expectativas, uma política de acesso público (Política de Apoio às Comunidades Envolventes), ações concretas que materializam essa mesma política e medição de impactos sociais criados/potenciados (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes" e na página Apoiar as Comunidades Envolventes), objetivos direcionados às comunidades e relato do seu progresso (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026") e, ainda, indicadores específicos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabelas de Indicadores").</p>	
		ESRS 2 SBM-3* – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	<p>✓ Com base nas respostas obtidas neste exercício de auscultação e consequente definição de dupla materialidade, foi definida a lista de riscos, impactos e oportunidades para avaliação de potenciais tópicos materiais e feita a respetiva correlação com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade. A análise incidiu sobre as diferentes etapas da cadeia de valor do Grupo e para os seguintes horizontes temporais: curto, médio e longo-prazos. Os impactos foram ainda avaliados em positivos ou negativos e em atuais ou potenciais. Já os riscos e oportunidades foram classificados considerando a sua magnitude e probabilidade de ocorrência. Este exercício foi feito com base no sistema de gestão de risco do Grupo, tendo sido envolvida igualmente a gestão do Grupo.</p> <p>Neste sentido, o Grupo orienta-se por uma Política de Apoio às Comunidades Envolventes, disponível no website corporativo, procurando dar resposta às expectativas identificadas neste exercício, e relata a sua estratégia e atividades anuais ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", 7. "Compromissos para 2021-2023", 8. "Compromissos para 2024-2026" e 10. "Tabelas de Indicadores".</p> <p>Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". Adicionalmente, o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia" contém a secção 9.4.2 "Salvaguardas Mínimas" onde podem ser consultadas as posições do Grupo quanto a dimensões que podem afetar as comunidades já descritas, e quanto à gestão do risco.</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 413-2




Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S3- Comunidades afetadas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S3-1* – Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	 Ver a Política de Apoio às Comunidades Envolventes (que contém cláusulas acerca de defesa de direitos humanos como o combate à fome e subnutrição e à exclusão social) disponível no website corporativo, e cuja aplicação em ações concretas, que incluem mitigação de impactos e compromissos assumidos, pode ser igualmente consultada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", 7. "Compromissos para 2021-2023", 8. "Compromissos para 2024-2026" e 10. "Tabelas de Indicadores".	GRI 3-3 GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29
		S3-2* — Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos	 Como forma de dialogar e simultaneamente dar resposta às expectativas e preocupações das partes interessadas, incluindo as das comunidades, existem mecanismos que facilitam a comunicação e resolução de potenciais impactos negativos decorrentes da nossa atividade: <ul style="list-style-type: none"> • a Comissão de Ética, órgão especializado para o acompanhamento, com isenção e independência, da divulgação e do cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em Portugal, Polónia e Colômbia, gerindo assim os riscos de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações; • os Núcleos de Ética, canais de denúncia autónomos existentes em Portugal que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades que violem o direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta. Adicionalmente, as Companhias do Grupo procuram identificar que impactos produzem nas comunidades envolventes às suas infraestruturas, utilizando para o efeito os critérios da metodologia Business for Societal Impact (B4SI). Com base nestes critérios, e através de questionários enviados às organizações locais apoiadas anualmente, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais junto das pessoas e os benefícios para as entidades que materializam o nosso apoio. O processo de análise de impactos nas comunidades envolventes é responsabilidade do departamento de Comunicação e Responsabilidade Corporativas do Grupo Jerónimo Martins e conta com o apoio das Companhias. Adicionalmente, ao nível dos apoios corporativos, são realizadas visitas de acompanhamento às instituições com acordo de cooperação protocolado com o Grupo, em que é verificada a qualidade das infraestruturas e do serviço prestado. O reporte dos principais indicadores de apoio às comunidades pode ser encontrado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes", e no website corporativo, na página "Apoiar as Comunidades Envolventes", sendo verificado por entidade externa e independente. <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-12 GRI 2-29

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S3- Comunidades afetadas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S3-3* — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	<p>✓</p> <p>Respeitamos, igualmente, os direitos dos povos indígenas nomeadamente através do cumprimento dos dispositivos legais em países onde os seus direitos estão especificados e consagrados no sentido de proteger a sua cultura, língua e tradições.</p> <p>A gestão destes temas e de outros relevantes para a prossecução do negócio, incluindo a identificação de riscos, encontra-se sob responsabilidade de diversas Direções Funcionais que, por sua vez, apoiam o funcionamento dos Órgãos de Gestão – como o Conselho de Administração, Administrador-Delegado, Assembleia-Geral e Comissão de Auditoria – e das Comissões Especializadas – como a Direção Executiva, Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, Comissão de Ética, Comissão de Controlo Interno e Comissão de Vencimentos. As suas competências e funcionamento estão descritas no capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, e no canal “Investidor”, página “Governo da Sociedade” no website corporativo em www.jeronimomartins.com</p> <p>Ver, ainda, o capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 9. “Taxonomia da União Europeia” que contém a secção 9.4.2 “Salvaguardas Mínimas” onde estão resumidos os processos implementados para a remediação de potenciais impactos negativos nas comunidades afetadas e os canais disponíveis para comunicação e remediação.</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-25
		S3-4* — Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	<p>✓</p> <p>As medidas sobre os impactos materiais já descritos nos indicadores ESRS 2 SBM-2* e ESRS 2 SBM-3*, respeitante às comunidades, encontram-se descritas de forma exaustiva ao longo do capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulos 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, 7. “Compromissos para 2021-2023”, 8. “Compromissos para 2024-2026” e 10. “Tabelas de Indicadores”.</p> <p>Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”, 53. “Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade”. Adicionalmente, o capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 9. “Taxonomia da União Europeia” contém a secção 9.4.2 “Salvaguardas Mínimas” onde podem ser consultadas as posições do Grupo quanto a dimensões de interesse para as comunidades já descritas, quanto à gestão do risco nas comunidades afetadas, e quanto às abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como a eficácia dessas ações.</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 203-2 GRI 413-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S3- Comunidades afetadas	Métricas e metas	S3-5* – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	<p>✔ Os processos de envolvimento das comunidades na definição de metas, na monitorização do progresso destas e na identificação de oportunidades, fazem-se através dos apoios diários cedidos pelas Companhias a milhares de entidades da sociedade que têm como objetivo promover a inclusão social através do combate à fome e desnutrição, entre outros, dos exercícios de auscultação de partes interessadas (como o que desenvolvemos em 2023 e se encontra descrito anteriormente) e da medição de impactos sociais junto dos beneficiários das entidades apoiadas através da metodologia Business for Societal Impact (cujos principais indicadores se encontram descritos no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes", e no website corporativo, na página "Apoiar as Comunidades Envolventes", sendo verificados por entidade externa e independente).</p> <p>As metas relativas à gestão dos impactos materiais identificados pelas partes interessadas e descritas nos indicadores anteriores, podem ser encontradas no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", nos subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" (sendo o seu progresso aí descrito e no website corporativo) e 8. "Compromissos para 2024-2026".</p> <p>Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".</p>	GRI 3-3
ESRS S4- Consumidores e utilizadores finais	Estratégia	ESRS 2 SBM-2* – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	<p>✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", onde se descrevem os tópicos considerados materiais por um conjunto de partes interessadas, auscultadas através de questionários no decorrer do ano 2023, entre as quais consumidores, de todas as geografias onde operamos, que sejam potencialmente afetados – positiva ou negativamente –, e do processo de auscultação decorrido no ano.</p> <p>Por "consumidores" entendemos aqueles que podem ser afetados positiva ou negativamente, de forma direta, no âmbito das atividades das nossas operações.</p> <p>O exercício descrito determinou um conjunto de tópicos para este público tais como produtos a preços acessíveis, normas de qualidade e segurança de produtos, inovação de produtos e serviços, tendo o Grupo implementado, como forma de dar resposta às suas expectativas, políticas de acesso público que abrangem a responsabilidade de gestão interna e a dos seus parceiros de negócio (Política da Qualidade e Segurança de Produto, Política Nutricional, Código de Conduta, Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta para Fornecedores) e orientações internas (Guidelines de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria e Perecíveis), ações concretas que materializam as políticas e orientações, e medição de impactos criados/potenciados (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", 4. "Comprar com Responsabilidade" e, no âmbito de programas direcionados para o envolvimento, apoio e sensibilização dos consumidores visando a promoção da alimentação saudável e sustentável, subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes"), nos objetivos direcionados aos consumidores (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026") e, ainda, indicadores específicos (ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabelas de Indicadores").</p>	

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S4- Consumidores e utilizadores finais	Estratégia	ESRS 2 SBM-3* – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	 <p>Com base nas respostas obtidas, foi definida a lista de riscos, impactos e oportunidades para avaliação de potenciais tópicos materiais e feita a respetiva correlação com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade. A análise incidiu sobre as diferentes etapas da cadeia de valor do Grupo e para os seguintes horizontes temporais: curto, médio e longo-prazos. Os impactos foram ainda avaliados em positivos ou negativos e em atuais ou potenciais. Já os riscos e oportunidades foram classificados considerando a sua magnitude e probabilidade de ocorrência. Este exercício foi feito com base no sistema de gestão de risco do Grupo, tendo sido envolvida igualmente a gestão do Grupo.</p> <p>Este exercício determinou um conjunto de tópicos relevantes para este público tais como produtos a preços acessíveis, normas de qualidade e segurança de produtos, e inovação de produtos e serviços.</p> <p>O Grupo orienta-se por um Código de Conduta, um Código de Conduta para Fornecedores, uma Política de Qualidade e Segurança de Produto, uma Política Nutricional e uma Política de Compras Sustentáveis, todas de acesso público no website corporativo, que dão resposta às expectativas identificadas neste exercício e relata a sua estratégia e atividades anuais ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", 4. "Comprar com Responsabilidade" e 10. "Tabelas de Indicadores".</p> <p>Adicionalmente, os subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos 2024-2026" permitem ao Grupo gerir as preocupações dos consumidores, incluindo os que têm preocupações ou necessidades específicas.</p> <p>Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S4-1* – Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação". Ver no website corporativo www.jeronimomartins.com as seguintes políticas do Grupo Jerónimo Martins e suas Companhias orientadas para os nossos consumidores e produtos: Código de Conduta Jerónimo Martins (que contém cláusulas acerca da defesa de direitos humanos e laborais e dos consumidores), Política da Qualidade e Segurança de Produto (que contém os princípios e práticas associadas à defesa da saúde pública), Política Nutricional (que estabelece as prioridades no desenvolvimento de produtos com perfis nutricionais mais saudáveis e que beneficiem os consumidores, incluindo os que têm preocupações ou necessidades específicas), Política de Compras Sustentáveis (que contém cláusulas acerca da defesa da qualidade e segurança dos produtos comercializados), e Código de Conduta para Fornecedores (com cláusulas acerca de processos de produção e qualidade e segurança de produtos). Em 2023 não foram feitas alterações às políticas referidas anteriormente.</p>	GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S4- Consumidores e utilizadores finais	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S4-2* – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	<p>✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade".</p> <p>Como forma de dar resposta às expectativas e preocupações das partes interessadas, existem mecanismos que facilitam a comunicação e resolução de potenciais impactos negativos decorrentes da nossa atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a Comissão de Ética, órgão especializado para o acompanhamento, com isenção e independência, da divulgação e do cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em Portugal, Polónia e Colômbia, gerindo assim os riscos de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações; • os Núcleos de Ética, canais de denúncia autónomos existentes em Portugal que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades que violem o direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta; • a Provedoria do Cliente, criada em 2005 com o objetivo de preservar a confiança e satisfação dos consumidores, medeia a relação dos clientes com as Companhias, sendo independente e neutra, e as suas competências e funcionamento autónomos em relação aos serviços de atendimento ao cliente. Cada processo remetido é analisado e as necessárias diligências executadas, culminado num parecer não vinculativo e em recomendações de atuação às Companhias. Para o triénio 2022-2024, foi nomeada uma nova Provedora do Cliente do Grupo. A taxa de resolução do total de contactos em 2023 foi de 99%, sendo o nível de satisfação das respostas aos clientes "Neutro" ou "Positivo" em 88% dos casos. Para mais informação sobre estes e outros indicadores consultar canal "Responsabilidade", página "Provedoria do Cliente" do website corporativo; • os Serviços de Apoio ao Cliente, em todas as geografias, direcionados para os consumidores. <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-12 GRI 2-29
		S4-3* – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	<p>✓ A gestão destes temas e de outros relevantes para a prossecução do negócio, incluindo a identificação de riscos, encontra-se sob responsabilidade de diversas Direções Funcionais que, por sua vez, apoiam o funcionamento dos Órgãos de Gestão – como o Conselho de Administração, Administrador-Delegado, Assembleia-Geral e Comissão de Auditoria – e das Comissões Especializadas – como a Direção Executiva, Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, Comissão de Ética, Comissão de Controlo Interno e Comissão de Vencimentos. As suas competências e funcionamento estão descritas no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", e no canal "Investidor", página "Governo da Sociedade" no website corporativo em www.jeronimomartins.com</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-25

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS S4- Consumidores e utilizadores finais	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S4-4* — Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	 <p>As medidas sobre os impactos materiais já descritos nos indicadores ESRS 2 SBM-2* e ESRS 2 SBM-3*, respeitante aos consumidores, encontram-se descritas de forma exaustiva ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", 4. "Comprar com Responsabilidade", e 10. "Tabelas de Indicadores". Adicionalmente, os subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" e 8. "Compromissos para 2024-2026" permitem ao Grupo gerir as preocupações destes públicos. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". Adicionalmente, o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Taxonomia da União Europeia" contém a secção 9.4.2 "Salvaguardas Mínimas" onde podem ser consultadas as posições do Grupo quanto a dimensões de interesse para os públicos já descritos, tais como direitos humanos e laborais nas operações próprias e nas cadeias de abastecimento e gestão do risco nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações.</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 203-2
	Métricas e metas	S4-5* – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	 <p>As metas relativas à gestão dos impactos materiais identificados pelas partes interessadas e descritas nos indicadores anteriores, podem ser encontradas no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", nos subcapítulos 7. "Compromissos para 2021-2023" (sendo o seu progresso aí descrito e no website corporativo) e 8. "Compromissos para 2024-2026". Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".</p> <p>Por ser um novo requisito de reporte, o Grupo não tem ainda implementadas todas as políticas, ações e processos para responder de forma integral a estas exigências. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.</p>	GRI 3-3
ESRS G1- Conduta empresarial	Governança	ESRS 2 GOV-1* – O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Responsabilidade Corporativa: Visão Geral do Ano", secção 1.2. "Auscultação de stakeholders e análise de dupla materialidade" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com.</p>	GRI 2-9 GRI 2-12

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS G1- Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1* – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	✔ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" e reporte aos indicadores GRI 2-23 a GRI 2-26.	GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-26
		G1-1* – Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	✔ Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial Ver no website corporativo www.jeronimomartins.com as seguintes políticas que orientam a conduta do Grupo Jerónimo Martins e suas Companhias no desenvolvimento das suas atividades: Código de Conduta Jerónimo Martins, Política Anticorrupção, Política da Qualidade e Segurança Alimentar, Política Nutricional, Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis, Código de Conduta para Fornecedores, e Política de Apoio às Comunidades Envolventes. Contamos ainda com o Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas (disponível em " Política Anticorrupção ") e com o Plano de Igualdade de Género . Ver ainda indicadores GRI 2-16, GRI 2-23 a 2-26, GRI 3-3, GRI 205-1 e GRI 205-2. Políticas de bem-estar animal Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de práticas mais sustentáveis de produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de promoção de bem-estar animal".	GRI 2-16 GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-26 GRI 3-3 GRI 205-1 GRI 205-2
		G1-2* – Gestão das relações com os fornecedores	✔ A forma como as Companhias do Grupo se relacionam com os seus fornecedores está descrita no capítulo 4, "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", Subsecção II – "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", "21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", descrição da Direção Funcional "Comercial/Global Sourcing" e no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores". Ver também indicadores GRI 204-1, GRI 308-1 e GRI 414-1. No que diz respeito a políticas de pagamento a fornecedores, as Companhias do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos definidos na legislação nacional dos países em que têm operações e têm ainda programas específicos para fornecedores de menor dimensão como referido no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.2. "Relação com fornecedores locais". Informação adicional sobre gestão de riscos e oportunidades é descrita no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". Ver também indicador GRI 3-3.	GRI 3-3 GRI 204-1 GRI 308-1 GRI 414-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências	Outros Standards
ESRS G1- Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões", C "Organização Interna" e secção E "Transações com Partes Relacionadas". Ver ainda indicadores GRI 2-13, GRI 2-26, GRI 3-3, GRI 205-1 e GRI 205-2.	GRI 2-13 GRI 2-26 GRI 3-3 GRI 205-1 GRI 205-2
	Métricas e metas	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, é reportada informação sobre estas matérias, nos reportes aos indicadores GRI 2-27, 206-1, 416-2, 417-2 e 417-3. Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte de forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica. Ver a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2023, documentos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com .	GRI 2-27 GRI 3-3
		G1-5 – Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	✓ Este tópico não foi identificado como um tópico material. Em todo o caso, as empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website https://www.jeronimomartins.com .	GRI 2-9 GRI 3-3 GRI 415-1
		G1-6* – Práticas de pagamento	✓ As Companhias do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos definidos na legislação nacional dos países em que têm operações e têm ainda programas específicos para fornecedores de menor dimensão como referido no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.2. "Relação com fornecedores locais". Encontramo-nos também a melhorar os processos de reporte de forma a responder a estes indicadores de forma agregada para as Companhias do Grupo. Adicionalmente, ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo "Demonstrações Financeiras Consolidadas", 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" para descritivo de processos de contencioso com maior relevância (de valor superior a cinco milhões de euros) e que se encontravam pendentes de resolução, para os quais o Conselho de Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal.	---

A indicação "*" na tabela: "7 - Reporte de indicadores segundo o European Sustainability Reporting Standards (ESRS)" refere-se aos requisitos materiais.

Legenda:

✓ Indicador verificado por entidade externa e independente.

A indicação "UNGC X" refere-se aos [Princípios do Pacto Global das Nações Unidas](#).

A indicação "SDG X" refere-se aos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(SDG\) das Nações Unidas](#).



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Ao Conselho de Administração de
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

Fomos contratados pela Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ("Jerónimo Martins") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade conforme definido pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade sobre as divulgações identificadas no subcapítulo "10. Tabelas de indicadores" do capítulo "5. Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", como "Indicador verificado por entidade externa e independente", que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2023 (a "Informação de Sustentabilidade"), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2023.

Critérios aplicados

A Jerónimo Martins preparou a Informação de Sustentabilidade de acordo com as normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI Standards*, as diretrizes da *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, as recomendações da *Task Force on Climate-Related Disclosures (TCFD)*, as normas técnicas do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288, os referenciais internos considerados para o reporte de indicadores de desempenho específicos da entidade e os requisitos de divulgação das normas europeias de relato de sustentabilidade (ESRS) do Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 (em conjunto os "Critérios").

Responsabilidades do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão da Jerónimo Martins é responsável pela seleção dos Critérios e pela preparação da Informação de Sustentabilidade de acordo com esses Critérios, em todos os aspetos materialmente relevantes. Esta responsabilidade inclui a implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, a manutenção de registos adequados e a elaboração de estimativas relevantes para a preparação da Informação de Sustentabilidade, de forma a que esta esteja isenta de distorções materialmente relevantes devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em examinar a Informação de Sustentabilidade preparada pela Jerónimo Martins e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade com base na evidência obtida.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - *ISAE 3000 (Revisita)* emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas Normas exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a Informação de Sustentabilidade está preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:

- ▶ Indagações à gestão com o objetivo de compreender o contexto do negócio e o processo de reporte de sustentabilidade;



Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade
31 de dezembro de 2023

- Realização de entrevistas com os responsáveis pela preparação da informação para entender os processos de recolha, consolidação, apresentação e validação da Informação de Sustentabilidade referente ao período de reporte;
- Realização de procedimentos de revisão analítica para avaliar a razoabilidade dos dados;
- Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
- Verificação da conformidade da Informação de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho e com os Critérios aplicados.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentos aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a Informação de Sustentabilidade, para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Lisboa, 12 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC nº 1410
Registado na CMVM com o nº 20161020

Jerónimo Martins

Rua Actor António Silva, n.º 7

1649-033 Lisboa

Tel: +351 21 753 20 00

Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.com